

PORTUGAL
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

no continente e ilhas adjacentes em 12 de Dezembro de 1940

Volume XXIV

RELATÓRIO

(Condições de aumento e distribuição)



PORTUGAL
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

no continente e ilhas adjacentes em 12 de Dezembro de 1940

Volume XXIV

RELATÓRIO

(Condições de aumento e distribuição)



1. The first part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

2. The second part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

3. The third part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

4. The fourth part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

5. The fifth part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

6. The sixth part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

7. The seventh part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

8. The eighth part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

Nota introdutória

O presente relatório constitui, talvez, a primeira demonstração visível da actividade dos serviços do Censo, desde que passaram a constituir uma Secção integrada de forma permanente no Instituto Nacional de Estatística.

É certo que todos os recenseamentos gerais anteriores, o de 1864 como depois os da série decenal iniciada em 1890, apresentaram em relatório as considerações sugeridas pela observação dos resultados obtidos.

Mas em nenhum dos casos os assuntos tratados adquirem o desenvolvimento que seria de desejar, tendo em atenção que os serviços encarregados de qualquer indagação estatística estão em posição de nítida vantagem para apreciar o significado dos elementos colhidos. E não faltou certamente aos autores desses relatórios — como por exemplo a António Eduardo Villaça, Chefe da repartição de estatística em 1890 — o desejo de levar mais a fundo a análise do momento demográfico cuja observação tinham dirigido.

Mas a própria organização dos serviços não o consentia porque, se era costume alargar momentaneamente o quadro do pessoal do organismo oficial encarregado de realizar o censo, a publicação dos últimos números apurados coincidia com o despedimento dos últimos funcionários adventícios contratados, após o que toda a documentação recolhia aos arquivos. Carecendo do auxílio indispensável à recompilação dos dados, e com a atenção solicitada pela resolução de outros assuntos, ninguém podia abalançar-se, desacompanhado, a tarefa tão ampla e absorvente.

O mesmo teria decerto acontecido a respeito do censo de 1940 se o decreto-lei n.º 33.275 de 24 de Novembro de 1943 não tivesse dado carácter permanente à Secção do Censo, criada em 15 de Maio de 1940 a título transitório.

A existência dessa Secção, constituída por um número reduzidíssimo de funcionários permitiu a apresentação deste relatório poucos meses decorridos depois da publicação do vigésimo terceiro volume contendo os resultados numéricos do censo.

Mas outras funções de importância igual, senão superior, estão reservadas a esta Secção. Compete-lhe criar uma tradição nos processos de organização e execução dos recenseamentos portugueses, evitando assim que cada novo censo tenha de improvisar-se, por lhe faltar toda a ligação com o anterior além das referências pedidas à memória pessoal dos que neste último intervieram.

Tudo leva a supor que existindo agora um traço de união

entre duas operações censuárias consecutivas, a experiência adquirida por uns venha a favorecer os que, a dez anos de distância, se defrontem com dificuldades da mesma espécie.

*

O programa primitivamente delineado para este relatório era bastante vasto e não foi integralmente realizado.

Mas tudo aconselhava a sua redução a proporções menores e compatíveis com os meios de que se dispunha. Por um lado não convém demorar por mais tempo a divulgação deste trabalho e a organização do próximo censo exigirá de futuro todas as atenções do serviço próprio. Por outro optou-se por considerar apenas alguns dos aspectos a observar, mas consagrando-lhes todo o tempo disponível e dando-lhe maior desenvolvimento, de preferência a tratar de todos eles, mas de forma mais superficial.

A escolha recaiu nos assuntos a respeito dos quais os censos anteriores fornecem maior número de elementos susceptíveis de confrontos. Mas também foram consultadas muitas outras fontes de informação e reuniu-se por esta forma uma grande soma de dados relativos à matéria tratada.

Por todas essas razões só contém este relatório os capítulos dedicados às condições de aumento e de distribuição da população. Estavam previstos outros dois, relativos às características demográficas e às condições de vida social, que ficaram prejudicados.

Já todos os volumes contendo os resultados dos apuramentos incluíram uns resumos descritivos e comparativos, mas desacompanhados de qualquer comentário. Neste relatório, porém, cuja natureza é diferente, não se foge à apresentação das conclusões sugeridas pelo exame objectivo dos números. Mas as informações em que estas apreciações assentaram aqui ficam, ao dispor de quem as queira utilizar para outros comentários.

Finalmente é de justiça mencionar os nomes dos funcionários a cujo cargo esteve directamente confiada a elaboração deste relatório, os d.ºs. António Maria do Amaral Pyrrait e João Carlos de Sousa Vaz Vieira, chefes respectivamente da 1.ª Repartição e da Secção do Censo deste Instituto, e que levaram a bom termo a incumbência recebida.

O VIII Recenseamento Geral da População Portuguesa foi mandado efectuar pelo decreto-lei n.º 29:750, de 14 de Julho de 1939, e abrangeu, nos termos do mesmo decreto-lei, o continente e ilhas adjacentes, o Império Colonial e os principais núcleos de população portuguesa no estrangeiro.

Por disposição do decreto n.º 30:110, de 6 de Dezembro de 1939, efectuou-se no continente e ilhas às 0 horas de 12 de Dezembro de 1940.

A publicação oficial dos resultados do VIII Recenseamento Geral da População no continente e ilhas compreende:

- a) Um volume geral para Portugal (continente e ilhas), contendo todos os elementos apurados por províncias e concelhos;*
- b) Volumes distritais, contendo cada um todos os elementos apurados, relativos ao distrito considerado, por concelhos, freguesias e lugares;*
- c) Um Relatório sobre os elementos apurados;*
- d) Uma Memória descritiva dos trabalhos.*

Plano

NOTA INTRODUTÓRIA.

CONCEITOS.

CONDIÇÕES DE AUMENTO.

I Parte. — Aumento de facto.

Capítulo 1.º — Variação da população de Portugal até 1890.

Capítulo 2.º — Variação da população a partir de 1890.

II Parte. — Crescimento fisiológico.

Capítulo 1.º — Referência ao movimento fisiológico da população portuguesa até 1890.

Capítulo 2.º — Movimento fisiológico a partir de 1890.

III Parte. — Comparação entre o aumento de facto e o crescimento fisiológico.

Capítulo 1.º — Posição relativa dos dois aumentos.

Capítulo 2.º — Emigração.

CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO.

I Parte. — Repartição da população pelo território.

Capítulo 1.º — Effectivos populacionais nas províncias, distritos e concelhos.

Capítulo 2.º — Effectivos populacionais nas freguesias.

Capítulo 3.º — Densidade.

Capítulo 4.º — Tipos de povoamento.

II Parte. — Deslocamentos da população.

Capítulo 1.º — Migrações internas da população.

Capítulo 2.º — População urbana.

Capítulo 3.º — Aglomerados urbanos.

Capítulo 4.º — População rural.

Capítulo 5.º — Centro da população.

TRADUÇÕES.

ÍNDICES.

Conceitos

Andar. — Cada plano habitável de um prédio, qualquer que fosse a sua relação com o nível de terreno em que o prédio se encontrasse edificado.

Ausente. — A pessoa que, fazendo parte da família ou convivência, não estava presente na habitação respectiva às 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940 nem a ela tivesse chegado até às 12 horas do mesmo dia.

Chefe de família. — O membro de família que tinha a seu cargo a responsabilidade da manutenção dos restantes, a não ser nos casos especiais em que as circunstâncias impuseram outro critério.

Condição não profissional — Condição ou ocupação susceptível de proveito económico imediato que não constituísse propriamente uma profissão individual.

Para efeito do ramo de actividade a condição não profissional foi equiparada à profissão.

Convivência. — Todo o agrupamento de pessoas que se encontravam vivendo na mesma habitação por qualquer motivo que não fosse o da vida de família.

Desempregado. — A pessoa maior de 10 anos que já exercera uma profissão e procurava empregar-se novamente, estando em condições físicas de o poder fazer.

Divisão. — O compartimento interior de um fogo que pudesse ser destinado a habitação ou utilização comum pelas pessoas que faziam parte da família ou da convivência a que o fogo dissesse respeito.

Ensino primário. — Compreende os ensinos infantil e primário elementar.

Ensino secundário. — Compreende os ensinos liceal, técnico elementar, técnico complementar e artísticos.

Ensino superior. — Compreende todos os ensinos que exigiam o ensino secundário como condição de acesso.

Família. — O grupo de pessoas unidas por parentesco legítimo ou ilegítimo que residiam na mesma habitação e cujas refeições fossem normalmente preparadas e tomadas em comum ou a pessoa que residia sem quaisquer parentes em habitação separada.

Em ambos os casos consideraram-se como fazendo parte da família as pessoas que residiam com ela e cuja alimentação estivesse a cargo da mesma família.

Fogo. — O prédio ou a parte de prédio destinados à habitação de uma só família ou convivência.

Habitação (para efeito dos conceitos de família ou de convivência). — O fogo, o grupo de fogos, a parte de um fogo ou qualquer outra instalação que servisse para esse fim, incluindo as embarcações de qualquer natureza.

Idade. — O número de anos completos decorridos desde o momento do nascimento do recenseado até às 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940.

Invalído. — A pessoa maior de 10 anos permanente e totalmente inválida para o trabalho.

Meio de vida. — O meio por que o recenseado provia normal e principalmente à sua subsistência e à das pessoas a seu cargo.

Foram 10 os meios de vida considerados, a saber:

A cargo do chefe de família. — Quando o recenseado vivesse principalmente a cargo do chefe da família a que pertencia e com a qual residisse habitualmente.

A cargo de outras pessoas. — Quando o recenseado vivesse principalmente de subsídios certos e periódicos, dados por uma

ou mais pessoas, não sendo nenhuma delas o chefe da família a que pertencia e com a qual residisse habitualmente.

Assistência. — Quando o recenseado estivesse internado em algum estabelecimento de assistência pública ou particular, ou vivesse principalmente de um subsídio certo e periódico concedido por uma instituição de assistência pública ou particular.

Esmolas. — Quando o recenseado vivesse principalmente de esmolas ou subsídios variáveis e eventuais dados por diferentes pessoas, quer fossem ou não recebidos na via pública.

Pensão de acidente de trabalho. — Quando o recenseado vivesse principalmente de uma pensão de acidente de trabalho.

Pensão de aposentação. — Quando o recenseado vivesse principalmente de uma pensão de aposentação.

Pensão de invalidez. — Quando o recenseado vivesse principalmente de uma pensão de invalidez.

Pensão de reforma. — Quando o recenseado vivesse principalmente de uma pensão de reforma.

Rendimentos próprios. — Quando o recenseado vivesse de rendimentos próprios, qualquer que fosse a sua importância, natureza ou proveniência.

Trabalho. — Quando o recenseado vivesse principalmente do seu trabalho.

Moradia. — O prédio que se destinava unicamente a habitação do seu proprietário ou de um único inquilino ou ocupante, ou cumulativamente a instalações relativas à actividade dos mesmos.

Pessoa sem habitação. — A pessoa que se encontrava na via pública às 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940 e que não tinha habitação.

População activa. — O conjunto das pessoas maiores de 10 anos que exerciam uma actividade, ou tinham uma condição susceptível de proveito económico imediato.

População activa agrícola. — O conjunto das pessoas maiores de 10 anos que se ocupavam na agricultura ou na pecuária.

População desempregada. — O conjunto das pessoas desempregadas.

População embarcada. — O conjunto das pessoas que às 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940 se encontravam a bordo de embarcações portuguesas ancoradas nos portos (do distrito) ou que, estando em viagem, tivessem nos mesmos portos a sua base de armamento.

População inactiva. — O conjunto das pessoas maiores de 10 anos que não tinham qualquer situação susceptível de proveito económico imediato e não fossem desempregadas ou inválidas.

População inválida. — O conjunto das pessoas inválidas.

População presente. — O conjunto das pessoas que se encontravam presentes em cada localidade às 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940 ou que, não tendo sido dadas como presentes a essa hora em nenhuma outra, lá chegaram até às 12 horas do mesmo dia.

População residente. — O conjunto das pessoas que tinham a sua residência habitual em cada área considerada.

Prédio. — Toda a construção permanente que pudesse ser destinada a habitação, alojamento ou abrigo de pessoas.

Prédio de inquilinos. — O prédio que se destinava a habitação de dois ou mais inquilinos ou ocupantes.

Profissão individual. — O ofício ou mester que era ou tinha sido (no caso de invalidez ou desemprego) directa e pessoalmente exercido pelo recenseado.

Foram 476 as profissões consideradas, que se repartem por 14 grupos. As designações profissionais incluídas em cada profissão constituem objecto de uma *Separata*. O seu número total é de 2.355.

Quando o recenseado exercia mais de uma profissão, devia indicar aquela em que ele recebia maior salário, ordenado ou lucro.

Ramo de actividade. — O Serviço do Estado, o corpo administrativo, o organismo público ou particular ou a natureza do estabelecimento ou serviço particular em que o recenseado exercia ou tinha exercido (no caso de invalidez ou desemprego) a sua profissão individual.

Foram 109 os ramos de actividade considerados, que se agrupam em 26 classes e 8 categorias.

A lista dos ramos de actividade considerados, assim como as actividades compreendidas em cada ramo constam da mesma *Separata* organizada para as profissões.

Residência habitual. — A localidade em que o recenseado habitasse a maior parte do ano ou:

- a) Em que estivessem situados os quartéis, fortes, esquadras, postos ou bases dos navios de cuja guarnição o recenseado fizesse parte, no caso de ele ser militar de profissão;
- b) Em que habitasse a maior parte do ano a família do recenseado, no caso de ele se encontrar separado da mesma, por motivo transitório de serviço militar, de tratamento ou de prisão até 5 anos, ou ainda, quando menor de 21 anos, não fosse casado nem emancipado.

Situação na profissão. — A situação em que o recenseado desempenhava ou tinha desempenhado (no caso de invalidez ou desemprego) a profissão individual respectiva.

Foram 13 as situações consideradas, a saber:

Assalariado. — Entendendo-se como tal o recenseado que trabalhava por conta de uma entidade pública ou particular, recebendo a sua remuneração à semana ou ao dia.

Assoldado ao ano. — Entendendo-se como tal o recenseado que trabalhava na agricultura por conta de uma entidade pública ou particular, recebendo a sua remuneração ao ano.

Empregado. — Entendendo-se como tal o recenseado que trabalhava por conta de uma pessoa ou entidade particular, recebendo a sua remuneração ao mês.

Funcionário. — Entendendo-se como tal o recenseado que desempenhava quaisquer funções civis ou militares por conta do Estado ou dos corpos administrativos, recebendo a sua remuneração ao mês.

Isolado. — Entendendo-se como tal o recenseado que fosse comerciante ou industrial e não tivesse habitualmente pessoas a trabalhar por sua conta ou o que, exercendo uma profissão liberal, não tivesse habitualmente mais de 4 pessoas a trabalhar por sua conta.

Isolado parceiro. — Entendendo-se como tal o recenseado que fosse parceiro de qualquer exploração de carácter agrícola, mas não tivesse habitualmente pessoas a trabalhar por sua conta.

Isolado proprietário. — Entendendo-se como tal o recenseado que fosse dono de qualquer exploração de carácter agrícola, mas não tivesse habitualmente pessoas a trabalhar por sua conta.

Isolado rendeiro. — Entendendo-se como tal o recenseado que fosse rendeiro de qualquer exploração de carácter agrícola, mas não tivesse habitualmente pessoas a trabalhar por sua conta.

Patrão. — Entendendo-se como tal o recenseado que fosse comerciante ou industrial e tivesse habitualmente pessoas a trabalhar por sua conta ou o que, exercendo uma profissão liberal, tivesse 5 ou mais pessoas a trabalhar por sua conta.

Patrão parceiro. — Entendendo-se como tal o recenseado que fosse parceiro de uma exploração de carácter agrícola e tivesse habitualmente pessoas a trabalhar por sua conta.

Patrão proprietário. — Entendendo-se como tal o recenseado que fosse dono de qualquer exploração de carácter agrícola e tivesse habitualmente pessoas a trabalhar por sua conta.

Patrão rendeiro. — Entendendo-se como tal o recenseado que fosse rendeiro de qualquer exploração de carácter agrícola e tivesse habitualmente pessoas a trabalhar por sua conta.

Pessoa de família. — Entendendo-se como tal o recenseado que ajudasse no seu trabalho o chefe da família a que pertencia ou com a qual residisse habitualmente, sem receber qualquer remuneração em dinheiro.

Viandante. — A pessoa que se encontrava na via pública às 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940 e que, tendo habitação, não pudesse regressar a esta antes da 12 horas do mesmo dia.

※

Os principais destes conceitos foram devidamente explicados e desenvolvidos nas *Instruções para a realização do Inventário de Prédios e Fogos* e nas *Instruções para a realização do Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas*.

São além disso objecto de um capítulo próprio na *Memória Descritiva*.

Convenções

V = Varões.

F = Fêmeas.

VF = Total de varões e fêmeas.

.. = Valor nulo.

o = Valor inferior à unidade indicada.

x = Valor ignorado.

n = Valor não apurado.

Condições de aumento

I Parte

AUMENTO DE FACTO

Capítulo I — Variação da população portuguesa até 1890. Capítulo II — Variação da população a partir de 1890: § 1.º — No total do País: a) Comparação com outros países. § 2.º — No continente e nas ilhas. § 3.º — Nos distritos: a) Em cada período intercensuário; b) No conjunto dos 50 anos. § 4.º — Nos concelhos: a) Em cada período intercensuário; b) No conjunto dos 50 anos.

Capítulo I

Variação da população portuguesa até 1890

A população de Portugal nos primeiros séculos da sua história só pode ser objecto de conjecturas. Faltam por completo os elementos para basear um cálculo digno desse nome.

Mais precárias ainda são as suposições que se façam acerca do povoamento do território nas épocas anteriores.

Neste último ponto, tudo quanto pode assegurar-se é que a ocupação humana deste extremo do velho mundo é muito antiga e foi sempre muito mais intensa na zona Noroeste.

Podemos a seguir assentar em que o povoamento teria sido máximo durante o domínio romano, que foi o período, largo de quatrocentos anos, em que a Lusitânia viveu em paz e prosperou no esplendor das suas cidades, na rede das suas estradas e no aproveitamento das suas riquezas minerais e agrícolas.

Depois, deve ter diminuído muito. Para o presumir basta ter presente que, aos quatrocentos anos de paz romana, sucederam oitocentos de guerras e depredações constantes que, para a totalidade do actual território português, só tiveram como trégua o século incompleto da monarquia visigótica.

A marcha da reconquista deslocou ao longo do quadrilátero nacional a faixa de devastação, graduando a sua extensão e a demora da sua passagem.

Assim, quatro séculos depois da chegada dos Suevos já a fronteira cristã se fixava definitivamente na linha do Douro, e a seguinte grande fase da campanha, até ao Mondego, estava concluída dois séculos depois.

É nessa altura que entram na história os Portugueses. A sua marcha para o Sul foi mais rápida, mas mesmo assim ainda tiveram que passar mais duzentos anos até à conquista completa do Algarve de Aquém. Estes estadios da libertação da terra, mais ou menos longos e mais ou menos cortados de vicis-

situdes, deviam ter tido uma influência decisiva no povoamento, dentro do inevitável condicionalismo geográfico.

A grande beneficiária foi a região ao norte do Douro que teve por si, em favor da fixação e adensamento demográficos, pelo menos, mais duzentos anos de paz e de consolidação política e social do que qualquer outra região do País. Mas essa fixação e esse adensamento (entram aí em campo os incoercíveis factores geográficos) verificou-se sobretudo no Noroeste atlântico, montanhoso e pluvioso, que pelas suas condições naturais já atraía as populações anteriores. Para além dos montes que barravam a influência benéfica do mar, nos planaltos sujeitos a grandes oscilações de temperatura, cortados de vales profundos e de acesso difícil, a gente era pouca, como tinha sido no tempo antigo e como foi depois.

O contraste do povoamento entre essas duas regiões de Além-Douro, é-nos revelado pela circunstância, referida pelo Doutor Orlando Ribeiro, ⁽¹⁾ do Entre-Douro-e-Minho ter recebido apenas 18 forais no mesmo período de tempo em que foram outorgados 69 em Trás-os-Montes. Buscava-se pôr gente aonde ela faltava...

Ao sul do Douro a população devia ser, por isto tudo, muito menos numerosa do que ao norte, mas estaria distribuída de modo semelhante, rarefazendo-se à medida que se afastava do Douro ou do litoral.

Do Mondego ao Tejo, exceptuada uma vasta zona ao norte de Santarém que foi durante mais de um século terra de nin-

⁽¹⁾ Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Coimbra Editora, 1945 — Pág. 215.

guém entre Mouros e Cristãos, a população dos primeiros tempos da Monarquia pode presumir-se relativamente importante: mais tempo de paz e progresso sob o poder mouro e curto sofrimento de guerra, mercê da campanha relâmpago de Afonso Henriques.

Mas, para leste, a situação devia ainda ser pior do que a das regiões do interior trasmontano e beirão. A velha Egitânia não sobrevivera à fúria dos invasores e as campinas da Beira Baixa deviam estar quase despovoadas.

Para além do Tejo, até aos limites do Algarve, a gente tornaria a ser escassa, apertando-se nas raras povoações muralhadas que atalaiavam as planícies desertas, taladas durante mais de cem anos por fossados e algaras.

Era lá que tinha particular aplicação o trecho célebre aonde Herculano descreveu na sua «História de Portugal», o campo imenso e ermo em que as demarcações dos concelhos nos forais dos séculos XII e XIII nunca encontravam para balizas um testemunho de vida coeva. Só referências geográficas ou ruínas do passado.

O Algarve repetiria o caso do Sul da Estremadura nas causas e nos efeitos: mais longo domínio mouro, maior rapidez na conquista, maior população por consequência. A Geografia também, como sempre, estaria presente.

Tal seria, em resumo, o panorama demográfico do território português no início da Monarquia, que logo em 1250 encontrou os seus limites definitivos. As providências reais semeando de castelos e vilas foralciras ou repartindo em largas doações o Nordeste trasmontano, o Leste beirão, a alta Estremadura, e depois todo o Alentejo, tanto na orla fronteiriça como no interior, são mais um testemunho em abono de que assim fosse.

O substratum étnico era constituído sobretudo por três elementos distintos que estão na base do Português dos nossos dias: o Hispano-godo, descendente daqueles que se refugiaram com Pelágio nas Astúrias e que de lá vieram à reconquista; o Moçárabe, ou seja o descendente dos Godos que aceitaram o domínio do Árabe invasor e a quem este permitiu, sob determinadas condições, a prática da religião Cristã; e o Sarraceno, cativo de Cristãos ou que preferiu ficar vivendo entre estes.

A esses três elementos fundamentais acrescentavam-se ainda dois de menor importância, mas que merecem ser referidos: o Judeu que foi surpreendido nas terras conquistadas aos Mouros e que ficou vivendo com os Cristãos, e o Franco de Além-Pirineus, presente na pessoa do conde D. Henrique, nos nobres que o acompanharam à cruzada da Península e nos povoadores chamados pelos primeiros reis para os descampados estremeiros e ribatejanos.

A ordem da importância numérica dos três elementos principais seria diversa para as várias regiões do País. Ao norte do Douro o Hispano-godo deveria ser o mais numeroso, no centro dominaria o Moçárabe e ao Sul pode admitir-se que fosse o Sarraceno.

Mas tudo seria pouca coisa. Em todo o caso sempre devia ficar aquém da verdade o cálculo de 500.000 habitantes que Oliveira Martins se abalçou a fazer para o Portugal ainda incompleto do século XII.

No século imediato já havia de ser mais a gente. Por um lado, aumentara o território com a expugnação total do Algarve; por outro, devia ter crescido a população no resto do País, conforme aparece natural e pode inferir-se das *Inquirições* de 1220,

1258 e 1288, do aumento da moeda em circulação e do grande número de feiras que já então se efectuavam. O século abriu com o reinado de D. Sancho I e fechou com o de D. Diniz que nos seus cognomes de Povoador e de Lavrador definem o significado dessa época para o Portugal nascente.

O século XIV devia ter sido menos próspero sob o ponto de vista demográfico. As fomes periódicas, características do tempo e que já haviam flagelado o século anterior, reuniram-se as pestes e por fim as guerras com Castela, para atrasar o progresso da população. Mas este havia de ser necessariamente algum.

Aberto ainda sob o signo da guerra e sofrendo também por mais duma vez os estragos da peste, o século XV acusa um acréscimo demográfico na mesma medida em que, através das extraordinárias efemérides que o ilustram, afirmou a vitalidade política, social e económica do País. A consolidação da independência, a estruturação política do Reino, a conquista de Ceuta, o desenvolvimento das explorações marítimas, que culminaram com a descoberta do caminho para a Índia, e as divergências com Castela que documentam uma ambição de hegemonia peninsular e mundial, exigem uma população apreciável e próspera.

A quanto montava não se pode fazer ideia precisa. A conjectura continuava ainda a ser o único recurso para o cômputo da nossa gente.

Firmado no *Rol de Besteiros do Conto*, mandado organizar em 1422 pelo Infante D. Pedro, regente do reino, Rebelo da Silva obteve, através duma proporção caprichosa, um número da ordem de um milhão.

Alicerçado no estudo das instituições e no conhecimento profundo do nosso viver colectivo, Gama Barros concluiu, por certo menos empiricamente, que os nossos feitos exigiam pelo menos uma população de 3.000.000 ao findar o século XV.

Entre os dois cálculos há uma diferença dupla do primeiro que os 80 anos de distância não podem cobrir e que, só por si, mede a incerteza dos historiadores sobre o assunto.

É no século seguinte, no glorioso século XVI, que surge o primeiro documento histórico contendo indicações sobre os efectivos da gente portuguesa. O rei D. João III mandou efectuar em 1527 o *Numeramento ou Cadastro Geral do Reino*.

Rezava assim a carta circular que em 17 de Julho do mesmo ano foi dirigida aos seis corregedores das comarcas do Reino:

«Corregedor Eu ell Rey vos envyo muyto saudar por que folgarey de saber quantas çidades vyllas e lloguares ha em vossa correição e os nomes delles e assy quantos moradores nelles ha vos encomêdo e mando que lloguo tanto que esta vos for dada mandes huñ escrivam dessa correição quoll vos parecer que o milhor fara que vaa fazer esta diligençia, a saber, yyra a cada huña das çidades vyllas e lloguares dessa comarca e em cada huñ delles escrepvera quantos moradores ha no corpo da çidade ou vylla e arraballes e quantos no termo declaramdo quantas alldeas ha no dito termo por seus nomes e quantos moradores ha em cada huña dellas e asy quantos vyvem fora dellas em quyntas cassaes e erdades fora da ditas alldeas e asy escrepvera no dito llivro quantas lloguoas cada çidade e vylla tem de termo pera cada parte e com que lloguares outros partẽ. E

posto que em alguys lloguares de vossa correçom nom emtres a fazer correçom tambem se jara nelles ha dita dillygemcia e mando por esta carta que ho dito escrivam llevara com syguo a todos os juizes e ofiçiaes de todas as ditas çidades villas e lloguares que pera lloguo ser nysto servydo asy como o mando lhe dem toda ajuda que lhe comprry e lloguo despachay o dito escrivam e lhe emcomenday e manday da mynha parte que ponha nysto toda dillygemçya e como hacabar vos tragua o dito livro, o quall lloguo me emvyares çarrado e asellado, escripta em Coymbra a dezasete dias de Julho Bertollameu Fernandes a fez de mill v^c xxbij.

Infelizmente, já não chegaram completas até nós as suas actas e nem todas, as que ainda existem, estão em nosso poder. Por um lado desapareceram sem deixar rasto os cadernos respeitantes à cidade de Lisboa e ao Reino do Algarve, por outro foram parar ao Museu Britânico os relativos às comarcas de Entre Tejo e Odiana e da Beira ⁽¹⁾.

Por isso, e porque na maior parte dos casos o *Numeramento* apenas recolheu o número de vizinhos equivalente ao de fogos, ainda há lugar para dúvidas na determinação do número de habitantes ⁽²⁾. Balbi e Oliveira Martins computaram-no em 1.500.000, e, mais cauteloso ainda, o Anuário Demográfico fixou-o em 1.120.000. Mas esses números, embora respeitáveis pelas entidades que os enunciaram, são muito pouco verosímeis. Nada parece mais improvável do que terem os fogos do século XVI o mesmo número de pessoas dos nossos dias. Sem já falar das grandes famílias que viviam em seus solares ou palácios com verdadeiras côrtes de familiares e criadagem, nos conventos numerosíssimos que contavam por vezes centenas de religiosos mas que iam sempre longe na escala das dezenas, e até nas casas abastadas do campo ou da cidade com as cozinhas regor-gitantes de criados e de escravos que então eram imensos, basta ter em conta a prolificidade sem dúvida maior das famílias e os hábitos patriarcaes da vida do tempo.

Contudo, embora muito além daqueles cálculos, a população de Portugal do século XVI não podia atingir as cifras que outros lhe atribuíram. Merece citar-se entre outras a de 4.383.000 que o aventureiro italiano José Gorani cita nas suas memórias como sendo a indicada num mapa da população do País em 1510 que ele declara ter consultado nos arquivos officiaes de Lisboa ⁽³⁾.

As próprias razões de carácter económico opõem-se à existência e manutenção de tanta gente neste rectângulo europeu em tal época.

Rejeitados os extremos do escrúpulo e da fantasia, fica no meio termo como mais provável para o Portugal de 1527 uma população de cerca de três milhões que se conforma inteiramente com a afirmação, já referida, de Gama Barros.

Já então o aumento que até aí é aceite pela quase totalidade dos autores, cederá o lugar a uma diminuição.

Apesar da excelência do nosso génio, da nossa força moral movida pelos mais nobres ideais, da bravura e tenacidade que atingiram os páramos da lenda, o mundo era grande demais para nós, e, se em certa hora tivemos a glória de o abraçar quase inteiro, pouco tardou para que nos vissemos obrigados a ceder à grandeza do esforço.

Não pode fazer-se um cálculo, sequer aproximado, da gente que espalhámos pelo mundo, por todos os mares, continentes e ilhas que as nossas esquadras demandavam e dominavam.

Deve ter-se, porém, como certo que eram alguns milhares por ano os que saíam, nas frotas da Índia e do Brasil, para as feitorias e fortalezas da costa de África, para todas as campanhas e missões a que nos obrigava o serviço e a defesa do Império.

Um quadrado escasso para nascer e o mundo inteiro para morrer, dir-se-ia com propriedade do destino dos Portuguezes de quinhentos. E o desfalque demográfico devia ser acrescido ainda pela idade e critério de recrutamento dos que partiam: deviam ser, como é óbvio, os mais novos, os mais fortes, os mais valerosos.

Para compensar a sua falta intensificou-se a importação de escravos das terras de África e da Índia. Vieram muitos milhares deles mas só para proveito do fisco, do lucro dos traficantes ou da vaidade e comodidade mole dos seus donos.

Não serviram sob o ponto de vista económico para remediar a falta de braços no comércio e na agricultura, e, pela diferença de raça, nunca podiam ter constituído uma solução demográfica. Não foram artífices ou agricultores, não podiam ser soldados, não deviam ser pais.

Por isso, à volta de 1580, quando D. Sebastião lança o prego para a guerra de África e não consegue reunir os doze mil infantes previstos, pode admitir-se com segurança que a população tivesse diminuído relativamente ao passado.

Quase todos os historiadores do tempo testemunham a falta de gente e, na tradição, essa falta ficou intimamente ligada às consequências da epopeia do ultramar e ao desastre de Alcácer Quibir.

Pertence a Rebelo da Silva um cômputo da população para o último quartel do século XVI. Importa ele em 1.080.000 habitantes, ou seja cerca de novecentos mil a menos do que era, segundo o mesmo autor, a nossa população no final do século anterior ⁽⁴⁾. Na esteira do nosso raciocínio podemos supô-la à volta dos dois milhões.

(1) O Professor João Tello de Magalhães Colaço encontrou na Biblioteca da Universidade de Coimbra uma cópia dos cadernos respectivos devida a João Pedro Ribeiro. Foram publicados pelo mesmo Professor na obra «Cadastro da População do Reino de Lisboa. 1929» reproduzida com ligeiras alterações na Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Ano II, 1934.

(2) O número de fogos das várias comarcas segundo as somas dos cadernos respectivos era o seguinte:

Entre Douro e Minho	55.010
Trás-os-Montes	35.616
Beira	67.211
Estremadura (incluindo Lisboa)	82.680
Entre Tejo e Guadiana	48.804

Os números do Algarve, cujo caderno desapareceu, podem supor-se reproduzidos no documento «lugares que vem aas Côrtes e os Vezinhos que tem: ano de 1535» publicado pelo visconde de Santarém nas suas «Memórias para a História e Teoria das Cortes Gerais». A soma dos fogos respectivos, que não inclui os dos concelhos de Aljezur e Vila do Infante, Portimão e Alvor, é de 8.323.

(3) José Gorani. Portugal. A Côte e o País nos anos de 1765 a 1767. Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. Editorial Ática. Lisboa MCMXIV. Pág. 26.

(4) Memória sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarquia até 1865. (Parte I — 1097-1640). Págs. 53 e 71.

Na era de seiscentos, aberta sob o signo do domínio dos reis castelhanos, a situação demorou em melhorar. Antes pelo contrário, devia ter piorado de início. Confundidos com Castela, tomados, só por isso, como inimigos dos seus inimigos, arruinados demográfica, financeira e economicamente, nós permanecemos no dispêndio de vidas e haveres. Enquanto os nossos melhores navios e soldados se empenhavam nas guerras de Castela em luta para a hegemonia europeia, tínhamos de mobilizar as últimas reservas para defender o que havia de património próprio disperso pelos cantos do mundo. Nestas condições não pode estranhar-se que a *Resenha da Gente de Guerra* mandada fazer pela Princesa Margarida em 8 de Abril de 1639, um ano antes da Restauração, só acusasse 239.000 indivíduos em condições de pegar em armas, o que correspondia, no cálculo de Rebelo da Silva, a um total de 1.100.000 a 1.200.000 pessoas ⁽¹⁾. Quer isso dizer que não houvera aumento, ou que este fora mínimo, desde o ano trágico de Alcácer, e que, portanto, no ponto de vista em que nos colocamos, pouco ultrapassávamos os mesmos dois milhões.

Terminado o domínio dos reis estrangeiros a população portuguesa podia enfim retomar a linha interrompida do seu progresso. Mas este havia de ser necessariamente lento e difícil, mercê das circunstâncias impostas pela guerra e pelas outras tarefas da restauração nacional.

O esforço feito para vencer na diplomacia e na guerra a nação mais poderosa do tempo que nos ocupava inteiramente, e as energias encontradas para continuar e ampliar em profundidade e em extensão pelos sertões brasileiros a nossa acção missionária e civilizadora, não podem compreender-se sem gravoso sacrifício demográfico. É certo, manda dizê-lo a justiça, a verdade histórica e até o nosso legítimo orgulho de povo imperial, que, para isso tudo, também contaram os Portugueses de além-mar. Mas a gente da metrópole tinha de ser sempre a base e a essência de tudo.

Deste modo não deve afastar-se muito da verdade o apanhado feito por Balbi em 1732, com base nos elementos fornecidos por D. Luiz Caetano de Lima e que atinge um total de 2.143.000.

Daí por diante ao longo do 2.º e 3.º quartéis do século XVIII, vividos em parte à sombra do Tratado de Methuen e em parte sob a preocupação industrializadora e monopolista do marquês de Pombal, o crescimento da população deve ter sido modesto.

O ouro do Brasil foi, no primeiro, compensação para o nosso atraso industrial e agrícola, e, no segundo, recurso escasso para custeio das reformas económicas, mas em caso nenhum factor de prosperidade nacional. Por isso um apuramento de 1768 dá-nos apenas 2.409.698 para o continente.

No reinado de D. Maria I as circunstâncias modificaram-se profundamente. A intensificação da vida económica, o esplendor cultural e as grandes obras de fomento que o caracterizaram, documentam o acréscimo populacional que veio a ser comprovado pelo *recenseamento* mandado fazer em 1801 pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cujos resultados atingiram para o continente 2.931.930 e para as ilhas (que pela primeira vez aparecem nesta súmula) 183.400 habitantes.

Logo nesse mesmo ano de 1801, que inicia o século XIX, surge a guerra que, estrangeira ou fratricida, há-de acompanhar, com tréguas raras e pequenas, quase toda a sua primeira metade. Mas a guerra de 1801, embora nos tivesse saído muito cara pela perda de Olivença, até agora por restituir, foi breve e de tal sorte que não pode estranhar-se que em 1807 a população do continente, mantendo o ritmo de crescimento adquirido, já tivesse subido para 3.199.000.

A chegada dos Franceses nesse mesmo e trágico ano de 1807 deve ter mudado muito a face das coisas. É o que mostra o número obtido para 1815 que se cifra em 2.959.000.

Depois, a população do País sobe e desce nas alternativas das vicissitudes da época conforme revelam os apuramentos e cálculos coevos.

Em 1822, a sete anos de relativa paz contados desde 1815 — 3.173.000; em 1835, por assim dizer no termo da guerra civil — 3.061.684; em 1854, no início da chamada normalidade constitucional — 3.499.421.

Dez anos depois, em 1864, surgiu o primeiro recenseamento português digno desse nome, cujos resultados (3.829.618 para o continente e 358.792 para as ilhas) se conformam singularmente com os cálculos ou cálculos anteriores.

Cingindo-nos ao continente, uma diferença de 330.000 habitantes nos dez anos de 1854 a 64 deve estar em relação com a de 430.000 nos vinte anos de 1835 a 54. Na farandolagem dos primeiros tempos do liberalismo, apenas sustentados pela almoeda dos bens nacionais, entrecortados de revoluções e pronunciamentos, fechados com a intervenção estrangeira, não se poderia admitir um desenvolvimento populacional tão intenso como nos dez anos seguintes. Estes, embora vividos já sob o signo do empréstimo externo, se não foram de prosperidade foram pelo menos de paz, de trabalho e de fomento.

Nos 14 anos decorridos até ao recenseamento de 1878, feito sob os moldes do de 1864, a população do continente teve um aumento por assim dizer igual ao dos dez anos precedentes. As ilhas também registaram nesse período um acréscimo apreciável quase de 10 %. Foi um tempo quase sem história, mas em que se continuaram a abrir estradas, a assentar linhas férreas e a amarrar fios de telégrafo.

Em lugar dos 4.550 milhares de habitantes de 1878, o censo de 1890 recolheu em Portugal (continente e ilhas) 5.050 milhares, sendo toda a diferença de meio milhão devida ao continente, visto que as ilhas ainda acusaram uma diminuição, embora mínima.

A política da viação produzia os seus efeitos. Se eles não corresponderam inteiramente aos sonhos de Fontes, tinham pelo menos desentorpecido o País e criado as condições mínimas indispensáveis à sua vida e progresso nos tempos modernos. E a população crescia de modo até então nunca verificado em Portugal. A escala das densidades por Km.² é a medida mais impressiva desse crescimento: 45,7 em 1864; 49,6 em 1878; e 55,1 em 1890.

(1) Obra cit. Pág. 71.

Capítulo II

Variação da população a partir de 1890

§ 1.º No total do País ; a/ Comparação com outros países ; § 2.º No continente e nas ilhas ; a/ Em cada período intercensuário ; b/ No conjunto dos 50 anos. § 3.º Nos distritos ; a/ Em cada período intercensuário ; b/ No conjunto dos 50 anos. § 4.º Nos concelhos : a/ Em cada período intercensuário ; b/ No conjunto dos 50 anos.

§ 1.º — No total do País

O censo efectuado em 1 de Dezembro de 1890 acusou para o total do País (continente e ilhas adjacentes) uma população presente de 5.049.729 habitantes.

Esse número constitui o ponto de partida para o estudo da evolução da população de Portugal no período que se tomou para objecto deste relatório. Ele é também, por isso mesmo, o primeiro que figura no quadro n.º 1 aonde se incluem os totais da população presente obtidos nos censos seguintes e que foram respectivamente os de 1900, 1911, 1920, 1930 e 1940.

Todos esses censos, à excepção do de 1911, se realizaram nos anos terminados em 0 em obediência ao disposto na carta de lei de 25 de Agosto de 1887. A proclamação da república em Outubro de 1910 e as perturbações provocadas por esse facto político na vida do País, impediram a efectivação do censo nesse ano, para o qual já se tinham tomado as devidas providências legais. Adiado para o ano imediato, o censo veio a ser o de 1911.

A variação em números absolutos, a percentagem de variação e a variação média anual em cada um dos intervalos censuários e no meio século por eles totalizado, compõem e esclarecem o quadro citado.

I — Variação da população presente

Censos	População presente	Variação		
			%	Média anual
1890	5.049.729			
1900	5.423.132	373.403	7,4	37.340
1911	5.960.056	536.924	9,9	48.811
1920	6.032.991	72.935	1,2	8.104
1930	6.825.883	792.892	13,1	79.289
1940	7.722.152	896.269	13,1	89.627
1890-1940		2.672.423	52,9	53.449

Do seu exame avulta em primeiro lugar a quebra do aumento verificada no intervalo 12-20, que mostra como foram sensíveis para o desenvolvimento da população de Portugal as lutas políticas, os males causados pela guerra e muito principalmente as devastações da gripe pneumónica. Ver-se-á mais adiante o modo como o movimento demográfico foi atingido por essas causas, que não agiram somente sobre o obituário.

A segunda observação a recolher é a importância dos aumentos revelados nos dois decénios 21-30 e 31-40. Embora a percentagem de variação no primeiro tivesse sido ligeiramente superior à do segundo, a verdade é que a simples progressão dos números absolutos é impressionante. E tendo em conta o carácter anómalo do intervalo 12-20 e as circunstâncias demográficas que agiram para a sua correcção nos primeiros anos do intervalo imediato, (1) a progressão em 31-40 excede em significado o valor relativo das suas percentagens de variação. Pode assim concluir-se que a população portuguesa atingiu o ano de 1940 em sempre maior proporção de crescimento.

No conjunto, desde 1890 até 1940, a população de Portugal aumentou em 2.672.423 habitantes, que representam um excesso de 52,9 % sobre o número inicial.

A importância deste acréscimo só pode ser avaliada, por um lado, perante os números do desenvolvimento demográfico anterior a 1890, que foram referidos no capítulo precedente, e, por outro, nas condições do progresso populacional dos outros países do Ocidente europeu no mesmo período.

(1) Ver gráfico n.º 3. (Movimento fisiológico ano a ano).

2 — Variação comparada da população (em %)

Países	Intervalos													
	1891-1900		1901-1911		1912-1920		1921-1930		1931-1940		1891-1930		1891-1940	
		Posição		Posição		Posição		Posição		Posição		Posição		Posição
Portugal	7,4	5	9,9	4	1,2	5	13,1	1	13,1	1	35,2	4	52,9	1
Bélgica	10,3	4	10,9	2	0,6	6	8,4	4	x		33,3	6	x	
Espanha	5,9	6	7,2	5	6,9	2	10,6	2	8,9	2	31,2	5	47,4	2
França	0,8	7	1,9	7	-1,0	7	6,3	5	x		8,1	7	x	
Itália	14,1	1	6,8	6	9,5	1	8,4	3	x		44,7	1	x	
Reino Unido	12,0	3	10,4	3	4,8	3	4,7	7	x		35,6	3	x	
Suiça	13,4	2	13,2	1	3,2	4	4,9	6	x		39,0	2	x	

a) *Comparação com outros países.* — A comparação do progresso da população de Portugal com o dos outros países do Ocidente da Europa é feita no quadro n.º 2. Infelizmente não foi possível completá-lo, porquanto, de todos os países considerados, apenas a Espanha possui números relativos ao termo do decénio 31-40, através do recenseamento efectuado neste último ano.

O estado de guerra ou a situação de emergência criada por ela, impediram a realização dos censos belga e suíço previstos para 1940, e do inglês, francês e italiano previstos para 1941.

O diferimento de um ano determinado pela data dos recenseamentos nestes últimos países, não prejudica, como é óbvio, o interesse e valor da comparação. A diferença de coincidência entre os períodos respectivos, que avulta por se tratar de anos diferentes, é em muitos casos menor do que aquela que poderia resultar de recenseamentos efectuados dentro do mesmo ano, nas variações que comporta dentro dele a localização da data censuária.

A forma como o quadro está organizado, incluindo além das percentagens de variação a posição ocupada por cada país na escala das percentagens dos vários períodos de tempo, evidencia o avanço da posição do crescimento da população de Portugal

relativamente à dos outros países. Do quinto lugar no intervalo 91-900 passou ao quarto no intervalo de 901-11, para ocupar o primeiro entre 21-30, último período em que é possível uma comparação completa.

O único atraso registou-se entre 12-20 que, no entanto, se limitou a anular a vantagem relativa obtida no intervalo precedente.

No decénio 31-40 a comparação só pode ser feita com a Espanha e esta mesma é prejudicada pelos gravíssimos acontecimentos políticos que, entre esses anos, anormalizaram a vida espanhola e muito devem ter afectado o desenvolvimento da sua população. Em todo o caso, a diferença das percentagens de variação dos dois países é suficientemente grande para que possa admitir-se que, mesmo sem a influência dos acontecimentos referidos, a posição de Portugal teria sido de vantagem relativamente ao País vizinho.

No total dos quarenta anos (91-30) a percentagem portuguesa coloca-se em quarto lugar, sendo precedida pelas italiana, suíça e inglesa, mas, tendo em conta as tendências, a posição de Portugal resulta ainda mais favorável.

No meio século 91-40 a percentagem de Portugal atingiu 52,9 ao passo que a espanhola se cifrou em 47,4.

§ 2.º — No continente e nas ilhas

Passando à análise do aumento da população nas várias divisões do País, a primeira a ter em conta é a geográfica, consequente da repartição do território metropolitano em continental e insular. A parte continental, que abrange 96,6 % do total da superfície da metrópole, apresenta condições de vida e desenvolvimento demográfico diversas das da parte insular. O quadro n.º 3 tem por fim comparar as percentagens de variação da população nos cinco períodos intercensuários de 91-40.

3 — Variação da população (em %)

Censos	Continente	Ilhas adjacentes	Quota parte das ilhas (%)
1890			7,7
1900	7,6	4,4	7,5
1911	10,6	1,4	6,9
1920	1,3	-0,3	6,8
1930	13,1	13,3	6,8
1940	13,0	15,4	7,0
1890-1940	54,2	37,8	

Infere-se dele que até 1911 o aumento de facto da população das ilhas foi muito inferior ao do continente, acentuando-se particularmente essa diferença no período 901-11. No período 12-20 as ilhas acusaram, com uma diminuição do número de habitantes, a depressão demográfica consequente dos males da época. No continente o aumento foi mínimo mas ainda se verificou. Porém, a partir de 1920 a situação inverte-se apresentando as ilhas uma percentagem de aumento superior à do continente. A diferença pequena entre 21-30 torna-se já muito sensível no decénio seguinte.

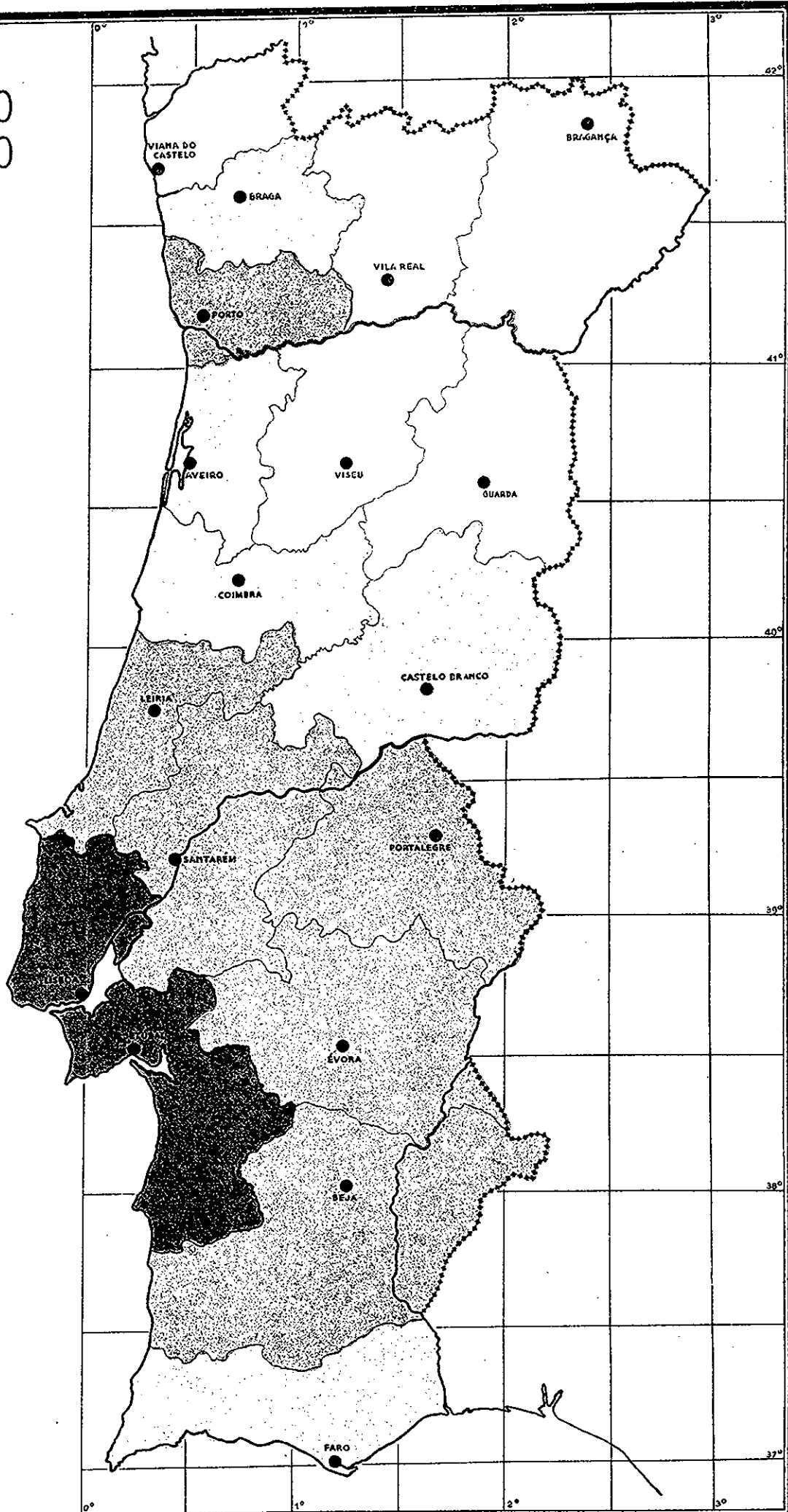
No total do meio século a situação do continente com 54,2 de percentagem de variação, distancia-se muito das ilhas que apenas registaram 37,8. A quota parte representada pela população das ilhas na população total do País tem variado de acordo com o exposto, mas revela tendência para diminuição. É o que pode concluir-se da proporção da última coluna do quadro.

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Variação da população
nos distritos

1890 — 1940

(em %)



Legenda

Aumento:

De 100 e mais %

» 50 a 99 %

» 25 » 49 %

» 0 » 24 %



ESCALA

0 15 30 45 60 Km.

§ 3.º — Nos distritos

Depois da divisão geográfica referida, é a divisão administrativa que passa a ser objecto da nossa análise.

Começaremos pelos distritos, muito embora eles sejam legalmente definidos ⁽¹⁾ como agrupamentos de concelhos.

Nessa análise não se fará distinção entre o continente e as ilhas. Isto, porque as diferenças que se constatarem entre a situação demográfica do conjunto de cada uma dessas grandes divisões do território, não impedem que sejam isoladamente comparáveis as divisões administrativas duma e doutra. É que o mar não separa, mas apenas une, duas partes do mesmo todo, que se impõe considerar como tal.

De resto, a forma como nos quadros subsequentes se misturam os distritos e concelhos continentais ou insulares vale como prova da razão deste critério.

O quadro n.º 4 contém os números absolutos e relativos da variação da população dos distritos nos cinco períodos. A inscrição daqueles é feita pela ordem de grandeza da percentagem de aumento no período total. Tanto nos números absolutos, como nos relativos, compuseram-se em tipo diferente os superiores aos números médios ou às percentagens de variação do País nos períodos respectivos.

Não obstante os números relativos serem o principal objecto do estudo e a base natural das conclusões a procurar, não será descabida uma referência aos absolutos. Ela justifica-se, pelo menos, quanto ao período 12-20 para relevar o facto impressionante do aumento da população dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal ter sido de 103.877 habitantes, quando o aumento global do País apenas fora de 72.935. Doze distritos pagaram, com decréscimos de população, essa anomalia que acusa a intensidade do urbanismo nessa época perturbada.

a) *Em cada período intercensuário.* — Passando às percentagens de variação nos vários intervalos censuários podem tirar-se as seguintes conclusões:

1) Os distritos de maiores percentagens de aumento foram, nos quatro primeiros intervalos, sempre Setúbal e Lisboa. No último decénio Setúbal é substituído pelo Funchal, no primeiro lugar, continuando Lisboa no segundo.

2) As posições imediatas variam muito de período para período. No entanto, os distritos do Porto, Beja, Évora, Santarém, Portalegre e Funchal são os que aparecem nessas posições com mais frequência. Com carácter excepcional apareceram com percentagens elevadas de aumento os distritos de Faro (91-900), Leiria (12-20) e Braga e Ponta Delgada (31-40). O caso destes dois últimos distritos, que foram os de maior percentagem de aumento depois do Funchal e de Lisboa entre 31-40, é muito para relevar atendendo a tratar-se de distritos de elevada densidade demográfica. Mais adiante faremos referência às ilações que esse facto consente.

3) As variações mínimas nem sempre pertenceram aos mesmos distritos. Em todo o caso aqueles que mais constantemente as apresentaram foram os da Horta e de Angra do Heroísmo. Os distritos de Bragança e Vila Real, que nos quatro primeiros períodos se colocaram sempre nos últimos lugares, cabendo até ao primeiro a percentagem máxima de diminuição no período crítico de 12-20, registaram no de 31-40 um aumento excepcional, superior à média do País. Com os distritos de Coimbra e

(1) Art.º 1.º do Código Administrativo.

4 — Variação da população

Distritos	Variação da população						Percentagem da variação					
	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40
Setúbal	22.091	29.723	20.244	46.405	35.216	153.679	19,2	21,6	12,1	24,8	15,1	133,4
Lisboa	76.260	113.122	60.970	160.277	163.521	574.140	15,4	19,8	8,9	21,5	18,0	115,8
Funchal	16.534	19.209	9.219	32.599	38.523	116.084	12,3	12,8	5,4	18,2	18,2	86,6
Beja	6.011	28.887	8.116	39.850	34.976	117.870	3,8	17,7	4,2	19,9	11,5	74,8
Évora	8.280	20.233	4.944	27.613	27.100	88.170	6,9	15,8	3,3	18,0	15,0	73,6
Porto	51.844	81.772	22.663	107.434	128.035	391.748	9,5	13,7	3,3	15,3	15,8	71,7
Santarém	28.425	42.621	6.237	46.505	43.479	167.267	11,2	15,1	1,9	14,0	11,5	65,7
Portalegre	11.050	17.050	5.917	18.945	20.030	72.992	9,7	13,7	4,2	12,9	12,0	64,4
Leiria	23.283	23.877	16.492	35.416	39.135	138.203	10,8	10,0	6,3	12,7	12,4	64,1
Portugal (Variação média, por distrito)	16.973	21.406	3.315	36.011	40.740	121.474	7,4	9,9	1,2	13,1	13,1	52,9
Aveiro	15.567	32.931	7.584	38.169	48.176	142.427	5,4	10,9	2,3	11,1	12,6	49,5
Castelo Branco	11.397	24.576	- 2.017	26.406	34.097	94.469	5,6	11,3	- 0,8	11,0	12,8	46,0
Braga	18.851	25.117	- 6.136	38.643	68.120	144.606	5,6	7,0	- 1,6	10,3	16,4	42,7
Faro	20.556	17.670	- 4.567	32.468	16.866	88.393	11,6	6,9	- 1,7	12,1	5,6	38,9
Coimbra	14.005	27.219	- 6.266	31.687	23.869	93.514	4,4	8,2	- 1,7	9,8	6,2	29,4
Ponta Delgada	2.968	- 5.173	- 4.307	15.971	21.828	31.287	2,4	- 4,1	- 3,5	13,5	16,3	23,1
Viana do Castelo	7.901	11.983	- 1.201	14.215	18.335	51.230	3,8	5,6	- 0,5	6,3	7,6	24,7
Vila Real	4.894	3.351	- 10.018	18.495	35.120	51.812	2,1	1,4	- 4,1	7,9	13,8	21,8
Viscu	11.238	14.461	- 11.566	26.609	31.090	74.892	2,9	3,6	- 2,8	6,6	7,9	19,2
Bragança	5.484	6.862	- 21.722	14.862	28.069	33.555	3,1	3,7	- 11,3	8,7	15,2	18,7
Guarda	13.015	9.986	- 15.373	11.371	26.552	45.531	5,2	3,8	- 5,7	4,4	9,9	18,3
Angra do Heroísmo	1.181	- 3.375	- 2.699	3.244	7.607	5.938	1,6	- 4,6	- 3,9	4,8	10,8	8,3
Horta	- 3.452	- 5.178	- 3.547	2.703	3.515	- 5.954	- 5,9	- 9,4	- 7,1	5,8	7,1	- 10,1

Faro sucedeu precisamente o contrário. A aumentos apreciáveis e constantes nos primeiros 40 anos, sucederam no decénio 31-40 os aumentos mínimos. Adiante, quando se estudar a combinação do aumento de facto com o fisiológico, será possível determinar o sentido dessas alterações.

4) Excluindo o intervalo anómalo 12-20 houve distritos que acusaram sempre progresso nas suas taxas de aumento. Foram os do Porto, Aveiro, Braga, Viana do Castelo, Viseu e Bragança.

5) Os distritos de Setúbal e Faro foram os únicos, entre todos, que tiveram de 31 a 40 aumentos proporcionalmente inferiores aos do decénio 91-900.

b) *No conjunto dos 50 anos.* — Encarando o total dos cinquenta anos são os distritos de Lisboa e Setúbal que aparecem nos primeiros lugares, em situação que os distingue de todos os outros, tendo sido também os únicos que duplicaram a sua população.

A seguir vêm os distritos do Funchal, Beja, Évora, Porto, Santarém, Portalegre e Leiria com taxas de aumento entre

86,6 % e 64 %, todas muito superiores à média geral do País e à do continente.

Os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Braga e Faro ocupam uma situação intermédia. Abaixo, já com taxas reconhecidamente inferiores, inscrevem-se os de Coimbra, Ponta Delgada, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda. Muito afastados destes últimos surgem, em situação especial, os distritos de Angra do Heroísmo e Horta, o primeiro com o aumento insignificante de 8,3 % e o último com uma diminuição da ordem dos 10,1 %.

Pelo cartograma n.º 1 pode ajuizar-se da distribuição geográfica das taxas de aumento nos 50 anos. A primeira conclusão a tirar dele é a da arrumação dos maiores aumentos na metade Sul do País. Nesta, só o distrito de Faro apresenta o aumento inferior ao da média do País, ao passo que na metade Norte só o distrito do Porto a tem superior.

Os aumentos médios situam-se nos distritos de Leiria, Santarém e Portalegre, que marcam, mesmo geograficamente, a transição entre as duas zonas de maior e menor aumento.

§ 4.º — Nos concelhos

O quadro n.º 5 contém, em números absolutos, as variações da população, registadas nos cinco períodos intercensuários considerados, em cada um dos 302 concelhos do continente e ilhas existentes em 1940.

Como muitos desses concelhos tinham diferente área territorial ou nem sequer existiam à data dos outros recenseamentos, as populações respectivas foram todas reconstituídas à base da sua área em 1940. Os números absolutos não permitem um

exame objectivo do assunto, dadas as diferenças extraordinárias das populações dos concelhos, que iam, em 1940, do máximo de 709.179 ao mínimo de 687. No entanto, esses números, além do interesse decisivo que têm para o estudo da natureza dos aumentos de facto que será feito noutro capítulo em comparação com o movimento fisiológico, e que, só por si, justificaria a inclusão neste relatório do quadro respectivo, nem por isso deixam de permitir certas observações relevantes sob o ponto de vista demográfico.

5 — Variação da população

Concelhos	Variação da população						Porcentagem da variação					
	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40
Distrito de Aveiro												
Águeda	238	1.902	459	3.150	3.517	9.266	1,2	9,4	2,1	14,0	13,7	46,6
Albergaria-a-Velha	776	1.093	56	646	1.501	4.072	6,2	8,2	0,4	4,5	9,9	32,4
Anadia	- 303	1.723	1.427	2.805	2.248	7.900	- 1,7	10,1	7,6	13,8	9,7	45,4
Arouca	1.001	1.318	1.920	215	2.231	6.685	6,3	7,8	10,5	1,1	10,9	41,8
Aveiro	2.191	3.313	- 880	3.360	4.568	13.052	9,7	13,4	- 3,1	14,2	14,7	57,9
Castelo de Paiva	- 187	389	31	762	1.460	2.455	- 1,9	4,0	0,3	7,5	13,4	24,9
Espinho	2.207	2.506	1.054	2.098	2.553	10.418	30,6	26,6	8,8	16,2	16,9	144,6
Estarreja	713	1.806	- 752	1.242	1.445	4.454	3,7	9,1	- 3,5	5,9	6,5	23,3
Feira	2.837	5.121	8	7.343	9.394	24.703	7,8	13,0	0	16,5	18,1	67,7
Ílhavo	1.855	1.513	265	1.940	2.156	7.729	17,2	12,0	1,9	13,5	13,2	71,8
Mealhada	- 72	1.389	728	1.768	1.816	5.629	- 0,7	14,1	6,5	14,8	13,2	56,7
Murtosa	- 163	- 730	154	202	551	14	- 1,2	- 5,4	1,2	1,6	4,2	0,1
Oliveira de Azeméis	1.451	3.155	832	2.701	4.377	12.516	5,8	12,0	2,8	8,9	13,3	50,4
Oliveira do Bairro	520	1.716	878	2.148	1.332	6.594	5,8	18,2	7,9	17,9	9,4	74,2
Ovar	102	2.184	- 644	2.892	926	5.460	0,4	8,8	- 2,4	10,9	3,2	22,0
S. João da Madeira	219	878	425	1.047	1.963	4.532	7,6	2,8	10,7	23,9	36,1	158,1
Sever do Vouga	599	765	521	1.312	547	3.744	7,1	8,5	5,3	12,7	4,7	44,3
Vagos	750	1.787	562	1.096	2.560	6.755	6,9	15,4	4,2	7,9	17,0	62,3
Vale de Cambra	833	1.103	540	942	2.422	5.840	7,3	9,1	4,1	6,8	16,4	51,4
Distrito de Beja												
Aljustrel	987	3.966	90	2.810	2.035	9.888	13,4	47,6	0,7	22,7	13,4	134,6
Almodôvar	- 7	711	352	2.118	1.864	5.038	- 0,1	6,7	3,1	18,0	13,4	47,1
Alvito	290	1.017	- 146	501	1.140	2.802	10,3	32,7	- 3,5	12,6	25,5	99,5
Barrancos	- 334	130	231	176	291	494	- 11,2	4,9	8,3	5,9	9,2	16,6
Beja	1.726	4.173	1.103	6.121	5.487	18.610	7,3	16,5	3,7	20,0	14,9	78,8
Castro Verde	- 323	1.648	721	1.227	1.403	4.676	- 4,3	22,7	8,1	12,7	12,9	61,6
Cuba	109	670	516	690	328	2.313	1,8	10,9	7,6	9,4	4,1	38,5

5 — Variação da população (continuação)

Concelhos	Variação da população						Porcentagem da variação					
	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40
Distrito de Beja (continuação)												
Ferreira do Alentejo	316	1.317	419	2.290	2.029	6.371	3,9	15,7	4,3	22,6	16,4	79,0
Mértola	-271	3.733	-1.783	4.986	3.336	10.001	-1,4	20,1	-8,0	24,3	13,1	53,1
Moura	1.149	2.623	1.526	2.320	3.614	11.232	7,1	15,2	7,7	10,8	15,2	69,7
Odemira	1.055	3.702	3.394	5.201	7.337	20.689	5,5	18,1	14,1	18,9	22,4	106,9
Ourique	93	1.758	576	2.327	2.127	6.881	1,0	18,9	5,2	20,0	15,2	74,7
Serpa	1.026	3.029	1.631	7.026	3.516	16.228	6,2	17,2	7,9	31,5	12,0	96,6
Vidigueira	225	410	-514	2.057	462	2.640	2,7	4,8	-5,7	24,4	4,4	31,7
Distrito de Braga												
Amares	434	507	19	331	1.575	2.866	3,5	4,0	0,1	2,5	11,6	23,3
Barcelos	1.824	4.088	978	5.654	9.295	21.839	4,0	8,7	1,9	10,9	16,1	48,4
Braga	2.907	2.553	-3.739	9.584	9.410	20.715	5,3	4,4	-6,2	16,8	14,1	37,5
Cabeceiras de Basto	1.082	1.175	-1.150	1.012	1.849	3.968	7,1	7,2	-6,6	6,2	10,7	26,1
Celorico de Basto	159	1.041	-158	455	2.027	3.524	0,8	5,2	-0,7	2,2	9,4	17,6
Esposende	334	1.038	172	1.795	2.659	5.998	2,3	6,9	1,1	11,1	14,8	41,0
Fafe	1.611	2.799	-121	2.945	4.319	11.553	6,3	10,3	-0,4	9,8	13,1	45,0
Guimarães	5.028	4.274	-2.766	7.755	16.833	31.144	10,1	7,8	-4,7	13,8	26,3	62,7
Póvoa de Lanhoso	665	1.141	-309	1.149	1.531	4.177	4,1	6,7	-1,7	6,5	8,1	25,7
Terras do Bouro	241	641	21	727	1.321	2.951	2,9	7,6	0,2	8,0	13,5	36,0
Vieira do Minho	1.181	222	-521	630	1.859	3.371	8,7	1,5	-3,5	4,3	12,3	24,8
Vila Nova de Famalicão	2.451	3.806	1.658	4.769	11.441	24.125	7,8	11,2	4,4	12,1	25,9	76,5
Vila Verde	934	1.832	-219	1.837	3.991	8.375	3,0	5,8	-0,7	5,5	11,3	27,2
Distrito de Bragança												
Alfândega da Fé	212	400	-1.318	864	1.004	1.162	2,4	4,5	-14,1	10,8	11,3	13,4
Bragança	444	519	-2.832	1.099	4.894	4.124	1,5	1,7	-9,0	3,9	16,5	13,6
Carraceda de Aniciães	811	-210	-1.500	1.099	1.386	1.586	6,2	-1,5	-11,0	9,0	10,5	12,2
Freixo de Espada à Cinta	302	81	-640	611	554	908	4,6	1,2	-9,2	9,7	8,0	13,9
Macedo de Cavaleiros	445	1.707	-2.604	1.450	2.919	3.917	2,4	8,9	-12,4	7,9	14,7	20,8
Miranda do Douro	585	572	-487	313	1.494	2.477	5,8	5,4	-4,3	2,9	13,5	24,6
Mirandela	1.037	1.254	-4.087	4.718	4.608	7.530	5,2	6,0	-18,5	26,2	20,3	38,0
Mogadouro	1.253	-490	-1.329	615	2.312	2.361	7,7	-2,8	-7,8	3,9	14,1	14,5
Torre de Moncorvo	1.259	843	-1.975	1.509	2.524	4.160	8,7	5,4	-12,0	10,4	15,7	28,9
Vila Flor	-1.079	486	-1.220	677	1.534	398	-9,9	4,9	-11,8	7,4	15,6	3,6
Vimioso	242	934	-1.492	944	1.182	1.810	2,3	8,5	-12,6	9,1	10,4	16,9
Vinhais	-27	766	-2.238	963	3.658	3.122	-0,1	3,8	-10,8	5,2	18,8	15,6
Distrito de Castelo Branco												
Belmonte	875	694	112	946	1.232	3.859	15,3	10,5	1,5	12,8	14,8	67,7
Castelo Branco	2.865	4.244	2.244	6.717	6.136	22.206	8,2	11,3	5,4	15,2	12,1	63,9
Covilhã	-3.534	3.925	-3.021	5.143	10.040	12.553	-7,4	8,9	-6,3	11,4	19,9	26,2
Fundão	2.753	3.423	331	3.874	3.714	14.095	8,4	9,7	0,9	9,9	8,6	43,2
Idanha-a-Nova	2.440	4.128	-1.235	2.334	4.690	12.357	12,0	18,2	-4,6	9,1	16,8	60,9
Oleiros	642	847	-95	530	1.520	3.444	6,2	7,6	-0,8	4,5	12,3	33,0
Penamacor	555	1.904	-568	2.155	676	4.722	4,4	14,6	-3,8	15,0	4,1	37,7
Proença-a-Nova	1.255	1.840	-51	2.083	2.045	7.172	12,2	15,9	-0,4	15,6	13,3	69,7
Sertão	2.164	2.115	606	876	2.689	8.450	11,8	10,3	2,7	3,8	11,2	46,1
Vila de Rei	347	647	-272	733	572	2.027	5,5	9,7	-3,7	10,4	7,3	32,0
Vila Velha de Ródão	1.035	809	-68	1.015	783	3.574	17,2	11,4	-0,9	13,0	8,9	59,2
Distrito de Coimbra												
Arganil	93	635	-253	-207	-76	192	0,5	3,1	-1,2	-1,0	-0,4	0,9
Cantanhede	-47	2.372	-195	4.538	1.795	8.463	-0,2	8,7	-0,7	15,5	5,3	31,1
Coimbra	3.485	7.712	55	14.961	9.297	35.510	6,8	14,1	0,1	23,9	12,0	69,3
Condeixa-a-Nova	-15	951	-203	613	411	1.757	-0,1	8,2	-1,6	5,0	3,2	15,1
Figueira da Foz	3.249	2.752	-766	5.434	3.126	13.795	8,3	6,5	-1,7	12,2	6,3	35,1
Góis	696	973	-131	86	-238	1.386	6,4	8,5	-1,1	0,7	-1,9	12,8
Lousã	662	1.004	-736	1.753	992	3.675	6,2	8,8	-6,0	15,1	7,4	34,4
Mira	686	541	420	697	1.772	4.116	9,4	6,8	4,9	7,8	18,4	56,5
Miranda do Corvo	-97	712	-355	177	776	1.213	-0,8	5,9	-2,8	1,4	6,1	9,9
Montemor-o-Velho	487	1.949	-461	1.923	1.941	5.839	2,3	8,9	-1,9	8,2	7,6	27,2
Oliveira do Hospital	981	644	-837	1.060	655	2.503	3,8	2,4	-3,1	4,0	2,4	9,8
Pampilhosa da Serra	1.171	1.414	-130	892	735	4.082	10,7	11,7	-1,0	6,6	5,1	37,2
Penacova	-269	1.017	-353	719	959	2.073	-1,6	6,1	-2,0	4,1	5,3	12,2
Penela	899	1.528	-1.114	366	-225	1.454	9,5	14,7	-9,3	3,4	-2,0	15,3
Poiães	382	460	88	-317	446	1.059	5,3	6,1	1,1	-3,9	5,7	14,7
Soure	1.741	2.179	-447	1.546	1.267	6.286	9,5	10,8	-2,0	7,1	5,4	34,2
Tábua	-99	376	-848	446	199	74	-0,6	2,2	-4,8	2,7	1,2	0,4
Distrito de Évora												
Alandroal	727	1.151	497	1.629	1.239	5.243	11,2	15,9	5,9	18,3	11,8	80,5
Arraiolos	-79	1.177	1.007	1.547	914	4.566	-0,9	14,1	10,6	14,7	7,6	54,2
Borba	213	427	437	1.255	703	3.035	3,4	6,5	6,3	16,9	8,1	47,9
Estremoz	1.517	1.431	852	2.547	1.997	8.344	10,1	8,6	4,7	13,5	9,3	55,4
Évora	1.058	4.621	-2.215	7.089	7.624	18.177	4,3	18,0	-7,3	25,3	21,7	74,0

5 — Variação da população (continuação)

Concelhos	Variação da população						Percentagem da variação					
	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40
Distrito de Évora (continuação)												
Montemor-o-Novo	1.638	5.609	1.935	4.971	3.629	19.782	10,8	33,3	8,6	20,4	19,2	130,1
Mora	1.009	830	370	1.687	1.181	5.077	21,8	14,7	5,7	24,7	13,9	109,8
Mourão	-134	543	-43	873	440	1.679	-3,6	15,0	-1,0	21,2	8,8	44,7
Portel	627	1.021	210	1.203	990	4.051	8,4	12,7	2,3	12,9	9,4	54,5
Redondo	360	1.126	630	1.043	1.821	4.980	5,2	15,4	7,5	11,5	18,0	71,8
Reguengos de Monsaraz	548	705	359	1.987	2.110	5.710	5,8	7,0	3,3	17,9	16,1	60,2
Viana do Alentejo	392	1.235	736	869	1.273	4.505	8,5	24,6	11,8	12,4	16,2	97,4
Vila Viçosa	404	356	169	913	1.179	3.021	5,9	4,9	2,2	11,8	13,6	44,3
Distrito de Faro												
Albufeira	1.693	1.902	763	1.248	-364	5.242	18,3	17,3	5,9	9,2	-2,4	56,5
Alcoutim	-623	235	-633	1.268	1.193	1.435	-7,1	2,8	-7,4	16,1	13,0	16,1
Aljezur	489	595	476	527	1.209	3.296	10,7	11,8	8,4	8,6	18,2	72,1
Alportel	1.611	786	-939	-19	-297	1.142	17,0	7,1	-7,9	-0,2	-2,7	12,0
Castro Marim	-265	458	-347	1.152	-19	979	-3,2	5,6	-4,0	14,0	-0,2	11,7
Faro	3.011	829	194	5.058	2.670	11.762	15,0	3,6	0,8	21,0	9,1	58,5
Lagoa	1.723	896	-235	564	395	3.343	16,6	7,4	-1,8	4,4	3,0	32,2
Lagos	592	2.262	-305	703	115	3.367	4,4	16,2	-1,9	4,4	0,7	25,1
Loulé	5.547	-88	-24	1.538	6.253	13.226	14,4	-0,2	-0,1	3,5	13,8	34,4
Monchique	874	1.228	-86	1.531	859	4.406	8,2	10,7	-0,7	12,1	6,1	41,5
Olhão	3.272	999	-507	3.934	1.013	8.711	15,8	4,2	-2,0	16,1	3,6	42,0
Portimão	2.125	2.177	-973	6.137	222	9.688	18,3	15,8	-6,1	41,0	1,1	83,3
Silves	3.413	2.275	728	2.413	1.217	10.046	13,1	7,7	2,3	7,4	3,5	38,6
Tavira	1.340	570	-1.108	3.377	883	5.062	5,6	2,3	-4,3	13,7	3,1	21,2
Vila do Bispo	647	1.025	82	57	13	1.824	15,1	20,8	1,4	0,9	0,2	42,7
Vila Real de Santo António	1.112	1.521	-1.653	2.980	146	4.106	13,1	15,8	-14,8	31,4	1,2	48,3
Distrito da Guarda												
Aguar da Beira	352	457	-243	284	640	1.490	4,4	5,4	-2,7	3,3	7,2	18,5
Almeida	731	328	-2.112	178	1.175	300	4,5	1,9	-12,3	1,2	7,7	1,9
Celorico da Beira	403	147	-887	448	1.018	1.129	2,6	0,9	-5,6	3,0	6,6	7,4
Figueira de Castelo Rodrigo	212	848	-1.844	62	711	-11	1,5	5,8	-11,9	0,5	5,2	-0,1
Fornos de Algodres	797	-192	-276	364	575	1.268	8,6	-1,9	-2,8	3,8	5,8	13,6
Gouveia	1.882	1.046	-2.245	1.671	2.157	4.511	8,4	4,3	-8,8	7,2	8,7	20,1
Guarda	1.525	2.324	-1.904	1.924	4.379	8.248	3,8	5,6	-4,4	4,6	10,0	20,7
Manteigas	295	-64	-200	337	715	1.083	7,9	-1,6	-5,0	8,9	17,3	28,8
Meda	1.392	-173	-700	935	2.769	4.223	13,0	-1,4	-5,9	8,3	22,8	39,5
Pinhel	162	1.003	-1.620	731	1.814	2.090	0,9	5,4	-8,2	4,0	9,6	11,3
Sabugal	2.376	2.154	-1.125	1.849	5.985	11.239	7,9	6,6	-3,2	5,5	16,9	37,2
Seia	1.146	1.354	-517	1.276	1.005	4.264	3,8	4,4	-1,6	4,0	3,0	14,3
Trancoso	692	172	-432	80	1.800	2.312	4,0	1,0	-2,4	0,5	10,2	13,5
Vila Nova de Foz Côa	1.050	582	-1.268	1.232	1.809	3.405	8,2	4,2	-8,7	9,3	12,5	26,5
Distrito de Leiria												
Alcobaça	2.929	4.024	1.757	4.397	4.229	17.336	11,4	14,1	5,4	12,8	10,9	67,7
Alvaiázere	1.336	661	670	665	982	4.314	12,9	5,7	5,4	5,1	7,2	41,7
Ancião	866	594	632	1.243	1.377	4.712	7,0	4,5	4,5	8,5	8,7	37,8
Batalha	431	697	648	1.326	1.497	4.599	6,6	10,0	8,4	15,9	15,5	70,1
Bombarral	1.358	768	1.390	1.402	1.872	6.790	17,6	8,5	14,2	12,5	14,8	88,2
Caldas da Rainha	2.209	3.409	1.689	3.485	3.996	14.788	11,9	16,4	7,0	13,4	13,6	79,4
Castanheira de Pera	79	-329	-343	706	213	326	1,3	-5,5	-6,1	13,4	3,6	5,6
Figueiró dos Vinhos	651	924	181	685	655	3.096	7,5	10,0	1,8	6,6	5,9	35,9
Leiria	4.417	3.187	2.715	6.792	9.444	26.555	11,0	7,2	5,7	13,5	16,5	66,3
Marinha Grande	1.147	1.211	46	1.789	2.224	6.417	14,2	13,1	0,4	17,1	18,1	79,6
Nazaré	908	1.812	122	269	986	4.097	12,2	21,7	1,2	2,6	9,4	55,2
Óbidos	696	801	129	608	606	2.840	8,7	9,3	1,4	6,3	5,9	35,7
Pedrógão Grande	239	318	106	1.037	114	1.864	3,3	4,2	1,3	13,6	1,3	25,5
Peniche	575	1.612	2.777	3.646	1.843	10.453	7,5	19,7	28,3	29,0	11,4	137,1
Pombal	4.639	3.019	3.194	5.317	6.937	23.106	15,7	8,8	8,6	13,1	15,1	78,0
Porto de Mós	803	1.169	779	1.999	2.154	6.904	6,9	9,4	5,7	13,9	14,2	59,4
Distrito de Lisboa												
Alenquer	1.982	1.664	803	3.329	1.952	9.730	8,7	6,7	3,0	12,2	6,4	42,8
Arruda dos Vinhos	-66	761	899	513	539	2.646	-1,2	13,8	14,4	7,2	7,0	47,5
Azambuja	1.078	1.112	-1.445	2.973	1.565	5.283	10,3	9,7	-11,4	26,6	11,1	50,6
Cadaval	812	854	1.056	1.975	1.098	5.795	8,2	8,0	9,2	15,7	7,5	58,7
Cascais	1.575	4.847	1.002	6.677	8.253	22.354	18,7	48,4	6,7	42,1	36,6	264,8
Lisboa	55.588	79.350	51.013	108.018	114.789	408.758	18,5	22,3	11,7	22,2	19,3	136,1
Loures	1.800	3.907	421	3.467	6.218	15.813	9,3	18,4	1,7	13,6	21,4	81,4
Lourinhã	956	1.572	1.489	1.888	2.780	8.685	8,6	13,0	10,9	12,4	16,3	77,9
Mafra	969	1.581	283	2.983	2.905	8.721	4,0	6,3	1,1	11,0	9,7	36,0
Oeiras	2.675	6.599	1.555	10.472	8.988	30.289	33,1	61,3	9,0	55,3	30,6	374,3
Sintra	3.431	4.100	-470	8.077	6.783	21.921	15,0	15,6	-1,5	27,0	17,9	96,0
Sobral de Monte Agraço	217	171	137	853	310	1.688	3,9	3,0	2,3	14,1	4,5	30,5
Torres Vedras	3.596	3.339	2.991	6.036	3.796	19.758	11,2	9,4	7,7	14,4	7,9	61,8
Vila Franca de Xira	1.637	3.265	1.236	3.016	3.286	12.440	10,7	19,4	6,1	14,1	13,5	81,6

5 — Variação da população (continuação)

Concelhos	Variação da população						Percentagem da variação					
	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40
Distrito de Portalegre												
Alter do Chão	1.017	989	186	571	1.147	3.910	19,2	15,7	2,6	7,6	14,2	74,0
Arronches	106	1.071	393	855	619	3.014	2,7	27,0	7,8	15,8	9,9	79,0
Avis	1.045	856	75	49	1.226	3.851	32,6	12,8	1,0	0,6	16,0	76,4
Campo Maior	- 76	950	- 509	1.155	908	2.428	- 1,1	14,3	- 6,7	16,3	11,0	36,2
Castelo de Vide	34	147	337	- 169	386	735	0,5	2,2	5,0	- 2,4	5,6	11,2
Crato	667	1.193	585	637	825	3.907	12,9	20,4	8,3	8,4	10,0	75,4
Elvas	1.333	959	866	2.940	3.213	9.311	6,9	4,6	4,0	13,1	12,6	48,2
Fronteira	541	862	156	795	1.095	3.449	13,7	19,2	2,9	14,5	17,4	87,5
Gavião	197	1.260	570	1.098	1.017	4.142	3,2	20,1	7,6	13,6	11,1	68,2
Marvão	291	372	- 71	895	414	1.901	5,1	6,3	- 1,1	14,3	5,8	33,6
Monforte	940	624	- 184	1.091	836	3.307	21,3	11,6	- 3,1	18,8	12,1	74,8
Nisa	878	1.108	898	1.819	1.846	6.549	7,3	8,6	6,4	12,2	11,0	54,2
Ponte de Sor	1.180	2.881	2.066	2.983	2.984	12.091	17,6	36,5	19,2	23,2	18,9	180,0
Portalegre	1.667	2.520	222	2.796	1.992	9.197	10,0	13,7	1,1	13,2	8,3	54,9
Sousel	630	1.258	327	1.430	1.522	5.167	10,8	19,5	4,2	17,8	16,1	88,7
Distrito do Porto												
Amarante	1.537	2.318	- 402	3.096	2.955	9.501	4,9	7,0	- 1,1	8,9	7,8	30,3
Baião	508	1.883	201	1.660	1.887	6.139	2,2	8,1	0,8	6,6	7,0	27,1
Felgueiras	1.278	1.315	- 161	1.475	3.500	7.407	5,9	5,7	- 0,7	6,1	13,7	34,3
Gondomar	1.261	5.615	3.471	8.183	11.204	29.734	4,4	17,4	9,2	19,8	22,6	95,8
Lousada	692	1.161	375	1.361	2.747	6.336	4,6	7,0	2,1	7,5	14,1	40,0
Maia	941	3.792	2.006	4.146	6.987	17.872	5,0	19,3	8,5	16,3	23,6	95,3
Marco de Canaveses	684	1.251	763	2.452	3.552	8.702	2,5	4,4	2,6	8,1	10,9	31,7
Matosinhos	5.396	9.185	817	15.884	11.918	43.200	27,4	36,6	2,4	45,3	23,4	219,5
Paços de Ferreira	456	2.068	- 57	2.036	2.680	7.183	4,0	17,6	- 0,4	14,8	16,9	63,5
Paredes	1.184	2.440	1.515	2.046	4.437	11.622	6,0	11,7	6,5	8,3	16,5	59,2
Penafiel	1.459	2.880	181	2.729	4.369	11.618	4,8	9,0	0,5	7,8	11,6	38,2
Porto	21.216	26.054	9.082	29.189	30.029	115.570	14,5	15,5	4,7	14,4	12,9	78,8
Póvoa de Varzim	1.137	765	915	3.528	2.742	9.087	5,0	3,2	3,7	13,9	9,5	40,2
Santo Tirso	2.929	4.664	1.874	5.912	10.566	25.975	11,5	16,4	5,7	17,0	25,8	101,6
Valongo	615	1.821	1.072	2.627	5.974	12.109	5,5	15,5	7,9	17,9	34,5	108,5
Vila do Conde	1.667	2.990	2.286	2.486	4.541	13.970	6,6	11,1	7,6	7,7	13,1	55,1
Vila Nova de Gaia	8.884	11.570	- 1.275	18.594	16.403	54.176	13,6	15,6	- 1,5	22,0	15,9	82,9
Distrito de Santarém												
Abrantes	2.647	4.435	1.423	6.434	5.076	20.015	10,9	16,5	4,5	19,6	12,9	82,5
Alcanena	636	1.083	287	1.032	1.710	4.748	7,9	12,5	2,9	10,3	15,4	59,0
Almeirim	1.623	1.218	611	2.852	2.215	8.519	25,1	15,1	6,6	28,7	17,3	131,7
Alpiarça	877	550	367	823	- 292	2.325	17,8	9,5	5,8	12,3	- 3,9	47,3
Benavente	617	1.195	- 568	1.606	1.530	4.380	10,5	18,5	- 7,4	22,6	17,6	74,8
Cartaxo	1.233	1.509	838	1.496	48	5.124	9,3	10,4	5,2	8,9	0,3	38,7
Chamusca	1.125	1.142	- 150	1.444	2.074	5.635	12,0	10,9	- 1,3	12,6	16,1	60,2
Constância	106	447	- 580	440	154	567	3,7	15,1	- 17,0	15,6	4,7	19,9
Coruche	1.061	3.500	1.225	3.860	4.960	14.606	12,4	36,3	9,3	26,9	27,2	170,3
Ferreira do Zêzere	1.342	1.241	355	899	444	4.281	10,9	9,1	2,4	5,9	2,8	34,8
Golegã	248	2.012	- 2.975	511	375	371	3,8	29,7	- 33,9	8,8	9,1	5,7
Mação	1.420	1.189	772	2.011	1.254	6.646	10,6	8,0	4,8	12,0	6,7	49,5
Rio Maior	1.194	1.199	770	1.510	1.288	5.961	11,5	10,3	6,0	11,1	8,5	57,2
Salvaterra de Magos	2.922	655	364	2.150	1.950	8.041	53,2	7,8	4,0	22,8	16,8	146,4
Santarém	1.935	6.695	1.646	6.096	4.554	20.926	5,0	16,6	3,5	12,5	8,3	51,4
Sardoal	488	343	251	484	39	1.610	9,2	6,0	4,1	7,6	0,6	30,4
Tomar	2.393	4.864	876	3.183	3.826	15.142	8,5	16,0	2,5	8,8	9,7	54,0
Torres Novas	2.789	5.341	- 1.482	2.066	2.830	11.544	11,1	19,1	- 4,4	6,5	8,3	45,8
Vila Nova da Barquinha	383	638	244	3.817	3.762	8.844	9,7	14,8	4,9	73,5	41,7	225,0
Vila Nova de Ourém	3.386	3.360	1.963	3.791	5.482	17.982	15,3	13,2	6,8	12,3	15,9	81,4
Distrito de Setúbal												
Alcácer do Sal	623	2.411	- 7	4.605	4.650	12.282	6,4	23,2	0,1	36,0	26,7	125,6
Alcochete	1.330	16	238	123	- 18	1.689	26,8	0,3	3,8	1,9	- 0,3	34,0
Almada	2.425	2.127	2.288	3.595	5.225	15.660	17,9	13,3	12,6	17,6	21,8	115,5
Barreiro	2.508	4.259	2.806	6.033	4.888	20.494	46,1	53,6	23,0	40,2	23,2	377,0
Grândola	953	2.445	913	2.518	3.889	10.718	13,9	31,3	8,9	22,6	28,4	156,5
Moita	834	- 126	916	2.428	2.776	6.828	15,2	- 2,0	14,8	34,1	29,1	124,2
Montijo	1.440	562	1.326	2.381	2.754	8.463	15,8	5,3	11,9	19,1	18,6	92,7
Palmela	3.207	1.840	604	4.660	1.930	12.241	38,8	16,0	4,5	33,5	10,4	148,0
Santiago do Cacém	1.302	3.544	1.521	6.380	5.634	18.431	9,7	24,1	8,3	32,2	21,7	137,3
Seixal	1.386	1.691	1.188	540	2.607	7.412	25,7	24,9	14,0	5,6	25,6	137,3
Sesimbra	4.878	8.538	6.772	9.230	- 797	28.621	23,2	32,9	19,6	22,4	- 1,6	136,0
Setúbal	765	1.620	860	1.830	- 197	4.878	9,2	17,9	8,1	15,9	- 1,5	58,9
Sines	440	796	819	2.082	1.153	5.290	12,4	19,9	17,1	37,1	15,0	148,7
Distrito de Viana do Castelo												
Arcos de Valdevez	1.260	1.367	- 70	1.000	3.029	6.586	4,1	4,3	- 0,2	3,0	8,9	21,6
Caminha	1.126	450	119	968	- 30	2.633	8,3	3,1	0,8	6,3	- 0,2	19,4
Melgaço	468	1.224	- 1.103	916	1.395	2.900	3,2	8,2	- 6,8	6,1	8,7	20,0

5 — Variação da população (continuação)

Concelhos	Variação da população						Porcentagem da variação					
	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40
Distrito de Viana do Castelo (continuação)												
Monção	1.106	1.348	- 1.752	57	2.261	3.020	4,6	5,4	- 6,6	0,2	9,1	12,6
Paredes de Coura	901	516	202	1.498	39	3.156	7,4	4,0	1,5	10,9	0,3	26,0
Ponte da Barca	804	242	- 216	1.694	481	3.005	6,7	1,9	- 1,7	13,3	3,3	25,1
Ponte do Lima	1.059	1.534	662	1.573	3.272	8.100	3,3	4,6	1,9	4,5	8,9	25,3
Valença	304	757	- 395	1.012	835	2.513	2,1	5,1	- 2,6	6,7	5,2	17,4
Viana do Castelo	1.037	4.122	1.411	4.407	6.910	17.887	2,3	9,0	2,8	8,6	12,4	40,0
Vila Nova da Cerveira	- 164	423	- 62	1.090	93	1.380	- 1,7	4,5	- 0,6	11,2	0,9	14,5
Distrito de Vila Real												
Alijó	1.932	- 1.054	- 1.963	2.454	2.276	3.645	10,1	- 5,0	- 9,8	13,6	11,1	19,1
Boticas	640	9	- 389	447	1.041	1.748	6,4	0,1	- 3,7	4,4	9,7	17,5
Chaves	- 5.013	1.170	- 1.079	3.654	7.010	5.712	- 12,1	3,2	- 2,9	9,9	17,3	13,7
Mesão Frio	- 1.208	391	- 374	672	533	14	- 14,9	5,7	- 5,1	9,7	7,0	0,2
Mondim de Basto	515	276	- 74	516	1.140	2.403	7,7	3,6	- 0,9	6,6	13,6	33,9
Montalegre	1.015	1.224	- 1.817	727	3.614	4.763	5,2	5,9	- 8,3	3,6	17,4	24,3
Murça	- 511	635	- 335	706	1.182	1.677	- 7,0	9,4	- 4,5	10,0	15,2	23,0
Peso da Régua	1.393	452	956	597	2.928	6.326	8,1	2,4	5,0	3,0	14,3	36,9
Ribeira de Pena	289	666	- 228	863	1.636	3.226	3,1	6,9	- 2,2	8,6	15,0	34,7
Sabrosa	2.581	- 2.851	- 383	509	880	736	20,4	- 18,7	- 3,1	4,2	7,0	5,8
Santa Marta de Penaguião	94	- 205	- 607	1.933	1.918	3.133	0,8	- 1,8	- 5,4	18,2	15,3	27,7
Valpaços	955	105	- 1.270	2.076	3.384	5.250	4,0	0,4	- 5,0	8,7	13,0	21,8
Vila Pouca de Aguiar	18	1.407	- 299	942	2.167	4.235	0,1	8,8	- 1,7	5,5	12,0	26,5
Vila Real	2.194	1.126	- 2.186	2.399	5.411	8.944	6,5	3,1	- 5,9	6,9	14,5	26,4
Distrito de Viseu												
Armamar	580	- 833	- 896	915	844	610	5,0	- 6,9	- 7,9	8,8	7,5	5,3
Carregal do Sal	- 859	1.187	- 1.303	705	1.592	1.322	- 6,4	9,5	- 9,5	5,7	12,2	9,9
Castro Daire	1.081	1.582	- 560	1.351	1.345	4.799	5,5	7,6	- 2,5	6,2	5,8	21,3
Cinfães	1.465	1.716	248	1.930	988	6.347	6,1	6,7	0,9	7,0	3,4	26,5
Lamego	2.425	534	- 1.086	2.906	2.916	7.695	8,2	1,7	- 3,4	9,3	8,5	26,1
Mangualde	393	170	- 674	921	1.606	2.416	1,8	0,8	- 3,0	4,2	7,1	11,1
Moiimenta da Beira	904	142	- 756	- 90	1.029	1.229	6,8	1,0	- 5,3	- 0,7	7,6	9,2
Mortágua	- 44	858	18	776	1.127	2.735	- 0,5	10,3	0,2	8,4	11,3	32,6
Nelas	134	439	- 232	740	1.017	2.098	1,0	3,3	- 1,7	5,4	7,1	15,8
Oliveira de Frades	167	908	84	504	301	1.964	1,9	10,2	0,9	5,1	2,9	22,5
Penalva do Castelo	659	247	- 927	431	652	1.062	5,0	1,8	- 6,6	3,3	4,8	8,1
Penedono	114	- 150	- 557	- 265	710	- 148	1,7	- 2,2	- 8,3	- 4,3	12,1	- 2,2
Resende	- 17	1.114	758	622	892	3.369	- 0,1	5,8	3,7	3,0	4,1	17,6
Santa Comba Dão	242	1.002	- 417	1.378	358	2.563	2,2	9,1	- 3,5	11,9	2,8	23,8
S. João da Pesqueira	274	- 137	- 1.250	1.203	1.037	1.127	2,1	- 1,0	- 9,6	10,2	8,0	8,8
S. Pedro do Sul	147	727	- 23	1.479	250	2.580	0,7	3,4	- 0,1	6,7	1,1	12,2
Sátão	902	534	- 53	828	672	2.883	7,3	4,0	- 0,4	6,0	4,6	23,4
Sernancelhe	202	- 22	- 973	- 149	798	- 144	1,9	- 0,2	- 9,1	- 1,5	8,4	- 1,4
Tabuaço	- 245	182	- 949	852	705	545	- 2,5	1,9	- 9,9	9,9	7,5	5,7
Tarouca	524	- 200	- 281	452	581	1.076	5,5	- 2,0	- 2,8	4,7	5,8	11,2
Tondela	98	1.794	- 779	3.429	4.129	8.671	0,3	6,1	- 2,5	11,2	12,2	29,5
Vila Nova de Paiva	- 18	- 112	222	143	828	1.063	- 0,3	- 1,6	3,3	2,1	11,8	15,6
Viseu	1.678	2.481	- 890	5.299	8.269	16.837	3,3	4,7	- 1,6	9,7	13,8	32,7
Vouzela	432	298	- 290	249	1.444	2.133	3,1	2,1	- 2,0	1,8	10,0	15,5
Distrito de Angra do Heroísmo												
Angra do Heroísmo	1.146	- 804	- 1.255	1.426	3.576	4.089	3,6	- 2,4	- 3,9	4,6	11,0	12,7
Calheta	- 453	- 802	- 348	43	916	- 614	- 5,6	- 10,5	- 5,1	0,7	14,0	- 7,9
Praia da Vitória	987	- 13	- 253	509	1.446	2.676	6,8	- 0,1	- 1,6	3,3	9,2	18,4
Santa Cruz da Graciosa	- 64	- 620	- 316	901	672	573	- 0,8	- 7,4	- 4,1	12,1	8,0	6,8
Velas	- 435	- 1.136	- 527	365	997	- 736	- 4,9	- 13,4	- 7,1	5,3	13,8	- 8,2
Distrito da Horta												
Corvo	0	- 62	- 83	12	14	- 119	0	- 7,7	- 11,2	1,8	2,1	- 14,8
Horta	- 1.368	- 1.900	- 1.353	2.423	2.147	- 51	- 5,8	- 8,5	- 6,6	12,7	10,0	- 0,2
Lajes das Flores	- 498	- 518	- 524	56	220	- 1.264	- 9,9	- 11,5	- 13,1	1,6	6,2	- 25,2
Lajes do Pico	- 828	- 1.056	- 509	- 13	381	- 2.025	- 8,2	- 11,3	- 6,2	- 0,2	4,9	- 20,0
Madalena	- 212	- 750	- 458	5	402	- 1.013	- 2,5	- 8,9	- 6,0	0,1	5,6	- 11,7
Santa Cruz das Flores	- 203	- 394	- 39	281	153	- 202	- 5,3	- 10,9	- 1,2	8,8	4,4	- 5,3
S. Roque do Pico	- 343	- 498	- 581	- 56	198	- 1.280	- 5,2	- 7,9	- 10,1	- 1,1	3,9	- 19,3
Distrito de Ponta Delgada												
Lagoa	457	- 976	- 1.126	1.062	1.616	1.033	4,0	- 8,2	- 10,3	10,8	14,8	9,0
Nordeste	- 442	- 659	255	931	713	798	- 4,5	- 7,0	2,9	10,3	7,1	8,1
Ponta Delgada	1.544	- 2.057	- 3.024	7.595	10.080	14.138	3,1	- 3,9	- 6,0	16,1	18,5	28,0
Povoação	222	- 358	- 158	1.769	1.631	3.106	2,0	- 3,2	- 1,5	16,7	13,2	28,5
Ribeira Grande	387	- 360	0	2.882	4.780	7.689	1,5	- 1,4	0	11,4	17,0	30,5
Vila Franca do Campo	661	- 644	- 446	1.136	2.005	2.712	6,3	- 5,8	- 4,3	11,3	18,0	25,9
Vila do Porto	139	- 119	192	596	972	1.780	2,2	- 1,9	3,1	9,2	13,8	28,5

5 — Variação da população (continuação)

Concelhos	Variação da população						Percentagem da variação					
	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40	91-900	901-11	12-20	21-30	31-40	91-40
Distrito do Funchal												
Calheta	1.266	1.769	-279	2.200	2.036	6.992	7,4	9,7	-1,4	11,1	9,3	41,1
Câmara de Lobos	1.977	2.324	1.097	4.279	2.236	11.913	16,3	16,5	6,7	24,4	10,3	98,2
Funchal	6.728	6.620	1.666	16.007	19.137	50.158	18,2	15,1	3,3	30,8	28,1	135,6
Machico	1.516	2.107	3.355	177	2.286	9.471	15,0	17,8	21,1	1,0	13,1	92,1
Ponta do Sol	1.281	2.782	-1.664	1.671	1.721	5.791	14,0	26,7	-12,6	14,5	13,0	63,5
Porto Moniz	- 58	188	163	506	1.112	1.911	- 1,4	4,5	3,7	11,1	22,0	44,9
Porto Santo	359	-129	61	247	211	749	18,4	- 5,6	2,8	11,0	8,5	38,4
Ribeira Brava	1.408	-1.314	3.538	2.194	3.039	8.865	13,4	-11,0	33,3	15,5	18,6	84,3
Santa Cruz	1.307	3.641	1.039	3.669	1.369	11.025	8,7	22,3	5,2	17,4	5,5	73,3
Santana	335	800	-361	1.132	3.137	5.013	3,7	8,6	-3,6	11,6	28,8	56,0
S. Vicente	385	421	604	517	1.886	3.813	5,0	5,2	7,1	5,7	19,5	49,3

Os concelhos de aumentos máximos em números absolutos, além de Lisboa e Porto, foram para cada um dos 5 períodos, os seguintes:

1891-1900	1901-1911	1912-1920
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Setúbal
Funchal	Matosinhos	Ribeira Brava
Loulé	Setúbal	Gondomar
Matosinhos	Coimbra	Odemira
1921-1930	1931-1940	
Vila Nova de Gaia	Funchal	
Funchal	Guimarães	
Matosinhos	Vila Nova de Gaia	
Coimbra	Matosinhos	

Os totais dos concelhos que aumentaram e dos que diminuíram a população nos mesmos períodos constam do quadro n.º 6.

6 — Síntese da variação da população nos concelhos

Intervalos	Aumentos		Diminuições	
	Número de concelhos	Número de habitantes	Número de concelhos	Número de habitantes
1890-1900	260	394.491	42	21.088
1901-1911	263	560.039	39	23.135
1912-1920	155	197.520	147	124.585
1921-1930	293	794.177	9	1.285
1931-1940	291	898.822	11	2.553

À parte o caso excepcional de 12-20, as diminuições foram sempre mínimas em relação aos aumentos e o número dos concelhos em regresso demográfico mostra acentuada tendência para diminuir.

No meio século 1891-1940 foram 24 os concelhos que tiveram um aumento superior a 20.000 habitantes, totalizando mais de 42,8 % do aumento global do País. Nesse espaço de tempo houve 12 concelhos que diminuíram de população, perfazendo uma redução de 7.637 habitantes. Desses concelhos três eram do continente (Penedono, Sernancelhe e Figueira de Castelo Rodrigo) e nove das ilhas (Lajes do Pico, Lajes das Flores, S. Roque do Pico, Madalena, Velas, Calheta, Santa Cruz das Flores, Corvo e Horta).

Entramos agora, com a apreciação do quadro n.º 7, no exame das variações relativas. É através delas que a vida e tendências demográficas dos concelhos melhor se evidenciam.

a) *Em cada período intercensuário.* — A exposição e o estudo dessas variações em cada um dos intervalos intercensuários já foi feito pelo Prof. Doutor Aristides de Amorim Girão no artigo «Origens e evolução do urbanismo em Portugal», publicado no n.º 1 da Revista do Centro de Estudos Demográficos.

O cuidado que presidiu à elaboração desse notável artigo, apenas traído por um visível engano na indicação do critério da reconstituição das populações dos concelhos, torna inteiramente dispensável que o assunto volte a ser tratado neste relatório. Por isso, é para lá que se remete o leitor estudioso que nele encontrará, além de números exactos, conclusões criteriosas acerca do seu significado.

Porém, como o estudo citado apenas encara os concelhos do continente, ficou em aberto o exame das variações relativas da população dos concelhos insulares em cada um dos vários intervalos.

No decénio 91-900 houve, entre os 30 concelhos das ilhas, onze que diminuíram de população e um, o do Corvo, que não aumentou nem diminuiu. O distrito da Horta foi o único que não acusou aumento em algum concelho e o que apresentou maiores diminuições (Lajes das Flores com 9,9 e Lajes do Pico com 8,2). Dos distritos dos Açores, o de Ponta Delgada foi o mais favorecido, apenas com diminuição num único concelho (Nordeste), mas a sua posição ainda assim estava muito longe de poder comparar-se com a do distrito do Funchal. Este, embora também registasse diminuição num concelho (Porto Moniz), apresentou percentagens de aumento múltiplas das maiores atingidas pelos concelhos açorianos. Os concelhos de Porto Santo e do Funchal iam à cabeça de todos com um aumento superior a 18 %.

Cumprê em todo o caso referir que nesse período houve no continente percentagens negativas maiores do que as registadas nos Açores: Mesão Frio, Chaves e Barrancos foram ainda além dos 10 % de diminuição.

No período 901-11 a situação demográfica das ilhas agravou-se nas condições já descritas para os distritos. Foi, como veremos adiante, o período agudo da emigração insular. Todos os concelhos dos Açores apresentaram variações negativas, que

se ordenavam desde o máximo de 13,4 % em Velas, no distrito de Angra do Heroísmo, até ao mínimo de 0,1 % em Praia da Vitória, no mesmo distrito. Os concelhos da Horta continuavam, no entanto, a constituir o pior conjunto com três de diminuição superior a 10 % (Lajes das Flores, Lajes do Pico e Santa Cruz das Flores) e a mínima de 7,7 % no Corvo.

O distrito de Ponta Delgada foi o menos atingido, tendo as diminuições, que também foram gerais, alcançado os máximos em Lagoa e Nordeste, respectivamente com 8,2 e 7 %. No arquipélago da Madeira a situação não acusava a anormalidade verificada nos Açores, mas ao lado de percentagens de aumento notáveis, entre as quais relevavam as de Ponta do Sol (26,7) e Santa Cruz (22,3) apareciam duas percentagens negativas uma das quais, a de Ribeira Brava, subia a 11 %.

No período 12-20 a situação dos Açores melhorou apreciavelmente nas médias distritais e no conjunto, mas denunciava agravamento em alguns concelhos relativamente ao período anterior. Estavam nesse caso os concelhos do Corvo, S. Roque do Pico, Lagoa, Ponta Delgada e Lajes das Flores que detinha o máximo de diminuição com 13,1 %. Apareciam já dois concelhos com aumentos que vinham a ser os de Nordeste e Vila do Porto, ambos do distrito de Ponta Delgada.

Ao contrário do que sucedeu nos Açores, este período marcou uma depressão na vida demográfica da Madeira. Só quatro concelhos melhoraram a sua situação em face do período precedente. Os restantes sete agravaram-na e foram três os que registaram percentagens negativas: Ponta do Sol (12,6), Santana (3,6) e Calheta (1,4).

O concelho de Ribeira Brava acusou uma melhoria estranha, passando da diminuição máxima do período precedente para o aumento máximo de 33,3 %, que foi o maior de todo o País.

No decénio 21-30 a situação modificou-se profundamente nas condições já verificadas quanto aos distritos. Nos Açores apenas dois concelhos, os de Lajes do Pico e de S. Roque do Pico, revelaram diminuições e mesmo assim mínimas (0,2 e 1,1 %). Todos os outros aumentaram. Os maiores aumentos couberam aos concelhos de Povoação e Ponta Delgada, ambos com mais de 15 %, e Santa Cruz da Graciosa e Horta, ambos com mais de 12 %.

O distrito de Ponta Delgada continuou a disfrutar a melhor posição com os dois maiores aumentos referidos e com o aumento mínimo de 9,2 % (Vila do Porto).

Na Madeira as circunstâncias demográficas também denunciavam uma evolução favorável, embora menos acentuada do que nos Açores. Todos os concelhos registavam variações positivas que oscilavam entre o máximo de 30,8 % no Funchal e o mínimo de 1 % em Machico.

No decénio 31-40 os concelhos dos Açores consolidaram amplamente a modificação operada no decénio precedente. Todos eles atestavam aumentos de população. Os aumentos máximos pertenceram aos concelhos do distrito de Ponta Delgada (Ponta Delgada e Vila Franca do Campo) e os mínimos ao distrito da Horta (Corvo e S. Roque do Pico). A melhoria geral não excluiu certas regressões nalguns concelhos quanto às percentagens de aumento do período anterior. As maiores verificaram-se em Santa Cruz das Flores e Santa Cruz da Graciosa.

Na Madeira manteve-se, por assim dizer sem alteração, o condicionalismo do decénio 21-30. Os cinco concelhos que revelavam aumento nas percentagens de crescimento (Machico,

Porto Moniz, Ribeira Brava, Santana e S. Vicente) compensavam as diminuições reveladas pelos restantes. É apenas para acentuar que, dum modo geral, os concelhos que no decénio precedente mais aumentaram, diminuíram as percentagens de crescimento e inversamente.

b) *No conjunto dos 50 anos.* — Passamos agora à análise das variações no período total compreendido entre os recenseamentos de 1890 e 1940.

Os concelhos do Barreiro e Oeiras distinguem-se entre todos com as percentagens de aumento quase equivalentes de 377 e 374 %. Cascais vem em 3.º lugar com 264 % logo seguido de Vila Nova da Barquinha e Matosinhos. Destes cinco concelhos, três (Barreiro, Oeiras e Cascais) são suburbanos de Lisboa e um (Matosinhos) é suburbano do Porto. Essa situação esclarece a origem e o significado do aumento extraordinário que acusam. Junto dos dois grandes centros populacionais do País, esses quatro concelhos foram o campo natural de expansão daqueles e beneficiaram em quota parte importantíssima da atracção que aqueles exercem sobre a população do País. Convém, no entanto, anotar que nos casos do Barreiro e de Matosinhos acresceram como determinantes do progresso da população, o grande desenvolvimento industrial atingido pelas sedes dos concelhos respectivos. Mas a localização dessas indústrias não deve de modo nenhum ter sido estranha à vizinhança de Lisboa e Porto.

O concelho de Vila Nova da Barquinha tem a razão de ser do seu aumento na verdadeira cidade ferroviária do Entroncamento ⁽¹⁾. É o único caso moderno em Portugal duma cidade originada pela confluência das vias de comunicação, reproduzindo nos nossos dias a mesma relação de causa e efeito que motivou a existência de algumas das nossas cidades do interior nascidas dos cruzamentos das estradas romanas.

A seguir a estes concelhos que justificam tão especial referência, vêm vinte e quatro outros que duplicaram a sua população, à cabeça dos quais estão Ponte de Sor e Coruche.

Desses vinte e quatro concelhos, dezassete encontram-se localizados ao sul do Tejo formando catorze deles um único bloco que abrange as zonas de mais fraca densidade dos distritos de Santarém e Setúbal e as zonas ocidentais dos distritos de Portalegre, Évora e Beja. Os três outros concelhos ao sul do Tejo, são os do Seixal, Moita e Almada, cuja proximidade de Lisboa é esclarecedora.

Os concelhos ao norte do Tejo incluídos no número dos vinte e quatro são os de S. João da Madeira, Espinho, Peniche, Lisboa, Valongo e Santo Tirso. Nas ilhas pertence a esse grupo o Funchal. À parte os casos de Lisboa e do Funchal, todos os outros dizem respeito a centros industriais bem conhecidos.

Após os concelhos que duplicaram a sua população aparecem oitenta e seis com percentagens de aumento entre 50% e 99%. Seis deles são da Ilha da Madeira, pertencendo os oitenta restantes ao continente. Destes últimos, sessenta, ou seja três quartos, situam-se no Sul do País, considerando-se como divisória, para o efeito, o paralelo da foz do Mondego.

Os vinte concelhos do Norte formam três grupos distintos. O primeiro diz respeito à região industrial em redor do Porto

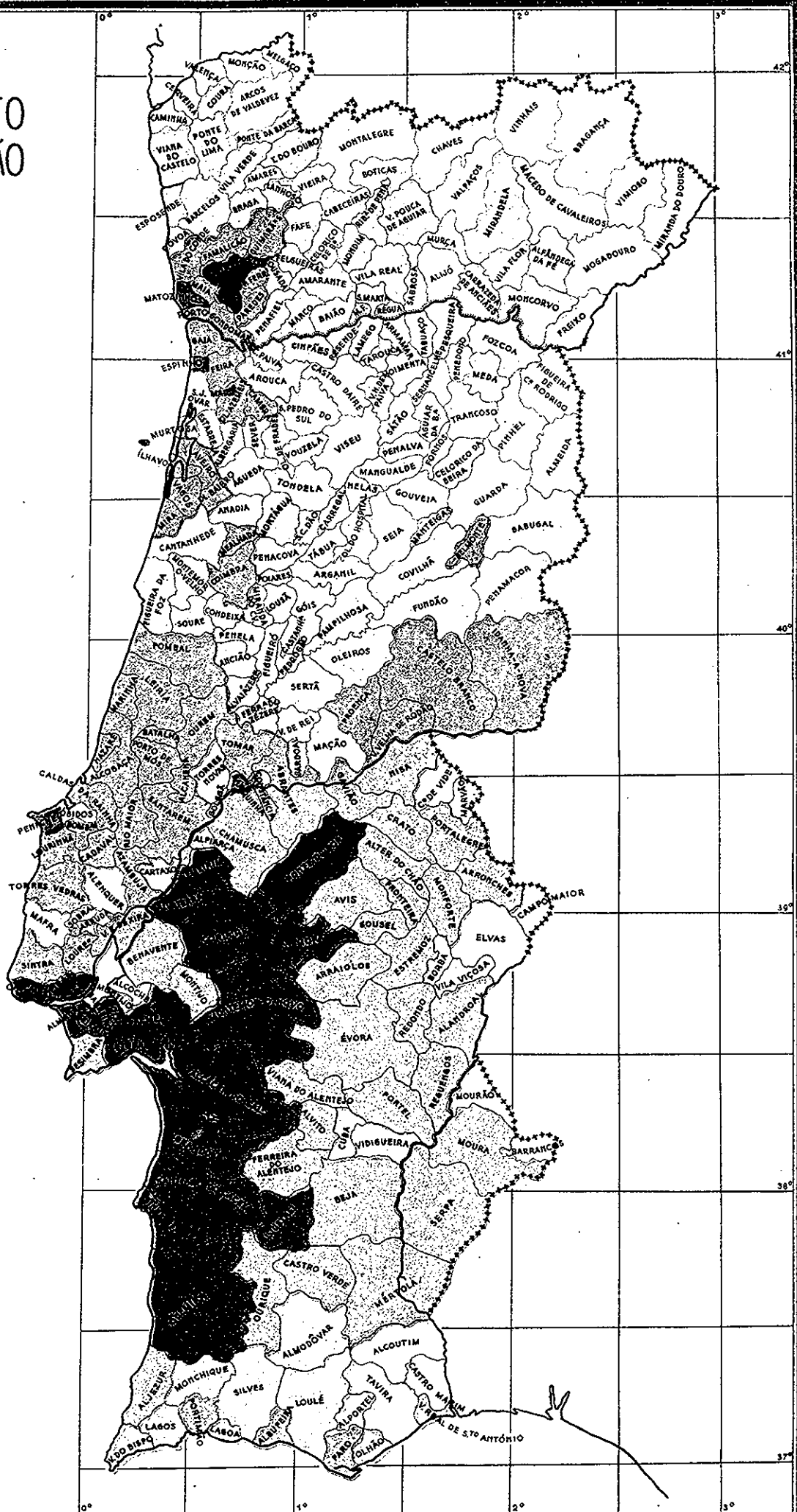
(1) O decreto-lei n.º 35.184, de 24 de Novembro de 1945, criou o concelho do Entroncamento.

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Varição da população
nos concelhos

1890 — 1940

(em %)



Legenda

Aumento :

De 100 e mais %

> 50 a 99 %

> 25 a 49 %

> 0 a 24 %

Diminuição

ESCALA
0 15 30 45 60 Km.

que se prolonga para os distritos de Braga e Aveiro. O segundo é constituído pela região meridional da ria de Aveiro. O terceiro é apenas composto pelos concelhos de Coimbra e da Mealhada. Fica isolado, apenas apoiado na riqueza do seu subsolo, o concelho de Belmonte.

Os sessenta concelhos de aumento semelhante situados abaixo do paralelo indicado, abrangem o Sul do distrito de Castelo Branco; todo o distrito de Leiria, com as únicas excepções de Peniche e Óbidos, que parece dormir à sombra das suas muralhas medievais; semeiam-se pelos distritos de Lisboa e Santarém; reúnem-se nos distritos transtaganos para cobrir quase todas as áreas que não foram assinaladas por aumentos superiores; e, por último, marcam no Algarve quatro pontos isolados de maior crescimento, um dos quais, o de Aljezur, aparece como prolongamento do bloco de concelhos com mais de 100 % de aumento que atrás foi referido.

Foram assim 115 os concelhos que apresentaram aumentos superiores a 50 %. Donde resulta que os que tiveram aumentos inferiores somaram 187. Como o aumento médio do País nos cinquenta anos foi de 52,9 % e só houve dois concelhos com percentagem de aumento entre 50 e 52,9 % (Azambuja e Oliveira de Azeméis) os concelhos com aumento superior e inferior à média do País, foram, respectivamente, 113 e 189.

Dos 187 concelhos que falta referir, noventa e cinco aumentaram de 25 a 49 %; cinquenta e nove tiveram aumentos de 10 a 24 %; vinte e um acusaram aumentos de menos de 10 %; e doze diminuíram de população.

Os 95 concelhos que constituem o primeiro destes grupos distribuem-se por todo o País, agrupando-se sobretudo nos distritos de Braga, Porto, Vila Real, Castelo Branco e Faro. Além disso, formam manchas importantes nos distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Aveiro e Coimbra. Pertencem a essa classe os concelhos de maior aumento dos distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda e Ponta Delgada e os de menor aumento dos distritos de Leiria, Lisboa, Setúbal, Évora e Funchal.

Os concelhos do grupo imediato situam-se na sua quase totalidade ao Norte do País, formando uma mancha quase contínua que borda a fronteira norte e nordeste e se liga por concelhos de aumento ainda inferior ou de diminuição com a região de fraco desenvolvimento demográfico que abrange, com raras excepções, toda a actual província da Beira Alta. Além deste grande conjunto avultam no extremo Sudeste os quatro concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Alportel. Desligados, aparecem apenas como ilhas, em regiões de maior e por vezes grande au-

mento, os concelhos de Celorico de Basto, Ovar, Estarreja, Constância, Castelo de Vide e Barrancos.

Nas ilhas são desta classe os concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, que são também os de maior aumento de todo o distrito de Angra do Heroísmo.

Os concelhos continentais que tiveram aumentos inferiores a 10 % estão todos, à excepção do da Golegã, nas províncias de Trás-os-Montes, da Beira Alta e da Beira Litoral. Destas três províncias, a Beira Alta reúne só por si a maioria deles, com dez no total de dezoito. A Beira Litoral segue-se-lhe com quatro concelhos, sendo os três restantes de Trás-os-Montes.

À excepção da Murtosa, cujo caso demográfico será examinado noutra capitulação, da Golegã, que também merecerá referência especial, e de Mesão Frio, todos os outros, embora com curtas soluções de continuidade, pertencem à mesma região de fraco desenvolvimento demográfico já assinalada pelo grupo precedente.

Nas ilhas pertencem a este grupo de concelhos, os de Lagoa e de Nordeste, no distrito de Ponta Delgada, e o de Santa Cruz da Graciosa, no distrito de Angra do Heroísmo. Os dois primeiros são os que acusaram menor aumento no distrito respectivo, que foi o único dos distritos dos Açores que não apresentou diminuição em qualquer dos seus concelhos.

Dos doze concelhos que diminuíram de população, nove são das ilhas, abrangendo os sete concelhos do distrito da Horta e dois de Angra do Heroísmo. Entre os primeiros importa relevar os decréscimos acusados pelos concelhos de Lajes das Flores, Lajes do Pico e S. Roque do Pico que atingiam, respectivamente, 25,2 %, 20 % e 19,3 % da população em 1890. Os dois concelhos do distrito de Angra do Heroísmo pertencem à Ilha de S. Jorge. Os três concelhos continentais nessas condições pertencem à província da Beira Alta e vêm a ser, por ordem decrescente da percentagem de diminuição, os de Figueira de Castelo Rodrigo, Sernancelhe e Penedono. As diminuições que acusam são muito inferiores às dos concelhos das ilhas, com a única excepção do concelho da Horta. Todos três pertencem à mesma região já referida, e dois deles, precisamente os de maior diminuição, são contíguos.

No cartograma n.º 2, com as variações por concelhos classificadas da forma descrita, avulta tudo quanto foi dito. Nele sobressai de modo evidente o maior aumento demográfico do Sul do País, afirmado tanto pelos claros que do Norte minhoto e Nordeste transmontano descem em cunha até ao extremo norte do Ribatejo, como no Sul pelos escuros que cobrem quase todo o Alentejo e se acentuam na larga faixa que, a ocidente dessa velha província, corre desde o vale do Sorraia, pelas margens do Sado, até aos contrafortes das serras algarvias.

II Parte

CRESCIMENTO FISIOLÓGICO

Capítulo I — Referência ao movimento fisiológico da população portuguesa até 1890.
Capítulo II — Movimento fisiológico a partir de 1890. § 1.º No total do País :
a) comparação com outros países. § 2.º No continente e nas ilhas. § 3.º Nos distritos : a) Números absolutos; b) Taxas. § 4.º Nos concelhos : a) Natalidade; b) Mortalidade; c) Saldos fisiológicos.

Capítulo I

Referência ao movimento fisiológico da população portuguesa até 1890

Os dados sobre o movimento fisiológico da população portuguesa anteriormente a 1891 são muito escassos. Até ao século XIX só existem informações de carácter local, baseadas nos registos dos cartórios paroquiais, que nunca foram aproveitadas de modo a permitir uma visão de conjunto.

Desconhece-se até onde iriam as possibilidades oferecidas por esses elementos para a reconstituição da vida demográfica do País nas épocas anteriores. Pode porém admitir-se que elas seriam suficientemente grandes, sobretudo a partir do século XVII.

Não cabe nos limites impostos a esta notícia qualquer tentativa nesse sentido e por isso a conjectura continuará a dominar inteiramente o juízo das condições da vida fisiológica da população portuguesa até aos princípios do século XIX.

Não pode no entanto manter-se dúvidas quanto ao facto dessas condições terem sido sempre e em qualquer caso muito diferentes das dos tempos actuais.

Sem os recursos da higiene e da medicina, com hábitos de vida e alimentação muito rudes, expostos sem qualquer defesa a todas as infecções e a todos os contágios, a braços com epidemias constantes e devastadoras, os Portugueses das idades média e moderna, tal como os seus contemporâneos dos outros países, deviam morrer em proporções desconhecidas dos obituários dos nossos dias.

Nos dois primeiros séculos da Monarquia, as fomes periódicas e a insegurança geral, traduzida em violências e perigos de toda a natureza, ainda agravariam mais a situação. Esta deve ter melhorado muito lentamente até ao final do século XVI sem

prejuízo das várias crises de agravamento que eram constituídas pelas pestes, as mais das vezes importadas de fora, mas outras nascidas no Reino como consequência directa dos hábitos da vida do tempo.

Ficaram como marcos maiores nos fastos do martiriológico das gerações passadas a grande peste de 1348, a chamada peste oriental que devastou quase toda a Europa da época; as de 1415, 1438, 1481 e 1491 que entre milhares de vidas ceifaram as de reis, rainhas e príncipes; as de 1502, 1506, 1513 e a de 1521 que vitimou o Rei Venturoso; e, por último, as de 1569 (a chamada peste grande), 1579, 1581 e 1598 que adensaram com o seu cortejo de mortes o nosso trágico crepúsculo do final de quinhentos.

Foi ainda no século XVI que a população portuguesa sofreu o primeiro contágio e os primeiros estragos da sífilis que, tudo autoriza a pensar, teriam sido muito grandes.

Perante tal conjunto de circunstâncias pode imaginar-se bem como então era precária a vida dos homens. A selecção natural operava-se desde o nascimento e até antes dele, sem limites de nenhuma espécie.

Pela mortalidade infantil dos nossos dias poder-se-á apenas fazer uma pálida ideia do que ela seria nesses tempos; na puberdade ficariam grande parte dos que tinham escapado à fieira dos primeiros meses; a maternidade seria o termo de vida de muitas mães; a maioria dos homens morreria em plena idade viril e os que lograssem ultrapassá-la seriam quase sempre os longevos de que falam os relatos do passado — organismos excepcionais, produto da selecção brutal, fortalecidos pela própria dureza da vida.

A contrapartida de tão grande mortalidade estaria, por providência da própria natureza, numa altíssima natalidade que deixaria a perder de vista os estalões contemporâneos. Era a vida da espécie a defender-se, por si mesma, contra a adversidade do meio.

Mas a natalidade, embora sempre grande, não devia nem podia ter sido constante, e, antes pelo contrário, teria tido os seus altos e baixos determinados pelas vicissitudes de tão longo período.

Tanto quanto permite o raciocínio das consequências das principais efemérides do meio milénio quase completo contado desde o alvorecer da Monarquia até ao termo do século XVI, podemos pensar que as eras de duzentos e trezentos deviam ter sido relativamente mais prósperas, sob o ponto de vista demográfico, para a nossa população do que as de quatrocentos e quinhentos e que esta última foi de longe a menos favorável de todas. Isto nas passadas grandes dos séculos sem nos perdermos na minúcia dos períodos mais pequenos, muito difíceis de precisar, e que, embora importando compensações num sentido ou noutro, não deveriam prejudicar o resultado geral.

Estão nesse caso, por um lado, os anos de 1202 e 1333, cujas grandes fomes vitimaram milhares de pessoas, e o já referido ano de 1388 em que se desencadeou a peste oriental; e, por outro lado, os primeiros e os últimos anos do século XV, assim como os últimos trinta do reinado de D. Afonso V que, poupados a males maiores, deviam ter sido de apreciável progresso demográfico.

No século XVI é que não aparecem quaisquer compensações, antes pelo contrário.

As pestes quase constantes, de que foram citadas as principais e gerais, acrescentavam-se as gravosas contribuições humanas exigidas pelo alargamento e sustentação do Império que ia desde a costa marroquina, pelo Brasil e pela África, até aos confins da Oceania. Seriam, na opinião dos cronistas, pelo menos oito mil os Portugueses saídos em cada ano da barra do Tejo... Imposto tremendo, em desproporção com as nossas possibilidades.

Depois, como se tanto não bastasse, surgem ainda, como golpe de misericórdia nos nossos recursos humanos, os dois cercos de Mazagão, prêmios de honra em que Portugal se empenhou inteiro, seguidos de perto pelo grande desastre de Alcácer Quibir.

Por isso, no decurso desse século em que a glória mais alta emparceirou com a maior desventura, o movimento fisiológico da nossa gente devia ter sido fortemente desfavorável.

Para além da diminuição dos efectivos populacionais, directamente imposta pelo número dos saídos e dos mortos, tem que se admitir, um pouco por todo o século mas sobretudo na sua segunda metade, uma redução substancial nos nascimentos.

O motivo fundamental da crise demográfica que afligia o País, estava exactamente aí: faltavam os filhos por que faltavam os pais, embarcados para além mar ou arrebatados pela morte na idade em que o podiam ser.

Os primeiros quarenta anos do século XVII integram-se ainda no quadro demográfico do século XVI.

São como que o seu prolongamento na permanência das condições políticas e nas causas de abatimento nacional. Por eles repercute ainda o falso que ficara aberto menos pelas mortes do que pela falta de vidas.

A partir de 1640 a recuperação da plena soberania nacional deve ter valido como estímulo para a própria vida da grei. É de crer que os nascimentos aumentassem, permitindo a existência de um saldo sobre a mortalidade da época que, apesar dos estragos da guerra prolongada e da peste chamada do Algarve que grassou entre 1645 e 1650, já não podia comparar-se com a dos tempos anteriores.

A reconstituição da nossa força demográfica, através do reequilíbrio dos seus grupos etários, deve ter-se prolongado pelos três primeiros quartéis do século XVIII. Durante eles os saldos de vidas, modestos mas constantes, não teriam dado lugar a um grande aumento de população, mas teriam permitido ao menos esse primeiro e necessário resultado.

No quarto e último quartel a população já se encontrava em condições de poder aproveitar o conjunto de circunstâncias favoráveis de ordem política e social que então se ofereceram ao seu desenvolvimento. Com efeito, deve ter sido particularmente próspera, sob o ponto de vista demográfico, essa época que se prolonga pelo século XIX até à hora das invasões francesas. A massa humana que as sofreu, lhes resistiu e por fim as escorraçou numa série de batalhas sangrentas, chegou para tudo isso e ainda para suportar quase quarenta anos de guerra civil e as grandes epidemias dela surgidas entre 1832 e 1834.

7 — Movimento fisiológico até 1890

Anos	Casamentos	Nascimentos	Óbitos	Saldos fisiológicos
1818	18.075	100.310	70.720	29.590
1838	23.598	99.097	67.541	31.556
1843	20.264	107.074	72.616	34.458
1849	×	114.645	86.106	28.539
1850	24.345	109.116	78.843	30.273
1851	23.838	109.264	84.037	25.207
1860	23.584	119.253	77.312	41.941
1861	25.018	125.224	81.021	44.203
1862	25.222	127.202	88.742	38.460
1871	27.618	126.036	88.873	37.163
1872	28.559	129.899	96.283	33.616
1875	30.280	140.091	98.497	41.597
1886	33.727	155.815	99.420	56.395
1887	34.335	165.914	108.496	57.418
1888	33.961	163.981	107.435	56.546
1889	34.857	168.285	112.213	56.072
1890	35.769	164.627	127.237	37.390

Os únicos números do movimento fisiológico para o total do País, anteriormente a 1891, são os que constam do quadro n.º 7. Todos eles devem ser provenientes de colectâneas oficiais, mas só os dos cinco últimos anos, que iniciam a série regular da nossa estatística demográfica, é que puderam ser extraídos das publicações respectivas ⁽¹⁾. Os restantes foram recolhidos da «Statistique du Portugal et de ses colonies» (2.ª ed.) de Gerardo Pery (anos de 1818, 1851, 1860-62, 1871, 1872 e 1875) e do «Parecer e memoria sobre um projecto de estadística» apresentado à Academia Real das Ciências por António de Oliveira Marreca (anos de 1838, 1841, 1843, 1849 e 1850).

O exame desses dados, sobretudo dos primeiros, oferece um interesse inegável para a confirmação do nosso raciocínio. A

(1) Anuários Estatísticos de 1886 a 1890.

situação favorável revelada pelos números de 1818, já em plena gestação do drama liberal; a exiguidade dos nascimentos de 1838, porventura já significando melhoria sobre os dos anos anteriores perdidos para a estatística e para a Nação na calamidade do fratricídio, mas ainda assim com largo saldo de vidas; a elevação relativa dos casamentos desse mesmo ano que se seguiu de perto ao termo da fase mais dura das lutas; são tantos outros sintomas da vitalidade da população portuguesa e das suas reacções vitoriosas contra a inclemência e adversidade dessa quadra triste.

A partir de então o progresso afirma-se na quase constante progressão dos números e dos saldos fisiológicos. Não aparecem, é certo, nessa breve resenha os dados dos anos trágicos de 1854 a 1859 em que a cólera, a febre amarela e a difteria, quase seguidas, fizeram reviver o quadro angustioso das epidemias da idade média, e cujos efeitos ainda palpitam nos reduzidos casamentos de 1860.

Apenas o ano de 1890, com o agravamento acusado na mortalidade, assinala a epidemia da gripe ou influenza que ensombrara o obituário do ano anterior e voltaria outra vez em 1896.

Capítulo II

Movimento fisiológico a partir de 1890 ⁽¹⁾

§ 1.º — No total do País: a) Comparação com outros países. § 2.º — No continente e nas ilhas. § 3.º — Nos distritos: a) Números absolutos, b) Taxas. § 4.º — Nos concelhos: a) Natalidade b) Mortalidade c) Saldos fisiológicos

§ 1.º — No total do País

O quadro n.º 8 contém os resultados globais do movimento fisiológico nos cinco decénios de 1890 a 1940, com a indicação dos saldos respectivos e dos máximos e mínimos anuais de nascimentos e de óbitos.

O número de nascimentos subiu constantemente desde o primeiro até ao quarto decénio, descendo apenas no último em cerca de metade da diferença verificada entre o terceiro e o quarto.

Os máximos e mínimos anuais de nascimentos também acusaram reduções no último decénio. No entanto, o máximo anual de nascimentos pertence ao decénio 11-20. As condições em que aparece esse máximo na série dos números respectivos e a circunstância dele dizer respeito ao ano de 1911, que foi o primeiro do funcionamento do registo civil em Portugal, consentem todas as dúvidas acerca da sua exactidão.

Quanto aos óbitos a curva descrita pelos números absolutos é uma ogiva quase regular com o vértice no decénio 11-20. Os máximos anuais desenhavam uma curva semelhante.

Também aparecem naqueles os efeitos do início do registo civil no já referido ano de 1911, que avultam sobretudo na

série dos números anuais. Mas o trágico obituário dos últimos anos do decénio torna essa influência imponderável.

O ano de 1918 registou, com 248.978, o máximo de mortes alguma vez verificado em Portugal, das quais por certo cerca de 100.000 ⁽²⁾ se deveram à gripe pneumónica.

Os números mínimos dos óbitos subiram sempre até ao decénio 21-30, só acusando uma ligeira redução no de 31-40.

Os saldos cresceram desde o primeiro ao último decénio, com a única e necessária excepção do período 11-20. O saldo máximo anual, obteve-se neste último período e pertence a 1911, sendo apenas uma consequência do número de nascimentos.

À parte esse caso, cumpre anotar que o saldo máximo anual do decénio 31-40 foi inferior ao do decénio anterior.

⁽¹⁾ Nos elementos relativos ao movimento fisiológico adoptaram-se decénios iguais iniciados nos anos 1 e terminados nos anos 0, não correspondendo assim aos intervalos censuários.

⁽²⁾ A estatística registou em 1918 55.780 óbitos por gripe e 96.551 por causas ignoradas ou mal definidas. Os números desta última rubrica para 1917 e 1919, dois anos com mortalidade ainda muito elevada, foram respectivamente 55.780 e 63.979.

8 — Movimento fisiológico

Intervalos	Nascimentos			Óbitos			Saldos		
	Total	Máximo anual	Mínimo anual	Total	Máximo anual	Mínimo anual	Total	Máximo anual	Mínimo anual
1891-1900	1.601.028	165.215	153.971	1.112.871	115.911	103.587	488.157	55.618	38.038
1901-1910	1.782.723	186.953	170.773	1.132.481	125.218	105.572	650.242	73.792	56.643
1911-1920	1.941.441	230.033	166.162	1.419.738	248.978	115.526	524.703	99.133	- 70.291
1921-1930	2.058.326	216.821	197.022	1.248.231	141.775	116.352	810.092	91.021	65.397
1931-1940	2.013.783	208.062	187.892	1.185.060	123.051	115.225	828.723	89.167	67.406
1891-1940	9.400.301	230.033	153.971	6.098.384	248.978	103.587	3.301.917	99.133	- 70.291

Nos saldos mínimos anuais ressalta de modo impressionante o déficit de 70.291 que assinala no decénio 11-20 o ano de 1918.

Felizmente, não houve outro que possa comparar-se-lhe ou sequer que apresentasse resultado negativo.

O movimento fisiológico expresso nos números absolutos que compõem o quadro n.º 8 não permite um juízo exacto da situação.

Esse juízo só pode fundamentar-se na comparação desses números com os efectivos demográficos respectivos que, como é óbvio, variam de ano para ano.

A comparação necessária é feita através das taxas de natalidade e mortalidade e dos saldos fisiológicos.

O quadro n.º 9 contém precisamente as médias em cada decénio e os máximos e mínimos das taxas estabelecidas sobre a população calculada para o meio dos anos respectivos.

Conclui-se dele que a taxa de natalidade não tem evoluído nas mesmas condições do número de nascimentos. Embora este último número tenha subido sempre até ao decénio 21-30, a taxa de natalidade já nesse decénio apresenta declínio relativamente ao anterior. Mais se conclui, que a despeito da diminuição no número de nascimentos do penúltimo para o último decénio ter sido apenas, conforme foi dito, de cerca de metade do aumento acusado no mesmo número entre o terceiro e o quarto decénio, a diminuição nas taxas foi tão apreciável que a do decénio 31-40 não só anula o progresso registado nos três primeiros períodos, como revela uma redução de 10 % relativamente a 91-900.

A variação das taxas máximas anuais corresponde inteiramente à variação das taxas médias decenais, com a diferença da queda do decénio 11-20 para o de 21-30 ser mais pronunciada. Efeitos ainda dos nascimentos de 1911.

As taxas mínimas são quase idênticas nos decénios 91-900, 901-11 e 21-30.

O período 11-20 acusou uma queda anormal devida ao ano de 1918, mas que foi excedida em muito pela do período 31-40.

Da apreciação conjunta das taxas médias dos decénios e das máximas e mínimas anuais resulta de modo impressivo a diminuição da natalidade da população de Portugal no decénio 31-40.

Quanto às taxas de mortalidade a sua correcção sobre os números absolutos, ao invés do que acontece com os nascimentos, opera-se num sentido favorável.

Tanto nas taxas médias por decénios como nas máximas e mínimas anuais, a descida é evidente do primeiro decénio até ao último. Exclui-se somente, pelas razões já conhecidas, o acréscimo do período 11-20, visível em todas as taxas. Ainda

merece reparo, mas somente quanto às taxas máximas, a posição atingida pelo período 21-30 que se apresenta superior à de 901-11 e quase igual à de 91-900. Foi a de 1923, ano mau sob o ponto de vista sanitário, com muitas mortes por sarampo, por tosse convulsa, por doenças pulmonares e por diarreias e enterites em todas as idades ⁽¹⁾. A progressiva redução no número de óbitos é sintoma consolador a salientar. Para dar uma ideia do seu alcance basta dizer que entre 1930 e 1940 morreram em Portugal quase menos um quarto (23,5 %) das pessoas que teriam morrido se a mortalidade se tivesse mantido no nível em que estava no decénio 91-900. Esta redução dá-se nas médias decenais e nas taxas máximas e mínimas dos vários anos.

Em todo o caso, e como se verá na alínea seguinte, a redução da mortalidade portuguesa sendo como foi substancial, ficou aquém da conseguida pelos outros países do Ocidente europeu.

As taxas dos saldos fisiológicos também revelam uma situação diversa daquela que poderia inferir-se dos seus números absolutos.

Com a excepção do decénio crítico 11-20 as médias decenais e os máximos e mínimos anuais sobem sempre até 21-30. Em 31-40 a queda é geral, vincando-se sobretudo na taxa mínima que desceu quase até à do primeiro decénio. Pertenceu ao ano de 1940, o primeiro completo da última guerra mundial.

O decénio exceptuado de 11-20 apresenta a média decenal mínima e a única permilagem anual negativa. Simultaneamente detém a taxa máxima anual correspondente ao já várias vezes citado ano de 1911. Tudo isto está bem explicado pelo que já foi dito. Importa em final sublinhar o facto dos saldos fisiológicos terem diminuído de 21-30 para 31-40.

As curvas das taxas do movimento fisiológico da população portuguesa ao longo dos cinquenta anos 1891-1940 são apresentadas no gráfico n.º 3. Elas documentam tudo quanto se disse na apreciação dos intervalos.

Lá aparece, na natalidade, a anomalia berrante do ano de 1911, a queda da quadra trágica 1914-1919, a subida reparadora de 1920 e depois o declínio progressivo desde então, apenas interrompido pelas excepções inexpressivas de 1926 e 1928.

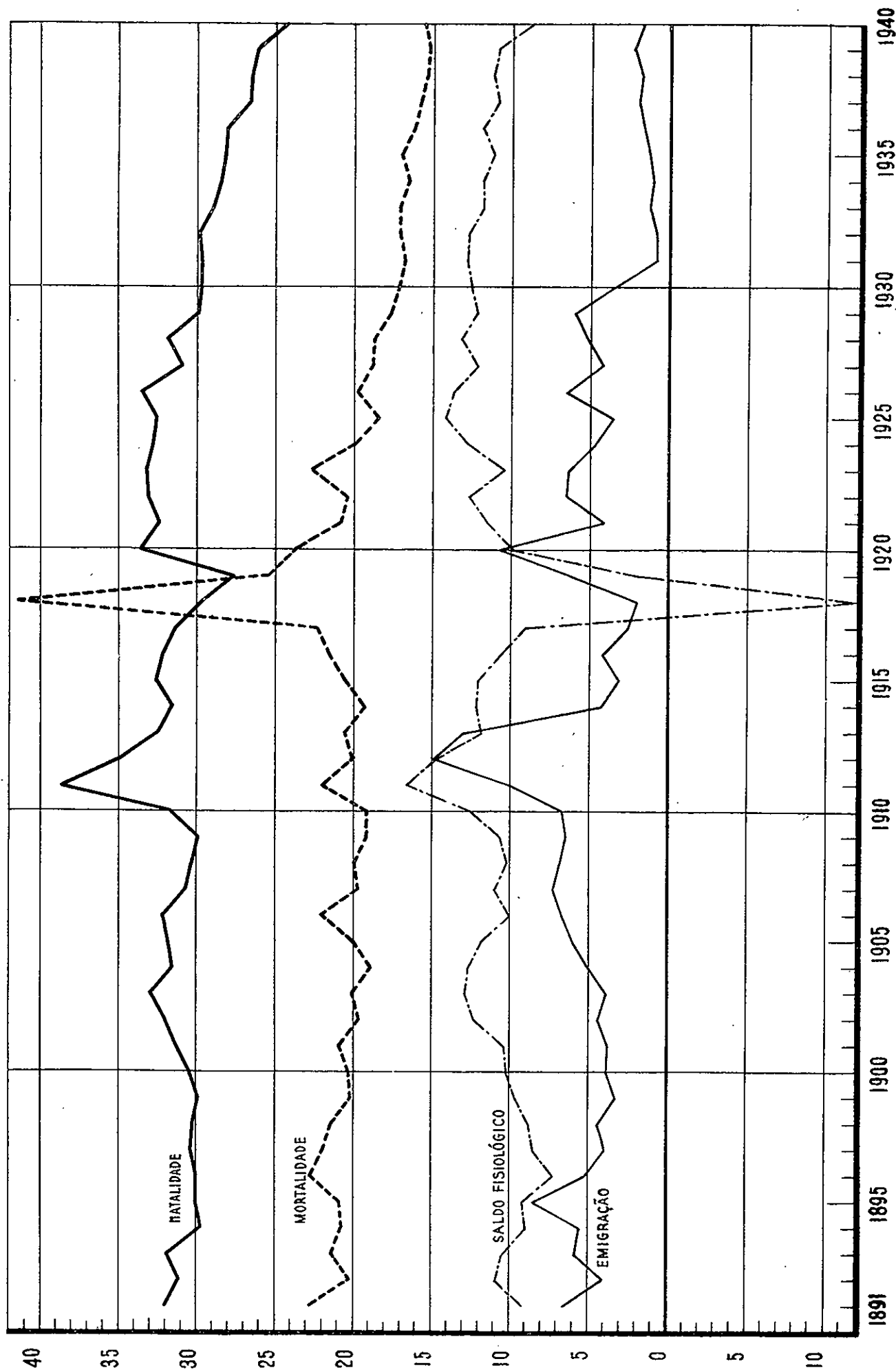
(1)

Causas de morte	1922	1923	1924
Total	125.747	141.775	126.052
Sarampo	277	2.119	463
Tosse convulsa ou coqueluche	575	1.087	995
Doenças do aparelho respiratório (excepto as rubricas n.ºs 13, 20, 21 e 22)	2.782	4.511	3.470
Diarreia e enterite (menos de 2 anos)	9.873	12.719	9.480
Diarreia e enterite (2 anos e mais)	3.060	4.041	2.944

9 — Taxas do movimento fisiológico

Intervalos	Nascimentos			Óbitos			Saldos		
	Média decenal	Máximo anual	Mínimo anual	Média decenal	Máximo anual	Mínimo anual	Média decenal	Máximo anual	Mínimo anual
1891-1900	30,6	32,0	29,7	21,3	22,8	20,2	9,3	10,9	7,2
1901-1910	31,3	33,0	29,9	19,9	22,0	18,9	11,4	12,9	10,1
1911-1920	32,4	38,6	27,6	23,7	41,4	19,3	8,7	16,6	-11,7
1921-1930	32,0	33,5	29,7	19,4	22,7	17,1	12,6	14,2	10,5
1931-1940	27,7	29,9	24,3	16,3	17,1	15,3	11,4	12,9	8,7
1891-1940	30,8	38,6	24,3	20,1	41,4	15,3	10,7	16,6	-11,7

MOVIMENTO FISIOLÓGICO E EMIGRAÇÃO DE 1891 A 1940 (EM ‰)



Lá está também, na curva da mortalidade, a melhoria registada ao longo dos dois primeiros decénios, frouxa e como cortada de hesitações, o agravamento no terceiro, culminando na flecha impressionante de 1918 e depois a queda constante, mal interrompida pelo ano de 1923.

A taxa de crescimento fisiológico comprova o resultado positivo da combinação das duas taxas da natalidade e da mortalidade, situando-se nos dois últimos decénios visivelmente acima dos primeiros. Ainda comprova como a subida de 1911, explicada pelo avatar de nascimentos levados à conta desse ano, foi anulada pelo alçapão da morte de 1918 na determinação da média do decénio respectivo. A descida do ano de 1940 marca as consequências da última guerra, evidentes no agravamento simultâneo das condições de natalidade e de mortalidade.

a) *Comparação com outros países.* — O quadro n.º 10 insere as taxas de natalidade, mortalidade e crescimento fisiológico dos mesmos seis países que no capítulo anterior se escolheram para comparação com Portugal.

devidamente através das percentagens de variação das taxas, que foram as seguintes para os países e períodos considerados:

	Até ao 4.º decénio	Até ao 5.º decénio
Reino Unido	- 37,2	
Suíça	- 34,9	
Bélgica	- 33,2	
Itália	- 22,2	
França	- 19,5	
Espanha	- 16,6	- 30,9
Portugal	- 4,6	- 9,5

No quinto decénio já aparecem para Portugal sintomas de natalidade. Mas são frouxos, muito inferiores aos da Espanha, mesmo tendo em conta as circunstâncias anormais do decénio

10 — Movimento fisiológico comparado ⁽¹⁾

Países		1891-1900	1901-1910	1911-1920	1921-1930	1931-1940
Natalidade	Portugal	30,6	31,3	32,4	32,0	27,7
	Espanha	35,0	31,1	29,8	29,2	24,2
	França	23,6	22,1	15,9	19,0	
	Itália	36,1	32,4	26,8	28,1	
	Suíça	28,1	26,8	21,1	18,3	
	Bélgica	29,2	26,6	18,2	19,5	
	Reino Unido	29,8	27,3	22,1	18,7	
Mortalidade	Portugal	21,3	19,9	23,7	19,4	16,3
	Espanha	29,5	24,9	23,4	19,0	17,1
	França	22,6	20,5	22,6	17,2	
	Itália	24,9	21,4	21,8	16,6	
	Suíça	19,0	16,7	14,7	12,1	
	Bélgica	19,3	16,7	15,5	13,6	
	Reino Unido	18,2	15,5	14,2	12,3	
Saldo fisiológico	Portugal	9,3	11,4	8,7	12,6	11,4
	Espanha	5,5	9,2	6,4	10,2	7,1
	França	1,0	1,6	- 6,7	1,8	
	Itália	11,2	11,0	5,0	11,5	
	Suíça	9,1	10,1	6,4	6,2	
	Bélgica	9,9	9,9	2,7	5,9	
	Reino Unido	11,6	11,8	7,9	6,4	

gico dos mesmos seis países que no capítulo anterior se escolheram para comparação com Portugal.

Salvo para com a Espanha, a comparação limita-se aos quatro primeiros intervalos, em virtude dos restantes países não terem realizado os recenseamentos previstos para os anos de 1940 ou 1941 e dos resultados destes serem indispensáveis para a determinação da população média que serve de base ao cálculo das taxas.

No tocante a nascimentos, nos quarenta anos decorridos entre 1891-1930, Portugal ocupa uma posição excepcional e diametralmente oposta à das outras nações trazidas para cotejo. Perante o geral declínio da natalidade verificado, com maior ou menor intensidade em todos os países do Ocidente europeu, Portugal acusa um aumento na taxa respectiva. A situação avalia-se

31-40 para este último país, e também muito inferiores aos já denunciados pelas restantes nações até 1930.

Quanto à taxa de mortalidade a situação de Portugal é menos lisonjeira. Na ordem de grandeza das taxas de mortalidade, Portugal, que ocupava o quarto lugar nos dois primeiros decénios, passou a ocupar o primeiro nos dois seguintes.

Também Portugal foi o único dos países considerados que registou em decénios posteriores uma taxa superior à do primeiro decénio. Por isto não podem estranhar-se as seguintes percentagens de redução da taxa de mortalidade:

⁽¹⁾ Por não ter sido possível obter elementos de 1891 e 1892 as taxas médias para a Espanha no decénio 1891-1900, foram calculadas tendo em conta somente os últimos anos desse decénio.

	Até ao 4. ^o decénio	Até ao 5. ^o decénio
Suíça	- 36,3	
Espanha	- 35,6	- 42,0
Itália	- 33,3	
Reino Unido	- 32,4	
Bélgica	- 29,5	
França	- 23,9	
Portugal	- 8,9	- 23,5

Por muito pouco lisongeira que seja para Portugal a situação descrita, aparece evidente que a inferioridade perante os outros países que dela resulta, está longe de ser tão grande como a superioridade que mantém sobre eles na natalidade. A comparação com a Espanha no último decénio (ver quadro n.º 10) é-nos nitidamente favorável, mas o facto da guerra civil permite muitas dúvidas acerca do seu valor.

O crescimento fisiológico, sendo uma consequência da relação entre natalidade e mortalidade, confirma a margem de vantagem que existe entre as duas para Portugal. Assim, do quarto lugar na ordem das taxas de crescimento que ocupamos no primeiro decénio, passamos para o segundo no imediato e para o primeiro nos dois restantes.

E esta melhoria de posição não foi apenas relativa, como resultado de diminuição da dos outros países, porquanto, se no decénio 11-20 a taxa foi inferior à do primeiro decénio, a do quarto foi muito superior à dos três anteriores. A Espanha e a Itália são os únicos, dos países considerados, em situação comparável. A situação da Espanha e da Itália deveu-se sobretudo à diminuição da mortalidade. Entre nós, conforme se referiu, a razão foi oposta. No último decénio prevalecemos em muito na comparação com a Espanha que, no entanto, oferece as restrições já referidas.

As percentagens de variação das taxas respectivas foram as seguintes e tem, como é óbvio, um valor relativo:

	Até ao 4. ^o decénio	Até ao 5. ^o decénio
Espanha	85,5	29,1
França	80,0	
Itália	2,7	
Suíça	- 31,9	
Portugal	35,5	22,6
Bélgica	- 40,4	
Reino Unido	- 44,8	

§ 2.º — No continente e nas ilhas

A distinção entre o continente e as ilhas em matéria de movimento fisiológico nos cinco decénios abrangidos pelo nosso estudo, é feita no quadro n.º 11 que inclui tanto os números absolutos como as taxas correspondentes.

Os números absolutos, embora menos relevantes que os relativos, sempre merecem uma referência. Tanto nos nascimentos como nos óbitos e nos saldos as suas variações não coincidem no continente e nas ilhas.

O número dos nascimentos no continente cresce continuamente até ao quarto decénio, só diminuindo no quinto. Nas ilhas não se verifica esta última diminuição, mas em contrapartida regista-se uma no decénio 11-20. Só pode ver-se aqui que o fenómeno estatístico dos nascimentos de 1911 quase não foi sentido nas ilhas.

O número dos óbitos no continente sobe até ao decénio 11-20, para diminuir progressivamente nos dois seguintes. O aumento daquele decénio é da ordem de 27,9 % sobre o anterior e de 14,6 % sobre o seguinte. Nas ilhas o número subiu do primeiro

para o segundo decénio, para descer de modo contínuo e progressivo até ao último.

Os números dos saldos variaram nas mesmas condições no continente e nas ilhas, descendo no terceiro decénio, menos nas ilhas do que no continente, e subindo no último, muito mais naquelas do que neste.

A variação das taxas é naturalmente diversa da dos números absolutos.

No continente e para os nascimentos as taxas médias decenais subiram do primeiro ao terceiro decénio, cujo máximo revela mais uma vez a influência do ano de 1911, descendo nos decénios seguintes. A descida acentua-se e só tem verdadeiro significado do quarto para o quinto decénio, cuja taxa média é muito inferior ao do primeiro.

Nas ilhas a taxa máxima pertence ao período 901-10 com com grande diferença sobre as outras. A taxa média de 11-20, ao contrário da do continente, não denuncia por si qualquer influência alheia ao próprio movimento demográfico, situando-se apenas acima da do último decénio, que mede, com uma redu-

II — Movimento fisiológico

		1891-1900		1901-1910		1911-1920		1921-1930		1931-1940	
			%		%		%		%		%
Nascimentos.	Continente.	1.463.815	30,3	1.635.815	31,0	1.806.046	32,3	1.907.494	31,8	1.857.366	27,4
	Ilhas.	137.213	31,5	116.908	35,9	138.395	33,6	150.832	34,4	136.417	31,2
Óbitos.	Continente.	1.022.892	21,1	1.034.827	19,6	1.323.724	23,7	1.155.356	19,3	1.101.345	16,3
	Ilhas.	89.979	22,6	97.654	23,8	96.014	23,3	92.878	21,2	83.715	16,7
Salos fisiológicos.	Continente.	440.923	9,2	600.988	11,4	482.322	8,6	752.138	12,5	756.021	11,1
	Ilhas.	47.234	11,9	49.254	12,1	42.381	10,3	57.954	13,2	72.702	14,5

ção de 9,3 % relativamente ao anterior, um decréscimo da natalidade semelhante ao verificado no continente (13,8).

As taxas médias de mortalidade no continente descem sempre de decénio para decénio, com a única e natural excepção do período 11-20. A anormalidade da mortalidade deste último período diminui muito o valor da descida verificada no imediato. Não acontece o mesmo com a redução de 15,5 % do quarto para o quinto.

Nas ilhas a maior taxa média pertenceu ao segundo decénio e embora a do quarto fosse inferior à do primeiro, só no quinto é que se verifica uma redução de mortalidade verdadeiramente expressiva e superior ainda à registada no continente.

É para relevar a circunstância de, nas ilhas, o decénio 11-20 não apresentar, quanto aos óbitos, as características trágicas

que assumiu no continente. Quanto à natalidade a marca do decénio é evidente, não tendo sequer a mascarar-la a influência perturbadora do início do registo civil. Mas na mortalidade não só a taxa média respectiva é inferior à do decénio precedente, como também é pouco superior à do primeiro decénio.

As curvas das taxas de crescimento fisiológico são semelhantes para o continente e para as ilhas até ao quarto decénio. Apenas com diferenças de intensidade elas sobem do primeiro para o segundo, descem para o terceiro e sobem para o quarto. No quinto é que surge uma opposição nítida e curiosa entre as duas divisões geográficas. Ao passo que no continente a taxa média dos saldos desce de 11,1 %, nas ilhas a mesma taxa sobe de 9,8 % em relação às taxas respectivas do decénio anterior.

§ 3.º — Nos distritos

O comportamento fisiológico da população dos vários distritos do continente e das ilhas nos cinco decénios abrangidos pelo nosso estudo consta dos quadros n.ºs 12 e 13.

a) *Números absolutos.* — O primeiro diz respeito aos números absolutos e o segundo às taxas. Tanto num como noutro não se inclui o distrito de Setúbal que não foi possível individualizar para os anos anteriores à sua constituição (1927) em virtude de não existirem os números relativos aos concelhos respectivos. Optou-se, por isso, para efeito de assegurar a comparabilidade, pela solução de apresentar no último decénio o movimento do distrito de Setúbal incluído no de Lisboa.

O interesse sempre menor dos números absolutos é neste caso muito pequeno, tão grandes são as diferenças entre os efectivos demográficos dos distritos. São poucos, por isso, os comentários a fazer a seu respeito.

Nascimentos. — Quanto aos nascimentos os aumentos são quase gerais de decénio para decénio, à excepção do último. Do primeiro para o segundo apenas houve diminuição em quatro distritos: Bragança, Coimbra, Viseu e Horta.

Do segundo para o terceiro as diminuições só se verificaram nos distritos insulares, mas estendem-se a todos eles. É essa mais uma prova de como o aumento de nascimentos resultante do início do registo civil não se fez sentir nas ilhas.

Do terceiro para o quarto a redução foi novamente em quatro distritos, dois continentais (Faro e Guarda) e dois insulares (Angra do Heroísmo e Horta).

Do quarto para o quinto as diminuições dão-se em treze dos vinte e um distritos referidos no mapa, dos quais só um é que pertence às ilhas e mesmo assim com um decréscimo mínimo (Ponta Delgada). Os distritos continentais que aumentaram os

12 — Movimento fisiológico

Distritos	Nascimentos					Óbitos					Salos fisiológicos				
	91-900	901-10	11-20	21-30	31-40	91-900	901-10	11-20	21-30	31-40	91-900	901-10	11-20	21-30	31-40
Aveiro	90.333	101.392	107.465	115.146	119.128	56.785	55.970	69.359	59.555	60.237	33.548	48.422	38.106	55.591	58.891
Beja	49.301	56.659	70.426	70.902	72.957	37.783	34.033	43.407	38.060	36.553	11.518	22.626	27.019	32.842	36.404
Braga	102.274	104.056	122.333	135.447	150.420	68.317	63.044	93.651	78.130	77.724	33.927	41.012	28.679	57.317	72.696
Bragança	61.455	55.064	64.181	69.119	67.856	44.466	33.795	52.025	43.659	40.913	16.989	21.269	12.156	25.460	26.913
Castelo Branco	70.934	81.725	83.567	87.706	83.115	48.825	48.593	60.650	50.300	42.720	22.109	33.133	22.917	37.406	40.395
Coimbra	90.594	90.396	98.866	102.896	94.576	55.604	52.735	71.670	60.143	60.189	34.990	37.661	27.196	42.753	34.387
Évora	34.027	42.848	52.625	54.172	54.458	25.028	28.503	34.553	29.390	27.386	8.999	14.345	18.072	24.782	27.072
Faro	82.482	89.008	94.769	87.351	75.374	51.006	51.417	59.155	50.142	44.811	31.476	37.591	35.614	37.209	30.563
Guarda	87.130	94.701	94.993	93.691	87.777	63.653	63.911	76.203	62.177	52.094	23.477	30.760	18.790	31.514	35.683
Leiria	69.049	79.058	81.148	95.945	94.988	40.785	42.677	53.743	49.805	49.187	28.264	36.381	30.405	46.140	45.801
Lisboa	185.229	233.116	269.581	285.352	261.980	157.577	175.013	217.849	214.672	207.313	27.652	58.103	51.732	70.680	54.667
Portalegre	31.382	45.009	48.801	49.795	46.811	24.520	27.063	32.561	27.416	24.464	6.862	15.946	16.240	22.379	22.347
Porto	189.758	223.202	234.206	255.416	265.109	134.908	149.295	181.360	158.526	162.941	54.850	73.907	52.846	96.920	102.168
Santarém	81.968	89.389	101.549	108.848	100.088	47.440	51.933	63.838	56.068	52.667	34.528	37.456	37.711	52.780	47.421
Viana do Castelo	49.962	57.978	65.107	69.534	67.804	35.142	37.280	49.767	42.171	38.126	14.820	20.698	15.310	27.363	29.678
Vila Real	67.334	72.248	79.910	88.146	83.755	49.531	46.856	66.527	53.327	49.065	17.803	25.392	13.413	34.819	34.690
Viseu	120.604	118.965	133.489	137.998	131.170	81.492	72.679	97.403	81.815	74.925	39.112	46.286	36.086	56.183	56.245
Angra do Heroísmo	21.404	22.609	19.898	19.724	19.794	14.250	16.213	16.587	15.133	13.249	7.151	6.396	3.311	4.591	6.545
Horta	13.661	13.447	12.310	11.320	11.721	11.808	10.487	10.429	9.044	7.380	1.853	2.960	1.881	2.276	4.311
Ponta Delgada	45.764	46.791	43.615	46.814	44.463	32.312	32.762	31.771	31.163	25.054	13.452	14.029	11.844	15.651	19.409
Funchal	56.384	64.061	62.572	72.974	80.439	31.609	38.192	37.227	37.538	37.861	24.775	25.869	25.345	35.436	42.575

seus números absolutos foram os de Aveiro, Beja, Braga, Évora e Porto.

Isto concilia-se bem com a posição verificada entre o continente e as ilhas no resultado fisiológico do último decénio. Contra uma diminuição total de 50.128 nascimentos havida no continente, houve nas ilhas um aumento também global de 5.585.

Óbitos. — Quanto aos óbitos a tendência de diminuição é desmentida pelo segundo e sobretudo pelo terceiro decénio. No quarto só se registou um aumento no Funchal. No quinto acusam aumento, além deste último, os distritos de Aveiro e Coimbra.

O caso do terceiro decénio não merece quaisquer reparos, embora seja para salientar, mais uma vez, a situação das ilhas que quase se mostram indemnes aos males da época. O próprio aumento do distrito de Angra do Heroísmo é irrelevante.

Ainda merece referência a circunstância de onze distritos do continente e das ilhas terem tido no último decénio um número de óbitos inferior ao do primeiro decénio.

Salos fisiológicos. — No que toca aos saldos só no terceiro e no último decénio é que houve distritos com saldos inferiores ao de decénios precedentes. No terceiro só os de Beja, Évora, Portalegre e Santarém é que tiveram aumentos nos saldos. A sua posição derivou, sobretudo, do aumento do número de nascimentos. Nos distritos das ilhas, de acordo com o que já temos observado, as diminuições dos saldos deveram-se, pelo contrário, quase exclusivamente à diminuição dos nascimentos.

No último decénio houve diferenças para menos nos distritos de Coimbra, Leiria, Lisboa, Santarém, Portalegre, Faro e Vila Real. Em todos estes distritos a causa foi a diminuição dos nascimentos, mesmo no de Coimbra, que foi o único deles que

acusou o aumento do número de óbitos relativamente ao decénio anterior: 8.320 nascimentos a menos e apenas 46 óbitos a mais.

Os distritos de Coimbra, Faro e Angra do Heroísmo foram os únicos, entre todos, que tiveram em 31-40 saldos inferiores aos obtidos no período 91-900. Os de maiores diferenças para mais, entre esses dois decénios extremos, foram os do Porto, Braga e Lisboa. De 21-30 para 31-40 as maiores diferenças positivas foram nos de Braga, Funchal, Porto, Ponta Delgada e Guarda. Nesse espaço cabe ao de Lisboa a última posição com uma redução de mais de 20 % em relação ao saldo do decénio anterior. Logo a seguir aparecem, quase nas mesmas condições, os distritos de Coimbra e de Faro.

Os distritos de Évora e Beja foram os únicos que aumentaram sempre os seus saldos nos cinco decénios.

b) Taxas. — Os números relativos (quadro n.º 13) permitem um exame mais objectivo da situação de cada distrito nos vários decénios e no seu conjunto.

As conclusões a tirar desse exame podem ordenar-se, para comodidade de exposição, nas seguintes alíneas:

Quanto à natalidade: a) As maiores taxas médias decenais pertenceram em todos os decénios aos distritos do Funchal (3 vezes em primeiro lugar), Ponta Delgada e Guarda. O de Bragança também poderia acrescentar-se-lhes, se não fora a descida excepcional que a sua taxa, sempre das mais elevadas, acusa no segundo decénio.

b) As piores posições nas médias decenais pertenceram sempre aos distritos da Horta, Coimbra, Viana do Castelo e Lisboa; estes últimos com tendências definidas: o primeiro de

13 — Taxas anuais médias de nascimentos, óbitos e saldos fisiológicos em relação à população calculada para o meio do decénio, por distritos

Distritos	Nascimentos					Óbitos					Salos fisiológicos				
	91-900	901-10	11-20	21-30	31-40	91-900	901-10	11-20	21-30	31-40	91-900	901-10	11-20	21-30	31-40
Portugal	30,6	31,3	32,4	32,0	27,7	21,3	19,9	23,7	19,4	16,3	9,3	11,4	8,8	12,6	11,4
Continente	30,3	31,0	32,3	31,8	27,4	21,1	19,6	23,7	19,3	16,3	9,2	11,4	8,6	12,5	11,1
Aveiro	30,6	32,7	31,6	31,8	29,4	19,2	17,5	20,4	16,4	14,8	11,4	15,2	11,2	15,4	14,6
Beja	30,7	31,8	35,8	32,1	28,3	23,5	19,1	22,1	17,3	14,2	7,2	12,7	13,7	14,8	14,1
Braga	29,4	28,1	32,3	34,3	33,5	19,7	17,1	24,7	19,8	17,3	9,7	11,0	7,6	14,5	16,2
Bragança	33,7	29,2	35,4	38,9	31,1	24,4	17,9	28,7	24,6	20,6	9,3	11,3	6,7	14,3	13,5
Castelo Branco	33,6	35,7	34,8	34,8	29,4	23,1	21,2	25,3	19,9	15,1	10,5	14,5	9,5	11,9	14,3
Coimbra	27,9	26,1	27,8	27,8	23,7	17,1	15,3	20,1	16,2	15,1	10,8	10,8	7,7	11,6	8,6
Évora	27,5	31,0	31,9	32,4	28,0	20,2	20,6	22,9	17,6	14,1	7,3	10,4	12,0	14,8	13,9
Faro	34,1	33,7	35,0	30,7	24,4	21,1	19,5	21,9	17,6	14,5	13,0	14,2	13,1	13,1	9,9
Guarda	34,2	35,5	36,0	35,8	31,2	24,9	24,0	28,9	23,7	18,5	9,3	11,5	7,1	12,1	12,7
Leiria	30,4	31,5	31,1	32,3	28,4	18,0	17,0	19,8	16,8	14,7	12,4	14,5	11,3	15,5	13,7
Lisboa	28,1	29,9	30,2	27,5	21,1	23,9	22,4	24,4	20,7	16,7	4,2	7,5	5,8	6,8	4,4
Portalegre	26,4	32,3	33,8	31,7	26,5	20,6	20,4	22,5	17,5	13,9	5,8	11,9	11,3	14,2	12,6
Porto	33,1	31,9	33,9	33,8	30,3	23,6	23,4	26,2	21,0	18,6	9,5	11,5	7,7	12,8	11,7
Santarém	30,5	29,4	30,9	30,6	25,0	17,6	17,1	19,4	15,8	13,2	12,9	12,3	11,5	14,8	11,8
Viana do Castelo	23,6	26,2	23,7	29,8	27,2	16,6	16,8	22,0	18,1	15,3	7,0	9,4	6,7	11,7	11,9
Vila Real	28,1	29,6	33,2	36,0	30,8	20,7	19,2	27,7	21,8	18,1	7,4	10,4	5,5	14,2	12,7
Viseu	30,4	29,1	32,5	33,0	29,2	20,6	17,8	23,7	19,6	16,7	9,8	11,3	8,8	13,4	12,5
Ilhas adjacentes	34,5	35,8	33,6	34,4	31,2	22,6	23,8	23,3	21,2	16,7	11,9	12,1	10,3	13,2	14,5
Angra do Heroísmo	29,4	31,6	29,0	28,6	26,6	19,6	22,6	24,2	22,0	17,8	9,8	9,0	4,8	6,6	8,8
Horta	24,0	25,5	25,5	23,7	23,0	20,7	19,9	21,6	18,9	14,5	3,3	5,6	3,9	4,8	8,5
Ponta Delgada	36,3	37,4	36,2	37,1	30,6	25,6	26,2	26,4	24,7	17,3	10,7	11,2	9,8	12,4	13,3
Funchal	39,6	40,0	35,9	37,4	31,8	22,2	23,8	21,3	19,2	16,4	17,4	16,2	14,6	18,2	18,4

melhoria e o segundo de agravamento, alcançando Lisboa no quinto decénio a última posição e a mais baixa de todas as taxas.

c) Os distritos cujas taxas médias decenais revelaram tendência de aumento, além do de Viana do Castelo, são, com as naturais oscilações, os de Braga, Vila Real, Évora e Bragança. São também eles os que apresentam no último decénio taxa média superior ao do primeiro. Para os distritos de Viana do Castelo e Braga essa superioridade foi respectivamente de 15,3 e 14 %. Não pode ir sem reparo a circunstância de aparecerem irmanados na mesma tendência distritos com características de ocupação humana inteiramente opostas. Ao lado dos distritos de Évora e Beja, cuja baixa densidade tão bem se concilia com um aumento de natalidade, o distrito de Viana do Castelo e sobretudo o de Braga, tantas vezes citado como exemplo de pressão demográfica, constituem uma verdadeira nota discordante.

d) Os distritos com tendência de diminuição nas suas taxas médias decenais de natalidade são todos os outros que não foram citados na alínea anterior. O de Lisboa, embora tenha atingido no último decénio a taxa média mínima, não foi o que mais a desceu relativamente ao primeiro decénio. A sua percentagem de diminuição, que foi de 24,9 %, aparece em segundo lugar depois da de Faro, que teve uma de 28,5 %. Os distritos de Santarém, Ponta Delgada e Coimbra vêm a seguir, todos três com percentagens superiores a 15 %. Os de Castelo Branco e do Funchal têm-na ainda superior a 10 %. Com diminuições superiores a 5 % aparecem os distritos de Angra do Heroísmo, Guarda, Porto, Beja e Leiria. Os distritos da Horta, Viseu e Aveiro são os últimos com as diminuições mínimas, respectivamente, de 4,2, 4,0 e 3,9 %.

Quanto à mortalidade:

a) Os distritos com as taxas médias decenais mais baixas são os de Santarém e Leiria. O de Coimbra seria o terceiro a referir neste lugar se não fora o atraso de posição sofrido no último decénio.

b) Os distritos com as taxas médias decenais mais elevadas são os da Guarda, Porto, Ponta Delgada e Bragança; o primeiro, com um atraso apreciável no quinto decénio em relação ao abaixamento das taxas dos outros distritos, e o último, com uma melhoria efectiva na taxa média do segundo decénio que pode ter sido causada pela diminuição da natalidade. A consulta aos números anuais mostra que a situação se deveu ao movimento fisiológico dos quatro últimos anos do período.

A redução das taxas de mortalidade, já verificada no total do País e nas suas grandes divisões geográficas, verifica-se igualmente em todos os distritos. Exceptuando o intervalo 11-20, já tantas vezes referido, em todos os outros se verificaram reduções para a generalidade dos distritos. As excepções são muito poucas. Do primeiro para o segundo decénio registaram-se aumentos nos distritos de Angra do Heroísmo, Funchal e Ponta Delgada (e que explicam o agravamento registado nesse decénio na mortalidade insular) e também, embora mínimos, nos dois distritos continentais de Évora e Viana do Castelo.

As taxas dos distritos no decénio 11-20 revelam como se distribuíram por eles as consequências, que tanto avultam no obituário português desse período. Os que registaram taxas mais altas foram os da Guarda, Bragança, Vila Real, Ponta Del-

gada e Porto. São quase os mesmos, interessa registá-lo, os que sempre aparecem nas piores posições.

Relativamente às taxas do decénio anterior os que acusaram maior agravamento de mortalidade foram os distritos de Bragança, Braga, Vila Real, Viana do Castelo, Viseu e Coimbra, todos eles com mais de 30 % de aumento. O da Guarda vem depois com uma percentagem de aumento de mais de 20 %. Todos os outros tiveram aumentos superiores a 10 %, à excepção do de Lisboa e dos três distritos dos Açores, todos com um acréscimo inferior a 10 %. O do Funchal foi o único que diminuiu a sua taxa de mortalidade em relação ao decénio anterior.

À parte o caso das ilhas, não deixa de merecer reparo a situação excepcional ocupada pelo distrito de Lisboa. A melhor assistência clínica e os mais numerosos recursos sanitários, podem facilmente julgar-se uma explicação, sobretudo quando se considera que entre os distritos mais afectados pela epidemia se contaram aqueles que sempre mais pesaram no obituário. É certo que foram também os outros distritos do Sul que apresentaram agravamentos menores nas suas taxas.

Menos virulência ao Sul ou melhores condições de resistência ao mal por parte duma população menos densa e com hábitos tradicionais de vida mais limpa e cuidada?

No quarto decénio, que assinala a normalização do nosso obituário, todos os distritos do continente, e até os das ilhas, beneficiam de grandes reduções nas suas taxas que, no entanto, só se tornam expressivas quando atingem valores mais baixos que os das taxas do decénio 901-10. E foram apenas os seis distritos de Braga, Bragança, Coimbra, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu que não lograram alcançar em 21-30, taxas inferiores às do período 901-10 e que, antes pelo contrário, registaram aumentos sobre elas. A situação pior foi a do distrito de Bragança, cujo aumento atingiu 37 %. Importa, porém, ter em conta que, conforme atrás se referiu, o decénio 901-10 foi, para o distrito de Bragança, excepcionalmente favorável. Nas posições imediatas estão quase em paridade de percentagem de aumento os distritos de Braga (2,7) e de Vila Real (2,6). Viseu, Viana do Castelo e Coimbra escalonam-se com as percentagens de 1,8, 1,3 e 0,9.

As taxas mais favoráveis do quarto decénio foram as dos distritos de Santarém, Coimbra, Aveiro e Leiria, todos contíguos no centro do País. As mais pesadas disseram respeito, por ordem decrescente, aos distritos de Ponta Delgada, Bragança, Guarda, Angra do Heroísmo, Vila Real, Porto e Lisboa. À parte os dois distritos insulares e os de Lisboa e Porto os outros três são contíguos entre si, constituindo uma região com muitas características comuns. É o Nordeste português de população pouco densa e concentrada, terra montanhosa de vida difícil e clima sujeito a grandes oscilações térmicas.

Como é óbvio, os limites dessa região não coincidem com os dos distritos e até existem dentro dela pequenos tratos de território com características diferentes. Dos três distritos, o de Bragança é o único incluído completamente na região e o de Vila Real é o que mais foge dela, sobretudo no seu Sudoeste ribeirinho do Douro.

No quinto e último decénio a mortalidade desce em todos os distritos do continente e das ilhas. Os que acusaram maiores diminuições foram os de Ponta Delgada, Castelo Branco, Horta, Guarda e Portalegre, todos eles com uma redução superior a

20 %. Os de menor diminuição foram os de Coimbra e Aveiro, ambos com menos de 10 %. As piores posições pertenceram aos distritos de Bragança, o único com taxa superior a 20, Porto, Guarda, Vila Real e Angra do Heroísmo, todos com taxas superiores a 18. Quer dizer que, a pesar da diminuição apreciável que foi referida, o distrito da Guarda nem por isso deixou de ser um dos de maior mortalidade. As taxas mais baixas foram as dos distritos de Santarém, Portalegre, Évora e Beja.

Quanto aos saldos fisiológicos:

a) As mais altas taxas de crescimento fisiológico pertenceram mais frequentemente aos distritos do Funchal (o primeiro lugar nos cinco decénios), Aveiro e Leiria. O distrito de Faro foi um dos mais favorecidos nos três primeiros decénios, mas um dos últimos no quarto e no quinto. Inversão de situação que resultou sobretudo da diminuição da taxa de natalidade.

b) As taxas mais baixas pertenceram, nos cinco decénios, aos distritos da Horta (o último lugar nos quatro primeiros decénios), Lisboa (o último lugar no quinto decénio) e Angra do Heroísmo.

c) Os distritos que revelam tendência para aumentar as suas taxas de crescimento fisiológico são os de Beja, Évora, Braga, Viana do Castelo, Horta e Ponta Delgada. Só os dois primeiros é que aumentaram sempre as suas taxas de decénio para decénio. Os outros têm uma única descida no decénio 11-20. Cá temos de novo o distrito de Braga logo atrás dos dois distritos alentejanos de Évora e Beja com as características tão diversas que já foram acentuadas.

d) Os distritos que revelam tendência para diminuir as suas taxas de crescimento, além do de Faro, foram os de Coimbra e Santarém; o primeiro e o último com uma só subida, respectivamente no segundo e quarto decénios, e o de Coimbra com duas subidas, uma no segundo e outra no quarto decénio.

Considerando apenas os dois decénios extremos, verifica-se que houve quatro distritos que tiveram no último taxas inferiores às do primeiro. Foram os de Faro, Coimbra, Angra do Heroísmo e Santarém. Aqueles que maiores diferenças positivas alcançaram foram os da Horta, Portalegre, Beja e Évora com percentagens de aumento, respectivamente, de 157,6, 119,0, 95,8 e 90,4 %.

A situação do distrito de Portalegre, ao lado dos dois outros distritos alentejanos, embora aparente ser muito natural, deve-se apenas à circunstância da sua pequena natalidade no decénio 91-900 que reduziu anormalmente a taxa dos saldos desse período. Para esta última redução concorreu ainda a subida da mortalidade no ano de 1897, e que por ser simultaneamente um dos dois anos de natalidade mais reduzida (1896 e 1897), determinou o único saldo fisiológico anual negativo registado por um distrito fora do período trágico de 1918-1919.

Na independência destas circunstâncias, o distrito de Portalegre não teria que ser citado aqui e seria um distrito mediano sob todos os aspectos do movimento fisiológico, sem que lhe pesasse ser o terceiro distrito na ordem das densidades mínimas e aquele que compreende o concelho de densidade mais baixa de todo o País (Avis).

§ 4.º — Nos concelhos

O movimento fisiológico dos concelhos reveste um alto interesse. Infelizmente não é possível levar a sua observação tão longe como a dos distritos de modo a abranger os cinco decénios 91-40. Faltam elementos de muitos deles para vários anos e os que existem nem sempre merecem a confiança necessária para o efeito.

Por isso o estudo da natalidade, da mortalidade e dos saldos fisiológicos por concelhos foi limitado ao último decénio dos considerados, ou seja o de 31-40.

Os números e as taxas respectivas constam do quadro n.º 14 aonde figuram todos os concelhos pela ordem alfabética dentro dos vários distritos.

14 — Movimento fisiológico (1931-1940)

Concelhos	Nascimentos		Óbitos		Saldos fisiológicos	
		%		%		%
Distrito de Aveiro						
Águeda	7.551	29,5	3.754	14,6	3.800	14,9
Albergaria-a-Velha	4.172	27,5	2.351	15,5	1.821	12,0
Anadia	6.355	27,6	3.193	13,8	3.162	13,8
Arouca	6.333	31,0	2.976	14,6	3.357	16,4
Aveiro	7.923	25,5	4.856	15,6	3.067	9,9
Castelo de Paiva	3.650	33,6	1.516	14,2	2.101	19,4
Espinho	4.987	33,1	2.950	19,6	2.037	13,5
Estarreja	6.070	27,4	3.520	15,9	2.550	11,5
Feira	20.121	38,8	8.906	17,2	11.215	21,8
Ílhavo	5.338	32,7	2.942	18,0	2.396	11,7
Mealhada	3.992	29,0	1.983	14,4	2.009	14,6
Murtosa	3.816	29,2	2.248	17,2	1.568	12,0
Oliveira de Azeméis	10.918	33,2	5.188	15,7	5.760	17,5
Oliveira do Bairro	4.107	29,0	1.975	14,0	2.132	15,0
Ovar	8.159	27,8	4.818	16,4	3.341	11,1
S. João da Madeira	2.286	42,1	1.033	19,0	1.253	23,1
Sever do Vouga	3.507	30,1	1.631	14,0	1.876	16,1
Vagos	5.219	34,9	2.290	15,2	2.959	19,7
Vale de Cambra	4.561	30,9	2.077	14,1	2.484	16,8
Distrito de Beja						
Aljustrel	4.801	31,6	2.477	16,3	2.327	15,3
Almodôvar	4.268	30,8	1.984	14,3	2.284	16,5

Concelhos	Nascimentos		Óbitos		Saldos fisiológicos	
		%		%		%
Distrito de Beja (continuação)						
Álvito	1.437	32,1	778	17,4	659	14,7
Barrancos	768	24,2	428	13,5	340	10,7
Beja	9.999	27,2	5.791	15,8	4.208	11,1
Castro Verde	3.430	31,6	1.720	15,8	1.710	15,8
Cuba	2.065	25,8	1.315	16,4	750	9,4
Ferreira do Alentejo	3.910	31,5	1.921	15,5	1.989	16,0
Mértola	8.465	33,2	4.038	15,8	4.427	17,4
Moura	6.262	36,4	3.543	14,9	2.719	11,5
Odemira	12.511	38,3	4.902	15,0	7.609	23,3
Ourique	4.325	31,0	1.905	13,7	2.420	17,3
Serpa	8.059	27,5	4.032	13,9	3.977	13,6
Vidigueira	2.654	25,3	1.669	15,9	985	9,4
Distrito de Braga						
Amares	4.328	31,9	2.245	16,5	2.083	15,4
Barcelos	20.770	36,0	9.647	16,7	11.123	19,3
Braga	22.679	34,1	13.156	19,8	9.523	14,3
Cabeceiras de Basto	6.050	35,0	3.066	17,7	2.984	17,3
Colorido de Basto	7.410	34,5	3.982	18,5	3.428	16,0
Esposende	5.757	32,0	3.015	16,8	2.742	15,2
Fafe	12.111	36,8	6.272	19,1	5.839	17,7
Guimarães	28.389	44,4	14.707	23,0	13.682	21,4
Póvoa de Lanhoso	6.341	33,5	3.393	17,9	2.948	15,6
Terras do Bouro	3.051	31,1	1.710	17,4	1.341	13,7

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Movimento fisiológico

1931 — 1940

Taxa média de natalidade
nos concelhos



Legendas

De 40 e mais ‰	
» 35 a 39 ‰	
» 25 » 34 ‰	
» 20 » 24 ‰	
» menos de 20 ‰	

ESCALA

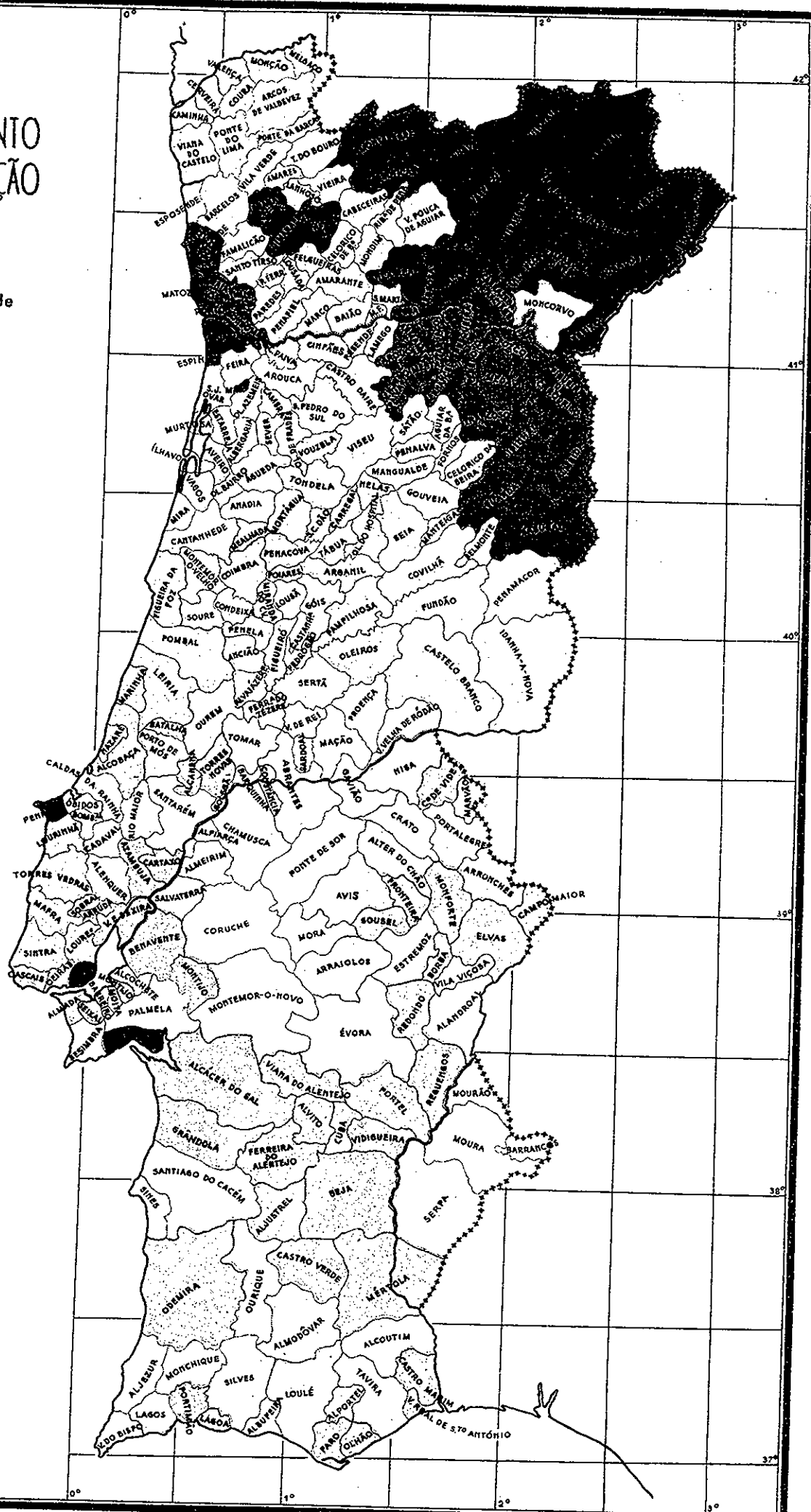
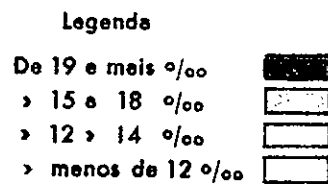
0 15 30 45 60 Km.

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

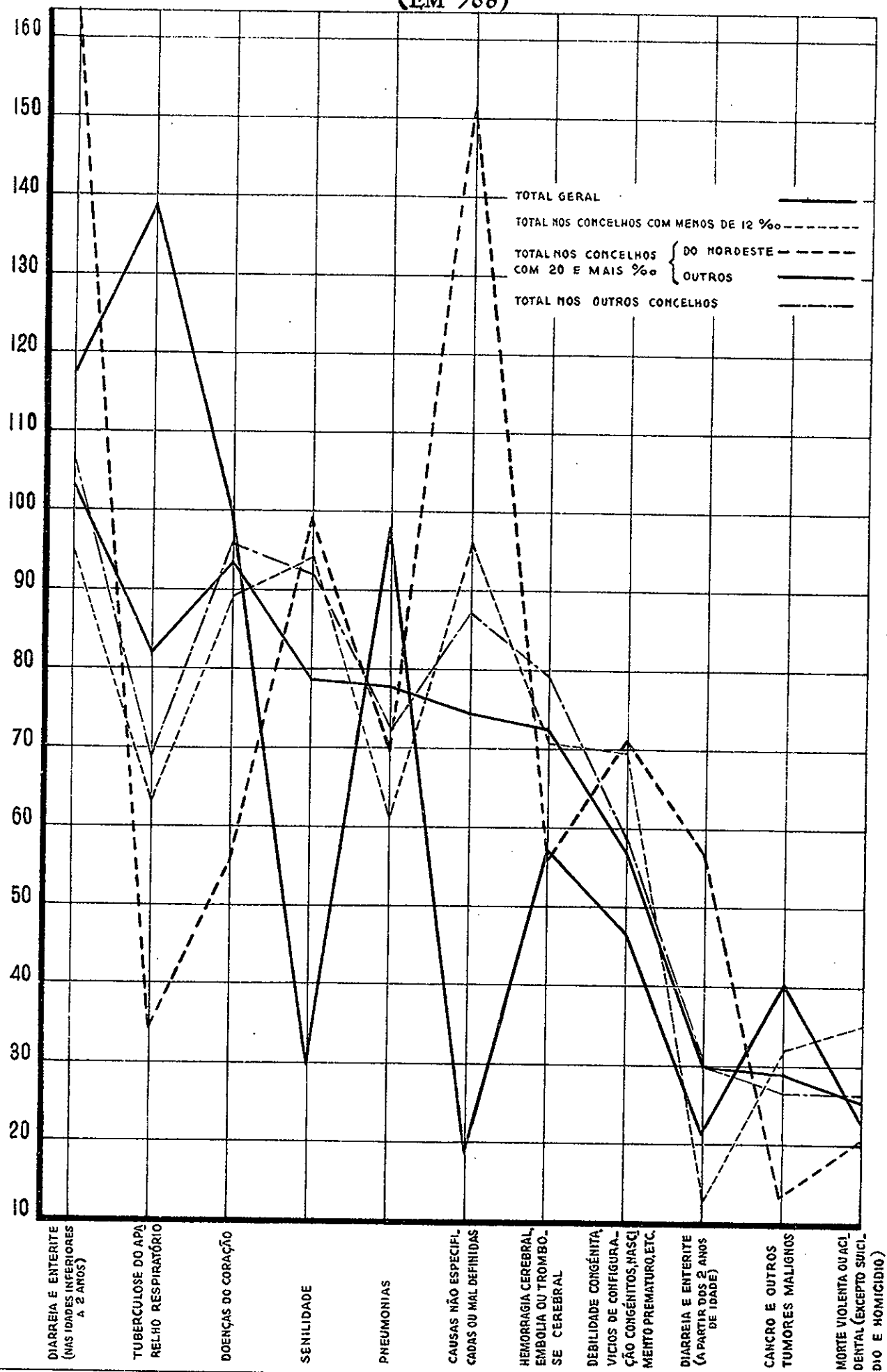
Movimento fisiológico

1931 — 1940

Taxe média de mortalidade
nos concelhos



PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE DE 1931 A 1940 (EM ‰)



VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Movimento fisiológico

1931 — 1940

Taxa média dos saldos fisiológicos
nos concelhos

Legenda

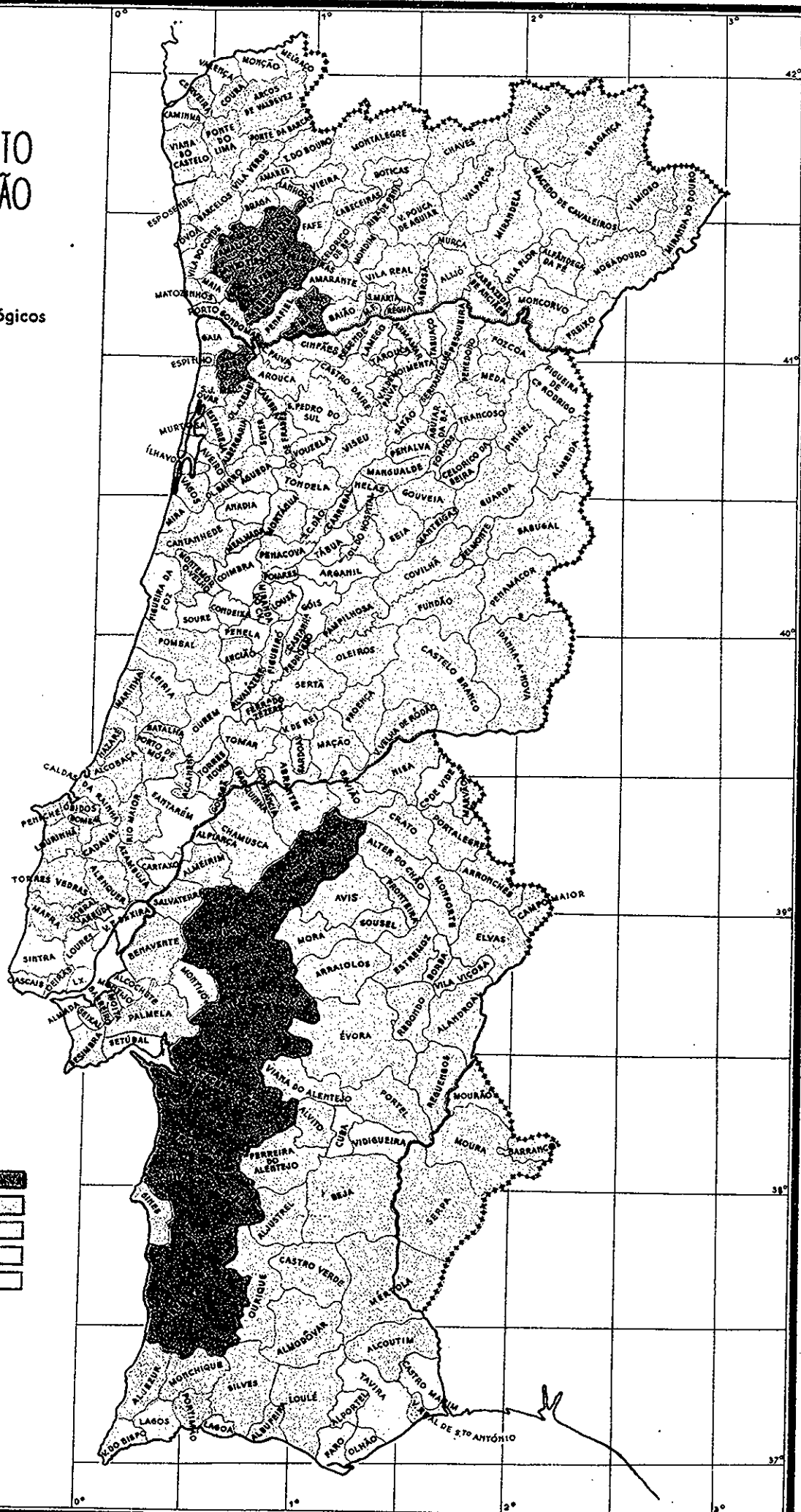
Saldo fisiológico positivos:

- De 20 e mais ‰
- > 10 a 19 ‰
- > 5 a 9 ‰
- > 0 a 5 ‰

Saldo fisiológico negativos

ESCALA

0 15 30 45 60 Km.



Omitimos naturalmente qualquer referência aos números absolutos dadas as razões expostas e o critério seguido acerca dos distritos. E vem até a propósito dizer que aquelas razões são neste caso muito acrescidas de fundamento, visto que a disparidade entre os concelhos ainda é muito maior do que entre os distritos.

Também não iremos descer a um exame minucioso da situação de cada concelho. Vamos reparti-los em grandes classes, consoante a situação revelada e observar a sua distribuição pelo País.

É isso que se fez no três cartogramas n.ºs 4, 5 e 7.

a) Natalidade — Quanto à natalidade consideraram-se cinco classes: menos de 20; de 20 a 24; de 25 a 34; de 35 a 39; e de mais de 40 %.

A primeira classe só tinha seis concelhos. Além dos de Lisboa e Oeiras, mais uma vez irmanados num sintoma de urbanismo, quatro concelhos ribatejanos escalonados ao longo do Tejo e caprichosamente alternados nas margens. Esta última identidade de situação tem o seu quê de estranha. Mas já que não a podemos explicar, temos ao menos que a salientar.

Os efectivos das outras classes avultam naturalmente do cartograma n.º 4.

A segunda, mais numerosa que a primeira, ainda é escassa — o distrito de Coimbra, a cintura saloia de Lisboa, a mancha que se estende de Santarém ao Bombarral; os dois extremos algarvios, os dois extremos da ponta Noroeste, e dispersos, como ilhas, quatro concelhos raianos do Alentejo. Os seis únicos concelhos insulares desta classe pertencem todos ao distrito da Horta.

A terceira classe é a normalidade incaracterística — é a maioria que não se estranha nem comenta.

A quarta é já para relevar. Muitos concelhos em três grandes zonas distintas e outros dispersos. Das três zonas, duas (a beiroa-transmontana e a alentejana) são muito afins pelas condições de povoamento — pouca gente, fraca densidade. A outra, já tão nossa conhecida, é o oposto, formigueiro de gente que assim se revela mais uma vez como um dos grandes alfobres da grei. Os concelhos isolados de Vila Nova de Paiva, Manteigas e Sabugal pertencem declaradamente à primeira zona, assim como os dois concelhos juntos, Fronteira e Sousel, dizem respeito à segunda. As taxas dos concelhos intermédios são elucidativas para o efeito. Batalha e Peniche são casos inexpressivos. Nas ilhas são três os concelhos com a taxa entre 35 e 39,9: dois no distrito do Funchal e um no de Ponta Delgada.

A quinta e última classe é apenas representada por oito concelhos no continente. Todos eles se integram nas zonas da classe precedente. Os seis concelhos insulares com uma taxa de natalidade superior a 40 pertencem todos ao distrito do Funchal. Entre eles o de S. Vicente marcava com 48,5 o máximo do País.

b) Mortalidade. — Quanto à mortalidade as classes consideradas foram quatro, a saber: menos de 12; 12 a 14; 15 a 18; e 19 e mais. Analisemos a sua repartição através do cartograma n.º 5.

A primeira classe só aparece nos concelhos de Alpiarça, Almeirim, Coruche, Mora e Ponte de Sor. É o Ribatejo e mais concretamente os vales do Sorraia e do Sor. Tais são os con-

celhos aonde se morre menos. Coruche é, porém, a distância, o mais favorecido.

Os concelhos da segunda classe são trinta e sete, e à excepção dos dois vizinhos de Oliveira do Bairro e de Anadia, localizam-se todos ao sul do País, considerando a divisória já referida do paralelo da foz do Mondego. A maioria deles liga-se aos concelhos de mortalidade mínima estendendo-se pelo Ribatejo, pelo Alto Alentejo e pelo sudoeste da Beira Litoral. Seis aparecem ligados entre si desde Santiago do Cacém a Silves e a Aljezur. Alcochete e Palmela isolam, com uma cintura de baixa mortalidade, a península de Setúbal. Marvão, Arronches, Mourão, Barrancos e Serpa são cinco concelhos alentejanos e fronteiriços nas mesmas condições, sob o ponto de vista da mortalidade. O de Tavira é o último a citar-se, isolado no sotavento algarvio. Isto no continente.

Nas ilhas os concelhos incluídos nesta classe eram três, dos quais um no distrito da Horta (Madalena) e dois no do Funchal (Machico e Santa Cruz).

A seguir a estes concelhos privilegiados, que são aqueles que acusam uma mortalidade abaixo do que em Portugal se deve classificar como normal, (representada por 178 concelhos num total de 302) passamos desde logo a considerar os que se encontram em situação oposta. São um total de 53 e repartem-se por três grupos distintos, fora dos quais ficam apenas quatro concelhos.

Os três grupos vêm a ser, respectivamente, constituídos pela região do Porto já tão nossa conhecida e que desta vez vai da Póvoa de Varzim até Espinho; pelos concelhos de Braga, Guimarães e Fafe; e por todo o ângulo Nordeste do País. Este último abrange 37 dos concelhos e estende-se por toda a linha fronteiriça desde Montalegre a Penamacor. Pelo interior do País, os seus limites, depois de contornarem o concelho de Vila Pouca de Aguiar e de incluírem os de Vila Real e de Peso da Régua, descem aquém Douro até Vila Nova de Paiva, para rodear por fim os concelhos do curso superior do Mondego. Para além desses limites, que no cartograma tão claramente se desenham, só existe como clareira de mortalidade normal o concelho de Torre de Moncorvo.

Nas ilhas os concelhos com uma mortalidade superior a 19% eram onze, dos quais quatro no distrito de Angra do Heroísmo, três no de Ponta Delgada e quatro no do Funchal. O distrito da Horta não tinha um único nessas condições, encontrando assim compensação para as suas taxas de natalidade mais baixas.

Causas de morte. — Os limites naturais deste trabalho, impostos pela sua própria extensão, não consentem que o exame da repartição das causas de morte seja feito com a minúcia devida. No entanto o gráfico n.º 6 já permite fazer uma ideia da situação. Nele se apresentam, de modo que dispensa explicações, o número de mortes que em cada milhar foram devidas às onze causas mais frequentes no nosso obituário, para as classes extremas dos concelhos (mortalidade inferior a 12 e superior a 20), para o total do País e para o total dos concelhos dito normais ou seja dos restantes, excluídos os das classes extremas.

A classe dos concelhos de mortalidade superior a 20 % foi dividida em duas subclasses, nas quais se agruparam, respectivamente, os concelhos urbanos, ou seja os da concentração portuense e os de Lisboa, Peniche e Setúbal, e os rurais, ou que

podem ser considerados como tais, em oposição aos primeiros, isto é, todos os do grande grupo transmontano-beirão.

E as indicações que resultam das diversas curvas são muito expressivas. Elas revelam não só as causas que determinam a maior mortalidade dos concelhos devoradores de vidas, mas também como essas causas divergem e até se opõem entre os concelhos urbanos e rurais. Este último ponto oferece interesse particular.

Nos meios rurais revela-se ser, a diarreia infantil, o grande alcapão da morte. Atrás dela, mas já com percentagem muito menor, vêm as causas mal definidas. Depois é a senilidade.

Se o significado da primeira não oferece dúvidas, os das outras duas também não as consente. As doenças ignoradas ou mal definidas e a senilidade são, uma e outra, as caixas das sobras para onde vão as doenças que o médico não viu nem assistiu, nem sequer pôde diagnosticar pelo relato da família. A idade do falecido é que decide entre as duas.

Aí estão patentes, através da importância dessas três rubricas, as razões da alta mortalidade de tão extensa região do País: o atraso das condições de vida, as deficiências sanitárias, a distância ou a falta do médico. Calá-las seria mau serviço e falta de compreensão dos verdadeiros interesses do País. Isto no campo.

Na cidade o caso é outro, mas também trágico. A causa mais repetida é a tuberculose no aparelho respiratório, e só a seguir é que aparece a diarreia ou enterite das crianças de menos de dois anos. Não pode estranhar-se que seja assim. Tanto em virtude das melhores condições sanitárias e da assistência infantil, como devido à falta de crianças (pois na cidade quase não se nasce e vai-se para lá adolescente ou adulto) os óbitos infantis tinham de ser menos numerosos.

Mas o que não faz a enterite, por melhor defesa ou falta das suas vítimas, faz a tuberculose desbastando cada ano milhares de vidas. São os inconvenientes morais e sociais da acumulação humana nos grandes centros, para os quais a cidade moderna ainda não encontrou o remédio necessário. O caso apurado e comentado, no resumo descritivo do volume XII deste recenseamento, de existirem em Lisboa cerca de 15.000 famílias sem fogo próprio é, só por si, uma explicação e um exemplo.

As doenças do coração aparecem em terceiro lugar na cidade e em oitavo lugar nos concelhos de alta mortalidade do Nordeste. Tanto uma posição como a outra, e ainda a diferença entre as duas, são, só por si, suficientemente elucidativas.

Nos concelhos de mortalidade mínima as quatro primeiras causas são, respectivamente: as causas não especificadas ou mal definidas, a diarreia ou enterite em crianças de menos de dois anos, a senilidade e as doenças do coração.

As causas são quase as mesmas, mas a sua ordem é muito diversa. Lá estão, é certo, as duas rubricas das doenças não diagnosticadas a atestar alguns dos males já referidos. Mas a enterite em segundo lugar, a ausência da tuberculose e as doenças do coração em quarto lugar, explicam bem a distância das taxas.

c) *Saldos fisiológicos.* — Quanto aos saldos fisiológicos, para efeito do nosso exame, o cartograma n.º 7 classifica os concelhos do País em cinco classes distintas.

Na primeira, que é a dos saldos elevados, (crescimento médio anual mais de 20 % nos últimos dez anos) incluem-se dezoito

concelhos divididos em quatro zonas diferentes de extensão muito diversa: a região compreendida entre o Porto, Braga e Amarante; o concelho de Marco de Canaveses; os concelhos de Feira e S. João da Madeira; e a fiada dos concelhos de Ponte de Sor a Odemira.

Qualquer destas zonas já era nossa conhecida. Elas são, ao Norte, os redutos das regiões de alta natalidade que foram assinaladas e que lograram resistir às influências depressivas que se fazem sentir na cidade (concelhos limítrofes do Porto) e à deficiência de sanidade dos meios rurais (Nordeste transmontano e beirão).

No Sul do País é o acrescentamento da região de alta natalidade do Ocidente do Alentejo. A fiada dos concelhos de maiores saldos é mais comprida do que as dos concelhos de maior natalidade, porque compreende também o concelho de Ponte de Sor, que se lhe agrega pela sua baixa mortalidade. Mais uma vez, desta feita de modo bem curioso, o Sul se revela demograficamente contrário ao Norte.

Nas ilhas pertencem a esta classe oito concelhos do distrito do Funchal, entre os quais se encontra o que detém a taxa máxima do saldo fisiológico de todo o País que é o de Santana com 26,9.

Na segunda está a generalidade dos concelhos do País. É o crescimento que pode considerar-se normal, ou seja inferior a 20 % e superior a 10 % (média do País 12 %).

Na terceira, finalmente, juntam-se os concelhos de fraco crescimento, entendendo-se como tais os de menos de 10 e mais de 5 %. Os concelhos nessas condições eram trinta e nove no continente e sete nas ilhas. A semelhança do que sucede com os de maiores saldos, também quase todos eles, ou pelo menos as regiões por eles representadas, já apareciam no cartograma de natalidade entre os que a tinham menor.

Dentro das classificações seguidas, que se nos apresentam, por isso mesmo, muito expressivas, o número de concelhos de pequenos saldos fisiológicos é quase equivalente aos de menor natalidade.

Existem contudo diferenças que se verificam ora num ora noutro sentido, conforme a mortalidade.

Assim, na raia minhota, Valença e Monção acrescentam-se, com pequenos saldos fisiológicos, aos de Melgaço e Caminha, os únicos que nessas paragens acusavam menor natalidade. Com eles emparceiram os concelhos de Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira, Seixal, Montijo e Setúbal que, com a pobreza dos seus saldos, alargam a desolada paisagem demográfica da concentração lisboeta; os de Cuba e Vidigueira que são precisamente os mais densos do distrito de Beja; e, por último, os de Lagoa e Olhão que acentuam, pela sua posição, quanto ficou dito acerca da vida demográfica do litoral algarvio durante o último decénio.

Ao contrário, Castanheira de Pera, Rio Maior, Cadaval, Bombarral, Arronches, Mourão e Barrancos, apesar das suas taxas de natalidade ínfimas, não aparecem entre os menos favorecidos nos saldos.

Dos sete concelhos das ilhas que tiveram saldos fisiológicos dessa classe, quatro eram no distrito da Horta e três no de Angra do Heroísmo.

Os concelhos de saldos fisiológicos mínimos, (inferior a 5 %) eram quatro no continente e um nas ilhas. Os do continente eram Oeiras, Cartaxo, Golegã e Porto. O insular era o

do Corvo. Os primeiros três incluíam-se entre os de menor natalidade e os dois últimos entre os de maior mortalidade.

Lisboa fica fora de série e de toda a comparação, sendo a única excepção a assinalar no território português de um excesso de mortes sobre nascimentos. Esse excesso foi, no conjunto do decénio, de perto de 6.000 óbitos. Por aí se avalia o que valem as grandes cidades como devoradoras de vidas.

Em todo o caso, e sem querer diminuir as responsabilidades da capital que nesse capítulo são necessariamente enormes, tanto nas sepulturas que cava como nos berços que não enche, sempre é para referir que, nesse balanço trágico em que a morte suplanta a vida, devem pesar muitas mortes de pessoas que vieram para a cidade já doentes e apenas com o fim de se tratarem.

As deficiências dos estabelecimentos hospitalares da província e o facto de só em Lisboa existirem recursos e meios para o tratamento de certas doenças, devem acrescentar muito o obituário da cidade. Porém, por grande que seja a influência desta circunstância, ela está longe de poder explicar o déficit fisiológico de Lisboa, que resulta menos do agravamento da mortalidade do que do abaixamento da natalidade. Ao passo que a primeira, no total dos dez anos, se cifrou em 20,1, ou seja apenas 3,8 acima da mortalidade média do País no mesmo período, a segunda, expressando-se por 19,1, situou-se 8,6 abaixo da média correspondente. Com natalidade inferior à de Lisboa só houve em todo o País, entre 31-40, cinco concelhos (Oeiras, Golegã, Cartaxo, Alpiarça e Alcochete), enquanto somavam 44 os concelhos com mortalidade superior.

III Parte

COMPARAÇÃO ENTRE O AUMENTO DE FACTO E O CRESCIMENTO FISIOLÓGICO

Capítulo I — Posição relativa dos dois aumentos: § 1.º — No total do País;
§ 2.º — No continente e nas ilhas; § 3.º — Nos distritos; § 4.º — Nos concelhos;
Capítulo II — Emigração: § 1.º — No total do País; § 2.º — No continente e nas
ilhas; § 3.º — Nos distritos.

Capítulo I

Posição relativa dos dois aumentos

§ 1.º — No total do País

O quadro n.º 15 compara os números do aumento da população de facto e do crescimento fisiológico no total do País, nos cinco decénios que são objecto do nosso estudo. Uns e outros já tinham sido examinados isoladamente. Da sua comparação resultam, logo à primeira vista, duas conclusões:

— O crescimento fisiológico foi, em todos os decénios, superior ao crescimento de facto com a única excepção do decénio 31-40;

— a intensidade dos dois crescimentos subiu em todos os decénios, à excepção do período anómalo 12-20, mas a do

aumento de facto foi muito superior à do crescimento fisiológico. A diferença acentuou-se nos dois últimos decénios.

Ambas estas conclusões são basilares para a apreciação do caso demográfico português.

16 — Crescimento de facto e fisiológico; emigração

Intervalos	Crescimento de facto	Movimento demográfico			Excesso do crescimento de facto sobre os saldos líquidos
		Saldos fisiológicos	Emigração	Saldos líquidos	

Continente

1891-1900	356.172	410.923	218.789	222.134	134.038
1901-1911	531.441	693.572	289.866	403.706	127.735
1912-1920	74.269	389.738	315.168	74.570	- 301
1921-1930	738.370	752.138	296.096	455.442	282.928
1931-1940	824.796	736.021	93.674	662.347	162.449
1891-1940	2.525.048	3.032.392	1.214.193	1.818.199	706.849

Ilhas adjacentes

1891-1900	17.231	47.234	49.944	- 2.710	19.941
1901-1911	5.483	55.803	86.007	- 30.204	35.687
1912-1920	- 1.331	35.832	59.030	- 23.198	21.864
1921-1930	54.522	57.954	27.432	30.522	24.000
1931-1940	71.473	72.702	14.237	58.465	13.008
1891-1940	147.375	269.525	236.650	32.875	114.500

15 — Crescimento de facto e fisiológico

Intervalos	Crescimento de facto	Saldos fisiológicos	Excedente	
			do crescimento de facto	dos saldos fisiológicos
1891-1900	373.403	438.157	..	114.754
1901-1911	536.924	749.375	..	212.451
1912-1920	72.935	425.570	..	352.635
1921-1930	792.892	810.092	..	17.200
1931-1940	896.269	828.723	67.546	..
1891-1940	2.672.423	3.301.917	..	629.494

§ 2.º — No continente e nas ilhas adjacentes

Examinemos agora como o fenómeno se fez sentir nas duas grandes divisões geográficas, cujos elementos constam do quadro n.º 16.

A distinção entre os números do continente e os das ilhas já revela as profundas diferenças que caracterizam o condicionamento demográfico das várias regiões do País. Nenhuma das conclusões extraídas dos números para o total do país é inteiramente válida para as ilhas.

Ao contrário do que se verificou no total do País e do con-

tinente, as ilhas não acusam, no período 31-40, um crescimento de facto superior ao fisiológico. Em todos os períodos o seu crescimento fisiológico foi superior ao de facto, embora a margem de diferença se tenha reduzido extraordinariamente no quarto e quinto decénios. Essa margem, que somou 117.489 nos três primeiros decénios, foi, nos outros dois, apenas de 4.661. No entanto, essa evolução está muito aquém da verificada no continente em que a diferença a favor do saldo fisiológico passou de 562.351 para uma, em sentido contrário, de 55.007.

§ 3.º — Nos distritos

Pelos mesmos motivos já aduzidos quando se tratou do movimento fisiológico, o distrito de Setúbal não pôde ser individualizado e os dados respectivos vão incluídos no distrito de

Lisboa. Para não nos perdermos na floresta de números do quadro n.º 17 vamos considerar a posição relativa dos dois crescimentos separadamente, período a período.

17 — Crescimento de facto e fisiológico; emigração

Intervalos	Crescimento de facto	Movimento demográfico			Excesso	
		Saldo fisiológico	Emigração	Saldo líquidos	do crescimento de facto sobre os saldos líquidos	dos saldos líquidos sobre o crescimento de facto

Distrito de Aveiro

1891 - 1900	15.567	33.548	29.693	3.855	11.712	..
1901 - 1911	32.931	53.999	38.902	15.097	17.834	..
1912 - 1920	7.584	32.529	32.240	289	7.293	..
1921 - 1930	38.169	55.591	40.609	14.982	23.187	..
1931 - 1940	48.176	58.891	14.402	44.489	3.687	..
1891 - 1940	142.427	234.558	155.846	78.712	63.715	..

Distrito de Beja

1891 - 1900	6.041	11.518	1.157	10.361	..	4.320
1901 - 1911	28.887	28.311	1.863	26.448	2.439	..
1912 - 1920	8.116	21.334	1.397	19.937	..	11.821
1921 - 1930	39.850	32.842	773	32.069	7.781	..
1931 - 1940	34.976	36.404	159	36.245	..	1.269
1891 - 1940	117.870	130.409	5.349	125.061	..	7.190

Distrito de Braga

1891 - 1900	18.851	33.927	17.057	16.870	1.981	..
1901 - 1911	25.117	44.964	34.126	10.838	14.279	..
1912 - 1920	-6.135	24.727	20.395	4.332	..	10.467
1921 - 1930	38.643	57.317	22.791	34.526	4.117	..
1931 - 1940	68.130	72.696	6.689	66.007	2.123	..
1891 - 1940	144.606	233.631	101.058	132.573	12.033	..

Intervalos	Crescimento de facto	Movimento demográfico			Excesso	
		Saldo fisiológico	Emigração	Saldo líquidos	do crescimento de facto sobre os saldos líquidos	dos saldos líquidos sobre o crescimento de facto

Distrito de Bragança

1891 - 1900	5.484	16.989	8.044	8.945	..	3.461
1901 - 1911	6.862	23.981	20.110	3.871	2.991	..
1912 - 1920	-21.722	9.444	28.050	-18.606	..	3.116
1921 - 1930	14.862	25.460	15.300	9.660	5.202	..
1931 - 1940	28.069	26.913	5.536	21.377	6.692	..
1891 - 1940	33.555	102.787	77.540	25.247	8.308	..

Distrito de Castelo Branco

1890 - 1900	11.397	22.109	981	21.128	..	9.731
1901 - 1911	24.576	36.583	1.812	34.771	..	10.195
1912 - 1920	-2.017	19.467	4.129	15.338	..	17.355
1921 - 1930	26.406	37.406	4.695	32.711	..	6.305
1931 - 1940	31.097	40.395	986	39.409	..	5.312
1891 - 1940	91.459	155.960	12.603	143.357	..	48.898

Distrito de Coimbra

1891 - 1900	14.003	34.990	28.383	6.607	7.396	..
1901 - 1911	27.219	42.682	33.096	9.586	17.633	..
1912 - 1920	-6.266	22.175	27.681	-5.506	..	760
1921 - 1930	34.687	42.753	28.043	14.710	19.977	..
1931 - 1940	23.869	34.387	7.165	27.222	..	3.353
1891 - 1940	93.512	176.987	124.368	52.619	40.893	..

17 — Crescimento de facto e fisiológico; emigração

Intervalos	Crescimento de facto	Movimento demográfico			Excesso	
		Saldos fisiológicos	Emigração	Saldos líquidos	do crescimento de facto sobre os saldos líquidos	dos saldos líquidos sobre o crescimento de facto

Distrito de Évora

1891 - 1900	8.280	8.999	245	8.754	..	474
1901 - 1911	20.233	18.440	210	18.230	2.003	..
1912 - 1920	4.944	13.977	422	13.555	..	8.611
1921 - 1930	27.613	24.782	414	21.368	3.245	..
1931 - 1940	27.100	27.072	124	26.948	152	..
1891 - 1940	88.170	93.270	1.415	91.855	..	3.685

Distrito de Faro

1891 - 1900	26.556	31.476	1.773	29.703	..	3.147
1901 - 1911	17.670	45.170	3.801	41.369	..	23.699
1912 - 1920	- 4.567	28.035	6.066	21.969	..	26.536
1921 - 1930	32.468	37.209	11.833	25.376	7.092	..
1931 - 1940	16.866	30.563	4.184	26.379	..	9.513
1891 - 1940	88.993	172.453	27.657	144.796	..	55.803

Distrito da Guarda

1891 - 1900	13.015	23.477	11.299	12.178	837	..
1901 - 1911	9.986	33.615	21.140	12.475	..	2.489
1912 - 1920	- 15.373	10.935	31.973	- 16.038	665	..
1921 - 1930	11.371	31.514	20.796	10.718	653	..
1931 - 1940	26.552	35.683	7.519	28.164	..	1.612
1891 - 1940	45.551	140.224	92.727	47.497	..	1.946

Distrito de Leiria

1891 - 1900	23.283	28.263	9.905	18.358	4.925	..
1901 - 1911	23.877	41.309	13.072	28.237	..	4.360
1912 - 1920	- 16.492	25.477	15.665	9.812	6.680	..
1921 - 1930	35.416	46.140	17.676	28.464	6.952	..
1931 - 1940	39.135	45.801	3.531	42.270	..	3.135
1891 - 1940	138.203	186.990	59.849	127.141	11.062	..

Distrito de Lisboa

1891 - 1900	98.341	27.652	6.327	21.325	77.016	..
1901 - 1911	142.845	75.724	5.502	70.222	72.623	..
1912 - 1920	81.214	31.111	10.553	23.558	57.656	..
1921 - 1930	206.682	70.680	10.818	59.862	146.820	..
1931 - 1940	198.737	54.667	1.789	52.878	145.859	..
1891 - 1940	727.819	262.834	31.989	227.845	499.974	..

Distrito de Portalegre

1891 - 1900	11.050	6.862	321	6.511	4.509	..
1901 - 1911	17.050	19.117	230	18.887	..	1.837
1912 - 1920	5.917	13.069	593	12.476	..	6.559
1921 - 1930	18.945	22.379	1.197	21.182	..	2.237
1931 - 1940	20.030	22.347	232	22.115	..	2.085
1891 - 1940	72.992	83.774	2.573	81.201	..	8.209

Intervalos	Crescimento de facto	Movimento demográfico			Excesso	
		Saldos fisiológicos	Emigração	Saldos líquidos	do crescimento de facto sobre os saldos líquidos	dos saldos líquidos sobre o crescimento de facto

Distrito do Porto

1891 - 1900	51.844	54.850	37.392	17.458	34.386	..
1901 - 1911	81.772	82.696	39.709	42.987	38.785	..
1912 - 1920	22.663	44.057	35.464	8.593	14.070	..
1921 - 1930	107.434	96.920	46.099	50.821	56.613	..
1931 - 1940	128.035	102.168	12.950	89.218	38.817	..
1891 - 1940	391.748	380.691	171.614	209.077	182.671	..

Distrito de Santarém

1891 - 1900	28.425	34.528	1.624	32.904	..	4.479
1901 - 1911	42.621	44.381	2.256	42.125	496	..
1912 - 1920	6.237	30.786	4.280	26.506	..	20.269
1921 - 1930	46.505	52.780	6.316	46.464	41	..
1931 - 1940	43.479	47.421	1.195	46.226	..	2.747
1891 - 1940	167.267	209.896	15.671	194.225	..	26.958

Distrito de Viana do Castelo

1891 - 1900	7.901	14.820	10.570	4.250	3.651	..
1901 - 1911	11.983	22.870	15.142	7.728	4.255	..
1912 - 1920	- 1.204	13.168	12.218	950	..	2.154
1921 - 1930	14.215	27.363	9.382	17.981	..	3.766
1931 - 1940	18.335	29.678	4.590	25.088	..	6.753
1891 - 1940	51.230	107.899	51.902	55.997	..	4.767

Distrito de Vila Real

1891 - 1900	4.891	17.803	21.681	- 3.878	8.772	..
1901 - 1911	3.351	28.531	28.883	- 352	3.703	..
1912 - 1920	- 10.048	10.274	27.645	- 17.371	7.325	..
1921 - 1930	18.195	34.819	13.739	16.080	2.415	..
1931 - 1940	35.120	34.690	6.143	28.547	6.573	..
1891 - 1940	51.812	126.117	103.091	23.026	28.786	..

Distrito de Viseu

1891 - 1900	11.238	39.112	32.337	6.775	4.463	..
1901 - 1911	14.461	51.199	49.012	2.187	12.274	..
1912 - 1920	- 11.566	31.173	46.397	- 15.224	3.658	..
1921 - 1930	26.609	56.183	40.715	15.468	11.141	..
1931 - 1940	34.090	56.245	16.480	39.765	..	5.675
1891 - 1940	74.832	233.912	181.941	48.971	25.861	..

Distrito de Angra do Heroísmo

1891 - 1900	1.181	7.151	8.747	- 1.593	2.774	..
1901 - 1911	- 3.375	6.952	18.839	- 11.887	8.512	..
1912 - 1920	- 2.699	2.755	10.413	- 7.658	4.959	..
1921 - 1930	3.241	4.591	3.691	900	2.344	..
1931 - 1940	7.607	6.377	1.093	5.284	2.323	..
1891 - 1940	5.958	27.829	42.783	- 14.954	20.912	..

17 — Crescimento de facto e fisiológico; emigração

Intervalos	Crescimento de facto	Movimento demográfico			Excesso	
		Saldos fisiológicos	Emigração	Saldos líquidos	do crescimento de facto sobre os saldos líquidos	dos saldos líquidos sobre o crescimento de facto
Distrito da Horta						
1891 - 1900	- 3.452	1.853	6.090	- 4.237	785	..
1901 - 1911	- 5.178	3.358	10.657	- 7.299	2.121	..
1912 - 1920	- 3.547	1.483	5.658	- 4.175	628	..
1921 - 1930	2.708	2.276	2.365	- 89	2.797	..
1931 - 1930	3.515	4.341	232	4.109	..	594
1891 - 1940	- 5.954	13.311	25.002	- 11.691	5.737	..
Distrito de Ponta Delgada						
1891 - 1900	2.968	13.452	18.794	- 5.342	8.310	..
1901 - 1911	- 5.173	16.052	36.251	- 20.199	15.026	..
1912 - 1920	- 4.307	9.821	23.018	- 13.197	8.890	..
1921 - 1930	15.971	15.651	6.713	8.938	7.033	..
1931 - 1940	21.828	19.409	1.551	17.858	3.970	..
1891 - 1940	31.287	74.335	86.327	- 11.942	43.229	..
Distrito do Funchal						
1891 - 1900	16.534	24.775	15.503	9.272	7.262	..
1901 - 1911	19.209	29.441	20.251	9.190	10.019	..
1912 - 1920	9.219	21.773	19.950	1.823	7.396	..
1921 - 1930	32.599	35.436	14.663	20.773	11.826	..
1931 - 1940	38.523	42.575	11.361	31.214	7.309	..
1891 - 1940	116.084	154.000	81.728	72.272	43.812	..

Período 91-900. — Todos os distritos tiveram aumentos de facto inferiores aos seus crescimentos fisiológicos, à excepção dos de Lisboa e Portalegre. De todos os outros, Évora é o que apresenta um aumento de facto mais próximo do crescimento fisiológico. A seguir, a distâncias sempre maiores, vêm, na diferença entre os dois aumentos, os distritos do Porto, Leiria, Santarém, Faro, Beja, Braga, Guarda, Funchal, Castelo Branco e Viseu, todos eles com um aumento de facto superior a metade do crescimento fisiológico.

Em situação diversa, ou seja com um aumento de facto inferior a metade do crescimento fisiológico, aparecem, por ordem crescentes das diferenças, os distritos de Aveiro, Coimbra, Bragança, Viseu, Vila Real, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, que é o único, neste período, que acusa diminuição de população.

Recordando o observado, quanto ao aumento de facto e aos saldos fisiológicos, que aliás está patente nas duas primeiras colunas do quadro, verifica-se que se contam entre os primeiros distritos todos os de maior aumento de facto, mas que entre os segundos figuram alguns dos de maior crescimento fisiológico, nomeadamente o de Aveiro.

A migração interna junta-se a emigração para o estrangeiro para explicar estas situações.

Período 901-11. — Além do de Lisboa, os distritos de Évora e Beja são os únicos que, neste período, acusam um aumento de facto superior ao crescimento fisiológico. O distrito de Portalegre passa para trás do Porto e de Santarém. Além destes três,

revelam um crescimento de facto superior a metade do crescimento fisiológico os distritos de Castelo Branco, Coimbra, Funchal, Aveiro, Leiria, Braga e Viana do Castelo.

Com um aumento de facto inferior a metade do crescimento fisiológico seriam-se, pela seguinte ordem, todos os outros distritos do País: Faro, Bragança, Guarda, Viseu, Vila Real, Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada. É este o período trágico para a vida demográfica dos Açores. Todos os seus três distritos acusam nele as suas maiores diminuições de população.

Período 12-20. — Neste período apenas o distrito de Lisboa denuncia um aumento de facto superior ao crescimento fisiológico, devendo, porém, ter-se presente que ele abrangia a área do actual distrito de Setúbal. Este, conforme se verificou atrás na reconstituição que dele se fez para o estudo da variação da população de facto, foi o único, além do de Lisboa, que nesse período registou um aumento.

Só os dois distritos de Leiria e Porto beneficiaram de aumentos de facto superiores a metade do crescimento fisiológico.

Além deles, só registaram aumentos de facto nesse período calamitoso para a nossa população, os distritos de Portalegre, Évora, Beja, Aveiro, Santarém e Funchal.

Atendendo às diferenças entre os saldos fisiológicos e as diminuições, os restantes distritos ordenam-se do seguinte modo: Horta, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Viana do Castelo, Vila Real, Castelo Branco, Coimbra, Bragança, Braga, Guarda, Faro e Viseu.

As posições destes distritos derivam, como é óbvio, não só das diminuições como também do crescimento fisiológico. Porém, e seja como for, o significado dessas posições mantém-se. Contém-se nelas, o valor relativo da emigração ou, mais concretamente, o resultado líquido do movimento migratório de cada um deles, expresso em números absolutos.

Período 21-30. — Nada menos de seis distritos, os de Lisboa, Beja, Porto, Évora, Horta e Ponta Delgada, marcam, com um aumento de facto superior ao fisiológico, a transformação das condições da nossa vida demográfica iniciada neste decénio. O facto de se contarem entre eles dois distritos dos Açores é sintomático, confirmando o que será dito acerca do movimento migratório insular.

Além disso, todos os outros distritos do continente e ilhas tiveram um aumento de facto superior a metade do fisiológico, com as únicas excepções da Guarda (36,1 %) e de Viseu (47,4 %). As diferenças entre os dois crescimentos vão aumentando desde o Funchal e Santarém, que registam as mínimas, até Braga, Angra do Heroísmo, Bragança, Vila Real e Viana do Castelo que detêm as máximas.

Período 31-40. — Consumando a viragem iniciada no período precedente sobem a sete os distritos com crescimento de facto superior ao fisiológico. Foram, segundo a importância decrescente das diferenças, os distritos de Lisboa, Porto, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Bragança, Vila Real e Évora.

Os distritos de Beja, Braga, Portalegre, Santarém e Funchal quase atingiram, no aumento de facto, o seu crescimento fisiológico, com diferenças mínimas que vão de 4 a 10 %.

As maiores diferenças entre os dois aumentos pertenceram

aos distritos da Horta, Faro, Guarda, Viana do Castelo, Viseu e Coimbra, em todos exprimindo-se por percentagens superiores a 20 % (Horta), mas nunca excedendo 40 % (Coimbra).

Não houve assim um único distrito que não acusasse um

aumento de facto fartamente superior a metade do crescimento fisiológico.

É a marca impressiva do decénio e a consequência inevitável do fenómeno mais de uma vez referido.

§ 4.º — Nos concelhos

A análise dos concelhos não podia ser dispensada no estudo da vida demográfica do País. São eles legalmente a base da organização administrativa e foram no passado, como são ainda no presente, o centro da vida local.

Divididos em freguesias e agrupados em distritos, maiores ou menores de extensão territorial ou de população, eles apresentam-se na sua generalidade com características definidas e sobretudo em condições de suficiente homogeneidade, para serem tomados como todos independentes no conjunto nacional.

Infelizmente, não é possível levar a análise da demografia dos concelhos tão longe como fomos na dos distritos, ao longo do meio século que separa os censos de 1890 e 1940.

As falhas frequentes, por vezes contínuas, na sucessão dos anos ou na contiguidade geográfica, que a estatística acusa um pouco por todos os quatro primeiros decénios, obriga-nos a limitar ao período 31-40 as nossas observações.

Já vimos que durante esses dez anos as condições foram muito diversas das dos anteriores e, por isso, ainda que não houvesse outras razões para o efeito, não poderiam estender-se aos outros decénios as conclusões que acaso pudessem ser firmadas no exame efectuado. Não se trata duma amostra, mas dum estudo independente sobre o comportamento demográfico de cada um dos concelhos do País durante esses dez anos.

O estudo é feito com base no quadro n.º 18.

Nele figuram, além dos números absolutos das diferenças entre os saldos fisiológicos e as variações de facto, as percentagens porque se procura exprimir a intensidade e a forma como o saldo migratório actuou no complexo movimento demográfico de cada concelho.

Essas percentagens escolheram-se, à falta de outras que pudessem ser mais expressivas ou mais rigorosas de significado, para medir a posição relativa das duas forças actuantes — movimento migratório e crescimento fisiológico — no resultado demográfico final representado pela variação da população de facto.

Com efeito, esta última depende sempre da influência simultânea dessas duas forças que se conjugam entre si, com intensidade vária e de quatro formas distintas: saldo fisiológico positivo acrescido do saldo migratório positivo; saldo fisiológico positivo diminuído por saldo migratório negativo; saldo fisiológico negativo compensado por saldo migratório positivo; saldo fisiológico negativo agravado por saldo migratório também negativo.

As variações de intensidade dos saldos fisiológicos e migratórios permitem, no caso deles serem divergentes, resultados diversos no que diz respeito a variação da população de facto,

que, consoante essa intensidade, pode ser positiva (aumento) ou negativa (diminuição). Se os dois saldos forem ambos positivos ou negativos o resultado final na variação da população de facto será necessariamente de aumento no primeiro caso e de diminuição no segundo.

Não se verificou em qualquer dos concelhos do País a última forma referida na conjugação dos dois saldos, ou seja aquela em que ambos tivessem sido negativos. E a terceira forma, saldo fisiológico negativo compensado por saldo migratório positivo, apenas se verificou no concelho de Lisboa.

Já ficou feita atrás a análise sumária das variações absolutas da população de facto nos concelhos.

Quanto aos números absolutos dos saldos fisiológicos (ver quadro n.º 4) interessa relevar que só quatro concelhos, no total dos 302 é que tiveram um saldo fisiológico superior a dez mil pessoas: Guimarães, Feira, Barcelos e Vila Nova de Gaia. Com um saldo fisiológico entre 5.000 e 10.000 pessoas houve trinta e cinco concelhos, assim repartidos pelos vários distritos: Aveiro, um; Beja, um; Braga, três; Castelo Branco, três; Faro, um; Guarda, dois; Leiria, dois; Lisboa, um; Porto, dez; Santarém, dois; Setúbal, um; Viana do Castelo, um; Vila Real, um; Viseu, um; Ponta Delgada, dois; e Funchal, três.

Esta distribuição já diz alguma coisa. E, ao apreciá-la, não pode perder-se de vista que aos dez concelhos do Porto há que acrescentar o de Vila Nova de Gaia, aos três de Braga os de Guimarães e Barcelos, assim como ao de Aveiro o da Feira.

Os distritos do Porto e Braga ocupam uma posição especial e distinta de todos os outros.

Saldo fisiológico negativo só existiu no concelho de Lisboa, atingindo no conjunto do decénio um excesso de 5.897 óbitos sobre os nascimentos. É um caso único e importante a que já atrás foi feito o comentário devido.

Passemos agora ao exame do quadro n.º 20. Nele figuram apenas as percentagens do saldo migratório que foram obtidas para cada concelho sobre o total dos dois saldos fisiológico e migratório, abstraindo do seu carácter positivo ou negativo. É através dessas percentagens que será feita a comparação entre o crescimento fisiológico e a variação da população de facto que constitui o objectivo deste capítulo.

Cada concelho é precedido do número de ordem que lhe compete na escala crescente das percentagens formada por todos os concelhos do País. Esse número de ordem será tanto mais alto quanto menor for a proporção da gente saída relativamente ao crescimento fisiológico.

18 — Saldo migratório
em %

Número de ordem	Concelhos	Saldo migratório em %	Número de ordem	Concelhos	Saldo migratório em %
Distrito de Aveiro			Distrito de Castelo Branco (continuação)		
198	Águeda	- 6,9	133	Sertã	- 20,9
166	Albergaria-a-Velha	- 14,9	83	Vila de Rei	- 30,5
128	Anadia	- 22,4	141	Vila Velha de Ródão	- 19,7
116	Arouca	- 25,1	Distrito de Coimbra		
278	Aveiro	32,9	8	Arganil	- 51,1
123	Castelo de Paiva	- 23,4	47	Cantanhede	- 36,6
261	Espinho	20,2	295	Coimbra	67,7
85	Estarreja	- 30,2	43	Condeixa-a-Nova	- 37,7
170	Feira	- 14,0	181	Figueira da Foz	- 11,7
192	Ílhavo	- 9,1	6	Góis	- 54,4
191	Mealhada	- 8,8	103	Lousã	- 27,5
39	Murtosa	- 39,3	257	Mira	14,6
143	Oliveira de Azeméis	- 19,4	99	Miranda do Corvo	- 27,8
101	Oliveira do Bairro	- 27,3	124	Montemor-o-Velho	- 23,2
31	Ovar	- 42,0	23	Oliveira do Hospital	- 41,5
282	S. João da Madeira	36,2	40	Pampilhosa da Serra	- 39,0
33	Sever do Vouga	- 41,5	55	Penacova	- 35,1
179	Vagos	- 11,9	3	Penela	- 55,7
217	Vale de Cambra	- 2,4	69	Poiães	- 33,3
Distrito de Beja			113	Soure	- 25,5
184	Aljustrel	- 11,1	22	Tábua	- 45,8
164	Almodôvar	- 15,5	Distrito de Évora		
285	Alvito	42,2	109	Alandroal	- 26,1
177	Barrancos	- 12,6	95	Arraiolos	- 28,9
266	Beja	23,3	67	Borba	- 33,6
161	Castro Verde	- 15,2	149	Estremoz	- 18,1
51	Cuba	- 36,0	286	Évora	47,4
228	Ferreira do Alentejo	2,0	197	Montemor-o-Novo	- 6,9
139	Mértola	- 19,8	140	Mora	- 19,7
270	Moura	24,8	147	Mourão	- 18,3
210	Odemira	- 3,5	127	Portel	- 22,6
186	Ourique	- 10,8	238	Redondo	7,0
187	Serpa	- 10,4	265	Reguengos de Monsaraz	20,5
61	Vidigueira	- 34,7	175	Viana do Alentejo	- 13,1
Distrito de Braga			231	Vila Viçosa	2,5
142	Amares	- 19,6	Distrito de Faro		
169	Barcelos	- 14,1	5	Albufeira	- 55,0
222	Braga	- 1,2	230	Alcoutim	2,3
101	Cabeceiras de Basto	- 27,6	199	Aljezur	- 6,2
92	Celorico de Basto	- 29,0	2	Alportel	- 56,4
213	Esposende	- 2,9	11	Castro Marim	- 50,5
135	Fafe	- 20,7	263	Faro	20,2
261	Guimarães	18,8	37	Lagoa	- 39,4
72	Póvoa de Lanhoso	- 32,5	18	Lagos	- 47,1
220	Terras do Bouro	- 1,5	259	Loulé	16,1
188	Vieira do Minho	- 10,4	58	Monchique	- 35,0
256	Vila Nova de Famalicão	14,5	54	Olhão	- 35,5
152	Vila Verde	- 18,0	19	Portimão	- 47,3
Distrito de Bragança			30	Silves	- 42,2
132	Alfândega da Fé	- 21,0	42	Tavira	- 38,5
268	Bragança	23,7	13	Vila do Bispo	- 49,3
178	Carraceda de Ansiães	- 12,4	20	Vila Real de Santo António	- 46,9
90	Freixo de Espada à Cinta	- 29,3	Distrito da Guarda		
226	Macedo de Cavaleiros	1,1	52	Aguiar da Beira	- 35,7
216	Miranda do Douro	- 2,4	96	Almeida	- 28,7
247	Mirandela	10,9	66	Celorico da Beira	- 33,6
209	Mogadouro	- 3,7	76	Figueira de Castelo Rodrigo	- 32,1
240	Torre de Moncorvo	8,4	56	Fornos de Algodres	- 35,1
229	Vila Flor	2,2	145	Gouveia	- 18,7
121	Vimioso	- 23,9	173	Guarda	- 13,4
267	Viuhais	23,7	219	Manteigas	- 1,6
Distrito do Castelo Branco			281	Meda	31,9
205	Belmonte	- 4,8	151	Pinhel	- 18,0
155	Castelo Branco	- 17,4	218	Sabugal	- 2,1
275	Covilhã	30,0	28	Seja	- 43,0
79	Fundão	- 31,5	130	Trancoso	- 22,2
221	Idanha-a-Nova	- 1,3	190	Vila Noya de Foz Côa	- 10,0
157	Oleiros	- 16,3			
32	Penamacor	- 41,8			
144	Proença-a-Nova	- 18,9			

18 — Saldo migratório em %

Número de ordem	Concelhos	Saldo migratório em %	Número de ordem	Concelhos	Saldo migratório em %
Distrito de Leiria			Distrito de Santarém (continuação)		
214	Alcobaça	- 2,8	49	Constância	- 36,3
82	Alvaiázere	- 30,7	237	Coruche	6,7
108	Ancião	- 26,8	25	Ferreira do Zêzere	- 43,3
153	Batalha	- 17,8	290	Golegã	52,7
272	Bombarral	25,7	64	Mação	- 34,0
252	Caldas da Rainha	13,1	159	Rio Maior	- 15,2
36	Castanheira de Pera	- 40,1	174	Salvaterra de Magos	- 13,1
59	Figueiró dos Vinhos	- 34,9	241	Santarém	8,6
232	Leiria	2,9	14	Sardoal	- 48,9
249	Marinha Grande	11,9	195	Tomar	- 8,7
182	Nazaré	- 11,6	122	Torres Novas	- 23,8
62	Óbidos	- 34,5	298	Vila Nova da Barquinha	73,5
21	Pedrogão Grande	- 46,3	176	Vila Nova de Ourém	- 12,8
106	Peniche	- 27,1			
158	Pombal	- 16,1			
146	Porto de Mós	- 18,7			
Distrito de Lisboa				Distrito de Setúbal	
81	Alenquer	- 30,9	162	Alcácer do Sal	- 15,7
70	Arruda dos Vinhos	- 33,0	9	Alcochete	- 51,1
225	Azambuja	0,8	294	Almada	65,5
100	Cadaval	- 27,7	291	Barreiro	53,5
299	Cascais	75,0	260	Grândola	18,3
302	Lisboa	- 95,3	292	Moita	59,2
297	Loures	70,3	288	Montijo	52,3
236	Lourinhã	6,0	119	Palmela	- 24,4
167	Mafra	- 14,2	203	Santiago do Cacém	- 5,3
301	Oeiras	86,1	293	Seixal	63,1
296	Sintra	68,7	4	Sesimbra	- 53,0
57	Sobral de Monte Agraço	- 35,0	7	Setúbal	- 55,1
94	Torres Vedras	- 28,9	227	Sines	1,5
280	Vila Franca de Xira	34,6			
Distrito de Portalegre				Distrito de Viana do Castelo	
189	Alter do Chão	- 10,1	125	Arcos de Valdevez	- 23,1
172	Acrouches	- 13,4	10	Camiuha	- 30,5
242	Avis	9,1	196	Melgaço	- 6,9
234	Campo Maior	5,3	215	Monção	- 2,6
129	Castelo de Vide	- 22,3	12	Paredes de Coura	- 49,5
165	Crato	- 15,0	29	Ponte da Barca	- 42,8
250	Elvas	12,6	86	Ponte do Lima	- 30,0
262	Fronteira	19,2	77	Valença	- 31,7
131	Gavião	- 21,6	191	Viana do Castelo	- 9,7
50	Marvão	- 36,0	15	Vila Nova da Cerveira	- 48,1
193	Monforte	- 9,1			
171	Nisa	- 14,0	206		
180	Ponte de Sor	- 11,7	204		
137	Portalegre	- 20,3	258		
224	Sousel	0,3	65		
Distrito do Porto			202		
53	Amarante	- 35,7	271		
48	Baião	- 36,3	244		
118	Felgueiras	- 24,6	233		
27	Gondomar	32,9	223		
111	Lousada	- 25,8	84		
75	Maia	32,1	253		
78	Marco de Canaveses	- 31,6	160		
237	Matosinhos	50,6	156		
134	Paços de Ferreira	- 20,8	255		
150	Paredes	- 18,0			
93	Penafiel	- 28,9			
300	Porto	79,3			
80	Póvoa de Varzim	- 31,0			
215	Santo Tirso	10,6			
283	Valongo	40,8			
183	Vila do Conde	- 11,6			
276	Vila Nova de Gaia	32,9			
Distrito de Santarém				Distrito de Vila Real	
201	Abrantes	- 5,5		Alijó	- 4,3
251	Alcanena	12,7		Boticas	- 5,1
237	Almeirim	5,8		Chaves	14,8
1	Alpiarça	- 62,9		Mesão Frio	- 33,8
239	Benavente	7,4		Mondim de Basto	- 5,4
16	Cartaxo	- 48,0		Montalegre	25,1
269	Chamusca	24,7		Murça	10,5
				Peso da Régua	4,1
				Ribeira de Pena	- 0,6
				Sabrosa	- 30,3
				Santa Marta de Penaguião	13,1
				Valpaços	- 15,2
				Vila Pouca de Aguiar	- 16,7
				Vila Real	13,9
				Distrito de Viseu	
				Armamar	- 29,2
				Carregal do Sal	- 3,7
				Castro Daire	- 36,7
				Cinfães	- 43,8
				Lamego	- 25,2
				Mangualde	- 27,0
				Moimenta da Beira	- 25,8
				Mortágua	- 24,3
				Nelas	- 27,5
				Oliveira de Frades	- 43,7
				Penalva do Castelo	- 39,4
				Penedono	- 15,6
				Resende	- 41,5
				Santa Comba Dão	- 43,3
				S. João da Pesqueira	- 25,3
				S. Pedro do Sul	- 47,5
				Sátão	- 41,1
				Sernancelhe	- 27,9
				Tabuaço	- 29,8

18 — Saldo migratório (em %)

Número de ordem	Concelhos	Saldo migratório (em %)
Distrito de Viseu (continuação)		
45	Tarouca	- 36,9
211	Tondela	- 3,5
138	Vila Nova de Paiva	- 20,3
246	Viseu	10,7
148	Vouzela	- 18,1
Distrito de Angra do Heroísmo		
274	Angra do Heroísmo	- 29,9
243	Calheta	9,9
212	Praia da Vitória	- 3,4
126	Santa Cruz da Graciosa	- 22,9
284	Velas	40,8
Distrito da Horta		
73	Corvo	- 32,5
248	Horta	11,4
110	Lajes das Flores	- 26,0
117	Lajes do Pico	- 24,9
74	Madalena	- 32,1
41	Santa Cruz das Flores	- 38,7
97	S. Roque do Pico	- 28,2

Número de ordem	Concelhos	Saldo migratório (em %)
Distrito de Ponta Delgada		
207	Lagoa	- 3,9
71	Nordeste	- 32,8
273	Ponta Delgada	29,3
168	Povoação	- 14,1
200	Ribeira Grande	- 5,8
279	Vila Franca do Campo	31,1
254	Vila do Porto	13,2
Distrito do Funchal		
63	Calheta	- 31,1
44	Câmara de Lobos	- 37,0
289	Funchal	52,4
68	Machico	- 33,4
105	Ponta do Sol	- 27,2
185	Porto Moniz	- 11,0
87	Porto Santo	- 29,8
136	Ribeira Brava	- 20,4
60	Santa Cruz	- 34,8
89	Santana	- 29,6
154	S. Vicente	- 17,7

No total dos 302 concelhos somaram 221 os que acusaram percentagens negativas. Tantos foram aqueles que cederam gente dos seus saldos fisiológicos ou até da sua população no início do período. Este último caso só se verificou em onze concelhos, a saber: Alpiarça, Alportel, Penela, Setúbal, Albufeira, Góis, Sesimbra, Alcochete, Arganil, Caminha e Castro Marim. É o que quer dizer um valor de percentagem inferior a - 50,0 pois é nesse limite que se equilibram as duas forças actuaes (saldo fisiológico e saldo migratório).

Sem entrar no exame particular de cada um desses concelhos podemos pelo menos separar os de Albufeira, Alcochete, Setúbal, Sesimbra e Caminha, todos marítimos ou comportando-se como tais, dos restantes que são do interior e serranos.

Os últimos acusam a agressividade do meio geográfico, ao passo que aqueles denunciam sobretudo as vicissitudes da vida económica local. Setúbal, que nos decénios precedentes se situou entre os concelhos de maior aumento populacional, vale bem como documento dessas vicissitudes.

À posição dos concelhos de Alpiarça e Alcochete não devem ter sido estranhas as baixíssimas taxas de natalidade, que já foram relevadas.

O grupo seguinte de concelhos é composto por 103, dos quais treze são das ilhas, e compreende todos os que, apresentando percentagens entre - 25,0 e - 49,9, cederam pelo menos metade do seu saldo fisiológico. A distribuição geográfica dos do continente é indicada no cartograma n.º 9. Debalde se procurou ajustá-la no seu conjunto às características mais impressivas do território ou do clima ⁽¹⁾. Desde o Alto Minho, onde abrangem cerca de metade do distrito de Viana do Castelo, até ao Algarve, em que alastram desde Vila do Bispo até Vila Real de Santo António, apenas com a interrupção de Faro e de Loulé, esses concelhos semeiam-se por todo o País. Não há distrito que não os inclua. Identificados na situação que revelam, separam-se entre si por diferenças profundas quanto aos motivos que a determinaram.

Nos concelhos marítimos da Póvoa de Varzim e de Peniche, com grande densidade populacional, devem ter avultado as mesmas causas enunciadas para os concelhos marítimos que diminuiram de população. O mesmo é de presumir que tivesse acontecido para os concelhos do litoral algarvio: não foi propício à pesca e à indústria de conservas o último decénio.

Nos concelhos serranos do Marão, que separam a região geográfica e demográfica do Porto do planalto transmontano, presente-se não só a influência da montanha, em mais de um ponto contrariada pelo vale do Tâmega, mas também e sobretudo a atracção daquele grande centro e da região industrial vizinha.

Os concelhos das terras frias da Beira aparecem largamente representados. Cinfães, Resende, Arouca, Castro Daire, Moimenta da Beira e os outros contíguos marcam na corografia humana o maciço montanhoso que desde o Caramulo, pelo Montemuro, até à serra da Nave, contorna o vale do Mondego. Depois, atravessando este rio entre o concelho de Nelas, pelo norte, e os de Oliveira do Hospital e Seia, pelo sul, a mancha dos concelhos exportadores de gente segue pelas serranias agrestes do Açor e da Lousã, para dividir-se em dois braços, um em direcção à fronteira, pelos concelhos do Fundão e de Penamacor, o outro, mais largo, que vai morrer na faixa que se estende, por sobre a curva do Zêzere e o afloramento silúrico da região, até às cumiadas da Melriça. Não deixa de ser impressionante, pela coincidência das regiões assinaladas, este trecho que Gerardo Pery escreveu em 1875 na sua «Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias» a propósito da agricultura na província da Beira:

«Nas duas regiões d'esta provincia que até aqui considerámos, a parte inculta é superior à cultivada. A cultura, bastante densa na larga bacia do Mondego, comprehendida entre as serranias do Bussaco e Caramullo ao poente, e a cordilheira da Estrella ao nascente e sul, abrange tambem uma larga superficie, na Cova da

⁽¹⁾ Carta Agrícola e Atlas de Amorim Girão.

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Saldos migratórios
nos concelhos

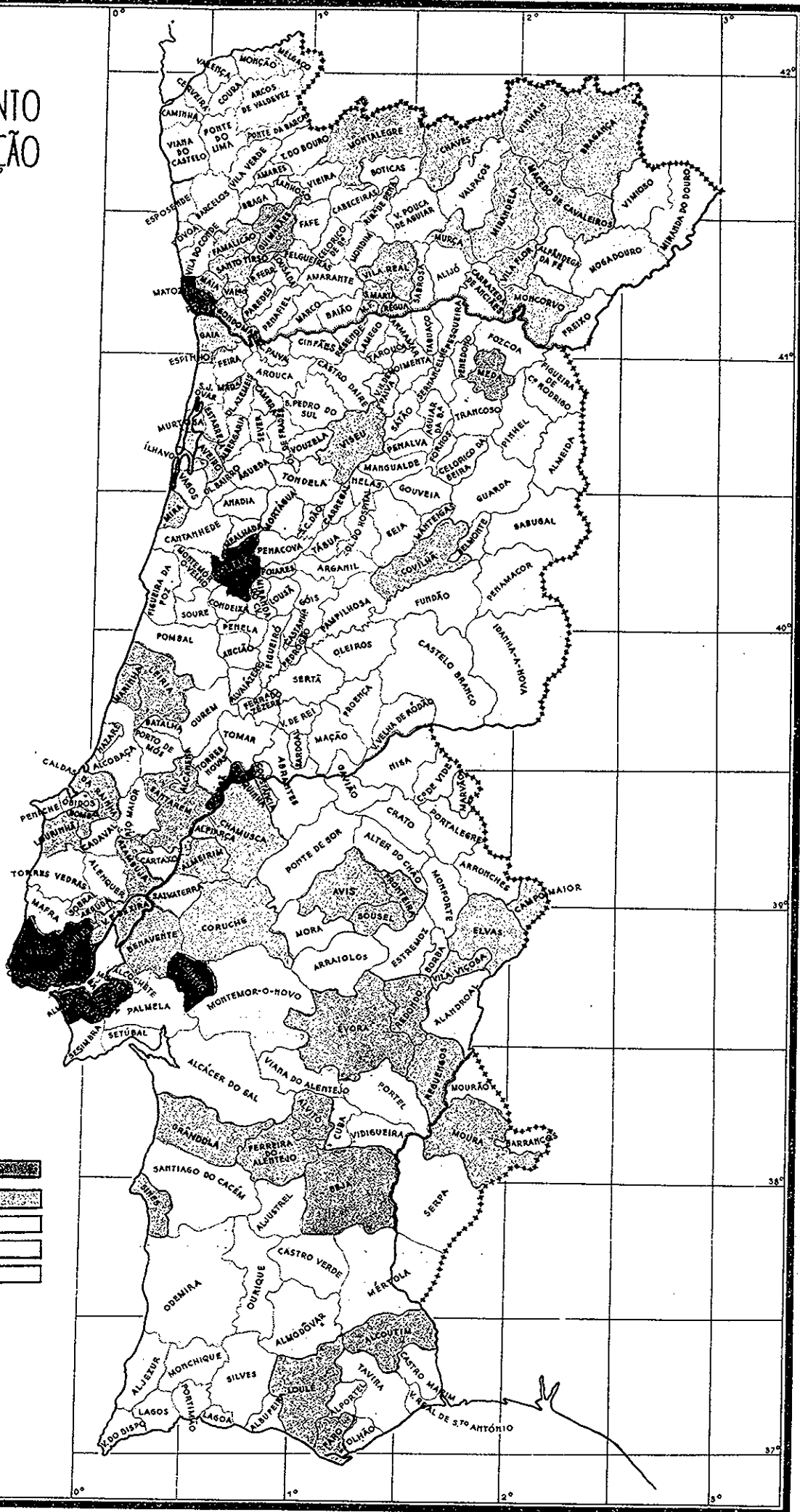
1931 — 1940

(em %)

Legenda	
Positivos	Cidade de Lisboa
	e 50,0 % e mais
	De 0 a 49,9 %
Negativos	De 0 a 24,9 %
	> 25,0 > 49,9 %
	> 50,0 % e mais

ESCALA

0 15 30 45 60 Km.



Beira, entre a Estrella e a Gardunha, nos campos de Catello Branco, e no concelho da Certã e Pédrogam; no resto d'essas regiões vê-se limitada aos valles das asperas montanhas que as accidentam, as quais estão quasi completamente despidas de arvoredo e até de matos.»

Para trás, isolados, ficaram os dois concelhos de Riba-Coa, talvez vítimas do seu isolamento. Mais para o sul, já no distrito de Lisboa, o agrupamento dos cinco concelhos de Cadaval, Torres Vedras, Alenquer, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos assinalam as alturas de Montejunto e a atracção da zona de influência da capital.

O concelho do Cartaxo repete o caso de Alpiarça e o de Óbidos denuncia a vizinhança dos dois concelhos progressivos das Caldas da Rainha e do Bombarral.

Ao sul do Tejo, Marvão traduz-se demograficamente pela Serra de S. Mamede, assim como a da Ossa aparece em Borba. Alandroal junto à fronteira, Arraiolos debordante para Évora, Cuba e Vidigueira, são os raros concelhos exportadores de gente do Alentejo. Como adiante veremos estão entre eles os de maior densidade da provincia.

No Algarve a anormalidade do circumstancialismo demográfico confirma o que se verificou no exame da variação da população de facto.

Dos treze concelhos insulares que exportaram mais de metade do seu saldo fisiológico, sete são no arquipélago da Madeira (Câmara de Lobos, Santa Cruz, Calheta, Machico, Porto Santo, Santana e Ponta do Sol) e seis nos Açores.

Destes últimos, cinco são no distrito da Horta (Corvo, Santa Cruz, Lajes das Flores, S. Roque do Pico e Madalena) e um no distrito de Ponta Delgada (Nordeste).

Ressalta logo a pior situação do distrito da Horta que, para mais, é dos três distritos açoreanos o de mais baixa densidade.

Os concelhos que acusando percentagens inferiores a -24,0, ou seja aqueles que embora tivessem cedido gente não chegaram a ceder metade do seu saldo fisiológico, foram 105, dos quais noventa e seis no continente e nove nas ilhas. Estes concelhos avizinham-se naturalmente dos da classe precedente e completam-nos na definição de regiões do País sob esse aspecto demográfico.

Podemos, por isso, abstrair da sua enumeração para passar logo ao exame das clareiras que eles deixam abertas entre si e que vêm a ser os escoadouros da sua gente.

Em primeiro lugar, surge a região industrial que, englobando a cidade do Porto, sobe de Espinho até Vila Nova de Famalicão e Guimarães. É o urbanismo e a indústria. Nos três concelhos do vale do Corgo avulta um centro de atracção regional, ao passo que no Norte transmontano, continuando-se pelo alto Tua e pelo vale de Corgo, aparece uma vasta região de imigração interna. É o desenvolvimento agrícola que a pode explicar, na ocupação de novas terras e na introdução de novas culturas.

Entre o Douro e o Tejo, à parte a concentração lisboeta e a zona de imigração a ela ligada, apenas avultam, isolados, nove centros regionais de atracção. Sete dizem respeito a concelhos isolados (Aveiro, S. João da Madeira, Viseu, Caminha, Covilhã, Mira e Meda) e dois a grupos de concelhos (Leiria e Marinha Grande; Caldas da Rainha, Bombarral e Lourinhã). Sob o ponto de vista da sua natureza seis desses centros são de cidades ou abrangem-nas e dois têm um carácter absolutamente rural: Mira e Meda.

Abstraindo destes dois casos, o urbanismo ou a indústria estão presentes nos restantes, às vezes acompanhados pela influência doutros factores, nomeadamente o cruzamento ou a simples passagem de importantes vias de comunicação.

A concentração urbana e industrial de Lisboa estende-se pelas duas margens do Tejo.

O concelho de Vila Franca de Xira ainda acusa a influência de Lisboa, mas é já também o Ribatejo. E este revela-se próspero na Azambuja, em Santarém, na Golegã e até na serrana Alcanena. Vila Nova da Barquinha já foi apontada.

Do outro lado do Tejo é o progresso da ocupação da terra nos concelhos infrapovoados de Almeirim, Benavente e Coruche. Na Chamusca o aumento maior acusa a intervenção da indústria. Salvaterra de Magos junta-se a Alpiarça e ao Cartaxo no tributo pago ao povoamento dos concelhos vizinhos. E depois é o Alentejo. Quatro manchas distintas marcam, pela extensão da provincia, as zonas de mais intenso povoamento humano. E dizemos mais intenso porque, mesmo para além delas, como vimos no estudo da variação de facto, o aumento da população verifica-se de modo notável em todo o Alentejo. Duas das manchas referidas dizem respeito ao Alto Alentejo. Uma compõe-se dos três concelhos de Avis, Sousel e Fronteira. A outra forma um grande ângulo voltado a leste com o vértice no concelho de Évora. Abrange sete concelhos desde Campo Maior, ao norte, até Moura, ao sul, já no Baixo Alentejo.

As duas manchas do Baixo Alentejo são ainda mais desiguais de extensão. A grande compreende cinco concelhos e orienta-se desde Beja até ao vale e foz do Sado. A pequena limita-se ao concelho de Sines.

Sem querer entrar na determinação minuciosa das causas, por vezes muito caprichosas e complexas, pode-se ao menos referir a circunstância da esmagadora maioria desses dezasseis concelhos terem por sedes grandes povoações de mais de 7.000 habitantes (Évora, Beja, Elvas, Campo Maior, Moura e Sines), ou serem os que, em 1930, acusaram as densidades mínimas de todo o Alentejo (Alcácer do Sal, Avis, Grândola e Alvito). Só o concelho de Monforte, com densidade ligeiramente inferior ao de Alvito, abriu excepção nesse ponto. Mas a proximidade de Elvas pode ser uma explicação.

No Algarve, apesar da anormalidade da sua vida demográfica no decénio 31-40, e em que tão manifestos aparecem os sintomas de crise, verifica-se também o mesmo fenómeno. Dos três únicos concelhos que aumentaram para além do saldo fisiológico, um é o de Faro, a distância o maior centro urbano da provincia, outro é o de Alcoutim, o concelho algarvio que em 1930 detinha a mais baixa densidade, e o terceiro é o de Loulé, que tanto pode ser excepção como o efeito da concorrência das duas causas: uma grande povoação e uma densidade muito baixa em grande parte da sua área. Esta é muito provável, sobretudo no centro do concelho, mas infelizmente não pudemos verificá-la, em virtude de se ignorar a área das freguesias respectivas.

Dos nove concelhos das ilhas que pertencem a esta classe três são na Ilha da Madeira (Ribeira Brava, S. Vicente e Porto Moniz), que completam todo o território do arquipélago, deixando apenas de fora o concelho do Funchal, que é o único que importou gente e em condições que explicam bem a situação de todos os outros concelhos do arquipélago.

Dos seis dos Açores, dois são no distrito de Angra do Heroísmo (Santa Cruz da Graciosa e Praia da Vitória), três no distrito de Ponta Delgada (Povoação, Lagoa e Ribeira Brava) e um no distrito da Horta (Lajes do Pico).

Todos estes, e mais os anteriores, é que concorreram para os acréscimos de população, para além dos saldos próprios, acusados pelos restantes, que foram apenas oito, incluindo o do Funchal.

Os outros sete, todos açoreanos, repartem-se desigualmente pelos distritos e ilhas. Ao distrito da Horta só cabe um, que é o da própria cidade. Ao de Ponta Delgada pertencem três, o da cidade, o de Vila Franca do Campo, antiga sede do distrito, ambos na Ilha de S. Miguel, e Vila do Porto, na Ilha de Santa Maria. O distrito de Angra do Heroísmo conta também três. Um é o da própria capital do distrito e sede da diocese, na Ilha Terceira. Os dois últimos são os únicos concelhos da Ilha de S. Jorge, que era a de mais baixa densidade do distrito (menos de 100 habitantes por km.²).

E terminamos assim a rápida visão dos concelhos importadores de gente.

Resta-nos agora em final salientar que desse total de oitenta concelhos que importaram gente houve quinze que o fizeram em mais do dobro do saldo fisiológico. Foram eles, por ordem do valor do excesso: Oeiras, Porto, Cascais, Vila Nova da Barquinha, Loures, Sintra, Coimbra, Almada, Seixal, Moita, Barreiro, Golegã, Funchal, Montijo e Matosinhos.

Contam-se naturalmente entre eles muitos dos concelhos de maior aumento de facto no mesmo período. E as discordâncias pequenas que existem devem-se à maior ou menor importância relativa dos saldos fisiológicos. Aí estão os exemplos dos concelhos de Coimbra e da Golegã que, não sendo dos de maior aumento de facto, figuram no elenco devido à pequenez dos seus saldos. Com o de S. João da Madeira dá-se o contrário. Porém, e seja como for, nem por isso a série resulta menos expressiva. Lá está a zona de Lisboa, a zona do Porto, a Vila Nova da Barquinha e o Funchal.

Capítulo II

Emigração

§ 1.º — No total do País

A emigração constitui um complemento indispensável de comparação entre o aumento de facto e o crescimento fisiológico.

É ela que quase sempre está nos bastidores das diferenças e são as suas alterações que comandam as mudanças do condicionalismo demográfico.

Para maior clareza e objectividade vamos apreciar a emigração directamente em função dos saldos fisiológicos.

A grande emigração revelada pelos números dos três primeiros decénios, mal apareceu no quarto e, no último, cedeu o lugar a um acréscimo de mais de 67.000 pessoas sobre o saldo fisiológico respectivo. (Ver quadro n.º 15).

O fenómeno foi principalmente determinado por razões alheias ao País, derivadas de perturbações da vida do mundo nos anos que mediam entre as duas guerras e que sob o ponto de vista económico culminaram na formidável crise de 1929. Nelas se fundamentaram as restrições impostas pelos países de destino à admissão de emigrantes que foram, em determinada altura, quase totais.

Por isso tudo, a nossa gente não pôde sair do País e, ao contrário, para ele teve de voltar muita da que tinha saído, forçada pelo desemprego e pela miséria a abandonar as terras aonde tinha ido em busca de trabalho e riqueza.

O quadro n.º 19 em que se inscrevem ao lado dos saldos fisiológicos e dos aumentos de facto, a emigração e o resultado da combinação desses três números para cada um dos intervalos censuários (o censo de 1911 impede que se considerem os decénios), é concludente.

19 — Crescimento de facto e fisiológico; emigração

Intervalos	Crescimento de facto	Movimento demográfico			Excesso do crescimento de facto sobre os saldos líquidos
		Saldo fisiológico	Emigração	Saldo líquidos	
1891-1900	373.403	488.157	268.733	219.424	153.979
1901-1911	536.924	749.375	384.873	364.502	172.422
1912-1920	72.935	423.570	365.198	60.372	12.563
1921-1930	792.892	810.092	324.128	485.964	306.928
1931-1940	896.269	828.723	107.911	720.812	175.457
1891-1940	2.672.423	3.301.917	1.450.843	1.851.074	821.349

Ao passo que nos três primeiros períodos os acréscimos da população de facto, revelados pela diferença entre o saldo líquido e a emigração, foram sempre muito inferiores ao número de emigrantes, mesmo abstraindo do caso especial do período 12-20, no quarto período a diferença quase atinge o número de emigrantes, e, no quinto, é-lhe superior em mais de 50 %.

Essa diferença que só pode ser constituída por pessoas entradas no País, deve ser representada quase inteiramente por emigrantes retornados, de que só a partir de 1936 houve registo estatístico.

A única possibilidade de assim não ter sido, estaria na inexactidão dos resultados dos censos ou da estatística do movimento migratório.

Mas os dados recolhidos no quinquénio 1936-40 autorizam a suposição de que todos os números estão muito próximos da verdade.

Com efeito se nos cinco anos de 1936 a 1940 o número de emigrantes retornados somou 34.754, pode admitir-se com segurança que nos anos precedentes esse número fosse muito superior. Foram eles precisamente os anos da crise e em que mais deviam ter agido sobre os emigrantes os motivos de regresso à Pátria.

A grande queda da emigração inicia-se em 1930 e os seus efeitos foram mais visíveis nos anos de 1931 a 1935, o que autoriza bem a pensar que esses anos em que tão poucos saíram, fossem também aqueles em que muitos tivessem entrado.

O gráfico ilustra o complexo do movimento demográfico do País e as relações recíprocas dos crescimentos de facto e fisiológico, assim como do movimento migratório durante os cinco períodos intercensuários.

As diferenças acumuladas período a período, que figuram na última coluna do quadro, totalizaram no último 821 milhares que, subtraídos ao número global dos emigrantes dos mesmos 50 anos, deixam um resto de 629 milhares.

A tanto somou o tributo de vidas pago por Portugal nesse espaço de tempo à civilização e prosperidade das terras estranhas. Apesar das reduções dos últimos períodos, ainda atingiu, por assim dizer, a quinta parte do total dos saldos fisiológicos respectivos.

Mas isso, que é para relevar, avulta menos ainda do que o facto extraordinário do País ter podido acrescentar a sua população em cerca de 30 % só nos dois últimos decénios. Durante eles, tomando-os em conjunto, a emigração aparece substituída por uma verdadeira imigração de mais de 50 milhares.

Tal é o fenómeno que domina e caracteriza a actualidade da vida demográfica portuguesa. As suas consequências devem influenciar todos os aspectos da vida do País, mas por mais visíveis que elas sejam, nem por isso deixa de ser altamente notável que, em época tão densa de dificuldades, Portugal tivesse podido, sem uma tremenda calamidade pública, albergar dentro das suas fronteiras tão grande número de novos habitantes.

E já que se aludiu às dificuldades da época é oportuno recordar que foi justamente então que Portugal deixou de receber o chamado «dinheiro do Brasil», salário do trabalho ou renda do capital do emigrante, religiosamente enviado para a Mãe-Pátria, e que fora durante décadas completas o nosso principal recurso contra o déficit comercial.

§ 2.º — No continente e nas ilhas

A emigração insular além de não ter sido sincrónica com a do continente nos seus aumentos e diminuições, foi sobretudo muito mais intensa.

O facto dela haver atingido o seu máximo no período 901-11 acrescido da importante diminuição relativa que acusou no período imediato, o de maior emigração continental, mede só por si a distância que existe entre as condições de variação duma e doutra.

O exame dos números anuais do período 12-20 é mais uma prova, a acrescentar ao verificado com o obituário de 1918, de que o movimento demográfico das ilhas não é inteiramente solidário com o do continente.

Nos contingentes emigratórios impressionantes dos anos 1911, 1912 e 1913, consequência visível do que valem a instabilidade política e a desordem social como agentes de êxodo da população, a participação das ilhas é significativamente muito inferior à do resto do País.

Ao passo que esses três anos, que foram os primeiros da república, totalizaram no continente 71 % de emigração do período, nas ilhas essa percentagem apenas atingiu 52 %. A intensidade da emigração insular fez-se sobretudo sentir nos três primeiros decénios, em que o número de emigrantes excede em muito os saldos fisiológicos. Nos períodos 901-11 e 12-20 os excedentes de emigração sobre aqueles saldos atingiram, respectivamente, as percentagens de 54,1 e 64,7 %.

Nos dois últimos períodos a situação modificou-se apreciavelmente, passando a emigração a ser inferior aos saldos fisiológicos. Mas tudo bastante longe do que se passou no continente e, por influência deste, no total do País. Neles a emigração insular representou, respectivamente, 47,3 e 19,6 % dos saldos fisiológicos respectivos, enquanto no continente essas percentagens apenas foram de 39,4 e 12,4 %. Os efeitos de tão desregrada emigração são visíveis através do pequeno aumento da população insular nos dois primeiros períodos e da diminuição registada no terceiro. E não foram piores unicamente porque nesses três períodos os emigrantes retornados preencheram em parte as brechas abertas pelas saídas nos efectivos humanos das ilhas e que só de 1901 a 1920 representavam um déficit demográfico de mais de 53 milhares, ou seja 13,1 % da população respectiva no início do século.

Nos dois últimos decénios a emigração das ilhas reduziu-se proporcionalmente ainda mais do que a emigração do continente. A redução evidencia-se sobretudo no período 21-30, o que mostra terem-se as ilhas antecipado ao continente na regressão do movimento migratório. Contudo essa regressão não atingiu nelas a acuidade verificada no continente durante o último decénio. Apesar de quase o igualar, o excesso do crescimento de facto sobre os saldos líquidos não foi superior ao número de emigrantes.

§ 3.º — Nos distritos

As percentagens da emigração sobre os saldos fisiológicos, em cada distrito e para os cinco períodos, figuram no quadro n.º 20 que passamos a analisar período por período.

Período 91-900. — A mais intensa emigração pertenceu aos distritos dos Açores, dos quais o da Horta ocupa a distância o primeiro lugar com um número de emigrantes superior ao dobro do saldo fisiológico. A seguir vem Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, ambos com uma emigração superior ao saldo. No continente o distrito de Vila Real é o único nessas condições.

Com uma emigração superior a metade do saldo fisiológico aparecem, por ordem de importância da diferença, os distritos de Aveiro, Viseu, Coimbra, Viana do Castelo, Porto, Funchal e Braga.

Os da Guarda, Bragança e Leiria ainda acusam percentagens superiores a 35 %. O de Lisboa, que abrangia o de Setúbal, situa-se em 22 %. As posições mínimas de 10 % ou inferiores pertenceram aos distritos de Beja, Faro, Portalegre, Santarém e Évora.

Período 901-11. — Reproduce-se quase o mesmo panorama do período anterior quanto aos distritos de maior emigração. Horta continua no primeiro lugar e apenas Angra do Heroísmo passa à frente de Ponta Delgada. No entanto estes dois últimos

20 — Percentagem da emigração sobre os saldos fisiológicos

Distritos	Intervalos				
	1891-1900	1901-1911	1912-1920	1921-1930	1931-1940
Aveiro	88,5	72,0	99,1	73,0	24,5
Beja	10,0	6,6	6,5	2,4	0,4
Braga	50,3	75,9	82,5	39,8	9,2
Bragança	47,3	83,9	297,0	62,1	20,6
Castelo Branco	4,4	5,0	21,2	12,6	2,4
Coimbra	81,1	77,5	124,8	65,6	20,8
Évora	2,7	1,1	3,0	1,7	0,5
Faro	5,6	8,4	21,6	31,8	13,7
Guarda	48,1	62,9	200,6	66,0	21,1
Leiria	35,0	31,6	61,5	28,3	7,7
Lisboa	22,9	7,3	30,9	15,3	3,3
Portalegre	4,7	1,2	4,5	5,3	1,0
Porto	68,2	48,0	80,5	47,6	12,7
Santarém	4,7	5,1	13,9	12,0	2,5
Viana do Castelo	71,3	66,2	92,8	31,3	15,5
Vila Real	121,8	101,2	269,1	53,8	17,7
Viseu	82,7	95,7	148,8	72,5	29,3
Angra do Heroísmo	122,3	271,0	378,0	80,4	17,1
Horta	328,7	317,4	381,5	103,9	5,3
Ponta Delgada	139,7	225,8	234,4	42,9	8,0
Funchal	62,6	68,8	91,6	41,4	26,7

acusam uma emigração mais intensa, ao passo que o da Horta a reduz ligeiramente em relação ao decénio anterior.

Vila Real continua a ser o distrito continental de maior emigração e o único em que esta excede o saldo fisiológico.

Os distritos que neste período tiveram uma emigração superior a metade do saldo fisiológico foram os de Viseu (95,7 %), Bragança, Coimbra, Braga, Aveiro, Funchal, Viana do Castelo e Guarda (62,9 %).

Porto e Leiria registaram, respectivamente, as percentagens de 48 e 31,6 %. Com uma emigração inferior a 10 % do saldo fisiológico contaram-se os seis distritos de Faro (8,4 %), Lisboa, Beja, Santarém, Castelo Branco e Évora (1,1 %).

Disto tudo pode concluir-se que a emigração neste período foi menos pesada do que no anterior. E assim foi de facto. Os 70.000 emigrantes que saíram a mais nesses onze anos foram largamente compensados pelo acréscimo de cerca de 250.000 vidas nos saldos fisiológicos. Só nas ilhas é que essa compensação não se verificou.

Período 12-20. — Os nove anos deste período revelam, pelos vários distritos, características de desolação demográfica ainda maiores do que já foram assinaladas no conjunto.

O distrito de Beja é o único que acusa uma redução. Mas essa redução, que é mínima, encontra dolorosa contrapartida nos aumentos sofridos pelos outros. Relativamente ao período anterior, dois distritos quadruplicaram o valor das suas percentagens de emigração sobre os saldos (Castelo Branco e Lisboa); três triplicaram-no (Bragança, Guarda e Portalegre); quatro duplicaram-no (Évora, Faro, Santarém e Vila Real); quatro (Coimbra, Leiria, Porto e Viseu) acrescentaram-no pelo menos em metade, e só os seis restantes, entre os quais figuram os três dos Açores, que manifestamente já em pouco podiam agravar a sua situação, tiveram aumentos inferiores. Considerando o significado das percentagens verifica-se que, abstraindo os Açores, houve dois distritos (Bragança e Vila Real) que viram sair para o estrangeiro quase o triplo do seu saldo de vidas; um (Guarda) que viu sair o dobro; três (Coimbra, Aveiro e Viseu) em que os emigrantes excederam ou quase igualaram o mesmo saldo; e cinco (Funchal, Viana do Castelo, Braga, Porto e Leiria) com uma emigração bastante superior a metade do saldo fisiológico. Só os três distritos alentejanos de Évora, Portalegre e Beja lograram percentagens inferiores a 10 %. É possível que Setúbal lhes fizesse companhia dados os valores da sua emigração apurados desde 1927, mas os seus números perderam-se no distrito de Lisboa.

Tudo isto que as percentagens revelam, ainda assume maior importância quando, à face dos números anuais, se conclui que quase só contaram para o efeito os três primeiros anos do período. Nos anos imediatos, que foram os da guerra, a emigração reduziu-se abaixo do que os decénios precedentes autorizavam a considerar como normal. Já atrás se referiu o único significado atribuível a essa emigração em massa que seria só por si trágica, mesmo que não fosse o reflexo duma verdadeira tragédia nacional.

Período 21-30. — Já vimos o que este período representou sob o ponto de vista demográfico para o País. Foi a transi-

ção entre o passado, que nos cinquenta anos sujeitos ao nosso exame se representa nos três primeiros períodos, e o presente, sintetizado no último decénio.

As percentagens da emigração sobre os saldos fisiológicos acusam, na generalidade dos distritos, diminuições substanciais que vão muito além das impostas pela anormalidade do período precedente.

Se dois distritos (Faro e Portalegre) acusaram percentagens ainda superiores às do período 12-20, houve em contrapartida onze (Beja, Braga, Coimbra, Porto, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada e Funchal) que as apresentaram mais baixas do que em qualquer dos períodos anteriores.

Dos oito restantes, quatro tinham apenas tido uma percentagem mais baixa (Aveiro, Évora e Lisboa no período 901-11 e Bragança no período 91-900). Os distritos que tinham tido duas percentagens mais baixas, nos dois primeiros períodos, foram os de Santarém, Leiria, Guarda e Castelo Branco.

Só os distritos já referidos de Faro e Portalegre marcaram máximos relativamente aos três períodos 91-20. Mas a nota discordante destes distritos, que não têm condições nem tradições de emigração, pouco ou nada significa perante as diminuições maciças dos distritos que são o alfobre dos nossos emigrantes.

É o caso dos três distritos dos Açores e dos de Bragança e Vila Real cujas percentagens aparecem reduzidas num mínimo de 72,8 (Horta) em relação à média dos três períodos anteriores. Acrescem a eles, com reduções significativas, os distritos de Braga, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo, Viseu e Funchal que, juntamente com o de Aveiro, este também com redução apreciável, embora inferior à dos restantes, completam o elenco dos nossos distritos de emigração.

Em consequência de tamanha e tão geral redução neste período houve apenas um distrito, o da Horta, com uma emigração superior ao saldo fisiológico e sete (Aveiro, Bragança, Coimbra, Guarda, Vila Real, Viseu e Angra do Heroísmo) com uma emigração superior a metade daquele saldo.

Dos treze restantes, foram sete (Braga, Faro, Leiria, Porto, Viana do Castelo, Ponta Delgada e Funchal) os que tiveram um número de emigrantes superior a um quarto dos saldos.

As percentagens mínimas pertenceram aos distritos de Beja, Évora e Portalegre, respectivamente com 2,4; 1,7; e 5,3. Por aqui se vê como é irrelevante o aumento da percentagem de Portalegre.

Período 31-40. — As percentagens da emigração sobre os saldos fisiológicos neste período, não sofrem comparação com as dos anteriores. A distância que se abre entre umas e outras, denuncia a alteração do condicionalismo da vida demográfica do País, que já por mais de uma vez foi referida. E essa alteração foi tão profunda que excede a que resulta da diferença das percentagens. Para além desta, existe ainda a proveniente dos emigrantes retornados que foram para o total do País, e necessariamente para muitos distritos, em número superior ao dos emigrantes. Já vimos que o saldo positivo do movimento migratório do decénio foi da ordem dos 67 milhares e já vimos também que, em virtude do apuramento dos retornados só se ter iniciado a partir de 1936, é impossível levar nesse ponto mais longe o nosso exame.

Em todo o caso, embora não chegando para exprimir a situação real, as percentagens da emigração sobre os saldos, só por si, já dizem muito.

De todos os distritos do País, apenas o do Funchal não acusou, relativamente ao período anterior, uma redução superior a metade. As reduções dos outros só excepcionalmente é que não atingiram dois terços (Faro, Viana do Castelo e Viseu) e chegaram a atingir quase 100 % (Horta).

Além dos distritos dos Açores, os de Beja, Castelo Branco,

Portalegre, Santarém, Braga e Porto foram, por ordem decrescente, os que apresentaram maiores reduções.

A situação revelada pelas percentagens pode esquematizar-se do seguinte modo: dois distritos (Viseu e Funchal) com uma emigração superior a $1/4$ do saldo fisiológico; quatro (Aveiro, Bragança, Coimbra e Guarda) com uma emigração superior a $1/5$; quatro (Faro, Porto, Viana do Castelo e Angra do Heroísmo) com mais de $1/10$; quatro (Braga, Leiria, Horta e Ponta Delgada) com mais de $1/20$; e seis com mínimos de 0,4 % (Beja) a 3,3 % (Lisboa).

Condições de distribuição

I Parte

REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO PELO TERRITÓRIO

Capítulo I — Effectivos populacionais nas províncias, distritos e concelhos :
 § 1.º — Nas províncias e distritos; § 2.º — Nos concelhos. *Capítulo II — Effectivos populacionais nas freguesias :* § 1.º — Evolução através dos censos; § 2.º — Situação em 1940; § 3.º — Comparação com outros países. *Capítulo III — Densidade :*
 § 1.º — No total do País. No continente e nas ilhas: a) Comparação com outros países; § 2.º — Nas províncias e distritos; § 3.º — Nos concelhos do continente e em cada ilha, nos vários censos: a) Nos concelhos b) Em cada ilha c) Variação da densidade dos concelhos entre 1890 e 1940. *Capítulo IV — Tipos de povoamento :*
 § 1.º — Em 1940; § 2.º — Evolução entre 1911 e 1940

Capítulo I

Effectivos populacionais nas províncias, distritos e concelhos

§ 1.º — Nas províncias e distritos

A população de Portugal distribui-se de um modo muito irregular pelas diversas circunscrições administrativas, conforme se referiu no Resumo Descritivo do Volume I.

Os três primeiros quadros que ilustram esse Resumo, assim como o que figura na 1.ª coluna da sua página XVII, são para o efeito muito elucidativos e por isso se recomendam neste passo ao leitor.

O quadro n.º 21 contendo a distribuição, em percentagem;

da população do País pelas províncias e distritos, nos vários censos, vale só por si como demonstração. Revela ele, de modo expressivo, que metade da população do País se concentra em quatro das treze províncias (1) e em seis dos vinte e dois distritos.

As quatro províncias são a Estremadura, o Douro Litoral, a Beira Litoral e o Minho, enquanto os distritos foram os de Lisboa, Porto, Braga, Viseu, Aveiro e Santarém.

21 — Distribuição da população (em %)

Províncias e distritos	Censos					
	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Estremadura	12,80	13,82	14,99	16,25	17,33	17,86
Douro Litoral	13,05	13,25	13,63	13,90	14,06	14,31
Beira Litoral	12,38	12,22	12,14	12,16	11,94	11,61
Minho	10,81	10,55	10,23	9,98	9,60	9,60
	49,04	49,84	50,99	52,29	52,93	53,39
Beira Alta	11,14	10,74	10,15	9,62	8,94	8,58
Trás-os-Montes e Alto Douro	9,77	9,36	8,70	7,97	7,63	7,67
Ribatejo	4,98	5,15	5,44	5,47	5,56	5,49
Alto Alentejo	4,48	4,51	4,68	4,77	4,86	4,86
Baixo Alentejo	3,79	3,70	4,00	4,14	4,47	4,61
Beira Baixa	4,55	4,49	4,54	4,47	4,38	4,34
Algarve	4,53	4,71	4,58	4,45	4,41	4,11
Açores	5,06	4,72	4,07	3,85	3,72	3,72
Madeira	2,66	2,78	2,85	2,97	3,10	3,24
	50,96	50,16	49,01	47,71	47,07	46,61
Lisboa	9,82	10,55	11,50	12,37	13,28	13,86
Porto	10,82	11,03	11,41	11,65	11,87	12,15
Braga	6,70	6,59	6,41	6,24	6,08	6,25
Viseu	7,74	7,41	6,99	6,71	6,32	6,03
Aveiro	5,69	5,59	5,64	5,69	5,59	5,57
Santarém	5,05	5,22	5,46	5,50	5,55	5,47
	45,82	46,39	47,41	48,16	48,69	49,33

Províncias e distritos	Censos					
	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Coimbra	6,30	6,13	6,03	5,85	5,68	5,33
Leiria	4,27	4,40	4,41	4,63	4,61	4,58
Faro	4,53	4,71	4,58	4,45	4,41	4,11
Castelo Branco	4,06	3,99	4,05	3,96	3,89	3,88
Guarda	4,92	4,82	4,56	4,25	3,92	3,81
Vila Real	4,70	4,17	4,12	3,90	3,72	3,75
Beja	3,12	3,02	3,23	3,33	3,52	3,57
Setúbal	2,28	2,53	2,80	3,10	3,42	3,48
Viana do Castelo	4,11	3,97	3,81	3,75	3,52	3,35
Funchal	2,65	2,78	2,85	2,97	3,10	3,24
Bragança	3,56	3,41	3,22	2,82	2,71	2,76
Évora	2,37	2,36	2,49	2,54	2,65	2,69
Portalegre	2,25	2,29	2,37	2,44	2,44	2,41
Ponta Delgada	2,47	2,36	2,06	1,96	1,97	2,02
Angra do Heroísmo	1,43	1,35	1,17	1,12	1,03	1,01
Horta	1,16	1,02	0,84	0,77	0,72	0,68
	54,18	53,61	52,59	51,84	51,31	50,67

(1) Incluindo como províncias os dois arquipélagos dos Açores e Madeira.

Não podem estranhar-se as primeiras, nem os segundos, quase inteiramente coincidentes entre si. Já conhecemos as zonas respectivas e o que elas representam na corografia humana de Portugal.

Também não podemos estranhar o mais que o quadro revela. A desproporção tem-se acentuado com o tempo, vem aumentando de censo para censo e foi máxima no último. A excepção da Estremadura e do Douro Litoral (Lisboa e Porto), não são as províncias e os distritos que detêm as maiores parcelas da população global, os que mais aumentam ou sequer os que aumentam. Mas o certo é que, de cada vez, a soma do mesmo número de províncias ou distritos representa uma parte maior da totalidade.

Das províncias há quatro que ao longo dos cinco decénios aumentaram sempre essa parte proporcional: a Estremadura, o Douro Litoral, o Alto Alentejo e a Madeira.

O reverso desse progresso é constituído por três que diminuíram sempre a sua quota e que são o Minho, a Beira Alta e os Açores.

Dentre os distritos houve quatro que cresceram sempre em peso de população, relativamente ao total. Foram os de Lisboa, Porto, Setúbal e Funchal, em condições tais que, referindo-os, se tem a ideia de referir apenas as cidades respectivas que são justamente, a grande distância de todas as demais, as quatro mais populosas da metrópole.

Os que diminuíram sempre, foram seis. Razões diversas contribuíram para que eles tivessem sido os de Viseu, Guarda, Coimbra, Viana do Castelo, Angra do Heroísmo e Horta. Lá aparecem de novo as três províncias que diminuem. Há apenas a anotar que os distritos de Braga e Ponta Delgada não são responsáveis pelo facto.

Mas quantas observações e considerações esse quadro ainda justificaria...

§ 2.º — Nos concelhos

Atentemos agora nos concelhos. Seria fastidioso analisá-los do mesmo modo na variação das suas percentagens sobre o total da população do País. Vamos antes estudá-los em si mesmos, na sua importância e no modo porque se classificavam em cada um dos anos censuários.

Para tanto examinemos o quadro n.º 22. Resume-se nele um dos aspectos mais salientes das condições da evolução do povoamento do País e das suas tendências.

perante tal aumento a concentração seria tanto maior quanto mais reduzido fosse o número de concelhos que dele participasse.

O concelho com menos de 1.000 habitantes é o do Corvo, que abrange toda a ilha do mesmo nome, a mais pequena dos Açores, a ponta extrema de Portugal e última baliza europeia na rota atlântica da América do Norte. Em vez de aumentar, a sua população diminuiu no decorrer do meio século. Mas é um caso local e excepcional que não permite ilações para o

22 — Concelhos segundo o número de habitantes, nos seis últimos censos

Número de habitantes	1890		1900		1911		1920		1930		1940	
	N.º	Total da população	N.º	Total da população	N.º	Total da população	N.º	Total da população	N.º	Total da população	N.º	Total da população
Total	292	5.049.729	291	5.423.132	291	5.960.056	299	6.032.991	302	6.825.883	302	7.752.152
De menos de 1.000	1	806	1	806	1	744	1	661	1	673	1	687
» 1.000 a 2.499	1	1.952	1	2.311	1	2.182	1	2.243	1	2.490	..	..
» 2.500 » 4.999	19	77.988	13	49.826	10	38.925	9	33.002	8	31.941	6	21.803
» 5.000 » 7.499	41	255.693	36	229.719	30	195.910	36	235.616	21	135.193	18	120.230
» 7.500 » 9.999	43	373.446	43	373.128	38	332.249	41	364.173	41	349.213	31	272.114
» 10.000 » 14.999	70	846.939	72	885.226	75	932.228	78	967.660	74	922.222	72	909.814
» 15.000 » 19.999	38	667.332	35	607.692	34	586.390	34	581.531	45	773.225	51	873.931
» 20.000 » 29.999	43	1.055.398	49	1.180.861	51	1.222.824	49	1.182.253	54	1.348.221	50	1.239.303
» 30.000 » 39.999	20	652.822	23	773.378	39	1.024.254	27	910.232	31	1.097.596	32	1.110.816
» 40.000 » 49.999	9	403.621	9	395.819	9	410.856	10	439.098	8	363.777	17	739.445
» 50.000 » 74.999	5	273.666	7	400.372	9	498.929	10	543.171	14	793.111	17	1.007.353
De 75.000 » 99.999	..	..	..	..	1	85.197	1	83.835	1	77.439	4	330.707
De 100.000 e mais	2	440.056	2	523.964	2	629.368	2	689.463	3	929.802	3	1.083.760
População embarcada	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	12.189

A forma como vai variando de censo para censo o número dos concelhos de cada uma das treze categorias consideradas, avulta claramente nas suas colunas. A diminuição do número e da população dos concelhos de menos de 10.000 habitantes é a primeira observação a colher. Em vez de significar sintoma de concentração demográfica esse facto aparece como simples corolário do aumento da população do País. É fácil concluir-se que

conjunto. O concelho também único que aparece na classe dos de mais de 1.000 e menos de 2.500 habitantes, depois de aumentar quase continuamente, já em 1940 tinha passado para a classe imediata.

Os dezanove concelhos que em 1890 tinham entre 2.500 e 4.999 habitantes estavam em 1940 reduzidos a seis, entre os quais se contava o que havia ascendido à classe. E assim sucessiva-

mente na escala de importância dos concelhos, até ao já referido limite dos 10.000 habitantes. Daí para cima sucede o contrário.

Em todas as classes aumenta o número e a população dos concelhos. Porém, e ao invés do que poderia supor-se, não é a classe superior, a dos 100.000 e mais, que acusa o maior aumento. São as classes dos 50 aos 74.999 e dos 75 aos 99.999 que acusam os acréscimos mais importantes em número e em população. Somando as duas verifica-se que, no lugar dos cinco únicos concelhos que em 1890 tinham entre 50 e 100.000 habitantes, o censo de 1940 contou vinte e um. As populações respectivas, por sua vez, subiram de 273 milhares para os 1.377 milhares.

O quadro n.º 23 mostra como os concelhos das várias classes se repartiam em 1940 pelos distritos do País. Abstraindo da primeira para considerar novamente a segunda e a terceira reu-

nidas, nota-se que os concelhos respectivos existiam em treze dos vinte e dois distritos do continente e ilhas. Vê-se também que apenas dois distritos, o de Portalegre e o da Horta, é que não tinham concelhos com mais de 30.000 habitantes.

A classe mais numerosa era a dos 10 a 14.999 habitantes. Só em quatro distritos é que ela não se encontrava representada. Esses quatro, merece a pena salientá-lo, eram precisamente os dois maiores e os dois mais pequenos do País, sob o ponto de vista da população: Lisboa, Porto, Angra do Heroísmo e Horta. Parece que os extremos capricharam em não descer ao normal.

Dos concelhos com menos de 5.000 habitantes, num total de sete, só três é que pertenciam ao continente. Os outros quatro, entre os quais estava o de menos de 1.000 habitantes, eram todos das ilhas.

23 — Concelhos segundo o número de habitantes, por distritos, em 1940

Distritos	Total	Total de concelhos	Mais de 100.000	Número de concelhos	De 75.000 a 99.000	N.º de concelhos	De 50.000 a 74.999	N.º de concelhos	De 40.000 a 49.999	N.º de concelhos	De 30.000 a 39.999	N.º de concelhos	De 20.000 a 29.999	N.º de concelhos	De 15.000 a 19.999	N.º de concelhos	De 10.000 a 14.999	N.º de concelhos	De 7.500 a 9.999	N.º de concelhos	De 5.000 a 7.499	N.º de concelhos	De 2.500 a 4.999	N.º de concelhos	De 1.000 a 2.499	N.º de concelhos	Menos de 1.000	N.º de concelhos	População embarcada
Portugal	7.722.152	302	1.083.760	3	330.707	4	1.007.353	17	739.445	17	1.110.816	32	1.239.303	50	873.931	51	909.814	72	272.114	31	120.230	18	21.803	61	..	..	687	1	12.189
Continente	7.185.143	272	1.083.760	3	243.567	3	942.629	16	739.445	17	1.041.755	30	1.141.602	46	817.587	48	818.906	65	231.104	26	101.243	15	11.730	3	..	..	..	..	11.805
Aveiro	429.870	19	..	..	..	..	61.187	1	..	..	103.197	3	100.744	4	118.602	7	38.133	3	..	..	7.398	1	..	..	..	..	..	..	609
Beja	275.441	14	..	..	..	..	..	..	82.258	2	32.860	1	56.185	2	49.056	3	37.666	3	8.323	1	5.619	1	3.467	1	..	..	..	..	7
Braga	482.914	13	..	..	156.831	2	122.610	2	..	..	76.415	2	61.605	3	51.284	3	11.139	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Bragança	213.233	12	..	..	..	..	..	..	..	..	34.468	1	73.181	3	37.231	2	51.028	4	9.866	1	7.459	1	..	..	..	..	..	..	..
Castelo Branco	299.670	11	..	..	..	..	117.418	2	46.732	1	32.642	1	26.765	1	34.702	2	13.874	1	27.537	3	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Coimbra	411.677	17	..	..	86.736	1	53.046	1	..	..	35.697	1	100.743	4	51.401	3	75.739	6	8.278	1	..	..	..	..	..	..	..	..	37
Évora	207.952	13	..	..	..	..	..	42.755	1	..	34.983	1	23.409	1	15.188	1	48.143	4	38.039	4	5.435	1	..	..	..	..	..	..	..
Faro	317.623	16	..	..	..	..	51.728	1	..	..	67.927	2	79.675	3	31.788	2	61.828	5	17.227	2	6.097	1	..	..	..	..	..	..	1.358
Guarda	294.166	14	..	..	..	..	..	89.520	2	..	34.138	1	47.595	2	68.619	4	39.907	3	9.547	1	..	..	4.810	1	..	..	..	..	..
Leiria	353.675	16	..	..	..	..	119.322	2	42.947	1	33.410	1	..	..	53.779	3	83.851	7	9.176	1	6.184	1	..	..	..	..	..	..	6
Lisboa	1.070.103	14	702.409	1	..	..	51.749	1	44.763	1	169.819	5	27.676	1	51.225	3	..	..	8.211	1	7.222	1	..	..	..	..	..	..	7.029
Portalegre	186.373	15	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	51.571	2	37.442	2	21.203	2	51.599	6	21.558	3	..	..	..	..	..	..	..
Porto	938.288	17	381.351	2	..	..	175.217	3	82.882	2	175.061	5	103.237	4	18.503	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2.037
Santarém	421.996	20	..	..	..	..	59.371	1	127.526	3	36.751	1	43.256	2	51.316	3	79.321	6	..	..	21.032	3	3.423	1	..	..	..	..	..
Setúbal	268.834	13	..	..	..	..	..	49.670	1	..	31.856	1	97.721	4	35.162	2	38.299	3	8.848	1	6.656	1	..	..	..	..	..	..	672
Viana do Castelo	258.596	10	..	..	..	..	62.618	1	40.171	1	37.099	1	27.069	1	65.820	4	25.859	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	50
Vila Real	289.114	14	..	..	..	..	..	90.221	2	..	..	..	120.179	5	..	..	52.131	4	26.583	3	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Viscu	465.563	24	..	..	..	..	68.343	1	..	..	105.522	3	94.991	4	46.469	3	135.785	11	7.870	1	6.583	1	..	..	..	..	..	..	..
Ilhas adjacentes	537.009	30	..	..	87.140	1	64.714	1	..	..	69.061	2	97.701	4	56.344	3	90.908	7	41.010	5	18.987	3	10.073	3	..	..	687	1	384
Angra do Heroísmo	78.109	5	..	..	..	..	..	..	..	..	36.189	1	..	..	17.213	1	..	..	17.230	2	7.477	1	..	..	..	..	..	..	..
Horta	52.731	7	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	23.579	1	..	..	..	..	15.753	2	5.340	1	7.372	2	..	..	687	1	..
Ponta Delgada	156.015	7	..	..	..	..	61.714	1	..	..	32.872	1	..	..	..	..	50.401	4	8.027	1	..	..	..	..	..	..	..	..	31
Funchal	250.124	11	..	..	87.140	1	..	..	..	..	..	..	74.122	3	39.131	2	40.507	5	..	..	6.170	1	2.701	1	..	..	..	..	353

Capítulo II

Effectivos populacionais das freguesias

§ 1.º — Evolução através dos censos; § 2.º — Situação em 1940; § 3.º — Comparação com outros países.

§ 1.º — Evolução através dos censos

Foi dito já que os concelhos são o centro da vida local. Nada se atentarã contra essa afirmação ao salientar a importância da freguesia e ao defini-la como célula do povoamento. Esta palavra povoamento já implica em si mesma a ideia de um território e de uma vida social organizada. Fica assim ressalvada a posição de família como célula de vida social, mas que não subentende necessariamente o território e o trato das gentes.

De diversa origem e natureza, consoante as regiões do País ou as suas características próprias, a freguesia portuguesa é, na maioria dos casos, uma realidade viva e palpável. No Noroeste as suas tradições remotíssimas perdem-se, para além da história, na noite dos castros e das citânias. Aí teria sido ela a razão de ser de castelos, de vilas e até de cidades. No Sul, apesar de menos antiga, semeada pelo castelo para a ocupação humana da terra, ela é ainda uma realidade viva, definida pela sombra da mesma cruz paroquial. No campo, aldeia ou pequena vila, essa realidade é máxima, conservando toda a pujança do tempo antigo em que a Igreja da freguesia, além de ser o fulcro permanente de comunidade dos vivos, era também jazigo comum de todos os seus mortos: imenso elo espiritual que, através da Fé religiosa, ligava a gente à terra, na sequência dos séculos.

Nos centros urbanos a freguesia quase desaparece na geometria das ruas e das praças, no nomadismo e cosmopolitismo da população, no isolamento e desconfiança que gera a aglomeração, no artificialismo de vida que cria bairros distintos para as várias classes sociais, e, por fim, no divórcio destas últimas com que a cidade moderna ensombra a civilização. Mas a fre-

guesia urbana, embora pese muito em população, é rara nos milhares de freguesias do País.

Oferece assim o maior interesse o estudo demográfico das freguesias portuguesas.

Vamos estudá-las como estudámos os concelhos e depois até iremos um pouco mais longe.

O quadro n.º 24, organizado à semelhança do n.º 22, mostra como evoluiu, de censo para censo, o número e a população das onze categorias diferentes em que se classificaram as freguesias.

Tal como se verificou nos concelhos são as categorias mais modestas da classificação que se reduzem em favor das restantes. A redução aumenta de modo inversamente proporcional ao tamanho das freguesias. Duma maneira geral pode dizer-se que as sacrificadas são as freguesias com menos de 1.000 habitantes. Mas não é regra absoluta. O período trágico 11-20 assinalou-se neste particular precisamente por ter feito aumentar o número de freguesias de menos de 250 e de menos de 500 habitantes.

Nas duas categorias imediatas (de 500 a 749; e de 750 a 999) a regra da redução ainda comportou mais excepções, aumentando a primeira no último decénio e a segunda nos dois últimos.

O aumento das restantes categorias que também se revela directamente proporcional à grandeza das categorias, comportou sete excepções. Cinco verificaram-se no período 11-20 e as duas outras em cada um dos decénios precedentes.

24 — Freguesias segundo o número de habitantes, nos seis últimos censos

Número de habitantes	1890		1900		1911		1920		1930		1940	
	Número de freguesias	População	Número de freguesias	População	Número de freguesias	População	Número de freguesias	População	Número de freguesias	População	Número de freguesias	População
Total.	3.912	5.049.729	3.921	5.423.132	3.814	5.960.056	3.833	6.032.991	3.884	6.825.883	3.975	7.709.953
Com menos de 250	168	33.650	149	29.387	100	20.295	121	24.187	95	19.460	80	16.470
De 250 a 499.	856	327.167	808	307.496	675	260.835	719	278.155	641	247.861	548	212.914
» 500 » 749.	772	478.761	764	472.038	732	451.964	709	438.398	674	413.390	681	421.940
» 750 » 999.	508	439.790	499	430.365	488	426.299	473	412.123	490	423.361	491	427.651
» 1.000 » 1.499.	605	735.324	630	764.950	638	784.727	630	774.147	661	812.330	689	843.652
» 1.500 » 1.999.	368	631.287	370	638.468	376	648.886	373	645.783	395	686.832	422	736.019
» 2.000 » 2.999.	321	767.639	317	830.920	391	918.504	387	935.050	418	1.026.923	445	1.083.980
» 3.000 » 3.999.	137	470.832	161	561.689	150	517.092	158	546.833	191	652.184	247	853.401
» 4.000 » 4.999.	78	319.557	57	257.314	100	439.751	91	404.809	102	449.604	113	503.737
» 5.000 » 9.999.	80	523.037	106	678.030	132	897.950	131	862.622	169	1.145.731	191	1.292.300
» 10.000 e mais	19	289.685	30	452.415	32	563.753	41	710.884	48	948.157	68	1.317.896

As cifras da população acompanham as dos números de freguesias.

Em final cumpre anotar, para medir a transformação operada no decurso do meio século, que em 1890 as freguesias com 2.000 e mais habitantes não perfaziam metade da população do País, ao passo que em 1940 essa metade era já ultrapassada pelas freguesias de 3.000 e mais habitantes.

Não pode ver-se nesta evolução um testemunho da intensidade do nosso urbanismo. Ele existe de facto, conforme temos referido, mas, excepção feita para as freguesias mais populosas, não nos parece que esteja aí uma prova da sua existência.

A circunstância de aumentar o número de freguesias mais populosas e de diminuir o das menos populosas, desde que o seu número global não sofreu praticamente alteração, quer apenas dizer que a população do País aumentou. Isto mesmo se disse com idênticas razões a propósito dos concelhos.

O simples facto duma freguesia ter 2.000 habitantes ou mais não quer de modo algum dizer que ela possa ser considerada urbana. Há que ter presente a distinção necessária entre a população do aglomerado e a total.

Um exame mais completo do assunto pode ser feito pelo quadro n.º 25 onde figuram lado a lado as populações das mesmas freguesias em 1890 e em 1940, classificadas segundo a sua importância na primeira daquelas datas.

As percentagens de variação que constituem a última coluna do quadro mostram bem como o fenómeno se verificou. As percentagens agrupadas são sobretudo impressionantes. Nelas já

25 — Aumento da população até 1940 das freguesias existentes em 1890

Classificação das freguesias	1890	1940	Variação	% de variação
Total	4.953.647	7.548.690	2.595.043	52,4
Menos de 250 habitantes . .	29.174	39.881	10.707	36,7
De 250 a 499	314.297	416.972	102.675	32,7
» 500 » 749	472.011	633.519	161.508	34,2
» 750 » 999	431.661	611.698	180.037	41,7
» 1.000 » 1.499	723.977	1.013.520	289.543	40,0
» 1.500 » 1.999	622.879	903.456	280.577	45,0
» 2.000 » 2.999	750.805	1.150.981	400.176	53,3
» 3.000 » 3.999	456.921	679.489	222.565	48,7
» 4.000 » 4.999	349.557	556.763	207.206	59,3
» 5.000 » 9.999	512.677	1.018.420	505.743	101,5
» 10.000 e mais	289.685	493.991	204.306	70,5

não aparecem as irregularidades de progressão que no entanto não deixam de merecer interesse pelo que revelam.

O facto do maior aumento não pertencer à classe mais alta, não tem a importância que à primeira vista pode imaginar-se. As freguesias por onde mais se estendeu a zona urbana nas cidades de Lisboa, Porto, Funchal e Setúbal bastam para o explicar. Só nas duas primeiras cidades contam-se seis freguesias que em 1890 não atingiam os 10.000 habitantes e que em 1940 tinham mais de 20.000. Entre elas estão as de S. Sebastião da Pedreira e a de Arroios, em Lisboa, que aumentaram, respectivamente, mais de dez e sete vezes.

§ 2.º — Situação em 1940

A distribuição das freguesias de cada classe pelos distritos do País consta do quadro n.º 26.

As freguesias de mais de 10.000 habitantes são ainda menos numerosas do que as de menos de 250. As primeiras existem em doze dos vinte e dois distritos, ao passo que as segundas existem em treze, mas, tanto umas como outras, reúnem em

cinco deles mais de cinco sextas partes dos totais respectivos.

Para as maiores os cinco foram Lisboa, Porto, Faro, Setúbal e Funchal, e para as mais pequenas Braga, Bragança, Guarda, Viana do Castelo e Viseu. Distritos diferentes com características opostas — a cidade e o campo. A cidade é a mesma por todo o lado. Mas no campo há que distinguir. Embora as altas

26 — Freguesias segundo o número de habitantes, por distritos, em 1940

Distritos	Total		Freguesias segundo o número de habitantes																							
	N.º	Popula- ção	Menos de 250		De 250 a 499		De 500 a 749		De 750 a 999		De 1.000 a 1.499		De 1.500 a 1.999		De 2.000 a 2.999		De 3.000 a 3.999		De 4.000 a 4.999		De 5.000 a 9.999		De 10.000 e mais			
			N.º	Popu- lação	N.º	Popu- lação	N.º	Popu- lação	N.º	Popu- lação	N.º	Popu- lação	N.º	Popu- lação	N.º	Popu- lação	N.º	Popu- lação	N.º	Popu- lação	N.º	Popu- lação	N.º	Popu- lação		
Portugal	3 975	7.709.963	80	16.470	548	212.914	681	421.940	491	427.654	689	843.652	422	736.019	445	1.083.980	247	853.401	113	503.757	191	1.292.300	68	1.317.896		
Continente	3.791	7.173.338	78	16.050	541	209.997	674	417.473	472	410.569	657	802.526	404	704.378	404	988.333	224	774.783	109	485.421	166	1.119.775	62	1.244.033		
Aveiro	188	429.261	1	247	5	1.971	13	8.264	19	16.283	33	41.159	33	57.642	40	94.218	22	75.401	11	47.873	9	61.672	2	21.531		
Beja	91	275.434	1	113	1	423	1	742	6	5.483	11	13.720	8	14.274	26	63.585	16	54.275	8	36.034	13	86.785	..	..		
Braga	510	482.914	18	3.639	122	47.778	140	85.987	74	61.066	81	98.062	38	65.242	22	55.098	9	30.884	2	9.581	4	22.577	..	..		
Bragança	296	213.233	12	2.483	96	37.118	97	60.144	43	36.802	31	36.779	8	13.764	6	15.003	2	6.977	1	4.163	..	..	..	..		
Castelo Branco	150	299.670	..	..	1	321	19	12.543	11	10.041	46	56.896	29	50.839	15	34.521	15	54.317	6	27.145	7	40.320	1	12.727		
Coimbra	192	411.640	3	711	14	5.958	18	11.375	19	16.638	39	48.203	35	61.652	28	69.529	11	37.939	9	39.819	13	86.593	3	33.329		
Évora	92	207.952	1	202	4	1.602	12	7.502	9	7.974	13	15.320	14	23.789	14	34.631	14	48.072	6	27.567	4	27.567	1	13.726		
Faro	71	316.270	..	..	..	..	2	1.157	..	..	8	9.991	9	16.589	10	23.842	12	41.297	8	34.442	15	105.386	7	83.566		
Guarda	329	291.166	13	2.820	76	29.767	94	56.983	52	45.488	52	62.623	20	34.113	15	35.707	6	20.479	..	..	1	6.188	..	..		
Leiria	125	353.669	..	..	..	..	3	1.831	10	8.665	19	23.705	22	39.919	31	75.066	13	45.459	13	58.800	12	79.469	2	20.755		
Lisboa	168	1.063.074	..	..	2	903	6	3.839	7	5.924	26	32.662	20	36.170	24	60.815	22	75.908	16	71.333	21	148.708	24	626.812		
Portalegre	79	186.373	..	..	1	402	4	2.719	9	7.966	12	14.799	18	31.417	16	42.684	9	51.233	4	23.283	4	23.283	1	10.534		
Porto	381	936.251	1	141	34	13.187	70	44.408	57	49.907	83	101.976	40	68.660	36	87.138	18	62.008	3	13.355	25	181.735	14	313.688		
Santarém	157	421.996	..	..	3	1.201	4	2.677	18	16.188	25	30.965	24	40.998	28	69.664	28	97.650	13	58.776	12	75.300	2	28.577		
Setúbal	55	268.212	1	242	..	..	1	668	1	921	4	4.501	5	8.448	10	21.744	10	35.710	2	8.518	16	108.642	5	75.783		
Viana do Castelo	287	258.546	17	3.478	69	25.782	68	41.190	51	43.895	47	56.141	13	23.437	17	40.890	3	9.749	..	..	2	13.981	..	..		
Vila Real	258	289.114	2	342	50	19.197	59	36.494	41	35.815	47	57.109	30	51.458	22	53.677	4	14.076	..	..	3	20.946	..	..		
Viseu	362	465.563	8	1.632	63	24.377	63	38.950	45	38.513	80	97.915	38	65.967	44	107.471	10	33.495	6	26.623	5	30.620	..	..		
Ilhas adjacentes	184	536.826	2	420	7	2.917	7	4.467	19	17.085	32	42.126	18	31.641	41	95.647	23	78.818	4	18.316	25	172.525	6	73.863		
Angra do Heroísmo	42	78.109	..	..	1	446	1	731	5	4.435	12	15.353	4	7.080	13	29.810	6	20.254	..	..	..	..	..	..		
Horta	41	52.731	2	420	4	1.567	4	2.519	10	8.890	8	9.720	4	7.068	7	15.724	2	6.823	..	..	..	..	..	..		
Ponta Delgada	49	156.014	..	..	..	..	1	689	1	983	6	8.074	7	12.350	16	38.533	6	20.427	3	13.799	9	61.159	..	..		
Funchal	52	249.771	..	..	2	904	1	528	3	2.777	6	7.979	3	5.143	5	11.580	9	31.114	1	4.517	16	111.366	6	73.863		

densidades de Braga se confundam com as baixas densidades de Bragança numa grande frequência de pequenas freguesias, sempre é de ter em conta o facto dos cinco distritos referidos se situarem todos ao norte do Mondego.

Só os distritos de Angra do Heroísmo e Horta é que não tinham pelo menos uma freguesia de 4.000 ou mais habitantes. O de Bragança era o único além deles que não tinha uma freguesia com 5.000 ou mais.

Por sua vez os distritos de Faro, Leiria e Ponta Delgada eram os únicos em que não havia freguesias com menos de 500.

A classe de freguesia mais frequente é a dos 1.000 a 1.499 habitantes, cujo número atinge só por si cerca de 20 % do total das freguesias do País. É o tipo normal da freguesia portuguesa que está largamente representado em todos os distritos e a sua percentagem relativamente ao total das freguesias de cada distrito oscila entre o máximo de 30 % em Castelo Branco e o mínimo de 8 % em Setúbal. Em treze dos dezoito distritos do continente essa percentagem apenas varia entre os 20 e os 14 %. A classe relativamente menos frequente, atendendo às classes vizinhas, é a dos 750 a 999 habitantes. A razão de ser disso estará porventura em terem sido atingidos os limites do povoamento humano das pequenas freguesias rurais do Norte do País que constituem a esmagadora maioria da classe precedente (87 %).

Do exame do quadro ressalta claramente que as freguesias mais pequenas se arrumam ao Norte, deixando às regiões do Sul as maiores. Nem aí podemos ter qualquer surpresa, dadas as condições diversíssimas que do território e do clima até às próprias vicissitudes da história, cavaram as diferenças que do Noroeste atlântico à peneplanície mediterrânea do Sul consolidam a maravilhosa unidade do nosso território. Mas a oposição entre o Norte e o Sul quanto à importância demográfica das freguesias e também quanto à sua extensão (apesar desta, por carência de medições só poder ser avaliada em médias através da área dos concelhos) evidencia-se de modo particular no seguinte quadro, em que se indica o número das freguesias de mais e de menos de 3.000 habitantes existentes nas duas regiões continentais formadas pelos nove distritos mais ao Norte e pelos nove mais ao Sul.

Freguesias com :	Sul	Norte	Total
3.000 e mais habitantes.....	363	198	561
Menos de 3.000 habitantes	625	2.605	3.230
Conjunto	988	2.803	3.791

	Em o/o		
3.000 e mais habitantes.....	64,7	35,3	100
Menos de 3.000 habitantes	19,3	80,7	100
Conjunto	26,1	73,9	100

§ 3.º — Comparação com outros países

O exame da população das freguesias não ficaria completo sem um relance de olhos por sobre as condições demográficas das unidades territoriais correspondentes dos outros países afins do nosso em vizinhança geográfica, tradições e grau de civilização.

Por grande que seja a parte que possa caber ao capricho do legislador na divisão administrativa de um país, a natureza da terra e da gente é sempre a determinante fundamental para o efeito. A obra dos homens não resiste se for contra ela ou com ela não puder conciliar-se. E isto é tanto mais verdadeiro quanto

mais próximo se estiver da família e da terra. O quadro n.º 27 apresenta o número e a população de cinco grandes classes das comunas suíças, italianas, francesas e belgas, dos «ayuntamientos» espanhóis e das freguesias portuguesas em 1930. Inclui também as percentagens respectivas e as populações médias de cada classe nos vários países. Em cinco dos seis países considerados, que são precisamente os mais ocidentais do continente europeu, a classe mais numerosa é a mais pequena ou seja a das circunscrições com menos de 1.000 habitantes, enquanto a de maior peso demográfico é a das de mais de 10.000.

27 — Número e população das circunscrições administrativas comparáveis às freguesias portuguesas em vários países. Sua classificação

Classificação	Suíça (Comunas)		Itália (Comunas)		Espanha (Ayuntamientos)		França (Comunas)		Bélgica (Comunas)		Portugal 1930		Portugal 1940	
	Número de comunas	População (Residente)	Número de comunas	População (Presente)	Número de ayunta- mientos	População (Presente)	Número de comunas	População (Residente)	Número de comunas	População (Presente)	Número de fregue- sias	População	Número de fregue- sias	População
Até 1.000	2.122	842.684	838	577.119	5.186	2.487.314	31.112	11.507.711	1.151	654.263	1.900	1.104.072	1.800	1.078.978
De 1.000 a 1.999	465	644.269	1.714	2.560.159	1.690	2.366.501	4.152	5.648.588	697	924.888	1.056	1.499.212	1.111	1.579.671
» 2.000 » 4.999	305	907.050	2.904	9.252.887	1.488	4.655.153	1.896	5.620.619	508	1.619.170	711	2.128.711	805	2.441.118
» 5.000 » 9.999	63	434.621	1.178	7.960.169	574	4.018.668	445	3.024.335	169	1.182.074	169	1.145.731	191	1.292.300
» 10.000 e mais	31	1.237.776	677	20.826.337	322	10.036.231	399	16.033.670	104	3.711.609	48	948.157	68	1.317.896
Total	2.986	4.066.400	7.311	41.176.671	9.260	23.563.867	38.004	41.834.923	2.629	8.092.004	3.884	6.825.883	3.975	7.709.963
Superfície média	13,8	..	42,4	..	54,5	..	15,2	..	11,6	..	23,6	..	..	..
Em percentagem do total														
Até 1.000	71,07	20,72	11,46	1,40	56,00	10,56	81,87	27,51	43,78	8,08	48,92	16,17	45,28	14,00
De 1.000 a 1.999	15,57	15,81	23,45	6,22	18,25	10,04	10,92	13,50	26,51	11,43	27,19	21,96	27,95	20,49
» 2.000 » 4.999	10,21	22,31	39,72	22,47	16,07	19,76	4,99	13,43	19,32	20,01	18,30	31,19	20,25	31,66
» 5.000 » 9.999	2,11	10,69	16,11	19,33	6,20	17,05	1,17	7,23	6,43	14,61	4,35	16,79	4,81	16,76
» 10.000 e mais	1,04	30,44	9,26	50,58	3,48	42,59	1,05	38,33	3,96	45,87	1,24	13,89	1,71	17,09
População média por circunscrição administrativa														
Até 1.000	2.122	397	838	689	5.186	480	31.112	370	1.151	568	1.900	581	1.800	599
De 1.000 a 1.999	465	1.386	1.714	1.494	1.690	1.400	4.152	1.360	697	1.327	1.056	1.420	1.111	1.422
» 2.000 » 4.999	305	2.974	2.904	3.186	1.488	3.128	1.896	2.964	508	3.187	711	2.994	805	3.032
» 5.000 » 9.999	63	6.899	1.178	6.757	574	7.001	445	6.796	169	6.995	169	6.779	191	6.766
» 10.000 e mais	31	39.928	677	30.763	322	31.168	399	40.185	104	35.689	48	19.753	68	19.381
Total	2.986	1.362	7.311	5.632	9.260	2.545	38.004	1.101	2.629	3.078	3.884	1.757	3.975	1.940

A excepção no primeiro caso é a Itália e no segundo é Portugal. A excepção portuguesa é influenciada por motivos pertinentes à própria divisão administrativa e não tem por isso o valor que à primeira vista poderia dar-se-lhe. É que a nossa freguesia, embora na cidade exceda, mercê de várias circunstâncias, os limites do munus paroquial, nunca os perde por completo de vista, ficando assim sem poder comparar-se com as grandes comunas urbanas do estrangeiro que são uma única para cada cidade. Em Portugal a classe que compreende mais população é a dos 2.000 a 4.999.

No número de circunscrições o segundo lugar era sempre ocupado pela classe dos de 1.000 a 1.999 habitantes. Sob o ponto de vista da população, o segundo lugar na Suíça, na Itália, na Espanha e na Bélgica pertenciam à classe dos 2.000 aos 4.999. Em Portugal esse lugar era ocupado pela dos 1.000 a 1.999 e na França pela de menos de 1.000. Este caso da França é para anotar como retrato fiel da situação demográfica do País. A multiplicação das comunas pequenas e a aglomeração humana nas comunas enormes das cidades, sem quase nada de permeio, são os dois traços dominantes da paisagem em que se desenrola a crise da população francesa.

Portugal estava numa situação muito diversa. Em lugar da curva em U, característica da distribuição das comunas francesas, as freguesias portuguesas desenhavam um arco com as bases nas classes extremas e com a do meio na maior altura. A divergência entre os dois países está manifesta nesta síntese:

Freguesias ou comunas	França	Portugal
De menos de 1.000 e de 10.000 e mais hab.	65,8 %	30 %
De 1.000 a 9.999 hab.	34,2 %	70 %

Todos os outros países aparecem numa situação intermédia entre os dois extremos representados por Portugal e pela França.

O escrúpulo que se impõe a quem analisa números e que já nos fez anotar a influência do critério da divisão administrativa na excepção aberta por Portugal à primazia demográfica das freguesias maiores, impede-nos de fazer uma apreciação sobre a posição relativa dos países neste particular. Em todo o caso sempre se pode dizer que Portugal é de todos os seis países o que tinha a sua população mais equilibradamente distribuída pelas várias classes.

A população média por circunscrição varia no total entre o máximo de 5.632 na Itália e o mínimo de 1.101 na França. A primeira quase não tem comunas pequenas; a segunda, como já vimos, além das cidades quase só as tem a elas. Mesmo entre as mais pequenas a diferença dessas duas nações é notável, acusando a Itália a média máxima de 689 habitantes e a França a média mínima de 370.

A análise da variação da população das várias classes de freguesias, comunas e «ayuntamientos» remata este capítulo. É nos quadros n.ºs 28 e 29 que se contém os elementos que puderam ser obtidos para o efeito, e que se limitam, para além de Portugal, à Espanha, à França e à Suíça. Dizem respeito aos primeiros trinta anos do século.

O primeiro quadro mostra que o número total das mais pequenas divisões administrativas se manteve por assim dizer estacionário em Portugal, na Espanha e na Suíça. Apenas a França regista um aumento da ordem dos 5 %. Atendendo às várias classes, todos os países, à excepção da França, (caso evidente de divisão) diminuíram o número das de menor população e todos aumentaram os das duas mais populosas.

28 — Número de divisões administrativas

	Portugal		Espanha		França		Suíça	
	1900	1930	1900	1930	1900	1930	1900	1930
Total	3.921	3.884	9.266	9.260	36.192	38.004	3.026	2.986
Menos de 1.000	2.220	1.900	5.562	5.186	28.307	31.112	2.718	2.587
De 1.000 a 1.999	1.000	1.056	1.654	1.690	5.183	4.152		
» 2.000 » 4.999	565	711	1.378	1.488	2.086	1.896	245	305
» 5.000 » 9.999	106	169	452	574	348	445	42	63
» 10.000 e mais	30	48	220	322	268	399	21	31

A França foi o único que diminuiu o número das comunas da classe dos 2.000 a 4.999. Portugal foi de todos os quatro países o que mais diminuiu na classe mínima e mais aumentou nas restantes.

Os números de Portugal para 1940 mostram ter continuado a diminuir o número das freguesias mais pequenas e a aumentar o das restantes, proporcionalmente à sua importância.

Tendo em conta a população, (quadro n.º 29) verifica-se que entre 1900 e 1930 todos os países diminuíram a das circunscrições de menos de 1.000 habitantes e que todos eles aumentaram a das restantes, à excepção da França que também diminuiu a população nas circunscrições de 1.000 a 1.999 e de 2.000 a 4.999 habitantes. O aumento foi sempre proporcional à importância das freguesias ou comunas.

A posição de Portugal avulta melhor através do agrupamento das duas classes menos populosas (ver última linha do quadro n.º 29): é de todos os quatro países o que menos diminuiu no conjunto dessas duas classes e o que mais aumenta nas restantes e no total destas.

As alterações verificadas de 1930 para 1940 em Portugal, sob o ponto de vista da população, revelam ter-se atenuado no último decénio a diminuição dos efectivos demográficos das freguesias mais pequenas. O que não impediu que se tivesse acentuado e muito o progresso populacional das maiores.

29 — População das circunscrições administrativas

	Portugal		Espanha		França		Suíça	
	1900	1930	1900	1930	1900	1930	1900	1930
Total	5.423.132	6.825.883	18.594.405	23.563.867	38.961.945	41.834.923	3.315.443	4.066.400
Menos de 1.000	1.239.286	1.104.072	2.763.145	2.487.314	11.910.279	11.507.711	1.569.787	1.486.953
De 1.000 a 1.999	1.403.418	1.499.212	2.362.188	2.366.501	7.150.444	5.618.588		
» 2.000 » 4.999	1.649.953	2.128.711	4.313.197	4.655.153	6.129.782	5.620.619	730.551	907.050
» 5.000 » 9.999	678.030	1.145.731	3.143.699	4.018.668	2.405.023	3.024.335	286.720	434.621
» 10.000 e mais	452.445	918.157	5.982.176	10.036.231	11.366.417	16.033.670	728.385	1.237.776
De 5.000 e mais	1.130.475	2.093.888	9.125.875	14.051.899	13.771.440	19.085.005	1.015.105	1.672.397

Capítulo III

Densidade

§ 1.º — No total do País. No continente e nas ilhas

As condições em que evoluiu a densidade do País e das suas duas grandes divisões geográficas desde 1890 a 1940 constam do quadro n.º 30. No espaço desses cinquenta anos o número médio de habitantes por Km.² de superfície aumentou de 55 para 48. O maior aumento foi o do último decénio e o menor foi o do intervalo intercensuário 11-20.

30 — Densidade nos seis últimos censos

Censos	Densidade			Números índices		
	Portugal	Conti- nente	Ilhas	Portugal	Conti- nente	Ilhas
1890	55,1	52,6	125,6	100	100	100
1900	59,1	56,6	131,2	107,3	107,6	101,5
1911	65,0	62,6	132,9	118,0	119,0	105,8
1920	65,8	63,4	132,5	119,4	120,5	105,5
1930	74,4	71,8	150,1	135,0	136,5	119,5
1940	81,2	81,1	173,1	152,8	154,2	137,8
1890 - 1940	67,3	64,7	140,9			

O aumento da densidade do continente foi muito superior ao das ilhas. Estas últimas chegaram mesmo a acusar uma diminuição de densidade no tantas vezes citado período 11-20.

Os números índices que ilustram o quadro revelam a importância e o valor relativo das variações da densidade que, como não podia deixar de ser, são equivalentes às variações da população de facto já observadas e comentadas atrás.

a) Comparação com outros países. — Situemos agora as variações da densidade da nossa população entre as variações das densidades das populações alheias mais comparáveis com a nossa. Para tanto encontramos no quadro n.º 31 as densidades dos anos censuários de 1890 a 1930 dos seis países da Europa ocidental escolhidos para comparação, acompanhados dos números índices das suas variações. Só para a Espanha é que foi possível obter os números relativos a 1940.

Em 1890, tal como em 1930, nessa lista de países Portugal era o penúltimo na ordem das densidades, tendo apenas a Espanha depois dele. Mas nesse ano já se havia atingido praticamente a densidade da França e tudo leva a crer que em 1940 ela já tivesse sido ultrapassada.

A diferença entre Portugal e Espanha, que se acentuou nos dois primeiros períodos, tornou a aumentar no último.

Na ordem dos aumentos e para o total do meio século, Portugal colocou-se em quarto lugar com a Itália, a Suíça e o Reino Unido à sua frente. Porém, no decénio 21-30 o maior aumento foi o nosso e é possível que assim tivesse acontecido também no último. Há razões suficientes próprias e alheias para o presumir.

31 — Áreas, população e densidade de vários países nos cinco últimos censos

Países	Áreas Km ²	População					Densidade						Números índices					
		1890	1900	1911	1920	1930	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Espanha	504.326	17.560.352	18.594.405	19.927.150	21.303.162	23.563.867	34,8	36,9	39,5	42,2	46,7	51,3	100	105,9	113,5	121,3	134,2	147,4
França	550.985,56	38.133.385	38.450.788	39.192.133	38.797.540	41.228.466	69,2	69,8	71,1	70,4	74,8	..	100	100,9	102,7	101,7	103,1	..
Itália	310.190	28.459.628	32.475.253	34.671.377	37.973.977	41.176.671	91,7	101,7	111,8	122,4	132,7	..	100	114,2	121,9	133,5	144,7	..
Bélgica	30.506	6.069.321	6.693.548	7.423.784	7.465.782	8.092.004	199,0	219,4	243,4	244,7	265,3	..	100	110,3	122,3	123,0	133,3	..
Suíça	41.294,9	2.933.334	3.325.023	3.765.123	3.886.090	4.077.099	71,0	80,5	91,2	94,1	98,7	..	100	113,4	128,5	132,5	139,0	..
Reino Unido (a)	229.909,3	33.028.172	36.999.946	40.831.396	42.769.196	44.794.931	143,7	161,0	177,6	186,0	194,8	..	100	112,0	123,6	129,4	135,6	..
Portugal (b)	91.721,10	5.049.729	5.423.132	5.960.056	6.032.991	6.825.883	55,1	59,1	65,0	65,8	74,4	84,2	100	107,3	118,0	119,4	135,0	152,8

a) Inglaterra, Escócia e Gales. b) Continente e ilhas adjacentes.

§ 2.º — Nas províncias e distritos

É muito diversa, tradicionalmente diversa, a densidade do povoamento humano das várias regiões do País.

Desde há séculos que essa diversidade, quase podendo dizer-se oposição, preocupa os técnicos da agricultura e da economia, constitui problema ou pretexto para os políticos e serve de motivo aos literatos.

Num quarto do território concentra-se mais de metade da população do País, enquanto o resto se espalha, dispersa, entre ermos ou aglomerada em povoações distantes, pelos outros três quartos.

Essa diferença ressalta do quadro n.º 32, que contém as densidades das províncias e dos distritos para os anos censuários desde 1890 a 1940. As densidades médias para o total do País, para o continente e para as ilhas servem de padrão para as discrepâncias.

Em 1890 as províncias actuais que tinham uma densidade superior à média do País eram sete, apresentando em conjunto uma densidade de 122,2 contra uma densidade de 30,7 acusada pelas outras seis.

As posições extremas eram as de 200,6 (Douro Litoral) e 13,9 (Baixo Alentejo).

Com as oscilações várias que correspondem, como é óbvio, às oscilações da variação da população de facto, as densidades

das províncias foram-se modificando até atingirem em 1940 a situação que se exprime por seis províncias acima da média, com uma densidade total de 217,5, e sete abaixo com uma densidade de 48,7. A diferença entre os extremos subira entretanto para 310,5 entre o máximo de 336,3 e o mínimo de 25,8. Quer isto dizer, portanto, que, embora as densidades menores tivessem aumentado em proporções semelhantes às verificadas para as densidades maiores, (só a Estremadura é que registou aumento superior ao do Baixo Alentejo), o desequilíbrio nas condições de povoamento das províncias não diminuiu e até se acentuou ligeiramente.

O panorama dos distritos completa e corrige o das províncias. Unidades territoriais mais pequenas eles cingem-se melhor às condições locais e, por isso, são mais precisos no que indicam.

Em 1890 eram treze, entre os vinte e dois actuais, os distritos que tinham uma densidade superior à média do País. Logo em 1900 estavam reduzidos a doze e a partir de 1920 passaram a ser onze. Os que ficaram para trás foram: primeiro, o de Vila Real, por deficiência de aumento, e depois, o da Horta, por diminuição.

Os extremos situavam-se em 239,5 (Porto) e 15,3 (Beja). O máximo aumenta relativamente às províncias, mas o mínimo sobe também. Não pode estranhar-se uma coisa nem outra,

32 — Densidades

Províncias e distritos	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Portugal	55,1	59,1	65,0	65,8	74,4	84,2
Continente	52,6	56,6	62,6	63,4	71,8	81,1
Algarve	45,1	50,3	53,8	52,9	59,3	62,6
Alto Alentejo	17,9	19,3	22,0	22,7	26,2	29,7
Baixo Alentejo	13,9	14,6	17,3	18,1	22,2	25,8
Beira Alta	59,0	61,1	63,4	60,9	64,0	69,5
Beira Baixa	30,6	32,5	36,1	35,9	39,8	44,6
Beira Litoral	83,0	88,0	96,1	97,4	108,2	119,1
Douro Litoral	200,6	218,6	247,2	255,3	292,0	336,3
Estremadura	120,9	140,2	167,1	183,4	221,3	258,1
Minho	112,8	118,3	126,0	121,5	135,4	153,2
Ribatejo	34,8	38,6	44,8	45,6	52,4	58,6
Trás-os-Montes e Alto Douro	41,7	42,9	43,8	40,7	44,0	50,0
Açores	110,9	111,2	105,3	100,7	110,2	124,5
Madeira	168,2	188,9	213,0	224,6	265,5	313,8
Aveiro	106,1	111,9	124,0	126,8	140,9	158,7
Beja	15,3	15,9	18,7	19,5	23,4	26,8
Braga	123,9	130,8	140,0	137,8	151,9	176,9
Bragança	27,5	28,3	29,3	26,0	28,3	32,6
Castelo Branco	30,6	32,3	36,0	35,7	39,6	44,7
Coimbra	80,4	81,0	90,9	89,3	98,0	104,1
Évora	16,2	17,3	20,1	20,7	24,5	28,1
Faro	45,1	50,3	53,8	52,9	59,3	62,6
Guarda	45,2	47,6	49,4	46,6	48,7	53,5
Leiria	62,7	69,5	76,5	81,3	91,6	103,0
Lisboa	180,5	208,3	219,5	271,7	330,0	390,0
Portalegre	18,5	20,3	23,1	24,0	27,1	30,4
Porto	239,5	262,2	298,1	308,0	355,1	411,2
Santarém	38,1	42,3	48,7	49,6	56,6	63,1
Setúbal	22,6	26,9	32,7	36,7	45,8	52,7
Viana do Castelo	98,4	102,1	107,8	107,2	114,0	122,7
Vila Real	56,0	57,1	57,9	55,6	59,9	68,2
Viseu	78,1	80,3	83,2	80,9	86,2	93,0
Ilhas adjacentes	125,6	131,2	132,9	132,5	150,1	173,1
Angra do Heroísmo	103,8	105,5	100,6	96,7	101,4	112,4
Horta	76,6	72,2	65,4	60,8	64,3	68,9
Ponta Delgada	147,8	151,4	145,2	140,1	159,1	181,9
Funchal	168,2	188,9	213,0	224,6	265,5	313,8

33 — Números índices da variação das densidades

Províncias e distritos	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Portugal	100	107,3	118,0	119,4	135,0	152,8
Continente	100	107,6	119,0	120,5	136,5	154,2
Algarve	100	111,5	119,3	117,3	131,5	138,8
Alto Alentejo	100	107,8	122,9	126,8	146,4	165,9
Baixo Alentejo	100	105,0	124,5	130,2	159,7	185,6
Beira Alta	100	105,2	118,0	117,3	130,1	145,8
Beira Baixa	100	106,0	115,8	117,3	130,4	143,5
Beira Litoral	100	109,0	123,2	127,3	145,6	167,6
Douro Litoral	100	116,0	138,2	151,7	183,0	213,5
Estremadura	100	104,9	111,7	110,4	120,0	135,8
Minho	100	110,9	128,7	131,0	150,6	168,4
Ribatejo	100	102,9	105,0	97,6	105,8	119,9
Trás-os-Montes e Alto Douro	100	100,3	95,0	90,8	99,4	112,3
Açores	100	112,3	126,6	133,5	157,8	186,6
Madeira	100	105,5	116,9	119,5	132,8	149,6
Aveiro	100	103,9	122,2	127,5	152,9	175,2
Beja	100	105,6	113,0	111,2	122,6	142,8
Braga	100	102,9	106,5	94,5	102,9	118,5
Bragança	100	105,6	117,6	116,7	129,4	146,1
Castelo Branco	100	104,5	113,1	111,1	121,9	129,5
Coimbra	100	106,8	121,1	127,8	151,2	173,5
Évora	100	111,5	119,3	117,3	131,5	138,8
Faro	100	105,3	109,3	103,1	107,7	118,4
Guarda	100	110,8	122,0	129,7	116,1	164,3
Leiria	100	115,4	138,2	150,5	182,8	216,1
Lisboa	100	109,7	124,9	129,7	146,5	164,3
Portalegre	100	109,5	124,5	128,6	148,3	171,7
Porto	100	111,0	127,8	130,2	148,6	165,6
Santarém	100	119,0	144,7	162,4	202,7	233,2
Setúbal	100	103,8	109,6	108,9	115,9	124,7
Viana do Castelo	100	102,0	103,4	99,3	107,0	121,8
Vila Real	100	102,8	106,5	103,6	110,4	119,1
Viscu	100	104,5	105,8	105,5	119,5	137,8
Ilhas adjacentes	100	104,5	105,8	105,5	119,5	137,8
Angra do Heroísmo	100	101,6	96,9	93,2	97,7	108,3
Horta	100	94,1	85,3	79,3	83,8	89,8
Ponta Delgada	100	102,4	98,2	94,8	107,6	125,1
Funchal	100	112,3	126,6	133,5	157,8	186,6

embora haja lugar para sublinhar o acerto com que se estabeleceram os limites da nossa província do Baixo Alentejo.

A densidade do conjunto dos distritos que a tinham superior à média era em 1890 de 117,1 contra 28,8 nos outros. Em 1940 essas densidades eram, respectivamente, 197,3 e 48,3.

Foram assim os distritos menos densos de população os que proporcionalmente aumentaram mais a sua densidade. Este facto, favorável e confortante sob o ponto de vista demográfico, está em oposição com o verificado quanto às províncias. Essa oposição mede a distância que separa as províncias dos distritos na definição do condicionalismo regional, pelo menos no que diz respeito às condições de povoamento humano. À parte o caso referido do Baixo Alentejo e o de Trás-os-Montes e Alto Douro, todas as outras províncias aparecem menos expressivas que os distritos.

As razões estão patentes nas diferenças reveladas entre os distritos da mesma província: Braga e Viana do Castelo, Vila Real e Bragança, e Viseu e Guarda. Também é para relevar a diferença entre Ponta Delgada e Horta, nos Açores.

Os números índices das variações da densidade por províncias e distritos (quadro n.º 33) comprovam quanto se disse.

§ 3.º — Nos concelhos do continente e em cada ilha, nos vários censos

a) Nos concelhos. — As diferenças da densidade do povoamento humano nas várias regiões do País que já foram acentuadas nas alíneas anteriores avultam particularmente nos concelhos.

À medida que se restringe a área considerada, ganham relevo as características locais e as particularidades que a extensão suaviza ou diminui. Vimos as diferenças aumentarem pela fuga recíproca dos extremos, quando depois das grandes divisões geográficas considerámos as províncias. Vimo-las aumentar de novo quando depois das províncias passámos a ter em conta os distritos. Agora veremos como entre os concelhos essas diferenças crescem, precisando melhor, pelo aumento dos contrastes e rigor de localização, a forma como se distribui a gente no território.

Por outro lado, mais cingidos à terra, aos contornos do terreno, ao monte ou ao vale, à planície, ao mar ou ao rio, à fertilidade ou aridez do solo, às vizinhanças, às estradas ou caminhos de ferro, os concelhos assumem um interesse fundamental para o estudo deste aspecto da demografia portuguesa. Pode, é certo, a sua superfície por vezes ser grande de mais para a certeza duma conclusão, mas a verdade é que nem por isso os concelhos deixam de constituir as divisões mínimas de que se conhece a superfície na generalidade (ao menos para o continente) e de serem por isso as únicas utilizáveis para as averiguações das influências de carácter local.

É por todas estas e tão suficientes razões que nos vamos alongar agora no exame da evolução das densidades dos 272 concelhos do continente durante os cinquenta anos.

O facto de não estar apurada a superfície dos concelhos insulares, impede que se estenda a eles esse exame, cuja falta, no entanto, se procurará remediar pela observação das densidades de cada ilha. Importa lembrar que as ilhas de Santa

Das províncias foram a Estremadura, o Baixo Alentejo, a Madeira e o Ribatejo as que mais subiram a sua densidade, enquanto as menores subidas pertenceram, por ordem crescente, aos Açores, a Trás-os-Montes e Alto Douro, ao Minho e ao Algarve.

Dos distritos é o de Setúbal que aparece em primeiro lugar na escala dos aumentos seguido por Lisboa, Funchal, Beja, Évora e Porto. Se em Setúbal é também o Norte do distrito, com os concelhos do Barreiro e Almada, a Outra-Banda de Lisboa (já vimos e tornaremos a ver que não é só isso), os distritos de Beja e Évora são nesse lugar um indício de que prossegue a ocupação e o aproveitamento da terra portuguesa.

Eram esses em 1890 os distritos infrapovoados e continuavam a sê-lo em 1940. No entanto, o progresso feito nos últimos 50 anos foi muito grande. Resta apenas saber a forma como se operou para ajuizar plenamente do seu significado. Iremos ver no desenvolvimento deste capítulo aonde se estabeleceu a gente nova que para lá seguiu ou lá se criou. Importará saber se ela foi ocupar a terra, fecundá-la com o seu esforço e valorizá-la com a sua presença ou se, ao contrário, ficou aglomerada nos centros urbanos.

Maria, Graciosa e Corvo, nos Açores, e de Porto Santo, na Madeira, constituem cada uma apenas um concelho.

Mas vamos aos concelhos do continente. As suas densidades em cada um dos recenseamentos constam do quadro n.º 34. Todas elas, por elementar preocupação de acerto, são referidas às áreas dos concelhos em 1940. Para tanto fizeram-se as necessárias rectificações que foram mais difíceis de averiguar que de executar.

No quadro n.º 34 os concelhos vão apresentados por ordem alfabética dentro de cada um dos distritos, seriando-se estes do mesmo modo. Qualquer outro ordenamento não se afigurou indicado. O tamanho da lista, longa de 272 rubricas a seis colunas, não permite uma análise directa. Esta terá que ser feita sobre os cartogramas (n.ºs 10 a 15) que exprimem as densidades em cada um dos anos censuários.

1890. — O concelho mais denso era o do Porto. Lisboa ainda então vinha depois. O terceiro era o de S. João da Madeira e os outros que se lhe seguiam eram todos ao Norte, na mesma região, quando não contíguos. Pela ordem de densidade: Murtosa, Espinho, Braga, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Mesão Frio (todos com mais de 300) e Póvoa de Varzim (mais de 250).

Os concelhos com uma densidade superior a 100 e inferior a 250 habitantes por Km.² eram 58, dos quais 37 acumulavam-se ao extremo Noroeste num grande triângulo com a base na linha da costa entre Caminha e Ílhavo e o vértice em Peso da Régua, a que apenas faziam excepção os concelhos das serras de Freita, Arestal e Montemuro. Essa grande mancha tinha por centro a região do Porto e abrangia dentro da sua área todos os concelhos de maior densidade, à excepção de Lisboa. Dos vinte e um restantes, dois (Valença e Monção) ficavam isolados no Alto Minho; quatro (Viseu, Carregal do Sal, Nelas e Oliveira do

Hospital) eram na Beira Alta; três (Coimbra, Figueira da Foz e Pedrógão Grande) na actual Beira Litoral; um (Alpiarça) no Ribatejo; oito na Estremadura (Peniche, Sobral de Monte Agraço, Loures, Oeiras, Almada, Barreiro, Moita e Setúbal) e três (Lagos, Olhão e Vila Real de Santo António) no Algarve.

Só na Beira Alta e na Estremadura é que esses concelhos formavam grupos. Na primeira todos os quatro concelhos faziam parte de um único grupo. Na segunda o grupo era apenas formado por dois concelhos (Oeiras e Loures, junto de Lisboa) ou por cinco (mais os de Almada, Barreiro e Moita) no caso de se abstrair da separação do Tejo.

Os concelhos com mais de 50 e menos de 100 habitantes por Km.² eram oitenta e sete. Contavam-se entre eles todos os restantes concelhos dos distritos de Viana do Castelo e de Braga, com excepção para este último do de Terras do Bouro, os três outros concelhos do distrito de Vila Real mais próximos do Douro e o de Chaves, ao Norte. Mas era ao sul do Douro, e mais precisamente entre este rio e o Tejo, que os concelhos desta densidade mais abundavam e constituíam maioria. Abrangiam, com raras excepções, todos os compreendidos entre a costa e a linha constituída pelo curso do rio Távora, pelos limites dos concelhos do curso superior do Mondego e depois pelos cursos do Zêzere e do Tejo até ao mar.

As excepções diziam respeito aos concelhos de densidades superiores que já foram referidos e a onze de densidade inferior (Vila Nova de Paiva, Mortágua, Manteigas, Pampilhosa da Serra, Góis, Figueiró dos Vinhos, Pombal, Marinha Grande, Porto de Mós, Rio Maior e Azambuja).

Fora desta grande zona só existiam, entre o Douro e o Tejo, com a mesma densidade os concelhos de Penedono e Sardoal.

Ao sul do Tejo eram ao todo seis, dos quais dois junto a Lisboa (Alcochete e Seixal) e quatro no Algarve, repartidos em dois pares, anexos aos concelhos de alta densidade de Lagoa e Olhão.

Os concelhos da classe imediata (mais de 25 e menos de 50 por Km.²) eram todos os outros ao norte do Douro, à excepção dos quatro concelhos a leste do rio Sabor (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro); entre o Douro e o Tejo eram além dos onze que já foram referidos, mais os nove seguintes: Sabugal (distrito da Guarda), Castelo Branco, Fundão, Belmonte, Sertã e Vila de Rei (distrito de Castelo Branco), Mação, Abrantes e Constância (distrito de Santarém).

Ao sul do Tejo pertenciam a este grupo, além dos concelhos de Sesimbra e Almeirim, os dez de mais alta densidade do Alentejo, que formavam três grupos distintos: o primeiro era constituído pelos três concelhos de Portalegre, Castelo de Vide e Marvão; o segundo compreendia os cinco concelhos de Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Elvas e Campo Maior; e o terceiro limitava-se aos de Cuba e Vidigueira. Três grupos, três regiões e predominantemente três serras, as únicas do interior alentejano (S. Mamede, Ossa e Mendro).

No Algarve pertenciam a essa classe os concelhos de Monchique, Silves, Albufeira, Loulé, Tavira e Castro Marim.

Densidades inferiores a 25 por Km.² só existiam ao norte do Douro nos quatro já referidos concelhos a leste do Sabor e entre o Douro e o Tejo em seis concelhos da Beira Baixa e dos distritos de Castelo Branco (Oleiros, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Penamacor e Idanha-a-Nova) e Guarda (Sabugal).

Ao sul do Tejo essas densidades eram a desoladora regra geral, mar que se estendia desde as terras ribatejanas e estremenhas que entestavam com os concelhos de densidades superiores, já referidos, até aos de Alcútem, Aljezur e Vila do Bispo em pleno Algarve. De fora apenas ficavam como ilhas os grupos que foram descritos.

1900. — As diferenças para o ano censuário anterior registaram-se no concelho da Maia, que passou a ter uma densidade superior a 250 habitantes por Km.²; nos concelhos de Vila Real, Mangualde, Torres Novas, Bombarral, Cascais e Faro que passaram à classe imediata (mais de 100); nos concelhos de Fundão, Figueiró dos Vinhos, Pombal, Albufeira e Loulé, que registaram mais de 50; e por último nos do Sabugal, Proença-a-Nova, Salvaterra de Magos, Montijo e Vila do Bispo.

Foram estas as únicas modificações que corresponderam ao escasso aumento de quatro habitantes na densidade média do País nesse intervalo censuário.

Os concelhos de Lisboa e Porto aumentaram apreciavelmente as suas densidades, mas o do Porto ainda continuava em primeiro lugar.

1911. — Acentuam-se os aumentos da densidade dos concelhos de Lisboa e do Porto e é neste período que a do primeiro suplanta a do segundo. É um dos passos decisivos do progresso do urbanismo em Portugal. Os três concelhos que ascendem à classe superior dos de mais de 250 por Km.² (Gondomar, Oeiras e Barreiro) são, por sua vez, como suburbanos das duas grandes cidades, mais um sintoma a anotar.

As outras modificações deste período foram as seguintes: ascenderam a uma densidade entre 100 e 250 por Km.² os concelhos de Paredes de Coura, Santa Comba Dão, Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo, Tomar, Golegã, Nazaré, Cartaxo e Seixal. O primeiro veio estabelecer a ligação entre os concelhos mais densos de Valença e Monção e a grande zona dos concelhos de igual densidade. E todos os outros, à excepção do Cartaxo e Nazaré, foram o alargamento de zonas mais densas.

Passaram a ter mais de 50 e menos de 100 habitantes por Km.² os concelhos de Belmonte, Sertã, Marinha Grande, Porto de Mós, Azambuja e Sesimbra. Os concelhos que subiram da última para a penúltima classe foram sete, dos quais um, o de Vimioso, em Trás-os-Montes e Alto Douro e seis ao sul do Tejo (Nisa, Sousel, Palmela, Sines, Aljustrel e Beja). Todos eles, à excepção de Sines, eram vizinhos de outros que já tinham densidades iguais ou superiores.

1920. — Termo do período trágico já tantas vezes assinalado, o ano de 1920 acusou no seu recenseamento reduções na densidade de muitos concelhos. Foram ao todo 128 os que as sofreram.

Porém, só num pequeno número de casos é que essas reduções atingem os limites da classificação seguida no nosso exame. As descidas de classe limitaram-se às seguintes: da segunda para a terceira os concelhos de Vila Real, Mangualde, Montemor-o-Velho e Miranda do Corvo; da terceira para a quarta Penedono, Azambuja e Golegã; da quarta para a quinta Vimioso. Estes, como se disse, excederam os limites da classificação, mas nem sequer foram os que diminuíram mais a densidade, como pode ver-se no quadro n.º 35.

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

1890

Densidades nos concelhos

Legenda

Por Km.²

De 250 e mais habit.

> 249 & 100 >

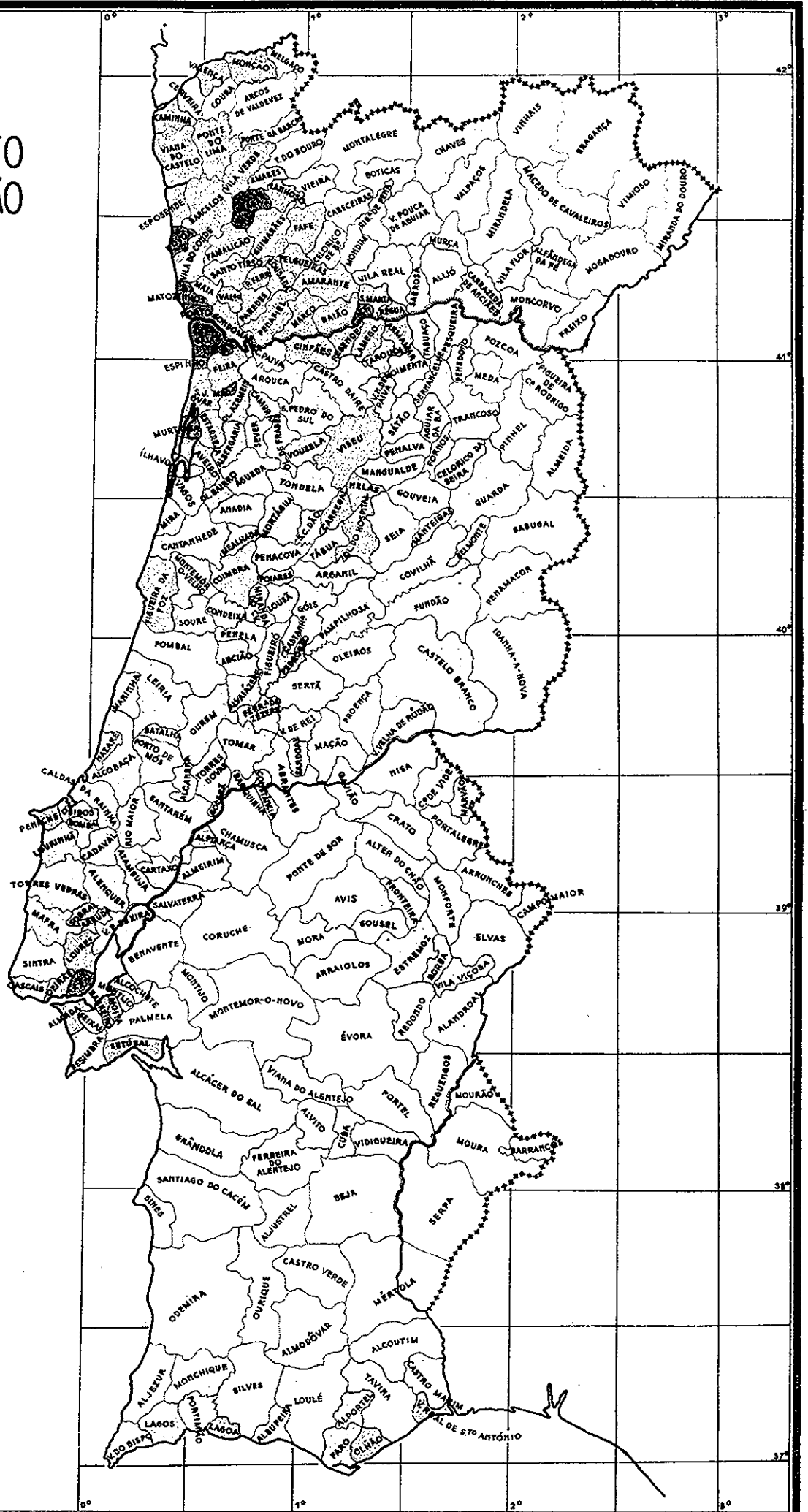
> 99 & 50 >

> 49 & 25 >

> menos de 25 >

ESCALA

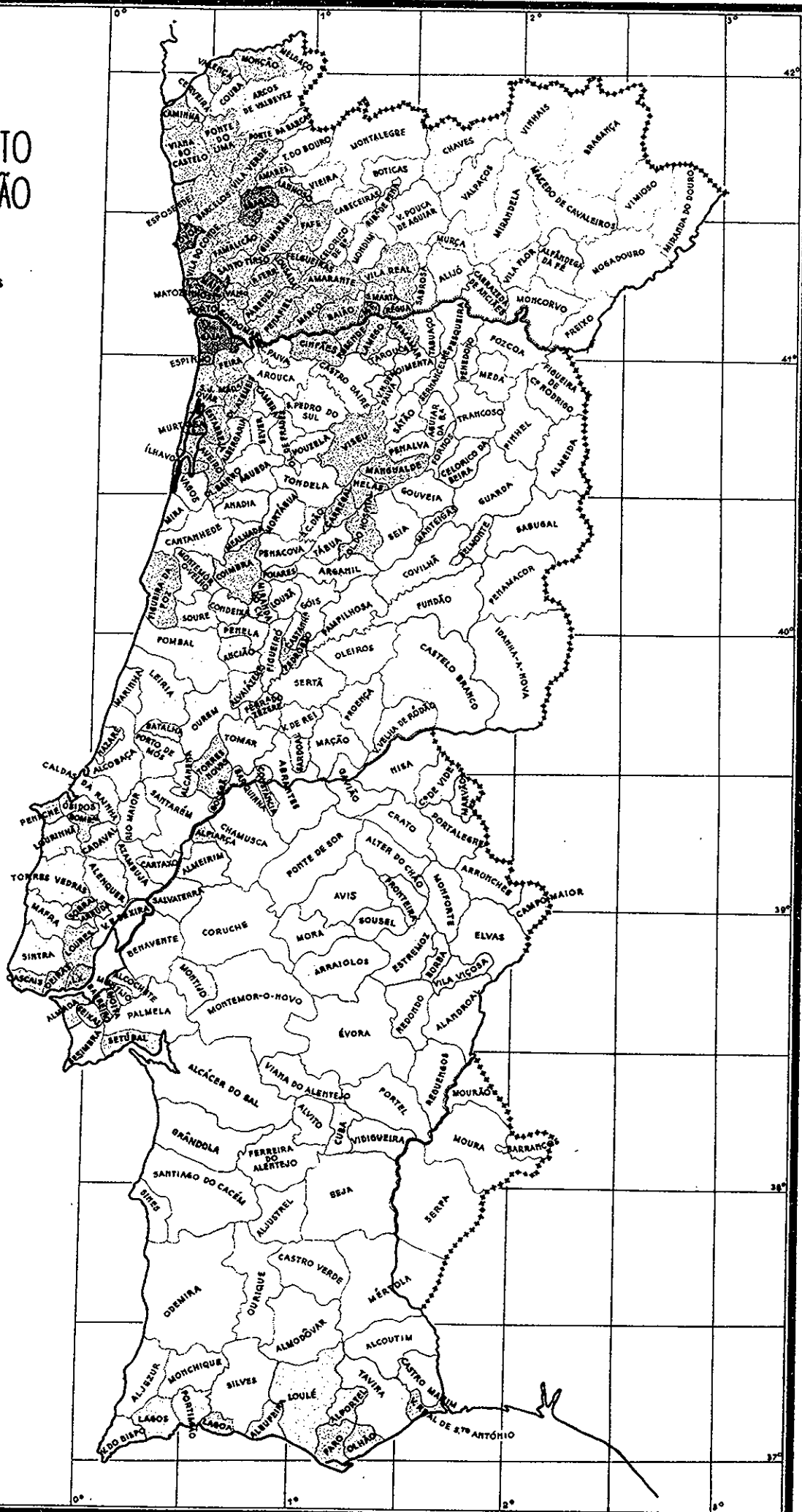
0 15 30 45 60 Km.



VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

1900

Densidades nos concelhos



Legenda

Por Km.2

De 250 e mais habil.	
> 249 a 100	
> 99 > 50	
> 49 > 25	
> menos de 25	

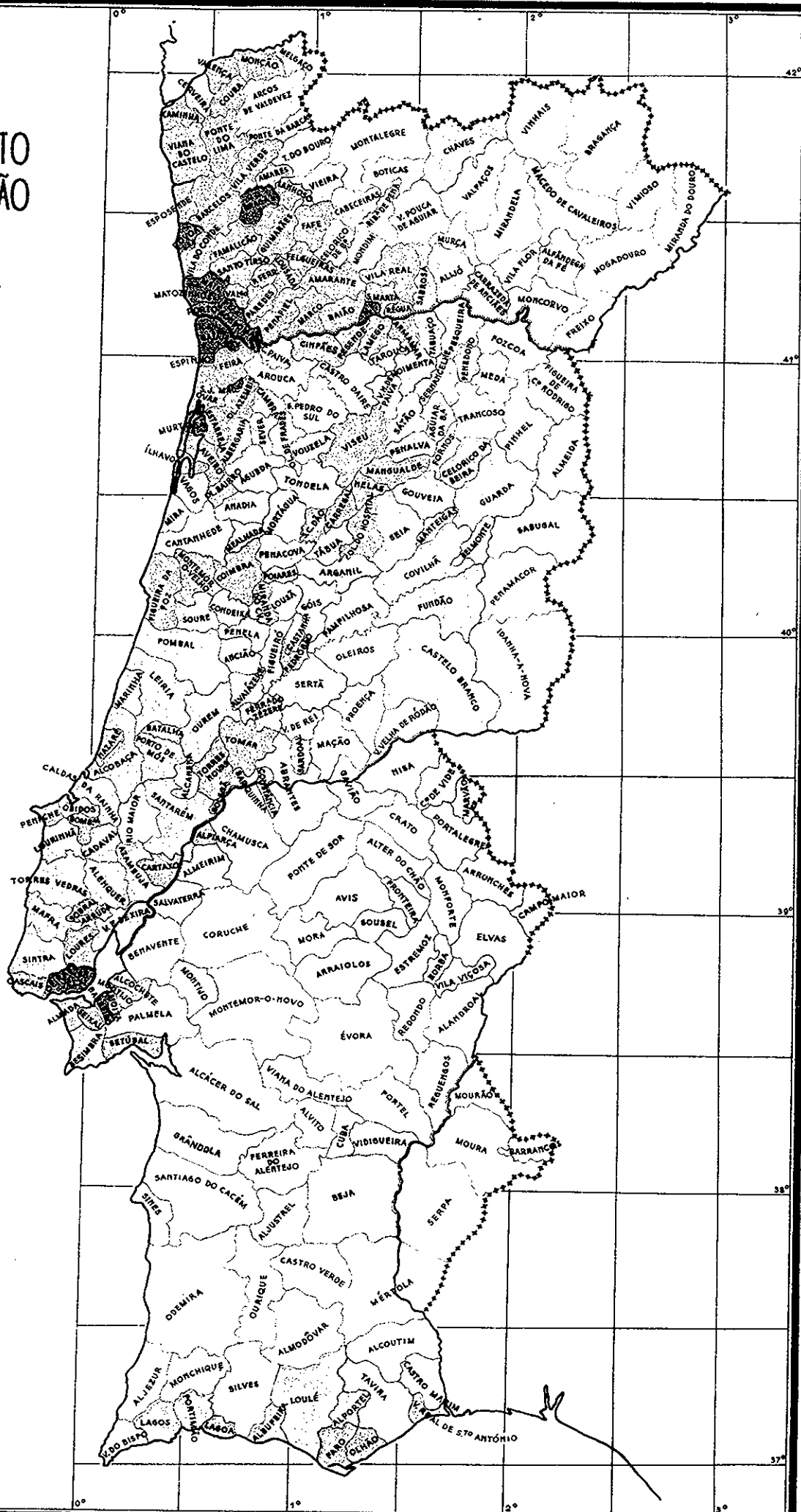
ESCALA

0 15 30 45 60 Km.

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

1911

Densidades nos concelhos



Legenda

Por Km.²

De 250 e mais habil.

> 249 e 100 >

> 99 > 50 >

> 49 > 25 >

> menos de 25 >

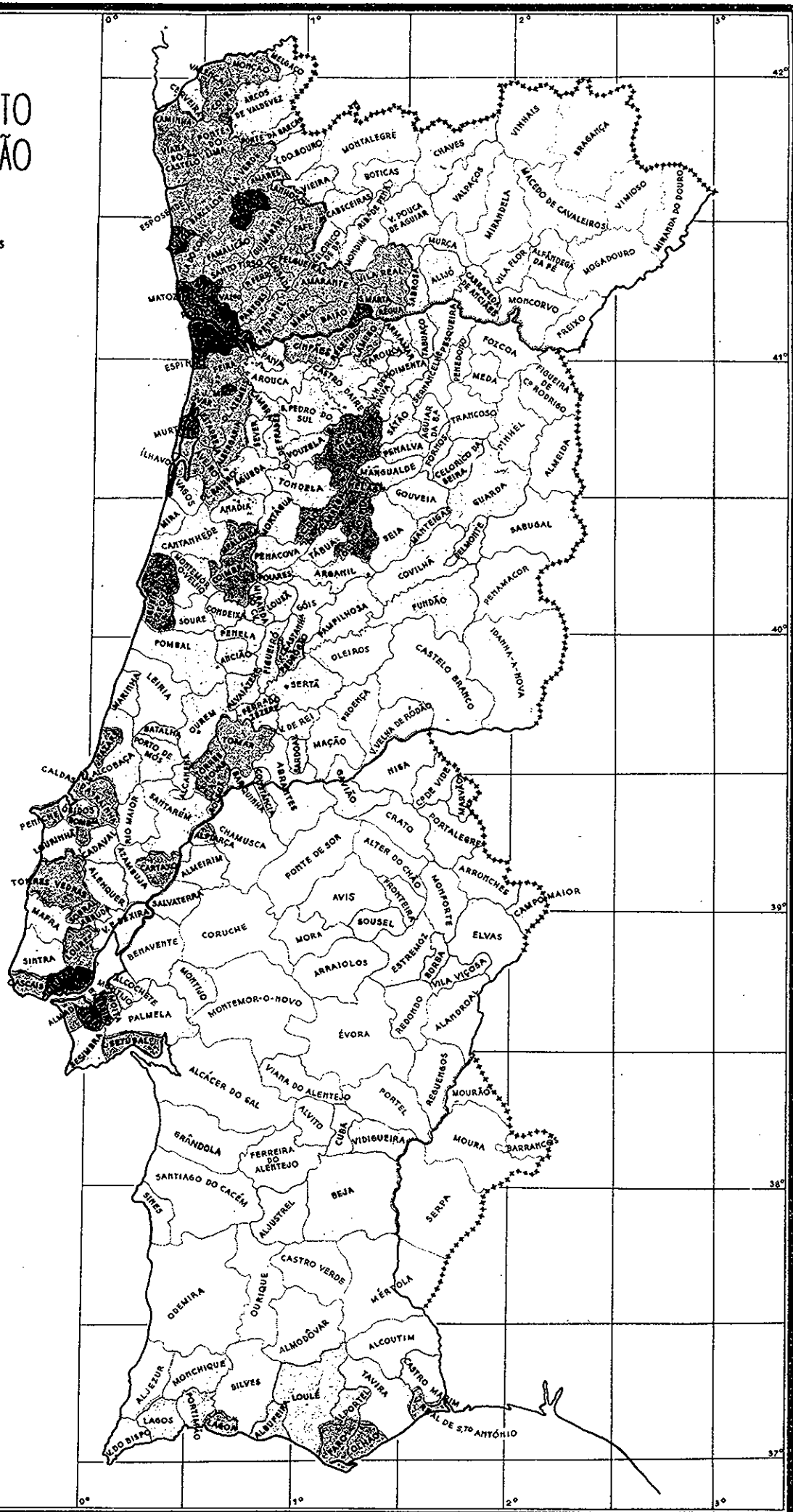
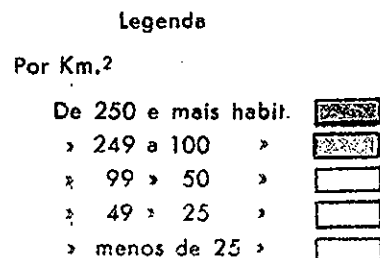
ESCALA

0 15 30 45 60 Km.

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

1920

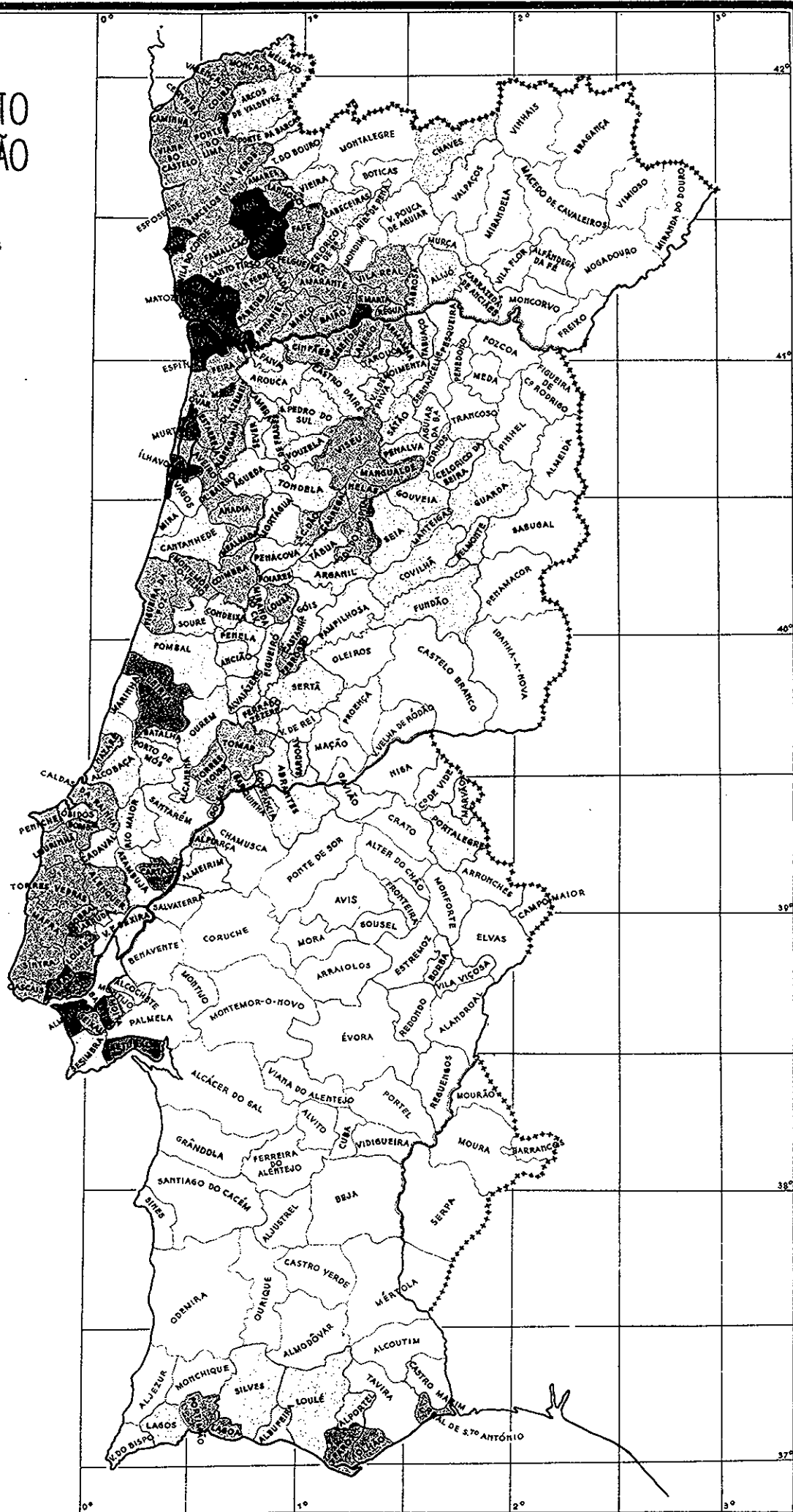
Densidades nos concelhos



VIII RECENSEAMENTO
GERAL DA POPULAÇÃO

1930

Densidades nos concelhos



Legenda

Por Km.2

De 250 e mais habit.

> 249 a 100 >

» 99 » 50 »

• 49 • 25 •

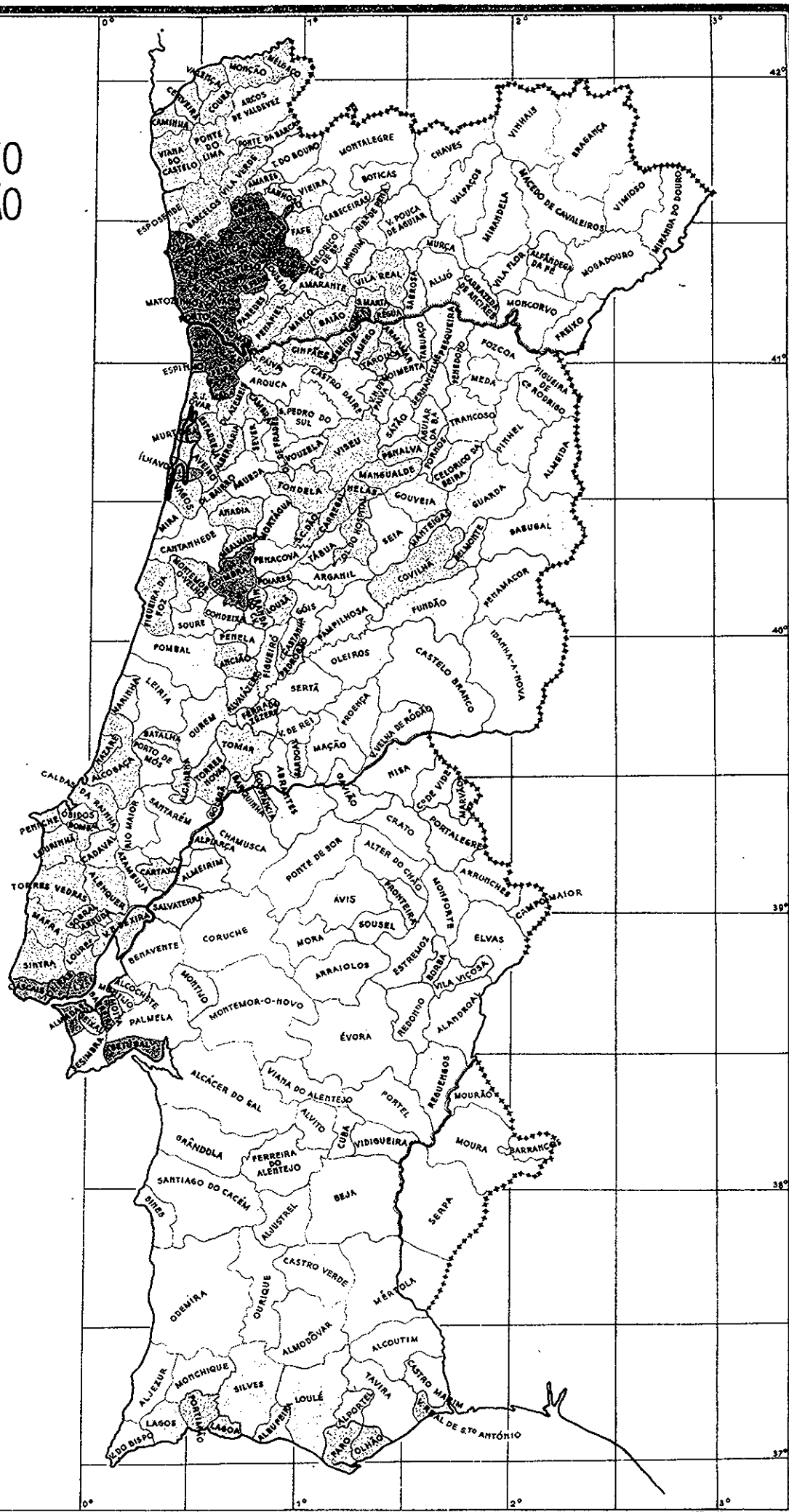
➤ menos de 25 ➤

ESCALA

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

1940

Densidades nos concelhos



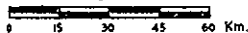
Legenda

Por Km.²

- De 250 e mais habit
- » 249 » 100 »
- » 99 » 50 »
- » 49 » 25 »
- » menos de 25 »



ESCALA



Apesar deste panorama desolador, nem por isso a população deixou de adensar-se noutros concelhos.

Entre todos, o de Lisboa, com um aumento de cerca de 15 %, é mais um testemunho da anormalidade do período. O do Porto também lhe segue as pisadas com mais 5 %. Os restantes que aumentaram a densidade somaram 141.

Deles, porém, só franquearam os mínimos das classes superiores à que pertenciam os concelhos de Caldas da Rainha e Torres Vedras (ambos da terceira para a segunda), Borba (da quarta para a terceira) e Gavião (da quinta para a quarta).

1930. — Cabe neste lugar tudo quanto ficou dito acerca do significado deste decénio no movimento demográfico do País. Mais uma vez, e desta a propósito da densidade, ele vai aqui aparecer como período reparador dos desastres do precedente e como início duma vida nova para a população portuguesa.

Foram ao todo 262 os concelhos que aumentaram a sua densidade.

As transferências de classe patentes no cartograma foram as seguintes: ascenderam à primeira os concelhos de Guimarães, Valongo, Ílhavo, Almada e Setúbal; à segunda os de Vila Nova da Cerveira, Vila Real, Mangualde, Anadia, Mealhada, Montemor-o-Velho, Lousã, Leiria, Lourinhã, Alenquer, Mafra, Sintra, Seixal, Albufeira, Loulé e Alportel; à terceira os de Abrantes, Portalegre, Almeirim, Rio Maior, Azambuja e Silves; à quarta os de Penamacor, Oleiros, Fronteira, Évora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Moura, Serpa e Santiago do Cacém.

Esses concelhos foram apenas uma parte dos que adensaram a sua população, e nem sequer teriam sido em muitos casos os que a adensaram mais.

Neles estão representadas todas as regiões do País, mas são os concelhos de densidades médias da Beira e da Estremadura que aparecem mais numerosos. Seguem-se-lhes, os do Alentejo, no cartograma e sobretudo na realidade (como pode verificar-se pelo quadro n.º 34) visto que os grandes aumentos de densidade dos concelhos que a tinham mínima, não aparecem no primeiro.

Os concelhos de Lisboa e Porto continuavam aumentando. As proporções foram, respectivamente, de 22 e 14 %.

1940. — Último decénio do período largo do nosso exame, mas o segundo da nova fase da demografia portuguesa.

O decénio 21-30 foi o início, o de 31-40 foi a continuação e a consolidação.

A gente que nasceu a mais, a gente que não saiu do País e, sobretudo, aquela que voltou nas condições já expostas, acrescentou em muitas centenas de milhar os efectivos da grei. E por isso ela apertou-se mais dentro dos alfozes concelhios. O aumento foi tão geral que nem há que indicar os concelhos que o registaram, mas tão somente os outros. Estes foram apenas onze ou seja precisamente aqueles que já foram apontados atrás como tendo diminuído de população. Mas a diminuição que sofreram não importou para nenhum deles mudança de classe. Isto mesmo aconteceu com a esmagadora maioria dos que aumentaram a densidade.

No entanto, o número dos concelhos que transitaram para classe superior ainda é muito numeroso. Assim: subiram à primeira classe os concelhos de Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Paços de Ferreira, Felgueiras, Feira,

Coimbra e Cascais; à segunda os de Melgaço, Tarouca, Castelo de Paiva, Vale de Cambra, Miranda do Corvo, Tondela, Covilhã, Ancião, Alcobaça, Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira; à terceira Ribeira de Pena, Mondim de Basto, Murça, Valpaços, Carraceda de Ansiães, S. João da Pesqueira, Penedono, Meda, Trancoso e Sabugal; e à quarta Vimioso, Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Vila Velha de Ródão, Ferreira do Alentejo e Ourique.

Cada um destes grupos de concelhos pertence a uma categoria definida: os primeiros são as zonas urbanas e industriais. A maior parte agrupa-se ao Norte do País à roda do Porto desde Braga e Guimarães à Feira. Foram eles que uniram os quatro núcleos diferentes de alta densidade que ainda existiam em 1930 e os acrescentaram formando uma região única de 2.045 Km² com 1.034 milhares de habitantes. A sua densidade média era de 505,6 por Km², tão grande que se ela fosse igual no resto do País, a nossa população excederia os 45 milhões.

Cascais acrescenta a zona de adensamento de Lisboa, muito mais pequena que a do Norte (280,6 Km², 124.327 habitantes e 443,1 de densidade).

Coimbra é a cidade, a quinta do País em população, centro de cultura e de comunicações privilegiado cujo concelho já tardava em ascender à primeira classe das densidades.

Os segundos são todos ao norte do Tejo e, salvo o da Covilhã, todos a ocidente da barreira montanhosa que define as regiões do interior ou localizados nas linhas de penetração dos rios Douro, Mondego e Tejo. Também todos eles, à excepção dos da Covilhã e Ancião, se ligam, directamente ou por outros que já tinham atingido densidade semelhante, aos concelhos mais densos.

Os terceiros são todos de Trás-os-Montes ou da Beira Alta actual. A sua contiguidade e localização geográficas são expressivas, todos eles se ligando também a concelhos de densidade superior.

Os quartos e últimos são os concelhos da extrema transmontana a leste do Sabor e os ligados aos de mais alta densidade do Alentejo. O único castagano é o de Vila Velha de Ródão, aonde a geografia desmente mais uma vez os limites convencionais da divisão regional.

b) *Em cada ilha.* — As densidades das ilhas conforme se verifica pelo quadro n.º 35, evoluíram nas condições seguintes:

1890. — A ilha com densidade mais elevada era a da Madeira (178,3). Seguiam-se-lhe as de S. Miguel, Graciosa, Faial e Terceira, todas com mais de 100.

As densidades mínimas pertenciam às ilhas de Porto Santo e do Corvo, ambas com menos de 50.

1900. — As densidades insulares permanecem quase sem alteração. Das pequenas variações registadas quatro foram negativas, dizendo respeito às Ilhas de S. Jorge, Graciosa, Faial e Pico. A maior variação positiva foi a da Ilha do Porto Santo.

1911. — Mais uma vez aparecem as consequências do período 901-11 na demografia dos Açores. Todos os concelhos açoreanos acusaram diminuições de densidade, correspondentes às diminuições da população de facto que foram observadas para os concelhos. As maiores diminuições de densidade regis-

taram-se nas ilhas de S. Jorge e das Flores, e as menores nas de Santa Maria e Terceira.

Na Ilha da Madeira houve um aumento apreciável e na de Porto Santo uma muito ligeira diminuição.

35 — Densidades nos seis últimos censos, por ilhas

Ilhas	Censos					
	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Distrito de Angra do Heroísmo:						
Terceira	117,5	122,9	120,9	117,1	121,9	134,6
S. Jorge	71,8	68,1	59,9	56,2	58,0	66,0
Graciosa	138,9	137,8	127,6	122,4	137,2	148,3
Distrito da Horta:						
Corvo	46,2	46,2	42,6	37,9	38,6	39,4
Faial	137,4	129,4	118,4	110,5	124,6	137,1
Pico	58,7	55,5	50,1	46,6	46,4	48,7
Flores	61,9	57,0	50,6	46,6	49,0	51,6
Distrito da Ponta Delgada:						
S. Miguel	158,7	162,5	155,7	149,7	170,3	198,2
Santa Maria	64,4	65,8	64,6	66,6	72,7	82,8
Distrito do Funchal:						
Madeira	178,3	200,2	226,3	238,7	282,3	333,6
Porto Santo	46,0	54,4	51,4	52,8	58,6	63,6

1920. — Continuou a diminuição da densidade nas ilhas dos Açores, embora com menos intensidade do que no período precedente. Tudo isso está de acordo com o que foi dito acerca das variações da população de facto. As ilhas de maiores variações negativas foram as do Corvo, das Flores e do Pico. A de Santa Maria foi a única que não diminuiu, tendo até acusado um pequeno aumento.

Na Madeira as diferenças foram para mais, mas mínimas.

1930. — A viragem do nosso movimento demográfico, já tantas vezes referida, mais uma vez se patenteia no incremento das densidades açoreanas. Só a Ilha do Pico constitui uma débil excepção com um regresso de duas décimas. As ilhas de S. Miguel, Faial e Graciosa foram as mais beneficiárias.

Do mesmo modo, as densidades madeirenses registam maiores aumentos. Mas o da Ilha da Madeira sobreleva, como é natural, em muito o de Porto Santo.

1940. — Todas as ilhas dos dois arquipélagos reflectem no aumento das densidades respectivas, as características demográficas do decénio.

A Ilha da Madeira continua a manter o primeiro lugar na escala dos aumentos da densidade. Seguem-se nos Açores as ilhas de S. Jorge, S. Miguel, Faial e Terceira, todas com aumentos superiores a 10 %.

Os aumentos mínimos foram nas ilhas do Corvo, Pico e Flores.

c) Variação da densidade nos concelhos entre 1890 e 1940.

— As modificações operadas na densidade dos concelhos do continente nos cinquenta anos compreendidos entre 1890 e 1940 constam do quadro n.º 36.

Como é intuitivo, as variações da densidade correspondem directamente às variações da população de facto no mesmo período e que já foram examinadas atrás.

36 — Variação da densidade

Número de ordem	Concelhos	Densidade		Variação	
		1890	1940		Porcen- tagem
Distrito de Aveiro					
154	Águeda	59,0	86,5	27,5	46,6
107	Albergaria-a-Velha	86,7	114,7	28,0	32,3
151	Anadia	83,0	120,7	37,7	45,4
141	Arouca	52,5	74,4	21,9	41,7
181	Aveiro	128,4	202,7	74,3	57,9
77	Castelo de Paiva	89,8	112,2	22,4	24,9
260	Espinho	326,9	799,6	472,7	144,6
71	Estarreja	155,2	191,3	36,1	23,3
200	Feira	173,7	291,4	117,7	67,8
208	Ílhavo	176,5	303,3	126,8	71,8
178	Mealhada	83,4	130,7	47,3	56,7
4	Murtosa	311,9	312,2	0,3	0,1
163	Oliveira de Azeméis	161,9	243,6	81,7	50,5
211	Oliveira do Bairro	102,9	179,2	76,3	74,1
67	Ovar	162,0	197,7	35,7	22,0
265	S. João da Madeira	442,3	1.141,7	699,4	158,1
147	Sever do Vouga	64,2	92,7	28,5	44,4
194	Vagos	64,7	105,0	40,3	62,3
165	Vale de Cambra	76,6	115,9	39,3	51,3
Distrito de Beja					
255	Aljustrel	15,3	36,0	20,7	135,3
155	Almodôvar	13,5	19,8	6,3	46,7
242	Alvito	10,4	20,7	10,3	99,0
50	Barrancos	15,8	18,4	2,6	16,5
222	Beja	20,1	35,9	15,8	78,6
192	Castro Verde	13,5	21,8	8,3	61,5
131	Cuba	35,1	48,6	13,5	38,5
223	Ferreira do Alentejo	14,0	25,1	11,1	79,3
167	Mértola	14,3	21,9	7,6	53,1
204	Moura	17,1	29,0	11,9	69,6
245	Odemira	11,2	23,2	12,0	107,1
215	Ourique	14,8	25,8	11,0	74,3
241	Serpa	14,7	29,0	14,3	97,3
104	Vidigueira	26,5	31,9	8,4	31,7
Distrito de Braga					
135	Amares	152,2	187,8	35,6	23,4
161	Barcelos	124,5	184,7	60,2	48,4
127	Braga	312,3	429,3	117,0	37,5
83	Cabeceiras de Basto	64,5	81,3	16,8	26,0
54	Celorico de Basto	74,5	87,6	13,1	17,6
139	Esposende	156,9	221,1	64,2	40,9
150	Fafe	118,4	171,7	53,3	45,0
195	Guimarães	196,8	320,1	123,3	62,7
82	Póvoa de Lanhoso	125,2	157,3	32,1	25,6
121	Terras do Bouro	30,9	42,0	11,1	35,9
76	Vieira do Minho	62,9	78,5	15,6	24,8
217	Vila Nova de Famalicão	148,6	262,3	113,7	76,5
91	Vila Verde	140,4	178,5	38,1	27,1
Distrito de Bragança					
35	Alfândega da Fé	27,9	31,7	3,8	13,6
33	Bragança	26,9	30,5	3,6	13,4
29	Carraceda de Ansiães	46,2	51,9	5,7	12,3
37	Freixo de Espada à Cinta	22,6	25,7	3,1	13,7
62	Macedo de Cavaleiros	27,1	32,7	5,6	20,7
74	Miranda do Douro	20,8	25,9	5,1	24,5
128	Mirandela	29,4	40,6	11,2	38,1
40	Mogadouro	21,6	21,7	0,1	0,5
96	Torre de Moncorvo	30,1	38,8	8,7	28,9
9	Vila Flor	41,0	42,5	1,5	3,7
51	Vimioso	22,6	26,4	3,8	16,8
46	Vinhais	28,4	32,8	4,4	15,5
Distrito de Castelo Branco					
201	Belmonte	42,8	71,8	29,0	67,8
197	Castelo Branco	25,3	41,4	16,1	63,6
85	Covilhã	87,2	110,0	22,8	26,1
146	Fundão	47,5	68,1	20,6	43,4
190	Idanha-a-Nova	14,3	23,0	8,7	60,8
108	Oleiros	21,2	28,1	6,9	32,5
129	Penamacor	19,9	27,5	7,6	38,2
205	Proença-a-Nova	24,2	41,1	16,9	69,8
153	Sertão	41,6	60,8	19,2	46,2
103	Vila de Rei	32,8	43,2	10,4	31,7
187	Vila Velha de Ródão	16,7	26,6	9,9	59,3

36 — Variação da densidade (continuação)

Número de ordem	Concelhos	Densidade		Variação	
		1890	1940		Porcen- tagem
Distrito de Santarém (con- tínuação)					
11	Golegã	92,1	97,3	5,2	5,6
162	Mação	33,1	49,5	16,4	49,5
180	Rio Maior	37,5	59,0	21,5	57,3
261	Salvaterra de Magos	20,5	50,5	30,0	146,3
171	Santarém	63,1	97,4	34,3	54,4
99	Sardoal	68,1	88,8	20,7	30,4
170	Tomar	79,6	122,6	43,0	54,0
152	Torres Novas	90,4	131,8	41,4	45,8
269	Vila Nova da Barquinha	71,5	232,3	160,8	224,9
229	Vila Nova de Ourém	52,4	95,0	42,6	81,3
Distrito de Setúbal					
251	Alcácer do Sal	6,7	15,2	8,5	126,9
111	Alcochete	54,1	72,4	18,3	33,8
249	Almada	164,4	354,3	189,9	115,5
272	Barreiro	152,5	727,6	575,1	377,1
264	Grândola	8,4	21,6	13,2	157,1
250	Moita	106,0	237,7	131,7	124,2
237	Montijo	24,3	46,8	22,5	92,6
262	Palmela	17,1	42,5	25,4	148,5
258	Santiago do Cacém	12,9	30,6	17,7	137,2
259	Seixal	65,9	156,4	90,5	137,3
256	Sesimbra	40,2	63,9	23,7	59,0
184	Setúbal	106,4	251,0	144,6	135,9
263	Sines	18,7	46,6	27,9	149,2
Distrito de Viana do Castelo					
65	Arcos de Valdevez	67,6	82,3	14,7	21,7
57	Caminha	106,5	127,2	20,7	19,4
58	Melgaço	83,5	100,2	16,7	20,0
31	Monção	118,3	133,2	14,9	12,6
84	Paredes de Coura	90,8	114,4	23,6	26,0
79	Ponte da Barca	64,8	81,1	16,3	25,2
80	Ponte do Lima	102,8	128,8	26,0	25,3
53	Valença	125,6	147,6	22,0	17,5
137	Viana do Castelo	146,7	205,3	58,6	39,9
41	Vila Nova da Cerveira	91,2	104,4	13,2	14,5

Número de ordem	Concelhos	Densidade		Variação	
		1890	1940		Porcentagem
Distrito de Vila Real					
63	Alijó	66,8	79,6	12,8	19,2
52	Boticas	31,7	37,2	5,5	17,4
38	Chaves	69,5	79,0	9,5	13,7
5	Mesão Frio	311,8	312,3	0,5	0,2
112	Mondim de Basto	40,6	54,4	13,8	34,0
73	Montalegre	25,0	31,1	6,1	24,4
69	Murça	42,6	52,4	9,8	23,0
125	Peso da Régua	180,9	247,7	66,8	36,9
118	Ribeira de Pena	41,8	56,3	14,5	34,7
14	Sabrosa	70,7	74,8	4,1	5,8
94	Santa Marta de Penaguião	166,7	212,8	46,1	27,7
66	Valpaços	44,8	54,5	9,7	21,7
88	Vila Pouca de Aguiar	38,2	48,3	10,1	26,4
89	Vila Real	93,9	118,8	24,9	26,5
Distrito de Viseu					
10	Armamar	102,9	108,4	5,5	5,3
20	Carregal do Sal	110,9	121,9	11,0	9,9
75	Castro Daire	51,5	61,1	12,6	24,5
90	Ciúfães	100,4	127,0	26,6	26,5
86	Lamego	194,9	245,8	50,9	26,1
22	Mangualde	99,1	110,0	10,9	11,0
18	Moimenta da Beira	60,7	66,3	5,6	9,2
105	Mortágua	31,1	45,3	11,2	32,8
48	Nelas	105,5	122,1	16,6	15,7
68	Oliveira de Frades	58,8	72,1	13,3	22,6
16	Penalva do Castelo	93,2	100,7	7,5	8,0
1	Penedono	53,8	52,6	- 1,2	- 2,2
55	Resende	162,1	190,6	28,5	17,6
72	Santa Comba Dão	93,8	116,1	22,3	23,8
17	S. João da Pesqueira	48,5	52,7	4,2	8,7
28	S. Pedro do Sul	56,4	63,3	6,9	12,2
70	Sátão	59,6	73,5	13,9	23,3
2	Sernancelhe	47,3	46,7	- 0,6	- 1,3
13	Tabuaço	68,2	72,1	3,9	5,7
23	Tarouca	93,3	103,7	10,4	11,1
97	Tondela	79,7	103,2	23,5	29,5
45	Vila Nova de Paiva	40,6	46,9	6,3	15,5
109	Viseu	102,0	135,4	33,4	32,7
47	Vouzela	72,3	83,5	11,2	15,5

O interesse que oferecem está no seu relacionamento com as densidades iniciais para a averiguação das tendências reveladas pelo adensamento.

Para efeito dessa averiguação procurou-se o coeficiente de correlação entre a densidade da população em 1890 e o aumento respectivo no período 1891-40 expresso em percentagem.

O valor obtido para r foi de + 0,098, que não permite como tal concluir da existência duma correlação entre as densidades iniciais e os seus aumentos.

Excluindo os concelhos de Lisboa e Porto, cuja influência perturbadora é evidente, esse valor substitui-se por $r = + 0,215$, que já denuncia a existência duma correlação, embora fraca.

Os Serviços Técnicos do I. N. E., que procederam aos cálculos, concluíram «que com uma probabilidade de 95 % existe uma correlação positiva, quer consideremos quer não os concelhos de Lisboa e Porto», mas que estes últimos «actuam no sentido de diminuir a intensidade de associação entre os dois fenómenos».

Estas conclusões não devem surpreender, em virtude do

que já foi observado no capítulo anterior quanto à população portuguesa e do que deve ter-se como normal sob o ponto de vista demográfico.

Além de Lisboa e Porto, foram cúmplices na redução do coeficiente de correlação muitos concelhos de densidade pequena e mínima que acusaram aumentos comparáveis aos maiores verificados.

Este duplo aspecto do que poderia admitir-se como normal no processo de adensamento da população portuguesa, constitui um sintoma favorável, que importa encarecer.

Por um lado mostra que o progresso das nossas duas cidades tentaculares, apesar de muito grande, está longe de poder considerar-se desregrado em face do dos outros concelhos, e, por outro, que o povoamento das zonas menos habitadas do País se vai operando com intensidade muito superior à normal.

Além disso, a existência duma correlação positiva mostra que, apesar desses factores opostos, a generalidade dos concelhos de Portugal, aumentando na proporção da sua densidade, não acusa indícios de saturação demográfica.

Capítulo IV

Tipos de povoamento

§ 1.º — Em 1940 § 2.º — Evolução entre 1911 e 1940

§ 1.º — Em 1940

A densidade não basta para definir as condições de povoamento. A mesma população pode distribuir-se de modo muito diverso no mesmo território, sem qualquer alteração da densidade. Pode disseminar-se por toda a área «como semente lançada à terra pelo sementeiro», na expressão do Professor Amorim Girão na sua «Geografia de Portugal»; pode aglomerar-se em pequenos núcleos; e pode concentrar-se em grandes povoações muito distantes umas das outras, espaçadas por extensões enormes de terra deserta.

São esses os três tipos basilares de povoamento que se designam, respectivamente, por disseminação ou dispersão, aglomeração e concentração. Todos os outros que se têm indicado são apenas tipos intermédios sempre redutíveis a um dos três, quando não representam a sua combinação.

O tipo de povoamento é determinado pelo número e população dos lugares habitados. O quadro n.º 37 foi por isso o ponto de partida para o estudo respectivo.

37 — Lugares segundo o número de habitantes, por distritos e concelhos (1940)

Distritos e concelhos	População presente	População embarcada	População dispersa	Total		Menos de 100		100 a 499		500 a 999		1.000 a 1.999		2.000 a 4.999		5.000 e mais	
				Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População
Portugal	7.722.152	12.189	453.891	37.786	7.263.335	24.147	1.142.098	11.553	2.391.219	1.375	921.444	444	605.148	170	507.575	72	1.695.851
Continente	7.185.143	11.805	450.723	36.101	6.729.873	23.492	1.101.277	10.748	2.211.884	1.225	819.026	397	542.521	153	457.172	64	1.591.998
Ilhas adjacentes	537.009	384	81.168	1.685	533.462	655	37.821	805	179.335	150	102.418	47	62.627	17	50.403	8	100.853
Aveiro	429.870	609	15.326	2.517	413.935	1.430	71.677	959	199.623	98	65.793	18	25.468	8	19.338	4	32.036
Beja	275.441	7	56.168	654	218.966	409	18.281	154	31.539	42	29.556	23	33.253	21	65.831	5	37.503
Braga	482.914	..	61.536	5.296	421.378	4.358	196.470	911	151.214	16	10.570	6	8.328	3	10.965	2	40.801
Bragança	213.233	..	1.814	641	211.419	111	6.956	426	109.339	77	48.857	23	31.085	3	8.205	1	6.977
Castelo Branco	299.670	..	20.063	1.254	279.607	752	35.568	371	70.823	66	49.385	53	71.383	9	25.322	3	27.126
Coimbra	411.677	37	13.634	2.389	398.006	1.354	70.425	916	188.571	91	62.742	21	26.987	5	11.914	2	37.367
Évora	207.952	..	49.789	715	158.163	565	18.257	88	20.022	27	18.917	20	27.215	12	39.973	3	33.749
Faro	317.628	1.358	12.513	1.900	303.757	1.276	58.233	545	110.811	50	32.872	18	25.105	4	12.144	7	61.592
Guarda	291.166	..	14.426	924	279.740	341	16.818	415	105.128	127	83.816	33	47.319	7	19.073	1	6.556
Leiria	353.675	6	9.601	2.353	344.068	1.432	89.958	831	146.082	63	41.295	18	23.089	5	13.815	4	29.829
Lisboa	1.070.103	7.029	23.756	1.461	1.046.088	805	36.227	509	114.876	103	69.002	22	28.960	16	53.095	5	743.927
Portalegre	186.373	..	23.060	666	163.313	496	20.387	110	24.566	21	15.161	22	31.458	13	38.636	4	32.855
Porto	938.288	2.037	52.529	4.969	884.215	3.495	159.554	1.326	264.727	101	68.584	26	35.333	11	33.566	6	322.451
Santarém	421.996	..	14.033	2.311	407.963	1.468	68.590	702	144.017	91	60.479	24	32.805	19	55.159	7	46.913
Setúbal	268.834	672	31.839	913	236.373	609	26.857	212	51.932	27	18.099	19	26.051	11	34.334	5	79.100
Viana do Castelo (a)	258.596	50	17.819	3.206	240.727	2.628	114.761	530	89.375	15	9.833	6	8.013	3	6.316	1	12.429
Vila Real	289.114	..	7.501	1.322	281.613	541	28.511	671	150.447	90	57.299	17	23.674	1	4.996	2	16.686
Viseu	465.563	..	25.016	2.613	440.547	1.422	66.544	1.042	231.762	117	76.736	28	36.965	2	4.439	2	21.101
Angra do Heroísmo	78.109	..	1.457	475	76.652	296	16.153	158	29.739	13	10.749	5	6.376	2	4.200	1	9.435
Horta	52.731	..	274	195	52.457	70	3.260	102	23.627	17	12.232	5	6.707	..	..	1	6.631
Ponta Delgada	156.015	31	338	201	155.676	80	5.800	53	8.956	26	19.149	23	33.030	14	43.512	5	45.229
Funchal	250.124	353	1.099	811	248.672	209	12.608	492	117.013	91	60.288	14	16.514	1	2.691	1	39.558

a) No distrito de Viana do Castelo, concelho de Melgaço, existem 23 lugares desabitados.

às condições da generalidade do meio demográfico português. Para além dele, qualquer que seja a região do País considerada, está-se perante uma povoação importante. Aí começou, portanto, a terceira e última categoria de lugares habitados, havida como característica de povoamento em concentração.

A sensibilidade extrema do modo de povoamento às condições locais, que são por natureza tão complexas como variáveis de trecho para trecho do território, tira todo o interesse ao seu exame nas grandes áreas dos distritos. O campo de estudo indicado seria a freguesia, mesmo assim por vezes demasiado

grande ⁽¹⁾ para caber dentro do mesmo retalho geográfico.

A classificação dos concelhos segundo o tipo de povoamento foi feita através das percentagens do quadro n.º 38. Seguiu-se o critério de considerar como pertencendo a um tipo o concelho que tivesse mais de 50 % da sua população nos lugares habitados da categoria havida como característica do mesmo tipo. Para facilidade do leitor as percentagens significativas vão compostas em caracteres diferentes, mas é sobretudo nos cartogramas n.ºs 16 e 17 que a distribuição dos tipos de povoamento no País se torna impressiva.

38 — Concelhos segundo os tipos de povoamento (1940)

Concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada	Concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada
Distrito de Aveiro				Distrito de Bragança (continuação)			
Águeda	22,1	62,8	15,1	Vila Flor	2,3	97,7	..
Albergaria-a-Velha	11,6	74,1	14,3	Vimioso	..	100,0	..
Anadia	10,5	89,5	..	Vinhais	9,4	90,6	..
Arouca	58,6	41,4	..	Distrito de Castelo Branco			
Aveiro	1,0	68,4	31,6	Belmonte	4,6	95,4	..
Castelo de Paiva	63,2	36,8	..	Castelo Branco	12,9	55,9	31,2
Espinho	10,2	44,9	44,9	Covilhã	15,7	58,3	26,0
Estarreja	14,8	85,2	..	Fundão	14,2	74,1	11,7
Feira	28,1	71,9	..	Idanha-a-Nova	5,6	61,8	32,6
Ílhavo	1,5	54,4	44,1	Oleiros	50,0	50,0	..
Mechada	7,3	92,7	..	Penamacor	7,5	76,2	16,3
Murtosa	..	38,5	61,5	Proença-a-Nova	24,8	75,2	..
Oliveira de Azeméis	31,7	68,3	..	Sertã	49,4	50,6	..
Oliveira do Bairro	7,7	92,3	..	Vila de Rei	33,9	66,1	..
Ovar	14,0	63,4	22,6	Vila Velha de Ródão	13,9	86,1	..
S. João da Madeira	6,6	93,4	..	Distrito de Coimbra			
Sever do Vouga	48,3	51,7	..	Arganil	32,9	67,1	..
Vagos	4,4	84,1	11,5	Cantanhede	10,7	74,9	14,4
Vale de Cambra	35,9	64,1	..	Coimbra	12,4	53,6	34,0
Distrito de Beja				Condeixa-a-Nova	21,2	78,8	..
Aljustrel	12,7	37,9	49,4	Figueira da Foz	9,4	67,1	23,5
Almodôvar	47,4	34,6	18,0	Góis	43,9	56,1	..
Alvito	13,1	40,4	46,5	Lousã	44,5	55,5	..
Barrancos	..	..	100,0	Mira	1,6	79,4	19,0
Beja	20,1	23,5	56,4	Miranda do Corvo	24,9	75,1	..
Castro Verde	20,4	56,8	22,8	Montemor-o-Velho	19,3	80,7	..
Cuba	5,0	39,3	55,7	Oliveira do Hospital	24,3	75,7	..
Ferreira do Alentejo	19,5	46,8	33,7	Pampilhosa da Serra	19,3	80,7	..
Mértola	17,8	68,8	13,4	Penacova	29,1	70,9	..
Moura	15,0	19,3	65,7	Penela	46,8	53,2	..
Odemira	63,5	30,9	5,6	Poiães	40,2	59,8	..
Ourique	49,2	50,8	..	Sour	22,3	77,7	..
Serpa	21,3	13,2	65,5	Tábua	29,8	70,2	..
Vidigueira	5,6	55,9	38,5	Distrito de Évora			
Distrito de Braga				Alandroal	24,9	75,1	..
Amares	76,4	23,6	..	Arraiolos	34,1	47,5	18,4
Barcelos	61,3	31,6	7,1	Borba	3,9	29,3	38,8
Braga	38,3	21,2	37,5	Estremoz	49,5	11,3	39,2
Cabeceiras de Basto	46,9	58,1	..	Évora	34,6	14,3	51,1
Celorico de Basto	66,2	43,8	..	Montemor-o-Novo	47,2	28,7	24,1
Esposende	12,4	87,6	..	Mora	32,5	46,4	21,1
Fafe	54,8	31,3	10,9	Mourão	13,1	37,1	49,8
Guimarães	62,8	22,0	15,2	Portel	15,7	55,5	28,3
Póvoa de Lanhoso	56,9	43,1	..	Redondo	35,8	31,1	33,1
Terras do Bouro	37,9	62,1	..	Reguengos de Monsaraz	10,5	56,8	32,7
Vieira do Minho	33,7	66,3	..	Viana do Alentejo	21,9	6,8	72,2
Vila Nova de Famalicão	53,4	42,7	3,9	Vila Viçosa	13,6	38,7	47,7
Vila Verde	73,9	26,1	..	Distrito de Faro			
Distrito de Bragança				Albufeira	17,4	61,6	21,0
Alfândega da Fé	3,0	97,0	..	Alcoutim	28,3	71,7	..
Bragança	3,1	76,6	20,3	Aljezur	56,6	43,4	..
Carraceda de Ansiães	3,8	96,2	..	Alportel	11,3	88,7	..
Freixo de Espada à Cinta	..	63,7	36,3	Castro Marim	38,3	61,7	..
Macedo de Cavaleiros	3,2	96,8	..	Faro	9,1	37,3	53,6
Miranda do Douro	1,0	92,0	..	(1) O concelho de Coruche com a superfície de 1.093,76 Km.² tem só duas freguesias.			
Mirandela	5,3	83,9	10,8				
Mogadouro	3,6	96,4	..				
Torre de Moncorvo	7,8	78,5	13,7				

38 — Concelhos segundo os tipos de povoamento (continuação) (1940)

Concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada	Concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada
Distrito de Faro (continuação)				Distrito do Porto			
Lagoa	18,1	64,0	17,9	Amarante	67,5	26,4	6,1
Lagos	21,3	31,3	41,4	Baião	53,9	46,1	..
Loulé	27,4	62,1	10,5	Felgueiras	76,7	23,3	..
Monchique	68,9	31,1	..	Gondomar	6,3	90,1	3,6
Olhão	2,7	43,1	54,2	Lousada	79,0	21,0	..
Portimão	19,9	31,5	45,6	Maia	12,5	78,1	9,4
Silves	24,4	63,6	12,0	Marco de Canaveses	66,6	33,4	..
Tavira	21,1	55,3	20,6	Matosinhos	3,3	38,6	58,1
Vila do Bispo	11,4	83,6	..	Paços de Ferreira	57,9	42,1	..
Vila Real de Santo António	3,0	50,7	46,3	Paredes	50,0	50,0	..
Distrito da Guarda				Penafiel	56,7	33,8	9,5
Aguiar da Beira	12,1	87,9	..	Porto	..	..	100,0
Almeida	2,2	97,8	..	Póvoa de Varzim	15,3	42,4	42,3
Celorico da Beira	11,4	88,6	..	Santo Tirso	30,9	63,9	5,2
Figueira de Castelo Rodrigo	1,9	95,1	..	Valongo	10,8	89,2	..
Fornos de Algodres	17,5	82,5	..	Vila do Conde	25,4	60,9	13,7
Gouveia	14,8	72,1	13,1	Vila Nova de Gaia	9,3	71,0	19,7
Guarda	19,9	66,5	13,6	Distrito de Santarém			
Manteigas	19,8	12,9	67,3	Abrantes	15,6	59,5	24,9
Meda	10,1	73,2	14,7	Alcanena	12,8	70,5	16,7
Pinhel	8,1	91,9	..	Almeirim	8,5	27,5	64,0
Sabugal	5,1	84,3	10,6	Alpiarça	4,8	8,8	86,4
Seia	9,3	83,8	6,9	Benavente	17,4	21,4	61,2
Trancoso	11,3	88,7	..	Cartaxo	4,9	50,7	44,4
Vila Nova de Foz Côa	3,6	70,0	20,4	Chamusca	31,4	44,8	23,8
Distrito de Leiria				Constância	17,6	82,1	..
Alcobaça	19,8	70,9	9,3	Coruche	31,2	55,9	12,9
Alvaiázere	50,6	49,4	..	Ferreira do Zêzere	53,0	42,0	..
Ancião	42,6	57,4	..	Golegã	10,4	22,0	67,6
Batalha	20,7	73,3	..	Mação	18,5	81,5	..
Bombarral	11,4	67,1	21,5	Rio Maior	15,3	70,6	13,6
Caldas da Rainha	20,8	54,8	24,4	Salvaterra de Magos	0,5	30,2	69,3
Castanheira de Pera	26,0	74,0	..	Santarém	20,2	55,0	21,8
Figueiró dos Vinhos	47,0	53,0	..	Sardoal	22,6	77,1	..
Leiria	44,9	44,3	10,8	Tomar	26,9	58,6	14,5
Marinha Grande	7,7	62,3	30,0	Torres Novas	11,8	61,9	26,3
Nazaré	5,5	45,1	49,4	Vila Nova da Barquinha	12,1	47,3	40,6
Óbidos	14,6	83,4	..	Vila Nova de Ourém	23,5	76,5	..
Pedrogão Grande	33,3	61,7	..	Distrito de Setúbal			
Peniche	5,7	45,8	48,5	Alcácer do Sal	33,6	34,2	32,2
Pombal	29,1	66,4	4,5	Alcochete	11,0	39,2	46,8
Porto de Mós	27,7	72,3	..	Almada	13,5	49,7	36,8
Distrito de Lisboa				Barreiro	5,4	18,1	76,5
Alenquer	25,1	67,9	7,0	Grândola	53,2	29,3	17,5
Arruda dos Vinhos	46,0	54,0	..	Moita	8,3	69,2	22,5
Azambuja	12,2	74,7	13,1	Montijo	10,1	33,5	56,4
Cadaval	14,5	85,5	..	Palmela	17,6	66,9	15,5
Cascais	4,2	48,2	47,6	Santiago do Cacém	55,9	35,0	9,1
Lisboa	..	..	100,0	Seixal	19,4	55,3	25,3
Loures	10,2	64,2	25,6	Sesimbra	7,4	42,9	49,7
Lourinhã	15,1	84,9	..	Setúbal	9,0	16,4	74,6
Mafra	27,6	56,0	16,4	Sines	39,9	15,6	41,5
Oeiras	2,6	29,8	67,6	Distrito de Viana do Castelo			
Sintra	13,7	64,1	21,9	Arcos de Valdevez	58,0	42,0	..
Sobral de Monte Agraço	41,9	53,1	..	Caminha	41,0	43,2	12,8
Torres Vedras	21,1	69,7	9,2	Melgaço	57,5	42,5	..
Vila Franca de Xira	20,7	28,8	50,5	Monção	61,1	31,3	7,6
Distrito de Portalegre				Paredes de Coura	63,0	37,0	..
Alter do Chão	5,9	40,2	53,9	Ponte da Barca	61,9	38,1	..
Arronches	50,1	9,6	40,3	Ponte do Lima	72,7	21,8	5,5
Avis	34,2	65,8	..	Valença	38,6	61,1	..
Campo Maior	5,6	12,1	82,3	Viana do Castelo	23,4	56,7	19,9
Castelo de Vide	22,3	27,8	49,9	Vila Nova da Cerveira	74,7	25,3	..
Crato	8,6	66,2	25,2	Distrito de Vila Real			
Elvas	22,7	20,2	57,1	Alijó	5,0	95,0	..
Fronteira	13,6	9,4	77,0	Boticas	4,6	95,1	..
Gavião	14,4	85,6	..	Chaves	6,4	75,2	18,4
Marvão	50,9	49,1	..	Mesão Frio	47,7	52,3	..
Monforte	26,7	73,3	..	Mondim de Basto	19,8	80,2	..
Nisa	3,6	64,2	42,2	Montalegre	8,6	91,4	..
Ponte de Sor	31,5	40,3	28,2	Murça	9,9	90,1	..
Portalegre	42,7	22,5	31,8				
Sousel	10,4	34,0	55,6				

38 — Concelhos segundo os tipos de povoamento (continuação)
(1940)

Concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada
Distrito de Vila Real (continuação)			
Peso da Régua	22,6	56,1	21,3
Ribeira de Pena	22,4	77,6	..
Sabrosa	10,6	89,4	..
Santa Marta de Penaguião	31,9	65,1	..
Valpaços	6,8	93,2	..
Vila Pouca de Aguiar	6,4	93,6	..
Vila Real	10,8	70,5	18,7
Distrito de Viseu			
Armamar	9,9	90,1	..
Carregal do Sal	7,2	92,8	..
Castro Daire	15,2	81,8	..
Cinfães	46,6	53,4	..
Lamego	21,8	49,4	28,8
Mangualde	8,9	81,3	9,8
Moimenta da Beira	6,8	93,2	..
Mortágua	27,5	72,5	..
Nelas	3,4	83,3	13,3
Oliveira de Frades	38,7	61,3	..
Penalva do Castelo	25,0	75,0	..
Penedono	12,0	88,0	..
Resende	63,3	36,7	..
Santa Comba Dão	12,4	87,6	..
S. João da Pesqueira	4,0	96,0	..
S. Pedro do Sul	37,6	62,4	..
Sátão	15,8	84,2	..
Sernancelhe	8,0	92,0	..
Tabuaço	4,3	95,7	..
Tarouca	12,1	87,9	..
Tondela	14,8	85,2	..
Vila Nova de Paiva	13,2	86,8	..
Viseu	11,9	68,5	19,6
Vouzela	19,4	80,6	..

Concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada
Distrito de Angra do Heroísmo			
Angra do Heroísmo	25,6	48,3	26,1
Calheta	43,3	56,7	..
Praia da Vitória	12,2	63,4	21,4
Santa Cruz da Graciosa	33,1	66,9	..
Velas	..	100,0	..
Distrito da Horta			
Corvo	..	100,0	..
Horta	7,8	64,1	28,1
Lajes das Flores	7,0	93,0	..
Lajes do Pico	3,2	96,8	..
Madalena	7,5	92,5	..
Santa Cruz da Flores	4,5	95,5	..
S. Roque do Pico	8,3	91,7	..
Distrito de Ponta Delgada			
Lagoa	1,0	20,5	78,5
Nordeste	..	100,0	..
Ponta Delgada	4,8	23,2	72,0
Povoação	1,5	77,0	21,5
Ribeira Grande	0,1	38,1	61,8
Vila Franca do Campo	..	32,1	67,9
Vila do Porto	32,6	67,4	..
Distrito do Funchal			
Calheta	3,0	97,0	..
Câmara de Lobos	2,2	97,8	..
Funchal	1,6	49,9	48,5
Machico	2,0	98,0	..
Ponta do Sol	14,9	85,1	..
Porto Moniz	8,5	91,5	..
Porto Santo	14,5	83,5	..
Ribeira Brava	9,7	90,3	..
Santa Cruz	6,3	89,3	..
Santana	16,7	93,7	..
S. Vicente	14,2	85,8	..

Os concelhos que desse modo ficaram por classificar (se a exclusão não corresponde já a uma classificação) foram apenas trinta e seis. Quer isso dizer que cerca de 90 % dos concelhos do País têm um tipo de povoamento perfeitamente definido, apoiado na maioria absoluta da sua população.

Os concelhos de povoamento disperso, ou sejam aqueles em que mais de metade da sua população vivia em lugares de menos de 100 habitantes, são ao todo 35. Constituem, ao Norte e ao Sul do País, duas manchas de superfície quase equivalente.

A do Norte abrange toda a região de entre Douro e Minho a oeste das serras que limitam Trás-os-Montes, com excepção da faixa costeira que se alarga na região do Porto e dos concelhos de Braga e Valença, transbordando ao sul do Douro para os concelhos de Castelo de Paiva, Arouca e Resende. É o Noroeste português, aonde, no dizer do Doutor Orlando Ribeiro, «o povoamento alcançou há 4.000 anos os seus limites actuais», que são os últimos que a ocupação humana podia atingir. É também a região do País em que mais cedo a paz da civilização permitiu aos povos abandonar os recintos fortificados e aproveitar sem restrições a prodigalidade de um solo ubérrimo. A habitação humana está presente por todo o lado, junto à leira de terra, pequena de tantas vezes partida e repartida na sucessão das gerações, mas que filhos e netos teimam em manter e cultivar, por mínima que seja a parcela que lhes caiba. Por isso a dispersão é a lei do povoamento sempre que causas es-

tranhas não façam sentir a sua acção. Essas causas existem junto à costa, na aglomeração natural dos pontos em que o mar é acessível, e no interior, na aglomeração também natural dos dois pontos de confluência dos caminhos que, desde há séculos, cortam a região: Braga, cruzamento das vias romanas, e Valença, vila-ponte sobre o Minho, na única passagem natural da fronteira do Noroeste. O alargamento em volta do Porto é a influência da cidade e dos núcleos industriais e urbanos constituídos à sua sombra.

A do Sul estende-se desde Grândola, no vale do Sado, até Aljezur e Monchique, no Algarve serrano. São os «montes» perdidos na vastidão dos chaparraís e searas. Há apenas uma excepção no único ponto da costa em que o mar se oferece à terra — Sines. A maior dispersão é para o Sul nos concelhos de Odemira e Monchique. Odemira, o maior concelho do País, e Monchique, a Sintra do Algarve. Mais uma vez os extremos se confundem no mesmo sintoma.

Se a mancha do Norte é constituída pelos concelhos mais densos, a do Sul diz respeito a alguns dos menos densos.

Além dos agrupados nas condições expostas, ainda há mais quatro concelhos de grande dispersão: Alvaiázere e Ferreira do Zêzere, contíguos numa plataforma de transição entre a montanha e a peneplanície do Sul; e Marvão e Arronches, apenas separados pela concentração da cidade de Portalegre, a assinalarem a serra de S. Mamede que, no extremo oposto do Alentejo,

constitui, como a de Monchique, um oásis de pluviosidade nos dilatados domínios de aridez (¹).

Nas ilhas, não há um único concelho com povoamento disperso.

Os concelhos de povoamento aglomerado (mais de 50 % da população em lugares com 100 e mais e menos de 2.000 habitantes) eram mais numerosos do que os dos outros tipos de povoamento. O seu número ascendia a 199. À parte a zona de dispersão minhota referida na alínea anterior, pode dizer-se que eles abrangiam quase todo o País ao Norte do Tejo. Ficava apenas de fora um total de vinte e dois concelhos que compreendia, além de Alvaiázere e Ferreira do Zêzere, os concentrados e os mistos que serão objecto de outras alíneas. Ao sul do Tejo os concelhos aglomerados eram minoria. Podemos distinguir três classes de aglomeração: a forte, a média e a fraca.

A forte aglomeração (90 % e mais) é no Noroeste transmontano. Fazem excepção aos máximos os concelhos de Chaves, Bragança, Mirandela, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, além dos da periferia ocidental da província. A excepção foi devida nuns casos à influência da concentração urbana (Bragança), noutros à influência dispersiva dos vales suaves e férteis (Chaves e Torre de Moncorvo) ou duma e doutra (Mirandela).

A Beira também tem forte aglomeração no Noroeste do distrito de Viseu, nas terras de Riba Coa e nos concelhos isolados de S. João da Madeira, Oliveira do Bairro, Mealhada, Carregal do Sal e Belmonte.

Cascais e Gondomar, suburbanos, respectivamente, de Lisboa e Porto, são os dois casos únicos de grande aglomeração fora de Trás-os-Montes ou da Beira.

Nas ilhas adjacentes eram fortemente aglomerados catorze dos trinta concelhos. Neles estavam incluídos todos os do distrito da Horta, à excepção do da cidade, um do distrito de Angra do Heroísmo, um do de Ponta Delgada e seis do Funchal. Cada distrito dos Açores tinha um concelho com 100 % de aglomeração (Nordeste, em Ponta Delgada; Velas, em Angra do Heroísmo; e Corvo, na Horta). Não pode passar despercebida a correspondência mais uma vez verificada no distrito da Horta, entre as regiões de forte aglomeração e de pequeno desenvolvimento demográfico. O caso da Madeira apenas seria uma excepção se se admitisse a identidade das condições de vida em paralelos tão distantes.

A média aglomeração (70 a 89 %) é o tipo de povoamento dos restantes concelhos de Trás-os-Montes, com a excepção dos três concelhos de Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião e Peso da Régua que prolongam para lá do Marão a paisagem demográfica do Douro Litoral, e com a de Freixo de Espada à Cinta aonde a percentagem de aglomeração baixa em favor da concentração. Maia, Valongo, Vila Nova de Gaia e Feira traduzem em aglomeração média a transição entre a dispersão e a concentração portuense. Esposende fica isolado num compromisso entre a dispersão minhota e a concentração determinada pela sua longa costa marítima.

Os concelhos de aglomeração média dominam na região compreendida entre o rio Douro e o paralelo traçado, ao norte da grande curva do Zêzere, de tão grande significado geológico, pela confluência desse rio com a ribeira da Pampilhosa. Descem da região do Noroeste em que a Beira se confunde com Trás-os-Montes na mesma paisagem dura, para se dividirem em

dois braços em volta do maciço montanhoso Estrela-Lousã. O primeiro, ao norte, mais largo, vai até Castro Daire para depois refluir sobre o vale do Mondego por onde desce até ao mar, apenas interrompido pelos concelhos de fraca aglomeração da Figueira da Foz e Coimbra, em que transparece a influência das cidades. O segundo parte da grande aglomeração de Além-Côa, para, através dos concelhos de Penamacor, Fundão, Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pera, se ir quase juntar ao extremo do outro braço que chega a Miranda do Corvo.

Ao sul do citado paralelo que tanto se aproxima e praticamente quase se confunde com o da foz do Mondego, já por mais de uma vez assinalado, a média aglomeração volta a aparecer, mas desta vez em minoria, no meio de outros tipos de povoamento. Contudo, na Estremadura e na Beira ainda formam dois núcleos apreciáveis. Um, é constituído pelos concelhos da ossatura montanhosa da península de Lisboa desde Vila Nova de Ourém, na Serra de Aire, até Alenquer, nas faldas da de Montejunto. O outro, é representado pelos concelhos de Sardoal, Magão, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Gavião, aonde o Tejo esbate os limites de três províncias. A ele também pertence virtualmente o concelho de Constância, que ficou apenas separado pelo de Abrantes, aonde a cidade teria perturbado a expressão natural do povoamento.

Para o sul do Tejo a aglomeração média é excepção rara. Dois casos isolados no Alentejo: Monforte e Alandroal, ambos no Noroeste da província e pouco distantes entre si. No Algarve são apenas os três concelhos de Alcoutim, Alportel e Vila do Bispo. Nos dois primeiros é a serra, e no terceiro a desolação de um «finis terrae» que só o nosso génio pôde transformar em ponto de partida para um mundo maior.

Nas ilhas havia apenas seis concelhos de aglomeração média, dos quais quatro eram madeirenses, que juntos aos outros seis de forte aglomeração completavam o elenco dos concelhos do arquipélago, com a única excepção do do Funchal. Os dois únicos concelhos açorianos de aglomeração média eram o da Povoação, no distrito de Ponta Delgada, e o da Horta que foi, como vimos, um caso único no povoamento fortemente aglomerado do distrito.

A aglomeração mínima aparece episódicamente ao norte do Douro: é o caso de Valença, já referido, o de Viana do Castelo, que a si mesmo se explica, e depois os concelhos fronteiriços das diversas regiões. O limite minhoto-transmontano revela-se nos concelhos de Terras do Bouro, Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto, do mesmo modo que o minhoto-duriense avulta, como se infere do que já foi dito, em Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião e Peso da Régua. Vila do Conde e Santo Tirso são por sua vez um compromisso entre a concentração dos concelhos arrabaldinos do Porto e a dispersão minhota. De Freixo de Espada à Cinta já falámos. A sul do Douro a aglomeração mínima surge logo em Cinfães, para, com ligeira interrupção, se alargar pelos vales do Vouga e do Águeda numa vasta região que se extrema pelos concelhos de Ovar, Viseu e Aveiro. Depois está presente nos concelhos do grande maciço montanhoso do centro, prolongando-se da Guarda até à Lousã, entre os dois braços da aglomeração média. Coimbra já foi mencionada. Ao sul das serras, desde a foz do Mondego, pelo vale do Zêzere, até ao campo de Castelo Branco e à campina da Idanha, estende-se uma

(¹) Amorim Girão — Atlas de Portugal. V. Pluviosidade.

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Tipos de povoamento
1940

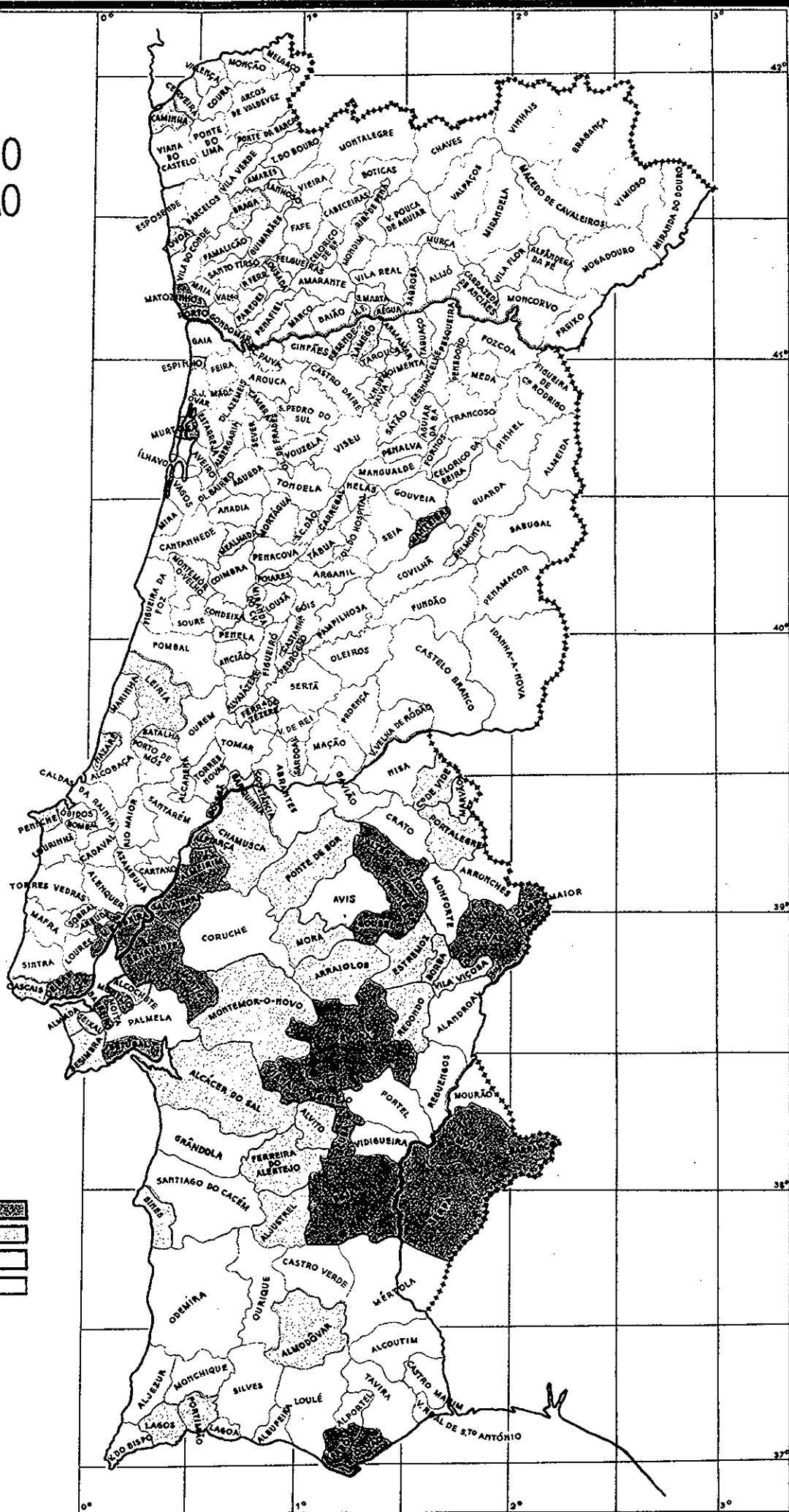
Legenda
Concelhos com população:

Concentrada
Mista
Dispersa
Aglomerada



ESCALA

0 15 30 45 60 Km.



(em %)



0 15 30 45 60 Km



cintura de aglomeração mínima que desborda pelo concelho de Vila de Rei para zona mais povoada do Ribatejo, o litoral estre-menho, desde as Caldas da Rainha até Sintra, é toda ela fracamente aglomerada. Só os concelhos de Peniche e Óbidos abrem excepção: aquele, concentrado na vila piscatória e industrial, e este com a aglomeração média que melhor se quadra com a vetustez que o caracteriza. Está-se a ver, através do branco ou do azul pálido desses concelhos no cartograma, o típico casal saloio a branquejar nas dobras da serra e que emparceira com o moinho recortado no horizonte para definição da paisagem estremenha.

Ao sul do Tejo até ao Algarve a aglomeração mínima é atributo de muito poucos concelhos: Seixal, Moita e Palmela, em grupo, na Estremadura transtagana; Coruche, Avis e Ourique, limítrofes da grande zona de dispersão do Sul, acusam uma vantagem ligeira de aglomeração sobre a dispersão; Nisa e Crato, no Alto Alentejo, assim como Reguengos de Monsaraz, Portel e Vidigueira, na transição dos dois Alentejos, acusam pelo seu lado uma pequena superioridade de aglomeração sobre a concentração característica das regiões; e, por último, Castro Verde e Mértola documentam uma aglomeração indecisa entre os outros dois tipos de povoamento. No Algarve a aglomeração mínima é o tipo de povoamento dominante. Têm-na os três grandes concelhos de Silves, Loulé e Tavira, que por certo a devem à sua própria extensão, no que ela importa de nivelamento entre as condições da serra e do litoral. Tem-na Castro Marim em situação um pouco semelhante à dos anteriores; têm-na também e por fim os concelhos de Lagoa, Albufeira e Vila Real de Santo António em que a aglomeração mínima resulta da importância que neles assume a concentração das sedes.

Nas ilhas a aglomeração mínima só aparece em quatro concelhos; três no distrito de Angra do Heroísmo (Calheta, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa) e um no de Ponta Delgada (Vila do Porto).

Os concelhos de povoamento concentrado, entendendo-se como tais aqueles que tivessem mais de metade da população em povoações com 2.000 e mais habitantes, eram muito poucos: vinte e nove no País e oito ao norte do Tejo dos quais apenas quatro ao norte do paralelo da foz do Mondego.

Dos vinte e um restantes, sete pertenciam à Estremadura transtagana e ao Ribatejo; sete ao Alto Alentejo; cinco ao Baixo Alentejo; e dois ao Algarve.

Esta distribuição já é altamente significativa da oposição entre o Norte e o Sul sob o ponto de vista das condições de povoamento. É preciso, porém, completá-la com a análise de intensidade de concentração que é muito diversa nos vários casos.

Com 100 % de concentração distinguem-se de todos os restantes concelhos os de Lisboa, Porto e Barrancos. Caprichoso agrupamento em que apenas este último reveste significado demográfico. Nos dois primeiros o critério da divisão administrativa não é, evidentemente, a determinante da concentração, mas é, sem dúvida, a razão de ser da sua medida. Desde que as cidades ocupem, por disposição legal, toda a área dos concelhos respectivos, é óbvio que a concentração destes tem que ser completa. Em Barrancos o caso é diferente. Além Guadiana, numa das duas grandes saliências da fronteira do Alentejo, sem ligação ferroviária e sem ser atravessado por qualquer das grandes estradas ou vias de comunicação internacionais, Barrancos é, por assim

dizer, uma síntese das influências centrípetas para a vida humana de peneplanície estépica e duma fronteira secundária. Influências que ainda transparecem no dialecto especial que falam os Barranquinhos.

Com 60 % e mais de concentração havia quinze concelhos. Eram ao Norte os de Murtosa e Manteigas; na linha do Tejo os concelhos ribatejanos da Golegã, Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos e Benavente; junto a Lisboa, o de Oeiras; e ao Sul do Tejo, ainda na Estremadura, Barreiro e Setúbal; finalmente, no Alentejo, os concelhos de Fronteira, Campo Maior, Viana do Alentejo, Serpa e Moura. Todos eles equiparados na situação, mas, por vezes, muito distantes entre si nas causas que a determinaram.

Em Manteigas é a serra que lhe não deixa dispersar os povoadores, ao passo que em Oeiras e no Barreiro, e até certo ponto em Setúbal, é a importância das sedes a avultar na pequenez dos alfozes municipais.

Nos concelhos do Ribatejo é a campina a perder de vista, cortada de valas e esteios, percorrida de lés a lés pelas manadas de gado bravo e de quando em quando varrida pelas cheias do rio, que leva o povo a concentrar-se em grandes povoações. Ribatejo, zona de concentração hidrográfica a que corresponde uma zona de concentração humana, até quanto mais não seja pela razão citada pelo Dr. Amorim Girão ⁽¹⁾ das populações seguirem com frequência o rumo das águas.

Nos restantes concelhos prevalecem em parte (Viana do Alentejo e Fronteira) ou no todo, embora com menos intensidade, as causas que foram referidas para Barrancos. É o caso de Campo Maior, noutra saliência de fronteira, e o de Moura e Serpa, ambos na outra riba do Guadiana.

Eram quatro os concelhos insulares que se apresentavam com o mesmo grau de concentração, que eram simultaneamente os únicos pertencendo a este tipo de povoamento e que se localizavam todos na Ilha de S. Miguel. Nada que se possa estranhar: a maior e única concentração açoreana nos concelhos das terras mais populosas e na ilha maior e mais próspera sob o ponto de vista demográfico.

Com uma concentração inferior (50 % ou mais e menos de 60 %) só existiam onze concelhos, todos no Sul do País, à excepção de Matosinhos que na proporção das duas cidades está para o Porto como Oeiras e Barreiro estão para Lisboa. Montijo ainda é a influência de Lisboa, mas é também a indústria e o movimento do seu porto fluvial. Dá-se nesse concelho o contrário do que se dá no concelho, quase seu vizinho, do Barreiro e em muitos outros, nomeadamente no de Viseu: uma grande concentração a diluir-se numa área grande, muito desigual e até, por particularidade única no País, separada por outros concelhos.

O de Vila Franca de Xira está na situação dos outros concelhos ribatejanos, apenas atenuado pelo seu crescente desenvolvimento industrial que, dada a forma como se tem distribuído as unidades fabris ao longo da margem do Tejo, redundando em favor da dispersão ou da aglomeração. Sousel e Alter do Chão estão vizinhos do de Fronteira e devem acusar, em menor escala, os efeitos das mesmas causas que determinaram o tipo de povoamento deste último. Em Évora, Beja, Cuba e Elvas a pequena concentração deve haver-se como sendo o resultado das influên-

(1) Geografia de Portugal. Pág. 411.

cias contrárias da concentração das sedes e da dispersão (Évora e Elvas) ou da aglomeração (Cuba e Beja) exigidas ou consentidas pelas condições do próprio meio.

Os concelhos algarvios de Faro e Olhão figuram, em proporção maior dada pela importância da cidade e vila respectivas, os casos já expostos de Lagoa e Albufeira. Em vez de ser a menor aglomeração é a menor concentração.

Depois dos concelhos que pertencem a um tipo de povoamento perfeitamente definido, há que tratar dos restantes, ou seja dos que não chegavam a ter 50 % da sua população nas condições definidas para um dos três tipos de povoamento.

Os concelhos desse grupo eram ao todo trinta e quatro, muito irregularmente distribuídos pelo País. Trás-os-Montes e as Beiras tinham apenas um único cada, o Minho, o Douro e o Algarve tinham dois, na Estremadura cistagania havia quatro, ao passo que na região compreendida entre o Tejo e as serras algarvias o seu número atingia vinte e dois. Se excluirmos deles dois ou três concelhos estremenhos da península de Setúbal, restam-nos só para o Ribatejo e Alentejo dezanove concelhos mistos.

Resultando do equilíbrio das três formas de povoamento ou apenas de duas delas, os concelhos mistos situam-se quase sempre nos limites das regiões ou nos outros pontos onde se fazem sentir as influências opostas: mar e terra, cidade e campo, serra e planície.

Pondo de parte os concelhos em que o conflito de influências opostas é evidente (concelhos com portos de mar, Braga, Vila Nova da Barquinha, Castelo de Vide, Portalegre, Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Redondo) restam-nos apenas dezassete concelhos mistos.

Consultando o mapa V que acompanha a obra «Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico», do Doutor Orlando Ribeiro, ver-se-á como todos estes últimos concelhos se situam nos limites das divisões geográficas em que este ilustre autor divide o território português. Isto desde Lamego e Espinho, quase junto ao Douro, até Almodôvar que tem as serras do Algarve a barrar-lhe o horizonte, passando por Leiria na raia estremenha e pelos vários concelhos mistos do sul, sem excluir o da Chamusca que, embora esteja no centro do Ribatejo, é um limite de culturas (ver «Atlas de Portugal» de Amorim Girão, produção vinícola e centeio). Mas que não fosse assim, bastava ter em conta que o concelho da Chamusca, estando no centro do Ribatejo, tinha que concentrar em si, no mais alto grau, as características dessa província que Amorim Girão definiu como a mais típica das nossas regiões de transição ⁽¹⁾.

Nas ilhas adjacentes havia dois concelhos mistos, qualquer deles também muito expressivo neste tipo de povoamento. Ambos reproduzem o caso de Braga, apenas tomando a aglomeração açoreana ou madeirense o lugar da dispersão minhota.

§ 2.º — Evolução entre 1911 e 1940

A verificação dos tipos de povoamento que acaba de ser feita segundo os resultados do recenseamento de 1940 pode ser completada com o exame das transformações operadas desde 1911, visto que o recenseamento deste último ano também recolheu elementos sobre a população dos lugares.

Esse exame será feito a traços largos, apenas com a intenção de determinar as tendências mais salientes da evolução dos diversos tipos de povoamento nesse espaço de tempo.

O sentido das transformações operadas nos vários concelhos do continente é indicado no cartograma n.º 19.

39 — Lugares segundo o número de habitantes, por distritos e concelhos (1911)

Distritos e Concelhos	População presente	População dispersa	Total		Menos de 100		100 a 499		500 a 999		1.000 a 1.999		2.000 a 4.999		5.000 e mais	
			Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População
Portugal	5.960.056	425.193	33.379	5.530.534	22.221	1.013.035	9.656	1.990.762	994	667.847	335	457.815	127	377.566	46	1.023.509
Continente	5.547.708	423.061	31.907	5.120.515	21.581	978.051	8.986	1.841.269	896	601.031	291	395.283	111	331.764	42	973.117
Ilhas adjacentes	412.348	2.132	1.472	410.019	640	84.984	670	149.493	98	66.816	44	62.532	16	45.802	4	50.392
Aveiro	335.957	13.969	2.329	320.987	1.455	72.302	791	158.821	62	40.724	11	16.201	4	11.819	3	21.120
Beja	192.499	36.005	669	156.474	491	18.606	113	25.105	25	17.178	23	31.688	14	43.574	3	20.323
Braga	382.276	62.556	4.609	319.720	4.006	168.202	583	98.810	11	7.256	5	7.970	2	6.097	2	31.385
Bragança	192.024	1.734	631	190.290	118	7.352	431	107.248	60	39.772	18	22.680	3	7.616	1	5.622
Castelo Branco	241.184	15.165	1.038	226.019	653	32.105	277	55.783	56	41.051	43	57.923	7	20.197	2	18.960
Cóimbra	359.086	15.659	2.229	343.350	1.276	63.030	852	174.970	80	52.599	17	23.019	2	4.447	2	25.285
Évora	148.295	40.080	530	108.215	411	13.328	74	16.194	23	16.482	10	13.412	10	29.108	2	19.691
Faro	272.861	12.964	1.591	258.987	1.035	50.449	481	94.244	47	30.841	12	14.990	7	22.164	6	46.299
Guarda	271.616	12.367	855	259.249	287	14.158	420	107.726	104	67.265	35	45.311	9	24.789	..	..
Leiria	263.006	12.707	2.161	250.116	1.463	68.749	646	121.204	35	24.215	12	15.892	4	14.617	1	5.439
Lisboa	685.349	25.381	1.378	659.783	826	38.005	469	103.489	61	40.336	12	17.540	9	25.054	1	435.359
Portalegre	141.443	22.091	535	119.352	409	16.563	77	15.761	20	14.837	18	26.268	8	23.510	3	22.413
Porto	680.156	52.024	4.284	628.006	3.226	145.432	987	188.163	48	31.161	10	13.541	9	29.089	4	220.620
Santarém	325.754	22.366	1.934	303.370	1.259	58.507	577	113.702	62	42.781	21	29.550	12	41.259	3	17.571
Setúbal	167.019	23.460	618	142.069	436	18.081	141	28.780	21	15.960	8	11.382	8	21.566	4	46.300
Viana do Castelo	227.250	22.418	2.841	204.723	2.398	102.988	425	72.967	10	6.950	5	7.630	2	4.429	1	9.759
Vila Real	245.547	6.719	1.229	238.828	532	28.454	621	139.166	60	38.748	13	17.419	1	2.429	2	12.612
Viscu	416.386	25.396	2.446	390.977	1.300	61.740	1.015	219.136	111	72.875	18	22.867	..	..	2	14.359
Angra do Heroísmo	69.957	637	319	69.177	189	9.114	102	21.163	15	9.841	10	15.207	2	4.179	1	9.673
Horta	50.055	199	185	49.802	71	3.370	87	19.455	20	12.923	6	9.166	1	4.888	..	..
Ponta Delgada	122.553	334	180	122.219	68	3.572	49	11.379	26	19.974	23	32.575	12	34.262	2	20.457
Funchal	169.783	962	788	168.821	312	18.928	432	97.496	37	24.078	5	5.584	1	2.473	1	20.262

(1) Geografia de Portugal. Pág. 410.

39 — Lugares segundo o número de habitantes, por distritos e concelhos (continuação)
(1911)

Distritos e concelhos	População presente	População dispersa	Total		Menos de 100		100 a 499		500 a 999		1.000 a 1.999		2.000 a 4.999		5.000 e mais	
			Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População
Distrito de Aveiro . . .	335.957	13.969	2.329	320.987	1.455	72.302	794	158.821	62	40.724	11	16.201	4	11.819	3	21.120
Águeda	22.033	483	169	21.550	117	5.437	43	9.094	7	4.276	2	2.743	..	..	..	..
Albergaria-a-Velha	14.454	214	65	14.240	34	1.665	23	5.181	6	3.513	2	3.851	..	..	..	..
Anadia	18.828	323	108	18.505	53	2.695	47	10.521	8	5.289	..	..	..	..	..	..
Arouca (a)	18.322	4.290	216	14.032	176	7.689	39	5.741	1	602	..	..	..	..	..	..
Aveiro (b)	28.063	105	53	27.696	14	754	24	6.716	11	7.892	3	3.599	..	..	1	8.735
Castelo de Paiva	10.069	2.533	128	7.536	112	4.477	15	2.522	1	537	..	..	..	..	..	..
Espinho	11.918	38	56	11.880	34	1.809	19	3.376	2	1.310	..	..	..	..	1	5.385
Estarreja (c)	21.753	77	132	21.349	56	3.670	71	14.325	5	3.354	..	..	..	..	..	..
Feira (d)	44.428	2.143	456	42.285	311	16.317	142	24.294	3	1.674	..	..	..	..	..	..
Ílhavo (e)	14.130	32	29	13.798	5	320	18	4.657	4	2.751	1	1.104	1	4.966	..	..
Mealhada (f)	11.262	64	52	11.198	16	891	31	6.727	5	3.580	..	..	..	..	..	..
Murtosa (g)	12.632	..	32	12.632	11	847	17	2.993	..	1	1.939	3	6.853	..	..	..
Oliveira de Azeméis	29.433	1.618	293	27.815	209	9.931	82	15.962	1	617	1	1.305	..	..	..	..
Oliveira do Bairro	11.125	226	74	10.899	37	1.977	36	8.418	1	504	..	..	..	..	..	..
Ovar	27.069	279	150	26.790	75	4.036	74	15.754	..	..	..	..	..	..	1	7.000
S. João da Madeira	3.963	61	17	3.902	7	437	8	2.287	2	1.178	..	..	..	..	..	..
Sever do Vouga	9.807	700	100	9.107	69	3.370	31	5.737	..	..	..	..	..	..	..	..
Vagos (h)	13.381	67	54	13.202	18	1.042	30	6.833	5	3.617	1	1.660	..	..	..	..
Vale de Cambra	13.287	716	145	12.571	101	4.938	44	7.633	..	..	..	..	..	..	..	..
Distrito de Beja . . .	192.499	36.005	669	156.474	491	18.606	113	25.105	25	17.178	23	31.688	14	43.574	3	20.323
Aljustrel	12.300	1.165	20	11.135	11	572	3	854	2	1.134	2	2.200	2	6.365	..	..
Almodôvar	11.398	3.292	90	8.106	73	2.712	16	3.218	..	..	..	..	1	2.176	..	..
Alvito	4.124	791	9	3.333	5	176	2	239	..	..	2	2.918	..	..	..	..
Barrancos	2.769	72	1	2.697	..	..	..	..	..	..	..	..	1	2.697	..	..
Beja	29.505	5.020	78	24.485	61	2.108	4	882	6	4.112	6	8.647	..	..	1	8.736
Castro Verde	8.920	1.505	32	7.414	13	379	15	2.936	3	2.066	..	..	1	2.034	..	..
Cuba	6.789	237	5	6.552	..	..	2	629	1	755	1	1.128	1	4.040	..	..
Ferreira do Alentejo	9.700	1.160	38	8.540	29	1.113	5	1.465	3	2.193	..	..	1	3.769	..	..
Mértola	22.309	939	127	21.370	77	4.150	44	8.830	3	2.291	2	2.319	1	3.730	..	..
Moura	19.877	1.283	31	18.594	23	736	1	187	1	653	3	4.988	2	6.037	1	5.993
Odemira (i)	24.110	12.231	154	11.859	139	4.647	11	2.910	3	1.855	..	..	1	2.417	..	..
Ourique	11.059	4.273	55	6.786	45	1.632	6	1.987	3	2.119	1	1.018	..	..	..	..
Serpa	20.687	3.231	22	17.456	15	381	1	310	..	..	3	4.369	2	6.802	1	5.594
Vidigueira	8.952	806	7	8.146	..	..	3	578	..	..	3	4.061	1	3.507	..	..
Distrito de Braga . .	382.276	62.556	4.609	319.720	4.006	168.202	583	98.810	11	7.256	5	7.970	2	6.097	2	31.385
Amares	13.223	2.323	225	10.900	207	8.567	18	2.333	..	..	..	..	..	..	..	..
Barcelos	51.069	6.704	771	44.365	710	30.638	59	9.250	1	863	..	..	1	3.614	..	..
Braga	60.737	7.081	517	53.656	454	19.831	61	10.588	..	..	1	1.082	..	..	1	22.155
Cabeceiras de Basto	17.448	2.198	163	15.250	112	4.829	50	9.621	1	800	..	..	..	..	..	..
Celorico de Basto	21.205	3.796	244	17.409	199	8.811	44	7.988	1	610	..	..	..	..	..	..
Esposende	16.010	222	104	15.788	62	3.351	38	7.807	2	1.100	2	3.530	..	..	..	..
Fafe	30.070	4.877	360	25.193	304	12.445	55	10.265	..	..	..	..	1	2.483	..	..
Guimarães	58.997	20.170	621	38.827	577	20.409	41	6.664	1	833	1	1.691	..	..	1	9.230
Póvoa de Lanhoso	18.069	2.540	230	15.529	191	8.483	37	5.738	2	1.308	..	..	..	..	..	..
Terras do Bouro	9.070	469	106	8.601	78	3.791	27	4.308	1	502	..	..	..	..	..	..
Vieira do Minho	15.009	905	171	14.104	125	5.321	44	7.543	2	1.240	..	..	..	..	..	..
Vila Nova de Famalicão . . .	37.776	6.191	520	31.585	449	20.074	70	9.844	..	..	1	1.667	..	..	..	..
Vila Verde	33.593	5.080	577	28.513	538	21.652	39	6.861	..	..	..	..	..	..	..	..
Distrito de Bragança .	192.024	1.734	631	190.290	118	7.352	431	107.248	60	39.772	18	22.680	3	7.616	1	5.622
Alfandega da Fé	9.316	45	32	9.271	4	270	25	6.580	2	1.356	1	1.065	..	..	..	..
Bragança	31.307	316	115	30.991	14	879	95	21.159	5	3.331	..	..	..	..	1	5.622
Carrizada de Ansiães	13.654	421	45	13.233	8	399	31	8.668	5	3.120	1	1.016	..	..	..	..
Freixo de Espada à Cinta . .	6.934	102	6	6.832	..	..	1	431	2	1.702	2	2.331	1	2.368	..	..
Macedo de Cavaleiros	20.991	81	67	20.910	13	911	42	11.436	11	7.154	1	1.409	..	..	..	..
Miranda do Douro	11.210	77	31	11.133	6	418	19	5.959	5	3.227	1	1.529	..	..	..	..
Mirandela	22.109	73	93	22.036	23	1.534	65	15.617	4	2.573	..	..	1	2.312	..	..
Mogadouro	17.063	61	55	17.002	9	530	37	9.699	7	4.560	2	2.213	..	..	..	..

a) O concelho de Arouca inclui 14 habitantes da parte do lugar de Paradelas, que pertence ao concelho de Feira. b) O total inclui 262 da população marítima. c) O concelho de Estarreja inclui 85 habitantes da parte do lugar de Formiga que pertence ao concelho de Murtosa. O total inclui 327 da população marítima. d) Excluídos 85 habitantes da parte do lugar de Paradelas que foram aumentados ao concelho de Arouca. e) O total inclui 300 da população marítima. f) Inclui 16 habitantes da parte do lugar de Adões que pertence ao concelho de Coimbra. g) Excluídos 85 habitantes da parte do lugar de Formiga que foram aumentados ao concelho de Estarreja. h) O total inclui 112 da população marítima. i) O total inclui 20 da população marítima.

39 — Lugares segundo o número de habitantes, por distritos e concelhos (continuação)
(1911)

Distritos e Concelhos	População presente	População dispersa	Total		Menos de 100		100 a 499		500 a 999		1.000 a 1.999		2.000 a 4.999		5.000 e mais	
			Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População
Distrito de Bragança (continuação)																
Torre de Moncorvo	16.512	284	38	16.228	12	673	15	3.609	6	4.023	4	4.987	1	2.936	..	..
Vila Flor	10.352	66	28	10.286	1	23	22	6.004	4	2.931	1	1.328	..	..	..	..
Vimioso	11.882	8	23	11.874	2	100	12	2.969	5	3.159	4	5.646	..	..	..	..
Vinhais	20.694	200	98	20.494	26	1.615	67	15.117	4	2.636	1	1.126	..	..	..	..
Distrito de Castelo Branco																
Belmonte	7.273	93	17	7.180	7	320	5	1.583	3	1.737	2	3.540	..	..	..	..
Castelo Branco	41.887	1.945	137	39.912	74	3.658	43	9.603	10	7.510	8	9.960	1	2.776	1	6.435
Covilhã	48.272	2.965	154	45.307	105	4.359	28	6.402	12	9.233	7	10.051	1	2.737	1	12.525
Fundão	38.813	3.619	100	35.194	47	1.823	27	6.233	14	9.955	11	14.660	1	2.523	..	..
Idanha-a-Nova	26.853	451	39	26.402	15	849	9	2.117	3	2.276	9	12.357	3	8.803	..	..
Oleiros	11.919	2.166	107	9.753	81	3.834	24	4.706	2	1.213	..	..	..	..	..	..
Penamacor	14.978	286	20	14.692	8	295	..	..	6	4.815	5	6.224	1	3.358	..	..
Proença-a-Nova	13.384	510	113	12.874	74	4.258	37	6.939	2	1.677	..	..	..	..	..	..
Sertã	22.594	2.706	229	19.888	171	8.702	55	8.815	2	1.240	1	1.131	..	..	..	..
Vila de Rei	7.334	169	77	7.165	51	2.701	26	4.464	..	..	..	..	..	..	..	..
Vila Velha de Ródão	7.877	255	45	7.622	20	1.306	23	4.921	2	1.395	..	..	..	..	..	..
Distrito de Coimbra																
Arganil (a)	21.120	1.122	146	19.998	86	4.626	56	11.771	2	1.414	2	2.187	..	..	..	..
Cantanhede	29.559	143	156	29.416	78	4.030	67	15.969	9	5.411	1	1.690	1	2.316	..	..
Coimbra (b)	62.488	1.604	281	60.884	147	7.483	119	25.558	13	8.270	1	1.205	..	..	1	18.368
Condeixa-a-Nova (c)	12.583	370	95	12.213	58	2.743	35	7.469	1	559	1	1.442	..	..	..	..
Figueira da Foz (d)	44.904	418	198	44.409	97	4.949	82	16.598	14	9.420	3	4.394	1	2.131	1	6.917
Góis	12.466	1.259	118	11.207	83	3.936	33	6.002	2	1.269	..	..	..	..	..	..
Lousã (e)	12.478	960	141	11.518	103	4.758	37	5.836	1	924	..	..	..	..	..	..
Mira	8.510	32	25	8.478	7	447	14	3.840	3	2.252	1	1.939	..	..	..	..
Miranda do Corvo	12.859	412	112	12.447	71	3.572	39	7.700	2	1.175	..	..	..	..	..	..
Montemor-o-Velho (f)	23.886	348	130	23.538	64	3.223	56	12.383	8	5.497	2	2.435	..	..	..	..
Oliveira do Hospital	27.242	3.090	114	24.152	56	2.478	43	9.845	12	7.818	3	4.011	..	..	..	..
Pampilhosa da Serra	13.548	897	96	12.651	45	2.374	50	9.567	1	710	..	..	..	..	..	..
Penacova (g)	17.788	681	133	17.107	81	4.479	49	10.450	3	2.178	..	..	..	..	..	..
Penela	11.932	877	120	11.055	82	3.943	36	5.777	2	1.335	..	..	..	..	..	..
Poiões (h)	7.848	530	74	7.318	46	2.089	28	5.229	..	..	..	..	..	..	..	..
Soure (i)	22.342	926	173	21.416	105	5.051	64	12.027	1	622	3	3.716	..	..	..	..
Tábua	17.533	1.990	117	15.543	67	2.849	44	8.949	6	3.745	..	..	..	..	..	..
Distrito de Évora																
Alandroal	8.391	1.016	29	7.345	12	428	12	2.727	4	2.531	1	1.659	..	..	..	..
Arraiolos	9.518	3.235	27	6.283	17	508	6	1.174	2	1.409	2	3.192	..	..	..	..
Borba	6.974	1.551	34	5.423	26	1.136	7	1.403	..	..	..	..	1	2.884	..	..
Estremoz	18.013	6.824	89	11.189	80	2.683	7	1.203	..	..	1	1.435	..	..	1	5.868
Évora	30.257	10.103	85	20.149	71	1.816	9	1.556	4	2.954	..	..	..	..	1	13.823
Montemor-o-Novo	22.448	9.204	121	13.244	106	3.504	11	2.117	2	1.223	..	..	2	6.400	..	..
Mora	6.462	1.532	34	4.930	30	1.067	1	324	1	744	2	2.795	..	..	..	..
Mourão	4.165	489	11	3.676	8	264	1	298	..	..	1	1.003	1	2.111	..	..
Portel	9.084	1.443	13	7.641	5	113	1	405	6	4.417	..	..	1	2.706	..	..
Redondo	8.420	1.971	39	6.449	32	1.002	4	751	2	1.542	..	..	1	3.154	..	..
Reguengos de Monsaraz	10.732	1.167	27	9.565	11	355	12	3.258	2	1.662	1	1.063	1	3.227	..	..
Viana do Alentejo	6.253	848	9	5.405	5	137	2	524	..	..	..	..	2	4.744	..	..
Vila Viçosa	7.578	662	12	6.916	8	315	1	454	..	..	2	2.265	1	3.882	..	..

a) Inclui 12 habitantes da parte do lugar de Ponte da Mucela que pertence ao concelho de Poiões; excluídos 43 habitantes da parte do lugar de Sobreira que foram aumentados ao concelho de Penacova. b) Inclui 81 habitantes da parte do lugar de Carvalho que pertence ao concelho de Poiões; excluídos 16 habitantes da parte do lugar de Adões que foram aumentados ao concelho de Mealhada (Aveiro). c) Inclui 30 habitantes da parte do lugar de Casal da Léguas que pertence ao concelho de Montemor-o-Velho. d) Excluídos 44 habitantes da parte do lugar de Cipreste que foram aumentados ao concelho de Pombal (Leiria). Excluídos 235 habitantes da parte do lugar de Matas que foram aumentados ao concelho de Pombal (Leiria). Excluídos 69 habitantes da parte do lugar de Torreira que foram aumentados ao concelho de Pombal (Leiria). O total inclui 77 da população marítima. e) Inclui 47 habitantes da parte do lugar de Framilho que pertence ao concelho de Poiões. Inclui 52 habitantes da parte do lugar de Vale Clara que pertence ao concelho de Poiões. Inclui 36 habitantes da parte do lugar de Alveite Pequeno que pertence ao concelho do Poiões. Excluídos 15 habitantes da parte do lugar do Forcado que foram aumentados ao concelho de Poiões. f) Excluídos 30 habitantes da parte do lugar de Casal da Léguas, que foram aumentados ao concelho de Condeixa-a-Nova. g) Inclui 44 habitantes da parte dos lugares de Vale de Ana Justa e Vale das Éguas que pertencem ao concelho de Mortágua (Viseu). Inclui 43 habitantes da parte do lugar de Sobreira que pertence ao concelho de Arganil. h) Excluídos 47 habitantes da parte do lugar de Framilho que foram aumentados ao concelho de Lousã. Excluídos 52 habitantes da parte do lugar de Vale Clara que foram aumentados ao concelho de Lousã. Excluídos 36 habitantes da parte do lugar de Alveite Pequeno que foram aumentados ao concelho de Lousã. Inclui 15 habitantes da parte do lugar de Forcado que pertence ao concelho de Lousã. Excluídos 12 habitantes da parte do lugar de Ponte da Mucela que foram aumentados ao concelho de Arganil. Excluídos 81 habitantes da parte do lugar de Carvalho que foram aumentados ao concelho de Coimbra. i) Inclui 19 habitantes da parte do lugar de Marco do Sul que pertence ao concelho de Pombal (Leiria).

39 — Lugares segundo o número de habitantes, por distritos e concelhos (continuação)
(1911)

Distritos e Concelhos	População presente	População dispersa	Total		Menos de 100		100 a 499		500 a 999		1.000 a 1.999		2.000 a 4.999		5.000 e mais	
			Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População
Distrito de Faro . . .	272.861	12.964	1.591	258.987	1.035	50.449	484	94.244	47	30.841	12	14.990	7	22.164	6	46.299
Albufeira (a)	12.667	165	82	12.496	47	2.899	33	6.000	1	684	..	..	1	2.913	..	..
Alcoutim	8.514	301	85	8.213	54	2.731	31	5.482	..	..	..	..	..	..	..	..
Aljezur	5.658	2.493	43	3.165	38	1.273	3	591	2	1.301	..	..	..	..	..	..
Alportel	11.900	57	52	11.843	19	1.137	30	6.722	2	1.369	..	..	1	2.615	..	..
Castro Marim	8.571	615	79	7.956	59	2.418	18	3.507	1	634	1	1.397	..	..	..	..
Faro (b)	23.934	179	99	23.643	50	2.976	45	8.244	3	2.469	..	..	..	..	1	9.951
Lagoa	12.994	411	51	12.583	33	1.477	11	2.004	2	1.046	4	5.263	1	2.793	..	..
Lagos (c)	16.259	869	71	15.274	52	2.273	13	2.217	4	2.599	1	1.119	..	..	1	7.066
Loulé (d)	44.274	1.694	340	42.580	214	11.267	117	20.880	8	5.532	..	..	1	4.901	..	..
Monchique	12.712	2.367	156	10.345	141	6.393	14	2.267	..	..	1	1.685	..	..	..	..
Olhão (e)	24.740	39	49	24.686	11	778	31	8.295	5	2.979	..	..	1	2.135	1	10.499
Portimão (f)	15.931	1.256	71	14.402	60	2.434	7	1.139	2	1.563	..	..	1	2.133	1	7.133
Silves (g)	31.602	1.484	197	30.118	123	5.897	66	13.237	3	1.849	4	4.461	1	4.674	..	..
Tavira (h)	25.971	499	176	25.472	124	5.991	46	9.504	4	2.268	1	1.055	..	..	1	6.644
Vila do Bispo	5.945	470	17	5.475	6	283	4	813	7	4.379	..	..	..	..	..	..
Vila Real de St. ^o António (i)	11.189	65	23	10.736	4	222	15	3.342	3	2.169	..	..	..	..	1	5.003
Distrito da Guarda . .	271.616	12.367	855	259.249	287	14.158	420	107.726	104	67.265	35	45.311	9	24.789	..	..
Aguiar da Beira	8.866	144	46	8.722	18	1.044	24	5.451	4	2.227	..	..	..	..	..	..
Almeida	17.220	166	39	17.054	2	102	26	6.719	8	5.610	2	2.400	1	2.223	..	..
Celorico da Beira	15.865	1.238	53	14.627	13	571	34	9.196	5	3.011	1	1.849	..	..	..	..
Figueira de Castelo Rodrigo	15.507	142	22	15.365	2	118	7	1.907	6	3.873	6	7.302	1	2.165	..	..
Fornos de Algodres	9.902	1.050	37	8.852	15	693	17	4.758	4	2.316	1	1.085	..	..	..	..
Gouveia	25.373	1.424	47	23.949	15	557	13	3.793	12	8.538	6	7.909	1	3.152	..	..
Guarda (j)	43.617	3.918	192	39.699	89	4.545	88	20.199	11	7.066	3	3.428	1	4.461	..	..
Manteigas	3.988	72	5	3.916	3	121	..	..	1	536	..	..	1	3.259	..	..
Meda	11.902	632	42	11.270	17	768	19	5.882	5	2.987	1	1.633	..	..	..	..
Pinhel (l)	19.746	505	59	19.241	12	815	38	10.602	6	3.356	2	2.397	1	2.071	..	..
Sabugal	34.778	734	88	34.044	21	952	41	11.156	15	10.237	7	9.629	1	2.070	..	..
Seia	32.374	1.325	121	31.049	52	2.334	51	13.874	15	9.839	2	2.770	1	2.232	..	..
Trancoso (m)	17.974	810	77	17.164	24	1.311	46	10.603	6	3.880	1	1.370	..	..	..	..
Vila Nova de Foz Côa	14.504	207	27	14.297	4	227	13	3.586	6	3.789	3	3.539	1	3.156	..	..
Distrito de Leiria . .	263.006	12.707	2.161	250.116	1.463	68.749	646	121.204	35	24.215	12	15.892	4	14.617	1	5.439
Alcobaça (n)	32.402	1.694	228	30.798	144	6.915	73	14.434	9	6.159	1	1.096	1	2.194	..	..
Alvaiázere (o)	12.293	619	171	11.674	134	5.951	37	5.723	..	..	..	..	..	..	..	..
Ancião (p)	13.967	565	195	13.402	159	7.550	34	4.723	2	1.129	..	..	..	..	..	..
Batalha	7.690	290	71	7.400	49	2.551	21	4.045	1	804	..	..	..	..	..	..
Bombarral	9.823	533	43	9.290	25	960	14	4.408	3	2.320	1	1.602	..	..	..	..
Caldas da Rainha	24.240	1.447	187	22.793	131	5.969	51	8.759	4	2.626	..	..	..	..	1	5.439
Castanheira de Pera	5.608	123	42	5.485	21	941	20	3.642	1	902	..	..	..	..	..	..
Figueiró dos Vinhos (q)	10.279	800	122	9.479	91	4.093	30	4.379	..	..	1	1.007	..	..	..	..
Leiria (r)	47.839	1.933	354	45.906	203	10.368	146	28.685	4	2.461	..	..	1	4.392	..	..
Marinha Grande	10.423	236	49	10.187	19	943	27	5.468	1	800	2	2.976	..	..	..	..
Nazaré (s)	10.220	52	20	10.168	9	484	7	1.441	1	555	2	2.883	1	4.805	..	..
Óbidos	9.460	1.108	41	8.352	22	989	14	3.368	4	2.814	1	1.181	..	..	..	..
Pedrogão Grande	7.869	458	76	7.411	54	2.887	21	3.425	..	..	1	1.099	..	..	..	..
Peniche (t)	9.800	423	26	9.194	11	380	11	2.744	2	1.689	1	1.155	1	3.226	..	..
Pombal (u)	37.391	1.826	400	35.565	290	13.419	108	20.030	1	629	1	1.437	..	..	..	..
Porto de Mós (v)	13.612	600	136	13.012	101	4.349	32	5.880	2	1.327	1	1.456	..	..	..	..

a) Inclui 197 habitantes da parte do lugar de Canais que pertence ao concelho de Silves. Excluídos 86 habitantes da parte do lugar de Assomadas que foram aumentados ao concelho de Silves. Excluídos 313 habitantes da parte do lugar de Patá que foram aumentados ao concelho de Loulé. O total inclui 6 da população marítima. b) O total inclui 112 da população marítima. c) O total inclui 116 da população marítima. d) Inclui 313 habitantes da parte do lugar de Patá que pertence ao concelho de Albufeira. e) Excluídos 258 habitantes da parte do lugar de Esteiramentens que foram aumentados ao concelho de Tavira. O total inclui 15 da população marítima. f) O total inclui 273 da população marítima. g) Inclui 86 habitantes da parte do lugar de Assomadas que pertence ao concelho de Albufeira. Excluídos 197 habitantes da parte do lugar de Canais que foram aumentados ao concelho de Albufeira. h) Inclui 258 habitantes da parte do lugar de Esteiramentens que pertence ao concelho de Olhão. Excluídos 55 habitantes da parte do lugar de Sítio da Nora que foram aumentados ao concelho de Vila Real de Santo António. i) Inclui 55 habitantes da parte do lugar de Sítio da Nora que pertence ao concelho de Tavira. O total inclui 388 da população marítima.

j) Excluídos 17 habitantes da parte do lugar de Carvalhal que foram aumentados ao concelho de Pinhel. l) Inclui 17 habitantes da parte do lugar de Carvalhal que pertence ao concelho da Guarda. Inclui 44 habitantes da parte do lugar de Vendinha que pertence ao concelho de Trancoso. Excluídos 29 habitantes da parte do lugar de Dominga Chá que foram aumentados ao concelho de Trancoso. m) Inclui 29 habitantes da parte do lugar de Dominga Chá que pertence ao concelho de Pinhel. Excluídos 44 habitantes da parte do lugar de Vendinha que foram aumentados ao concelho de Pinhel.

n) Excluídos 72 habitantes da parte do lugar de Macarca que foram aumentados ao concelho de Nazaré. o) Excluídos 17 habitantes da parte do lugar de Murtal que foram aumentados ao concelho de Ancião. Excluídos 78 habitantes da parte do lugar de Cabeças que foram aumentados ao concelho de Figueiró dos Vinhos. Excluídos 9 habitantes da parte do lugar de Venda Nova que foram aumentados ao concelho de Ancião. Inclui 43 habitantes da parte do lugar de Portela do Brás que pertence ao concelho de Ferreira do Zêzere (Santarém). p) Inclui 17 habitantes da parte do lugar de Murtal que pertence ao concelho de Alvaizere. Inclui 9 habitantes da parte do lugar de Venda Nova que pertence ao concelho de Alvaizere. Inclui 9 habitantes da parte do lugar de Venda Nova que pertence ao concelho de Alvaizere. Inclui 22 habitantes da parte do lugar de Lapa que pertence ao concelho de Pombal. q) Inclui 78 habitantes da parte do lugar de Cabeças que pertence ao concelho de Alvaizere. r) Inclui 156 habitantes da parte do lugar de Grou que pertence ao concelho de Pombal. Inclui 52 habitantes da parte do lugar de Ruge de Água que pertence ao concelho de Pombal. s) Inclui 72 habitantes da parte do lugar de Macarca que pertence ao concelho de Alcobaça. t) Excluídos 14 habitantes da parte do lugar de Paço que foram aumentados ao concelho da Lourinhã (Lisboa). O total inclui 183 da população embarcada. u) Inclui 44 habitantes da parte do lugar de Cipreste que pertence ao concelho da Figueira da Foz (Coimbra). Inclui 235 habitantes da parte do lugar de Matas que pertence ao concelho da Figueira da Foz (Coimbra). Inclui 69 habitantes da parte do lugar de Torneira que fazem parte do concelho da Figueira da Foz (Coimbra). Excluídos 19 habitantes da parte do lugar de Marco do Sul que foram aumentados ao concelho de Soure (Coimbra). Excluídos 22 habitantes da parte do lugar de Lapa que foram aumentados ao concelho de Ancião. Excluídos 156 habitantes da parte do lugar de Grou que foram aumentados ao concelho de Leiria. Excluídos 52 habitantes da parte do lugar de Ruge de Água que foram aumentados ao concelho de Leiria. v) Inclui 16 habitantes da parte do lugar de Vale Florido que pertence ao concelho de Santarém.

39 — Lugares segundo o número de habitantes, por distritos e concelhos (continuação)
(1911)

Distritos e concelhos	População presente	População dispersa	Total		Menos de 100		100 a 499		500 a 999		1.000 a 1.999		2.000 a 4.999		5.000 e mais	
			Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População
Distrito de Lisboa . . .	685.349	25.381	1.378	659.783	826	38.005	469	103.489	61	40.336	12	17.540	9	25.054	1	435.35
Alenquer(a)	26.331	3.531	145	22.800	77	3.754	61	13.328	6	3.616	..	..	1	2.102	..	..
Arruda dos Vinhos	6.260	1.385	59	4.875	46	1.991	12	1.971	1	913	..	..	..	..	..	..
Azambuja (b)	12.623	978	45	11.616	25	1.077	13	3.314	5	3.528	1	1.590	1	2.107	..	..
Cadaval	11.529	810	51	10.729	21	876	25	6.480	5	3.373	..	..	..	..	..	..
Cascais (c)	14.864	454	59	14.385	30	1.698	25	6.190	2	1.751	1	1.301	1	3.445	..	..
Lisboa	435.359	..	1	435.359	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	435.359
Loures (d)	25.177	2.618	120	22.559	66	3.080	44	9.926	8	5.801	1	1.056	1	2.696	..	..
Lourinhã (e)	13.681	1.131	73	12.550	40	2.032	29	7.038	2	1.191	2	2.289	..	..	..	..
Mafra, (f)	26.696	2.665	219	24.031	158	7.137	57	12.330	2	1.046	2	3.518	..	..	..	..
Oeiras (g)	17.367	938	56	16.395	27	1.277	20	4.113	5	3.134	2	3.286	2	4.585	..	..
Sintra (h)	30.396	1.453	178	28.943	105	4.959	62	14.121	8	5.363	3	4.500	..	..	..	..
Sobral de Monte Agraço . .	5.922	543	63	5.379	45	2.124	17	2.715	1	540	..	..	..	..	..	..
Torres Vedras (i)	38.996	4.990	223	34.006	125	5.612	85	18.693	12	7.071	..	..	1	2.630	..	..
Vila Franca de Xira (j) . .	20.138	3.885	86	16.156	61	2.388	19	3.270	4	3.009	..	..	2	7.489	..	..
Distrito do Portalegre . .	141.443	22.091	635	119.352	409	16.563	77	15.761	20	14.837	18	26.268	8	23.510	3	22.413
Alter do Chão	7.293	502	7	6.791	2	43	1	341	3	2.411	..	..	1	3.996	..	..
Arronches	5.032	1.888	29	3.144	26	998	2	258	..	..	1	1.888	..	..	..	..
Avis	7.542	2.354	35	5.188	29	1.049	3	722	1	895	2	2.522	..	..	..	..
Campo Maior	7.582	397	4	7.185	..	..	2	401	1	710	..	..	..	..	1	6.074
Castelo de Vide	6.715	364	16	6.351	13	438	1	116	..	..	1	1.453	1	4.344	..	..
Crato	7.039	591	15	6.448	5	159	5	1.036	2	1.318	3	3.935	..	..	..	..
Elvas	21.610	4.408	38	17.202	26	916	6	1.205	2	1.682	2	3.280	1	2.032	1	8.057
Fronteira	5.344	872	7	4.472	4	136	1	236	..	..	1	1.758	1	2.342	..	..
Gavião (f)	7.491	161	38	7.330	20	1.267	14	2.536	3	2.023	1	1.504	..	..	..	..
Marvão	6.321	1.332	68	4.989	57	2.238	10	2.170	1	581	..	..	..	..	..	..
Monforte	5.986	1.791	13	4.195	8	316	1	100	3	2.480	1	1.299	..	..	..	..
Nisa	14.065	121	25	13.944	8	401	11	2.677	1	602	3	4.000	2	6.264	..	..
Ponte de Sor	10.781	1.865	70	8.916	59	2.437	7	1.320	2	1.375	1	1.758	1	2.026	..	..
Portalegre	20.932	3.936	156	16.996	143	5.729	11	2.225	1	760	..	..	..	..	1	8.282
Sousel	7.710	1.509	14	6.201	9	406	2	418	..	..	2	2.371	1	2.506	..	..
Distrito do Porto	680.156	52.024	4.284	628.006	3.226	145.432	987	188.163	48	31.161	10	13.641	9	29.089	4	220.620
Amarante	35.235	7.699	470	27.536	412	16.728	57	9.685	..	..	1	1.123	..	..	..	..
Baião	25.024	3.868	295	21.156	233	10.064	61	10.591	1	501	..	..	..	..	..	..
Felgueiras	24.192	7.850	345	16.342	328	12.025	15	2.672	2	1.645	..	..	..	..	..	..
Gondomar	37.929	554	184	37.375	67	3.712	100	21.914	16	10.437	1	1.312	..	..	..	..
Lousada	17.710	5.548	261	12.162	244	9.200	16	2.414	1	548	..	..	..	..	..	..
Maia (m)	23.588	459	158	23.129	83	4.817	71	15.014	3	2.023	1	1.275	..	..	..	..
Marco de Canaveses	29.423	8.663	364	20.760	324	13.680	39	6.503	1	577	..	..	..	..	..	..
Matosinhos (n)	34.164	448	110	33.590	51	2.919	53	11.251	2	1.267	1	1.258	2	6.977	1	9.918
Paços de Ferreira	13.844	1.744	196	12.100	166	7.706	30	4.394	..	..	..	..	..	..	..	..
Parades	23.251	4.001	291	19.250	242	10.251	48	8.420	1	579	..	..	..	..	..	..
Penafiel	34.719	5.530	412	29.189	351	15.933	58	8.356	2	1.044	..	..	1	3.856	..	..
Porto	191.009	..	1	194.009	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	194.009
Póvoa de Varzim	24.508	415	116	24.093	78	4.231	35	5.754	..	..	2	2.577	..	..	1	11.531
Santo Tirso	33.164	3.342	348	29.822	254	11.736	93	16.007	..	..	..	..	1	2.079	..	..
Valongo	13.593	174	70	13.419	32	2.202	35	7.089	2	1.167	..	..	1	2.961	..	..
Vila do Conde	29.990	557	247	29.433	168	9.662	76	13.958	2	1.661	..	..	1	4.152	..	..
Vila Nova de Gaia	85.813	1.172	416	84.641	193	10.566	200	44.141	15	9.712	4	5.996	3	9.064	1	5.162

a) Excluídos 53 habitantes da parte do lugar de Corujeira que foram aumentados ao concelho de Torres Vedras. b) O total inclui 29 da população marítima. c) O total inclui 25 da população marítima. d) Inclui 51 habitantes da parte do lugar de Cabeço de Montachique que pertence ao concelho de Maфра. e) Inclui 14 habitantes da parte do lugar de Paço que pertence ao concelho de Peniche (Leiria). Excluídos 17 habitantes da parte do lugar de Campelos que foram aumentados ao concelho de Torres Vedras. f) Excluídos 15 habitantes da parte do lugar de Ribeira dos Tostões que foram aumentados ao concelho de Sintra. Excluídos 8 habitantes da parte do lugar de Moucheira que foram aumentados ao concelho de Sintra. Excluídos 51 habitantes da parte do lugar de Cabeço de Montachique que foram aumentados ao concelho de Loures. g) O total inclui 34 da população marítima. h) Inclui 15 habitantes da parte do lugar de Ribeira dos Tostões que pertence ao concelho de Maфра. Inclui 8 habitantes da parte do lugar da Moucheira que pertence ao concelho de Maфра. i) Inclui 53 habitantes da parte do lugar de Corujeira que pertence ao concelho de Alenquer. Inclui 17 habitantes da parte do lugar de Campelos que pertence ao concelho da Lourinhã. j) O total inclui 97 da população marítima. l) Excluídos 38 habitantes da parte do lugar de Vale do Coelho que foram aumentados ao concelho de Mação (Santarém). m) Inclui 101 habitantes da parte do lugar de Catassol que pertence ao concelho de Matosinhos. n) Excluídos 101 habitantes da parte do lugar de Catassol que foram aumentados ao concelho da Maia. O total inclui 126 da população marítima.

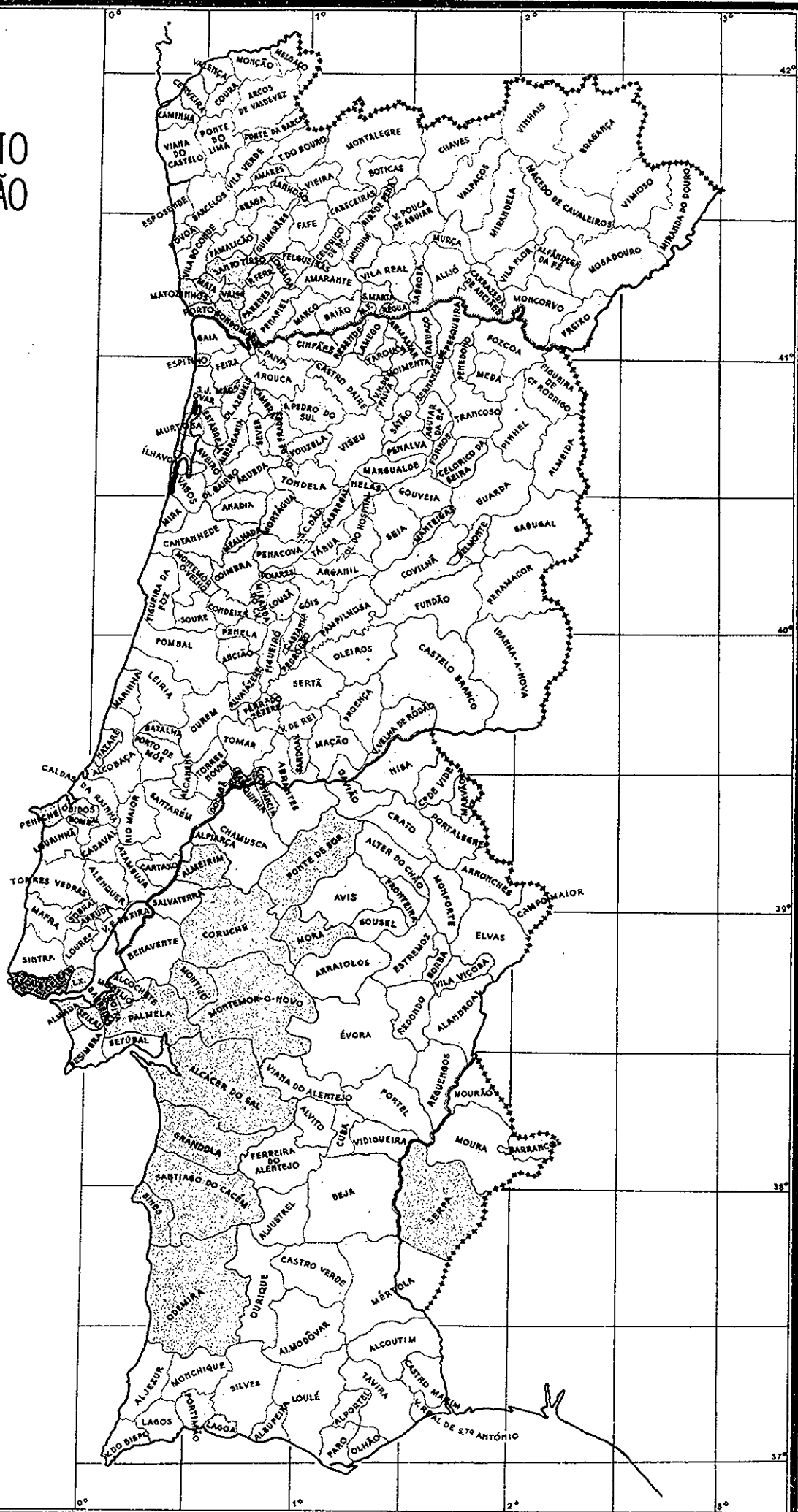
39 — Lugares segundo o número de habitantes, por distritos e concelhos (*continuação*)
(1911)

Distritos e Concelhos	População presente	População dispersa	Total		Menos de 100		100 a 499		500 a 999		1.000 a 1.999		2.000 a 4.999		5.000 e mais	
			Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População
Distrito de Santarém	325.754	22.366	1.934	303.370	1.259	58.507	577	113.702	62	142.781	21	29.550	12	41.259	3	17.571
Abrantes	31.355	2.000	176	29.355	112	5.358	53	10.891	6	4.034	3	4.088	2	4.984	..	..
Alcanena (a)	9.508	216	25	9.292	3	165	16	3.492	5	3.724	1	1.911	..	..	..	..
Almeirim	9.311	1.726	28	7.585	21	843	5	885	..	..	1	1.194	1	4.663	..	..
Alpiarça	6.341	83	10	6.258	6	215	3	580	..	..	..	..	..	..	1	5.463
Benavente (b)	7.668	293	18	7.369	13	343	2	292	1	825	..	..	2	5.909	..	..
Cartaxo (c)	15.982	605	43	15.365	22	821	15	3.615	3	2.496	1	1.390	2	7.013	..	..
Chamusca	11.625	1.074	79	10.551	65	2.626	10	1.975	3	2.201	..	..	1	3.749	..	..
Constância	3.409	617	18	2.792	11	407	5	1.025	2	1.360	..	..	..	..	..	..
Coruche	13.138	2.793	110	10.345	92	3.593	14	2.817	3	2.090	1	1.845	..	..	..	..
Ferreira do Zêzere (d)	14.898	1.343	193	13.555	157	7.146	36	6.409	..	..	..	..	..	..	..	..
Golegã (e)	8.819	798	12	8.021	4	273	6	1.517	..	..	1	1.310	1	4.921	..	..
Mação (f)	16.074	323	125	15.751	78	4.124	41	8.549	2	1.601	1	1.477	..	..	..	..
Rio Maior	12.807	1.042	87	11.765	53	2.370	31	6.049	2	1.664	1	1.682	..	..	..	..
Salvaterra de Magos	9.071	366	17	8.705	7	273	6	1.291	1	914	1	1.148	2	5.079	..	..
Santarém (g)	47.316	3.749	281	43.567	185	8.221	82	15.951	8	5.250	5	7.177	..	..	1	6.968
Sardoal	6.128	126	35	6.002	21	939	10	1.411	2	1.287	2	2.365	..	..	..	..
Tomar (h)	35.112	1.782	286	33.330	193	9.819	88	16.312	4	2.288	..	..	1	4.911	..	..
Torres Novas	33.538	2.009	110	31.529	47	2.240	45	11.246	14	8.940	3	3.963	..	..	1	5.140
Vila Nova da Barquinha (i)	4.758	241	25	4.517	12	497	9	1.419	4	2.601	..	..	..	..	..	..
Vila Nova de Ourém (i)	28.896	1.180	256	27.716	157	8.234	97	17.976	2	1.506	..	..	..	..	..	..
Distrito de Setúbal	167.019	23.460	618	142.069	436	18.081	141	28.780	21	15.960	8	11.382	8	21.566	4	46.300
Alcácer do Sal	12.812	2.590	94	10.222	78	3.198	14	2.476	..	..	..	..	2	4.548	..	..
Alcochete	6.313	214	22	6.099	13	467	7	1.357	..	..	1	1.064	1	3.211	..	..
Almada (m)	18.111	1.027	89	16.994	62	2.976	19	3.596	4	2.837	3	3.818	1	3.767	..	..
Barreiro (n)	12.161	601	26	11.485	19	841	4	903	2	1.842	..	..	..	..	1	7.899
Grândola	10.246	4.519	50	5.727	42	1.561	6	1.206	..	..	2	2.950	..	..	..	..
Moita (o)	6.447	241	22	6.122	12	500	7	1.858	2	1.605	..	..	1	2.158	..	..
Montijo	11.135	456	30	10.679	20	1.015	7	1.351	2	1.263	..	..	..	..	1	7.050
Palmela (p)	13.117	811	51	12.306	20	850	26	6.383	4	2.564	..	..	1	2.509	..	..
Santiago do Cacém	18.271	9.029	106	9.242	90	3.582	13	1.991	2	1.702	1	1.967	..	..	..	..
Seixal (q)	8.475	574	27	7.869	17	599	6	1.317	2	1.611	1	1.573	1	2.769	..	..
Sesimbra (r)	10.672	94	31	10.531	17	820	11	2.243	2	1.658	..	..	..	..	1	5.810
Setúbal (s)	34.465	1.634	53	31.679	31	1.298	20	3.963	1	877	..	..	..	..	1	25.541
Sines (t)	4.794	1.670	17	3.114	15	374	1	136	..	..	..	..	1	2.601	..	..
Distrito de Viana do Castelo	227.250	22.418	2.841	204.723	2.398	102.983	425	72.967	10	6.950	5	7.630	2	4.429	1	9.759
Arcos de Valdevez	33.050	3.310	481	29.740	411	16.936	69	10.845	..	..	1	1.959	..	..	..	..
Camiña (u)	15.147	765	121	14.273	84	4.159	34	6.451	2	1.607	..	..	1	2.056	..	..
Melgaço	16.180	1.454	235	14.726	201	8.837	33	5.097	1	792	..	..	..	..	..	..
Monção	26.503	2.026	357	24.477	304	11.004	52	8.816	..	..	1	1.657	..	..	..	..
Parces de Coura	13.564	1.599	203	11.965	173	7.169	30	4.796	..	..	..	..	..	..	..	..
Ponte da Barca	13.000	1.939	174	11.061	151	6.203	22	3.833	..	..	1	1.025	..	..	..	..
Ponte do Lima	34.664	7.237	553	27.427	523	20.305	29	4.749	..	..	..	..	1	2.573	..	..
Valença	15.473	853	169	14.620	132	6.442	36	6.204	..	..	1	1.974	..	..	..	..
Viana do Castelo	49.890	1.784	391	48.106	278	13.231	108	20.364	6	3.737	1	1.015	..	..	1	9.759
Vila Nova da Cerveira	9.779	1.451	154	8.328	111	5.702	12	1.812	1	814	..	..	..	..	..	..

a) Excluídos 257 habitantes da parte do lugar de Espinheiro que foram aumentados ao concelho de Santarém. b) O total inclui 6 da população marítima. c) O total inclui 12 da população marítima. d) Excluídos 43 habitantes da parte do lugar de Portela do Brás que foram aumentados ao concelho de Alvaizere (Leiria). Inclui 62 habitantes da parte do lugar de Cardal que pertence ao concelho de Tomar. e) Inclui 39 habitantes da parte do lugar de Pedregoso que pertence ao concelho de Vila Nova da Barquinha. f) Inclui 38 habitantes da parte do lugar de Vale do Coelho que pertence ao concelho de Gavião (Portalegre). g) Excluídos 16 habitantes da parte do lugar de Vale Florido que foram aumentados ao concelho de Porto Mós (Leiria). Incluídos 257 habitantes da parte do lugar de Espinheiro que pertence ao concelho de Alcanena. h) Excluídos 62 habitantes da parte do lugar de Cardal que foram aumentados ao concelho de Ferreira do Zêzere. Excluídos 47 habitantes da parte do lugar de Soudos que foram aumentados ao concelho de Torres Novas. Excluídos 66 habitantes da parte do lugar de Chão de Maçãs que foram aumentados ao concelho de Vila Nova de Ourém. i) Inclui 47 habitantes da parte do lugar de Soudos que pertence ao concelho de Tomar. Inclui 154 habitantes da parte do lugar de Entroncamento que pertence ao concelho de Vila Nova da Barquinha. j) Excluídos 39 habitantes da parte do lugar de Pedregos que foram aumentados ao concelho da Golegã. Excluídos 154 habitantes da parte do lugar de Entroncamento que foram aumentados ao concelho de Torres Novas. l) Inclui 66 habitantes da parte do lugar de Chão de Maçãs que pertence ao concelho de Tomar. m) O total inclui 90 da população marítima. n) Excluídos 42 habitantes da parte do lugar de Barra Cheia que foram aumentados ao concelho da Moita. O total inclui 75 da população marítima. o) Inclui 42 habitantes da parte do lugar de Barra Cheia que pertence ao concelho do Barreiro. Inclui 201 habitantes da parte do lugar de Barra Cheia que pertence ao concelho de Palmela. O total inclui 84 da população marítima. p) Excluídos 201 habitantes da parte do lugar de Barra Cheia que foram aumentados ao concelho da Moita q) O total inclui 32 da população marítima. r) O total inclui 1.152 da população marítima. s) O total inclui 47 da população marítima. t) O total inclui 10 da população marítima. u) O total inclui 109 da população marítima.

(em %)

0 15 30 45 60 Km.



VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Tipos de povoamento
Sua variação entre
1911 — 1940

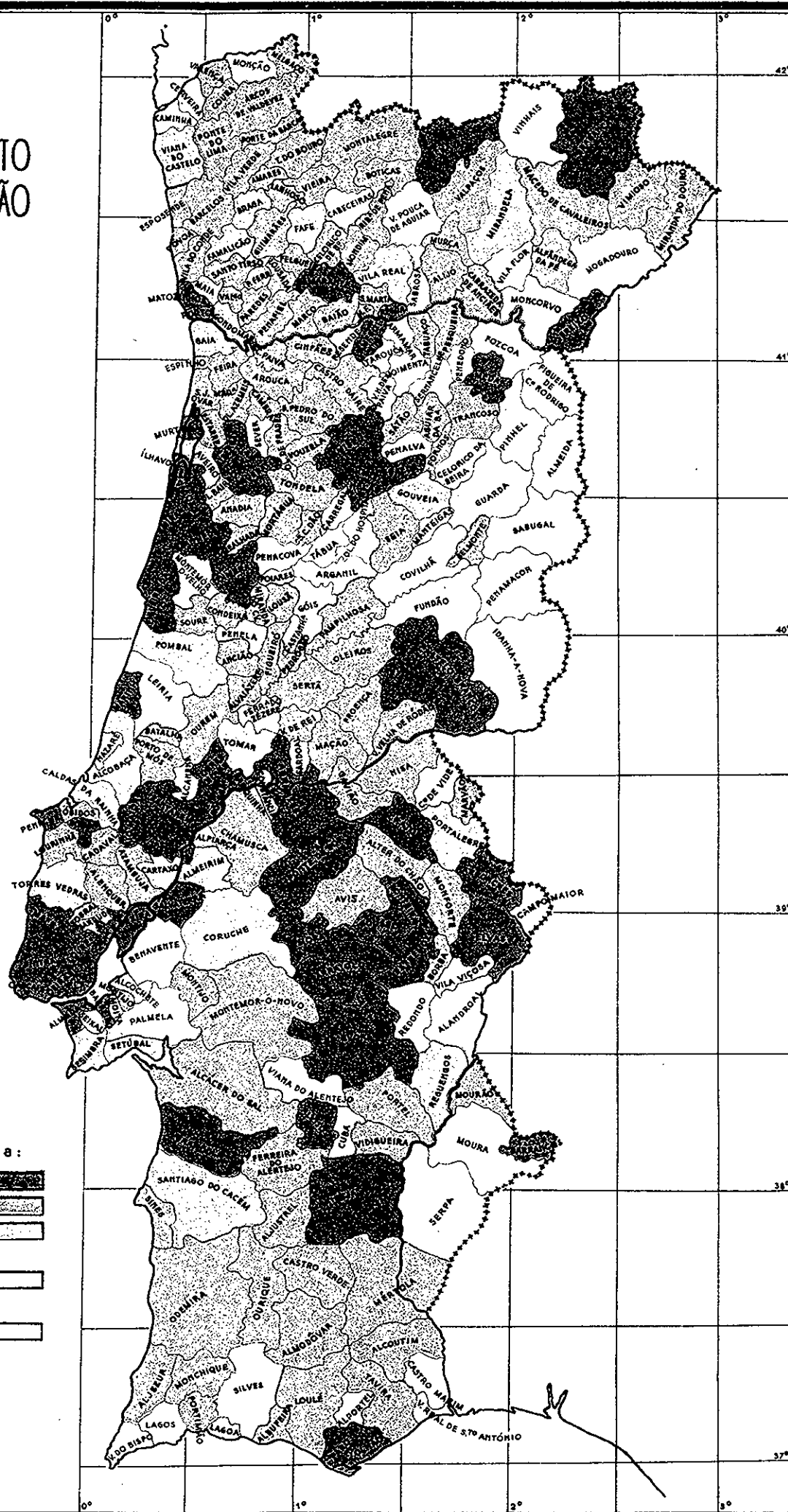
Legenda

Concelhos em que aumentou a :

Concentração	
Aglomeração	
Concentração e a aglomeração	
Dispersão e { a aglomeração ou a concentração	
Dispersão	

ESCALA

0 15 30 45 60 Km.



39 — Lugares segundo o número de habitantes, por distritos e concelhos (continuação)
(1911)

Distritos e concelhos	População presente	População dispersa	Total		Menos de 100		100 a 499		500 a 999		1.000 a 1.999		2.000 a 4.999		5.000 e mais	
			Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População	Número de lugares	População
Distrito do Funchal.	169.783	962	788	168.821	312	18.928	432	97.496	37	24.078	5	5.584	1	2.473	1	20.262
Calheta	20.039	50	81	19.989	20	1.173	53	12.355	7	5.300	1	1.161	..	..	..	..
Câmara de Lobos	16.438	19	67	16.419	20	1.327	38	9.355	8	4.549	1	1.188	..	..	..	..
Funchal	50.330	67	137	50.263	36	2.604	92	21.933	8	5.461	..	..	..	..	1	20.262
Machico	13.931	96	58	13.835	18	1.077	36	9.623	3	2.045	1	1.090	..	..	..	..
Ponta do Sol	13.183	43	48	13.140	18	995	24	5.592	3	1.935	2	2.145	1	2.473	..	..
Porto Moniz	4.389	7	31	4.382	14	910	17	3.472	..	..	..	..	..	..	..	..
Porto Santo	2.182	30	16	2.152	9	459	6	1.074	1	619	..	..	..	..	..	..
Ribeira Brava	10.611	78	86	10.533	41	2.572	45	7.961	..	..	..	..	..	..	..	..
Santa Cruz	19.999	269	103	19.730	44	2.755	52	12.809	7	4.166	..	..	..	..	..	..
Santana	10.139	107	92	10.032	54	3.187	38	6.845	..	..	..	..	..	..	..	..
S. Vicente	8.542	196	69	8.346	38	1.869	31	6.477	..	..	..	..	..	..	..	..

Atentando nele verifica-se logo à primeira vista que as tendências mais gerais entre 1911 e 1940 foram as do aumento da aglomeração e da concentração.

A primeira registou-se num total de 122 concelhos com uma área global de 37.976,28 km.², semeados por quase todo o País, sem qualquer relação com a superfície dos concelhos ou com o volume e densidade das populações respectivas. Contam-se entre os concelhos nessas condições o maior (Odemira) e o mais pequeno (S. João da Madeira) e simultaneamente com alguns dos mais densos, o menos denso de todos (Avis).

O Norte e o Sul do País, de condições demográficas tão opostas, confundem-se com as Beiras e com a Estremadura no mesmo sintoma que assim surge como geral e independente das condições do meio.

Nas ilhas, que não podem representar-se em cartograma em virtude da falta já referida dos limites dos concelhos, mas cujas tendências expressas em percentagens, ressaltam da comparação dos quadros n.ºs 38 e 40, a situação é semelhante. Dos seus trinta concelhos, quinze, repartidos por todos os distritos, registaram o aumento exclusivo da aglomeração.

A segunda tendência, ou seja a da concentração, que pode

considerar-se como um grau superior da aglomeração, também aparece espalhada por todo o País sem qualquer dependência directa e constante com as características demográficas e geográficas das regiões. Os concelhos que a acusam distribuem-se por todas as províncias e distritos nas zonas mais díspares e com núcleos da importância mais diversa desde Coimbra e Viseu até a Meda, por exemplo.

As ilhas adjacentes, ao contrário do que sucedeu com a aglomeração, não acompanham o continente na importância relativa do aumento da concentração. Apenas dois dos seus concelhos, os do Funchal e da Ribeira Grande, revelam um acréscimo exclusivo da concentração.

Aos concelhos com tendência para a aglomeração ou para a concentração há ainda a acrescentar os que revelam as duas ao mesmo tempo. São relativamente poucos, mas todos eles, dum modo geral, relevantes em população e no progresso demográfico. Localizam-se sobretudo na Estremadura, no Ribatejo e no Alentejo.

Dos concelhos insulares são três os que se encontravam nessa situação, que vêm a ser os da Horta, Povoação e Vila Franca do Campo.

40 — Concelhos segundo o tipo de povoamento
(1911)

Distritos e concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada
Portugal	24,1	52,3	23,5
Continente	25,2	51,1	23,6
Ilhas adjacentes	9,0	67,6	23,3
Aveiro	25,7	64,2	9,8
Beja	28,4	38,4	33,2
Braga	60,4	29,8	9,8
Bragança	4,7	88,4	6,9
Castelo Branco	19,6	64,1	16,3
Coimbra	21,9	69,8	8,2
Évora	36,0	31,1	32,9
Faro	23,3	51,3	25,1
Guarda	9,8	81,1	9,1
Leiria	30,9	61,3	7,7
Lisboa	9,1	23,6	67,2
Portalegre	27,3	40,2	32,5
Porto	29,0	34,3	36,6
Santarém	24,7	57,1	18,1
Setúbal	24,8	33,7	40,6
Viana do Castelo	55,1	38,6	6,2
Vila Real	14,3	79,6	6,1
Viseu	20,8	57,6	3,5

Distritos e concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada
Angra do Heroísmo	13,9	60,1	19,8
Horta	7,1	83,0	9,8
Ponta Delgada	3,2	62,2	44,6
Funchal	11,7	74,9	13,4
Distrito de Aveiro	25,7	64,2	9,8
Águeda	26,9	73,1	..
Albergaria-a-Velha	13,0	87,0	..
Anadia	16,0	84,0	..
Arouca	65,4	34,6	..
Aveiro	3,1	64,9	31,1
Castelo de Paiva	69,7	30,3	..
Espinho	15,5	39,3	45,2
Estarreja	17,3	81,2	..
Feira	41,5	58,5	..
Ílhavo	2,5	60,3	35,1
Mealhada	8,5	91,5	..
Murtosa	6,7	39,0	54,3
Oliveira de Azeméis	39,3	60,7	..
Oliveira do Bairro	19,8	80,2	..
Ovar	15,9	58,2	25,9

40 — Concelhos segundo o tipo de povoamento (continuação)
(1911)

Distritos e concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada	Distritos e concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada
Distrito de Aveiro (continuação)				Distrito de Coimbra (continuação)			
S. João da Madeira	12,5	87,5	..	Miranda do Corvo	31,0	69,0	..
Sever do Vouga	41,5	58,5	..	Montemor-o-Velho	15,0	85,0	..
Vagos	8,3	90,9	..	Oliveira do Hospital	20,5	79,5	..
Vale de Cambra	42,6	57,4	..	Pampilhosa da Serra	24,1	75,9	..
Distrito de Beja	28,4	38,4	33,2	Penacova	29,0	71,0	..
Aljustrel	14,2	34,1	51,7	Penela	40,4	59,6	..
Almodôvar	62,7	28,2	19,1	Poiães	33,4	66,6	..
Alvito	23,5	76,5	..	Soure	26,8	73,2	..
Barrancos	2,6	..	97,4	Tábua	27,6	72,4	..
Beja	24,2	46,2	29,6	Distrito de Évora	36,0	31,1	32,9
Castro Verde	21,1	56,1	22,8	Alandroal	17,6	82,4	..
Cuba	3,5	37,0	59,5	Arraiolos	39,4	60,6	..
Ferreira do Alentejo	23,5	37,7	38,8	Borba	38,5	20,1	41,4
Mértola	22,8	60,5	16,7	Estremoz	52,8	14,7	32,5
Moura	10,2	29,3	60,5	Évora	39,4	14,9	45,7
Odemira	70,0	19,9	10,0	Montemor-o-Novo	56,6	14,9	28,5
Ourique	53,8	46,7	..	Mora	40,2	59,8	..
Serpa	17,5	22,6	59,9	Mourão	18,0	31,3	50,7
Vidigueira	9,0	51,8	39,2	Portel	17,1	58,1	29,8
Distrito de Braga	60,4	29,8	9,8	Redondo	35,3	27,2	37,5
Amares	82,4	17,6	..	Reguengos de Monsaraz	14,0	55,8	30,2
Barcelos	73,1	19,8	7,1	Viana do Alentejo	15,8	8,3	76,9
Braga	44,3	19,2	36,5	Vila Viçosa	12,9	35,9	51,2
Cabeceiras de Basto	40,3	59,7	..	Distrito de Faro	23,3	51,3	25,1
Celorico de Basto	59,4	40,6	..	Albufeira	24,1	52,8	23,0
Esposende	22,3	77,7	..	Alcoutim	35,6	61,4	..
Fafe	57,6	34,1	8,3	Aljezur	66,6	33,4	..
Guimarães	68,8	15,6	15,6	Alportel	10,0	68,0	22,0
Póvoa de Lanhoso	61,0	39,0	..	Castro Marim	35,4	61,6	..
Terras do Bouro	47,0	53,0	..	Faro	13,1	44,8	41,6
Vieira do Minho	41,4	58,6	..	Lagoa	14,6	63,9	21,5
Vila Nova de Famalicão	69,5	30,5	..	Lagos	19,3	36,5	43,4
Vila Verde	79,6	20,4	..	Loulé	29,2	59,7	11,1
Distrito de Bragança	4,7	88,4	6,9	Monchique	68,9	31,1	..
Altândega da Fé	3,4	96,6	..	Olhão	3,3	45,6	51,0
Bragança	3,8	78,2	18,0	Portimão	23,2	16,9	58,2
Carraceda de Ansiães	6,0	94,0	..	Silves	23,4	61,8	14,8
Freixo de Espada à Cinta	1,5	64,8	34,2	Tavira	25,0	49,4	25,6
Macedo de Cavaleiros	4,7	95,8	..	Vila do Bispo	12,7	87,8	..
Miranda do Douro	4,4	95,6	..	Vila Real de Santo António	2,6	49,3	44,7
Mirandela	7,2	82,8	10,5	Distrito da Guarda	9,8	81,1	9,1
Mogadouro	3,5	96,5	..	Aguar da Beira	13,4	86,6	..
Torre de Moncorvo	5,8	76,4	17,8	Almeida	1,6	85,5	12,9
Vila Flor	0,9	99,1	..	Celorico da Beira	11,4	88,6	..
Vimioso	0,9	99,1	..	Figueira de Castelo Rodrigo	1,7	84,8	14,0
Vinhais	8,8	91,2	..	Fornos de Algodres	17,6	82,4	..
Distrito de Castelo Branco	19,6	64,1	16,3	Gouveia	7,8	79,8	12,4
Belmonte	5,7	94,3	..	Guarda	19,4	70,4	10,2
Castelo Branco	13,4	64,6	22,0	Manteigas	4,8	13,5	81,7
Covilhã	15,1	53,8	31,6	Meda	11,8	88,2	..
Fundão	14,0	79,5	6,5	Pinhel	6,7	82,8	10,5
Idanha-a-Nova	4,8	62,4	32,8	Sabugal	4,9	89,1	6,0
Oleiros	50,8	49,7	..	Seia	11,3	81,8	6,9
Penamacor	3,9	78,7	22,4	Trancoso	11,8	88,2	..
Proença-a-Nova	35,6	64,4	..	Vila Nova de Foz Côa	3,0	75,2	21,8
Sertã	50,5	49,5	..	Distrito de Leiria	30,9	61,3	7,7
Vila de Rei	39,1	60,9	..	Alcobaça	26,5	66,8	6,7
Vila Velha de Ródão	19,8	80,2	..	Alvaiázere	58,4	46,6	..
Distrito de Coimbra	21,9	69,8	8,2	Ancião	58,1	41,9	..
Arganil	27,2	72,8	..	Batalha	37,0	63,0	..
Cantanhede	14,2	78,0	7,8	Bombarral	15,2	84,8	..
Coimbra	14,6	56,0	29,4	Caldas da Rainha	30,6	46,9	22,5
Condeixa-a-Nova	21,7	75,3	..	Castanheira de Pera	19,0	81,0	..
Figueira da Foz	11,9	67,8	20,1	Figueiró dos Vinhos	47,6	52,4	..
Góis	41,7	58,3	..	Leiria	25,7	63,1	9,2
Lousã	45,8	54,2	..	Marinha Grande	11,3	88,7	..
Mira	5,6	94,4	..	Nazaré	5,3	47,7	47,0
				Óbidos	22,2	77,8	..

40 — Concelhos segundo o tipo de povoamento (continuação)
(1911)

Distritos e concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada
Leiria (continuação)			
Pedrógão Grande	42,5	57,5	..
Peniche	8,2	57,0	32,9
Pombal	40,8	59,2	..
Porto de Mós	36,3	63,7	..
Distrito de Lisboa	9,1	23,6	67,2
Alenquer	27,7	61,8	8,0
Arruda dos Vinhos	53,9	46,1	..
Azambuja	16,2	66,8	16,7
Cadaval	14,6	85,4	..
Cascais	14,5	62,2	23,2
Lisboa	..	..	100,0
Loures	22,6	66,7	10,7
Lourinhã	23,2	76,8	..
Mafra	36,7	63,3	..
Oeiras	12,8	60,6	26,4
Sintra	21,1	78,9	..
Sobral de Monte Agraço	45,1	64,9	..
Torres Vedras	27,2	66,0	6,8
Vila Franca de Xira	31,2	31,1	37,2
Distrito de Portalegre	27,3	40,2	32,5
Alter do Chão	7,5	37,7	64,8
Arronches	57,4	42,6	..
Avis	45,1	54,9	..
Campo Maior	5,2	14,7	80,1
Castelo de Vide	11,9	23,4	64,7
Crato	10,7	89,3	..
Elvas	24,8	28,5	46,7
Fronteira	18,9	37,3	43,8
Gavião	19,0	81,0	..
Marvão	56,5	43,5	..
Monforte	35,2	64,8	..
Nisa	3,8	61,7	44,5
Ponte de Sor	39,9	41,3	18,8
Portalegre	46,2	14,2	39,6
Sousel	24,9	42,6	32,5
Distrito do Porto	29,0	34,3	36,6
Amarante	69,3	30,7	..
Baião	56,7	44,3	..
Felgueiras	82,1	17,9	..
Gondomar	11,3	88,7	..
Lousada	83,3	16,7	..
Maia	22,3	77,7	..
Marco de Canaveses	75,9	24,1	..
Matosinhos	9,9	40,3	49,4
Paços de Ferreira	68,8	31,7	..
Parcades	61,3	38,7	..
Penafiel	61,8	27,1	11,1
Porto	..	..	100,0
Póvoa de Varzim	19,0	31,0	47,0
Santo Tirso	45,5	48,2	6,3
Valongo	17,5	60,7	21,8
Vila do Conde	31,1	62,0	13,9
Vila Nova de Gaia	13,7	69,7	16,6
Distrito de Santarém	24,7	57,1	18,1
Abrantes	23,5	60,6	15,9
Alcanena	4,0	96,0	..
Almeirim	27,6	22,3	50,1
Alpiarça	4,7	9,1	86,2
Benavente	8,2	14,6	77,1
Cartaxo	8,9	46,9	44,1
Chamusca	31,8	35,9	32,3
Constância	30,0	70,0	..
Coruche	48,7	51,3	..
Ferreira do Zêzere	57,0	43,0	..
Golegã	12,1	32,1	65,8
Mação	27,6	72,4	..
Rio Maior	26,6	73,4	..
Salvaterra de Magos	7,0	37,0	56,0
Santarém	25,3	60,0	14,7
Sardoal	17,4	82,6	..
Tomar	33,1	59,9	14,0
Torres Novas	12,7	72,0	15,3
Vila Nova da Barquinha	15,5	84,5	..
Vila Nova de urém	32,6	67,4	..

Distritos e concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada
Distrito de Setúbal	24,8	33,7	40,6
Alcácer do Sal	45,2	19,3	35,5
Alcochete	10,8	38,3	50,9
Almada	22,1	56,6	20,8
Barreiro	11,8	22,5	63,0
Grândola	59,8	40,7	..
Moita	11,5	53,7	33,5
Montijo	13,2	23,5	63,9
Palmela	12,7	68,2	19,1
Santiago do Cacém	69,0	31,0	..
Seixal	13,9	63,0	32,7
Sesimbra	8,6	36,5	54,5
Setúbal	8,5	14,0	74,1
Sines	42,6	2,9	54,3
Distrito de Viana do Castelo	55,1	38,6	6,2
Arcos de Valdevez	61,3	38,7	..
Caminha	32,5	63,2	13,6
Melgaço	63,6	36,4	..
Monção	60,4	39,6	..
Paredes de Coura	64,6	35,4	..
Ponte da Barca	62,6	37,4	..
Ponte do Lima	79,5	13,7	6,8
Valença	47,1	52,9	..
Viana do Castelo	30,1	50,3	19,6
Vila Nova da Cerveira	73,1	26,9	..
Distrito de Vila Real	14,3	79,6	6,1
Alijó	6,8	93,2	..
Boticas	7,3	92,7	..
Chaves	8,3	76,4	15,3
Mesão Frio	51,6	48,4	..
Mondim de Basto	25,9	74,1	..
Montalegre	11,5	88,5	..
Murça	13,7	86,3	..
Peso da Régua	24,2	63,0	12,8
Ribeira de Pena	31,4	68,6	..
Sabrosa	9,8	90,2	..
Santa Marta de Penaguião	36,7	63,3	..
Valpaços	7,9	92,1	..
Vila Pouca de Aguiar	5,2	94,8	..
Vila Real	12,1	69,5	18,4
Distrito de Viseu	20,8	75,6	3,5
Armamar	6,6	93,4	..
Carregal do Sal	5,5	91,5	..
Castro Daire	15,7	84,3	..
Cinfães	53,2	46,7	..
Lamego	26,3	54,6	19,1
Mangualde	14,3	85,7	..
Moimenta da Beira	3,1	96,9	..
Mortágua	31,0	69,0	..
Nelas	3,8	96,2	..
Oliveira de Frades	40,1	59,9	..
Penalva do Castelo	21,1	75,9	..
Penedono	10,7	89,3	..
Resende	53,2	44,8	..
Santa Comba Dão	15,9	84,1	..
S. João da Pesqueira	11,1	88,9	..
S. Pedro do Sul	40,5	59,5	..
Sátão	17,3	82,7	..
Sernancelhe	6,9	93,1	..
Tabuaço	7,0	93,0	..
Tarouca	5,8	94,2	..
Tondela	17,6	82,4	..
Vila Nova de Paiva	3,6	96,4	..
Viseu	13,2	72,1	11,7
Vouzela	21,7	78,3	..
Ilhas adjacentes	9,0	67,6	23,3
Distrito de Angra do Heroísmo	13,9	66,1	19,8
Angra do Heroísmo	14,3	49,2	36,5
Calheta	40,0	60,0	..
Praia da Vitória	..	87,0	13,0
Santa Cruz da Graciosa	18,9	79,3	..
Velas	12,1	87,9	..

40 — Concelhos segundo o tipo de povoamento (continuação) (1911)

Distritos e concelhos	População dispersa	População aglomerada	População concentrada
Distrito da Horta	7,1	33,0	9,8
Corvo	..	100,0	..
Horta	8,0	67,6	24,1
Lajes das Flores	3,3	96,7	..
Lajes do Pico	9,5	90,5	..
Madalena	4,6	95,4	..
Santa Cruz das Flores	3,1	96,9	..
S. Roque do Pico	9,9	90,1	..
Distrito de Ponta Delgada	3,2	52,2	44,6
Lagoa	2,3	17,2	80,5
Nordeste	1,7	98,3	..
Ponta Delgada	0,3	44,0	55,7
Povoação	2,0	77,0	21,0
Ribeira Grande	1,4	64,8	33,8
Vila Franca do Campo	..	31,3	68,7
Vila do Porto	44,3	55,7	..
Distrito do Funchal	11,7	74,9	13,4
Calheta	6,1	93,9	..
Câmara de Lobos	8,2	91,8	..
Funchal	3,3	54,4	40,3
Machico	8,4	91,6	..
Ponta do Sol	7,8	73,4	18,8
Porto Moniz	20,9	79,1	..
Porto Santo	22,4	77,6	..
Ribeira Brava	25,0	75,0	..
Santa Cruz	15,1	84,9	..
Santana	32,5	67,5	..
S. Vicente	24,2	75,8	..

Os concelhos que mostram tendência oposta, ou seja para a dispersão, embora se distribuam também um pouco por todo o País, ao contrário do que acontece com os outros, denunciam uma forte relação com as suas circunstâncias demográficas e geográficas. Começando por aqueles que apenas aumentaram a dispersão e marcaram nela a sua tendência exclusiva, surpreende-se desde logo a sua quase completa coincidência com as zonas do País de mais débil progresso populacional. O cartograma n.º 18, organizado especialmente para o efeito, é só por si uma demonstração. Desde a ribeira do Minho até ao Algarve os concelhos que viram aumentada a sua dispersão (ver cartograma n.º 19) contam-se todos entre os que revelaram menos progresso ou acusaram retrocesso demográfico. As únicas excepções dizem respeito aos concelhos de Palmela e de Serpa, muito sintomaticamente localizados ao sul do Tejo.

Nas ilhas as coisas passam-se do mesmo modo, conforme se conclui da comparação dos quadros n.ºs 38 e 40. Dos seis concelhos que acentuaram apenas a sua dispersão (Calheta, Santa Cruz da Graciosa, Lajes das Flores, Madalena, Santa Cruz das Flores e Santa Cruz, na Madeira) apenas um, o de Santa Cruz, na Madeira, não pertence ao número dos que menos aumentaram ou mesmo diminuíram a sua população.

Os restantes concelhos, ou sejam aqueles que aumentaram a dispersão mas correlativamente também acrescentaram a aglo-

meração ou a concentração, foram ao todo trinta, dos quais vinte e seis no continente e quatro nas ilhas. Em dezoito desses concelhos a tendência concorrente foi a da aglomeração e nos outros doze a da concentração.

Tanto uns como outros são concelhos de fraco aumento populacional. À parte os casos do Seixal e de Ponta do Sol na ilha da Madeira, que aumentaram mais de 50 %, tudo o mais ficou aquém disso, e os únicos que passaram além de 25 % foram os da Covilhã, Leiria, Alcanena, Alpiarça, Benavente, Vila Viçosa e Redondo.

A seguinte indicação das percentagens conjuntas da concentração e da aglomeração nesses concelhos em 1911 é ao mesmo tempo uma explicação e um comentário:

Alpiarça	95 %
Benavente	91 %
Moura	89 %
Vila Viçosa	87 %
Seixal	85 %
Covilhã	84 %
Leiria	74 %
Redondo	64 %

Examinado o problema sob o ponto de vista do sentido das alterações verificadas entre 1911 e 1940, resta examiná-lo sob o ponto de vista da intensidade dessas mesmas alterações. Os dados para o efeito contêm-se no quadro seguinte que mostra os efectivos dos vários tipos de povoamento isolados ou combinados em 1911 e 1940 e as diferenças respectivas em percentagens.

41 — Aumento da população segundo a variação dos tipos de povoamento

Tipos de povoamento	1911	1940	Diferença	
				%
Total	5.547.708	7.180.601	1.632.893	29,4
Concentração	1.761.646	2.495.014	733.368	41,4
Concentração e aglomeração	746.497	1.005.718	259.221	34,7
Agglomeração	1.997.912	2.486.667	488.755	24,5
Concentração e dispersão	276.893	343.401	66.508	24,0
Agglomeração e dispersão	282.124	324.181	42.057	14,9
Dispersão	479.636	525.590	45.954	9,6

Essas percentagens, que figuram na última coluna, ao mesmo tempo que medem a intensidade com que os três tipos de povoamento ou as suas combinações participaram do aumento da população do País, medem também a relação de cada um deles com a variação demográfica.

A concentração revela-se nitidamente como fatora do maior aumento, a aglomeração como termo médio do mesmo aumento e a dispersão como característica do mínimo.

II PARTE

DESLOCAMENTOS DA POPULAÇÃO

Capítulo I — Migrações internas da população: § 1.º — Em cada distrito; 2.º — Entre os vários distritos; § 3.º — Movimento global. *Capítulo II — População urbana:* § 1.º — No total do País; a) Comparação com outros países. § 2.º — Nos concelhos: a) Em 1911; b) Alterações entre 1911 e 1910. *Capítulo III — Aglomerados urbanos:* § 1.º — Distribuição geográfica e comportamento por categorias; § 2.º — Grau de urbanismo; § 3.º — Aglomerados urbanos de 10.000 e mais habitantes; § 4.º — Cidades de Lisboa e Porto: a) Considerações prévias; b) Cidade de Lisboa; c) Cidade do Porto; d) Exame do conjunto e comparação com os outros países; e) Considerações finais. *Capítulo IV — População rural. Capítulo V — Centro da população.*

Capítulo I

Migrações internas da população

§ 1.º — Em cada distrito

Na sequência do nosso estudo cabe o exame das migrações internas da população ou seja das condições e áreas em que elas se operam num sentido ou noutro para atingir a situação que foi verificada.

Esse exame, necessariamente geral, vai ser feito segundo os dados relativos ao número de não naturais do mesmo concelho ou do mesmo distrito, que foram recolhidos em todos os censos desde o de 1890.

42. — População presente segundo a naturalidade nos vários censos, por distritos e concelhos

Distritos e concelhos	Naturais						Não naturais											
							Do concelho						Do distrito					
	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Portugal	4.513.985	4.685.417	5.085.233	5.178.192	5.954.160	6.325.933	209.422	306.208	360.264	328.962	281.686	524.084	284.983	389.779	473.362	496.767	559.594	744.157
Continente	4.147.399	4.303.190	4.701.616	4.791.858	5.516.261	5.850.000	193.909	292.014	341.468	314.034	264.415	482.194	279.385	381.715	467.459	488.036	552.169	733.893
Ilhas adjacentes.	366.586	382.227	383.587	386.334	437.899	475.933	15.513	14.194	18.796	14.878	17.271	41.890	5.598	8.064	6.903	8.731	7.425	10.364
Aveiro.	274.205	278.206	309.859	315.701	354.127	388.198	6.964	14.510	13.161	13.920	9.012	20.520	5.827	9.643	11.806	13.364	17.874	20.504
Beja	140.723	142.759	164.407	177.440	217.980	240.521	10.061	13.996	16.651	13.499	12.480	17.068	5.975	6.067	10.583	9.191	9.545	13.971
Braga	323.072	326.413	317.492	345.526	390.733	437.901	8.417	17.943	20.823	17.803	13.003	24.036	6.041	11.732	12.893	12.279	10.434	17.567
Bragança	170.663	170.281	176.495	158.292	175.638	195.342	5.097	9.148	10.158	7.548	4.821	8.651	2.498	4.384	4.700	4.208	4.402	6.861
Castelo Branco	194.120	201.439	223.886	226.834	256.310	277.251	4.768	7.608	8.747	6.927	4.382	10.661	5.729	7.315	8.299	5.245	4.702	9.121
Coimbra	302.910	305.424	328.158	323.384	357.962	361.562	7.238	12.377	13.795	11.306	8.419	15.673	7.264	13.610	16.290	17.966	20.799	26.227
Évora.	100.425	103.750	118.824	128.995	156.634	168.977	8.428	9.969	14.865	11.525	11.848	17.227	10.115	13.637	14.069	12.271	12.000	17.432
Faro	214.445	230.960	243.982	240.107	274.715	271.315	10.785	19.548	23.424	22.506	19.821	33.067	2.662	3.779	4.538	5.104	5.702	8.006
Guarda	236.674	243.561	252.923	241.026	256.435	270.051	6.690	11.525	10.533	7.942	6.577	8.825	4.865	6.143	7.629	7.081	4.363	9.160
Leiria	201.103	219.426	242.930	253.496	291.603	317.971	4.371	8.345	7.182	10.492	7.050	10.882	6.837	10.813	12.228	14.859	12.627	19.411
Lisboa	..	..	..	..	534.662	538.696	..	..	..	..	52.858	85.295	..	..	..	..	303.812	355.174
Portalegre.	96.444	103.716	119.582	128.747	153.571	156.285	9.912	9.821	11.608	10.204	7.132	14.736	6.180	10.022	9.595	7.890	5.314	11.946
Porto.	445.441	471.439	531.732	555.593	685.350	706.477	36.388	48.862	62.055	60.553	57.031	106.223	57.390	71.316	79.158	81.424	62.895	110.567
Santarém	230.043	252.500	282.803	299.659	347.150	359.500	9.880	12.068	16.945	14.735	14.339	28.780	14.369	18.321	25.772	17.375	16.848	25.886
Setúbal.	90.957	103.199	122.059	141.378	188.690	191.467	8.405	10.185	14.231	11.339	9.306	23.954	14.991	23.053	29.771	30.600	35.033	49.495
Viana do Castelo	196.122	202.739	212.137	211.727	226.653	229.907	5.991	6.696	8.074	7.400	6.402	18.331	3.725	4.609	6.010	6.429	6.808	7.034
Vila Real.	225.310	219.256	224.390	214.804	236.709	257.046	5.330	10.850	11.013	9.895	7.916	15.695	4.702	9.350	8.918	10.368	8.712	10.449
Viseu.	377.129	374.312	390.505	378.813	408.336	421.533	8.316	17.891	14.756	13.680	11.988	22.677	4.464	8.595	10.025	11.977	10.219	14.782
Angra do Heroísmo.	67.122	68.067	64.982	62.477	66.814	70.463	2.118	2.299	2.270	2.015	1.575	3.906	2.463	2.496	1.955	2.560	1.377	2.718
Horta.	54.061	51.004	45.620	43.476	45.889	45.419	2.591	2.198	2.023	1.407	1.648	4.511	1.656	1.526	1.679	1.473	1.202	1.888
Ponta Delgada.	118.039	120.289	114.702	110.934	126.677	140.948	5.214	4.356	5.261	4.025	4.057	9.850	994	2.566	1.206	3.034	2.771	2.795
Funchal	127.364	142.867	158.283	169.447	198.489	219.103	5.590	5.341	9.242	7.431	9.991	23.623	485	1.476	1.063	1.614	2.075	2.963

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Média da percentagem dos naturais
de outros concelhos do mesmo distrito

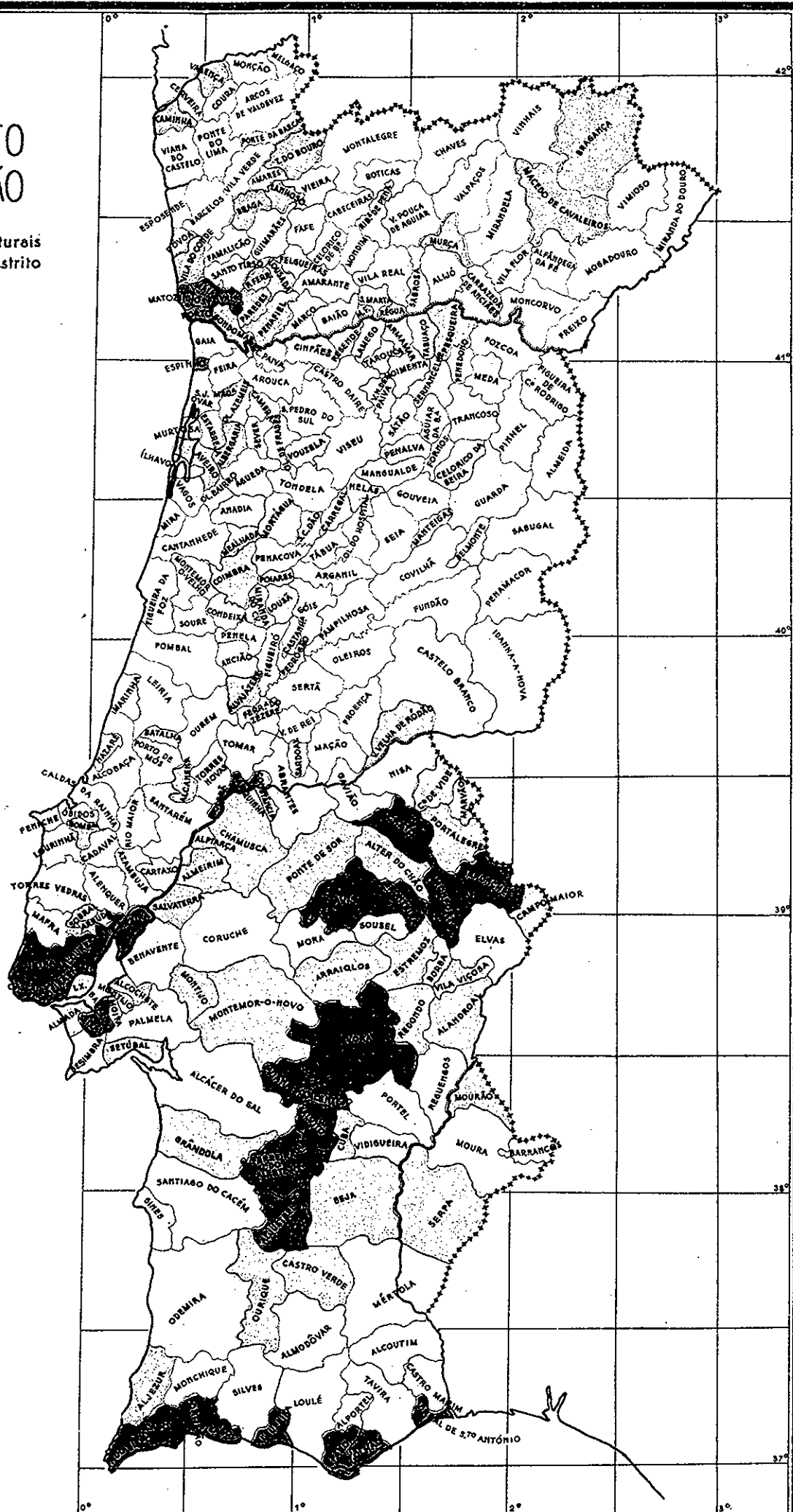
1890 — 1940

Legenda

De 10 e mais	
> 6 e 9	
> 3 e 5	
> 0 e 2	

ESCALA

0 15 30 45 60 Km.



VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Média da percentagem dos naturais
de outros distritos

1890 — 1940

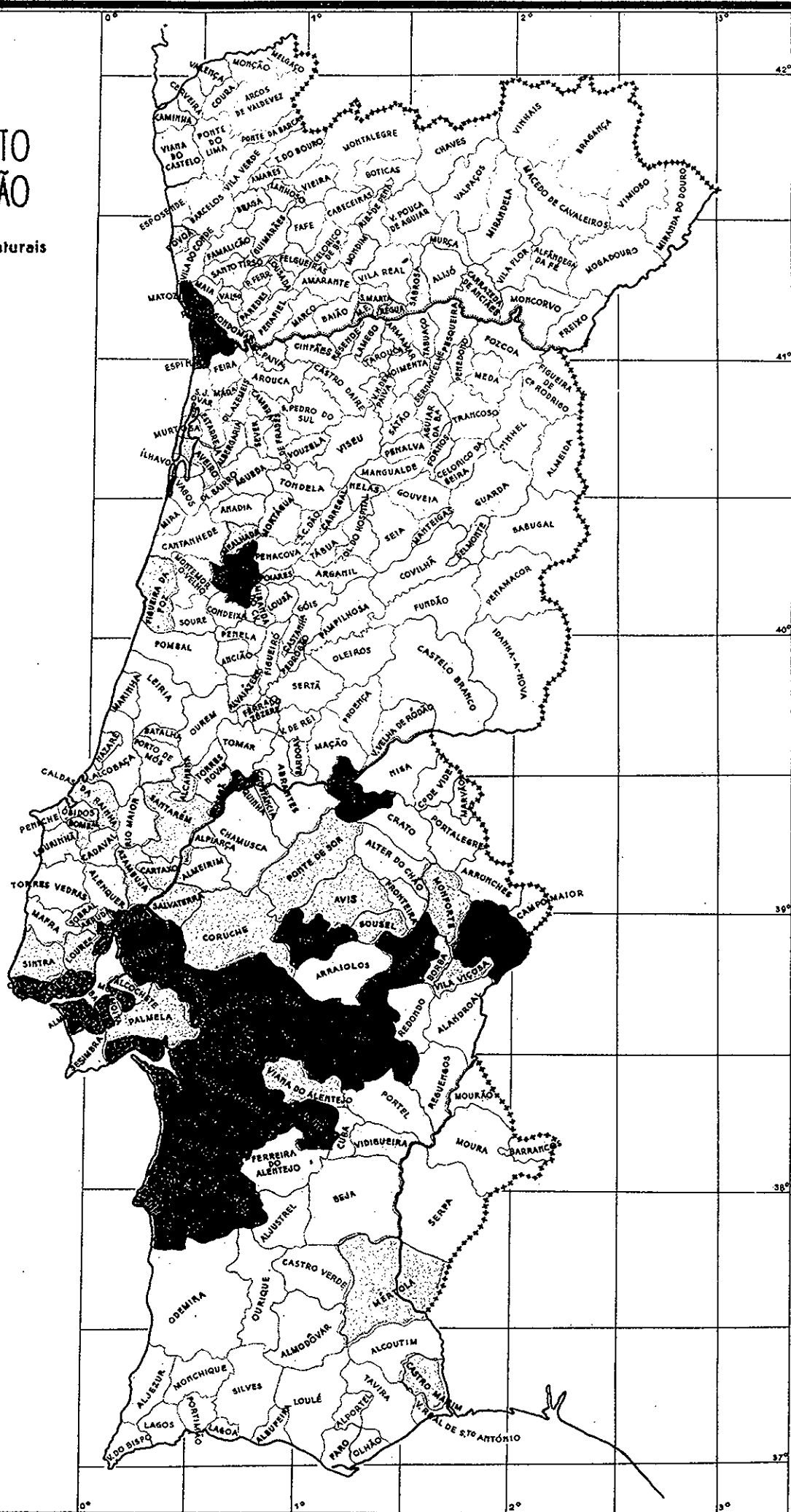
(em %)

Legenda

De 10 e mais %	
> 6 a 9 %	
> 3 a 5 %	
> 0 a 2 %	

ESCALA

0 15 30 45 60 Km.



Para tanto se organizou o quadro n.º 42 em que se incluem os números respectivos para os distritos e concelhos do continente e ilhas.

Embora se indiquem os números dos distritos não nos demosramos na sua análise por reconhecer que eles são demasiadamente grandes e diversos nas áreas que abrangem para permitir uma visão suficientemente ajustada à realidade.

Por isso vamos considerar desde já e apenas os concelhos. Por outro lado a pequenez dos números dos não naturais na

esmagadora maioria dos concelhos e a susceptibilidade que oferecem perante simples factos accidentais sem qualquer significado demográfico, levou-nos a preferir ao exame isolado de cada período intercensuário o exame do período global dos cinquenta anos, feito através da média dos números dos cinco períodos. Haverá assim melhor fundamento e maior segurança nas conclusões a tirar. De resto um período de dez anos aparece sem custo como pequeno para definir uma situação como essa derivada de causas tão complexas e variadas.

43 — Percentagens médias de não naturais

Distritos e concelhos	Percentagens médias de		
	Naturais de outro concelho do mesmo distrito	Naturais de outro distrito	Total de não naturais
Portugal	5,4	7,9	13,3
Continente	5,5	8,3	13,8
Ilhas adjacentes	4,6	1,8	6,4
Aveiro	3,7	3,7	7,4
Beja	7,0	4,5	11,5
Braga	4,3	3,0	7,3
Bragança	4,0	2,4	6,4
Castelo Branco	2,9	2,8	5,7
Coimbra	6,4	4,6	11,0
Évora	7,9	8,6	16,5
Faro	7,7	1,8	9,5
Guarda	3,3	2,5	5,8
Leiria	2,9	4,5	7,4
Lisboa	8,1	29,7	37,8
Portalegre	7,4	5,9	13,3
Porto	8,6	11,0	19,6
Santarém	4,7	6,0	10,7
Setúbal	7,3	16,3	23,6
Viana do Castelo	3,8	5,0	8,8
Vila Real	4,0	3,5	7,5
Viscu	3,5	2,4	5,9
Angra do Heroísmo	3,3	3,2	6,5
Horta	4,6	3,0	7,6
Ponta Delgada	4,1	1,7	5,8
Funchal	5,3	0,8	6,1
Distrito de Aveiro :			
Águeda	2,8	3,2	6,0
Albergaria-a-Velha	6,5	3,5	10,0
Anadia	3,5	6,0	9,5
Arouca	2,1	3,3	5,4
Aveiro	8,4	7,7	16,1
Castelo de Paiva	1,0	4,5	5,5
Espinho	13,4	13,8	27,2
Estarreja	2,5	1,8	4,3
Feira	1,8	2,2	4,0
Ílhavo	4,5	2,6	7,1
Mealhada	1,9	9,9	11,8
Murtosa	1,2	0,9	2,1
Oliveira de Azeméis	3,4	2,0	5,4
Oliveira do Bairro	3,5	1,7	5,2
Ovar	3,7	2,2	5,9
S. João da Madeira	6,1	3,4	9,5
Sever do Vouga	2,5	2,8	5,3
Vagos	1,4	1,2	2,6
Vale de Cambra	2,3	1,4	3,7
Distrito de Beja :			
Aljustrel	13,6	5,6	19,2
Almodôvar	4,2	3,4	7,6
Alvito	11,9	10,6	22,5
Barrancos	3,3	4,2	7,5
Beja	9,5	4,7	14,2
Castro Verde	8,3	1,6	9,9
Cuba	6,4	3,6	10,0
Ferreira do Alentejo	11,5	5,2	16,7
Mértola	3,5	6,1	9,6
Moura	3,5	3,3	6,8
Odemira	3,0	4,4	7,4
Ourique	9,6	3,8	13,4
Serpa	9,9	4,0	13,9
Vidigueira	3,9	3,3	7,2

Distritos e concelhos	Percentagens médias de		
	Naturais de outro concelho do mesmo distrito	Naturais de outro distrito	Total de não naturais
Distrito de Braga :			
Amares	5,2	1,1	6,3
Barcelos	2,6	2,3	4,9
Braga	8,1	5,8	13,9
Cabeceiras de Basto	2,0	1,7	3,7
Celorico de Basto	1,4	2,2	3,6
Esposende	2,5	2,4	4,9
Fafe	4,1	1,7	5,8
Guimarães	3,9	3,7	7,6
Póvoa de Lanhoso	7,3	1,4	8,7
Terras do Bouro	6,0	2,1	8,1
Vieira do Minho	3,9	1,5	5,4
Vila Nova de Famalicão	4,5	4,0	8,5
Vila Verde	2,3	1,6	3,9
Distrito de Bragança :			
Alfândega da Fé	2,8	1,2	4,0
Bragança	6,3	2,6	8,9
Carrazeda de Ansiães	2,2	5,1	7,3
Freixo de Espada à Cinta	2,3	2,0	4,3
Macedo de Cavaleiros	6,1	1,6	7,7
Miranda do Douro	2,4	1,1	3,5
Mirandela	4,8	4,2	9,0
Mogadouro	3,2	1,3	4,5
Torre de Moncorvo	2,8	3,1	5,9
Vila Flor	5,0	2,6	7,6
Vimioso	3,7	0,8	4,5
Vinhais	2,3	1,7	4,0
Distrito de Castelo Branco :			
Belmonte	4,2	5,8	10,0
Castelo Branco	3,8	3,1	6,9
Covilhã	2,8	4,9	7,7
Fundão	2,6	1,8	4,4
Idanha-a-Nova	2,6	1,2	3,8
Oleiros	1,8	2,0	3,8
Penamacor	3,8	2,3	6,1
Proença-a-Nova	1,6	1,6	3,2
Sertã	2,3	1,8	4,1
Vila de Rei	0,9	1,2	2,1
Vila Velha de Ródão	7,3	3,7	11,0
Distrito de Coimbra :			
Arganil	2,9	1,9	4,8
Cantanhede	1,5	2,1	3,6
Coimbra	6,8	12,8	19,6
Condeixa-a-Nova	2,9	1,2	4,1
Figueira da Foz	3,3	6,1	9,4
Góis	2,8	1,7	4,5
Lousã	4,0	2,3	6,3
Mira	1,8	2,4	4,2
Miranda do Corvo	2,2	1,4	3,6
Montemor-o-Velho	2,3	1,3	3,6
Oliveira do Hospital	1,4	4,0	5,4
Pampilhosa da Serra	1,3	1,8	3,1
Penacova	1,6	1,5	3,1
Penela	2,5	2,3	4,8
Poiães	3,1	1,6	4,7
Soure	2,5	2,8	5,3
Tábua	2,5	2,5	5,0

43 — Percentagens médias de não naturais (continuação)

Distritos e concelhos	Percentagens médias de		
	Naturais de outro concelho do mesmo distrito	Naturais de outro distrito	Total de não naturais
Distrito de Évora :			
Alandroal	6,6	3,2	9,8
Arraiolos	6,8	2,8	9,6
Borba	5,1	4,0	9,1
Estremoz	6,3	10,8	17,1
Évora	13,9	12,8	26,7
Montemor-o-Novo	7,2	14,6	21,8
Mora	4,8	11,2	16,0
Mourão	6,7	5,8	12,5
Portel	6,0	4,6	10,6
Redondo	7,2	2,0	9,2
Reguengos de Monsaraz	2,9	2,3	5,2
Viana do Alentejo	10,2	8,6	18,8
Vila Viçosa	8,8	8,9	17,7
Distrito de Faro :			
Albufeira	10,3	1,0	11,3
Alcoutim	3,7	2,0	5,7
Aljezur	7,5	3,0	10,5
Alportel	2,5	0,6	3,1
Castro Marim	3,8	9,1	12,9
Faro	12,7	4,1	16,8
Lagoa	11,5	1,3	12,8
Lagos	14,5	2,7	17,2
Loulé	2,4	0,8	3,2
Monchique	2,0	0,7	2,7
Olhão	10,6	2,3	12,9
Portimão	16,4	2,2	18,6
Silves	5,0	1,3	6,3
Tavira	4,8	1,2	6,0
Vila do Bispo	11,9	1,1	13,0
Vila Real de Santo António	11,5	3,9	15,4
Distrito da Guarda :			
Aguar da Beira	1,5	3,7	5,2
Almeida	4,8	2,5	7,3
Celorico da Beira	4,4	2,0	6,4
Figueira de Castelo Rodrigo	3,9	2,0	5,9
Fornos de Algodres	5,4	4,1	9,5
Gouveia	2,2	2,4	4,6
Guarda	4,7	3,1	7,8
Manteigas	4,0	2,9	6,9
Meda	3,7	2,8	6,5
Pinhel	4,3	1,4	5,7
Sabugal	2,0	1,4	3,4
Seia	1,1	2,3	3,4
Trancoso	3,6	1,9	5,5
Vila Nova de Foz Côa	2,5	4,1	6,6
Distrito de Leiria :			
Alcobaça	2,5	4,3	6,8
Alvaiázere	6,1	4,3	10,4
Ancião	1,7	2,5	4,2
Batalha	4,0	2,8	6,8
Bombarral	6,1	7,6	13,7
Caldas da Rainha	5,4	6,7	12,1
Castanheira de Pera	1,3	3,4	4,7
Figueiró dos Vinhos	2,5	2,6	5,1
Leiria	1,9	4,8	6,7
Marihu Grande	3,9	4,5	8,4
Nazaré	4,2	3,2	7,4
Óbidos	2,9	3,2	6,1
Pedrógão Grande	0,9	2,2	3,1
Peniche	3,8	10,8	14,6
Pombal	1,3	3,9	5,2
Porto de Mós	2,0	2,4	4,4
Distrito de Lisboa :			
Atenquer	4,0	3,7	7,7
Arruda dos Vinhos	7,2	2,0	9,2
Azambuja	3,9	8,6	12,5
Cadaval	4,3	4,5	8,8
Cascais	16,4	20,5	36,9
Lisboa	7,8	42,3	50,1
Loures	12,6	9,4	22,0

Distritos e concelhos	Percentagens médias de		
	Naturais de outro concelho do mesmo distrito	Naturais de outro distrito	Total de não naturais
Distrito de Lisboa : (continuação)			
Lourinhã	3,3	3,4	6,7
Mafra	4,6	3,2	7,8
Oeiras	27,4	26,3	53,7
Sintra	10,4	7,8	18,2
Sobral de Monte Agraço	9,2	2,6	11,8
Torres Vedras	3,7	3,3	7,0
Vila Franca de Xira	10,2	11,5	21,7
Distrito da Portalegre :			
Alter do Chão	8,9	4,0	12,9
Arronches	16,9	3,4	20,3
Avis	13,8	7,5	21,3
Campo Maior	6,0	3,5	9,5
Castelo de Vide	6,1	3,1	9,2
Crato	10,7	4,5	15,2
Elvas	5,8	10,1	15,9
Fronteira	12,7	4,5	17,2
Gavião	3,2	10,9	14,1
Marvão	4,7	1,8	6,5
Monforte	14,0	6,5	20,5
Nisa	1,8	2,8	4,6
Ponte de Sor	6,0	8,8	14,8
Portalegre	8,6	4,5	13,1
Sousel	4,6	6,1	10,7
Distrito do Porto :			
Amarante	3,7	1,7	5,4
Baião	1,4	1,6	3,0
Felgueiras	5,2	4,2	9,4
Gondomar	7,7	3,5	11,2
Lousada	7,8	1,4	9,2
Maia	11,5	4,2	15,7
Marco de Canaveses	3,7	1,1	4,8
Matosinhos	16,8	12,4	29,2
Paços de Ferreira	6,1	1,0	7,1
Paredes	8,3	1,0	9,3
Penafiel	6,9	2,2	9,1
Porto	13,2	26,4	39,6
Póvoa de Varzim	3,7	6,6	10,3
Santo Tirso	4,7	5,3	10,0
Valongo	12,1	3,5	15,6
Vila do Conde	6,0	5,7	11,7
Vila Nova de Gaia	5,3	10,1	15,4
Distrito de Santarém :			
Abrantes	4,5	5,8	10,3
Alcanena	6,6	8,1	14,7
Almeirim	6,3	3,4	9,7
Alpiarça	8,2	4,1	12,3
Benavente	5,6	10,7	16,3
Cartaxo	4,0	6,5	10,5
Chamusca	8,3	4,1	12,4
Constância	8,1	5,0	13,1
Coruche	4,1	9,0	13,1
Ferreira do Zêzere	2,6	5,5	8,1
Golegã	11,4	13,5	24,9
Mação	0,6	2,1	2,7
Rio Maior	3,5	4,1	7,6
Salvaterra de Magos	6,6	8,7	15,3
Santarém	4,6	7,3	11,9
Sardoal	4,0	2,7	6,7
Tomar	4,4	4,8	9,2
Torres Novas	3,9	5,4	9,3
Vila Nova da Barquinha	18,2	16,7	34,9
Vila Nova de Ourém	1,9	2,8	4,7
Distrito de Setúbal :			
Alcácer do Sal	4,9	17,9	22,8
Alcochete	7,4	8,3	15,7
Almada	9,5	26,4	35,9
Barreiro	13,6	25,0	38,6
Grândola	8,3	11,0	19,3
Moita	8,5	6,8	15,3
Montijo	8,9	14,7	23,6

43 — Percentagens médias de não naturais (continuação)

Distritos e concelhos	Percentagens médias de		
	Naturais de outro concelho do mesmo distrito	Naturais de outro distrito	Total de não naturais
Distrito de Setúbal: (continuação)			
Palmela	4,6	8,5	13,1
Santiago do Cacém	3,1	11,6	14,7
Seixal	13,7	17,2	30,9
Sesimbra	3,9	4,7	8,6
Setúbal	7,3	20,8	28,1
Sines	3,5	10,7	14,2
Distrito de Viana do Castelo:			
Arcos de Valdevez	1,8	1,4	3,2
Caminha	7,6	3,2	10,8
Melgaço	2,5	1,4	3,9
Monção	3,3	1,3	4,6
Paredes do Coura	4,0	1,5	5,5
Ponte da Barca	4,1	2,7	6,8
Ponte do Lima	3,1	2,0	5,1
Valença	6,6	4,0	10,6
Viana do Castelo	3,7	4,3	8,0
Vila Nova da Cerveira	5,6	1,6	7,2
Distrito de Vila Real:			
Alijó	4,3	4,6	8,9
Boticas	3,1	1,3	4,4
Chaves	5,9	3,7	9,6
Mesão Frio	4,0	7,5	11,5
Mondim de Basto	1,4	4,1	5,5
Montalegre	1,6	2,4	4,0
Murça	7,1	3,2	10,3
Peso da Régua	4,4	7,4	11,8
Ribeira de Pena	5,4	2,2	7,6
Sabrosa	5,7	4,8	10,5
Santa Marta de Penaguião	2,8	2,3	5,1
Valpaços	2,5	2,4	4,9
Vila Pouca de Aguiar	2,9	1,8	4,7
Vila Real	4,2	2,9	7,1
Distrito de Viseu:			
Armamar	5,4	2,3	7,7
Carregal do Sal	3,8	3,2	7,0
Castro Daire	2,7	1,2	3,9
Cinfães	1,3	2,4	3,7
Lamego	5,6	3,1	8,7
Mangualde	2,7	2,9	5,6
Moimenta da Beira	3,6	1,7	5,3
Mortágua	1,0	2,4	3,4
Nelas	4,1	3,1	7,2
Oliveira de Frades	5,0	2,9	7,8
Penalva do Castelo	3,7	2,1	5,8
Penedono	2,4	2,6	5,0
Resende	1,2	1,4	2,6
Santa Comba Dão	5,3	3,0	8,3

Distritos e concelhos	Percentagens médias de		
	Naturais de outro concelho do mesmo distrito	Naturais de outro distrito	Total de não naturais
Distrito de Viseu: (continuação)			
S. João da Pesqueira	6,6	4,6	11,2
S. Pedro do Sul	3,0	1,7	4,7
Sátão	2,4	1,2	3,6
Sernancelhe	3,3	2,3	5,6
Tabuaço	5,7	2,9	8,6
Tarouca	3,5	0,9	4,4
Tondela	2,2	2,1	4,3
Vila Nova de Paiva	3,2	0,8	4,0
Viseu	4,4	3,0	7,4
Vouzela	3,7	1,3	5,0
Distrito de Angra do Heroísmo:			
Angra do Heroísmo	4,5	4,6	9,1
Calheta	2,6	2,4	5,0
Praia da Vitória	2,2	1,0	3,2
Santa Cruz	1,2	1,6	2,8
Velas	3,3	3,9	7,2
Distrito da Horta:			
Corvo	2,7	1,7	4,4
Horta	7,6	4,7	12,3
Lajes das Flores	2,4	3,4	5,8
Lajes do Pico	1,3	1,1	2,4
Madalena	2,2	0,8	3,0
Santa Cruz das Flores	6,2	5,4	11,6
S. Roque do Pico	1,9	1,5	3,4
Distrito de Ponta Delgada:			
Lagoa	2,7	1,1	3,8
Nordeste	2,5	1,1	3,6
Ponta Delgada	6,3	2,8	9,1
Povoação	3,2	1,0	4,2
Ribeira Grande	2,4	0,8	3,2
Vila Franca do Campo	2,8	1,0	3,8
Vila do Porto	2,4	1,1	3,5
Distrito do Funchal:			
Calheta	0,9	0,3	1,2
Câmara de Lobos	1,3	0,1	1,4
Funchal	13,3	2,1	15,4
Machico	0,8	0,1	1,2
Ponta do Sol	1,2	0,3	1,5
Porto Moniz	2,9	0,4	3,3
Porto Santo	2,3	0,2	2,5
Ribeira Brava	3,1	0,2	3,3
Santa Cruz	1,3	0,3	1,6
Santana	1,9	0,4	2,3
S. Vicente	5,1	0,3	5,1

As percentagens contidas no quadro n.º 43 são as médias das que exprimiam em cada período intercensuário o número dos naturais dos outros concelhos do mesmo distrito e dos naturais doutros distritos em relação ao total da população do concelho. Foi com elas que se organizaram os cartogramas n.ºs 20 e 21 com base na classificação de valores que pareceu mais aconselhável. O primeiro diz respeito aos naturais dos outros concelhos do mesmo distrito, traduzindo assim uma migração de carácter regional, enquanto o segundo se refere aos naturais dos outros distritos, constituindo como tal uma migração de maior importância e significado.

O primeiro mostra as tendências dos deslocamentos internos dentro dos vários distritos. Apesar dos dados enfermarem do condicionalismo a que obedecem os limites dessas grandes divi-

sões administrativas, o que eles documentam já permite uma impressão muito aproximada das áreas de atracção regional.

Uma apreciação preliminar da situação das várias regiões do País obtem-se pelas médias das percentagens de cada distrito que eram as indicadas no citado quadro n.º 43.

Daqui já se pode inferir mais uma vez a oposição entre o Norte e Sul sob o ponto de vista demográfico.

Com excepção de Lisboa e do Porto, as médias superiores pertenciam todas aos distritos transtaganos do Sul, avultando na escala das percentagens a diferença que se abria entre eles e os outros, sem paralelo em toda a série.

São duas unidades completas que separam Beja de Santarém e com elas duas zonas distintas para os efeitos da migração interna.

A distinção avulta ainda no seguinte quadro do número de concelhos de cada uma das classes de percentagens nessas duas zonas.

	1 e 2 %	3 a 5 %	6 a 9 %	10 % e mais
Metade Norte	70	65	21	5
Metade Sul	9	40	35	27

A inversão da escala dos números de concelhos evidencia-se tanto como a sua disparidade dentro de cada classe.

Na análise do pormenor, este fenómeno revela-se ainda mais intenso ao considerar-se que os cinco concelhos da zona Norte com mais de 10% são todos da concentração portuense, ao passo que dos vinte e sete do Sul só sete dizem respeito à concentração da capital, e que seis dos nove concelhos de percentagens mínimas da zona Sul estão localizados junto aos limites das duas zonas.

Com base nas indicações do quadro pode fazer-se, com grande aproximação, uma ideia das áreas de atracção regional (aqui podia dizer-se com mais propriedade distrital) e daquelas que as alimentam.

Além das já referidas concentrações lisboeta e portuense de grande intensidade migratória, aparecem como mais importantes os casos dos concelhos do alto e do centro do Alentejo; os do litoral algarvio, que são impressionantes na migração da gente serrana sem qualquer contrapartida e que só encontra parceiro nos de Coimbra e de Alvaizere; os de Setúbal, Bombarral e Alcanena, e o de Braga, acompanhado, certamente por motivos muito diversos, pelos da Póvoa de Lanhoso e de Terras do

Bouro. Ainda podemos acrescentar-lhes os de Bragança e Macedo de Cavaleiros, para o extremo Nordeste, os de Aveiro e Albergaria-a-Velha, na Beira marítima, os de Caminha e Valença, ambos fronteiros, pouco densos e de pequeno crescimento fisiológico e, por último, os casos, que se podem considerar estranhos, de Murça, S. João da Pesqueira e Vila Velha de Ródão.

Mas a área maior de actuação migratória é a do Alentejo, que se liga desde Castelo de Vide a Ourique e do mar à fronteira de Espanha.

A única que se lhe pode comparar, mas mesmo assim a grande distância dela, é a do Ribatejo, que se prolonga desde Vila Franca de Xira até Constância, englobando os núcleos de imigração da Golegã e Vila Nova da Barquinha (Entroncamento).

Uma última observação nos merece o facto de Lisboa não pertencer à classe de percentagens mais elevadas.

A razão desse facto, que se verificou em todos os censos, encontra-se nas características e intensidade do urbanismo da capital, que será observado no capítulo III.

Estendendo a todo o País a sua atracção, recebendo de todo ele e quase sem distinção mais de metade dos seus habitantes, necessariamente havia de ser reduzida no conjunto a proporção dos naturais do mesmo distrito.

Já o mesmo não devia acontecer, e isso corresponde aos dados obtidos, nos concelhos vizinhos com menor número de habitantes naturais de outras regiões do País.

No Porto, a situação era diversa correspondendo às diferenças que, como vimos, o distinguem e por vezes o opõem a Lisboa.

§ 2.º — Entre os vários distritos

Passêmos agora a considerar as percentagens dos naturais dos outros distritos.

Já frisámos a maior importância de imigração que lhe diz respeito, relativamente à primeira que acabamos de analisar. É ela que sobretudo traduz e explica o nosso urbanismo, assim como as outras tendências do nosso povoamento interno.

Basta olhar o cartograma que a apresenta para notar as diferenças que a distinguem da imigração que definimos como regional.

A oposição entre o Norte e o Sul é ainda mais forte conforme decorre do número de concelhos das várias classes em cada uma das metades do País:

	Até 2 %	3 a 5 %	6 a 9 %	10 % e mais
Metade Norte	103	46	7	5
Metade Sul	24	42	21	24

Os cinco concelhos do Norte com mais de 10 %, eram os do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Espinho, todos contíguos num só núcleo de atracção (cujá essência era a cidade do Porto) e o concelho de Coimbra.

Os seis concelhos nortenhos com uma percentagem entre 6 e 9 % eram o da Póvoa de Varzim, os de Mesão Frio e de Peso da Régua, junto ao Douro, os de Aveiro, Anadia e Mealhada, e o de Figueira da Foz, todos, à excepção de Anadia e de Mesão Frio, por coincidência que não seria por certo puramente casual, entroncamentos de vias férreas.

Quase todos esses concelhos eram centros de atracção isolados e todos, com a única excepção de Mesão Frio, explicado em parte pela sua pequenez, atribuíveis ao urbanismo.

Na metade Sul, os concelhos com mais de 10 % dos habitantes naturais de outros distritos e os outros com 6 a 9 % formavam uma extensíssima zona de imigração interna em que o urbanismo só aparecia em poucos casos. De fora dessa zona ficavam apenas o concelho de Peniche, com mais de 10 %, e os de Mértola e Castro Marim com a percentagem imediatamente inferior.

Do total de concelhos das duas classes, (45) só vinte é que podiam ser levadas à conta do urbanismo, dos quais quinze na classe de 10 % e mais e cinco na de 6 a 9 %.

Eram respectivamente os seguintes:

10 % e mais	6 a 9 %
Lisboa	Santarém
Oeiras	Caldas da Rainha
Cascais	Sintra
Almada	Loures
Seixal	Moita
Barreiro	
Montijo	
Vila Franca de Xira	
Peniche	
Vila Nova da Barquinha	
Évora	
Estremoz	
Elvas	
Sines	
Setúbal	

Os sublinhados, são os suburbanos de Lisboa.

Os demais vinte e cinco eram de carácter nitidamente rural e aonde a imigração expressa nas percentagens de naturais doutros distritos, não significando urbanismo, só podia tomar-se como sinal de intensificação de povoamento ou de colonização.

Eram eles, para as classes de percentagens consideradas:

10 % e mais	6 a 9 %
Alcanena	Golegã
Bombarral	Montemor-o-Novo
Cartaxo	Alcácer do Sal
Azambuja	Santiago do Cacém
Coruche	Grândola
Ponte de Sor	Gavião
Avis	Benavente
Sousel	Alvito
Monforte	Mora
Vila Viçosa	
Viana do Alentejo	
Alcochete	
Castro Marim	
Mértola	
Palmela	
Salvaterra de Magos	
Castro Marim	

A comparação do cartograma n.º 21 com os cartogramas n.ºs 10 a 15; 4, 5 e 7; e 2, relativos às densidades, à variação da população e ao crescimento fisiológico, é da maior utilidade para a apreciação do fenómeno e das condições em que ele se desenrola.

— Os das densidades mostram que todos esses concelhos à excepção do da Golegã e dos quatro primeiros da classe dos 6 a 9 % que eram todos ao norte do Tejo, não atingiam em 1890 a densidade mínima dos vinte e cinco habitantes por quilómetro quadrado.

— Os do crescimento fisiológico revelam que todos esses concelhos eram de grande aumento fisiológico, incluindo-se entre eles seis de crescimento máximo e que eram os quatro primeiros que se seguiam à Golegã na classe dos de mais de 10 % e os

dois que, na classe dos 6 a 9 %, vinham depois dos quatro já citados concelhos ao norte do Tejo.

Esses seis concelhos, todos contíguos entre si e dos maiores do País, representavam, com os seus 6.704,28 quilómetros quadrados, mais de 50 % da superfície total destes vinte e seis concelhos.

— O da variação de facto esclarece que a quase totalidade desses concelhos pertencia à zona de grande aumento populacional que foi devidamente assinalada no capítulo respectivo.

Só ficavam fora dela os seis concelhos ao norte do Tejo, os cinco do Alto Alentejo (Gavião, Ponte de Sor, Avis, Sousel e Monforte) e os de Benavente e Viana do Alentejo, que aliás eram todos, com as únicas excepções dos três concelhos ribatejanos da Golegã, Cartaxo e Benavente, da categoria de aumento imediato (50 a 99 %).

Os únicos concelhos incluídos na zona referida e que não chegavam a atingir 6 % de naturais de outros distritos, eram os de Salvaterra de Magos e Odemira.

A imigração de gente do mesmo distrito para Salvaterra de Magos e o muito grande crescimento fisiológico para Odemira, explicam a anomalia.

O conjunto das observações recolhidas através deste exame, deve ainda aproximar-se do que se verificou e disse na comparação do crescimento fisiológico com o aumento de facto.

No entanto, já se pode concluir, sem esforço ou precipitação, que no povoamento das regiões de fraca densidade do Sul entra em concorrência com os seus saldos fisiológicos notavelmente elevados e que lá permanecem, uma imigração substancial da gente dos outros distritos que só podem ser os do Norte e mais concretamente os das Beiras.

O equilíbrio do Norte e do Sul no número de concelhos com 3 a 6 % de naturais doutros distritos, é apenas aparente.

Ao passo que no Norte os quarenta e seis concelhos nessas condições formavam manchas isoladas mais ou menos extensas entre os de percentagens mínimas, os quarenta e dois do Sul eram, por assim dizer, o fundo aonde se destacava a região das percentagens superiores e as ilhas raras dos mínimos, que só no Algarve adquiriam continuidade e extensão.

As manchas do Norte eram ao todo treze, sendo quatro constituídas apenas por um único concelho: Chaves e Valença, irmãos na situação fronteiriça, Castanheira de Pera, com a sua indústria, e Mondim de Basto, que clama contra a arbitrariedade do limite distrital que o separa dos concelhos de Cabeceiras e Celorico de Basto.

Enumerar os agrupamentos de concelhos que formam as manchas restantes, é descrevê-los:

Os dois de Caminha e Viana do Castelo; os doze concelhos do Minho e do Douro litoral que compreendiam os outros concelhos suburbanos do Porto, os concelhos urbanos de Braga e Guimarães, os industriais do vale do Ave e os rurais de Felgueiras, Castelo de Paiva e Arouca; os onze concelhos da terra quente do Douro, todos eles compreendidos na actual região demarcada dos vinhos do Porto; os dois concelhos de Fornos de Algodres e de Aguiar da Beira, com a situação justificada pelo facto de serem limítrofes do distrito de Viseu; o concelho de Viseu e os três de Nelas, Carregal do Sal e Oliveira do Hospital que também acusam os efeitos da sua condição de raianos de distritos; os concelhos urbanos e industriais da Covilhã e da Guarda e o mineiro de Belmonte; os concelhos de Anadia, Águeda e

Albergaria-a-Velha numa região agrícola e de comunicações privilegiadas, produtora de vinhos famosos; os dois concelhos de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão por onde se prolonga a paisagem demográfica do Alentejo; e, por último, os concelhos prósperos de Pombal, Leiria, Marinha Grande, Alvaiázere e Ferreira do Zêzere.

Quanto aos concelhos com a percentagem mínima inferior a 2 % não merece a pena apontar os do Norte. Eram como já se disse a maioria que enquadrava os restantes.

Os vinte e quatro do sul, distribuíam-se muito irregularmente pelas províncias. Eram casos isolados no Alentejo (Nisa, Marvão, Arraiolos, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Castro Verde).

§ 3.º — Movimento global

O panorama geral da imigração interna é-nos dado pela soma das duas que foram examinadas, ou seja pela percentagem global dos não naturais de cada concelho, quer o sejam ou não do mesmo distrito.

Além do seu interesse próprio, a imigração global permite ajuizar das condições em que se combinavam a imigração dita local e a que ia além dos limites do distrito.

A classificação dos concelhos em ordem à percentagem global dos não naturais é feita no cartograma n.º 22, segundo uma convenção que para o caso se entendeu mais indicada, com escalas duplas das adoptadas para os cartogramas precedentes.

Basta uma observação superficial para reconhecer que a oposição entre o Norte e o Sul do País aparece agravada, sobretudo pela redução do número e intensidade dos núcleos de atracção humana da metade Norte.

Eram apenas três os concelhos que lá tinham mais de 20 % de não naturais e seis os que tinham mais de 12 %.

Os primeiros eram os do Porto, Matosinhos e Espinho. Os segundos eram: Braga, Maia, Valongo, Vila Nova de Gaia, Aveiro e Coimbra. Uns e outros todos centros urbanos ou comportando-se como tais.

Ao Sul, a situação importava alterações relativamente à revelada pelos outros cartogramas, mas mantinha-se a mesma na sua essência.

Os de mais de 20 %, eram os oito de Cascais, Oeiras, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Barreiro e Montijo e o da cidade de Lisboa, os de Setúbal e Évora, o de Vila Nova da Barquinha, e mais oito concelhos, um ribatejano e sete alentejanos.

Os concelhos meridionais com mais de 12 % eram ao todo quarenta e dois, dos quais seis ao norte do Tejo, dois a cava-

Na Estremadura eram também excepção: em Sobral de Monte Agraço e na Arruda dos Vinhos, contíguos no ponto menos favorecido da península de Lisboa e em Porto de Mós e na Batalha, ambos serranos e pobres.

Mação já era na Beira Baixa, e a esta província pertence geograficamente o concelho de Sardoal, incluído no Ribatejo.

Só no Algarve é que as percentagens mínimas tornavam a impor-se como no Norte, estendendo-se por toda a província com as excepções únicas de Aljezur, que já vive o clima demográfico do Alentejo, de Faro, aonde a cidade é razão suficiente, de Vila Real de Santo António, porto e fronteira muito praticada, e Castro Marim, vizinho e participante da vida daquela vila.

leiro dele, vinte e seis no Ribatejo e no Alentejo, e oito no Algarve.

As excepções de Sintra, ainda suburbana de Lisboa, de Peniche e das Caldas da Rainha, de Beja, quase perdida no seu enorme concelho, de Sines e Aljustrel, e de alguns concelhos do litoral algarvio, não se vislumbra sinal de urbanismo por toda a extensão desses concelhos.

Tal como nos últimos nove concelhos com mais de 20 % de não naturais, era apenas e somente a ocupação da terra e o adensamento da população, que explicavam a imigração de gentes nortenhas, protagonistas inconscientes, mas nem por isso menos úteis, duma empresa de verdadeiro interesse nacional.

Para terminar, falta uma referência às ilhas adjacentes.

O fenómeno da imigração interna quase não se verifica por lá. Terras de acanhados limites, isoladas pelo mar e quase todas densamente povoadas, elas são antes alfobres de emigrantes.

Só o Funchal, na Ilha da Madeira, assume a categoria de centro de atracção regional, com 13,3 % de naturais doutros concelhos do distrito, mas apesar da sua importância urbana e marítima, apenas pode acrescentá-los em 2,1 % de naturais de outros distritos.

As três cidades açoreanas revelam-se centros de atracção regional de menor importância, sendo no entanto para notar que qualquer delas tem maior percentagem de naturais de outro distrito do que o Funchal. Ponta Delgada, atingia a percentagem global de 12 %, enquanto as outras duas se equilibravam nos 9 %. É para relevar ainda o concelho de Santa Cruz das Flores.

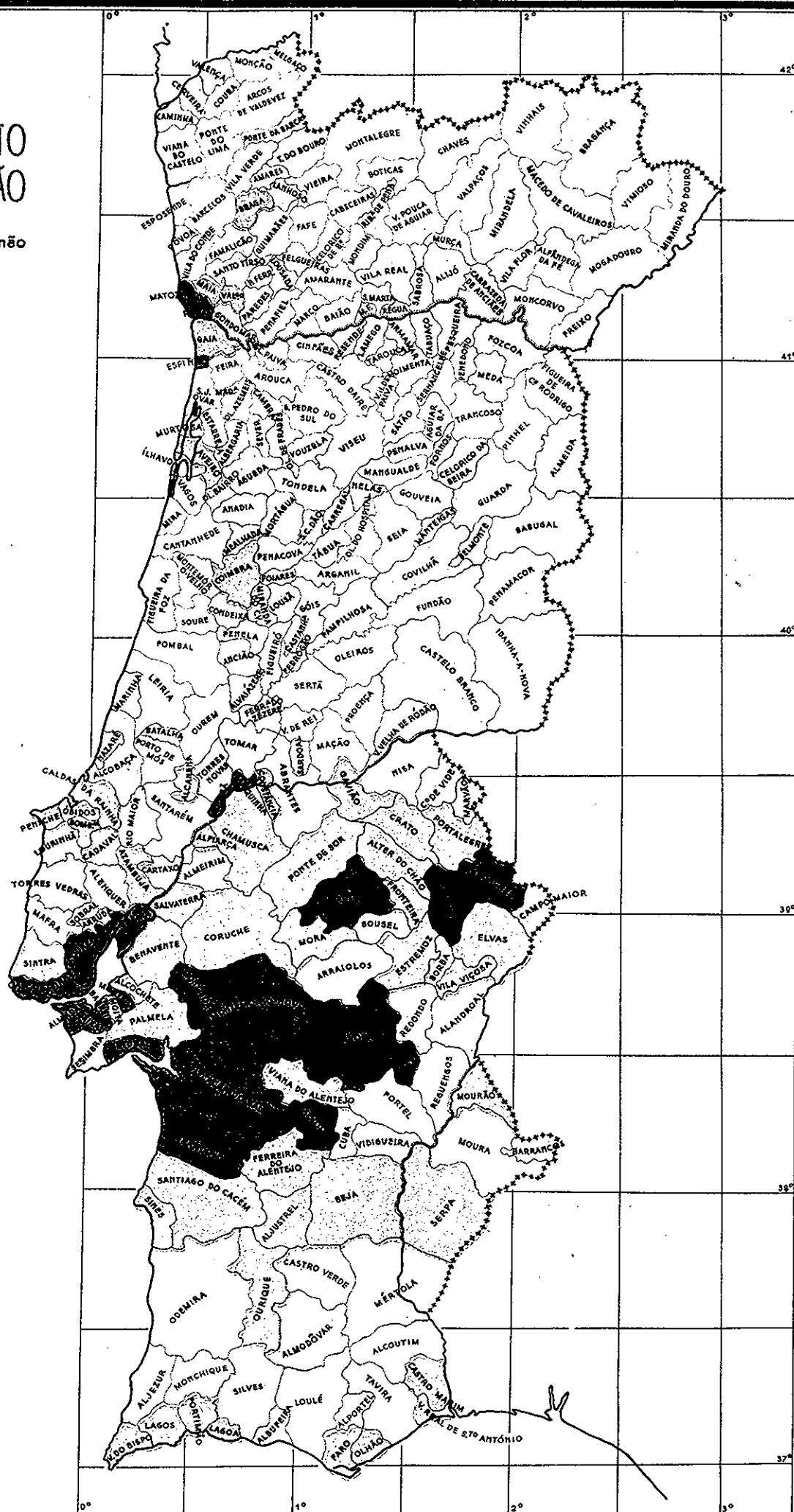
Na apreciação das percentagens açoreanas, deve ter-se presente a data do último censo em 1940, quando já tinham começado a partir para as ilhas as guarnições militares destinadas a assegurar a sua defesa durante a segunda guerra mundial.

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Média das percentagens dos não
naturais do concelho

1890 — 1940

(em %)



Legenda

De 20 e mais %	
» 12 » 19 %	
» 6 » 11 %	
» 0 » 5 %	

ESCALA

0 15 30 45 60 Km.

Capítulo II

População urbana

§ 1.º — No total do País

Na população de qualquer país há uma distinção fundamental a fazer entre a urbana e a rural. A primeira é a que vive nas cidades ou em povoações de certa importância, com hábitos, profissões, exigências e atitudes necessariamente muito diferentes da segunda, que vive isolada no campo ou em pequenos núcleos populacionais que têm por única ou principal razão de ser o trabalho da terra. De uma para outra, vai um complexo de diferenças que para além do aspecto social e económico também se estende à demografia.

A população rural, pelo estreito contacto com a terra, é a que tem nela raízes mais profundas que são a um tempo de ordem material e moral. É característico o seu apego à tradição e aos hábitos da vida local. Por outro lado, mercê de muitas causas que não vale a pena enumerar, a população rural foi sempre e continua a ser mais prolífica que a urbana.

Um dos fenómenos dominantes e universais da demografia é a emigração constante da gente dos campos para as cidades. Essa emigração é tão grande que faz com que a população das cidades, apesar dos seus índices de crescimento muito baixos e até por vezes negativos, aumente mais que a dos campos ou que a destes chegue a diminuir. Dá-se a este fenómeno, quando atinge o grau de intensidade descrito, o nome de urbanismo.

O urbanismo, que é apreciado e julgado de modo muito diverso pelos autores que dele se têm ocupado, apareceu, como tal, no decurso do século passado e mais precisamente na sua segunda metade, coincidindo de modo impressionante com o extraordinário aumento que, a partir de então, se registou na população dos países civilizados.

Tão íntima aparece a ligação entre o urbanismo e esse aumento, que não há possibilidade de separar um do outro, muito embora se hesite em determinar se o primeiro é causa ou efeito do segundo.

É tão difícil admitir a população dos grandes países dos nossos dias espalhada pelos campos, como explicar que ela pudesse ter aumentado nas condições verificadas sem uma determinante poderosa. Seja como for, a verdade é que o urbanismo, independentemente dos benefícios ou inconvenientes que representa,

constitui um fenómeno natural, necessário e inevitável em face das condições demográficas, económicas e sociais dos tempos modernos.

Para além das razões psicológicas que movam a gente das aldeias a caminhar para as cidades, há outras incomparavelmente mais fortes e até inelutáveis, que as empurram pelo mesmo caminho. Na medida em que o progresso pela criação de necessidades novas exige mais braços na indústria e faz surgir mais ocupações no comércio e nos outros sectores do trabalho, vai-se reduzindo pela técnica o número dos homens precisos para fazer produzir a terra. E é ainda por causa destes últimos, para fabricar o que eles precisam de comprar, que mais gente tem de ir para as cidades ou para os centros industriais.

A classificação das populações urbana e rural, apresenta na prática grandes dificuldades. A despeito dos critérios vários que têm sido propostos, baseados na natureza das profissões e ocupações da maior parte da população das localidades consideradas, ou noutros factos semelhantes, a solução mais communmente adoptada tem sido a empírica, com base no número total de habitantes. As deficiências desse critério são demasiado evidentes para que nelas se insista, mas as dificuldades dos outros têm-se revelado, pelo menos até agora, intransponíveis.

Foi, já se referiu atrás, nos dois mil habitantes que, por consenso quase geral, se fez recair o limite da distinção entre as localidades rurais e urbanas, que por sua vez permitem a distinção das duas populações. Posto assim o problema e as condições da sua apresentação, passemos ao seu exame no caso português.

Porque só nos censos de 1911 e 1940 é que o apuramento desceu aos lugares, permitindo a perfeita individualização das localidades, é nessas duas datas e entre elas que vai incidir a nossa primeira e geral observação. Os números respectivos constam do quadro n.º 44, que foi cuidadosamente organizado de modo a garantir a mais exacta comparação dos números dos dois censos. As diferenças que acaso existam resultantes da desapareição ou alteração do nome de raros lugares muito pequenos, não podem prejudicar ou sequer influenciar os resultados obtidos.

44. — População urbana e rural, nos distritos e concelhos
(1911 e 1940)

Distritos e concelhos	População urbana		População rural		Percentagem da população urbana		Percentagem da população rural	
	1911	1940	1911	1940	1911	1940	1911	1940
Portugal	1.483.677	2.398.772	4.476.373	5.323.380	24,9	31,1	75,1	68,9
Continente	1.367.305	2.201.976	4.180.403	4.983.168	24,6	30,6	75,4	69,4
Ilhas adjacentes	116.372	196.797	295.970	340.212	25,2	36,6	71,8	63,4
Aveiro	49.142	71.482	286.799	358.388	14,6	16,6	85,4	83,4
Beja	65.365	106.530	127.134	168.911	34,0	38,7	66,0	61,3
Braga	41.862	58.584	340.414	424.330	11,0	12,1	89,0	87,9
Bragança	13.634	15.907	178.390	197.326	7,1	7,5	92,9	92,5
Castelo Branco	45.452	69.357	195.732	230.313	18,8	23,1	81,2	76,9
Coimbra	32.468	57.692	326.919	353.985	9,0	14,0	91,0	86,0
Évora	45.870	74.107	102.425	133.845	30,9	35,6	69,1	64,4
Faro	68.591	90.097	204.270	227.531	25,1	28,4	74,9	71,6
Guarda	21.211	31.925	250.405	262.241	7,8	10,9	92,2	89,1
Leiria	28.229	52.456	234.403	301.219	10,7	14,8	89,3	85,2
Lisboa	461.034	799.257	224.301	270.846	67,3	74,7	32,7	25,3
Portalegre	47.675	75.209	93.806	111.164	33,7	40,4	66,3	59,6
Porto	267.913	400.104	412.243	538.184	39,4	42,6	60,6	57,4
Santarém	62.258	104.149	263.517	317.847	19,1	24,7	80,9	75,3
Setúbal	70.705	118.310	96.314	150.574	42,3	44,0	57,7	56,0
Viana do Castelo	16.476	21.625	210.774	236.971	7,3	8,4	92,7	91,6
Vila Real	15.061	23.705	230.486	265.409	6,1	8,2	93,9	91,8
Viscu	14.359	31.479	402.071	434.084	3,4	6,8	96,6	93,2
Angra do Heroísmo	11.688	13.635	58.269	64.474	16,7	17,5	83,3	82,5
Horta	4.993	10.135	45.062	42.546	10,0	19,3	90,0	80,7
Ponta Delgada	53.509	89.020	69.014	67.025	43,7	57,0	56,3	43,0
Funchal	46.182	83.957	123.601	166.167	27,2	33,6	72,8	66,4
Distrito de Aveiro :								
Águeda	2.424	6.375	19.609	22.734	11,0	21,9	89,0	78,1
Albergaria-a-Velha	2.238	2.725	12.216	13.932	15,5	16,4	84,5	83,6
Anadia	..	..	18.828	25.308	..	..	100,0	100,0
Arouca	..	..	18.308	22.674	..	..	100,0	100,0
Aveiro	8.735	11.247	19.328	24.364	31,1	31,6	68,9	68,4
Castelo de Paiva	..	..	10.069	12.322	..	..	100,0	100,0
Espinho	5.385	7.914	6.533	9.709	45,2	44,9	54,8	55,1
Estarreja	..	2.446	21.668	21.157	..	10,4	100,0	89,6
Feira	..	..	44.442	61.187	..	..	100,0	100,0
Ílhavo	4.966	8.164	9.164	10.327	35,1	44,2	64,9	55,8
Mealhada	..	..	11.246	15.558	..	..	100,0	100,0
Murtosa	12.532	12.232	185	1.392	98,5	99,8	1,5	10,2
Oliveira de Azeméis	2.093	3.079	27.340	34.264	7,1	8,2	92,9	91,8
Oliveira do Bairro	..	..	11.125	15.483	..	..	100,0	100,0
Ovar	7.876	8.660	19.193	21.583	29,1	28,6	70,9	71,1
S. João da Madeira	2.893	6.613	1.070	785	73,0	89,4	27,0	10,6
Sever do Vouga	..	..	9.807	12.187	..	..	100,0	100,0
Vagos	..	2.027	13.381	15.572	..	11,5	100,0	88,5
Vale de Cambra	..	..	13.287	17.191	..	..	100,0	100,0
Distrito de Beja :								
Aljustrel	6.974	9.514	5.326	7.721	56,7	55,2	43,3	44,8
Almodôvar	3.018	4.604	8.380	11.128	26,5	29,3	73,5	70,7
Alvito	..	2.610	4.124	3.009	..	46,4	100,0	53,6
Barrancos	2.697	3.467	72	..	97,4	100,0	2,6	..
Beja	8.753	21.214	20.752	18.002	29,7	57,4	70,3	42,6
Castro Verde	2.034	2.792	6.886	9.479	22,8	22,8	77,2	77,2
Cuba	4.040	4.663	2.749	3.660	59,5	56,0	40,5	44,0
Ferreira do Alentejo	3.769	4.860	5.931	9.578	38,9	33,7	61,1	66,3
Mértola	3.730	3.859	18.579	24.989	16,7	13,4	83,3	86,6
Moura	12.030	17.983	7.817	9.334	60,5	65,8	39,5	34,2
Odemira	2.417	2.231	21.693	37.811	10,0	5,6	90,0	91,4
Ourique	..	..	11.059	16.089	..	..	100,0	100,0
Serpa	12.396	21.515	8.291	11.345	59,9	65,5	40,1	34,5
Vidigueira	3.507	4.218	5.445	6.739	39,2	38,5	60,8	61,5
Distrito de Braga :								
Amares	..	..	13.223	15.148	..	..	100,0	100,0
Barcelos	5.104	7.638	45.965	59.358	10,0	11,4	90,0	88,6
Braga	22.543	29.875	38.194	46.117	37,1	39,3	62,9	60,7
Cabeceiras de Basto	..	..	17.448	19.159	..	..	100,0	100,0
Celorico de Basto	..	..	21.205	23.529	..	..	100,0	100,0
Esposende	..	..	16.010	20.636	..	..	100,0	100,0
Fafe	2.623	4.503	27.442	32.705	8,7	12,1	91,3	87,9
Guimarães	9.389	12.568	49.608	68.271	15,9	15,5	84,1	84,5
Póvoa de Lanhoso	..	..	18.069	20.440	..	..	100,0	100,0
Terras do Bouro	..	..	9.070	11.139	..	..	100,0	100,0
Vieira do Minho	..	..	15.009	16.977	..	..	100,0	100,0
Vila Nova de Famalicão	2.198	3.995	35.578	51.649	5,8	7,2	94,2	92,8
Vila Verde	..	..	33.593	39.202	..	..	100,0	100,0

44. — População urbana e rural, nos distritos e concelhos (continuação)
(1911 e 1940)

Distritos e concelhos	População urbana		População rural		Percentagem da população urbana		Percentagem da população rural	
	1911	1940	1911	1940	1911	1940	1911	1940
Distrito de Bragança :								
Alfândega da Fé	..	..	9.316	9.866	..	..	100,0	100,0
Bragança	5.622	6.977	25.685	27.491	18,0	20,2	82,0	79,8
Carraceda de Ansiães	..	..	13.654	14.639	..	..	100,0	100,0
Freixo de Espada a Cinta	2.368	2.703	4.566	4.756	34,2	36,2	65,8	63,8
Macedo de Cavaleiros	..	..	20.991	22.756	..	..	100,0	100,0
Miranda do Douro	..	..	11.210	12.530	..	..	100,0	100,0
Mirandela	2.708	3.683	19.401	23.665	12,2	13,5	87,8	86,5
Mogadouro	..	..	17.063	18.661	..	..	100,0	100,0
Torre de Moncorvo	2.936	2.544	13.576	16.026	17,8	13,7	82,2	86,3
Vila Flor	..	..	10.352	11.343	..	..	100,0	100,0
Vimioso	..	..	11.882	12.516	..	..	100,0	100,0
Vinhais	..	..	20.694	23.077	..	..	100,0	100,0
Distrito de Castelo Branco :								
Belmonte	..	2.520	7.273	7.043	..	26,4	100,0	73,6
Castelo Branco	9.211	17.798	32.676	39.186	22,0	31,2	78,0	68,8
Covilhã	16.373	22.152	31.899	38.282	33,9	36,7	66,1	63,3
Fundão	2.744	6.761	36.069	39.968	7,1	14,5	92,9	85,5
Idanha-a-Nova	8.803	10.647	18.050	21.995	32,8	32,6	67,2	67,4
Oleiros	..	..	11.919	13.874	..	..	100,0	100,0
Penamacor	3.358	2.818	11.620	14.423	22,4	16,3	77,6	83,7
Proença-a-Nova	..	..	13.384	17.461	..	..	100,0	100,0
Sertão	..	..	22.594	26.765	..	..	100,0	100,0
Vila de Rei	..	..	7.334	8.367	..	..	100,0	100,0
Vila Velha de Ródão	4.963	6.658	2.914	2.949	63,0	69,3	37,0	30,7
Distrito de Coimbra :								
Arganil	..	..	21.151	20.615	..	..	100,0	100,0
Cantanhede	2.316	5.141	27.243	30.556	7,8	14,4	92,2	85,6
Coimbra	21.095	35.437	41.328	51.299	33,8	40,9	66,2	59,1
Condeixa-a-Nova	..	..	12.553	13.374	..	..	100,0	100,0
Figueira da Foz	9.057	12.701	36.195	40.345	20,0	23,9	80,0	76,1
Góis	..	..	12.466	12.183	..	..	100,0	100,0
Lousã	..	2.247	12.358	12.120	..	15,6	100,0	84,4
Mira	..	2.166	8.510	9.233	..	19,0	100,0	81,0
Miranda do Corvo	..	..	12.859	13.457	..	..	100,0	100,0
Montemor-o-Velho	..	..	23.916	27.319	..	..	100,0	100,0
Oliveira do Hospital	..	..	27.242	28.120	..	..	100,0	100,0
Pampilhosa da Serra	..	..	13.548	15.045	..	..	100,0	100,0
Penacova	..	..	17.701	19.026	..	..	100,0	100,0
Penela	..	..	11.932	10.959	..	..	100,0	100,0
Poiarses	..	..	8.061	8.278	..	..	100,0	100,0
Soure	..	..	22.323	21.689	..	..	100,0	100,0
Tábua	..	..	17.533	17.330	..	..	100,0	100,0
Distrito de Évora :								
Alandroal	..	..	8.391	11.756	..	..	100,0	100,0
Arraiolos	..	2.391	9.518	10.595	..	18,4	100,0	81,6
Borba	..	3.674	6.974	5.695	..	39,2	100,0	60,8
Estremoz	5.886	9.183	12.145	14.226	32,6	39,2	67,4	60,8
Évora	13.778	21.851	16.479	20.904	45,5	51,1	54,5	48,9
Montemor-o-Novo	6.400	8.405	16.048	26.578	28,5	21,0	71,5	76,0
Mora	..	2.045	6.462	7.655	..	21,1	100,0	78,9
Mourão	2.111	2.706	2.054	2.729	50,7	49,8	49,3	50,2
Portel	2.706	3.308	6.378	8.179	29,8	28,8	70,2	71,2
Redondo	3.154	4.199	5.266	7.715	37,5	35,2	62,5	64,8
Reguengos de Monsaraz	3.227	4.962	7.505	10.226	30,1	32,7	69,9	67,3
Viana do Alentejo	4.744	6.690	1.509	2.411	75,9	73,3	24,1	26,7
Vila Viçosa	3.882	4.693	3.696	5.146	51,2	47,7	48,8	52,3
Distrito de Faro :								
Albufeira	2.913	3.043	9.956	11.473	22,6	21,0	77,4	79,0
Alcoutim	..	..	8.514	10.342	..	..	100,0	100,0
Aljezur	..	2.125	5.658	5.745	..	27,0	100,0	73,0
Alportel	..	..	11.900	10.645	..	..	100,0	100,0
Castro Marim	..	..	8.571	9.357	..	..	100,0	100,0
Faro	10.825	19.695	13.109	12.161	45,2	61,8	54,8	38,2
Lagoa	2.793	2.462	10.201	11.256	21,5	17,9	78,5	82,1
Lagos	7.296	7.339	8.963	9.433	44,9	43,8	55,1	56,2
Loulé	6.333	7.535	37.628	44.193	14,4	14,6	85,6	85,4
Monchique	..	..	12.712	15.016	..	..	100,0	100,0
Olhão	12.634	15.910	12.364	13.498	50,5	54,1	49,5	45,9
Portimão	8.165	13.730	7.766	7.587	51,3	64,4	48,7	35,6
Silves	5.985	6.156	25.728	29.915	18,9	17,1	81,1	82,9
Tavira	6.644	5.972	19.124	22.948	25,8	20,7	74,2	79,3
Vila do Bispo	..	..	5.945	6.097	..	..	100,0	100,0
Vila Real de Santo António	5.003	6.100	6.131	6.507	44,9	48,8	55,1	51,6

44. — População urbana e rural, nos distritos e concelhos (*continuação*)
(1911 e 1940)

Distritos e concelhos	População urbana		População rural		Percentagem da população urbana		Percentagem da população rural	
	1911	1940	1911	1940	1911	1940	1911	1940
Distrito da Guarda:								
Aguiar da Beira	..	..	8.866	9.547	..	..	100,0	100,0
Almeida	..	..	17.220	16.461	..	..	100,0	100,0
Celorico da Beira	2.670	3.081	13.195	13.363	16,8	18,7	83,2	81,3
Figueira de Castelo Rodrigo	..	..	15.507	14.436	..	..	100,0	100,0
Fornos de Algodres	..	..	9.902	10.565	..	..	100,0	100,0
Gouveia	3.179	3.850	22.194	23.106	12,5	14,3	87,5	85,7
Guarda	4.461	6.598	39.173	41.435	10,2	13,7	89,8	86,3
Manteigas	3.259	3.405	729	1.435	81,7	70,4	18,3	29,6
Meda	..	2.191	11.902	12.715	..	14,7	100,0	85,3
Pinhel	..	..	19.714	20.639	..	..	100,0	100,0
Sabugal	2.070	4.402	32.708	37.085	6,0	10,6	94,0	89,4
Seia	2.232	4.893	30.142	29.245	6,9	14,3	93,1	85,7
Trancoso	..	..	17.989	19.437	..	..	100,0	100,0
Vila Nova de Foz Côa	3.340	3.505	11.164	12.772	23,0	21,5	77,0	78,5
Distrito de Leiria:								
Alcobaça	2.191	4.016	30.370	38.931	6,7	9,4	93,3	90,6
Alvaizere	..	..	12.354	14.671	..	..	100,0	100,0
Ancião	..	..	13.919	17.171	..	..	100,0	100,0
Batalha	..	..	7.690	11.161	..	..	100,0	100,0
Bombarral	..	3.393	9.823	11.094	..	23,4	100,0	76,6
Caldas da Rainha	5.597	8.652	18.643	24.758	23,1	25,9	76,9	74,1
Castanheira de Pera	..	..	5.608	6.184	..	..	100,0	100,0
Figueiró dos Vinhos	..	..	10.201	11.722	..	..	100,0	100,0
Leiria	4.392	7.208	43.239	59.374	9,2	10,8	90,8	89,2
Marinha Grande	3.763	7.768	6.660	6.714	36,1	53,6	63,9	46,4
Nazaré	4.805	5.701	5.343	5.824	47,3	49,5	52,7	50,5
Óbidos	..	..	9.460	10.803	..	..	100,0	100,0
Pedrógão Grande	4.252	4.607	3.617	4.569	51,0	50,2	46,0	49,8
Peniche	3.226	8.761	6.588	9.319	32,9	48,5	67,1	51,5
Pombal	..	2.350	37.292	50.390	..	4,5	100,0	95,5
Porto de Mós	..	..	13.596	18.528	..	..	100,0	100,0
Distrito de Lisboa:								
Alenquer	2.102	2.262	24.282	30.206	8,0	7,0	92,0	93,0
Arruda dos Vinhos	..	..	6.260	8.211	..	..	100,0	100,0
Azambuja	2.128	2.126	10.495	13.590	16,9	13,5	83,1	86,5
Cadaval	..	..	11.539	15.668	..	..	100,0	100,0
Cascais	4.143	15.957	10.721	14.839	27,9	51,8	72,1	48,2
Lisboa	435.359	709.179	..	..	100,0	100,0	..	..
Loures	2.696	9.019	22.430	26.213	10,7	25,6	89,3	74,4
Lourinhã	..	..	13.684	19.841	..	..	100,0	100,0
Mafra	..	5.602	26.770	27.339	..	17,0	100,0	83,0
Oeiras	4.585	26.283	12.782	12.099	26,4	68,5	73,6	31,5
Sintra	2.532	10.098	27.841	34.665	8,3	22,6	91,7	77,4
Sobral de Monte Agraço	..	..	5.922	7.222	..	..	100,0	100,0
Torres Vedras	..	4.762	38.926	46.987	..	9,2	100,0	90,8
Vila Franca de Xira	7.489	13.969	12.649	13.707	37,2	50,5	62,8	49,5
Distrito de Portalegre:								
Alter do Chão	4.337	5.319	2.956	3.878	59,5	57,8	40,5	42,2
Arronches	..	2.862	5.032	4.037	..	41,5	100,0	58,5
Avis	..	..	7.542	8.892	..	..	100,0	100,0
Campo Maior	6.074	7.518	1.508	1.618	80,1	82,3	19,9	17,7
Castelo de Vide	4.502	3.764	2.213	3.505	67,0	51,8	33,0	48,2
Crato	..	2.286	7.039	6.800	..	25,2	100,0	74,8
Elvas	10.132	16.409	11.478	12.220	46,9	57,3	53,1	42,7
Fronteira	2.342	5.691	3.002	1.699	43,8	77,0	56,2	23,0
Gavião	..	..	7.529	10.214	..	..	100,0	100,0
Marvão	..	..	6.321	7.559	..	..	100,0	100,0
Monforte	..	..	5.986	7.729	..	..	100,0	100,0
Nisa	6.264	7.893	7.801	10.735	41,5	42,4	55,5	57,6
Ponte de Sor	2.026	5.314	8.755	13.500	18,8	28,2	81,2	71,8
Portalegre	9.492	12.046	11.440	13.896	45,3	46,4	54,7	53,6
Sousel	2.505	6.107	5.204	4.882	32,5	55,6	67,5	41,4
Distrito do Porto:								
Amarante	..	3.439	35.235	37.445	..	8,4	100,0	91,6
Baião	..	..	25.024	28.772	..	..	100,0	100,0
Felgueiras	..	..	24.192	29.006	..	..	100,0	100,0
Gondomar	5.379	10.433	32.550	50.354	11,2	17,2	85,8	82,8
Lousada	..	..	17.710	22.193	..	..	100,0	100,0
Maia	..	5.564	23.487	31.062	..	15,2	100,0	84,8
Marco de Canaveses	..	..	29.423	36.190	..	..	100,0	100,0

44. — População urbana e rural, nos distritos e concelhos (continuação)
(1911 e 1940)

Distritos e concelhos	População urbana		População rural		Percentagem da população urbana		Percentagem da população rural	
	1911	1940	1911	1940	1911	1940	1911	1940
Distrito do Porto: (continuação)								
Matosinhos	16.895	36.931	17.370	25.953	49,3	58,7	50,7	41,3
Paços de Ferreira	..	..	13.844	18.503	..	..	100,0	100,0
Paredes	..	..	23.251	31.249	..	..	100,0	100,0
Penafiel	3.856	4.186	30.863	37.812	11,1	10,0	88,9	90,0
Porto	191.009	262.309	..	..	100,0	100,0	..	..
Póvoa de Varzim	11.531	14.441	12.977	17.252	47,0	45,6	53,0	54,4
Santo Tirso	4.035	6.255	29.129	45.291	12,2	12,1	87,8	87,9
Valongo	2.984	5.749	10.609	17.517	22,0	21,7	78,0	75,3
Vila do Conde	5.979	9.705	24.011	29.598	19,9	24,7	80,1	75,3
Vila Nova de Gaia	23.245	41.092	62.568	78.443	27,1	34,4	72,9	65,6
Distrito de Santarém:								
Abrantes	4.934	11.034	26.371	33.254	15,9	24,9	84,1	75,1
Alcanena	2.103	2.508	7.657	10.286	21,6	19,6	78,4	80,4
Almeirim	4.663	9.592	4.648	5.397	50,1	64,0	49,9	36,0
Alpiarça	5.463	6.254	878	985	86,2	86,4	13,8	13,6
Benavente	5.917	6.386	1.751	3.850	77,2	62,4	22,8	37,6
Cartaxo	7.065	8.380	8.917	9.984	44,2	45,6	55,8	54,4
Chamusca	3.870	3.761	7.755	11.232	33,3	25,1	66,7	74,9
Constância	..	..	3.409	3.423	..	..	100,0	100,0
Coruche	..	2.980	13.138	20.203	..	12,9	100,0	87,1
Ferreira do Zêzere	..	..	14.879	16.577	..	..	100,0	100,0
Golegã	5.000	4.898	3.780	1.993	56,9	71,1	43,1	28,9
Mação	..	..	16.036	20.073	..	..	100,0	100,0
Rio Maior	..	2.236	12.807	14.139	..	13,7	100,0	86,3
Salvaterra de Magos	5.079	7.017	3.992	6.488	56,0	52,1	44,0	47,9
Santarém	7.418	15.995	39.657	43.376	15,8	26,9	84,2	73,1
Sardoal	..	..	6.128	6.902	..	..	100,0	100,0
Tomar	5.482	7.952	29.805	35.220	15,5	18,4	84,5	81,6
Torres Novas	5.209	9.934	28.128	26.817	15,6	27,0	84,4	73,0
Vila Nova da Barquinha	..	5.192	4.951	7.582	..	40,6	100,0	59,4
Vila Nova de Ourém	..	..	28.830	40.066	..	..	100,0	100,0
Distrito de Setúbal:								
Alcácer do Sal	4.548	7.088	8.264	14.972	35,5	32,1	64,5	67,9
Alcochete	3.258	3.300	3.055	3.356	51,6	49,6	48,4	50,4
Almada	3.767	11.096	14.344	18.123	20,8	38,0	79,2	62,0
Barreiro	7.899	19.846	4.304	6.084	64,7	76,5	35,3	23,5
Grândola	..	3.067	10.246	14.499	..	17,5	100,0	82,5
Moita	2.158	2.896	4.046	9.428	34,8	23,5	65,2	76,5
Montijo	7.567	11.442	3.568	6.154	68,0	65,0	32,0	35,0
Palmela	2.509	3.189	10.809	17.323	18,8	15,5	81,2	84,5
Santiago do Cacém	2.038	3.058	16.233	28.798	11,2	9,6	88,8	90,4
Seixal	2.769	3.624	5.706	9.186	32,7	28,3	67,3	71,1
Sesimbra	5.810	6.539	4.862	6.626	54,4	49,7	45,6	50,3
Setúbal	25.541	37.071	8.924	12.599	74,1	74,6	25,9	25,4
Sines	2.841	6.094	1.953	2.754	59,3	68,9	40,7	31,1
Distrito de Viana do Castelo:								
Arcos de Valdevez	..	..	33.050	37.009	..	..	100,0	100,0
Caminha	2.056	2.067	13.091	14.137	13,6	12,8	86,4	87,2
Melgaço	..	..	16.180	17.388	..	..	100,0	100,0
Monção	..	2.052	26.503	25.017	..	7,6	100,0	92,4
Paredes de Coura	..	..	13.564	15.303	..	..	100,0	100,0
Ponte da Barca	..	..	13.000	14.959	..	..	100,0	100,0
Ponte do Lima	2.373	2.197	32.291	37.974	6,8	5,5	93,2	94,5
Valença	2.174	2.046	13.299	14.879	14,1	12,1	85,9	87,9
Viana do Castelo	9.873	13.263	40.017	49.355	19,8	21,2	80,2	78,8
Vila Nova da Cerveira	..	..	9.779	10.900	..	..	100,0	100,0
Distrito de Vila Real:								
Alijó	..	..	20.005	22.772	..	..	100,0	100,0
Botlicas	..	..	10.637	11.736	..	..	100,0	100,0
Chaves	5.815	8.822	32.019	38.597	15,4	18,6	84,6	81,4
Mesão Frio	..	..	7.289	8.120	..	..	100,0	100,0
Mondim de Basto	..	..	7.910	9.492	..	..	100,0	100,0
Montalegre	..	..	21.320	24.344	..	..	100,0	100,0
Murça	..	..	7.418	8.971	..	..	100,0	100,0
Peso da Régua	2.424	6.903	16.559	16.561	12,8	29,4	87,2	70,6
Ribeira de Pena	..	..	10.256	12.527	..	..	100,0	100,0
Sabrosa	..	..	12.403	13.414	..	..	100,0	100,0
Santa Marta de Penaguião	..	..	11.210	14.454	..	..	100,0	100,0
Valpaços	..	..	25.175	29.365	..	..	100,0	100,0
Vila Pouca de Aguiar	..	..	17.424	20.234	..	..	100,0	100,0
Vila Real	6.822	7.980	30.356	34.822	18,3	18,6	81,7	81,4

44. — População urbana e rural, nos distritos e concelhos (continuação)
(1911 e 1940)

Distritos e concelhos	População urbana		População rural		Percentagem da população urbana		Percentagem da população rural	
	1911	1940	1911	1940	1911	1940	1911	1940
Distrito de Viseu								
Armamar	..	..	11.294	12.157	..	..	100,0	100,0
Carregal do Sal	..	..	13.663	14.657	..	..	100,0	100,0
Castro Daire	..	..	22.409	24.545	..	..	100,0	100,0
Cinfães	..	..	27.160	30.326	..	..	100,0	100,0
Lamego	6.192	10.698	26.208	26.438	19,1	28,8	80,9	71,2
Mangualde	..	2.689	22.426	21.590	..	11,1	100,0	88,9
Moimenta da Beira	..	..	14.335	14.518	..	..	100,0	100,0
Mortágua	..	..	9.199	11.120	..	..	100,0	100,0
Nelas	..	2.046	13.892	13.371	..	13,3	100,0	86,7
Oliveira de Frades	..	..	9.793	10.682	..	..	100,0	100,0
Penalva do Castelo	..	..	13.997	14.153	..	..	100,0	100,0
Penedono	..	..	6.695	6.583	..	..	100,0	100,0
Resende	..	..	20.233	22.505	..	..	100,0	100,0
Santa Comba Dão	..	..	12.023	13.342	..	..	100,0	100,0
S. João da Pesqueira	..	2.170	13.005	11.825	..	15,5	100,0	84,5
S. Pedro do Sul	..	..	21.956	23.662	..	..	100,0	100,0
Sátão	..	..	13.748	15.195	..	..	100,0	100,0
Sernancelhe	..	..	10.643	10.319	..	..	100,0	100,0
Tabuaço	..	..	9.559	10.167	..	..	100,0	100,0
Tarouca	..	..	9.923	10.675	..	..	100,0	100,0
Tondela	..	..	31.281	38.060	..	..	100,0	100,0
Vila Nova de Paiva	..	..	6.677	7.870	..	..	100,0	100,0
Viseu	8.167	13.876	47.498	54.467	14,7	20,3	85,3	79,7
Vouzela	..	..	14.454	15.857	..	..	100,0	100,0
Distrito de Angra do Heroísmo								
Angra do Heroísmo	9.673	9.435	22.769	26.754	29,8	26,1	70,2	73,9
Calheta	..	..	6.866	7.477	..	..	100,0	100,0
Praia da Vitória	2.015	4.200	13.496	13.013	13,0	24,4	87,0	75,6
Santa Cruz da Graciosa	..	..	7.765	9.022	..	..	100,0	100,0
Velas	..	..	7.373	8.208	..	..	100,0	100,0
Distrito da Horta								
Corvo	..	..	744	687	..	..	100,0	100,0
Horta	4.993	8.184	15.369	15.395	24,5	34,7	75,5	65,3
Lajes das Flores	..	..	3.990	3.742	..	..	100,0	100,0
Lajes do Pico	..	..	8.263	8.122	..	..	100,0	100,0
Madalena	..	2.001	7.682	5.630	..	26,2	100,0	73,8
Santa Cruz das Flores	..	..	3.235	3.630	..	..	100,0	100,0
S. Roque do Pico	..	..	5.779	5.340	..	..	100,0	100,0
Distrito de Ponta Delgada								
Lagoa	8.829	9.934	2.138	2.585	80,5	79,4	19,5	20,6
Nordeste	..	..	8.803	10.702	..	..	100,0	100,0
Ponta Delgada	26.704	46.629	23.359	18.085	53,3	72,1	46,7	27,9
Povoação	2.258	3.021	8.515	10.994	21,0	21,6	79,0	78,4
Ribeira Grande	8.529	20.493	16.681	12.379	33,8	62,3	66,2	37,7
Vila Franca do Campo	7.189	8.943	3.281	4.222	68,7	67,9	31,3	32,1
Vila do Porto	..	..	6.267	8.027	..	..	100,0	100,0
Distrito do Funchal								
Calheta	2.611	2.735	17.428	21.261	13,0	11,4	87,0	88,6
Câmara de Lobos	2.531	4.968	13.907	19.082	15,4	20,7	84,6	79,3
Funchal	26.455	54.856	23.875	32.284	52,6	63,0	47,4	37,0
Machico	6.849	10.840	7.082	8.929	49,2	54,8	50,8	45,2
Ponta do Sol	..	..	13.183	14.911	..	..	100,0	100,0
Porto Moniz	..	..	4.389	6.170	..	..	100,0	100,0
Porto Santo	..	..	2.182	2.701	..	..	100,0	100,0
Ribeira Brava	..	..	10.611	19.382	..	..	100,0	100,0
Santa Cruz	..	..	19.999	26.076	..	..	100,0	100,0
Santana	2.545	4.468	7.594	9.579	25,1	31,8	74,9	68,2
S. Vicente	5.191	6.110	3.351	5.439	60,8	52,9	39,2	47,1

Levou-se à conta da população urbana de cada concelho a população de todas as povoações que em 1911 ou em 1940 tinham mais de dois mil habitantes, considerando toda a restante como rural. Adoptou-se o critério internacional, muito embora se reconheça, como lá fora, a sua imperfeição.

Temos assim que as populações urbana e rural do País eram em 1911 respectivamente de 1.483.677 e 4.476.379 nas percentagens de 24,9 e 75,1 %, e que em 1940 as mesmas populações tinham subido também respectivamente para 2.398.772 e 5.323.380 com as percentagens de 31,1 e 68,9 %, representando aumentos da ordem de 62,4 % para a urbana e 18,7 % para a rural.

a) *Comparação com outros países.* — Antes de ir além interessa comparar estes números com os das principais nações estrangeiras, para aquilatar do seu significado. Pelo quadro n.º 45, extraído de um outro inserto no capítulo sobre urbanismo da autoria de Annibale Del Bue do «Trattato Elementare di Statistica», dirigido por Corrado Gini, pode verificar-se a pequena intensidade do nosso urbanismo perante a dos outros países.

A nossa posição de 1911 já tinha sido ultrapassada em 1891 por todos os países que figuram no quadro, à excepção da Rússia, da Suécia e da Noruega.

Em 1911 só a Rússia, fora da comparação por todos os

motivos, ficava atrás de nós e tínhamos apenas a companhia da Suécia.

45 — Percentagem da população urbana em alguns países

Países	Anos					
	1891	1901	1911	1921	1931	1940
Portugal	..	..	21,8	..	..	31,1
Itália (1)	..	40,1	43,9	45,2 (a)	50,6	..
França	37,4	40,9	44,2	46,4 (a)	51,2	..
Alemanha	47,0	54,4	60,0	64,4 (b)	67,0 (c)	..
Inglaterra e País de Gales	72,0	77,0	78,1	79,3	80,0	..
Rússia	12,7 (c)	12,3 (f)	14,4 (g)	15,3 (h)	20,7	..
Suécia	17,1	21,5	24,8	29,5	32,8	..
Noruega	23,7	28,0	29,0	29,6	28,4	..
Dinamarca	33,2	39,1	40,3	43,4	43,9	..
Estados Unidos (2)	36,1	40,0	45,8	51,4	56,2	..
Canadá	31,8	37,5	45,4	49,5	53,7	..

Não temos infelizmente dados sobre a forma porque se repartia a população desses países em 1940, mas os de 1921 e 1931 já bastam para medir a diferença existente entre a generalidade deles e Portugal. Pode por isso afirmar-se que o urbanismo em Portugal é pouco intenso e está longe de constituir, ao menos dum modo geral, um problema demográfico que suscite preocupações.

§ 2.º — Nos concelhos

Os cartogramas n.ºs 23 e 24 permitem a análise da distribuição das duas populações pelos concelhos do continente nos anos de 1911 e 1940. Para os concelhos das ilhas há que recorrer aos dados do quadro n.º 44.

a) *Em 1911.* — Começemos por 1911. O cartograma respectivo denuncia logo à primeira vista a desigualdade da distribuição. Era na metade Sul do País que se agrupavam os concelhos com maiores percentagens de população urbana.

Abstraindo dos concelhos com menos de 25 % de população urbana, só existiam na metade Norte, definida pelo paralelo da Melriça, (centro geográfico do País) treze concelhos com percentagem de 25 a 49 % e seis com mais de 50 % (Porto, S. João da Madeira, Murtosa, Manteigas, Pedrógão Grande e Vila Velha de Ródão). Isto num total de cento e sessenta e um, enquanto na metade Sul os concelhos dos mesmos tipos somavam respectivamente vinte e nove e vinte e cinco num total de cento e onze. Como directa consequência desta desproporção, os concelhos de maiores percentagens de população urbana apareciam ao Sul, quase todos contíguos ou com pequenas soluções de contiguidade, ao passo que ao Norte estavam muito distantes uns dos outros.

Excluídos os concelhos marítimos da Nazaré, Peniche e Sines, e o sertanejo de Almodôvar, todos os mais tendo além de 25 % de população urbana, estavam contíguos a outros de percentagem igual ou superior. De Cascais à Chamusca, ao longo do Tejo, a Aljustrel e até aos extremos fronteiriços de Campo Maior e Barrancos, alargava-se uma única mancha que abrangia a melhor parte do Ribatejo e mais de metade do Alentejo.

Ao Norte, o único agrupamento era o constituído pelos concelhos de Matosinhos a Ílhavo, englobando o Porto. Os da Póvoa de Varzim, Braga e S. João da Madeira já ficavam isolados. Além desse, o único caso de contiguidade era o de Manteigas com o da Covilhã.

Nas ilhas, a população urbana só assumia importância na de S. Miguel, nos Açores, e na da Madeira. Fora delas, só o concelho de Angra do Heroísmo, na Terceira, é que acusava mais de 25 % da população urbana. A Ilha de S. Miguel tinha quatro concelhos com uma percentagem superior a 25 %, e apenas um, o de Nordeste, inteiramente rural.

Ponta Delgada e Vila Franca do Campo marcavam os índices mais altos do urbanismo insular com 53,3 e 68,7 %.

A Ilha da Madeira tinha também quatro concelhos com mais de 25 % de população urbana, compensados com outros quatro que não a tinham de todo. A maior intensidade registava-se no concelho de S. Vicente, com 60,7 %, sendo a do Funchal de 52,6 %.

(1) População das comunas com mais de 10.000 habitantes.

(2) População branca.

(a) Novas fronteiras.

(b) Novas fronteiras. Recenseamento de 1925.

(c) Recenseamento de 1933.

(e) Recenseamento de 1894.

(f) Recenseamento de 1904.

(g) Recenseamento de 1914.

(h) U. R. S. S. Recenseamento de 1920.

Era esta a situação em 1911. Examinemos agora a de 1940 (cartograma n.º 24) apenas através das diferenças.

b) Alterações entre 1911 e 1940. — Ao Norte, seguindo a divisão adoptada, apenas houve a registar o aparecimento dos sete concelhos de Monção, Barcelos, Amarante, S. João da Pesqueira, Meda, Mangualde e Nelas, entre os concelhos com população urbana, e a subida dos de Peso da Régua, Lamego, Castelo Branco e Belmonte, este último muito para relevar, pois não tinha sequer população urbana em 1911, à categoria dos de mais de 25 %.

No Sul, as diferenças foram maiores em número, em intensidade e em significado. Foram nada menos de treze os concelhos que não tinham e adquiriram população urbana (Rio Maior, Bombarral, Torres Vedras, Mafra, Mora, Arraiolos, Grândola, Vila Nova da Barquinha, Arronches, Crato, Borba, Alvíto e Aljezur), dos quais seis (os últimos enumerados) registaram uma percentagem superior a 25 %; cinco, os que tinham uma percentagem inferior a esse limite e a ultrapassaram (Caldas da Rainha, Torres Novas, Santarém, Loures e Tavira); e sete os que já tendo mais de 25 % passaram além dos 50 % (Cascais, Oeiras, Vila Franca de Xira, Elvas, Évora, Beja e Faro).

Mas, em contrapartida, houve quatro concelhos (Alcochete, Sesimbra, Vila Viçosa e Mourão) que viram diminuída a sua percentagem de população urbana.

Nas ilhas, a percentagem de população urbana aumentou em dez concelhos (Praia da Vitória, Horta, Madalena, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande, Câmara de Lobos, Funchal, Machico e Santana) e diminuiu em cinco (Angra do Heroísmo, Lagoa, Vila Franca do Campo, Calheta e S. Vicente).

O maior aumento foi no concelho de Madalena que em 1911 não tinha população urbana e em 1940 a apresentou numa percentagem de 26,2 %. Seguiram-se-lhes em importância os da Praia da Vitória, Ribeira Grande e Ponta Delgada.

As maiores diminuições foram na Ilha da Madeira.

Esta visão primeira e geral do problema, através da sumária classificação de percentagens de população urbana, levar-nos-ia já a concluir que o aumento daquela está directa e quase invariavelmente ligado ao aumento da população global.

Já pela comparação dos cartogramas n.ºs 23 e 24 com o n.º 18 se surpreende uma coincidência entre as regiões de maior aumento demográfico com as de maior percentagem de aumento da população urbana.

Dos cento e dezanove concelhos do continente que aumentaram em mais de 25 % a sua população, só vinte e cinco é que não tinham já população urbana, não a adquiriram ou não aumentaram a percentagem respectiva. Inversamente contavam-se entre os que estavam nesta situação, sete dos oito concelhos que diminuíram de população (a excepção foi a Golegã); vinte e quatro dos quarenta e três que tiveram aumentos mínimos; e não havia entre eles nenhum que tivesse acusado um acréscimo demográfico superior a 50 %.

Nas ilhas, as coisas passaram-se de modo semelhante.

Saltando por sobre os limites convencionais da classificação,

encontravam-se, no entanto, alguns concelhos com diminuições de percentagens de população urbana que enfileiram ao lado dos casos de Sesimbra, Alcochete, Vila Viçosa e Mourão. Eram ao todo quarenta e sete, incluindo os quatro referidos, dos quais quinze na metade Norte do País e trinta e dois na do Sul.

Dos quinze do Norte, três pertenciam ao distrito de Viana do Castelo, dois ao do Porto e três ao de Aveiro. Os seis restantes eram os de Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, unidos pelo rio Douro; Penamacor e Idanha-a-Nova vizinhos, na fronteira da Beira Baixa; o de Manteigas, alcantilado na serra da Estrela, e o de Pedrógão Grande. Por motivos muito diversos, mas bem explicados pela índole e situação de cada um, todos eles foram de pequeno aumento demográfico. Apenas os da Póvoa de Varzim, Guimarães e Espinho tiveram um aumento superior a 25 %, mas aí a diminuição da população urbana justifica-se com facilidade pela disseminação das indústrias nas suas áreas rurais densamente povoadas.

Nos trinta e dois concelhos do Sul, a situação invertia-se: só onze tiveram aumentos mínimos ou pequenos na sua população global, ao passo que os vinte e um restantes registaram grandes aumentos, por vezes dos maiores do País. Nessas condições eles constituem uma excepção suficientemente grande e geral, para corrigir ou limitar a regra absoluta que se podia deduzir do primeiro exame.

A circunstância de todos esses concelhos que diminuíram a população urbana, tendo aumentado a global, pertencerem, com a excepção de um único, o de Alcanena, à região ao sul do Tejo, de menores densidades demográficas e em que dominam os tipos extremos de dispersão ou de concentração do povoamento, vale só por si como demonstração de que nesse complexo de condições demo-geográficas o paralelismo entre o desenvolvimento da população urbana e o da global, deixa de existir.

O nosso exame pode assim afoitamente terminar com as seguintes conclusões precisas:

- 1.º — O aumento da população urbana em Portugal tem sido sempre solidário como causa ou efeito, do aumento da população global, salvo nas regiões de pequena densidade demográfica ainda em curso de povoamento e em que este revista os tipos preliminares de grande concentração ou de grande dispersão.
- 2.º — Pela redução proporcional da população urbana das regiões infrapovoadas do Ribatejo e do Alentejo, está-se operando lentamente a modificação dos tipos de povoamento das mesmas regiões, no sentido duma mais perfeita e mais densa ocupação humana da terra.

Interessam muito à demografia portuguesa as duas conclusões, mas a segunda prevalece em interesse sobre a primeira, na medida em que responde a uma pergunta, que atrás deixámos em suspenso, sobre o destino e função dos novos povoadores do Alentejo.

VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

População urbana e rural

1911

(em %)

Legenda

População urbana :

De 50 e mais %

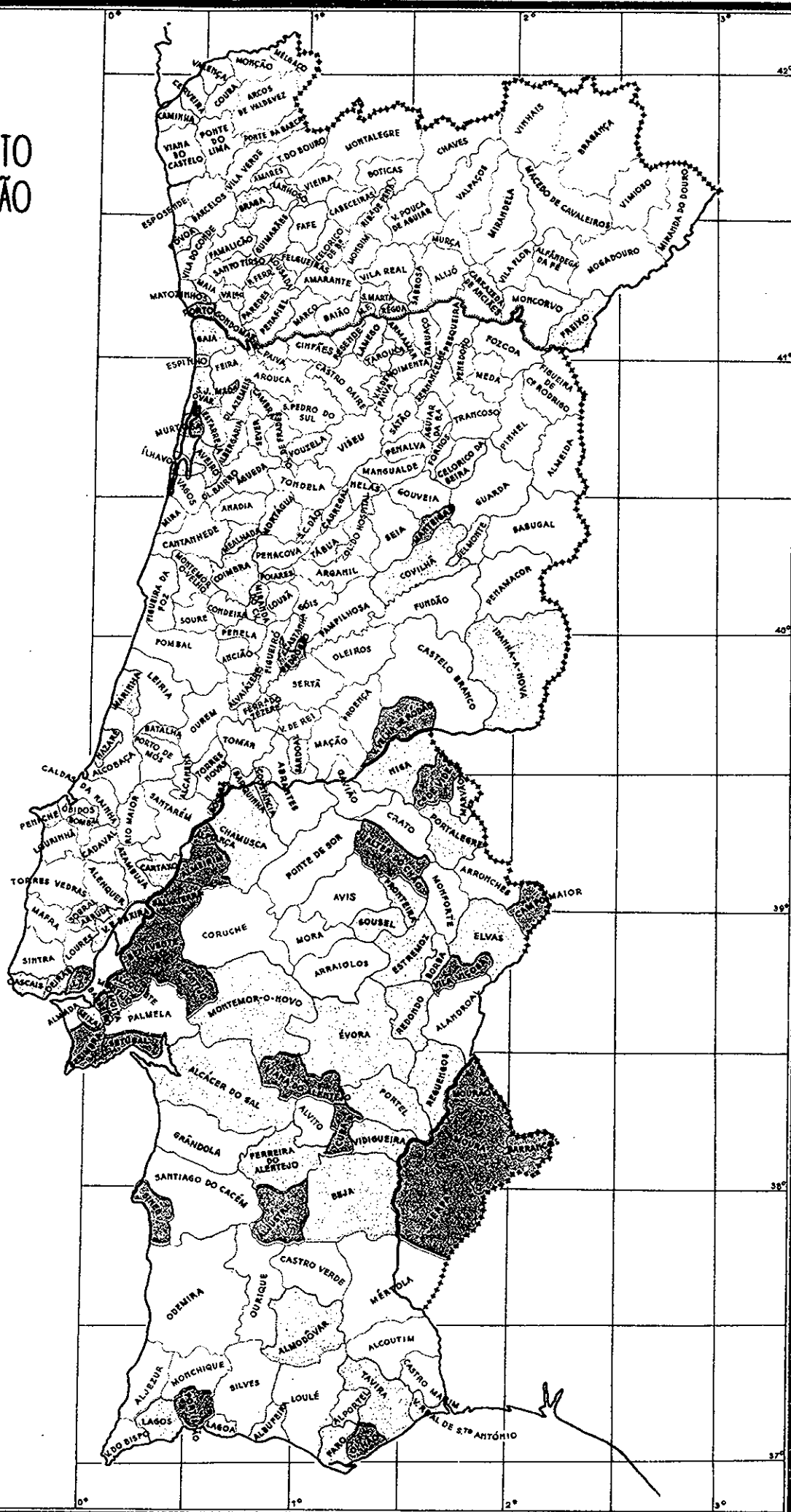
> 25 a 49 %

> 1 a 24 %

População rural

ESCALA

0 15 30 45 60 Km.

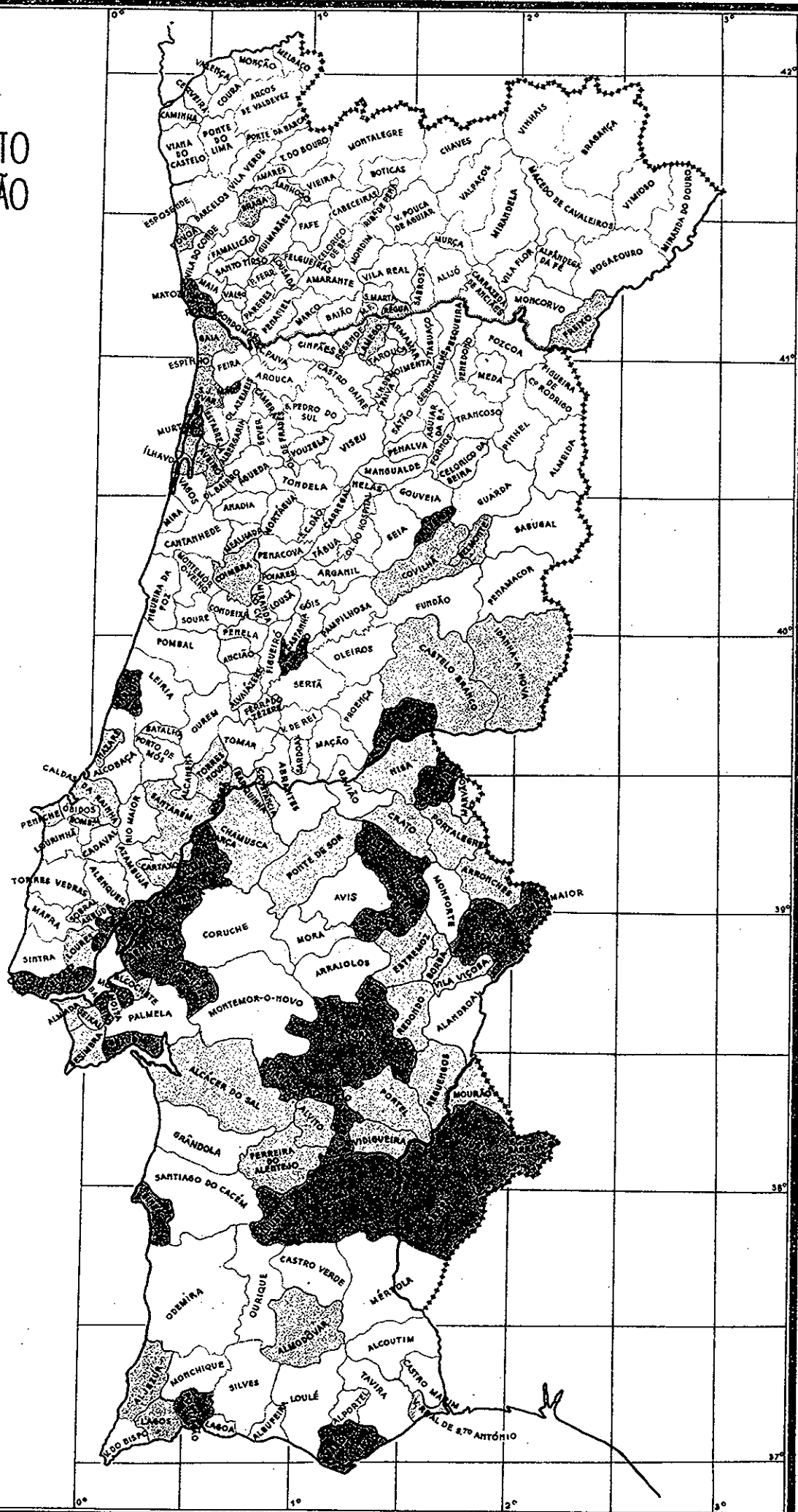


VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

População urbana e rural

1940

(em %)



Legenda

População urbana :

- De 50 e mais %
- > 25 e 49 %
- > 1 e 24 %

População rural

ESCALA
0 15 30 45 60 Km.

Capítulo III

Aglomerados urbanos

§ 1.º Distribuição geográfica e comportamento, por categorias; § 2.º Grau de urbanismo; § 3.º Aglomerados urbanos de 10.000 e mais habitantes; § 4.º Cidades de Lisboa e Porto: a) considerações prévias; b) cidade de Lisboa; c) cidade do Porto; d) Exame de conjunto e comparação com os outros países; e) considerações finais.

§ 1.º — Distribuição geográfica e comportamento, por categorias

Terminado o exame geral da proporção e distribuição da população urbana do País, atentemos agora nos seus núcleos ou aglomerados.

Os quadros n.ºs 46 e 47 contêm, distribuídos pelos distritos e classificados segundo a sua importância, os aglomerados por que se repartia a população urbana do País em 1911 e em 1940.

Não nos deteremos na observação parcelar desses quadros, tão claras aparecem através deles as situações demográficas que documentam.

Em 1911, num total de cento e setenta e seis aglomerados, cento e dezanove tinham menos de 5.000 habitantes, quarenta e três de 5.000 a 9.999, sete de 10.000 a 19.999, cinco de 20.000

a 59.999 e dois de mais de 150.000. No tocante à localização geográfica os distritos do continente com maior número de aglomerados eram os do Sul do País e os do Porto e de Aveiro. O de Ponta Delgada, nas ilhas, deixava a perder de vista os outros distritos insulares.

Em 1940, num total de duzentos e cinquenta e oito aglomerados, cento e setenta e um tinham menos de 5.000 habitantes, cinquenta e nove de 5.000 a 9.999, dezoito de 10.000 a 19.999 oito de 20.000 a 59.999 e dois de mais de 150.000.

Quanto à distribuição por distritos acentua-se o panorama de 1911.

O quadro n.º 48 resume e pormenoriza as diferenças entre as duas situações tão sumariamente descritas.

**46 — Aglomerados urbanos
(1911)**

Distritos	Total		2.000 a 4.999		5.000 a 9.999		10.000 a 19.999		20.000 a 59.999		150.000 e mais	
	Número	População	Número	População	Número	População	Número	População	Número	População	Número	População
Portugal	176	1.478.573	119	353.579	43	288.132	7	88.615	5	118.879	2	629.368
Continente :												
Aveiro	11	49.142	7	20.679	4	28.463	..	..	..	..	..	..
Beja	17	65.365	14	45.025	3	20.340	..	..	..	..	..	..
Braga	4	36.758	2	4.826	1	9.389	..	..	1	22.543	..	..
Bragança	4	13.634	3	8.012	1	5.622	..	..	..	..	..	..
Castelo Branco	10	45.452	8	25.381	1	6.435	1	13.636	..	..	..	..
Coimbra	4	32.468	2	4.447	1	6.926	..	..	1	21.095	..	..
Évora	11	45.870	9	26.224	1	5.868	1	13.778	..	..	..	..
Faro	11	68.591	3	7.841	6	39.426	2	21.324	..	..	..	..
Guarda	7	21.211	7	21.211	..	..	..	..	..	..	..	..
Leiria	7	28.229	6	22.632	1	5.597	..	..	..	..	..	..
Lisboa	10	461.034	9	25.675	..	..	..	..	..	..	1	435.359
Portalegre	11	47.675	8	24.009	3	23.666	..	..	..	..	..	..
Porto	10	267.913	4	13.922	2	11.358	2	25.379	1	23.245	1	194.009
Santarém	16	62.258	10	28.681	6	33.577	..	..	..	..	..	..
Setúbal	13	70.705	9	23.888	3	21.276	..	..	1	25.541	..	..
Viana do Castelo	4	16.476	3	6.603	1	9.873	..	..	..	..	..	..
Vila Real	3	15.061	1	2.424	2	12.637	..	..	..	..	..	..
Viscu	2	14.359	..	..	2	14.359	..	..	..	..	..	..
Ilhas adjacentes :												
Angra do Heroísmo	2	11.688	1	2.015	1	9.673	..	..	..	..	..	..
Horta	1	4.993	1	4.993	..	..	..	..	..	..	..	..
Ponta Delgada	12	53.509	9	27.404	2	11.607	1	14.498	..	..	..	..
Funchal	6	46.182	3	7.687	2	12.040	..	..	1	26.455	..	..

**47 — Aglomerados urbanos
(1940)**

Distritos	Total		2.000 a 4.999		5.000 a 9.999		10.000 a 19.999		20.000 a 59.999		150.000 e mais	
	Número	População	Número	População	Número	População	Número	População	Número	População	Número	População
Portugal	258	2.398.772	171	517.573	59	406.092	18	242.384	8	281.235	2	971.488
Continente :												
Aveiro	15	71.482	9	24.490	5	35.745	1	11.247	..	..	..	..
Beja	26	106.530	21	67.625	4	26.389	1	12.516	..	..	..	..
Braga	5	58.584	2	8.503	1	7.638	1	12.568	1	29.875	..	..
Bragança	4	15.907	3	8.930	1	6.977	..	..	..	..	..	..
Castelo Branco	14	69.357	10	29.124	3	21.020	1	19.213	..	..	..	..
Coimbra	7	57.692	5	11.956	..	..	1	10.299	1	35.437	..	..
Évora	15	74.107	12	40.358	2	11.898	..	..	1	21.851	..	..
Faro	12	90.097	4	9.943	5	33.102	3	47.052	..	..	..	..
Guarda	10	31.925	9	25.327	1	6.598	..	..	..	..	..	..
Leiria	10	52.456	5	16.612	5	35.844	..	..	..	..	..	..
Lisboa	22	799.257	16	53.713	5	36.365	..	..	..	..	1	709.179
Portalegre	17	75.209	12	33.945	3	17.946	2	23.318	..	..	..	..
Porto	17	400.104	8	24.909	5	37.348	1	14.441	2	61.097	1	262.309
Santarém	25	104.149	18	53.757	6	38.607	1	11.785	..	..	..	..
Setúbal	16	118.310	10	31.230	3	18.721	2	31.288	1	37.071	..	..
Viana do Castelo	5	21.625	4	8.362	..	..	1	13.263	..	..	..	..
Vila Real	3	23.705	..	..	3	23.705	..	..	..	..	..	..
Viseu	5	31.479	3	6.905	..	..	2	24.574	..	..	..	..
Ilhas adjacentes :												
Angra do Heroísmo	3	13.635	2	4.200	1	9.435	..	..	..	..	..	..
Horta	2	10.185	1	2.001	1	8.184	..	..	..	..	..	..
Ponta Delgada	19	89.020	14	43.512	4	24.460	..	..	1	21.048	..	..
Funchal	6	83.957	3	12.171	1	6.110	1	10.820	1	54.856	..	..

**48 — Variação da população dos aglomerados urbanos, por categorias
(1911-1940)**

Distritos	Total		2.000 a 4.999		5.000 a 9.999		10.000 a 19.999		20.000 a 59.999		150.000 e mais	
	População (diferença)	%	População (diferença)	%	População (diferença)	%	População (diferença)	%	População (diferença)	%	População (diferença)	%
Portugal	920.199	62,2	163.934	46,4	117.960	40,9	153.769	173,5	142.356	119,7	342.120	54,4
Continente :												
Aveiro	22.340	45,5	3.811	18,4	7.282	25,6	11.247	..	..	..	..	..
Beja	41.165	63,0	22.600	50,2	6.049	29,7	12.516	..	..	..	..	..
Braga	21.826	59,4	3.677	76,2	- 1.751	- 18,6	12.568	..	7.332	32,5	..	..
Bragança	2.273	16,7	918	11,5	1.355	24,1	..	..	..	..	..	..
Castelo Branco	23.905	52,6	3.743	14,7	14.585	226,7	5.577	40,9	..	..	..	..
Coimbra	25.224	77,7	7.509	168,9	- 6.926	- 100,0	10.299	..	14.342	68,0	..	..
Évora	28.237	61,6	14.134	53,9	6.030	102,8	- 13.778	- 100,0	21.851	..	..	..
Faro	21.506	31,4	2.102	26,8	- 6.324	- 16,0	25.728	- 120,7	..	..	..	..
Guarda	10.714	50,5	4.116	19,4	6.598	..	..	..	..	..	..	..
Leiria	24.227	85,8	- 6.020	- 26,6	30.247	540,4	..	..	..	..	..	..
Lisboa	338.223	73,4	28.038	109,2	36.365	..	..	..	..	..	273.820	62,9
Portalegre	27.534	56,8	9.936	41,4	- 5.720	24,2	23.318	..	..	..	..	..
Porto	132.191	49,3	10.987	78,9	25.990	228,8	- 10.938	- 43,1	37.852	162,8	68.300	35,2
Santarém	41.891	67,3	25.076	87,4	5.030	15,0	11.785	..	..	..	..	..
Setúbal	47.605	67,3	7.342	30,7	- 2.555	- 12,0	31.288	..	11.530	45,1	..	..
Viana do Castelo	5.149	31,3	1.759	26,6	- 9.873	- 100,0	12.263	..	..	..	..	..
Vila Real	8.644	57,4	- 2.424	- 100,0	11.068	87,6	..	..	..	..	..	..
Viseu	17.120	119,2	6.905	..	- 14.359	- 100,0	24.574	..	..	..	..	..
Ilhas adjacentes :												
Angra do Heroísmo	1.947	16,7	2.185	108,4	- 238	- 2,5	..	..	..	..	..	..
Horta	5.192	104,6	- 2.992	- 59,9	8.184	..	..	..	..	..	..	..
Ponta Delgada	35.511	66,4	16.108	58,8	12.853	110,7	- 14.498	- 100,0	21.048	..	..	..
Funchal	37.775	81,8	4.484	58,3	- 5.930	- 49,3	10.820	..	28.401	107,4	..	..

As percentagens para o total do País que figuram no alto, sintetizam a transformação operada no decurso dos três decénios quase completos que intervalam as duas datas. Merece a pena destacá-las, porque o seu significado não pode deixar de ser encarado como definidor do carácter e tendências do nosso urbanismo.

Aglomerados até 4.999 habitantes	46,4
» de 5.000 a 9.999 habitantes ...	40,9
» » 10.000 » 19.999 » ...	173,5
» » 20.000 » 59.999 » ...	119,7
» » mais de 150.000 » ...	54,4

A graduação destas percentagens de aumento revela assim que, ao contrário do que se poderia supor, a atracção urbanística das nossas duas grandes cidades foi relativamente inferior à das cidades intermédias de mais de dez mil habitantes. É esse um sintoma reconhecidamente tranquilizador para as preocupações de um maior desequilíbrio demográfico interno, provocadas pelo desenvolvimento crescente de Lisboa e do Porto, e favorável também pelo que denuncia acerca da intensidade da formação e crescimento dos centros populacionais da província, tão necessários à redução daquele desequilíbrio como indispensáveis ao progresso do País.

As consequências da proporção dos aumentos avultam bem nas percentagens de distribuição da população urbana em 1911 e 1940, em cada uma das várias classes de aglomerados que a seguir se indicam acompanhadas das suas diferenças:

	1911	1940	Diferença
De 2.000 a 4.999 habitantes	23,9	21,7	- 2,2
» 5.000 » 9.999 »	19,5	16,9	- 2,6
» 10.000 » 19.999 »	6,0	10,1	4,1
» 20.000 » 59.999 »	8,0	10,9	2,9
» 150.000 e mais »	42,6	40,4	- 2,2

Em face delas pode concluir-se, com base na própria evidência dos números, que não só o peso das cidades de Lisboa e Porto não aumentou em face do conjunto da população urbana do País, como até diminuiu na percentagem indicada de 2,2. E esta conclusão basta-nos por enquanto.

Atendendo aos distritos, as diferenças entre 1911 e 1940, no que diz respeito ao total da população dos aglomerados, exprimiam-se pelas percentagens da segunda coluna do quadro n.º 48.

Apesar de em alguns casos essas percentagens não serem proporcionais à distribuição de 1911, como sucedeu nos distritos de Viseu, Horta e Leiria, que foram os de maior aumento, a verdade é que, conforme já foi dito de passagem, as diferenças registadas acenturaram no conjunto a desigualdade verificada em 1911.

Pondo de lado os três distritos já referidos, os aumentos mais importantes pertenceram aos do Funchal, Coimbra, Lisboa, Santarém, Setúbal, Beja e Évora. À excepção de Coimbra, que estava na situação dos três primeiros, todos os outros se contavam entre os que detinham as maiores proporções de população urbana em 1911. Os aumentos mínimos pertenceram aos distritos de Bragança e Angra do Heroísmo, que assim viram acrescida a distância que, já em 1911, os separava de todos os outros. Entre os máximos indicados que iam além de 60 % e os mínimos que ficavam aquém de 16 % estavam os aumentos

dos restantes distritos. Só o do Porto merece referência especial pela pequenez do seu aumento.

As diferenças registadas entre 1911 e 1940 no número de aglomerados de cada categoria constam do quadro n.º 49 que completa o anterior para o estudo do assunto.

49 — Variação do número de aglomerados (1911-1940)

Distritos	Total	2.000 a 4.999	5.000 a 9.999	10.000 a 19.999	20.000 a 59.999	150.000 e mais
Portugal	82	52	16	11	3	..
Continente :						
Aveiro.	4	2	1	1	..	..
Beja	9	7	1	1	..	..
Braga	1	..	..	1	..	..
Bragança.	..	..	..	..	..	..
Castelo Branco.	4	2	2	..	..	..
Coimbra	3	3	-1	1	..	..
Évora	4	3	1	-1	1	..
Faro.	1	1	-1	1	..	..
Guarda	3	2	1	..	..	..
Leiria	3	-1	4	..	..	..
Lisboa	12	7	5	..	..	..
Portalegre	6	4	..	2	..	..
Porto	7	4	3	-1	1	..
Santarém	9	8	..	1	..	..
Setúbal	3	1	..	2	..	..
Viana do Castelo.	1	1	-1	1	..	..
Vila Real	..	-1	1	..	..	..
Viseu	3	3	-2	2	..	..
Ilhas adjacentes :						
Angra do Heroísmo	1	1	..	..	..	..
Horta	1	..	1	..	..	..
Ponta Delgada	7	5	2	-1	1	..
Funchal	..	..	-1	1	..	..

Na primeira categoria, ou seja na dos 2.000 a 4.999 habitantes, o aumento registado de cinquenta e dois lugares distribuiu-se de modo tal pelos distritos, que só quatro deles (Beja, Lisboa, Santarém e Ponta Delgada) totalizaram mais de metade desse número. O distrito de Leiria diminuiu um e o de Vila Real ficou sem o único que possuía, que saltou, como aquele, o limite da categoria. Os cinquenta e dois aglomerados a mais resultaram da compensação entre oitenta que entraram de novo na categoria e vinte e oito que dela saíram.

A população respectiva aumentou em todos os distritos, com excepção dos de Leiria, Vila Real e Horta.

Na categoria dos de 5.000 a 9.999 dos dezasseis aglomerados que se contaram a mais, doze acumulavam-se nos distritos de Leiria, Lisboa e Porto. O seu número diminuiu nos distritos de Coimbra, Faro, Viana do Castelo, Viseu e Funchal, em consequência da passagem à categoria superior de aglomerados que em 1911 pertenciam a essa categoria. Foram ao todo catorze os que subiram à categoria imediata (10.000 a 19.999), mas no seu lugar apareceram trinta novos, dois dos quais em 1911 não atingiam o número de 2.000 habitantes.

A população dessa categoria de aglomerados aumentou em treze distritos e diminuiu em nove, em virtude dos aglomerados que franquearam os limites da categoria.

Na categoria dos 10.000 a 19.999 habitantes, houve um acréscimo de onze aglomerados, resto positivo da diferença entre catorze que nela ingressaram de novo e os três que passaram a categoria superior. Os onze novos localizam-se nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Coimbra, Faro, Santarém, Viana

do Castelo, Funchal, Portalegre, Setúbal e Viseu. Os três últimos tinham dois cada um e os restantes apenas um.

A população respectiva aumentou em todos os distritos citados e mais no de Castelo Branco, tendo diminuído nos de Évora, Porto e Ponta Delgada, devido à passagem dos aglomerados de Évora, Matosinhos e Ponta Delgada além do limite dos 20.000 habitantes.

§ 2.º — Grau de urbanismo

A classificação adoptada para os aglomerados nos quadros que acabamos de analisar, descobre uma divisão fundamental entre eles. Essa divisão impõe-se tanto pelo número e população global de cada um dos grupos a distinguir, como pela própria importância e significado demográfico dos aglomerados a incluir numa ou noutra. No conjunto dos duzentos e cinquenta e oito aglomerados de mais de 2.000 habitantes existentes em 1940, havia duzentos e trinta que não chegavam aos 10.000 habitantes e apenas vinte e oito que tinham população superior. Os primeiros somavam um total de 923.665 habitantes, enquanto os segundos completavam entre si 1.475.107.

Por outro lado, os aglomerados de menos de 10.000 habitantes apresentam sob todos os pontos de vista, incluindo o demográfico, um carácter totalmente diverso dos de população superior. São, na quase totalidade dos casos, povoações de expressão essencialmente local. Por maior que seja a intensidade da sua vida humana e social, o seu reflexo cabe, pode dizer-se,

A penúltima categoria foi acrescida com o ingresso desses três aglomerados. A sua população por isso subiu não só nos distritos respectivos, mas também nos de Braga, Coimbra, Porto, Setúbal e Funchal, que eram aqueles aonde se situavam os outros aglomerados semelhantes. O aumento maior foi no Funchal.

A categoria dos de mais de 150.000, criada para Lisboa e Porto, já não interessa para este exame.

sempre dentro do quadro da região de que fazem parte e em que se integram.

É a vila sede do concelho ou da comarca que vive em permanente contacto com a terra que a circunda e aonde o progresso das lojas, do cinema, do café e dos outros atributos afins do urbanismo se esbate quando mais palpita a sua vida perante a multidão dos fornecedores ou consumidores das aldeias e lugares do termo, que enxameia no mercado semanal. A janela que se debruça para a rua de aspecto citadino, avista também o campo donde vêm, para aonde vão e donde são os que mercam nas lojas, os que afadigam os funcionários das repartições e os que procuram o médico e o advogado. Vivendo do campo e para o campo, expressão da sua riqueza e condição da sua prosperidade, úteis e indispensáveis à vida económica e social da região, esses aglomerados não têm, por assim dizer, vida própria. São o fulcro da vida duma região limitada ao alfoz concelhio ou a pouco mais. Por isso são tão numerosos.

50 — Aglomerados urbanos de menos de 10.000 habitantes

Aglomerados urbanos	Censos		Diferença	
	1911	1940		Porcentagem
Vila do Conde	5.979	9.705	3.726	62,3
Angra do Heroísmo	9.673	9.435	- 238	- 2,5
Castelo Branco	6.435	9.293	2.858	44,4
Chaves	5.815	8.822	3.007	51,7
Peniche	3.226	8.761	5.535	171,6
Ovar	7.876	8.660	784	10,0
Caldas da Rainha	5.597	8.652	3.055	54,6
Cascais	4.143	8.419	4.276	103,2
Gondomar	5.379	8.251	2.872	53,4
Horta	4.993	8.184	3.191	63,9
Vila Real	6.822	7.980	1.158	17,0
Moura	5.993	7.977	1.984	33,1
Tomar	5.482	7.952	2.470	45,1
Espinho	5.385	7.914	2.529	47,0
Algés	2.427	7.836	5.409	222,9
Vila Franca de Xira	4.873	7.645	2.772	56,9
Barcelos	5.104	7.638	2.534	49,6
Loulé	6.333	7.535	1.202	19,0
Campo Maior	6.074	7.518	1.444	23,8
S. Mamede de Infesta	3.047	7.388	4.341	142,5
Lagos	7.296	7.339	43	0,6
Leiria	4.392	7.208	2.816	64,1
Ribeira Grande	5.959	7.153	1.194	20,0
Bragança	5.622	6.977	1.355	24,1
Peso da Régua	2.424	6.903	4.479	184,8
Serpa	5.594	6.873	1.279	22,9
Estremoz	5.868	6.765	897	15,3
Almeirim	4.663	6.704	2.041	43,8
Vila Velha de Ródão	4.963	6.658	1.695	34,2
S. João da Madeira	2.893	6.613	3.720	128,6
Guarda	4.461	6.598	2.137	47,9
Torres Novas	5.209	6.579	1.370	26,3
Sesimbra	5.810	6.539	729	12,5
Murtosa	6.467	6.527	60	0,9
Aljustrel	4.619	6.435	1.816	39,3
Lagoa	5.648	6.412	764	13,5

Aglomerados urbanos	Censos		Diferença	
	1911	1940		Porcentagem
Sintra	2.532	6.307	3.775	149,1
Santo Tirso	4.035	6.235	2.220	55,0
Alpiarça	5.463	6.254	791	14,5
Amadora	2.158	6.158	4.000	185,4
Silves	5.985	6.156	171	2,9
S. Vicente	5.191	6.110	919	17,7
Vila Real de Santo António	5.003	6.100	1.097	21,9
Sines	2.841	6.094	3.253	114,5
Almada	3.767	6.088	2.321	61,6
Ílhavo	4.966	6.031	1.065	21,4
Tavira	6.644	5.972	- 672	- 10,1
Cartaxo	5.005	5.926	921	18,4
Valongo	2.934	5.749	2.765	92,7
Nazaré	4.805	5.701	896	18,6
Rabo de Peixe	2.570	5.639	3.069	119,4
Marinha Grande	3.763	5.522	1.759	46,7
Alter do Chão	4.337	5.319	982	22,6
Vila Franca do Campo	4.337	5.256	919	18,9
Entroncamento	1.269	5.192	3.923	309,1
Montemor-o-Novo	3.778	5.133	1.355	35,9
Nisa	4.022	5.109	1.087	27,0
Amareleja	3.848	5.104	1.256	32,6
Idanha-a-Nova	4.209	5.069	860	20,4
Câmara de Lobos	2.531	4.968	2.437	96,3
Reguengos de Monsaraz	3.227	4.962	1.735	53,8
Pias	3.582	4.911	1.359	37,9
Golegã	5.000	4.893	102	2,0
Sacavém	2.696	4.870	2.174	80,6
Aldeia Nova	3.220	4.861	1.641	51,0
Ferreira do Alentejo	3.769	4.860	1.091	28,9
Torres Vedras	1.644	4.762	3.118	189,7
Bretanha	3.292	4.732	1.440	43,7
Vila Viçosa	3.882	4.693	811	20,9
Cuba	4.040	4.663	623	15,4
Fundão	2.744	4.628	1.884	68,7
Pedrógão Grande	4.252	4.607	355	8,3

50 — Aglomerados urbanos de menos de 10.000 habitantes (continuação)

Aglomerados urbanos	Censos		Diferença	
	1911	1940		Percentagem
Almodôvar	3.018	4.604	1.586	52,6
Parede	1.301	4.603	3.302	253,8
Fafe	2.628	4.508	1.880	71,5
Santana	2.545	4.468	1.923	75,6
Oeiras	1.926	4.345	2.419	125,6
Alhandra	2.616	4.310	1.694	64,8
Águeda	2.424	4.302	1.878	77,5
Rosto do Cão	3.981	4.249	268	6,7
Vidigueira	3.507	4.218	711	20,3
Redondo	3.154	4.199	1.045	33,1
Penafiel	3.856	4.186	330	8,6
Abrantes	2.793	4.170	1.377	49,3
Moscavide	619	4.149	3.530	570,3
Benavente	3.599	4.050	451	12,5
Alcobaca	2.194	4.016	1.822	83,0
Vila Nova de Famalicão	2.198	3.995	1.797	81,8
Mina de S. Domingos	3.730	3.859	129	3,5
Gouveia	3.179	3.850	671	21,1
Sousel	2.506	3.798	1.292	51,6
Queluz	1.463	3.791	2.328	159,1
Marinhais	2.205	3.778	1.573	71,3
Castelo de Vide	4.502	3.764	- 738	- 16,4
Chamusca	3.870	3.761	- 109	- 2,8
Alcains	2.776	3.714	938	33,8
Capelas	2.592	3.694	1.102	42,5
Brunheiro	3.740	3.687	- 53	- 1,4
Ponta Garça	2.852	3.687	835	29,3
Mirandela	2.708	3.683	975	36,0
Borba	1.714	3.674	1.960	114,4
Alcácer do Sal	2.474	3.639	1.165	47,1
Seixal	2.769	3.624	855	30,9
Viana do Alentejo	2.734	3.525	791	28,9
Água de Pau	3.181	3.522	341	10,7
Vila Nova de Foz Côa	3.340	3.505	65	1,9
Paço de Arcos	1.571	3.502	1.931	122,9
Barrancos	2.697	3.467	770	28,6
Torrão	2.074	3.449	1.375	66,3
Pedrouços	1.275	3.441	2.166	169,9
Amarante	1.528	3.439	1.911	125,1
Valadares	938	3.410	2.472	263,5
Manteigas	3.239	3.405	146	4,5
Bombarral	1.661	3.393	1.732	104,3
Riachos	1.439	3.355	1.916	133,1
Portel	2.706	3.308	602	22,2
Alcochete	3.258	3.300	42	1,3
Oliveira do Douro	144	3.284	3.140	2.180,6
Fronteira	2.342	3.279	937	40,0
Saúde	1.781	3.273	1.497	84,1
Vendas Novas	2.622	3.272	650	24,8
Salvaterra de Magos	2.874	3.269	395	13,7
Mafra	1.724	3.223	1.499	86,9
Palmela	2.509	3.189	680	27,1
Alcáçovas	2.010	3.165	1.155	57,5
Cantanhede	2.316	3.126	810	35,0
Ponte de Sor	1.758	3.124	1.366	77,7
Celorico da Beira	2.670	3.081	411	15,4
Oliveira de Azeméis	2.093	3.079	986	47,1
Ervidel	2.355	3.079	724	30,7
Grândola	1.894	3.067	1.173	61,9
Santiago do Cacém	2.038	3.058	1.020	50,0
Santo António	1.551	3.046	1.495	96,4
Albufeira	2.913	3.043	130	4,5
Furnas	2.258	3.021	763	33,8
Ribeira Sêca	1.810	3.009	1.199	66,2
Coruche	1.845	2.980	1.135	61,5
Rosmaninhal	2.387	2.970	583	24,4
Tortosendo	2.737	2.939	202	7,4
Estoril	298	2.935	2.637	884,9
Moita	2.158	2.896	738	34,2
Fazenda de Almeirim	..	2.888	..	..
Arronches	1.888	2.862	974	51,6
Senhora da Hora	1.258	2.844	1.586	126,1
Penamacor	3.358	2.818	- 540	- 16,1
Castro Verde	2.034	2.792	758	37,3
Alpalhão	2.242	2.784	542	24,2
Calheta	2.611	2.735	124	4,7
Albergaria-a-Velha	2.238	2.725	487	21,8
Vila Boim	2.032	2.713	681	33,5
Mourão	2.111	2.706	595	28,2

Aglomerados urbanos	Censos		Diferença	
	1911	1940		Percentagem
Freixo de Espada à Cinta	2.368	2.703	335	14,1
Mangualde	1.840	2.689	849	46,1
Cacilhas	1.648	2.685	1.037	62,9
Brinches	1.985	2.682	697	35,1
Pego	2.191	2.674	483	22,0
Santo Aleixo	2.189	2.630	441	20,1
Alvito	1.760	2.610	850	48,3
Zebreira	2.207	2.608	401	18,2
Cabeça Gorda	1.963	2.580	617	31,4
Torre de Moncorvo	2.936	2.544	- 392	- 13,4
Seia	937	2.530	1.593	170,0
Belmonte	1.980	2.520	540	27,3
Alcanena	2.103	2.508	400	19,3
Lagoa	2.793	2.462	- 331	- 11,9
Vila Chã de Ourique	2.060	2.454	394	19,1
Estarreja	1.726	2.446	720	41,7
Malpica	1.627	2.443	816	50,2
Ribeirinha	1.779	2.442	663	37,3
Santa Eulália	1.906	2.424	518	27,2
Vieiras	1.435	2.418	983	68,5
Cabeço de Vide	1.758	2.412	654	37,2
Albernoa	1.187	2.404	1.217	102,5
Buarcos	2.131	2.402	271	12,7
Arraiolos	1.875	2.391	516	27,5
Ericeira	1.942	2.379	437	22,5
Berinel	1.766	2.374	608	34,4
Loriga	2.232	2.363	131	5,9
Relva	1.775	2.362	587	33,1
Pombal	1.437	2.350	913	63,5
Monforte da Beira	1.792	2.348	556	31,0
Samora Correia	2.318	2.336	18	0,8
Piedade	958	2.323	1.365	142,5
Fuzeta	2.135	2.313	178	8,3
Cano	1.616	2.309	693	42,9
Sabugal	2.070	2.287	217	10,5
Crato	1.575	2.286	711	45,1
Sobral da Adiça	1.806	2.272	466	25,8
Alenquer	2.102	2.262	160	7,6
Maia	1.771	2.250	479	27,0
Lousã	1.518	2.247	729	48,0
Vieira	1.464	2.246	782	53,4
Dafundo	945	2.244	1.299	137,5
Rio Maior	1.682	2.236	554	32,9
Odemira	2.417	2.231	- 186	- 7,7
Venda Nova	101	2.198	2.017	2.076,2
Ponte do Lima	2.373	2.197	- 176	- 7,4
Meda	1.633	2.191	558	34,2
Galveias	2.026	2.190	164	8,1
Arroteia	1.312	2.182	870	66,3
Salvada	1.556	2.173	617	39,7
Alcanhões	1.954	2.171	217	11,1
Lajes	2.015	2.171	156	7,7
S. João da Pesqueira	1.900	2.170	270	14,2
Baleizão	1.015	2.167	1.152	113,5
Mira	1.939	2.166	227	11,7
Tramagal	1.343	2.164	821	61,1
Vila Verde de Ficalho	1.293	2.158	865	66,9
Fajá de Cima	2.341	2.151	- 190	- 8,1
Silvares	1.472	2.136	664	45,1
Gafanha da Encarnação	1.104	2.133	1.029	93,2
Azambuja	2.128	2.126	- 2	- 0
Aljezur	955	2.125	1.170	122,5
Maia	1.193	2.123	930	78,0
Vale de Espinho	1.611	2.115	504	31,3
Fermentelos	1.506	2.073	567	37,6
Piedade	1.228	2.069	841	68,5
Caminha	2.056	2.067	11	0,5
Monção	1.657	2.052	395	23,8
Nelas	1.602	2.046	444	27,7
Valença	2.174	2.046	- 128	- 5,9
Cabeção	1.492	2.045	553	37,1
Amiães de Baixo	1.426	2.039	613	43,0
Praia da Vitória	1.488	2.029	541	36,4
Vagos	1.660	2.027	367	22,1
Alferrarede	788	2.026	1.238	157,1
Monte	2.325	2.018	- 307	- 13,2
Ançã	1.690	2.015	325	19,2
Póvoa de Santa Iria	713	2.014	1.301	182,5
Madalena	1.601	2.001	400	25,0

Isto é o caso geral e normal que não exclui a possibilidade e até o reconhecimento de excepções que são de duas espécies.

As da primeira, que se verificam sobretudo no Sul do País nas regiões de povoamento concentrado do Alentejo, dizem respeito à existência de aglomerados com mais de 2.000 habitantes e por vezes mais de 5.000, que pelo seu carácter inteiramente rural não podem sequer ser incluídos na categoria descrita. São grandes aldeias e nada mais. Não se vislumbra nelas, para além do amontoado de casario, qualquer sinal de vida, preocupação, ou progresso urbano. O facto é conhecido e já Gerardo Pery o anotou em 1875 ⁽¹⁾.

As da segunda espécie dizem respeito a aglomerados de menos de 10.000 habitantes que, mercê de causas especiais, se comportam como verdadeiros centros urbanos, independentes da vida agrícola da região e com relevância no plano nacional.

Na análise que se vai empreender surgirão umas e outras.

A taxa do crescimento demográfico é um dos elementos fundamentais para a definição do carácter de um aglomerado. Aonde ela não possa explicar-se pelo movimento fisiológico da população e implique a certeza da vinda e assimilação de gente estranha, existe um sintoma nítido de carácter urbano e de urbanismo que será tanto maior quanto maior for o aumento e, consequentemente, a imigração que ele exige. Aonde ela for pequena e couber dentro das possibilidades de crescimento da própria população, pode haver um aglomerado importante, mas não há urbanismo. Isto é sobretudo para ter em conta relativamente aos pequenos aglomerados, cujo número reduzido de habitantes possa consentir dúvidas acerca da sua natureza.

O quadro n.º 51 contém o número dos aglomerados de 2.000 a 4.999 e de 5.000 a 9.999 habitantes em 1940, por distritos e segundo as taxas de crescimento respectivas no período decorrido desde 1911.

Os aglomerados de 2.000 a 4.999 habitantes eram cento e oitenta e repartiam-se, sob o ponto de vista da evolução demográfica, do seguinte modo:

11	diminuíram de população
47	aumentaram menos de 25 %
52	» de 25 a 49 %
24	» de 50 a 74 %
12	» de 75 a 99 %
24	» mais de 100 %

Dos onze que diminuíram, pertenciam dois ao distrito de Aveiro (Brunheiro e Monte), ambos no concelho da Murtosa; um ao distrito de Beja (Odemira); um ao de Bragança (Torre de Moncorvo); um ao de Castelo Branco (Penamacor); um ao de Portalegre (Castelo de Vide); um ao de Lisboa (Azambuja); um ao de Santarém (Chamusca); dois ao de Viana do Castelo (Valença e Ponte do Lima); e um ao distrito e concelho de Ponta Delgada (Fajã de Cima).

Destes aglomerados sete eram cabeças de concelho e deles um com população superior a 4.000 habitantes (Castelo de Vide) e dois a 3.000 (Chamusca e Penamacor). Os outros três, eram

51 — Aglomerados urbanos segundo a percentagem da variação da população, por distritos ⁽²⁾

Distritos	De 2.000 a 4.999 habitantes						De 5.000 a 9.999 habitantes					
	Diminuição	Aumentos					Diminuição	Aumentos				
		De 0 a 24 %	De 25 a 49 %	De 50 a 74 %	De 75 a 99 %	De 100 e mais %		De 0 a 24 %	De 25 a 49 %	De 50 a 74 %	De 75 a 99 %	De 100 e mais %
Portugal	11	47	52	24	12	24	2	22	14	9	1	11
Continente	19	43	43	22	8	24	1	18	14	8	1	10
Aveiro	2	2	3	..	2	..	..	3	1	..	..	1
Beja	1	4	11	3	..	2	..	1	3	..	..	..
Braga	..	..	..	1	1	..	..	..	1	..	..	..
Bragança	1	1	1	..	..	..	..	1	..	..	..	..
Castelo Branco	1	3	4	2	..	..	..	1	2	..	..	..
Coimbra	..	3	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Évora	..	3	5	3	..	1	..	1	1	..	..	..
Faro	..	3	..	..	..	1	1	4	..	..	..	..
Guarda	..	6	2	..	..	1	..	..	1	..	..	..
Leiria	..	1	..	2	1	1	..	1	1	2	..	1
Lisboa	1	2	..	1	2	10	..	..	..	1	..	4
Portalegre	1	2	6	2	1	..	..	2	1	..	..	..
Porto	..	1	..	1	1	5	..	..	..	3	1	1
Santarém	1	8	3	3	..	2	..	2	3	..	..	1
Setúbal	..	1	4	4	..	1	..	1	..	1	..	1
Viana do Castelo	2	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Vila Real	..	..	..	..	..	..	..	1	..	1	..	1
Viscu	..	1	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Ilhas adjacentes	1	4	9	2	4	..	1	4	..	1	..	1
Angra do Heroísmo	..	1	1	..	..	..	1	..	..	..	..	..
Horta	..	..	1	..	..	..	..	..	..	1	..	..
Ponta Delgada	1	2	7	2	2	..	..	3	..	..	..	1
Funchal	..	1	..	..	2	..	..	1	..	..	..	..

(1) Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias. Lisboa, Imprensa Nacional, 1875. Pág. 83.

(2) A diferença de um entre o total dos aglomerados considerados neste quadro e o total geral deve-se a exclusão do de Fazenda de Almeirim desabitado ainda em 1911.

o de Fajã de Cima e os dois do concelho da Murtosa que interessa relevar como sendo um dos de maior densidade do País e de maior percentagem de população urbana.

As causas determinantes do regresso demográfico devem ter sido diferentes para cada caso, conforme se pode concluir da dessemelhança dos aglomerados. Apenas cinco se aproximam entre si na sua situação de fronteiriços.

Os quarenta e sete que aumentaram menos de 25 % apareciam em todos os distritos do continente e ilhas à excepção dos de Braga, Vila Real e Horta. Dos restantes só Leiria e Viseu é que tinham apenas um aglomerado cada, enquanto Santarém, Guarda e Beja eram os que os tinham em maior número, respectivamente com oito, seis e quatro.

Avultam sobretudo através dos aglomerados desta categoria, a zona do Ribatejo, já patente na Chamusca, aonde o aumento populacional converge para os extremos da concentração ou da dispersão, e a desolação demográfica da Beira transmontana.

Os cinquenta e dois que aumentaram entre 25 e 49 %, acumulavam-se nos distritos de Beja (11), Portalegre (6), Évora (5), Castelo Branco (4), Setúbal (4) e Ponta Delgada (7). A maior frequência dos aglomerados deste grau de aumento nos distritos agrícolas do Sul é sintomática, permitindo discernir que entre eles se encontram bastantes dos de feição tipicamente rural, que devem ser considerados como excepção da primeira espécie indicada de início, ao critério da classificação dos aglomerados urbanos. Podem encontrar-se facilmente no quadro n.º 50.

Os vinte e quatro seguintes acompanham com ligeiras modificações a distribuição dos anteriores, tornando os distritos de Beja, Évora e Setúbal a ser os mais contemplados. Só o de Santarém toma o passo ao de Castelo Branco e a estes se acrescenta o de Leiria. Ainda aqui tem lugar o comentário feito à classe anterior.

Os aglomerados com aumentos entre 75 e 99 % eram oito no continente e quatro nas ilhas. Os distritos de Aveiro, Lisboa, Ponta Delgada e Funchal, tinham dois cada um. Os de Braga, Leiria, Porto e Santarém tinham os quatro restantes.

Os aglomerados que tinham em 1940 mais do dobro da sua população, em 1911 concentravam-se no distrito de Lisboa (10) e Porto (5). Fora deles apenas Beja e Portalegre tinham mais de um nos seus distritos. Os outros, até perfazer a conta dos vinte e quatro pertenciam aos distritos de Faro, Guarda, Leiria e Setúbal.

O lugar de Fazenda de Almeirim referido na nota do quadro, é o caso único de um lugar de mais de dois mil habitantes (dois mil oitocentos e oitenta e oito) em 1940, que não existia de todo em 1911. O caso foi devidamente verificado e confirmado pela Câmara Municipal de Almeirim.

São os aglomerados das duas últimas categorias, os que se impõem à nossa atenção pela proporção do aumento.

Embora a categoria anterior dos que aumentaram entre 50 e 74 % já estivesse muito acima da percentagem do aumento global da população do País no mesmo período, que foi de 29,6 %, a verdade é que essa vantagem ainda pode caber dentro das naturais diferenças de comportamento demográfico de região para região, sem exigir a presença do urbanismo.

Os aglomerados da penúltima classe (75 a 99 %) foram por ordem decrescente dos aumentos: Santo António, no concelho de Ponta Delgada; Câmara de Lóbos, na Madeira; Gafanha da En-

carnação, no concelho de Ílhavo; Mafra; Saúde, no concelho de Ponta Delgada; Alcobaça; Vila Nova de Famalicão; Sacavém, no concelho de Loures; Maia; Ponte de Sôr; Águeda; e Santana, na Madeira.

Os aglomerados de menos de 5.000 habitantes que aumentaram mais de 100 %, e que confessam, só por isso, um grau de urbanismo que transcende em muito o medido pelos seus efectivos humanos, eram constituídos, na sua maior parte, pelos arrabaldes industriais ou residenciais de Lisboa e Porto.

Contavam-se entre estes últimos, dez para Lisboa que se acrescentavam ao de Sacavém, já incluído na classe anterior, a saber, por ordem de importância de aumento: Venda Nova, Estoril, Moscavide, Parede, Póvoa de Santa Iria, Queluz, Piedade (além rio), Dafundo, Oeiras e Paço de Arcos.

Os do Porto, eram, além do da Maia já apontado atrás, os de Oliveira do Douro e Valadares, ambos juntos a Gaia, Pedrouços e Senhora da Hora.

Todos estes aglomerados não consentem dúvidas acerca da sua natureza. Prolongamento das grandes cidades que os fizeram surgir e crescer, eles compartilham intimamente da sua vida e da sua sorte.

A influência das cidades vai alastrando cada vez mais e atingindo novas áreas. A Venda Nova, em Lisboa, e Oliveira do Douro, para o Porto, que acusam, respectivamente, aumentos da ordem dos 2.076,2 % e 2.180,6 %, são exemplos de duas novas áreas de expansão urbana que em 1911 mal despontavam no panorama demográfico.

Os outros aglomerados, com esse grande aumento, eram, também na escala decrescente, os de Torres Vedras; Seia; Alferrarede, no concelho de Abrantes; Riachos, no de Torres Novas; Amarante; Aljezur; Borba; Baleizão, no concelho de Beja; Bombarral; e Alburnoa, no concelho de Beja.

Salvo Torres Vedras, que quase atinge os 5.000 habitantes, todos os mais, apesar dos seus grandes aumentos, estão longe de poder tomar-se como centros urbanos. São apenas grandes aglomerados em franco desenvolvimento.

Os aglomerados de 5.000 a 9.999 eram sessenta e um. Quanto à variação da população tiveram, relativamente a 1911, o comportamento seguinte:

2	diminuíram de população
22	aumentaram menos de 25 %
14	» de 25 a 49 %
9	» de 50 a 74 %
1	aumentou de 75 a 99 %
12	aumentaram mais de 100 %

Foram Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira dos Açores, e Tavira, no Algarve, os dois aglomerados que diminuíram, mas que nem por isso deixam de ser reconhecidamente urbanos de facto e de direito.

Os que aumentaram menos de 25 % distribuíam-se por treze dos vinte e dois distritos, mas desses, só cinco é que tinham mais de um: Faro (4), Ponta Delgada (3), Aveiro (3), Portalegre (2) e Santarém (2).

O crescimento difícil dos pequenos e médios aglomerados da zona de concentração ribatejana torna a aparecer em Alpiarça e no Cartaxo, desta vez acompanhado pelo progresso hesitante dos núcleos urbanos algarvios (Silves, Loulé, Lagos e Vila Real

de Santo António), que já fora patente em Tavira, e das vilas mais populosas bordejantes da ria de Aveiro (Ovar, Ílhavo e Murtosa).

Em Bragança e em Campo Maior é de novo a fronteira, que também está em Vila Real de Santo António, a fronteira especialíssima entre Portugal e Espanha, que ao contrário das mais, corresponde a uma autêntica faixa de rarefacção humana.

Sesimbra e Nazaré, centros pesqueiros e conserveiros, a cidade de Estremoz e as vilas de Alter do Chão e de Serpa, de feição acentuadamente agrícola, completavam o elenco da classe no continente.

Os quatro aglomerados micaelenses da Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Lagoa e S. Vicente, irmanavam-se no mesmo sintoma de marasmo demográfico, que, no entanto, era compensado pelo progresso doutros aglomerados da ilha, já referidos ou a referir.

Os da classe de aumento imediato (25 a 49 %) apenas existiam em nove distritos do continente. Os de Beja, Santarém e Castelo Branco reuniam, só à sua conta, três quartas partes do seu número. Os outros eram casos esporádicos nos de Aveiro, Évora, Guarda, Leiria e Portalegre.

Pertenciam à classe os centros industriais de Espinho, a que se podia supor maior aumento; da Marinha Grande, teimosa no trabalho do vidro; a mineira Aljustrel; os grandes centros rurais de Montemor-o-Novo, Almeirim, Moura, e Amareleja; as vilas de Torres Novas, Nisa e Vila Velha de Ródão; e as cidades de Castelo Branco, Guarda e Tomar.

Os nove aglomerados com taxas de crescimento entre 50 e 74 %, encontravam-se em seis distritos (Leiria, Porto, Lisboa,

Setúbal, Viana do Castelo e Horta); mas só os dois primeiros tinham cinco à sua conta.

A velha cidade de Leiria beneficiada pela sua qualidade de capital de distrito; a cidade termal das Caldas da Rainha, empório de rica e vasta região agrícola; os centros industriais de Gondomar (arrabaldino do Porto) e de Santo Tirso; Almada, suburbana de Lisboa; Vila Franca de Xira, capital da lezíria do Tejo e já tocada pela vizinhança de Lisboa; Vila do Conde, crescendo em importância industrial; a cidade-ponte de Chaves, caso único de vitalidade demográfica fronteiriça firmada na riqueza da sua veiga; e a cidade insular da Horta, eram os protagonistas desse grau de aumento.

O único aglomerado que aumentou mais de 75 e menos de 100 %, foi o de Valongo, centro industrial e mineiro, vizinho do Porto e beneficiário da sua influência.

Dos aglomerados da última classe de aumento, ou sejam aqueles que acusaram em 1940 o dobro da sua população em 1911, a terça parte (4) concentrava-se no distrito de Lisboa e os restantes espalhavam-se por outros tantos distritos, a saber: Aveiro, Braga, Leiria, Porto, Santarém, Setúbal, Vila Real e Ponta Delgada.

Eram, por ordem da importância de aumento, os do Entroncamento, Algés, Amadora, Peso da Régua, Peniche, Sintra, S. Mamede de Infesta, S. João da Madeira, Rabo de Peixe, Sines e Cascais.

Abstraindo de Rabo de Peixe e de Sines, irmanados na mesma situação de importantes portos de pesca, todos os mais ou eram suburbanos de Lisboa (Algés, Amadora, Sintra e Cascais) e do Porto (S. Mamede de Infesta), e como tais comparticipantes da vida dessas cidades, ou eram centros reconhecidamente urbanos pela sua valia social e económica.

§ 3.º — Aglomerados urbanos de 10.000 e mais habitantes

Os aglomerados de mais de dez mil habitantes já revestem sempre um carácter essencialmente urbano no sentido de se poderem justificar e viver por si próprios. Cria e satisfazem exigências de vida colectiva que os autonomizam dos arredores, na mesma medida em que alastra, para além deles, a sua área de influência.

A cintura rural, em vez de ser a causa da existência do aglomerado, transforma-se em subúrbio beneficiário da vida e actividade daquele.

São os centros urbanos que formam uma categoria superior dos aglomerados urbanos e que o Professor Marcelo Caetano definiu com particular justeza como *centros de densa aglomeração urbana em que todas as profissões avultam igualmente por necessidade do mais vivo e íntimo comércio social e do requinte de civilização e cultura que constitui o ideal da cidade* (1).

Não contando os casos especialíssimos de Lisboa e Porto, em 1940 havia no País vinte e seis aglomerados de mais de dez mil habitantes, que figuram no quadro n.º 52 por ordem decrescente da sua população. Esse quadro indica também a população que tinham em 1911, assim como as diferenças respectivas expressas em números absolutos e em percentagens.

52 — Aglomerados urbanos com 10.000 e mais habitantes, em 1940

Aglomerados urbanos	1911	1940	Aumento	% de aumento	
					N.º de ordem
Funchal	26.455	54.856	28.401	107,4	2
Setúbal	25.541	37.071	11.530	45,1	16
Coimbra	21.095	35.437	14.342	68,0	7
Vila Nova de Gaia	23.245	34.398	11.153	48,0	14
Braga	22.543	29.875	7.332	32,5	22
Matosinhos	13.848	26.699	12.851	92,8	3
Évora	13.778	21.851	8.073	58,6	10
Ponta Delgada	14.498	21.048	6.550	45,2	15
Barreiro	7.899	19.846	11.947	151,2	1
Faro	10.825	19.695	8.870	81,9	4
Covilhã	13.636	19.213	5.577	40,9	18
Póvoa de Varzim	11.531	14.441	2.910	25,2	26
Portimão	8.165	13.730	5.565	68,2	6
Olhão	10.499	13.627	3.128	29,8	23
Viseu	8.167	13.499	5.332	65,3	8
Viana do Castelo	9.873	13.263	3.390	34,3	20
Guimarães	9.389	12.568	3.179	33,9	21
Beja	8.753	12.516	3.763	43,0	17
Portalegre	9.492	12.046	2.554	26,9	25
Santarém	7.418	11.785	4.367	58,9	9
Montijo	7.567	11.442	3.875	51,2	12
Elvas	8.100	11.272	3.172	39,2	19
Aveiro	8.735	11.247	2.512	28,8	24
Machico	6.849	10.820	3.971	58,0	11
Lamego	6.192	10.698	4.506	72,8	5
Figueira da Foz	6.926	10.299	3.373	48,7	13

(1) Perspectivas da Política, da Economia e da Vida Colonial. Lisboa 1936. Pág. 65.

Podemos dividi-los do seguinte modo:

15	com	mais	de	10.000	e	menos	de	15.000	habitantes
3	»	»	»	19.000	»	»	»	20.000	»
4	»	»	»	20.000	»	»	»	30.000	»
3	»	»	»	30.000	»	»	»	40.000	»
1	»	»	»	50.000	»	»	»	60.000	»

Dos primeiros quinze aglomerados (entre 10 e 15.000 habitantes) só dois é que já tinham mais de dez mil habitantes em 1911. Eram os da Póvoa de Varzim e Olhão, ambos com afinidades marcadas na sua vida marítima e industrial e até na sua idiosincrasia local e humana. Os seus aumentos, entre 1911 e 1940, foram muito semelhantes, expressando-se por 25,2 % para a Póvoa de Varzim e por 29,8 % para Olhão.

Dos outros treze restantes, seis eram cidades capitais de distrito (Viseu, Viana do Castelo, Beja, Portalegre, Santarém e Aveiro), cinco tinham foral de cidade (Portimão, Guimarães, Elvas, Lamego e Figueira da Foz) e só dois, (Montijo e Machico) eram vilas.

Lamego e Viseu, cidades beiroas tão parecidas em certos aspectos como diferentes noutros, mas ambas, e sobretudo a última, com a característica impressiva de grandes centros regionais, compartilham com Portimão, centro marítimo e industrial, dos maiores aumentos.

Santarém, que é o grande centro regional do Ribatejo, tem logo após si no progresso demográfico, o Montijo suburbano e industrial que é a velha Aldegalega dos outros tempos; a vila madeirense de Machico; e a cidade balnear, portuária e testa de vias férreas da Figueira da Foz.

As cidades de Beja, Elvas, Viana do Castelo, Guimarães, Aveiro e Portalegre, que se lhes seguem na escala dos aumentos, marcam por ordem e respectivamente: um importante centro regional (Beja); a única cidade militar portuguesa que não só se conservou até hoje como tal, como criou raízes na vida civil e económica da região (Elvas); dois portos de mar e centros de vida administrativa de regiões de grande densidade demográfica (Viana do Castelo e Aveiro); um centro industrial «doublé» de velha cidade, núcleo tradicional da vida burguesa da região (Guimarães); e uma cidade sertaneja e fronteiriça que, mercê da divisão administrativa e mais recentemente da eclesiástica, polariza a vida humana numa vasta área (Portalegre).

Os três aglomerados de 19.000 habitantes merecem lugar à parte, pela pequena distância que os separa do limite mínimo da classe imediata.

Eram o Barreiro, Faro e a Covilhã. O primeiro, vila industrial, testa da rede ferroviária do Sul do País e fronteiro a Lisboa, na outra margem do Tejo, é o titular do maior aumento registado (151,2 %).

Faro segue-se-lhe com 81,9 % em que aparece, tal como em Portimão, não só uma compensação, mas até uma explicação para o atraso ou lento desenvolvimento dos outros aglomerados da sua província.

A Covilhã é a última com 40,9 %. Avulta nesse aumento, muito escasso para uma cidade industrial, a feição própria desse velho e importante centro fabril, com condições de progresso naturalmente limitadas.

Entre vinte e trinta mil habitantes estavam os aglomerados de Braga, Matosinhos, Évora e Ponta Delgada — três cidades, entre as quais duas detentoras dos melhores pergaminhos do urbanismo peninsular, e uma vila industrial e suburbana do Porto.

A terceira cidade, é o grande centro urbano dos Açores, capital da ilha maior, mais rica e mais populosa, porto de escala internacional.

Braga e Évora foram no passado e continuam a ser no presente, duas verdadeiras metrópoles. Ao contrário do que acontece noutros casos, nomeadamente em Setúbal, a sua importância cidadina excede em muito a que corresponderia ao número dos seus habitantes. Há em cada uma delas, tradições de vida urbana e de requinte social, firmadas em séculos de história, que a sua população sente, respeita e vive. É palpitante a semelhança entre as duas, ambas escondendo a sua origem na noite dos tempos, ambas confirmadas como cidades romanas e eleitas para cruzamentos das vias imperiais, ambas cabeças de grandes províncias eclesiásticas, ambas povoadas de monumentos e inconfundíveis no seu carácter.

O maior aumento de Évora (58 %), revela as condições particulares de desenvolvimento demográfico que lhe advêm da sua própria localização geográfica no centro do Alentejo, por oposição a Braga, prejudicada pela vizinhança da grande zona urbana e industrial do Porto.

Matosinhos está já definido na referência breve que lhe foi feita. É um arrabalde industrial do Porto, que enquadra a zona portuária de Leixões. O seu aumento de 92 % dá-lhe o terceiro lugar na escala do crescimento dos centros urbanos do País.

Os três aglomerados entre trinta e quarenta mil habitantes eram os de Setúbal, Coimbra e Vila Nova de Gaia, que em 1911 se situavam todos entre os vinte e os vinte e cinco mil habitantes.

São aglomerados de natureza muito diversa e que por isso mesmo revestem interesse especial na paridade do seu desenvolvimento.

Setúbal, que já em 1911 era o mais populoso dos três e em 1940 o continuava sendo, é um centro urbano «sui generis» quase exclusivamente industrial e que merecia uma análise detida da textura da sua população.

A sua proximidade de Lisboa e as condições de incerteza de exploração da sua principal indústria, a das conservas, em que as épocas de grande prosperidade alternam com as crises mais graves, impediram, pelo menos até aqui, que esse grande aglomerado atingisse o grau de equilíbrio e progresso urbano compatível com a sua massa populacional.

Coimbra, é de algum modo antítese de Setúbal. Centro tradicional da cultura portuguesa, que tem o seu solar na sua Universidade centenária, essa velha cidade pôde, mercê da importância que daí lhe advinha e da sua localização geográfica, tornar-se o foco de atracção da população das Beiras.

A sombra do venerável Paço das Escolas, ao mesmo tempo que diminuiu o número dos estudantes atraídos cada vez mais para as Universidades de Lisboa e do Porto, aumentou ainda em ritmo maior a população da cidade que vai povoando bairros novos, intensificando o comércio e desenvolvendo uma indústria já importante.

O seu acréscimo desde 1911, que atingiu 68 %, foi o maior dentre os aglomerados da sua categoria populacional.

Vila Nova de Gaia, apesar de tudo quanto a possa individualizar e dos sentimentos de bairrismo que animem os seus habitantes, é um complemento da cidade do Porto. Por ténues que pareçam as tramas metálicas das duas pontes que galgam o Douro, são elas as artérias por onde corre o sangue que a faz viver e prosperar.

É certo que Vila Nova de Gaia também deve muito ao rio, tanto no que a separa do Porto, não a deixando confundir-se com ele, como na via que oferece no seu curso para os barcos rabelos que atracam às muralhas dos seus armazéns imensos, permitindo que ela seja o grande entreposto dos vinhos das

encostas durienses a que o Porto dá o nome e que negocia nos seus escritórios.

Tudo o que em progresso urbano e industrial apresenta esse aglomerado que cresceu 48 % em número de habitantes, entre 1911 e 1940, vem daí e não pode esconder a origem.

O único aglomerado de mais de cinquenta mil e menos de sessenta mil habitantes, era a cidade do Funchal, capital do arquipélago e distrito da Madeira, porto de escala internacional e um dos principais centros de turismo do mundo.

O aumento da sua população desde 1911 foi de 107,4 %, o segundo em importância entre todos os aglomerados do País, depois do Barreiro.

§ 4.º — Cidades de Lisboa e Porto

a) *Considerações prévias.* — Os únicos aglomerados portugueses que merecem a classificação de grandes cidades são Lisboa e Porto.

Tanto uma como outra, embora a primeira muito mais do que a segunda, ocupam no País uma situação única e inconfundível.

Entre os 54.856 habitantes do Funchal, que já se avanta muito sobre as outras cidades, e os 262.309 habitantes do Porto, há uma distância substancial que não consente termo de comparação.

Lisboa, com os seus 709.179 habitantes, situa-se a distância maior do Porto em número de habitantes, mas na ordem de grandeza relativa a diferença aparece facilmente como menor.

As populações reunidas de Lisboa e do Porto representam 12,6 % de toda a população do País. É uma quota parte tão importante que se pode desde logo reconhecer em face dela que toda a vida social e económica portuguesa gira à volta dessas cidades e para elas converge.

Pela situação privilegiada que ocupa, quase no centro do território do continente, no escoadouro e termo natural das vias internas de comunicação, valorizada pelo estuário do Tejo que lhe oferece um porto admirável na testa de um continente e na encruzilhada das grandes rotas marítimas do mundo, Lisboa foi desde sempre o centro de acção nacional.

Foi por ela que se tornou possível, no condicionalismo geográfico e económico, a nossa independência, foi nela que se firmou a unidade política da Nação, foi ela o ponto de partida e a base da nossa epopeia marítima e imperial.

Se foi em Sagres que se desvendou o segredo dos mares e raiou a alvorada de um mundo maior, foi em Lisboa que esse milagre se consumou, atingindo a plenitude dos seus efeitos para a civilização e para a humanidade.

Por isto tudo não pode estranhar-se que a prosperidade e grandeza de Lisboa tivesse acompanhado sempre a prosperidade e grandeza do País.

Já cidade importante sob o domínio mouro, uma vez portuguesa não tardou a passar à frente das outras cidades do Norte que já faziam parte do Reino nascente.

A grande crise do findar do século XIV, ao mesmo tempo que significou a nossa maioridade nacional, significou também a consagração de Lisboa como capital e centro da Monarquia. Desde então essa qualidade nunca lhe pôde ser contestada.

Foi do Tejo que partiu a armada de conquista de Ceuta e que partiram depois todas as demais que deram a Portugal o domínio dos mares e o vasto Império em que o sol nunca se punha. Lisboa foi o centro e o coração desse Império, o entreposto das riquezas e do comércio das sete partidas do mundo.

A sua população no século XVI devia ter sido extraordinária e se não atingia as cifras fabulosas indicadas por alguns escritores coevos, ia com certeza além dos outros cálculos comédidos que têm sido feitos.

Mais tarde a sua importância devia ter declinado na proporção em que declinou o poderio português, mas mesmo assim a sua população continuaria a ser muito avultada, relativamente às condições de vida urbana do tempo.

Isso mesmo se pode inferir dos testemunhos dos escritores e viajantes dos séculos XVII e XVIII e da impressão causada no mundo pelo grande terremoto de 1755. No meio das ruínas provocadas por essa calamidade sem par e que demoraram dezenas de anos a ceder lugar às novas construções, persistiu em viver uma população numerosa, de tal sorte que nos relatos do tempo quase não se surpreende solução de continuidade na sua vida.

No último quartel do século XVIII o progresso de Lisboa acompanha o do País, que continua pelo século seguinte. As invasões francesas mal o atingem, sendo preciso para o fazer parar a desgraça das guerras do liberalismo. Depois delas até aos nossos dias o acrescentamento de Lisboa continuou a ser solidário da vida do País.

Não cabe nesta curta definição da importância e significado português de Lisboa a citação dos números atribuídos à sua população do decurso da história. Porém, a sua consulta pode ser feita pelo leitor curioso no magnífico e exaustivo estudo histórico «A população de Lisboa», do Eng.º Augusto Vieira da Silva.

Muito distante de Lisboa em importância, o Porto tem também um lugar inconfundível na vida e na história portuguesa.

O seu nome desvenda a origem da cidade actual que antes de o ser foi castro pré-histórico, civitas luso-romana e burgo medieval. Ário da rica e sempre povoadíssima região de Entre Douro e Minho, saída natural das terras transmontanas, ele desempenhou sempre uma função primordial na vida do País.

Renascido das ruínas no final do século IX, o velho burgo logo pouco depois voltava a ser sede episcopal e em 1147 já tinha importância suficiente para atrair e abastecer de manti-

mentos os cruzados que o Bispo Pedro Pitões convenceu a ajudar os Portugueses na conquista de Lisboa.

Após este passo grande da história portuguesa em que o Porto tão decisivamente interveio, o seu progresso intensificou-se já livre dos receios da pirataria moura que tinha a sua base no Tejo. E o seu carácter próprio de povoação de trabalho e de comércio definiu-se logo desde aí. Era enorme nos primeiros séculos da Monarquia o trato dos mercadores do Porto com o resto da Europa e também era considerável o trabalho dos seus artífices e mesteiros.

Os excepcionais privilégios que foram concedidos ao concelho, entre os quais merece relevo especial o da proibição dos nobres nele pousarem, confirmado sucessivamente pelos reis e que D. Manuel I reconheceu dever restabelecer logo a seguir a tê-lo suprimido, são só por si uma prova da importância e carácter da terra.

Foi lá que primeiro em Portugal se estabeleceram normas para o afretamento dos navios e existiram bolsas para o comércio marítimo, tendo sido tamanho o seu poderio que, no tempo de D. Pedro I, os seus navios eram mais que todos os outros do País, e em 1415, na hora de Ceuta, o Porto forneceu, só à sua parte, quase metade da esquadra de conquista.

No decurso do século XV, enquanto se acelera o ritmo de desenvolvimento de Lisboa já a caminho do fastígio, o Porto estaciona ou pelo menos entra numa fase de progresso muito lento.

Mas a sua importância continua sempre grande e ainda se revelou no ano trágico de 1580 pelos soldados e recursos que patrioticamente pôs à disposição de D. António, Prior do Crato.

A partir do meado do século XVIII o progresso e a prosperidade do Porto animam-se com a intensificação do comércio de exportação dos vinhos do Douro. No meio século decorrido de 1732 a 1783 a população sobe de 24.883 habitantes para 52.010. Mas é no século passado, depois das guerras civis em cujo sofrimento tomou larga parte, que o Porto progride, cresce e se transforma na grande cidade que é hoje. Os caminhos de ferro e as estradas por certo haviam de ter cooperado em muito para essa ascensão, que culminou com a ultrapassagem do limite dos cem mil habitantes no censo de 1878 (105.838).

b) *Cidade de Lisboa.* — A população de Lisboa nos vários recenseamentos desde 1890 consta do quadro n.º 53.

**53 — Variação da população
(1890-1940)**

Censos	População presente	Variação da população	% de variação
1890	301.196	..	..
1900	356.311	55.115	18,3
1911	435.359	79.048	22,2
1920	486.372	51.013	11,7
1930	594.390	108.018	22,2
1940	709.179	114.789	19,3

Nele figuram as diferenças registadas em cada um dos períodos intercensuários e as percentagens correspondentes.

Desde 1890 a 1940 o número dos seus habitantes subiu de trezentos e um milhares para setecentos e nove milhares, ou seja na proporção de 135 %. A intensidade desse aumento pode avaliar-se em face do aumento global da população do País que

nesse espaço de tempo foi, como vimos de início, de 52 %. Comparando os números absolutos dos dois aumentos da cidade e do País, reconhece-se que o primeiro ultrapassa um sexto do segundo.

Foi naturalmente diversa de período para período a escala de progressão, que atingiu o máximo nos períodos de 21-30 e de 1901-11 que caprichosamente se igualaram nas percentagens respectivas, embora a do segundo por se referir a onze anos se deva ter como inferior.

Seguem-se-lhes a curta distância os decénios 31-40 e 91-900. O menos próspero foi o período 11-20 já tão conhecido que não merece a pena comentar-se. Já atrás tivemos ensejo de referir o que significou em meio da devastação que caracterizou a vida demográfica do País em tal período, esse aumento que apesar de muito inferior aos outros ainda atingiu 11,7 %. Por certo nunca se denunciou de modo tão impressionante a corrida da gente da província para Lisboa, que, como em todas as grandes cidades, é a explicação do seu progresso populacional.

O urbanismo de Lisboa é um dos grandes traços fundamentais da nossa vida demográfica. A sua importância pode medir-se pelos elementos que compõem o quadro n.º 54, relativos ao movimento fisiológico da cidade nos períodos considerados.

Infelizmente não foi possível apresentá-los completos pela falta de dados respeitantes aos anos de 1897 a 1901. Em todo o caso, não se quis omitir a indicação dos números dos outros anos dos primeiros decénios, pelo testemunho que constituem de que durante eles já se verificavam as condições de estiolação demográfica reveladas nos restantes.

**54 — Movimento fisiológico e variação da população
(1890-1940)**

Anos	Nascimentos	Óbitos	SalDOS	Variação da população	Diferença
1891	8.530	8.486	44	..	..
1892	8.792	8.247	545	..	..
1893	7.942	8.257	- 315	..	..
1894	8.350	8.360	- 10	..	..
1895	8.740	9.343	- 603	..	..
1896	9.117	9.683	- 566	..	..
1891-1896 . . .	51.471	52.376	- 905	..	..
1891-1900 . . .	..	..	..	55.115	..
1902	9.668	9.121	547	..	..
1903	9.751	8.917	834	..	..
1904	9.862	8.713	1.149	..	..
1905	9.937	9.700	237	..	..
1906	9.930	9.844	86	..	..
1907	9.910	9.136	774	..	..
1908	9.624	9.072	552	..	..
1909	10.379	9.608	771	..	..
1910	10.035	9.986	49	..	..
1911	14.991	10.673	4.321	..	..
1902-1911 . . .	104.090	94.770	9.320	..	..
1901-1911 . . .	..	..	..	79.048	..
1912-1920 . . .	99.575	105.415	- 5.840	51.013	- 56.853
1921-1930 . . .	124.191	118.956	5.235	108.018	- 102.783
1931-1940 . . .	113.370	119.267	- 5.897	114.789	- 120.686
1902-1940 . . .	441.226	438.408	2.818	352.868	- 350.050

O único período em que não houve saldos negativos foi o de 902-11, mas mesmo nele a soma dos saldos fisiológicos anuais não passou de 9.320 pessoas, enquanto o aumento da população de facto se elevou, como vimos, a 79.048. Além dele apenas o de 21-30 teve um saldo positivo de 5.235, contra 108.018 de aumento na população de facto. O saldo negativo máximo foi o dos anos de 1931 a 1940.

Já discurremos em capítulo anterior acerca das condições em que se verifica essa crise demográfica que de resto é comum à maioria das grandes cidades. Nesta altura interessa-nos relevá-lo somente como medida do outro fenómeno que está na base da existência e desenvolvimento dos grandes centros urbanos e que é o urbanismo.

A importância que ele assume em Lisboa está bem patente nos números apresentados e que se resumem na percentagem ínfima de 0,8 % que os 2.818 habitantes provenientes dos saldos fisiológicos dos anos de 1902 a 1940 representam em face dos 352.868 novos habitantes da cidade, surgidos desde então.

A proporção e o modo porque as várias regiões do País concorrem para a vida e acrescentamento de Lisboa, podem discorrer-se dos dados constantes do capítulo consagrado aos deslocamentos internos da população. Um outro e fundamental aspecto da importância demográfica de Lisboa é constituído pela sua irradiação para as áreas vizinhas. Esse facto é também comum às outras cidades da sua categoria, que não se contêm dentro dos seus limites, tanto fazendo desbordar para além deles os seus habitantes, os costumes e as exigências de vida citadina, como fomentando a criação à volta delas dos aglomerados industriais necessários ao seu abastecimento e ao seu comércio.

55 — População dos concelhos e freguesias suburbanas (1890-1940)

Concelhos e freguesias	Censos					
	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Concelhos :						
Sintra	22.842	26.273	30.373	29.903	37.980	44.763
Loures	19.419	21.219	25.126	25.547	29.014	35.232
Cascais	8.442	10.017	14.864	15.866	22.543	30.796
Oeiras	8.093	10.768	17.367	18.922	29.394	38.382
Almada	13.559	15.984	18.111	20.399	23.994	29.219
Seixal	5.398	6.784	8.475	9.663	10.203	12.810
Barreiro	5.436	7.944	12.203	15.009	21.042	25.930
Moita	5.496	6.330	6.204	7.120	9.548	12.324
Freguesias de Vila Franca de Xira :						
Alhandra	1.852	2.294	2.646	2.938	3.471	4.397
Alverca do Ribatejo	1.777	1.911	2.257	2.659	3.346	3.307
Póvoa de Santa Iria	1.100	1.106	1.148	1.137	1.444	2.032
Freguesias do Montijo :						
Montijo	7.160	8.156	8.411	9.182	10.727	12.199
Sarilhos Grandes	964	1.390	1.618	1.559	1.967	2.181
Total	101.538	120.176	148.803	159.904	204.673	253.582
Lisboa	301.196	356.311	435.359	486.372	594.390	709.179
Total geral	402.734	476.487	584.162	646.276	799.063	962.761

O quadro n.º 55 indica concelhos e freguesias dos arredores de Lisboa que pelo seu progresso populacional e localização levam a admitir a influência da cidade. É possível que ela ainda chegue mais longe, mas esses concelhos e freguesias são os que a sentem mais intensamente.

Os números absolutos já permitem conclusões sobre o grau em que o fenómeno se verifica, mas as percentagens globais constantes dos quadros n.ºs 56 e 57 são ainda mais concludentes.

56 — Variação da população dos concelhos e freguesias suburbanas (1890-1940)

Censos	População presente	Variação	%
1890	101.538	..	..
1900	120.176	18.638	18,4
1911	148.803	28.627	23,8
1920	159.904	11.101	7,5
1930	204.673	44.769	28,0
1940	253.582	48.909	23,9

Pelo primeiro, que se limita à população dos concelhos e freguesias referidos, pode ver-se como o seu acréscimo populacional excedeu sempre em todos os períodos, com excepção do de 11-20, o da cidade. As diferenças maiores corresponderam aos decénios 21-30, que registou a maior, e de 31-40. A tendência para o aumento dessas diferenças surpreende-se na relação das percentagens, não chegando para a elidir a excepção mínima do último período.

É perfeitamente natural que assim aconteça.

57 — Variação da população conjunta de Lisboa e área suburbana (1890-1940)

Censos	População presente	Variação	%
1890	86.200	..	..
1900	476.487	73.753	18,3
1911	584.162	107.675	22,6
1920	646.276	62.114	10,6
1930	799.063	152.787	23,6
1940	962.761	163.698	20,5

O quadro n.º 57 que apresenta em conjunto a população da cidade e a da zona considerada, mostra o que era nas diversas datas censuárias a massa humana dessa área que anda à volta de 1.184 quilómetros quadrados, e as condições em que se tem desenvolvido.

No espaço dos cinquenta anos o total da população respectiva subiu de quatrocentos milhares para cerca de um milhão, que representa o efectivo humano do que poderia designar-se a grande Lisboa de 1940 e uma percentagem de aumento de 139%.

c) *Cidade do Porto.* — Os números da população da cidade do Porto nos vários recenseamentos abrangidos pelo nosso exame formam o quadro n.º 58.

58 — Variação da população (1890-1940)

Censos	População presente	Variação da população	% da variação
1890	146.739	..	..
1900	167.955	21.216	14,5
1911	194.009	26.054	15,5
1920	203.091	9.082	4,7
1930	232.280	29.189	14,4
1940	262.309	30.029	12,9

Dos seus 146.739 habitantes de 1890 aos 262.309 de 1940, a capital do Norte beneficiou de um acréscimo de 115.570 que se exprime pela percentagem de 78,8, muito inferior à de Lisboa, mas sensivelmente superior à do País.

A intensidade do crescimento, tal como em Lisboa, foi diversa nos vários períodos intercensuários. Também foi mínima no período 11-20, mas a máxima verificou-se, mesmo tendo em conta o ano a mais no período 901-11. Reconhece-se no conjunto uma tendência para a redução dos aumentos que importa um afrouxamento no progresso da população portuense.

As taxas de aumento dos vários períodos situam-se muito abaixo das de Lisboa, especialmente nos últimos, marcando a diferença das condições de desenvolvimento das duas cidades.

Também no que toca o movimento fisiológico a situação do Porto difere muito da de Lisboa, conforme se conclui do quadro n.º 59.

59 — Movimento fisiológico e variação da população (1890-1940)

Anos	Nascimentos	Óbitos	SalDOS	Variação da população	Diferença
1891	5.060	4.498	562	..	..
1892	5.259	3.760	1.499	..	..
1893	5.184	4.403	781	..	..
1894	5.137	4.225	912	..	..
1895	5.341	4.073	1.268	..	..
1896	5.564	5.011	553	..	..
1891-1896 . . .	31.545	25.970	5.575	..	..
1891-1900 . . .	..	..	..	21.216	..
1902	6.265	6.017	248	..	..
1903	6.272	5.068	1.204	..	..
1904	6.297	4.867	1.430	..	..
1905	6.712	5.837	875	..	..
1906	6.682	5.185	1.497	..	..
1907	6.738	5.490	1.248	..	..
1908	6.808	5.387	1.421	..	..
1909	6.879	6.550	329	..	..
1910	7.231	5.350	1.881	..	..
1911	8.323	6.218	2.105	..	..
1902-1911 . . .	68.207	55.969	12.238	..	..
1901-1911 . . .	..	..	..	26.054	..
1912-1920 . . .	55.327	56.331	- 1.004	9.082	- 10.086
1921-1930 . . .	60.935	52.580	8.405	29.189	- 20.784
1931-1940 . . .	57.978	51.863	6.115	30.029	- 23.914
1902-1940 . . .	242.497	216.743	25.754	94.354	- 68.600

Ao longo de todo o meio século, abstraindo dos anos de 1896 a 1901 de que não existem elementos, só os dois anos de 1918 e 1919 é que tiveram saldos negativos. Em todo o caso e

apesar da pequenez e das oscilações da margem de vida sobre os óbitos, há que admitir uma tendência no sentido da sua redução, que é particularmente visível nos números anuais, mas que também aparece nas somas dos períodos.

Menor aumento de população de facto e maior excedente fisiológico, combinam-se entre si para significar menos urbanismo. Este verifica-se de facto e ainda em grau importante, mas deixa a perder de vista o de Lisboa.

Durante os trinta e nove anos de 1902 a 1940 os saldos fisiológicos somaram 25.754, significando uma percentagem de 27,3% sobre o total do aumento da população da cidade no mesmo espaço de tempo. Em Lisboa, como vimos, essa percentagem era de 0,8 %.

A compensar tão grande disparidade sob o ponto de vista demográfico, o Porto tem uma área suburbana mais importante e mais urbanizada que a de Lisboa, embora seja muito menor em extensão (571 Km.²). Essa área é constituída pelos concelhos que constam do quadro n.º 60. Basta a circunstância de entre eles se encontrarem os de Vila Nova de Gaia e Matosinhos, cujos aglomerados figuram entre os mais populosos do País, para ajuizar da sua importância.

60 — População dos concelhos suburbanos (1890-1940)

Concelhos	Censos					
	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Concelhos :						
Matosinhos	19.684	25.080	34.265	35.082	50.966	62.884
Maia	18.754	19.695	23.487	25.493	29.639	36.626
Valongo	11.157	11.772	13.593	14.665	17.292	23.266
Gondomar	31.053	32.314	37.929	41.400	49.583	60.787
Vila Nova de Gaia . . .	65.359	74.243	85.813	84.538	103.132	119.535
Espinho	7.205	9.412	11.918	12.972	15.070	17.623
Total	153.212	172.516	207.005	214.150	265.682	320.721
Porto	146.739	167.955	194.009	203.091	232.280	262.309
Total geral	299.951	340.471	401.014	417.241	497.962	583.031

Esses concelhos somavam 153.000 habitantes em 1890 e 320.000 em 1940, excedendo por isso nas duas datas, e mais na segunda do que na primeira, a população da cidade. Situação esta como se vê, muito diferente e até oposta à que se verificou em Lisboa, cuja área suburbana não atingia em 1890 um terço e em 1940 metade da população citadina.

O quadro n.º 61 representa a variação da população total dos seis concelhos, nos vários períodos intercensuários, em números absolutos e percentagens. O exame destas revela que à excepção do decénio 91-900 todas elas foram superiores às alcançadas pela cidade.

61 — Variação da população dos concelhos suburbanos (1890-1940)

Censos	População presente	Variação	%
1890	153.212	..	..
1900	172.516	19.304	12,6
1911	207.005	34.489	20,0
1920	214.150	7.145	3,5
1930	265.682	51.532	24,1
1940	320.721	55.039	20,7

Em Lisboa nunca se deu aquele facto, mas também nunca se registaram diferenças comparáveis às acusadas no Porto, que tiveram o máximo no decénio 21-30, entre uma percentagem de aumento de 14,4 para a cidade e de 24,1 para os concelhos.

Os totais da população da cidade do Porto e dos concelhos que temos considerado formam o quadro n.º 62. Eram por assim dizer 300.000 habitantes em 1890 e 600.000 em 1940.

62 — Variação da população conjunta do Porto e área suburbana (1890-1940)

Censos	População presente	Variação	%
1890	299.951	..	..
1900	340.471	40.520	13,5
1911	401.014	60.543	17,8
1920	417.241	16.227	4,0
1930	497.962	80.721	19,3
1940	583.030	85.068	17,1

É através desse número que avulta nas suas devidas proporções a importância e significado demográfico do grande centro urbano do Norte do País.

d) Exame do conjunto e comparação com os outros países.

Depois de considerar separadamente as duas cidades, vamos examiná-las em conjunto, para ajuizar do seu peso demográfico no País.

Abstraindo das suas áreas suburbanas, Lisboa e Porto somavam, como foi dito de início, 971.488 habitantes ou seja 12,6% do total da população do continente e ilhas.

Para fazer uma ideia precisa do que significa essa proporção é mister compará-la com a verificada nos outros países em relação ao total dos habitantes das cidades da mesma categoria populacional.

É o que se faz no quadro n.º 63 em que se indica o número das cidades de mais de cem mil habitantes e as percentagens respectivas nos países que nos têm servido de padrão, nos anos de 1890 e 1930, visto que não foi possível obter os dados relativos a 1940.

63 — Número e população dos aglomerados urbanos de 100.000 e mais habitantes

Países	1890		1930	
	Número	% sobre o total da população	Número	% sobre o total da população
Portugal	2	10,7	2	12,1
Bélgica	4	16,9	4	18,0
Espanha	5	6,8	10	14,3
França	12	11,9	17	15,7
Itália	12	10,9	22	17,6
Reino Unido	28	31,2	51	47,9
Suíça	1	3,5	4	16,0

Em 1890 a percentagem acusada pelas nossas duas grandes cidades era naturalmente muito inferior às do Reino Unido e da Bélgica, países que já nessa altura tinham atingido um grau de

desenvolvimento industrial e de densidade demográfica muito elevados. Situava-se, porém, a curta distância da de Itália e da França, sendo muito superior à da Espanha e, sobretudo, à da Suíça.

No tocante ao número das cidades, Portugal só tinha abaixo de si a Suíça, apenas com uma. Todos os outros tinham um número múltiplo do nosso. O Reino Unido tinha-o catorze vezes superior e a França e Itália ambas seis vezes.

Em 1930 era incomparavelmente maior a diferença que nos afastava do Reino Unido, maior também a distância que nos separava da Itália e da França, e a Espanha e a Suíça tinham passado de longe à nossa frente. Só a Bélgica, com um aumento muito escasso, ficara ligeiramente mais perto de nós.

O número das cidades quadruplicara na Suíça, duplicara em Espanha, quase duplicara no Reino Unido e na Itália, aumentara substancialmente em França e só a Bélgica permanecera conosco no mesmo número de 1890.

*
* *

e) Considerações finais. — O estudo dos nossos grandes centros podia ir mais longe. A sua área; a densidade da população; as condições de crescimento dos seus bairros e freguesias; a população flutuante; sem falar dos aspectos relacionados com a estrutura demográfica e social excluídas do âmbito deste relatório, seriam outros tantos pontos de interesse a considerar. No entanto, o que se observou já é suficiente para basear a conclusão de que o urbanismo de Lisboa e Porto não é exagerado e, antes pelo contrário, cabe dentro dos limites de um são condicionalismo demográfico. Distantes um do outro mais de duzentos e oitenta quilómetros em linha recta, num rectângulo do território que mede pouco mais de quinhentos quilómetros, qualquer deles junto ao litoral mas a mais de oitenta quilómetros da fronteira mais próxima, não pode dizer-se que esses dois grandes centros, mesmo tomados na maior extensão das suas áreas suburbanas, sejam demasiadamente populosos e próximos para as possibilidades e conveniências do País.

O milhão de habitantes da grande Lisboa deve ser contemplado à luz da importância imperial da cidade. Para além dos escassos noventa mil quilómetros quadrados do Portugal europeu, existem mais de dois milhões de quilómetros quadrados de Portugal de além-mar de que Lisboa também é capital. Seria motivo de lástima e preocupação não termos um centro de vida urbana capaz de exprimir devidamente perante a intensidade e as exigências da vida moderna o nosso alto grau de civilização e cultura.

A sua massa populacional repartida por duas ou três cidades de menos vulto, podia acaso permitir um maior equilíbrio demográfico, podia até favorecer o progresso duma ou doutra região, mas não seria de modo nenhum tão útil aos interesses do conjunto do País e à sua projecção internacional. Se Lisboa precisa de Portugal para ser grande e continuar a crescer, é certo também que Portugal precisa de Lisboa e tira o maior proveito da sua grandeza. Deu-nos a Providência na localização da nossa capital um valor inestimável para marcar o nosso lugar no mundo, intensificar as relações com outros povos, crescer em

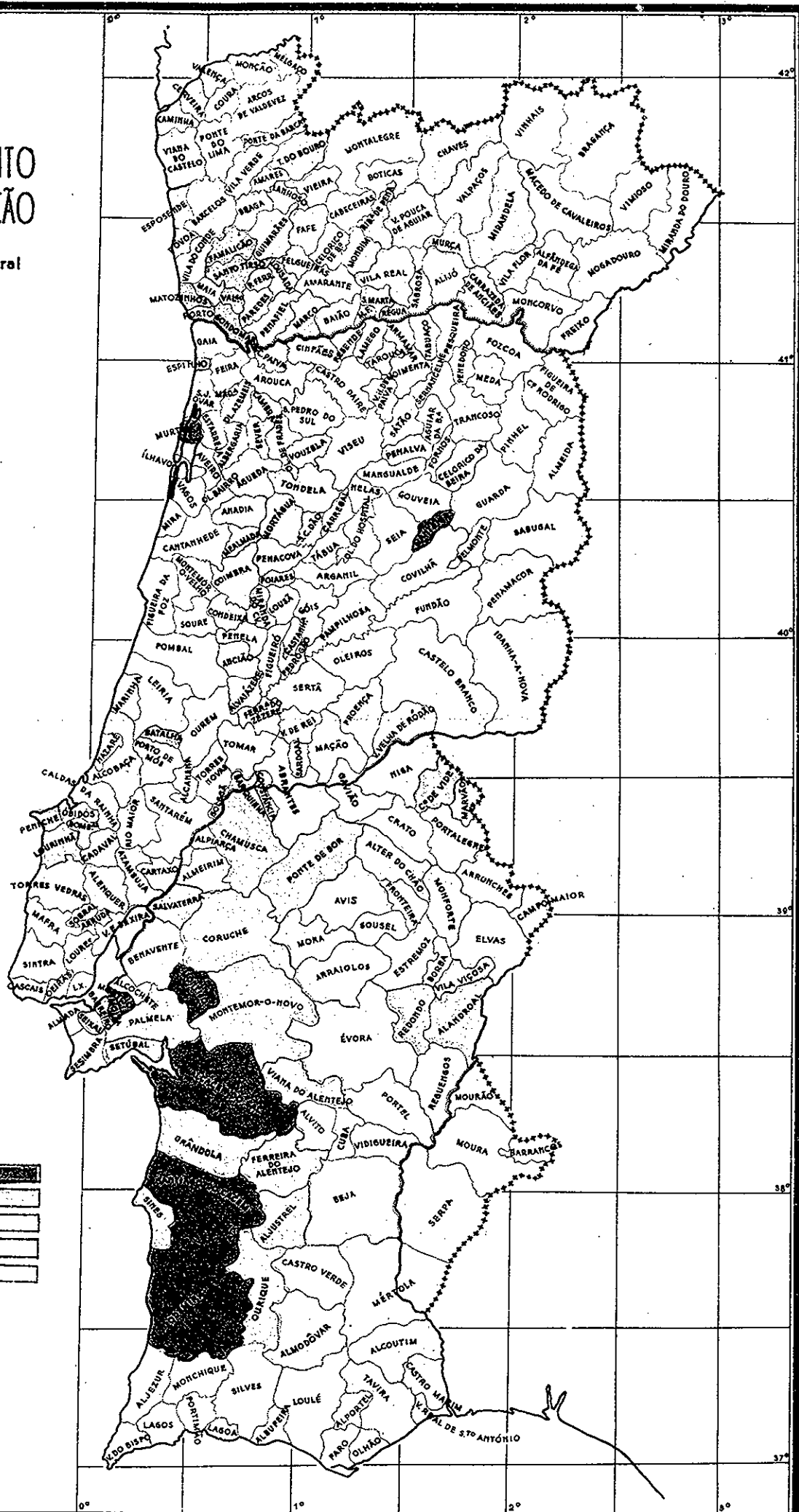
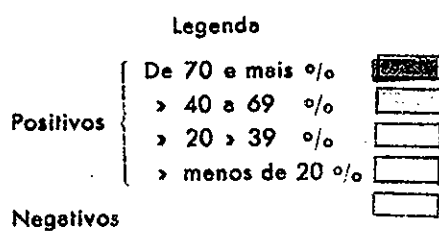
cultura e em riqueza. Não podemos lamentar que ela seja uma grande cidade nem arrecearmos-nos do seu crescimento, sobretudo nas condições em que se tem verificado.

Os 600.000 habitantes do grande conjunto de população urbana polarizado no Porto, por sua vez também não pode olhar-se como concentração desmedida em face da densidade elevadíssima das regiões que o circundam. Depois, como vimos, o urbanismo da cidade é relativamente fraco.

Mas ainda que não prevalecessem as considerações que ficam feitas, haveria o facto decisivo de não se descortinarem sintomas de rarefacção de povoamento rural que pudessem, como noutros países velhos e novos, ser levados à conta do urbanismo das grandes cidades.

Como já ficou visto e como ainda se verá no capítulo imediato, a população rural em vez de diminuir aumentou em larga escala, mesmo fora das regiões infrapovoadas do Sul.

Variação da população rural
1911 — 1940
(em %)



Capítulo IV

População rural

No total do País. — A população rural do País, entendendo-se como tal a que se encontrava repartida por aglomerados de menos de 2.000 habitantes, é o complemento da população urbana que acabámos de estudar.

Já vimos no capítulo II quais eram os seus efectivos em 1911 e 1940, assim como a sua percentagem de aumento entre as duas datas, que se fixou em 18,7% contra 62,4% da urbana.

Embora a descrição feita desta última já nos tivesse dado indirectamente uma visão do seu aumento, sempre se justificam e lhe são devidas algumas palavras de comentário.

Os seus números em 1911 e 1940 e as suas percentagens no total da população figuram, com os da urbana, no quadro n.º 44.

As diferenças registadas entre 1911 e 1940 constam do seguinte quadro n.º 64.

Verifica-se assim que o seu aumento no continente (19 %) foi muito maior do que nas ilhas (14 %).

Nos distritos. — Dos distritos, só acusaram diminuições os insulares da Horta e Ponta Delgada.

Os maiores aumentos pertenceram aos de Setúbal, que se distancia de todos com a percentagem de 56,3 %, e aos do Funchal, Beja, Évora e Porto, todos com mais de 30 %. Adiante se dirá o que importa acerca do aumento do distrito do Porto.

Os distritos que menos aumentaram a população rural foram os da Guarda, Viseu e Coimbra, os três com menos de 10 %, seguidos dos de Bragança, Angra do Heroísmo, Faro e Viana do Castelo, os quatro com menos de 15 %.

Nos concelhos. — As diferenças dos concelhos do continente reproduzem-se no cartograma n.º 25 classificadas segundo a convenção nele indicada. Vamos examiná-lo sumariamente. Teremos nessa tarefa ensejo de reconhecer de modo palpável as imperfeições e incongruências do conceito admitido para a determinação das populações urbana e rural.

**64 — Variação da população rural
(1911-1940)**

Distritos e concelhos	Variação	Percentagem de variação
Portugal	847.001	18,9
Continente.	802.765	19,2
Ilhas adjacentes	44.236	14,9
Aveiro	71.589	25,0
Beja	41.777	32,9
Braga	83.916	24,7
Bragança	18.936	10,6
Castelo Branco	34.581	17,7
Coimbra	27.066	8,3
Évora	31.420	30,7
Faro	23.261	11,4
Guarda	11.836	4,7
Leiria	66.816	28,5
Lisboa	46.545	20,8
Portalegre	17.358	18,5
Porto	125.941	30,6
Santarém	54.330	20,6
Setúbal	54.260	56,3
Viana do Castelo	26.197	12,4
Vila Real	34.923	15,2
Viseu	32.013	8,0
Angra do Heroísmo	6.205	10,6
Horta	- 2.516	- 5,6
Ponta Delgada	- 2.019	- 2,9
Funchal	42.566	34,4

Distritos e concelhos	Variação	Percentagem de variação
Distrito de Aveiro :		
Águeda	3.175	11,2
Albergaria-a-Velha	1.716	14,0
Anadia	6.840	34,4
Arouca	4.366	23,8
Aveiro	5.036	26,1
Castelo de Paiva	2.253	22,4
Espinho	3.176	48,6
Estarreja	- 511	- 2,4
Feira	16.745	37,7
Ílhavo	1.163	12,7
Mealhada	4.312	38,3
Murtosa	1.207	652,4
Oliveira de Azeméis	6.924	25,3
Oliveira do Bairro	4.358	39,2
Ovar	2.390	12,5
S. João da Madeira	- 285	- 26,6
Sever do Vouga	2.390	24,3
Vagos	2.191	16,4
Vale de Cambra	3.904	29,4
Distrito de Beja :		
Aljustrel	2.595	45,0
Almodôvar	2.748	32,8
Alvito	- 1.115	- 27,5
Barrancos	..	..
Beja	- 2.750	- 13,3

64 — Variação da população rural (continuação)
(1911-1940)

Distritos e concelhos	Variação	Percentagem de variação	Distritos e concelhos	Variação	Percentagem de variação
Distrito de Beja: (continuação)			Distrito de Évora:		
Castro Verde	2.593	37,7	Alandroal	3.365	40,1
Cuba	911	33,1	Arraiolos	1.077	11,3
Ferreira do Alentejo	3.647	61,5	Borba	- 1.279	- 18,3
Mértola	6.410	34,5	Estremoz	2.081	17,1
Moura	1.507	19,2	Évora	4.425	26,9
Odemira	16.118	74,3	Montemor-o-Novo	10.530	65,6
Ourique	5.030	45,5	Mora	1.193	18,5
Serpa	3.054	36,8	Mourão	675	32,9
Vidigueira	1.294	23,8	Portel	1.801	28,2
			Redondo	2.449	46,5
Distrito de Braga:			Reguengos de Monsaraz	2.721	36,3
Amares	1.925	14,6	Viana do Alentejo	932	61,8
Barcelos	13.393	29,1	Vila Viçosa	1.450	39,2
Braga	7.923	20,7			
Cabeceiras de Basto	1.711	9,8	Distrito de Faro:		
Celorico de Basto	2.324	11,0	Albufeira	1.517	15,2
Esposende	4.626	28,9	Alcoutim	1.828	21,5
Fafe	5.263	19,2	Aljezur	87	1,5
Guimarães	18.663	37,6	Alportel	- 1.255	- 10,5
Póvoa de Lanhoso	2.371	13,1	Castro Marim	786	9,2
Terras do Bouro	2.069	22,8	Faro	- 948	- 7,2
Vieira do Minho	1.968	13,1	Lagoa	1.055	10,3
Vila Nova de Famalicão	16.071	45,2	Lagos	470	5,2
Vila Verde	5.609	16,7	Loulé	6.565	17,4
			Monchique	2.304	18,1
Distrito de Bragança:			Olhão	1.134	9,2
Alfândega da Fé	550	5,9	Portimão	- 179	- 2,3
Bragança	1.806	7,0	Silves	4.187	16,3
Carrizada de Ansiães	985	7,2	Tavira	3.824	20,0
Freixo de Espada à Cinta	190	4,2	Vila do Bispo	152	2,6
Macedo de Cavaleiros	1.765	8,4	Vila Real de Santo António	376	6,1
Miranda do Douro	1.320	11,8			
Mirandela	4.264	22,0	Distrito da Guarda:		
Mogadouro	1.598	9,4	Aguiar da Beira	681	7,7
Torre de Moncorvo	2.450	18,0	Almeida	- 759	- 4,4
Vila Flor	991	9,6	Celorico da Beira	168	1,3
Vimioso	634	5,3	Figueira de Castelo Rodrigo	- 1.071	- 6,9
Vinhais	2.383	11,5	Fornos de Algodres	663	6,7
			Gouveia	912	4,1
Distrito de Castelo Branco:			Guarda	2.262	5,8
Belmonte	- 230	- 3,2	Manteigas	706	96,8
Castelo Branco	6.510	19,9	Meda	813	6,8
Covilhã	6.383	20,0	Pinhel	925	4,7
Fundão	3.899	10,8	Sabugal	4.377	13,4
Idanha-a-Nova	3.945	21,9	Scia	- 897	- 3,0
Oleiros	1.955	16,4	Trancoso	1.448	8,0
Penamacor	2.803	24,1	Vila Nova de Foz Côa	1.608	14,4
Proença-a-Nova	4.077	30,5			
Sertão	4.171	18,5	Distrito de Leiria:		
Vila de Rei	1.033	14,1	Alcobaça	8.561	28,2
Vila Velha de Ródão	35	1,2	Alvaiázere	2.317	18,8
			Ancião	3.252	23,4
Distrito de Coimbra:			Batalha	3.471	45,1
Arganil	- 536	- 2,5	Bombarral	1.271	12,9
Cantanhede	3.313	12,2	Caldas da Rainha	6.115	32,8
Coimbra	9.971	24,1	Castanheira de Pera	576	10,3
Condeixa-a-Nova	821	6,5	Figueiró dos Vinhos	1.521	14,9
Figueira da Foz	4.150	11,5	Leiria	16.135	38,3
Góis	- 283	- 2,3	Marinha Grande	54	0,8
Lousã	- 238	- 1,9	Nazaré	481	9,0
Mira	723	8,5	Óbidos	1.343	14,2
Miranda do Corvo	598	4,7	Pedrógão Grande	952	26,3
Montemor-o-Velho	3.403	11,2	Peniche	2.731	41,5
Oliveira do Hospital	878	3,2	Pombal	13.098	35,1
Pampilhosa da Serra	1.497	11,0	Porto de Mós	4.932	36,3
Penacova	1.325	7,5			
Penela	- 973	- 8,2	Distrito de Lisboa:		
Poiães	217	2,7	Alenquer	5.924	21,4
Soure	2.366	10,6	Arruda dos Vinhos	1.951	31,2
Tábua	- 203	- 1,2	Azambuja	3.095	29,5
			Cadaval	4.129	35,8
			Cascais	4.118	38,4

64 — Variação da população rural (continuação)
(1911-1940)

Distritos e concelhos	Variação	Percentagem de variação
Distrito de Lisboa: (continuação)		
Lisboa	..	..
Loures	3.783	16,9
Lourinhã	6.157	45,0
Mafra	569	2,1
Oeiras	- 683	- 5,3
Sintra	6.824	24,5
Sobral de Monte Agraço	1.300	22,0
Torres Vedras	8.061	20,7
Vila Franca de Xira	1.058	8,4
Distrito de Portalegre :		
Alter do Chão	992	31,2
Arrónches	- 995	- 19,8
Avis	1.350	17,9
Campo Maior	110	7,3
Castelo de Vide	1.292	58,4
Crato	- 239	- 3,4
Elvas	742	6,5
Fronteira	- 1.303	- 43,4
Gavião	2.685	35,7
Marvão	1.238	19,6
Monforte	1.743	29,1
Nisa	2.934	37,6
Ponte de Sor	4.745	54,2
Portalegre	2.456	21,5
Sousel	- 322	- 6,2
Distrito do Porto :		
Amarante	2.210	6,3
Baião	3.748	15,0
Felgueiras	4.814	19,9
Gondomar	17.804	54,7
Lousada	4.483	25,3
Maia	7.575	32,3
Marco de Canaveses	6.767	23,0
Matosinhos	8.583	49,4
Paços de Ferreira	4.659	33,7
Paredes	7.998	34,4
Penafiel	6.919	22,5
Porto	..	..
Póvoa de Varzim	4.275	32,9
Santo Tirso	16.162	55,5
Valongo	6.908	65,1
Vila do Conde	5.587	23,3
Vila Nova de Gaia	15.875	25,4
Distrito de Santarém :		
Abrantes	6.883	26,1
Alcanena	2.629	34,3
Almeirim	749	16,1
Alpiarça	107	12,2
Benavente	2.099	12,0
Cartaxo	1.067	12,0
Chamusca	3.477	44,8
Constância	14	0,4
Coruche	7.065	53,8
Ferreira do Zêzere	1.698	11,4
Golegã	- 1.787	- 47,3
Mação	4.037	25,2
Rio Maior	1.332	10,4
Salvaterra de Magos	2.496	62,5
Santarém	3.719	9,4
Sardoal	774	12,6
Tomar	5.415	18,2
Torres Novas	- 1.311	- 4,7
Vila Nova de Barquinha	2.631	53,1
Vila Nova de Ourém	11.236	39,0
Distrito de Setúbal :		
Alcácer do Sal	6.708	81,2
Alcochete	301	9,9
Almada	3.779	28,3

Distritos e concelhos	Variação	Percentagem de variação
Distrito de Setúbal: (continuação)		
Barreiro	1.780	41,4
Grândola	4.253	41,5
Moita	5.382	133,0
Montijo	2.586	72,5
Palmela	6.514	60,3
Santiago do Cacém	12.565	77,4
Seixal	3.480	61,0
Sesimbra	1.764	36,3
Setúbal	3.675	41,2
Sines	801	41,0
Distrito de Viana do Castelo :		
Arcos de Valdevez	3.959	12,0
Caminha	1.016	8,0
Melgaço	1.208	7,5
Monção	- 1.486	- 5,6
Paredes de Coura	1.739	12,8
Ponte da Barca	1.959	15,1
Ponte do Lima	5.683	17,6
Valença	1.580	11,9
Viana do Castelo	9.338	23,3
Vila Nova da Cerveira	1.121	11,5
Distrito de Vila Real :		
Alijó	2.767	13,8
Boticas	1.099	10,3
Chaves	6.578	20,5
Mesão Frio	831	11,4
Mondim de Basto	1.582	20,0
Montalegre	2.524	11,6
Murça	1.553	20,9
Peso da Régua	2	0
Ribeira de Pena	2.271	22,1
Sabrosa	1.006	8,1
Santa Marta de Penaguião	3.244	28,9
Valpaços	4.190	16,6
Vila Pouca de Aguiar	2.810	16,1
Vila Real	4.466	14,7
Distrito de Viseu :		
Armamar	863	7,6
Carregal do Sal	994	7,3
Castro Daire	2.136	9,5
Cinfães	3.166	11,7
Lamego	230	0,9
Mangualde	- 836	- 3,7
Moimenta da Beira	183	1,3
Mortágua	1.921	20,9
Nelas	- 521	- 3,8
Oliveira de Frades	889	9,1
Penalva do Castelo	156	1,1
Penedono	- 112	- 1,7
Resende	2.272	11,2
Santa Comba Dão	1.319	11,0
S. João da Pesqueira	- 1.180	- 9,1
S. Pedro do Sul	1.706	7,8
Sátão	1.447	10,5
Sernancelhe	- 324	- 3,0
Tabuaço	608	6,4
Tarouca	752	7,6
Tondela	6.779	21,7
Vila Nova de Paiva	1.193	17,9
Viseu	6.969	14,7
Vouzela	1.403	9,7
Distrito de Angra do Heroísmo :		
Angra do Heroísmo	3.985	17,5
Calheta	611	8,9
Praia da Vitória	- 483	- 3,6
Santa Cruz da Graciosa	1.257	16,2
Velas	835	11,3

64 — Variação da população rural (continuação)
(1911-1940)

Distritos e concelhos	Variação	Percentagem de variação
Distrito da Horta :		
Corvo	- 57	- 7,7
Horta	26	0,2
Lajes das Flores	- 248	- 6,2
Lajes do Pico	- 141	- 1,7
Madalena	- 2.052	- 26,7
Santa Cruz das Flores	395	12,2
S. Roque do Pico	- 439	- 7,6
Distrito de Ponta Delgada :		
Lagoa	447	20,9
Nordeste	1.899	21,6
Ponta Delgada	- 5.274	- 22,6
Povoação	2.479	29,1
Ribeira Grande	- 4.302	- 25,8
Vila Franca do Campo	911	28,7
Vila do Porto	1.760	28,1
Distrito do Funchal :		
Calheta	3.833	22,0
Câmara de Lobos	5.175	37,2
Funchal	8.409	35,2
Machico	1.847	26,1
Ponta do Sol	1.728	13,1
Porto Moniz	1.781	40,6
Porto Santo	519	23,8
Ribeira Brava	8.771	82,7
Santa Cruz	6.077	30,4
Santana	1.985	26,1
S. Vicente	2.088	62,3

Não nos oferecem surpresa de maior e, também importa dizê-lo, não são de tanta monta que inutilizem as conclusões a tirar. Os erros, mesmo os maiores que iremos surpreender, pesam pouco no conjunto e serão sem dúvida compensados por outros em sentido contrário, menos visíveis, mas talvez não menos poderosos. É o caso já exposto das grandes povoações do Alentejo.

Houve sete concelhos no País que aumentaram mais de 70 % a sua população rural. Dois deles (Murtosa e Manteigas) eram ao norte do Tejo, enquanto os cinco restantes eram todos ao sul (Moita, Montijo, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Odemira).

A Murtosa, situou-se a grande distância de todos os outros. O aumento da sua população rural atinge a percentagem extraordinária de 652 %.

Cabe neste lugar a referência, prometida atrás, a esse concelho que tantas vezes foi citado no decorrer deste relatório. Centro piscatório de origens remotíssimas, a Murtosa viveu durante séculos só para a vida do mar. A sua população muito numerosa quase não olhava para a terra, aglomerando-se em grandes povoações separadas pelos areais e em que o isolamento do resto do País chegou a criar uma forma dialectal característica. Porém, nas últimas décadas, o molicho que foi o derivativo natural da pesca primitiva e que primeiro era levado pelos Murtoseiros para as terras distantes da ria, passou também a encontrar aplicação nos areais desaproveitados que a natureza dilatara. E então, mercê da alga e do homem, a areia foi-se transformando em terra e o Murtoseiro passou a ser também lavrador, hortelão e criador de gado. Esta transformação traduziu-se demograficamente pelos sintomas que vieram sendo reconhecidos: pequeno

aumento populacional, diminuição de concentração e aumento de população agrícola.

Os seguintes números dos habitantes das freguesias piscatórias e agrícolas do concelho fundamentam bem o diagnóstico:

Freguesias piscatórias	1911	1940	Diferença
Murtosa e Torreira	8.792	7.919	- 873
Freguesias agrícolas			
Bunheiro e Monte	3.925	5.705	1.780

Em Manteigas, com 97 % de aumento, descobre-se o progresso de ocupação e aproveitamento agrícola da Serra da Estrela.

Nos cinco concelhos transtaganos é reconhecidamente o prosseguimento da colonização interna. A fracção sertaneja do concelho de Montijo, os concelhos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Odemira, assentam em grande parte sobre a faixa pliocénica que o passado nos deixou quase intacta nas possibilidades agrícolas escondidas sob as suas areias desoladoras. É aí que cresce sobretudo a população da terra em Portugal, tanto pela que lá nasce e lá fica, como pela outra que se lhe junta ida das províncias do Norte.

Na Moita, e na fracção do concelho do Montijo, ribeirinha do Tejo, apesar da situação que lhes foi reconhecida de suburbanos de Lisboa, a divisão da propriedade agrícola e a prosperidade das culturas hortícolas pressentem-se como razões do aumento da gente dos campos, embora sem excluir a concorrência de outras razões conducentes à disseminação do povoamento.

Os concelhos que aumentaram a sua população dita rural, entre 40 e 69 %, foram vinte e oito em todo o País, dos quais seis eram na metade Norte do País, definida pelo paralelo de Melriça, e três entre esse paralelo e o Tejo. Todos os outros situavam-se ao sul do Tejo, mas nenhum no Algarve.

Os seis primeiros eram os de Matosinhos, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Valongo, Gondomar e Espinho, todos eles só muito duvidosamente é que teriam tido um aumento verdadeiro de população rural. Suburbanos do Porto como Matosinhos, Valongo e Gondomar, urbanos como Espinho ou muito industrializados como Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso, todos densamente povoados, pertencentes a uma região aonde desde há séculos se aproveitam para a agricultura todas as nesgas de chão, não deve ter-se como provável que eles pudessem registar agora aumento de população rural, e, para mais, em tal grau.

Foi o aumento das pequenas povoações e a multiplicação das casas pelos campos, consequente dum acréscimo populacional, que não pode explicar-se pela agricultura mas tão somente pelo desenvolvimento notável da indústria da região. Numa área limitada em que o povoamento quase não encontra solução de continuidade, a dispersão ou a pequena aglomeração revestem um significado demográfico muito diverso do que teriam em condições normais. As distâncias são sempre pequenas e por isso a fábrica escusa de se localizar numa povoação para encontrar operários e estes para irem até lá não têm que abandonar o local aonde nasceram e aonde os pais ou os irmãos continuam a trabalhar a terra. A esses operários acrescentam-se os outros que vieram de mais longe e que, como eles, ficaram ali mercê de

fábricas que lhes dão trabalho, os empregados administrativos, os comerciantes chamados pela possibilidade de negócios e, enfim, todos os mais que lá são precisos ou encontram aplicação. Assim a terra, o seu trabalho e a sua produção foram estranhos a esse aumento demográfico devido à gente que lá ficou ou que para lá foi, mais para a diminuir como tal na sua superfície agrariamente útil, do que para a valorizar sob esse aspecto.

Reconhecemos deste modo como o critério da classificação das populações nos deu nestes concelhos o resultado caprichoso de fazer aparecer como incremento de ruralismo um sintoma tão diverso.

Nos três concelhos entre o paralelo da Melriça e o Tejo (Batalha, Peniche e Lourinhã) já a indicação deve corresponder à realidade. O primeiro e o último são concelhos caracteristicamente rurais e o de Peniche, pelo grau de concentração que atingia, não oferece dúvidas quanto ao sentido da diferença acusada.

Dos dezanove ao sul do Tejo, quinze constituíam uma enorme mancha contínua, que coincidia de modo impressionante com a faixa pliocénica já referida, enquadrando os outros concelhos de ainda maior ruralização.

Dos quatro restantes, um está isolado na fronteira (Castelo de Vide) e três (Redondo, Alandroal e Vila Viçosa) estão agrupados também numa zona fronteiriça assente num retalho silúrico.

Os concelhos que aumentaram a sua população rural entre 20 e 39 % eram setenta e sete, sendo quarenta e três na metade Norte e trinta e quatro na do Sul. Estes números não exprimem a sua proporção, que só aparece quando se considera o número de concelhos das duas metades do País.

Os concelhos nessa situação comportam grandes distinções. O grupo maior, que enquadra os seis concelhos nortenhos de percentagem superior de aumento que foram objecto do nosso comentário, abrange todos os outros concelhos mais prósperos do Minho e do Douro e Beira litorais, até Sever do Vouga. Podemos aplicar-lhes as mesmas considerações que foram feitas para aqueles seis. São o seu prolongamento geográfico e incluem-se no mesmo condicionalismo demo-económico que foi exposto. A imperfeição do critério torna a evidenciar-se na deturpação dos sintomas que acusa.

Além desse grupo, existem mais outros cinco, a saber:

- o extremado pelos concelhos de Aveiro, Coimbra e Tondela;
- o dos quatro concelhos de Ribeira de Pena, Mondim de Basto, Vila Real e Santa Marta de Penaguião, que marcam o curso superior do Tâmega e o vale do Corgo;
- o dos dois de Murça e Mirandela;
- o que abrange os concelhos de Pombal, Ancião, Vila Nova de Ourém, ligando-se ao da Batalha e a outros concelhos da metade Sul;
- o de Penamacor e da Idanha-a-Nova.

Os concelhos de Pombal, Ancião, Vila Nova de Ourém e Proença-a-Nova, embora ainda incluídos na metade Norte, já pertencem à zona de intensa ruralização da metade Sul.

Os concelhos isolados, eram os de Terras do Bouro, Chaves, Covilhã e Pedrógão Grande.

De todos esses concelhos, só o da Covilhã e alguns do primeiro grupo, exigem certas limitações na intensidade do acrescentamento da população rural, denunciadas pelas percentagens. É muito provável que, nesses casos, a disseminação das indústrias ou simplesmente dos operários pelas áreas rurais tenha engrossado, à margem da agricultura e por motivos estranhos a ela, a população das mesmas áreas. Nos restantes não há lugar para dúvidas, pois à falta de motivos que contestam a situação revelada pelas diferenças, acrescentam-se as características especiais das regiões, para a fazerem acreditar. Com efeito, desde as Terras do Bouro até à Idanha-a-Nova, a escassez do povoamento, a feracidade, ou a pequena, ou pelo menos incompleta, exploração do solo, justificam a existência de mais gente na labuta dos campos.

Os trinta e quatro concelhos da metade Sul constituem todos, salvo os de Cascais e Sintra, que ficam separados, uma única mancha, conjuntamente com os concelhos de maior ruralização, desde Leiria e Mação até Tavira, no litoral algarvio, e desde a costa atlântica até à fronteira de Espanha, uma e outra atingidas em larga frente.

À parte os concelhos de Sintra, Cascais, Almada e Sesimbra, aonde o aumento da população dos campos em vez de ruralismo apenas significa o desenvolvimento crescente dessa zona de vilegiatura suburbana em que as vivendas e quintas de recreio tomam cada vez mais o lugar das explorações agrícolas propriamente ditas, o crescimento da população rural foi por toda a extensão desses concelhos um facto real e incontroverso.

Num ponto ou noutro é possível que outros motivos tivessem concorrido com a agricultura na fixação de mais gente na terra, mas a verdade é que aquela devia ter sido de longe a razão fundamental, quando não fosse a exclusiva.

Os concelhos que aumentaram em menos de 20 % a sua população rural, eram ao todo cento e trinta e cinco, dos quais noventa e cinco eram ao Norte a generalidade que envolvia os restantes e trinta e cinco constituíam ao Sul áreas enquadradas pelos concelhos de maior aumento. Não interessa descrevê-los por constituírem o caso mais frequente e por isso mesmo normal. Eram, por diferença de quatro, metade de todos os concelhos do continente.

Só resta considerar, por último, os concelhos que de 1911 para 1940 diminuíram a sua população rural.

Dos vinte e cinco que aparecem nessas condições só catorze é que acusam uma diminuição real. Nos outros onze, que vinham a ser os de Monção, Estarreja, S. João da Madeira, Mangualde, Nelas, Lousã, Crato, Fronteira, Sousel, Borba, Alvito e Beja, a diminuição foi apenas aparente, simples consequência de, em virtude do critério seguido, se ter deixado de contar como rural a população de aglomerados que entretanto atingiram o limite dos dois mil habitantes. Só no concelho de Beja foram quatro os aglomerados em que isso aconteceu e que bastam para ilidir as responsabilidades que facilmente se poderiam atribuir à cidade.

Os que diminuíram de facto a população rural foram os de Penedono, Sernancelhe, Figueira de Castelo Rodrigo, Arganil, Góis, Penela, Belmonte, Oeiras, Portimão, Alportel e Faro.

A diversidade do seu carácter e da localização geográfica mostra a diversidade dos motivos que em cada caso determinaram a diminuição. O cartograma n.º 18 de variação de população entre 1911 e 1940, esclarece a situação particular de cada

um desses concelhos. Os de Figueira de Castelo Rodrigo, Arganil, Góis, Penela e Aljustrel, contam-se entre aqueles que nesse espaço de 29 anos diminuíram de população. Os de Penedono e Sernancelhe estavam entre os que acusaram aumentos mínimos inferiores a 5 % e eram justamente os que acompanhavam e excediam o de Figueira de Castelo Rodrigo, na diminuição de população entre 1891 e 1940.

Ao contrário, o de Oeiras era um dos quatro que no continente registara um acréscimo populacional superior a 100 % e os de Belmonte, Portimão e Faro, pertenciam ao número dos que aumentaram entre 25 e 49 %.

Temos assim, claramente, que nos primeiros cinco concelhos a diminuição da gente dos campos se relacionou com a despopulação das áreas serranas e pobres que lhes dizem respeito; que em Penedono e Sernancelhe teve directa ligação com o pequeno ou quase nulo desenvolvimento populacional também determinado pela adversidade do meio geográfico; mas que nos quatro últimos concelhos ele foi apenas um efeito de concentração dos centros urbanos respectivos.

Resta-nos considerar os concelhos insulares cujas diferenças também constam do quadro n.º 64.

A ilha da Madeira avantajou-se muito a todas as outras no aumento da população rural, conforme já podia inferir-se da posição do distrito do Funchal. Dos seus dez concelhos, houve um, o da Ribeira Brava, com um aumento de 82,7 %, dois, Porto Moniz e S. Vicente, com acréscimo superior a 40 % e só o da Ponta do Sol acusou um progresso inferior a 20 %.

O concelho do Porto Santo acamaradou com a maior parte dos da ilha vizinha na classe dos 20 a 39 %.

Nos Açores, a situação era muito diversa. Não houve em todas as suas ilhas um único concelho que atingisse 40 % de aumento. Só cinco concelhos, os de Lagoa, Nordeste, Povoação, Vila Franca do Campo e Vila do Porto, é que lograram exceder os 20 %. Todos eles pertenciam ao distrito de Ponta Delgada, constituindo o sudeste da Ilha de S. Miguel e a Ilha de Santa Maria, que à data do último recenseamento ainda não podia prever o destino que a esperava, de assento de um dos maiores aeroportos do mundo.

Os concelhos de Ponta Delgada e de Ribeira Grande foram os únicos do distrito que viram diminuída a sua população rural, mas pelo motivo evidente da concentração das sedes: por um lado tivemos ensejo de referir o urbanismo da cidade de Ponta Delgada; e por outro a vila de Ribeira Grande subiu de 5.959 habitantes em 1911 para 7.153 em 1940.

Nas outras ilhas, a situação corresponde à indicada de início para os dois distritos a que pertencem. De doze concelhos, seis tiveram aumentos mínimos inferiores a 20 % e seis diminuíram a população rural.

A estes últimos, porém, há a abater dois, os da Praia da Vitória e Madalena, cuja diminuição de população rural foi aparente, devendo-se à circunstância dos aglomerados respectivos terem atingido os dois mil habitantes.

Os quatro com diminuição real foram os do Corvo, Lajes das Flores, Lajes do Pico e S. Roque do Pico. Foram eles, juntamente com o da Madalena, os concelhos açorianos que nos 29 anos diminuíram a sua população global.

Capítulo V

Centro da população

A síntese do estado da distribuição da população no País e das modificações ou tendências reveladas por essa distribuição, é-nos dada pelo centro da população.

Têm sido muito variadas as opiniões emitidas pelos técnicos acerca do conceito e emprego dessa medida que nunca foi aplicada em Portugal ⁽¹⁾.

Todos, porém, são concordes acerca da sua utilidade não sòmente como valor teórico, mas também como averiguação de grande alcance prático para o estudo e solução de muitos assuntos de interesse geral ⁽²⁾.

Neste trabalho adoptaram-se o conceito e o método de determinação utilizados no Censo Americano de 1930. Entendeu-se como centro da população o centro de gravidade desta, na hipótese do território do País ser considerado um plano rígido, raso e imponderável em que apenas se encontrasse a população para o caso constituída por indivíduos todos do mesmo peso.

Para a determinação utilizaram-se as fórmulas:

$$\text{Para a distância à perpendicular: } \Phi = \frac{\sum q_i p_i}{\sum p_i}$$

$$\text{Para a distância à meridiana: } \Lambda = \frac{\sum h_i p_i}{\sum p_i}$$

em que p_i , q_i e h_i significam, respectivamente, a população e as distâncias à perpendicular e à meridiana escolhidas, das sedes de cada um dos concelhos do País, nas quais por abstracção se supuseram concentrados todos os seus habitantes.

Mediram-se distâncias lineares em virtude dos limites do território não comportarem uma influência sensível da forma elipsoidal da Terra.

O ponto de origem das coordenadas foi o da cidade de Coimbra, por se considerar a cidade mais próxima da provável localização do centro procurado.

Dentro do critério seguido neste trabalho, o cálculo do centro da população foi feito para cada um dos seis censos compreendidos no meio século 1890-1940:

As localizações respectivas compreendidas constam das cartas 26 e 27. A primeira destina-se apenas a mostrar aonde fica no País a região do centro da população. Conforme o que podia prever-se ela situa-se junto a Coimbra, nos concelhos de Penela e Miranda do Corvo, a noroeste do Centro geográfico do País.

As variações sofridas desde 1890 até 1940, apesar de sensíveis e expressivas, são pequenas para exceder o ambiente da região assim determinada. De resto durante esses cinquenta anos o estado da distribuição da população portuguesa não sofreu qualquer modificação essencial.

A representação gráfica forma duas linhas quase rectas e paralelas. A primeira, mais a sudoeste, é constituída pela ligação dos centros de população nos diversos censos, incluindo as cidades de Lisboa e Porto. A segunda é a ligação dos centros calculados sem a população daquelas cidades, que detêm uma quota parte importante ⁽³⁾ da população do País num mínimo de superfície e que, como tais, influem particularmente para o efeito.

Essa influência muito apreciável, conforme se verifica, é, contudo, atenuada pelos factos de tanto uma como outra dessas cidades se encontrarem junto do litoral na zona do País aonde a população mais se adensa; de as duas se encontrarem longe dos extremos norte e sul do território; e de Lisboa, que é muito maior em população do que o Porto e tem tido um ritmo de crescimento muito superior ao desta última cidade, estar situada mais ao sul, justamente na direcção em que se vem verificando o progresso do nosso povoamento. Porque Lisboa tem uma população múltipla da do Porto e porque as duas cidades estão situadas no litoral a ocidente, não pode estranhar-se que pela exclusão do seu peso demográfico, o centro da população se desloque para norte e para leste.

As localizações obtidas, denunciando a acumulação humana ao norte e ao ocidente do País, apenas vêm confirmar quanto se observou e foi dito a propósito da proporção que mantêm entre si os habitantes das diversas regiões.

A medida de distribuição demográfica através do centro da população é-nos dada pelas distâncias deste ao centro geográfico do País, que fica na serra de Melriça (39° 40' de latitude N. e 8° 7' 54" W.G.). As distâncias extremas e médias, em metros,

(1) Metron — Revista Internacional de Estatística, vol. XI, fascs. 1 e 2.

(2) Metron — Revista Internacional de Estatística, vol. XI, fasc. 2, págs. 14 e seguintes.

(3) Em 1890 Lisboa e Porto constituíam 9,6 da população do continente. Em 1940 as duas cidades já atingiam 13,5 do mesmo total.

dos dois centros da população considerados ao centro geográfico, são as seguintes:

Global:

à meridiana	máxima	18.511
	média	14.522
	mínima	10.532

à perpendicular	máxima	55.141
	média	47.042
	mínima	38.942

Excluindo Lisboa e Porto:

à meridiana	máxima	9.651
	média	6.796
	mínima	3.941

à perpendicular	máxima	62.851
	média	56.147
	mínima	49.442

São as distâncias médias que preferem às outras, como medida. Nelas está patente o desequilíbrio populacional a favor do quadrante Noroeste, que mesmo tendo em conta o comprimento e a largura do País, é maior para norte do que para oeste.

E isto tanto para o centro da população global como para o centro achado com a exclusão de Lisboa e Porto. Neste último o desequilíbrio é muito menor para oeste, mas maior para o norte.

Porém, o grande interesse do centro da população está no exame das suas mudanças através do tempo e esse, como é óbvio, só pode ser feito na segunda carta.

Vamos fazê-lo, considerando primeiro o centro de toda a população do continente, e depois o mesmo centro, excluindo as cidades de Lisboa e Porto.

Em 1890 o centro da população aparecia no ponto assinalado no cartograma n.º 26 (–16.468 à M. e 5.059 à P.). No censo seguinte situava-se a –14.939 da M. e a 8.569 da P., ou seja 3.510 metros ao sul e 1.529 metros a oeste.

Em 1911 estava em 4.466 metros ao sul e 1.923 a oeste. A descida para o sul foi sensivelmente maior, mas o desvio para oeste atenuou-se.

Nos nove anos entre 1911 e 1920, o centro deslocou-se para –18.940 à M. e 6.898 à P. Foram mais 3.661 metros para o sul e 2.173 para oeste. As características dessa deslocação foram opostas à do intervalo anterior: menor descida na direcção sul e maior inclinação a oeste, que foi a máxima registada nos cinco períodos.

No decénio 21-30 acentua-se de novo a marcha para o sul com 4.422 metros. No sentido oeste a deslocação foi de 1.611 metros. Finalmente no último período dir-se-ia ter parado o processo do nosso povoamento interno. Ao passo que a inclinação para oeste, sintoma de maior desequilíbrio, ainda se exprimiu por 743, a descida para os planos meridionais infrapovoados cifrou-se apenas em 140 metros.

Tal foi o caminho do centro da população global do continente desde 1890 a 1940.

Vejamos agora o caminho seguido entre os mesmos anos pelo centro da população do continente, descontada a das cidades de Lisboa e Porto.

Apesar de atenuados nas condições expostas, os afastamentos entre os caminhos dos dois centros são muito significativos.

Essas diferenças constam do quadro seguinte, ilustradas com as percentagens que medem as suas proporções.

65 — Diferenças entre o centro da população global e o centro da população excluindo Lisboa e Porto

Intervalos	Direcção norte-sul		Direcção leste-oeste	
		%		%
1891-1900	– 593	16,5	– 511	33,4
1901-1911	– 660	14,8	– 513	26,7
1911-1920	– 835	22,8	– 482	22,2
1921-1930	– 562	12,7	– 404	23,1
1931-1940	– 913	673,6	– 359	48,3
1891-1940	– 3.593	22,2	– 2.269	28,4

Pelas razões óbvias e já expostas o centro da população obtido sem as duas cidades ficou sempre menos ao sul e menos a oeste do que o centro da população global. Na direcção sul e nos quatro primeiros períodos a diferença oscilou entre o máximo de 22,8 % no terceiro e o mínimo de 12,7 % no quarto. O quinto período está fora de toda e qualquer comparação com os restantes. Em vez de um avanço para o sul, por mínimo que fosse, o centro demográfico com exclusão das cidades, subiu decididamente para o norte com referência à posição que ele próprio ocupava em 1930. A subida foi de cerca de sete vezes a descida do centro da população global entre os mesmos anos.

Na direcção leste as diferenças entre os deslocamentos dos dois centros diminuíram gradualmente do primeiro até ao quinto período, para aumentarem nos dois restantes, sobretudo no último (48,3 %).

Considerando o conjunto dos cinquenta anos verifica-se que a diferença entre os deslocamentos foi de –22 % na direcção sul e de 28,4 % na direcção oeste, para o centro da população global.

Em 1890 o centro demográfico excluindo Lisboa e Porto estava a 7.710 metros ao norte e 6.591 metros a leste do centro da população global. Em 1940 essas distâncias eram, respectivamente, de 11.303 e 8.860 metros.

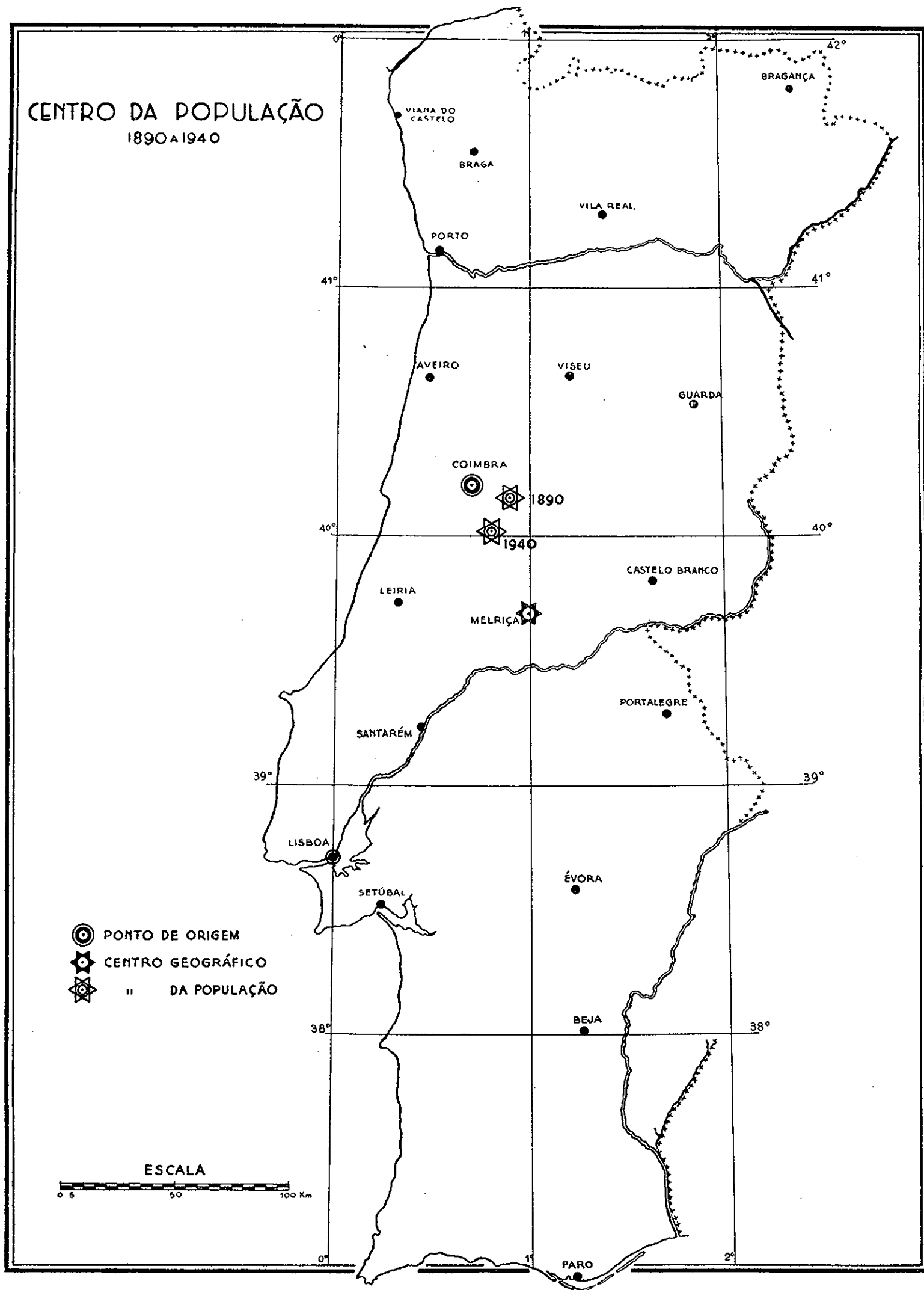
Os deslocamentos do centro da população e dos afastamentos resultantes da inclusão ou exclusão das cidades de Lisboa e Porto, dão-nos as tendências da distribuição da população do País no último meio século. Vêm a ser duas, diversas na intensidade, desiguais na constância e opostas no significado.

A primeira, menos intensa mas constante ao longo dos cinco períodos, é para oeste. É a tendência para um ainda maior desequilíbrio demográfico entre o litoral atlântico e as regiões do interior. Lisboa e Porto, especialmente a primeira, concorrem em muito para isso, mas, como se verificou mais atrás, estão longe de ser as únicas responsáveis. O facto reveste assim carácter geral e isso mesmo acrescenta a sua gravidade. Só falta

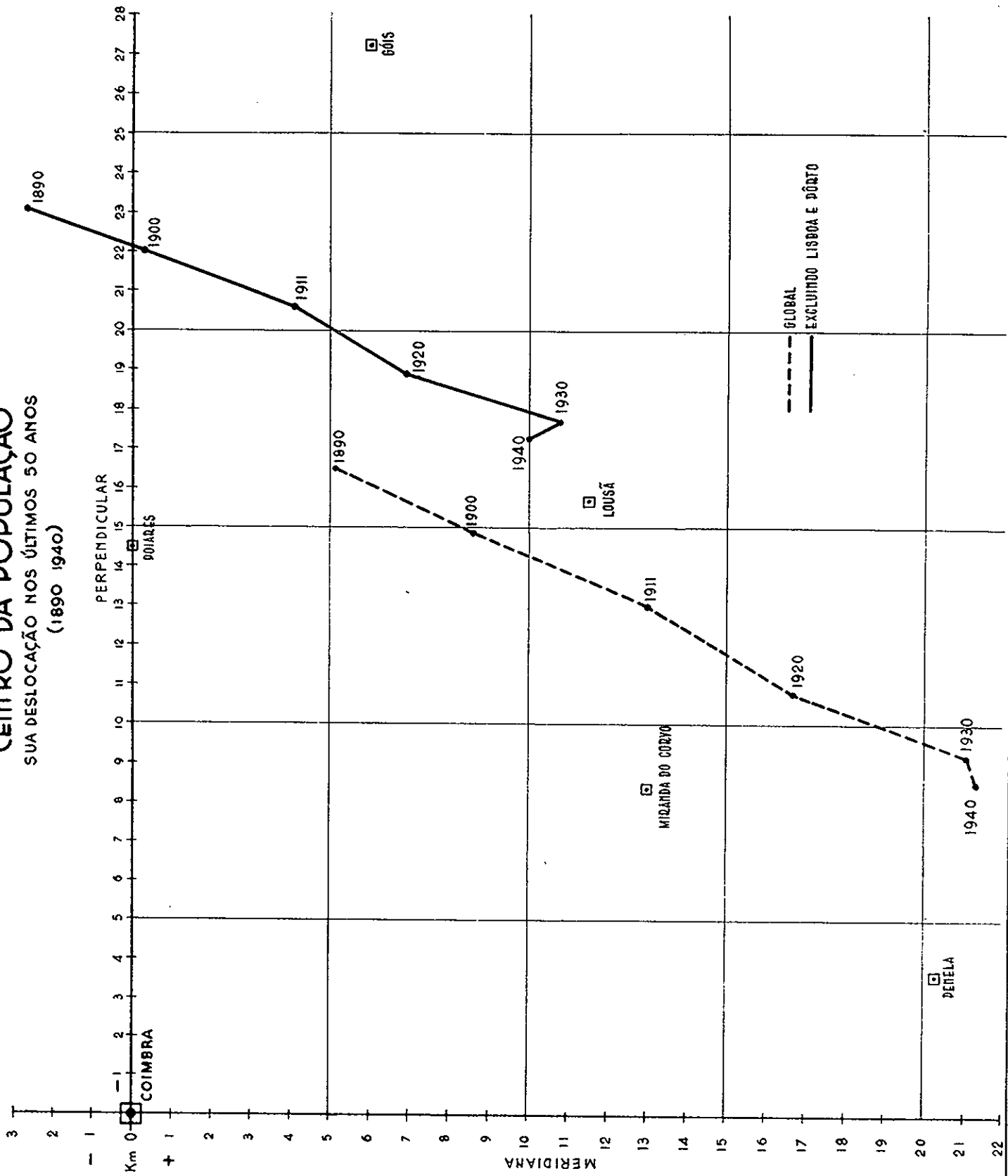
CENTRO DA POPULAÇÃO 1890 A 1940

- ⊙ PONTO DE ORIGEM
- ⊛ CENTRO GEOGRÁFICO
- ⊛ " DA POPULAÇÃO

ESCALA
0 5 50 100 Km



CENTRO DA POPULAÇÃO SUA DESLOCAÇÃO NOS ÚLTIMOS 50 ANOS (1890 1940)



anotar que a intensidade da tendência em cada período acusa um paralelismo visível com as circunstâncias da demografia e da vida geral do País. Sobretudo quanto aos desvios máximo e mínimo (terceiro e quinto períodos) a correspondência com as características dos períodos respectivos é impressiva.

A segunda, muito mais intensa que a anterior e também muito mais variável, é para o sul. É a tendência que desde sempre caracterizou o nosso povoamento interno e favorece a melhor distribuição da grei no território. Ela integra-se no movimento lento, semelhante a outros de um passado mais remoto, que os barões de *Antre Douro e Minho* iniciaram ao talhar nesta faixa da península os limites do nosso Reino. Marcha de séculos, talvez apenas interrompida quando os Portugueses, por terem chegado para o mundo, faltaram na própria terra. Mas mesmo nessa altura ainda se arranjou no negro de África um substituto, bem

infeliz por sinal, do homem do norte que não podia ir alargar a arroteia dos campos do Alentejo.

Esse ancestral, típico e lógico movimento para o sul variou muito, já o dissemos, nos cinco últimos intervalos censuários. Foi máximo entre 1900 e 1911 e mínimo entre 1930 e 1940. O primeiro está certo, mas o segundo parece o capricho da demografia a desafiar a lógica de todos os raciocínios. Parece mas não é. O progresso reduzido do último decénio, que, como vimos, se transformou em retrocesso, com a exclusão de Lisboa e Porto, só pode ser a consequência imprevista da profundíssima revolução que a época presente assinala na vida do País: — é a gente que não emigrou e pôde ficar nas suas terras nortenhas mercê das novas fontes de riqueza criadas, lá mesmo aonde mais seriam de esperar o desemprego e a miséria como consequência duma saturação demográfica por tantos afirmada.

Conclusão

No termo deste estudo ocorrem-nos as seguintes palavras que o ilustre economista Ezequiel de Campos escreveu no epílogo de um dos seus livros mais recentes:

«Ao lado da sua vida multiseccular, em todas as crises, menos na de Alcácer-Quibir, Portugal andou com sorte, e delas se desembaraçou. Mas apenas soube, com mais ou menos demora e complexidade, resolver o problema financeiro. Jamais corrigiu o seu trabalho para o equilíbrio com os recursos nacionais. Em todas o estrangeiro resolveu o nosso abastecimento e a nossa migração pagou-o».

Agora, não foi assim.

Vai para vinte anos que Portugal resolveu mais uma das grandes crises da sua história e ninguém pode dizer que tivesse contado, para isso, o abastecimento do estrangeiro ou o tributo, sempre doloroso, do exílio da nossa gente.

Não, de modo nenhum, antes pelo contrário.

Mas, nem por isso, o problema demográfico deixa de existir em Portugal.

As possibilidades do investimento humano no Sul aparecem, nas condições actuais, naturalmente limitadas. A menos que a indústria por lá rompa horizontes novos à colocação de gente, e isso não se improvisa nem se consegue em pouco tempo, a agricultura não pode ir muito longe no emprego de novos braços. Quando todos os concelhos ao Sul do Tejo, dos distritos de Santarém, Portalegre, Setúbal, Évora e Beja, que têm menos de 60 habitantes por quilómetro quadrado, tivessem atingido essa densidade, ter-se-ia conseguido um limite elevado de povoamento agrícola e colocado apenas um escasso milhão de pessoas. Seria apenas o saldo líquido de um decénio...

Por outro lado a saturação demográfica do Noroeste ainda não chegou mas pode precipitar-se de um momento para o outro. A zona de grande densidade do Minho e do Douro litoral, vive e mantém-se através dum desenvolvimento industrial que, em grande parte, tem bases económicas precárias.

Há que ter em conta essas circunstâncias com a serenidade e a visão compatíveis com os melhores interesses do País. A revisão das indústrias, tanto na sua natureza como no aperfeiçoamento técnico, na organização e até na localização das que devam merecer a preferência do nosso trabalho, é tarefa essencial e inadiável desta hora portuguesa. Pretender assegurar a manutenção de algumas das nossas indústrias de hoje, seria tão ilógico e difícil como querer dispensar o concurso do trabalho industrial para a sustentação e elevação do nível de vida da nossa gente.

Simultaneamente há que considerar o Império Colonial e menos como recurso do que como finalidade do viver colectivo. Será tarefa urgente do Governo da Nação promover, por lá, na planificação do seu aproveitamento económico, e por cá, na formação de gerações de colonos esclarecidos bem à altura do seu papel, a integração desses territórios vastíssimos no âmbito duma política demográfica nacional.

A emigração para o Brasil e para a América do Norte, não poderia dispensar-se. A do Brasil tem por ela um mandato histórico preciso e as duas fundamentam-se em razões do maior interesse nacional que não são indiferentes aos destinos do mundo. Haveria simplesmente que condicionar uma e outra, nos contingentes, no destino e sobretudo na preparação ou educação dos emigráveis.

O que se obteve nas últimas duas décadas, nos domínios do emprego e da sustentação de portugueses em Portugal, foi imenso e não pode esconder-se ou diminuir-se. No entanto, não chega de modo nenhum para as nossas necessidades e obrigações.

Para além do momento actual, para além mesmo do próximo futuro, temos que olhar ao longe para o indefinido dos séculos vindouros. É por eles que Portugal tem que viver na permanência histórica da sua alta missão de humanidade para a qual todos os portugueses por mais que sejam, nunca serão de mais.

TRADUCTIONS

Introduction

Le présent rapport constitue sans doute la première démonstration visible de l'activité des services du Recensement, depuis qu'ils constituent une Section intégrée, de manière permanente, à l'Institut National de Statistique.

Il est certain que tous les recensements généraux précédents, celui de 1864 aussi bien que ceux qui l'ont suivi ensuite, de dix en dix ans à partir de 1890, présentaient sous forme de rapport les considérations suggérées par l'observation des résultats obtenus.

Mais en aucun cas les questions traitées n'atteignent le développement que l'on pourrait désirer, si l'on tient compte de ce que les services chargés de n'importe quelle enquête statistique se trouvent dans une situation nettement avantageuse pour apprécier les résultats recueillis. Et ce n'est certainement pas le désir de pousser plus loin l'analyse du mouvement démographique dont ils avaient dirigé l'observation qui a manqué aux auteurs de ces rapports, comme par exemple António Eduardo Villaça, Chef du Bureau des Statistiques en 1890.

Mais c'est la propre organisation des services qui ne le permettait pas. En effet, on avait bien coutume d'élargir momentanément le cadre du personnel de l'organisme officiel chargé de réaliser le recensement; mais la publication des derniers nombres calculés coïncidait avec le renvoi des derniers employés provisoirement engagés, après quoi toute la documentation était classée dans les archives. Manquant de l'aide indispensable pour la récapitulation des données, occupé par ailleurs à la résolution d'autres questions, personne ne pouvait se risquer à entreprendre une tâche aussi absorbante.

Le même fait se serait produit pour le recensement de 1940 si le décret-loi n.º 33.275, du 24 Novembre 1943 n'avait pas conféré un caractère permanent à la Section du Recensement, créée en 15 Mai 1940 à titre provisoire.

C'est l'existence de cette Section, constituée par un nombre extrêmement réduit de fonctionnaires qui a rendu possible la présentation de ce rapport quelques mois seulement après la publication du 23^e volume contenant les résultats numériques du recensement.

Mais d'autres fonctions aussi importantes, sinon plus importantes encore sont dévolues à cette Section. C'est à elle qu'incombe de créer une tradition dans l'organisation et la réalisation des recensements portugais, afin que l'on ne soit pas obligé d'improviser chaque fois un nouveau recensement, par suite de l'absence de toute liaison avec le recensement précédent, en dehors des informations demandées à la mémoire personnelle de ceux qui y ont collaboré.

Tout porte à supposer que, maintenant qu'il existe un trait d'union entre deux opérations censuelles consécutives, l'expérience acquise par les uns favorisera ceux qui, à dix ans d'intervalle seront aux prises avec des difficultés du même ordre.

*

Le programme qui avait été primitivement tracé pour ce rapport était assez vaste et n'a pas été intégralement réalisé.

Mais tout conseillait de le réduire à des proportions compatibles avec les moyens dont on disposait. D'un côté, il ne convient pas de retarder davantage la divulgation de ce travail et l'organisation du prochain recensement va retenir maintenant toute l'attention du service respectif. D'un autre côté on a préféré ne considérer que quelques-uns des aspects à observer, mais en leur consacrant tout le temps dont on disposait et en leur donnant le plus grand développement possible, plutôt que de les traiter tous, mais de façon plus superficielle.

Le choix s'est fixé sur les questions au sujet desquelles les recensements précédents fournissent le plus grand nombre d'éléments pouvant donner lieu à des comparaisons. Mais on a également fait appel à d'autres sources d'information et l'on a pu ainsi réunir une grande quantité de données relatives à la matière traitée.

Pour toutes ces raisons, ce rapport ne contient que les chapitres relatifs aux conditions de l'augmentation et de la répartition de la population. Deux autres chapitres étaient prévus, concernant les caractéristiques démographiques et les conditions de la vie sociale, qui ont été laissés de côté.

Tous les volumes où sont présentés les résultats des calculs contenaient déjà des résumés descriptifs et comparatifs, mais sans aucun commentaire. Cependant dans ce rapport, dont la nature est différente, on n'a pas hésité à présenter les conclusions suggérées par l'examen objectif des nombres. Mais les informations sur lesquelles sont basées ces commentaires restent à la disposition de tous ceux qui voudraient les utiliser pour d'autres appréciations.

Enfin, il est juste de mentionner ici le nom des fonctionnaires auxquels était directement confiée l'élaboration de ce rapport, Drs. António Maria do Amaral Pyrrait et João Carlos de Sousa Vaz Vieira, Chefs respectifs du 1^{er} Bureau et de la Section du Recensement de cet Institut, qui ont mené à bonne fin la mission qui leur a été confiée.

Le 8^{ème} Recensement Général de la Population Portugaise, dont la réalisation a été ordonnée par le décret-loi n.º 29.750, du 14 Juillet 1939, s'est étendu, comme il y était déterminé, au territoire continental et insulaire du pays, à l'Empire Colonial et aux principaux groupements de population portugaise à l'étranger.

D'autre part le décret n.º 30.110, du 6 Décembre 1939, fixe l'heure 0 du 12 Décembre 1940 pour la réalisation du recensement sur le territoire continental et insulaire.

La publication des résultats du 8^{ème} Recensement Général de la Population du territoire continental et insulaire comprend:

- a) Un volume général pour le Portugal (continental et insulaire), contenant les résultats des dépouillements par provinces, districts et «concelhos» (1);*
- b) Des volumes districtaux, contenant chacun les résultats des dépouillements relatifs au district considéré, par «concelhos», paroisses et hameaux;*
- c) Un Rapport sur les résultats des dépouillements;*
- d) Un Mémoire descriptif des travaux;*

(1) *Concelho* — Unité territoriale de l'organisation administrative du pays; se divise en paroisses et de leur réunion se forment les provinces ou les districts.

Les provinces, qui ont été créées par le Code Administratif de 1936, constituent des agrégats de "concelhos" ayant des affinités géographiques, économiques et sociales dont le but est la réalisation de certains intérêts communs.

Sommaire

INTRODUCTION.

DÉFINITIONS.

CONDITIONS D'AUGMENTATION.

I.^{ère} Partie. — Augmentation de fait.

Chapitre 1.^{er} — Variation de la population du Portugal jusqu'en 1890.

Chapitre 2.^{ème} — Variation de la population à partir de 1890.

II.^{ème} Partie. — Accroissement physiologique.

Chapitre 1.^{er} — Référence au mouvement physiologique de la population portugaise jusqu'en 1890.

Chapitre 2.^{ème} — Mouvement physiologique à partir de 1890.

III.^{ème} Partie. — Comparaison entre l'augmentation de fait et l'augmentation physiologique.

Chapitre 1.^{er} — Position relative des deux augmentations.

Chapitre 2.^{ème} — Émigration.

CONDITIONS DE RÉPARTITION.

I.^{ère} Partie. — Répartition de la population par le territoire.

Chapitre 1.^{er} — Effectifs de population des provinces, districts et «concelhos».

Chapitre 2.^{ème} — Effectifs de population des «freguesias».

Chapitre 3.^{ème} — Densité.

Chapitre 4.^{ème} — Types de peuplement.

II.^{ème} Partie. — Déplacements de population.

Chapitre 1.^{er} — Migrations internes.

Chapitre 2.^{ème} — Population urbaine.

Chapitre 3.^{ème} — Agglomérations urbaines.

Chapitre 4.^{ème} — Population rurale.

Chapitre 5.^{ème} — Centre de la population.

TRADUCTIONS

INDEX

Définitions

Absent (ausente). — La personne qui, tout en faisant partie de la famille — ou de la communauté — ne se trouvait pas dans la demeure de celle-ci à l'heure 0 du 12 Décembre 1940 ou n'y était pas arrivée avant midi de ce même jour.

Âge (idade). — Le nombre complet d'années écoulées depuis le moment de la naissance jusqu'à l'heure 0 du 12 Décembre 1940.

Bâtiment (prédio). — Toute construction durable qui pouvait servir de demeure, de logement ou de gîte à des personnes.

Branche d'activité (ramo de actividade). — Le service de l'État, le corps administratif, l'organisme public ou particulier ou la nature du service particulier où la personne recensée exerçait ou avait exercé (dans le cas de chômage ou d'invalidité) sa profession personnelle. Les branches d'activité considérées sont au nombre de 109, qui se groupent en 26 classes et 8 catégories.

La liste des branches d'activité considérées ainsi que l'indication des activités comprises dans chaque branche feront l'objet d'une *Separata* qui concerne aussi les professions.

Chef de famille (chefe de família). — Le membre de la famille qui avait la responsabilité du soutien des autres, si ce n'est dans les cas spéciaux où les circonstances ont imposé un autre choix.

Chômeur (desempregado). — La personne recensée d'au moins 10 ans qui, ayant déjà exercé une profession, se trouvait sans emploi et en demandait un, disposant des conditions physiques nécessaires à cet effet.

Communauté (convivência). — Le groupement de personnes qui vivaient dans la même demeure pour des motifs autres que celui de la vie familiale.

Condition professionnelle (situação na profissão). — La situation que la personne recensée occupait ou avait occupé

(dans le cas de chômage ou d'invalidité) dans l'exercice de sa profession personnelle.

Les conditions considérées sont au nombre de 13, à savoir:

Employé (empregado). — Se dit de la personne recensée qui travaillait pour le compte d'autrui (l'État et les corps administratifs exceptés) et recevait des appointements mensuels.

Fonctionnaire (funcionário). — Se dit de la personne recensée qui exerçait des fonctions civiles ou militaires pour le compte de l'État ou des corps administratifs et recevait des appointements mensuels.

Isolé (isolado). — Se dit de la personne recensée qui exerçait une activité commerciale ou industrielle mais pour le compte de laquelle d'autres personnes ne travaillaient pas habituellement, ou aussi de celle qui exerçait une profession libérale et n'avait pas plus de quatre personnes travaillant pour son compte.

Isolé associé (isolado parceiro). — Se dit de la personne recensée qui avait une participation dans une exploitation agricole mais sans avoir habituellement d'autres personnes travaillant pour son compte.

Isolé fermier (isolado rendeiro). — Se dit de la personne recensée qui tenait à ferme une exploitation agricole mais sans avoir habituellement d'autres personnes travaillant pour son compte.

Isolé propriétaire (isolado proprietário). — Se dit de la personne recensée qui était propriétaire d'une exploitation agricole mais sans avoir habituellement d'autres personnes travaillant pour son compte.

Loué à l'année (assoldado ao ano). — Se dit de la personne recensée qui travaillait dans une exploitation agricole pour le compte d'autrui et recevait des gages annuels.

Membre de la famille (pessoa de família). — Se dit de la personne recensée dont le travail venait en aide au chef de la famille de laquelle elle faisait partie ou avec laquelle elle demeurait habituellement, mais qui ne touchait pas de ce fait une rétribution monétaire.

Patron (patrão). — Se dit de la personne recensée qui exerçait une activité commerciale ou industrielle et pour le compte de laquelle d'autres personnes travaillaient habituellement ou de celle qui, exerçant une profession libérale, avait cinq personnes ou plus travaillant pour son compte.

Patron associé (patrão parceiro). — Se dit d'une personne recensée qui était associée dans une exploitation agricole et avait habituellement des personnes travaillant pour son compte.

Patron fermier (patrão rendeiro). — Se dit d'une personne qui tenait à ferme une exploitation agricole et avait habituellement des personnes travaillant pour son compte.

Patron propriétaire (patrão proprietário). — Se dit de la personne recensée qui était propriétaire d'une exploitation agricole et avait habituellement d'autres personnes travaillant pour son compte.

Salarié (assalariado). — Se dit de la personne recensée qui travaillait pour le compte d'autrui et était payée à la semaine ou au jour le jour.

Demeure (habitação) (pour ce qui a trait aux définitions de famille et de communauté). — Le logement, le groupe de logements ou la partie d'un logement ou une autre installation quelconque qui pouvait en tenir lieu, les embarcations de toute espèce y comprises.

Domicile habituel (residência habitual). — La localité où la personne recensée demeurait la plus grande partie de l'année, ou encore:

- a) la localité où se trouvaient les casernements, forts, postes, etc. — ou le port d'attache du navire de guerre —, de la garnison desquels la personne recensée faisait partie, quand elle avait embrassé la carrière militaire;
- b) la localité où demeurait la plus grande partie de l'année la famille de la personne recensée quand celle-ci s'en trouvait occasionnellement séparée pour accomplir son service militaire, pour se soigner, ou en raison d'emprisonnement pour une durée non supérieure à cinq années ou encore dans le cas où, n'ayant pas accompli 21 ans, elle n'était ni mariée ni émancipée.

Enseignement primaire (ensino primário). — Comprend les enseignements maternel et primaire élémentaire.

Enseignement secondaire (ensino secundário). — Comprend les enseignements du lycée, technique élémentaire, technique complémentaire et artistiques.

Enseignement supérieur (ensino superior). — Comprend tous les enseignements pour l'accès desquels l'enseignement secondaire était exigé.

Étage (andar). — Chaque plan habitable d'un bâtiment, quel que fût sa position quant au niveau du terrain sur lequel le bâtiment était construit.

Famille (família). — Le groupement de personnes unies par des liens de parenté, légitimes ou non, qui habitaient dans la même demeure et dont les repas étaient généralement préparés et pris en commun, ou encore la personne vivant sans proches dans une demeure à part.

Dans chacun de ces cas sont considérées membres de la famille les personnes qui habitaient avec celle-ci et dont l'alimentation était aux dépens de cette même famille.

Invalide (inválido). — La personne d'au moins 10 ans invalide pour le travail d'une façon permanente et totale.

Logement (fogo). — Le bâtiment ou partie de bâtiment destiné à la demeure d'une seule famille ou d'une seule communauté.

Maison de rapport (prédio de inquilinos). — Le bâtiment qui se destinait à l'habitation de plus d'un locataire ou occupant.

Moyens de subsistance (meio de vida). — Les moyens auxquels la personne recensée avait recours pour subvenir habituellement et de façon principale à sa subsistance. Les moyens de subsistance qui ont été considérés sont au nombre de 10, à savoir:

Assistance (assistência). — Quand la personne recensée se trouvait internée dans un établissement d'assistance publique ou particulière ou vivait principalement d'une allocation assurée et périodique établie par une institution d'assistance publique ou particulière.

Aumônes (esmolas). — Quand la personne recensée vivait principalement d'aumônes ou de subsides incertains, reçus ou non sur la voie publique, qui lui étaient donnés par diverses personnes.

Aux dépens d'autres personnes (a cargo de outras pessoas). — Quand la personne recensée vivait principalement d'allocations assurées et périodiques établies par une ou plusieurs personnes, autres que le chef de la famille de laquelle elle faisait partie ou avec laquelle elle demeurait habituellement.

Aux dépens du chef de famille (a cargo do chefe de família). — Quand la personne recensée était principalement aux dépens du chef de la famille de laquelle elle faisait partie ou avec laquelle elle demeurait habituellement.

Pension par suite d'accident du travail (pensão de acidente de trabalho). — Quand la personne recensée vivait principalement d'une pension par suite d'accident du travail.

Pension d'invalidité (pensão de invalidez). — Quand la personne recensée vivait principalement d'une pension d'invalidité.

Pension de réforme (pensão de reforma). — Quand la personne recensée vivait principalement d'une pension de réforme.

Pension de retraite (pensão de aposentação). — Quand la personne recensée vivait principalement d'une pension de retraite.

Rentes personnelles (rendimentos próprios). — Quand la personne recensée vivait de ses rentes, quel que fussent leur montant, leur nature ou leur provenance.

Travail (trabalho). — Quand la personne recensée vivait surtout de son travail.

Passant (viandante). — La personne qui bien qu'ayant une habitation se trouvait sur la voie publique à l'heure 0 du 12 Décembre 1940 et n'avait pas pu retourner à son habitation avant midi de ce même jour.

Personne sans habitation (pessoa sem habitação). — La personne qui se trouvait sur la voie publique à l'heure 0 du 12 Décembre 1940 et qui n'avait pas d'habitation.

Pièce (divisão). — Le compartiment intérieur d'un logement susceptible de servir de demeure ou d'être utilisé en commun par les personnes membres de la famille ou de la communauté de ce logement.

Population active (população activa). — L'ensemble des personnes âgées d'au moins 10 ans qui exerçaient une activité ou se trouvaient dans une situation susceptible d'un bénéfice économique immédiat.

Population active agricole (população activa agrícola). — L'ensemble des personnes âgées d'au moins 10 ans dont l'occupation était l'agriculture ou l'élevage.

Population chômeuse (população desempregada). — L'ensemble des chômeurs.

Population embarquée (população embarcada). — L'ensemble des personnes qui à l'heure 0 du 12 Décembre 1940 se trouvaient à bord de bateaux portugais qui étaient mouillés aux ports du district ou, étant en voyage, avaient leur attache dans ces mêmes ports.

Population inactive (população inactiva). — L'ensemble des personnes âgées d'au moins 10 ans qui, n'ayant aucune si-

tuation susceptible d'un bénéfice économique immédiat, n'étaient pas chômeurs ou invalides.

Population invalide (população inválida). — L'ensemble des invalides.

Population présente (população presente). — L'ensemble des personnes qui étaient présentes, dans chaque localité, à l'heure 0 du 12 Décembre 1940, ou qui, n'ayant pas été déclarées présentes en aucune autre, y sont arrivées avant midi de ce même jour.

Population résidente (população residente). — L'ensemble des personnes qui avaient leur domicile habituel dans chacune des divisions territoriales considérées.

Profession personnelle (profissão individual). — L'emploi ou métier exercé ou qui avait été exercé (dans le cas de chômage ou d'invalidité) directement et individuellement par la personne recensée elle-même. Les professions considérées sont au nombre de 476, partagées en 14 groupes.

Les désignations professionnelles que chaque profession comprend font de plus l'objet d'une *Separata*. Le nombre total de ces désignations est de 2.355.

Quand la personne exerçait plus d'une profession, elle devait indiquer seulement celle qui lui offrait un bénéfice monétaire plus élevé, sous forme de salaire, appointements ou bénéfices.

Résidence (moradia). — Le bâtiment qui se destinait seulement à servir de demeure à son propriétaire ou à un seul locataire ou occupant, ou simultanément aux installations relatives à leurs activités.

Situation non professionnelle (condição não profissional). — Condition ou occupation susceptible de profit économique immédiat qui n'eut pas constitué proprement une profession individuelle. Pour effet de la branche d'activité la situation non professionnelle a été égalée à la profession.

★

De ces définitions les principales ont été dûment expliquées et détaillées dans les *Instructions pour la réalisation de l'Inventaire des Bâtiments et des Logements* et dans les *Instructions pour la réalisation du Recensement Générale de la Population du territoire continental et insulaire*.

De plus elles feront l'objet d'un chapitre du volume *Mémoire Descriptif*.

Conventions

- M = Sexe masculin.
- F = Sexe féminin.
- MF = Total des deux sexes.
- . . = Valeur nulle.
- o = Valeur inférieure à l'unité adoptée.
- x = Valeur ignorée.
- n = Valeur n'ayant pas fait l'objet d'un dépouillement.

Rapport sur l'augmentation et la repartition de la population (Résumé)

Conditions d'augmentation

1ère Partie

AUGMENTATION DE FAIT

Chapitre 1er

Variation de la population du Portugal jusqu'en 1890

Jusqu'au XVI^e siècle, les informations concernant la population portugaise sont extrêmement réduites. Nous pouvons seulement conjecturer qu'elle n'a pas cessé d'augmenter depuis le début de la monarchie, à l'époque lointaine de 1140.

En 1527, le roi D. João III ordonna que fût réalisé un grand recensement.

Malheureusement une partie importante de ce travail a été perdue et des doutes subsistent au sujet de l'interprétation à attribuer à la partie qui s'est conservée jusqu'à nous.

D'après les déductions les plus vraisemblables la population du Portugal, dans ce premier quart du XVI^e siècle a dû s'élever à environ trois millions. Il paraît impossible qu'elle ait pu être inférieure à ce nombre étant donnés la puissance du royaume et les hauts faits de Portugais de cette époque.

Depuis lors, par suite de l'effort colossal dépensé pendant les découvertes, dans l'expansion de la Foi et de l'Empire aux

quatre coins du monde, la population portugaise a dû entrer dans une crise d'épuisement très prolongée.

Ce n'est que vers la fin du XVIII^e siècle, sous le règne prospère de la reine D. Maria I, que les conditions de la vie démographique ont dû se trouver rétablies.

Au début du XIX^e siècle, il a dû y avoir un progrès très net dans la population. Ce progrès a dû être cependant interrompu par les luttes politiques du libéralisme et ne s'est poursuivi à nouveau que dans la seconde moitié du siècle, quand le paix et l'ordre politique parvinrent à s'établir sous les nouvelles institutions. La construction de routes et de chemins de fer, qui a marqué cette époque, a dû exercer une influence décisive sur les progrès du pays et l'accroissement de la population correspondant.

Le premier recensement moderne au Portugal a été réalisé en 1864, le second en 1878.

Chapitre II^{ème}

Variation de la population à partir de 1890

Le troisième recensement a eu lieu en 1890, et c'est celui qui est pris comme point de départ de ce rapport.

La population indiquée par ce recensement s'élevait à 5.049.729 habitants. Les autres recensements ont été effectués en 1900, 1911, 1920, 1930 et 1940.

Parmi les époques intercensuaires, la plus défavorable a été celle de 1912-1920, par suite des troubles politiques causés par

l'implantation de la république et des conséquences de la grande guerre de 1914-18, parmi lesquelles il faut citer en particulier l'épidémie de la grippe pneumonique.

Les deux dernières décades, 1921-30 et 1931-40, ont enregistré une forte augmentation. En 1940, la population totale du pays s'élevait à 7.722.152 habitants, ce qui représentait un accroissement de 52,9 % par rapport à 1890.

La progression de l'augmentation de la population portugaise a été remarquable, comparée à celle des autres pays de l'Europe Occidentale.

Dans la période 1891-1900, le Portugal occupait, la cinquième place en ce qui concerne l'intensité de l'augmentation, après l'Italie, la Suisse, le Royaume Uni et la Belgique.

Dans la période 1921-1930, la dernière que l'on puisse considérer, étant donné que nous ne possédons pas d'éléments plus récents, il occupait la première place parmi tous ces pays.

Si l'on considère séparément le Continent et les îles, on constate que, jusqu'en 1911, l'augmentation a été plus forte, sur le Continent que dans les îles, et que, de 1920 à nos jours, c'est le contraire qui s'est produit. Au cours de ce demi-siècle, l'au-

gmentation totale a été de 54,2 % pour le Continent et de 37,8 % pour les îles.

L'examen de la variation de la population dans les districts permet de conclure dès maintenant que les plus fortes augmentations se localisent dans le sud du pays. Dans la moitié sud, seul le district de Faro a eu une augmentation inférieure à la moyenne du pays, tandis que dans la moitié nord, seul le district de Porto présentait une augmentation supérieure à cette moyenne.

En ce qui concerne les «concelhos», sur un total de 302, 113 ont présenté des taux d'augmentation supérieurs à la moyenne du pays et 189 des taux inférieurs à la moyenne.

Sur le Continent, trois «concelhos» ont vu leur population diminuer, et dans les îles, neuf «concelhos» présentent le même phénomène.

II^{ème} Partie

ACCROISSEMENT PHYSIOLOGIQUE

Chapitre I^{er}

Reference au mouvement physiologique de la population portugaise jusqu'en 1890

Les données sur le mouvement physiologique de la population du Portugal antérieurement à 1890 sont très restreintes. Jamais n'a été entrepris le travail de compilation des informations isolées qui existent à ce sujet. On peut supposer que dans les premiers temps de la monarchie les conditions de vie de la population ont dû être, comme dans les autres pays à la même époque, extrêmement dures et qu'elles se sont améliorées lentement jusqu'à la fin du XVI^e siècle. Nombreuses sont les références historiques relatives aux famines, aux pestes qui, à de courts intervalles, décimaient les peuples.

Le XIV^e siècle, par suite de la recrudescence des épidémies, attribuée aux contacts avec les pays exotiques, et par suite de

l'énorme quantité de vie humaines sacrifiées aux exigences de l'Empire, a dû être une époque extrêmement critique pour le Portugal au point de vue démographique.

Ce n'est qu'après la I^{ère} moitié du XVIII^e siècle que la situation devait se rétablir complètement par la reconstitution des groupements d'âges et la consolidation des soldes physiologiques.

L'année la plus éloignée sur laquelle nous possédions des éléments relatifs au mouvement physiologique de la population est l'année 1818.

La vitalité de la population portugaise s'affirme surtout après la phase la plus aigüe des luttes libérales, vers 1838.

Chapitre II^{ème}

Mouvement physiologique a partir de 1890

Les taux moyens décennaux de la natalité portugaise ont augmenté jusqu'à la décade 1921-30 et ont commencé à décliner à partir de cette date. Les taux de la mortalité ont été constamment en diminution. La réduction de la mortalité au Portugal entre les périodes extrêmes 1891-1900 et 1931-40 est de l'ordre de 23,5 %.

Les soldes physiologiques ont été toujours croissant jusqu'à la décade 1921-30, à l'unique exception de la période anormale 1912-20.

Les courbes du graphique n.º 3 permettent d'accompagner l'évolution des taux du mouvement physiologique de la population portugaise au cours de ces 50 années. La hausse de la natalité en 1911 a dû être seulement une conséquence de la création, à cette date, du «registro civil». La hausse de la mortalité en 1918 est due à la grippe pneumonique. D'autres pour l'année 1940 est la première année de la dernière guerre mondiale.

En ce qui concerne la natalité, le Portugal présente une situation très avantageuse par rapport aux autres nations. Tandis

que les taux respectifs de l'Angleterre, de la Suisse, de la Belgique, de l'Italie, de la France et de l'Espagne ont diminué jusqu'à la quatrième décade, celui du Portugal a augmenté. Ce n'est qu'au cours de la dernière période que le Portugal accuse une baisse, encore bien inférieure à celle qui a été constatée en Espagne, unique pays de l'Europe Occidentale où il ait été possible de recueillir des éléments.

Quant à la mortalité, la situation du Portugal se présente comme toute différente et bien inférieure à celle de tous les pays mentionnés plus haut.

Quant aux soldes physiologiques, le Portugal retrouve à nouveau une situation très supérieure par rapport aux autres pays, grâce à la différence favorable existant entre la réduction de la natalité et de la mortalité. Seules l'Italie et l'Espagne présentent une situation comparable. Dans ces deux pays, les taux élevés de l'accroissement physiologique sont dus à une plus forte réduction de la mortalité, tandis qu'au Portugal ils sont dus à une plus faible réduction de la natalité.

Sur le Continent, les taux moyens de natalité ont augmenté de la première à la troisième décennie, dont le maximum révèle l'influence de l'année 1911. La baisse s'accroît pour la cinquième décennie, dont le taux moyen est très inférieur au taux de la première. Dans les îles, le taux maximum décennal appartient à la décennie 1901-10, tandis que la décennie 1911-20 ne se ressent pas des troubles constatés sur le Continent pour l'année 1911. La baisse au cours de la dernière période est identique à celle du Continent.

Sur le Continent, les taux moyens de la mortalité vont diminuant de décennie en décennie, avec une seule exception pour la décennie 1911-20. Il faut souligner la baisse de 15,5 % qui s'est produite de la quatrième à la cinquième décennie.

Dans les îles, le taux moyen le plus élevé appartient à la deuxième décennie, et ce n'est que dans la dernière décennie que la réduction de la mortalité a pris une forme véritablement expressive.

La décennie 1911-1920 n'a pas été signalée dans des îles par le développement extraordinaire de la mortalité constaté sur le Continent.

Quant aux taux d'accroissement physiologique, la situation des îles accompagne celle du Continent jusqu'à la quatrième décennie. Dans la cinquième décennie, il y a opposition entre les îles et le Continent: le taux moyen des soldes du Continent monte de 9,8 %, tandis que celui des îles baisse de 11,1 %.

En ce qui concerne les districts, tous ont vu augmenter le nombre des naissances, de décennie en décennie, à l'exception de la dernière où l'on a enregistré des diminutions dans les districts de Bragança, Coïmbre, Viseu et Horta. Le nombre des décès a diminué dans tous les districts de décennie en décennie, sauf dans le district de Funchal qui accuse une augmentation dans la quatrième, et dans les districts d'Aveiro et de Coïmbre qui présentent une augmentation dans la cinquième décennie. Les soldes physiologiques ne présentent une réduction par rapport aux décades précédentes que dans la troisième décennie, pour les districts de Beja, Évora, Portalegre et Santarém, et dans la cinquième pour les districts de Coïmbre, Leiria, Lisbonne, Santarém, Portalegre, Faro et Vila Real.

Les taux décennaux de natalité les plus élevés appartiennent aux districts de Funchal, de Ponta Delgada et de Guarda, et les plus bas, aux districts de Horta, Coïmbre, Viana do Castelo et Lisbonne.

Ont présenté la mortalité la plus basse les districts de Santarém et Leiria; ont présenté la mortalité la plus forte, les districts de Guarda, Porto, Ponta Delgada et Bragança.

Les taux d'accroissement physiologique les plus favorables ont presque toujours appartenu aux districts de Funchal, Aveiro et Leiria, tandis que les taux minima ont été enregistrés par les districts de Horta, Lisbonne et Angra do Heroísmo.

L'examen du mouvement physiologique dans les 302 «concelhos» du Continent et des îles est présenté d'une manière très détaillée et on peut en résumer les conclusions de la façon suivante.

Taux de natalité: Il oscillait dans la plupart des «concelhos» entre 25 et 34 %, les positions extrêmes étant occupées par 6 «concelhos» avec moins de 20 % («concelho» de Lisbonne et autres «concelhos» sur les bords du Tage) et par 6 «concelhos» avec plus de 40 %, tous dans le district de Funchal.

Taux de mortalité: Il oscillait dans la plupart des «concelhos» entre 15 et 18 %, 5 d'entre eux présentant moins de 12 %, tous situés dans les vallées de la Sorraia et du Sôr, affluents du Tage, et 37 avec plus de 19 %. Parmi ces derniers, 26 étaient sur le Continent, correspondant aux grands centres urbains et aux régions les moins développées, dans le Nord-Est du pays, et 11 dans les îles.

L'examen des causes des décès montre que la plus forte mortalité dans les centres urbains est due surtout à la tuberculose de l'appareil respiratoire, tandis que dans les «concelhos» ruraux les plus arriérés elle est due principalement à la diarrhée infantile.

Soldes physiologiques: La plupart des «concelhos» du pays présentent un taux d'accroissement physiologique variant entre 10 et 20 %, et 5 d'entre eux présentent moins de 5 %.

Les taux les plus élevés se trouvent dans les «concelhos» situés dans le bas-Minho, dans le Douro Litoral, dans la zone occidentale du Ribatejo et de l'Alentejo et dans l'île de Madère. Les taux inférieurs se trouvent dans les «concelhos» de Oeiras, Cartaxo, Golegã et Porto, sur le Continent et dans celui de l'île de Corvo.

Le «concelho» de Lisbonne est le seul de tout le pays qui présente un solde négatif, situation exceptionnelle qui apparaît beaucoup plus comme une conséquence de la faible natalité que d'une grande mortalité.

III^{ème} Partie

COMPARAISON ENTRE L'AUGMENTATION DE FAIT ET L'AUGMENTATION PHYSIOLOGIQUE

Chapitre I^{er}

Position relative des deux augmentations

De la comparaison entre l'augmentation de fait et l'accroissement physiologique, on peut, à première vue, tirer deux conclusions:

1.^{er}) — L'accroissement physiologique a été, dans toutes les décades, supérieur à l'augmentation de fait, avec une seule exception pour la décennie 31-40.

2.^e) — L'intensité des deux accroissements a augmenté dans toutes les décades, à l'exception de la période anormale 1912-20,

mais l'intensité de l'augmentation de fait a été supérieure à celle de l'accroissement physiologique.

La situation des îles était très différente de celle du Continent. Au contraire de ce qui s'est produit dans ce dernier, et par suite dans l'ensemble du pays, pour la décennie 31-40, les îles n'ont jamais accusé une augmentation de fait supérieure à l'accroissement physiologique.

La situation des districts par rapport à l'augmentation de fait et à l'accroissement physiologique est l'objet d'un examen minutieux poursuivi période par période.

Les districts présentant une augmentation de fait supérieure à l'accroissement physiologique ont été: 2 dans la première période (Lisbonne et Portalegre); 3 dans la seconde période (Lisbonne, Evora et Beja); 1 dans la troisième (Lisbonne); 5 dans la quatrième (Lisbonne, Beja, Porto, Évora, Horta et Ponta Delgada); et 7 dans la cinquième (Lisbonne, Porto, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Bragança, Vila Real et Évora). Dans cette dernière période, tous les autres districts ont présenté des augmentations de fait très supérieures à la moitié de l'accroissement physiologique.

L'analyse des «concelhos» — qui sont l'unité-base de l'organisation administrative du pays — au point de vue des rapports entre les variations de la population de fait et l'accroissement physiologique, a été réalisée au moyen des pourcentages du

solde migratoire par rapport au total des deux soldes physiologique et migratoire, en faisant abstraction de leur caractère positif ou négatif.

Sur le total des 302 «concelhos», 221 ont accusé des pourcentages négatifs, ayant par conséquent perdu sur leurs soldes physiologiques, ou même sur leur population au début de la période.

De l'analyse longue et détaillée de la situation et des caractéristiques des différents «concelhos» il ressort en tout premier lieu que 11 «concelhos» ont perdu plus d'individus que n'en accusaient leurs soldes physiologiques, et que, parmi les 80 «concelhos» qui ont accru leur population aux dépens des autres, 15 ont importé un nombre d'individus dépassant de plus du double celui de leurs soldes physiologiques.

Les «concelhos» d'immigration étaient tous urbains ou industriels, ou bien encore appartenaient aux régions agricoles de faible population qui s'étendent en particulier au sud du pays. Les autres 15 étaient tous urbains, à l'exception d'un seul.

Chapitre IIème

Emigration

De la comparaison entre l'augmentation de fait et l'accroissement physiologique pour l'ensemble du pays, on conclut que l'émigration a été très forte au cours des trois premières périodes, faible au cours de la 4^e, et dans la 5^e elle a cédé la place à une immigration de 67.000.

Le nombre des portugais émigrés a dû s'élever, pour l'ensemble des 50 années à 629 mille environ, soit à peu près 1/5 des soldes physiologiques respectifs.

Au cours des deux dernières décades, on a enregistré une immigration de plus de 50.000, contribuant à l'augmentation de 30% subie par la population du pays. Ce fait est essentiel pour l'appréciation de la situation démographique du Portugal et même des conditions générales de la vie et des progrès du pays, surtout si l'on tient compte de ce que c'est justement au cours de cette période que le Portugal a cessé de recevoir l'argent de ses émigrés et de ses capitaux du Brésil.

L'émigration insulaire n'a pas accompagné celle du Con-

tinent, ayant été toujours beaucoup plus intense et supérieure, dans les 3 premières décades aux soldes physiologiques.

Quant aux districts, ceux des Açores et de Vila Real ont été les seuls qui, dans les deux premières périodes, aient eu une émigration supérieure aux soldes physiologiques.

Au cours de la troisième période, l'intensité de l'émigration provoquée par l'anarchie politique et le désordre social dans les premiers temps de la République s'est fait sentir dans presque tous les districts devenant encore plus sensible par suite de la mortalité exceptionnelle de cette période.

Au cours de la quatrième période, la situation s'est à tel point modifiée que seul un district présentait une émigration supérieure au solde, le district de Horta, aux Açores.

Dans la cinquième période cette situation s'est accentuée et s'est consolidée. Dans les districts où l'émigration a été la plus forte, elle n'a été que faiblement supérieure au quart des soldes physiologiques (Viseu et Funchal).

Conditions de repartition

1ère Partie

RÉPARTITION DE LA POPULATION PAR LE TERRITOIRE

Chapitre 1er

Effectifs de population des provinces, districts et «concelhos»

La population est répartie par les diverses circonscriptions administratives d'une façon extrêmement irrégulière.

La moitié de la population du pays se trouve concentrée dans quatre des treize provinces et dans six des vingt-deux districts.

La disproportion s'accroît avec le temps et c'est un nombre de plus en plus restreint de provinces et de districts qui représente une partie de plus en plus grande de la population. L'Estremadura, le Douro Litoral, l'Alto Alentejo et l'île de Madère ont vu leur proportion augmenter sans cesse, tandis que celle du Minho, de la Beira Alta et des Açores a diminué.

Parmi les districts, ont augmenté leur population: les districts de Lisbonne, Porto, Setúbal et Funchal, tandis que la population des districts de Viseu, Guarda, Coïmbre, Viana do Castelo, Angra do Heroísmo et Horta a continuellement baissé.

Quant aux «concelhos», ceux qui comptaient moins de 10.000 habitants ont diminué en nombre et en population. Ceux qui avaient entre 50 et 100.000 habitants ont enregistré les plus fortes augmentations.

La plupart des «concelhos» possédaient entre 10 et 15.000 habitants. En 1940, un seul «concelho» comptait moins de 1.000 habitants, celui de Corvo, aux Açores.

Chapitre IIème

Effectifs de population des «freguesias»

Dans les «freguesias», qui sont la cellule initiale de peuplement, on note d'une manière générale que le nombre des plus petites, à savoir celles qui possèdent une population inférieure à 1.000 habitants, a tendance à diminuer. On constate cependant une exception à cette tendance, ainsi que pour l'augmentation correspondante des «freguesias» les plus importantes, au cours de la période anormale 1912-1920.

En 1890, les «freguesias» de plus de 2.000 habitants n'atteignaient pas la moitié de la population totale du pays, tandis qu'en 1940 elle était dépassée par celles de plus de 3.000 habitants. Il faut souligner que ce fait ne peut être considéré comme un symptôme de peuplement urbain, mais seulement comme une conséquence de l'augmentation de la population du pays.

La catégorie de «freguesias» la plus nombreuse est celle de 1.000 à 1.499 habitants. Les «freguesias» de plus de 10.000 habitants sont inférieures en nombre à celles de moins de 250 habitants. C'est dans le Nord que se concentrent les «freguesias» les plus petites. Ce fait s'explique par les différences du sol et du climat ainsi que des propres circonstances historiques.

Comparées aux circonscriptions correspondantes en Suisse, en Italie, en Espagne, en France et en Belgique, les «freguesias» portugaises étaient celles qui possédaient la répartition la plus régulière en ce qui concerne le nombre de leurs habitants, aussi bien en 1930 qu'en 1940.

Le Portugal a été de tous ces pays celui qui a connu la plus forte réduction des petites circonscriptions et la plus forte augmentation des autres.

Chapitre IIIème

Densité

La densité de la population du Portugal était en 1890 de 55,1 par Km², et en 1940 de 84,2, ce qui correspond à une augmentation de 67,3 %. L'augmentation de la densité des îles a été beaucoup plus faible que celle du Continent.

Parmi les pays de l'Europe Occidentale, choisis comme points de comparaison, c'est le Portugal qui a connu la plus forte augmentation de sa densité démographique dans la décade 1921-1930 et tout porte à croire qu'il en a été de même pour la décade 1931-1940.

La densité des provinces était déjà très irrégulière en 1890, allant du maximum de 200,6 (Douro Litoral) au minimum de 13,9 (Alto Alentejo) et elle l'était encore plus en 1940 car l'augmentation des provinces les moins denses n'a pas accompagné celle des provinces les plus denses.

Dans les districts, bien que la différence entre les densités extrêmes soit encore plus accentuée, le même cas ne s'est pas produit. Ce sont ceux qui étaient les moins denses en 1890 qui ont connu, proportionnellement, une plus forte augmentation de densité.

L'étude de la densité dans les «concelhos», étant donné l'intérêt fondamental que elle revêt, par suite de la grandeur et des caractéristiques de ces circonscriptions, a été faite très minutieusement. On a considéré séparément les cinq périodes intercensitaires, et ensuite l'espace total des cinquante années. Pour les archipels des Açores et de Madère la densité a été étudiée dans chaque île.

On a cherché le coefficient de corrélation entre la densité de la population en 1890 et son augmentation depuis cette date jusqu'en 1940 et on a pu conclure à l'existence d'un rapport positif évalué à 95 %. De plus on a conclu que les «concelhos» de Lisbonne et de Porto ont contribué à diminuer l'intensité du rapport entre les deux phénomènes.

Cette circonstance prouve d'un côté que le progrès des deux grandes villes portugaises, bien que très grand, ne peut être considéré comme disproportionné par rapport aux autres «concelhos», et que d'un autre côté le peuplement des régions les moins habitées du pays s'effectue avec une intensité supérieure à la normale.

Chapitre IVème

Types de peuplement

Pour la détermination des types de peuplement, on a eu recours au nombre et à la population des localités habitées. Le recensement de 1940 a fourni tous les éléments nécessaires à ce sujet.

On considère trois types distincts de peuplement: — peuplement dispersé comprenant les «concelhos» dont plus de la moitié de la population se trouve dans des localités de moins de 100 habitants; peuplement aggloméré, englobant les «concelhos» dont plus de la moitié de la population se trouve dans des localités de plus de 100 et de moins de 2.000 habitants; et le peuplement concentré, pour les «concelhos» dont la majorité de la population se concentre dans des localités de 2.000 habitants.

36 «concelhos» seulement n'avaient pas de peuplement défini dans les limites du critérium adopté.

Les «concelhos» de peuplement dispersé s'élevaient au nombre de 35 et étaient situés dans les régions de densité maxima et minima. Aucun ne se trouvait dans les îles.

Les «concelhos» du Continent agglomérés s'élevaient au nombre de 199, représentant, par conséquent, le type normal du peuplement portugais. Ils ont été divisés en trois catégories, d'après le degré d'agglomération.

La forte agglomération se trouve surtout dans le Nord-Ouest, région de Trás-os-Montes. L'agglomération moyenne domine entre le Douro et le Tage, et plus spécialement au nord de la grande courbe du Zézere.

Les «concelhos» d'agglomération minima sont rares au nord du Douro et se situent, également, entre le Douro et le Tage. Ils constituent des groupes importants dans les vallées du Vouga et du Agueda, dans le massif montagneux du centre et sur le littoral de l'Estremadura.

Dans les îles, il y avait 24 «concelhos» agglomérés, et parmi ceux-ci 14 de forte agglomération situés, dans leur presque totalité, dans les districts de Horta et de Funchal. Il y avait seulement 5 «concelhos» d'agglomération moyenne, et 5 d'agglomération minima.

Les «concelhos» concentrés, sur le Continent, étaient au nombre de 29, parmi lesquels 8 au Nord du Tage et parmi ces derniers 8 au-dessus du parallèle de l'embouchure du Mondego.

Dans les îles, il y en avait 4, tous situés dans le district de Ponta Delgada.

Les 34 «concelhos», sans catégorie définie étaient tous situés sur les limites des régions naturelles ou en des points où se sont fait sentir des influences contraires: mer et terre, ville et campagne, montagne et plaine.

Le fait que le recensement de 1911 a également noté la population des localités a permis l'examen des transformations entre les deux dates, en ce qui concerne les types de peuplement. Cet examen a permis de conclure que la concentration se révélait comme provoquant la plus forte augmentation démographique, l'agglomération comme moyen terme de la même augmentation et la dispersion, comme caractéristique de l'augmentation minima.

II^{ème} Partie

DÉPLACEMENTS DE POPULATION

Chapitre I^{er}

Migrations internes

On a cherché à étudier les migrations internes de la population à travers les pourcentages moyens du nombre des naturels des autres «concelhos» du même district et des naturels des autres districts, par rapport à la population globale de chaque «concelho» pour l'ensemble des cinq périodes inter-censitaires.

Le fait de considérer la moyenne des cinq périodes se justifie par la petitesse et la variabilité des nombres respectifs.

Les pourcentages des naturels d'autres «concelhos» du même district exprime une migration de caractère régional ou local, tandis que la migration des naturels d'autres districts représente déjà un fait d'une importance et d'une signification plus vastes.

Dans la première de ces migrations apparaît tout de suite

l'opposition entre le Nord et le Sud du pays, opposition qui s'accroît encore plus dans la seconde.

Les «concelhos» importateurs de population, sous l'un quelconque de ces deux aspects, étaient très peu nombreux dans le Nord et très nombreux dans le Sud. En outre, tous les «concelhos» du Nord qui se trouvaient dans ces conditions étaient urbains ou se comportaient comme tels, tandis qu'une grande partie des «concelhos» du Sud étaient nettement ruraux.

La signification de ce dernier phénomène se trouve relevée par la situation spéciale de ces «concelhos» au point de vue de la densité qui était minima et de l'accroissement physiologique qui atteignait le maximum.

Le chapitre se termine par l'analyse de l'ensemble des deux catégories de migration interne considérées.

Chapitre II^{ème}

Population urbaine

Après l'exposé du concept de la population urbaine et de ses caractéristiques démographiques et sociales on indique le critérium qui a été suivi pour sa détermination et qui a consisté à considérer comme telle la population vivant dans des localités de plus de 2.000 habitants. On reconnaît les défauts de ce critérium, mais on affirme qu'il n'a pas été possible d'en adopter un autre.

Comme l'on a procédé au calcul de la population des localités dans les recensements de 1911 et de 1940 seulement, ce n'est que pour ces deux dates qu'il est possible de se livrer à une étude suffisamment rigoureuse des deux populations.

En 1911, les pourcentages respectifs des populations urbaine et rurale étaient de 24,3 % et de 75,1 %. En 1940 ces pourcentages étaient de 31,1 % et 68,9 %.

La comparaison avec les nombres des autres pays montre que le pourcentage de la population urbaine au Portugal est très inférieur à celui de la plupart de ces pays et que la progression de son augmentation est également faible.

Aussi bien en 1911 qu'en 1940 les «concelhos» qui possé-

daient les plus forts pourcentages de population urbaine se situaient tous dans la moitié sud du pays.

L'exposition et le commentaire des différences relevées pour les 29 années amènent aux conclusions suivantes:

1.^{re} — L'augmentation de la population urbaine au Portugal a toujours été solidaire, comme cause ou comme effet, de l'augmentation de la population globale, sauf dans les régions de faible densité démographique encore en cours de peuplement et dans lesquels ce dernier revêt l'aspect préliminaire de grande concentration ou de grande dispersion.

2.^e — Par suite de la réduction proportionnelle de la population urbaine des régions faiblement peuplées du Ribatejo et de l'Alentejo, on assiste à une modification lente des types de peuplement de ces régions dans le sens d'une occupation humaine de la terre plus parfaite et plus dense.

Cette conclusion possède un intérêt particulier pour la démographie portugaise par les indications qu'elle fournit sur la façon dont s'effectue le peuplement de l'Alentejo.

Chapitre III^{ème}

Agglomérations urbaines

Après avoir examiné la répartition par districts et selon l'importance populationnelle des agglomérations de la population en 1911 et en 1940, on étudie les différences qui se sont produites entre ces deux dates dans le nombre et dans la population des agglomérations.

On constate les plus fortes augmentations dans les agglomérations de 10.000 à 19.999 et de 20.000 à 59.999 habitants.

Les agglomérations de Lisbonne et de Porto n'occupent que la troisième place dans les augmentations.

L'examen de la répartition en pourcentage, en 1911 et en 1940, de la population urbaine, selon les différentes catégories d'agglomérations, révèle que la plus grande, à savoir Lisbonne, et la ville de Porto, ainsi que les deux plus petites, ont diminué leurs pourcentages en 1940 au bénéfice des catégories moyennes.

Dans les 258 agglomérations de plus de 2.000 habitants, il y en avait 230 qui n'atteignaient pas 10.000 et 28 seulement qui possédaient une population supérieure.

On examine la différence qui existe entre l'importance et la signification démographique de ces diverses agglomérations: les premières, en général, ne sont que des centres de vie locale, quelquefois même pas, surtout dans le sud du pays; les autres sont toujours des centres urbains indépendants de la vie de la région et déjà d'une certaine importance sur le plan national.

Parmi les premières on a examiné séparément les agglomérations de 2.000 à 4.999 habitants et de 5.000 à 9.999 au point de vue de l'intensité de leur accroissement. Parmi celles de 2.000 à 4.999, il y en a eu 11 qui ont diminué de population et 24 qui ont augmenté de plus de 100 %. Parmi celles de 5.000 à 9.999 il y en eut seulement deux qui diminuèrent et 12 qui augmentèrent de plus de 100 %.

Les deuxièmes ont été l'objet d'un examen casuistique dans lequel on a tenu compte, non seulement de leur importance populationnelle, mais aussi de l'intensité de leur augmentation.

Aucune n'a diminué en population et la plus faible augmentation a été celle de Povoia do Varzim, avec 25,2 %. Les plus fortes augmentations ont été celles de Barreiro et de Funchal, chacun avec plus de 100 %, et celles de Matosinhos et de Faro.

Les villes de Lisbonne et de Porto justifient, pour toutes les raisons, une étude indépendante des autres agglomérations.

Les 702.179 habitants de Lisbonne et les 262.309 habitants de Porto représentent au total plus de 12,6 % de toute la population du pays.

On fait une étude sommaire du rôle des deux villes dans l'histoire du pays et de leur importance géographique et commerciale.

De 1890 à 1940 la population de Lisbonne s'est élevée de 301.000 à 709.000, soit dans une proportion de 135 %.

L'intensité de l'attraction urbaine de la ville de Lisbonne peut s'évaluer par son mouvement physiologique dont les soldes n'ont été positifs que dans la période 1902-1911. De 1902 à 1940, 2.818 habitants seulement proviennent de soldes physiologiques, ce qui représente seulement 0,8 % des 352.000 nouveaux habitants dont la population s'est trouvée augmentée.

La région suburbaine de Lisbonne, intimement liée à la ville

et partageant son existence et ses caractéristiques démographiques, englobe une superficie de 1.184 Km.² et comprend une population de 253.000. L'intensité de l'augmentation de cette dernière a été encore supérieure à celle de l'augmentation de la ville.

La population de la ville de Porto s'est élevée de 146.739 habitants en 1890 à 262.309 en 1940. Le pourcentage de cette augmentation a été de 78,8 %, inférieur à celui de Lisbonne, mais sensiblement supérieur à celui du reste du pays.

De 1902 à 1940, les soldes physiologiques ont contribué à l'augmentation de la population de la ville pour 25.750 habitants, qui représentent 27 % de l'augmentation vérifiée dans le même espace de temps. On en conclut que l'attraction urbaine de Porto, bien qu'importante, ne peut se comparer avec celle de Lisbonne.

La région suburbaine de Porto est plus importante et plus urbanisée que celle de Lisbonne, bien que d'une superficie plus réduite. Elle avait 574 Km.² et 320.000 habitants.

Outre qu'elle enregistre, comme à Lisbonne, un accroissement physiologique supérieur à celui de la ville, cette région était déjà en 1890 plus peuplée que la ville de Porto, et en 1940 la différence a été encore accrue.

Le pourcentage déjà mentionné de 12,1 % que représentent les deux grandes villes portugaises par rapport au total de la population du pays était bien inférieur aux pourcentages atteints par les villes de catégorie identique dans les différents pays de l'Europe Occidentale.

On conclut en affirmant que, même considérées dans leur plus grande étendue comprenant les régions suburbaines, les villes de Lisbonne et de Porto ne peuvent être considérées comme excessivement peuplées ou rapprochées pour l'intérêt du pays. Le million d'habitants englobé par la Grande Lisbonne se justifie par la catégorie de la ville qui est le centre de l'activité politique, intellectuelle et civilisatrice d'un Empire de plus de deux millions de Km.², un des carrefours des grandes routes maritimes et aériennes du monde.

Les 600.000 habitants du grand ensemble urbain de Porto ne peuvent être considérés comme excessifs en face de la densité élevée des régions qui l'environnent et de la modération de son attraction urbaine.

Chapitre IV^{ème}

Population rurale

La population rurale est celle qui se trouvait répartie dans les localités de moins de 2.000 habitants.

Les conditions de ses variations son examinées en détail.

L'augmentation qu'elle a enregistrée dans le Continent (19 %) a été plus forte que dans les îles (14 %).

Quant aux districts, les plus fortes augmentations appartiennent à ceux de Setúbal (56,3 %), de Funchal, de Beja, d'Évora et de Porto. Les plus faibles augmentations ont été enregistrées dans les districts de Guarda, Viseu et Coïmbre.

Par les variations des «concelhos» on peut découvrir dans quelques cas concrets les défauts du critérium adopté pour la distinction des deux populations. Les «concelhos» du district de Porto et quelques «concelhos» des environs de Lisbonne sont

les exemples les plus flagrants de ces défauts, présentant de hauts pourcentages de peuplement rural pour des symptômes très différents.

Les «concelhos» de plus fort peuplement rural, et où ce dernier ne peut être contesté, sauf pour deux cas explicables (Murtosa et Manteigas), étaient tous situés dans la moitié sud du pays et presque totalement dans les régions au sud du Tage, l'Algarve excepté.

Les zones de plus fort peuplement rural correspondent d'une façon impressionnante au grand faisceau pliocénique de cette dernière région.

Les «concelhos» du Continent qui accusaient une diminution

de population rurale étaient au nombre de 25, mais 11 seulement ont diminué en fait, car les autres ne l'ont vue diminuer que pour des motifs explicables, liés au critérium de classification.

Dans sept de ces «concelhos», la diminution de la population rurale a été une conséquence de la diminution, ou de l'augmentation presque nulle de la population globale, et dans les cinq autres, conséquence de la concentration des centres urbains.

Dans les Îles, seul l'archipel de Madère accuse des augmen-

tations appréciables de population rurale. Dans l'archipel des Açores, il n'y eut que de faibles augmentations; des diminutions ont été enregistrées dans 8 «concelhos».

Cependant ce n'est que dans six d'entre eux que les diminutions ont été réelles et devaient s'attribuer, pour deux de ces derniers (dans l'Île de S. Miguel) à la concentration des centres, et dans les quatre autres (Îles do Pico, Flores et Corvo) à la diminution de la population globale.

Chapitre Vème

Centre de la population

Pour la détermination du centre de la population, on a adopté le critérium et la méthode utilisés dans le recensement américain de 1930. Ainsi on considère comme centre de la population le centre de gravité de cette dernière dans l'hypothèse où le territoire du pays serait considéré comme un plan rigide et impondérable sur lequel ne se trouverait que la population constituée par des individus appartenant tous au même peuple.

Les formules adoptées ont été les suivantes:

$$\text{Pour la distance à la perpendiculaire: } \Phi = \frac{\sum q_i p_i}{\sum p_i}$$

$$\text{Pour la distance à la méridienne: } \Lambda = \frac{\sum h_i p_i}{\sum p_i}$$

dans lesquelles p_i , q_i et h_i représentent respectivement la population et les distances à la perpendiculaire et à la méridienne choisies, des sièges de chacun des «concelhos» du pays, dans lesquelles on a supposé, par abstraction, que tous les habitants se trouvaient concentrés.

On a mesuré les distances linéaires par suite de la petitesse relative du territoire et l'on a pris comme point d'origine des coordonnées la ville de Coïmbre.

Le calcul du centre de la population a été réalisé pour les six recensements de 1890 à 1940.

Étant donnée l'importance des villes de Lisbonne et de Porto, on a cherché, pour chaque recensement, outre le centre de la population globale, le centre du reste de la population, ces deux villes étant exclues.

Les localisations obtenues pour l'un et pour l'autre de ces centres indiquées sur les cartes n.^{os} 26 et 27, confirment ce que l'on a observé au sujet de l'accumulation des habitants dans le Nord et à l'Ouest du pays.

Leur distance au centre géographique du pays, dans la Serra de Melriça (39° 40' de latitude et 8° 74' 54" W. G.) mesurent le déséquilibre populationnel en faveur du secteur Nord-Ouest. Le centre démographique de la population — les villes de Lisbonne et Porto étant exclues — dénote un déséquilibre plus faible pour l'ouest mais plus fort pour le Nord.

Les déplacements du centre de la population et les écarts successifs résultant de l'inclusion ou de l'exclusion des villes de Lisbonne et Porto révèle les deux tendances de la répartition de la population du pays:

La première tendance, moins intense mais constante au cours des cinq périodes est un déplacement vers l'Ouest, pour un plus grand déséquilibre démographique entre le littoral atlantique et les régions de l'intérieur, favorisé par les villes de Lisbonne et Porto.

La seconde tendance beaucoup plus intense mais beaucoup plus variable est un déplacement vers le Sud. C'est la tendance qui depuis toujours a caractérisé notre peuplement interne et qui fournit la meilleure répartition de la population sur le territoire. Elle a été maxima entre 1900 et 1911 et minima entre 1930 et 1940. La réduction de 1940 apparaît comme une conséquence de la faible émigration au cours de la décade et du fait que, par suite des nouvelles sources de richesses qui y ont été créées, les habitants, qui dans d'autres circonstances seraient sortis du pays, sont restés dans leurs terres du Nord.

Conclusion

Cependant il existe au Portugal un problème démographique créé par la limitation des possibilités de placement humain dans le sud du pays et par la fragilité économique d'une grande partie des industries qui maintiennent la densité très élevée de la zone nord-ouest. Pour résoudre ce problème, il faut procéder

à une révision de la nature des industries, de leur perfectionnement technique et de leur localisation; agir en vue d'une intégration de l'Empire Colonial dans les limites d'une politique économique nationale; et réglementer sous ses différents aspects l'émigration des Portugais au Brésil et en Amérique du Nord.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	Págs. III
PLANO	VII
CONCEITOS	IX
CONVENÇÕES	XI

Condições de aumento

I Parte — Aumento de facto

Capítulo I — Variação da população portuguesa até 1890	3
Capítulo II — Variação da população a partir de 1890	7
§ 1.º — No total do País	7
a) Comparação com outros países	8
§ 2.º — No continente e nas ilhas	8
a) Em cada período intercensuário	8
b) No conjunto dos 50 anos	8
§ 3.º — Nos distritos	9
a) Em cada período intercensuário	9
b) No conjunto dos 50 anos	10
§ 4.º — Nos concelhos	10
a) Em cada período intercensuário	15
b) No conjunto dos 50 anos	16

II Parte — Crescimento fisiológico

Capítulo I — Referência ao movimento fisiológico da população portuguesa até 1890	19
Capítulo II — Movimento fisiológico a partir de 1890	23
§ 1.º — No total do País	23
a) Comparação com outros países	25
§ 2.º — No continente e nas ilhas	26
§ 3.º — Nos distritos	27
a) Números absolutos	27
b) Taxas	28
§ 4.º — Nos concelhos	30
a) Natalidade	33
b) Mortalidade	33
c) Saldos fisiológicos	34

III Parte — Comparação entre o aumento de facto e o crescimento fisiológico

Capítulo I — Posição relativa dos dois aumentos	37
§ 1.º — No total do País	37
§ 2.º — No continente e nas ilhas	38
§ 3.º — Nos distritos	38
§ 4.º — Nos concelhos	41
Capítulo II — Emigração	47
§ 1.º — No total do País	47
§ 2.º — No continente e nas ilhas	48
§ 3.º — Nos distritos	48

Condições de distribuição

I. Parte — Repartição da população pelo território	Págs.
--	-------

Capítulo I — Effectivos populacionais nas províncias, distritos e concelhos	53
§ 1.º — Nas províncias e distritos	53
§ 2.º — Nos concelhos	54
Capítulo II — Effectivos populacionais nas freguesias	57
§ 1.º — Evolução através dos censos	57
§ 2.º — Situação em 1940	58
§ 3.º — Comparação com outros países	59
Capítulo III — Densidade	61
§ 1.º — No total do País, No continente e nas ilhas	61
a) Comparação com outros países	61
§ 2.º — Nas províncias e nos distritos	62
§ 3.º — Nos concelhos do continente e em cada ilha, nos vários censos	63
a) Nos concelhos	63
b) Em cada ilha	67
c) Variação da densidade dos concelhos entre 1890 e 1940	68
Capítulo IV — Tipos de povoamento	71
§ 1.º — Em 1940	71
§ 2.º — Evolução entre 1911 e 1940	82

II Parte — Deslocamentos da população

Capítulo I — Migrações internas da população	93
§ 1.º — Em cada distrito	93
§ 2.º — Entre os vários distritos	102
§ 3.º — Movimento global	104
Capítulo II — População urbana	105
§ 1.º — No total do País	105
a) Comparação com outros países	111
§ 2.º — Nos concelhos	111
a) Em 1911	111
b) Alterações entre 1911 e 1940	112
Capítulo III — Aglomerados urbanos	113
§ 1.º — Distribuição geográfica e comportamento por categorias	113
§ 2.º — Grau de urbanismo	116
§ 3.º — Aglomerados urbanos de 10.000 e mais habitantes	120
§ 4.º — Cidades de Lisboa e Porto	122
a) Considerações prévias	122
b) Cidade de Lisboa	123
c) Cidade do Porto	125
d) Exame do conjunto e comparação com os outros países	126
e) Considerações finais	126
Capítulo IV — População rural	129
Capítulo V — Centro da população	135
Conclusão	139
Traductions	141

Quadros

	Págs.		Págs.
1. — Variação da população presente no total do País	7	35. — Densidades nos seis últimos censos, por ilhas	68
2. — Variação comparada da população (em %)	8	36. — Variação da densidade	68
3. — Variação da população no continente e nas ilhas (em %)	8	37. — Lugares segundo o número de habitantes, por concelhos (1910)	71
4. — Variação da população, nos distritos	9	38. — Concelhos segundo os tipos de povoamento (1940)	77
5. — Variação da população, nos concelhos	10	39. — Lugares segundo o número de habitantes, por concelhos (1911)	82
6. — Síntese da variação da população nos concelhos	15	40. — Concelhos segundo o tipo de povoamento (1911)	89
7. — Movimento fisiológico até 1890	20	41. — Aumento da população segundo a variação dos tipos de povoamento	92
8. — Movimento fisiológico a partir de 1890	23	42. — População presente segundo a naturalidade nos vários censos, por distritos e concelhos	93
9. — Taxas do movimento fisiológico	24	43. — Percentagens médias de não naturais	99
10. — Movimento fisiológico comparado	25	44. — População urbana e rural, nos distritos e concelhos	106
11. — Movimento fisiológico, no continente e nas ilhas	26	45. — Percentagem da população urbana em alguns países	111
12. — Movimento fisiológico, nos distritos	27	46. — Aglomerados urbanos (1911)	113
13. — Taxas anuais de nascimentos, óbitos e saldos fisiológicos em relação à população calculada para o meio do decénio, por distritos	28	47. — Aglomerados urbanos (1940)	114
14. — Movimento fisiológico, nos concelhos (1931-1940)	30	48. — Variação da população dos aglomerados urbanos, por categorias (1911-1940)	114
15. — Crescimento de facto e fisiológico, no total do País	37	49. — Variação do número de aglomerados (1911-1940)	115
16. — Crescimento de facto e fisiológico, emigração, no total do País	37	50. — Aglomerados urbanos de menos de 10.000 habitantes	116
17. — Crescimento de facto e fisiológico; emigração, nos distritos	38	51. — Aglomerados urbanos segundo a percentagem da variação da população, por distritos	118
18. — Saldo migratório, nos concelhos (em %)	42	52. — Aglomerados urbanos com 10.000 e mais habitantes, em 1910	120
19. — Crescimento de facto e fisiológico; emigração, no total do País	47	53. — Variação da população (1890-1940)	123
20. — Percentagem da emigração sobre os saldos fisiológicos, nos distritos	48	54. — Movimento fisiológico e variação da população (1890-1940)	123
21. — Distribuição da população, nas províncias e distrito (em %)	53	55. — População dos concelhos e freguesias suburbanas (1890-1940)	124
22. — Concelhos segundo o número de habitantes, nos seis últimos censos	54	56. — Variação da população dos concelhos e freguesias suburbanas (1890-1940)	124
23. — Concelhos segundo o número de habitantes, por distritos, em 1940	55	57. — Variação da população conjunta de Lisboa e área suburbana (1890-1940)	124
24. — Freguesias segundo o número de habitantes, nos seis últimos censos	57	58. — Variação da população (1890-1940)	125
25. — Aumento da população até 1940 das freguesias existentes em 1890	58	59. — Movimento fisiológico e variação da população (1890-1940)	125
26. — Freguesias segundo o número de habitantes, por distritos, em 1940	58	60. — População dos concelhos suburbanos (1890-1940)	125
27. — Número e população das circunscrições administrativas comparáveis às freguesias portuguesas em vários países. Sua classificação	59	61. — Variação da população dos concelhos suburbanos (1890-1940)	125
28. — Número de divisões administrativas	60	62. — Variação da população conjunta do Porto e área suburbana (1890-1940)	126
29. — População das circunscrições administrativas	60	63. — Número e população dos aglomerados urbanos de 100.000 e mais habitantes	126
30. — Densidade nos seis últimos censos	61	64. — Variação da população rural (1911-1940)	129
31. — Áreas, população e densidade de vários países, nos cinco últimos censos	61	65. — Diferenças entre o centro da população global e o centro da população, excluindo Lisboa e Porto	136
32. — Densidades	62		
33. — Números índices da variação das densidades	62		
34. — Densidades nos seis últimos censos, por concelhos	65		

Gráficos e cartogramas

	Págs.		Págs.
1. — Variação da população nos distritos (1890-1940)	8-9	14. — Densidades por concelhos (1930)	64-65
2. — Variação da população nos concelhos (1890-1940)	16-17	15. — Densidades por concelhos (1940)	64-65
3. — Movimento fisiológico e emigração de 1891 a 1940	24-25	16. — Tipos de povoamento (1940)	80-81
4. — Movimento fisiológico — Taxa média de natalidade nos concelhos (1931-1940)	32-33	17. — Tipos de povoamento — Aglomeração (1940)	80-81
5. — Movimento fisiológico — Taxa média de mortalidade nos concelhos (1931-1940)	32-33	18. — Variação da população nos concelhos (1911-1940)	88-89
6. — Principais causas de morte de 1931 a 1940	32-33	19. — Tipos de povoamento — Sua variação entre 1911-1940	88-89
7. — Movimento fisiológico — Taxa média dos saldos fisiológicos nos concelhos (1931-1940)	32-33	20. — Média de percentagem dos naturais de outros concelhos do mesmo distrito (1890-1940)	96-97
(*) 8. — Análise do crescimento da população nos cinco períodos (1891-1940)		21. — Média da percentagem dos naturais de outros distritos (1890-1940)	96-97
9. — Saldos migratórios nos concelhos (1931-1940)	44-45	22. — Média das percentagens dos não naturais do concelho (1890-1940)	104-105
10. — Densidades por concelhos (1890)	64-65	23. — População urbana e rural (1911)	112-113
11. — Densidades por concelhos (1900)	64-65	24. — População urbana e rural (1940)	112-113
12. — Densidades por concelhos (1911)	64-65	25. — Variação da população rural (1911-1940)	128-129
13. — Densidades por concelhos (1920)	64-65	26. — Centro da população (1890-1940)	136-137
		27. — Centro da população — Sua deslocação nos últimos 50 anos (1890-1940)	136-137

(*) Por motivos alheios à vontade do Instituto não foi possível inserir no volume este gráfico (n.º 3) que é o referido nas linhas 17 a 20 da segunda coluna da pág. 47.

ERRATA

Págs.	Referência	Onde se vê	Veja se
20	Linha 23 da 1. ^a coluna	1388	1318
24	Linha 10 da 1. ^a coluna	respectivos	respectivos
25	Variação das taxas de natalidade	Portugal — 4,6	Portugal 4,6
25	Linha 4 da 2. ^a coluna	natalidade	denatalidade
30	Quadro 14. — Concelho de Alvíto	1.4 7	1.437
32	Quadro 14. — Distrito do Funchal	Santana	Santa Cruz
32	Quadro 11. — Distrito do Funchal	Santa Cruz	Santana
45	Linha 10 da 1. ^a coluna	assinalam	assinata
55	Linha 11 da 1. ^a coluna	1.377	1.337
61	Linha 5 da 1. ^a coluna	48	84
61	Linha 20 da 2. ^a coluna	para o total do meio século	para o total dos 40 anos
71	Quadro 37. — Total de Portugal, penúltima coluna	72	71
71	Quadro 37. — Total do Continente, penúltima coluna	64	66
71	Quadro 37. — Distrito de Lisboa, penúltima coluna	5	6
71	Quadro 37. — Distrito do Porto, penúltima coluna	6	7
71	Quadro 37. — Concelho de Alenquer, 2. ^a coluna	6.770 (a)	..
71	Quadro 37. — Concelho de Lisboa, 2. ^a coluna	..	6.770 (a)
71	Quadro 37. — Concelho de Cascais, última coluna	709.179	7.115
71	Quadro 37. — Concelho de Lisboa, última coluna	7.115	709.179
86	Quadro 39. — Distrito de Lisboa, última coluna	435.35	435.359
93	Quadro 42. — Total de Portugal, última coluna	711. 57	744.257
107	Quadro 44. — Concelho de Estremoz, 1. ^a coluna	5.836	5.868
154	Chapitre II ^{ème} — Linha 15 da 1. ^a coluna	D'autre pont	D'autre part

No quadro 29 da pág. 60, substituir a última linha pela seguinte:

	Portugal		Espanha		França		Suíça	
	1900	1930	1900	1930	1900	1930	1900	1930
De menos de 2.000	2.642.704	2.603.284	5.125.333	4.853.815	19.060.723	17.156.299	1.569.787	1.486.953


Preço deste volume 100\$00
